



Análise do Desempenho

3T14



Este Relatório faz referências e declarações sobre expectativas, sinergias planejadas, estimativas de crescimento, projeções de resultado e estratégias futuras sobre o Conglomerado Banco do Brasil. Tais declarações baseiam-se nas atuais expectativas, estimativas e projeções da Administração sobre acontecimentos futuros e tendências financeiras que possam afetar os negócios do Conglomerado.

Essas referências e declarações não são garantia de desempenho futuro e envolvem riscos e incertezas que podem extrapolar o controle da administração, podendo, desta forma, resultar em saldos e valores diferentes daqueles aqui antecipados e discutidos. As expectativas e projeções da administração são vinculadas às condições do mercado (mudanças tecnológicas, pressões competitivas sobre produtos, preços, entre outros), do desempenho econômico geral do país (taxa de juros e câmbio, mudanças políticas e econômicas, inflação, mudanças na legislação tributária, entre outras) e dos mercados internacionais.

Expectativas futuras decorrentes da leitura deste relatório devem considerar os riscos e incertezas que envolvem os negócios do Conglomerado. O Banco do Brasil não se responsabiliza em atualizar qualquer estimativa contida em relatório publicado em períodos anteriores.

As tabelas e gráficos deste relatório apresentam, além dos saldos e valores contábeis, números financeiros e gerenciais. As taxas de variação relativa são apuradas antes do procedimento de arredondamento em R\$ milhões. O arredondamento utilizado segue as regras estabelecidas pela Resolução 886/66 da Fundação IBGE: caso o algarismo decimal seja igual ou superior a 0,5, aumenta-se em uma unidade; caso o algarismo decimal seja inferior a 0,5, não há acréscimo de uma unidade.

Índice

Índice	2
Índice de Tabelas	4
Índice de Figuras	8
Apresentação	10
Destaques	10
Acesso <i>on-line</i>	10
Glossário.....	11
Sumário do Resultado	13
Resultado	13
<i>Guidance</i>	13
Retorno ao Acionista.....	14
DRE com Realocações.....	15
Margem Financeira Bruta	16
<i>Spread</i> por Carteira	16
Ativos e Principais Itens Patrimoniais	17
Basileia	18
Carteira de Crédito.....	18
Rendas de Tarifas.....	25
Despesas Administrativas e Eficiência	27
1 - Informações Úteis	28
Governança Corporativa.....	32
2 - Demonstrações Contábeis Resumidas	34
2.1. Balanço Patrimonial Resumido	34
2.2. Demonstração Resumida do Resultado Societário.....	36
2.3. Demonstração do Resultado com Realocações	37
2.3.1 Abertura das Realocações	37
2.3.2 Glossário de Realocações.....	40
2.4. Receitas e Despesas Operacionais Totais	41
3 - Crédito.....	42
O Processo de Crédito do Banco do Brasil	42
3.1 Carteira de Crédito.....	42
3.1.1 Carteira de Crédito Pessoa Física.....	44
3.1.2 Carteira de Crédito Pessoa Jurídica.....	48
3.1.3 Carteira de Crédito de Agronegócios	51
3.1.4 Concentração	58
3.2. Qualidade do Crédito.....	60
3.2.1. Carteira de Crédito Pessoa Física	64
3.2.2. Carteira de Crédito Pessoa Jurídica	66
3.2.3. Carteira de Agronegócios.....	68
3.2.4. Carteira de Crédito no Exterior e BV	73
3.3. Cobrança e Recuperação de Créditos	74
3.3.1 Gerenciamento de Créditos em Curso Anormal	74
3.3.2 O Processo de Cobrança e Recuperação de Créditos	74
3.3.3 Fluxo Operacional da Cobrança e Recuperação de Créditos.....	74
3.3.4 Eficiência do Processo	75
3.3.5 Carteira de Crédito Renegociada.....	77
4 - Captações	79
5 - Resultado Financeiro	83
5.1. Análise das Aplicações.....	83
5.2. Análise das Captações.....	85
5.3. Análise Volume e Taxa.....	86
5.4. Margem Financeira Bruta	88
5.5. <i>Spread</i>	88
6 - Negócios Não Financeiros	90
6.1. Rendas de Tarifas	90
6.2. Negócio de Cartões	90
6.2.1 Sobre o Mercado de Cartões no Brasil	91
6.2.2 Emissão de Cartões	92
6.2.3 Bandeira Elo	93

6.2.4	Resultado de Serviço de Cartões	94
6.3.	Gestão de Recursos de Terceiros	97
6.4.	Mercado de Capitais	101
6.4.1	Produtos e Serviços	101
6.4.2	Desempenho em Mercado de Capitais	101
6.5.	Serviços Fiduciários	104
6.5.1	Administração Fiduciária	104
6.5.2	Custódia	105
6.5.3	TRUSTEE (Administração de Garantias e Contratos)	106
6.6.	Seguros	107
6.7.	Consórcios	108
7 –	Produtividade e Eficiência	111
7.1	Indicadores	111
7.2	Despesas de Pessoal	113
7.3	Outras Despesas Administrativas	114
7.3.1	Rede de Atendimento	115
7.3.2	Canais Automatizados	117
7.4	Outras Receitas e Despesas Operacionais	121
7.5	Perdas Operacionais	121
7.5.1	Indicadores Públicos de Reclamações de Clientes	124
8 –	Outros Componentes Patrimoniais	129
8.1.	Ativo Atuarial	129
8.2.	Fundos de Destinação de Superávit	130
8.2.1	Retomada das Contribuições	131
8.3.	Passivo Atuarial	132
8.4.	Impostos Diferidos	133
8.5.	Ágios sobre Investimentos	134
8.6.	Ativos Intangíveis	135
9 -	Gestão de Riscos	137
9.1.	Gestão dos Riscos	137
9.1.1	Risco de Crédito	137
9.1.2	Risco de Mercado	137
9.1.3	Risco de Liquidez	140
9.1.4	Risco Operacional	143
9.2.	Estrutura de Capital	144
10 -	Investimentos Estratégicos	148
10.1	Informações de Coligadas e Controladas	148
10.2	Banco Votorantim	150
10.3	Negócios Internacionais	158
10.3.1	Banco Patagonia	159
11 -	Série de Demonstrações Contábeis	161
11.1.	Balanço Patrimonial Resumido	161
11.2.	Demonstração Resumida do Resultado Societário	165
11.3.	Demonstração do Resultado com Realocações	167

Índice de Tabelas

Tabela 1. <i>Guidance</i>	14
Tabela 2. Patrimônio Líquido Ajustado	14
Tabela 3. DRE com Realocações – Principais Linhas	15
Tabela 4. Itens Extraordinários	15
Tabela 5. Composição da MFB	16
Tabela 6. <i>Spread</i> Gerencial Anualizado	16
Tabela 7. <i>Spread</i> Global	17
Tabela 8. Principais Itens Patrimoniais	17
Tabela 9. Fontes e Usos	18
Tabela 10. Carteira de Crédito Classificada e Ampliada	19
Tabela 11. Carteira de Crédito Pessoa Jurídica Ampliada	21
Tabela 12. Despesas de PCLD sobre Carteira de Crédito Classificada	24
Tabela 13. Despesas de PCLD Líquidas de Recuperação de Crédito Parcelada	24
Tabela 14. Indicadores de Qualidade da Carteira de Crédito Classificada	25
Tabela 15. Rendas de Tarifas	25
Tabela 16. Despesas Administrativas Ajustadas	27
Tabela 17. Principais Indicadores Econômicos ¹	28
Tabela 18. Composição Acionária - %	29
Tabela 19. Dividendos e Juros sobre Capital Próprio	29
Tabela 20. Indicadores de Mercado	29
Tabela 21. Participação nos Índices de Mercado Brasileiro - %	29
Tabela 22. Participação no Mercado Internacional - %	29
Tabela 23. Informações do BB	30
Tabela 24. <i>Ratings</i>	31
Tabela 25. Compulsório/Exigibilidade (%)	31
Tabela 26. Balanço Patrimonial Resumido – Ativo	34
Tabela 27. Balanço Patrimonial Resumido – Passivo	35
Tabela 28. Demonstração Resumida do Resultado Societário	36
Tabela 29. Demonstração do Resultado com Realocações	37
Tabela 30. Demonstrativo das Realocações e Itens Extraordinários	39
Tabela 31. Efeitos Fiscais e Participação nos Lucros e Resultados sobre Itens Extraordinários	41
Tabela 32. Receitas e Despesas Operacionais Totais	41
Tabela 33. Carteira de Crédito Classificada e Ampliada	43
Tabela 34. Crédito SFN	43
Tabela 35. Carteira de Crédito Pessoa Física	44
Tabela 36. Crédito Pessoa Física – Participação de Mercado	44
Tabela 37. Carteiras Adquiridas ¹	45
Tabela 38. Carteira de Crédito Classificada Orgânica - Pessoa Física	45
Tabela 39. Composição da Carteira de Crédito Orgânica - CDC e Veículos	45
Tabela 40. Tempo de Relacionamento - Clientes com Operações de Crédito	45
Tabela 41. Composição da Carteira de Crédito Consignado Orgânica	46
Tabela 42. Características dos Clientes da Carteira de Crédito Veículos Orgânica	46
Tabela 43. Taxas e Prazos Médios	48
Tabela 44. Carteira de Crédito Pessoa Jurídica	49
Tabela 45. Distribuição da Carteira Pessoa Jurídica	49
Tabela 46. Câmbio de Exportação e Importação	49
Tabela 47. ACC/ACE	49
Tabela 48. Tempo de Relacionamento dos Clientes - em % do Saldo da Carteira MPE	50
Tabela 49. Crédito MPE por Setor de Atividade	51
Tabela 50. Produtos de Crédito - MPE	51
Tabela 51. Participação do Brasil no Agronegócio Mundial em Setembro/2014	52
Tabela 52. Carteira de Crédito Classificada de Agronegócios por Região	53
Tabela 53. Carteira de Crédito de Agronegócios por Destinação	53
Tabela 54. Carteira de Crédito de Agronegócios por Programa/Linha de Crédito	53
Tabela 55. Carteira de Crédito de Agronegócios por Item Financiado	54
Tabela 56. Carteira de Agronegócios por Porte	54
Tabela 57. Carteira de Crédito de Agronegócios por Tipo de Personalidade Jurídica	54
Tabela 58. Carteira de Crédito Ampliada de Agronegócios por Fonte de Recursos	55
Tabela 59. Receitas de Equalização e Fator de Ponderação	55

Tabela 60. Recursos Equalizáveis da Carteira de Agronegócios.....	56
Tabela 61. Desembolsos por Finalidade do Crédito Rural.....	56
Tabela 62. Distribuição de Mitigadores no Custeio Agrícola.....	57
Tabela 63. 100 Maiores Tomadores ¹	58
Tabela 64. 100 Maiores Tomadores em relação ao PR ¹	58
Tabela 65. Concentração da Carteira de Crédito por Macrossetor.....	59
Tabela 66. Carteira de Crédito Classificada por Nível de Risco.....	62
Tabela 67. Despesas de PCLD sobre Carteira de Crédito Classificada – BB e BB sem BV.....	63
Tabela 68. Despesas de PCLD Líquidas de Recuperação de Crédito Parcelada.....	63
Tabela 69. Índices de Atraso da Carteira Classificada.....	64
Tabela 70. Carteira de Crédito Classificada PF por Nível de Risco – sem BV.....	64
Tabela 71. Movimentação da PCLD da Carteira de Crédito Classificada PF – sem BV.....	65
Tabela 72. INAD +90 – Em % Por Linha de Crédito – Sem BV.....	65
Tabela 73. Carteira de Crédito Classificada PJ por Nível de Risco – sem BV.....	67
Tabela 74. Movimentação da PCLD da Carteira de Crédito Classificada PJ – sem BV.....	67
Tabela 75. INAD +90 – Em % Por Linha de Crédito – Sem BV.....	67
Tabela 76. Carteira de Crédito Classificada de Agronegócios por Nível de Risco.....	68
Tabela 77. INAD +90 – Em % Por Linha de Crédito – Sem BV.....	69
Tabela 78. Carteira de Crédito Classificada de Agronegócios PF por Nível de Risco.....	69
Tabela 79. Movimentação da PCLD – Carteira de Crédito Classificada de Agronegócios PF.....	69
Tabela 80. Carteira de Crédito Classificada de Agronegócios PJ por Nível de Risco.....	70
Tabela 81. Movimentação da PCLD – Carteira de Crédito Classificada de Agronegócios PJ.....	70
Tabela 82. Operações Prorrogadas e Não Prorrogadas do Agronegócio.....	71
Tabela 83. Índices de Atraso da Carteira Classificada de Agronegócios.....	72
Tabela 84. Carteira de Crédito Classificada no Exterior por Nível de Risco.....	73
Tabela 85. Carteira de Crédito Classificada Banco Votorantim (50%) ¹	73
Tabela 86. Carteira de Crédito Renegociada ¹	78
Tabela 87. Captações Comerciais.....	79
Tabela 88. Captações no Exterior.....	80
Tabela 89. Emissões Vigentes no Exterior.....	80
Tabela 90. Fontes e Usos.....	81
Tabela 91. Captações vs. Taxa Selic.....	81
Tabela 92. Segregação de Depósitos por Prazo ¹	82
Tabela 93. Saldos Médios e Taxa de Juros – Ativos Rentáveis (Trimestral).....	83
Tabela 94. Saldos Médios e Taxa de Juros – Ativos Rentáveis (9 Meses).....	83
Tabela 95. Resultado com Títulos e Valores Mobiliários.....	84
Tabela 96. Carteira de Títulos por Categoria.....	84
Tabela 97. Carteira de Títulos por Prazo - Valor de Mercado ¹	85
Tabela 98. Saldo da Liquidez.....	85
Tabela 99. Saldos Médios e Taxa de Juros – Passivos Onerosos (Trimestral).....	85
Tabela 100. Saldos Médios e Taxa de Juros – Passivos Onerosos (9 Meses).....	86
Tabela 101. Variação de Receita e Despesa e Variação Volume/Taxa (Trimestral).....	87
Tabela 102. Variação de Receita e Despesa e Variação Volume/Taxa (9 Meses).....	87
Tabela 103. Composição da Margem Financeira Bruta.....	88
Tabela 104. Análise de Volume (Ativos Rentáveis) - Taxa Trimestral.....	88
Tabela 105. Análise de Volume (Ativos Rentáveis) - Taxa 9 Meses.....	89
Tabela 106. Margem Líquida de Juros e Margem de Lucro.....	89
Tabela 107. <i>Spread</i> por Carteira.....	89
Tabela 108. <i>Spread</i> Global.....	89
Tabela 109. Rendas de Tarifas.....	90
Tabela 110. Base de Clientes.....	90
Tabela 111. Base de Cartões.....	92
Tabela 112. Quantidade de Transações.....	92
Tabela 113. Base de Cartões e Faturamento com Cartões Elo Banco do Brasil.....	94
Tabela 114. Receitas e Despesas de Serviços de Cartões – 9M14.....	95
Tabela 115. Receitas e Despesas de Serviços de Cartões – 9M13.....	95
Tabela 116. Receitas e Despesas de Serviços de Cartões – 3T14.....	95
Tabela 117. Receitas e Despesas de Serviços de Cartões – 3T13.....	95
Tabela 118. Principais Receitas e Despesas – Serviço de Cartões.....	96
Tabela 119. Fundos de Investimento e Carteiras Administradas por Segmento.....	98
Tabela 120. Fundos de Investimento e Carteiras Administradas por Tipo.....	98
Tabela 121. Gestão de Fundos de Investimento com Características Socioambientais.....	100

Tabela 122. <i>Private Equity</i> – Participação Indireta	103
Tabela 123. Custódia de Origem Própria – Tipos de Clientes	106
Tabela 124. Seguros - Resultado Financeiro e Operacional	107
Tabela 125. Previdência – Resultado Financeiro e Operacional	107
Tabela 126. Capitalização - Resultado Financeiro e Operacional	108
Tabela 127. BB Seguridade – Indicadores de Desempenho	108
Tabela 128. Consórcios - Cotas Ativas por Segmento	109
Tabela 129. Consórcios - <i>Ticket</i> Médio	109
Tabela 130. Consórcios – Prazo Médio e Taxa de Administração Média	110
Tabela 131. Índices de Cobertura – Ajustados ¹	111
Tabela 132. Índices de Eficiência – Ajustados ¹	111
Tabela 133. Outros Indicadores de Produtividade	111
Tabela 134. Despesas de Pessoal	113
Tabela 135. Perfil dos Funcionários	114
Tabela 136. Outras Despesas Administrativas	114
Tabela 137. Rede de Atendimento	115
Tabela 138. Rede de Agências por Região	115
Tabela 139. Rede MaisBB – Dados Operacionais	116
Tabela 140. Banco Postal – Perfil Cliente	116
Tabela 141. Rede de Distribuição no Exterior	117
Tabela 142. Outras Receitas e Despesas Operacionais	121
Tabela 143. Perdas Operacionais por Categoria de Eventos de Perda (%)	122
Tabela 144. Composição dos Ativos	130
Tabela 145. Principais Premissas Atuariais	130
Tabela 146. Efeitos da Contabilização da Previ (Plano 1) – CVM 695/2012	130
Tabela 147. Previ (Plano 1) - Fundo Paridade	131
Tabela 148. Previ (Plano 1) - Fundo de Destinação	131
Tabela 149. Previ (Plano 1) - Fundo de Contribuição	132
Tabela 150. Previ (Plano 1) - Fundo de Utilização	132
Tabela 151. Efeitos de Contabilização Cassi – CVM 695/2012	133
Tabela 152. Efeito no Patrimônio Líquido – CVM 695/2012	133
Tabela 153. Abertura do Crédito Tributário	134
Tabela 154. Abertura do Passivo Fiscal Diferido	134
Tabela 155. Ágios nas Aquisições de Investimentos	135
Tabela 156. Ativo Intangível	136
Tabela 157. Estimativa de Amortização dos Ativos Intangíveis	136
Tabela 158. Balanço em Moedas Estrangeiras	138
Tabela 159. Perfil de Repactuação das Taxas de Juros	140
Tabela 161. Índice de Basileia – Conglomerado Financeiro	145
Tabela 162. PRMR Referente à Parcela do RWA _{CPAD}	146
Tabela 163. PRMR Referente à Parcela do RWA _{MPAD}	146
Tabela 164. PRMR Referente à Parcela do RWA _{OPAD}	146
Tabela 165. RWA _{CPAD} segregada por Fator de Ponderação de Risco - FPR	147
Tabela 166. Participações Societárias do BB Banco Múltiplo	148
Tabela 167. Participações Societárias detidas majoritariamente pelo BB Banco de Investimentos ..	148
Tabela 168. Participações Societárias do Banco do Brasil via BB Seguridade Participações S.A.	149
Tabela 169. Participações Societárias da BB Elo Cartões Participações S.A	149
Tabela 170. Participações Societárias não Consolidadas	149
Tabela 171. Destaques Patrimoniais	150
Tabela 172. Demonstração do Resultado com Realocações ¹ -Trimestral	151
Tabela 173. Margem Líquida de Juros e Margem de Lucro	152
Tabela 174. Carteira de Crédito	153
Tabela 175. Indicadores – Veículos	153
Tabela 176. Qualidade da Carteira Gerenciada	156
Tabela 177. Captações	156
Tabela 178. Índice de Basileia	157
Tabela 179. Saldos Patrimoniais - Consolidado no Exterior	159
Tabela 180. Consolidado no Exterior – Resultado	159
Tabela 181. Banco Patagonia – Destaques Patrimoniais	159
Tabela 182. Banco Patagonia – Saldos de Captações	160
Tabela 183. Banco Patagonia – Principais Linhas do Resultado	160
Tabela 184. Banco Patagonia – Indicadores de Rentabilidade, Capital e Crédito	160

Tabela 185. Banco Patagonia – Destaques Operacionais e Estruturais.....	160
Tabela 186. Balanço Patrimonial Ativo – Série Trimestral	161
Tabela 187. Balanço Patrimonial Ativo – Série Anual	162
Tabela 188. Balanço Patrimonial Passivo – Série Trimestral.....	163
Tabela 189. Balanço Patrimonial Passivo – Série Anual.....	164
Tabela 190. Demonstração Resumida do Resultado – Série Trimestral	165
Tabela 191. Demonstração Resumida do Resultado – Série Anual	166
Tabela 192. Demonstração do Resultado com Realocações – Série Trimestral	167
Tabela 193. Demonstração do Resultado com Realocações– Série Anual.....	168

Índice de Figuras

Figura 1. Lucro (R\$ bilhões) e RSPL (%).....	13
Figura 2. Lucro Líquido por Ação, Dividendos e Juros sobre Capital Próprio	14
Figura 3. Carteira de Crédito Classif. País (Sem BV) por Período de Contratação - % e R\$ bilhões ..	19
Figura 4. Carteira de Crédito Imobiliário (R\$ bilhões)	21
Figura 5. Carteira de Crédito de Agronegócio Ampliada – (R\$ bilhões)	22
Figura 6. Risco Médio da Carteira de Crédito Classificada.....	23
Figura 7. INAD +90 – em % da Carteira de Crédito Classificada	23
Figura 8. Cartões - Faturamento Total BB	26
Figura 9. Gestão de Recursos de Terceiros.....	26
Figura 10. Estrutura da Alta Administração.....	33
Figura 11. Comitês Estratégicos	33
Figura 12. Processo de Crédito do Banco do Brasil	42
Figura 13. Carteira de Crédito País (Sem BV) por Período de Contratação - % e R\$ Bilhões	44
Figura 14. Prazo das Operações Contratadas no 3T14 – Crédito Consignado.....	46
Figura 15. Prazo das Operações Contratadas no 3T14 – Financiamento de Veículos.....	47
Figura 16. Percentual Financiado (LTV) e Entrada – Financiamento de Veículos Carteira Orgânica ..	47
Figura 17. Percentual Financiado (LTV) – Financiamento Imobiliário	48
Figura 18. Participação das Linhas de Repasse nos Desembolsos - %.....	50
Figura 19. Participação do BB nos Financiamentos Rurais – %.....	52
Figura 20. Distribuição do Risco do Custeio Agrícola %	57
Figura 21. Risco Médio da Carteira de Crédito Classificada.....	60
Figura 22. Índices de Cobertura da Carteira de Crédito Classificada	60
Figura 23. Provisão de Crédito – Carteira de Crédito Classificada.....	61
Figura 24. INAD +90 – em % da Carteira de Crédito Classificada	61
Figura 25. New NPL e Baixa para Prejuízo – % da Carteira de Crédito Classificada ¹	62
Figura 26. Vintage Anual – Crédito Pessoa Física.....	66
Figura 27. Vintage Anual – Carteira Própria de Financiamento de Veículos.....	66
Figura 28. Vintage Anual – Carteira MPE	68
Figura 29. Canais de Cobrança e Recuperação ¹	75
Figura 30. Taxa de Regularização do Crédito pelo Período de Cobrança %	75
Figura 31. Cobrança e Recuperação Antes do Envio para Perdas ¹ %	76
Figura 32. Recuperação Acumulada ¹ – R\$ Bilhões e Índice de Recuperação à Vista ² – % ³	76
Figura 33. Baixa para Prejuízo – em % da Carteira de Crédito Classificada.....	77
Figura 34. Recuperação de Crédito/Baixa para Prejuízo – %.....	77
Figura 35. Participação de Mercado das Captações do BB.....	79
Figura 36. Carteira de Títulos e Valores Mobiliários por Indexador (Banco Múltiplo).....	84
Figura 37. Organograma Negócios de Cartões – Principais Empresas	91
Figura 38. Faturamento do Mercado de Cartões – R\$ bilhões	91
Figura 39. Faturamento Total BB – R\$ bilhões	92
Figura 40. Faturamento Total por Segmento PF e PJ – R\$ bilhões	93
Figura 41. Faturamento Total por Segmento Tradicional e Novos Negócios – R\$ bilhões	93
Figura 42. Resultado de Serviço de Cartões BB – R\$ milhões.....	94
Figura 43. Gestão de Recursos de Terceiros.....	98
Figura 44. Renda Fixa – Mercado Doméstico	102
Figura 45. Renda Fixa – Mercado Internacional – <i>Lead-Manager</i>	102
Figura 46. Renda Variável Varejo - Mercado Secundário	103
Figura 47. Ouro – Custódia	104
Figura 48. Receita de Serviços Fiduciários – em R\$ milhões.....	104
Figura 49. Administração Fiduciária – R\$ bilhões	105
Figura 50. Total de Ativos de Custódia Doméstica e Market Share – R\$ bilhões	106
Figura 51. <i>Trustee</i> – Quantidade de Operações (%)	107
Figura 52. Consórcios – Receitas de Prestação de Serviços	109
Figura 53. Rede Própria, Crédito PF e Outras Despesas Administrativas (Base 100 = Set/09)	112
Figura 54. Funcionários e Tarifas (Base 100 = Set/09).....	112
Figura 55. Agências e Tarifas (Base 100 = Set/09)	113
Figura 56. Evolução do Quadro de Pessoal.....	114
Figura 57. Participação dos Canais de Atendimento nas Transações - %	118
Figura 58. Quantidade de Usuários e Transações – <i>Mobile Banking</i> (Base 100 = 2011)	118
Figura 59. Quantidade de Usuários e Transações – <i>Internet Banking</i> (Base 100 = 2011)	119

Figura 60. Terminais de Autoatendimento	119
Figura 61. Participação dos Terminais de Autoatendimento nas Transações Bancárias Básicas	120
Figura 62. Investimentos em Tecnologia.....	120
Figura 63. Capacidade de Armazenamento e Índice Geral de Disponibilidade.....	121
Figura 64. Perdas Operacionais por Faixa de Valor - %	122
Figura 65. Relação entre Transações Fraudadas e Realizadas	123
Figura 66. Potencial de Recuperação e Recuperação Realizada – Canais de Atendimento (%)	123
Figura 67. Quantidade de Ataques versus Quantidade de Ataques Obstados	124
Figura 68. Quantidade de Denúncias Procedentes Junto ao Bacen	124
Figura 69. Índice de Reclamações – Banco Central do Brasil	125
Figura 70. Denúncias Procedentes Junto ao Bacen – BB versus Principais Concorrentes	125
Figura 71. Denúncias Registradas nos Procon: BB versus Principais Concorrentes	126
Figura 72. Denúncias Registradas no Procon: BB versus Banco Mais Demandado.....	126
Figura 73. Denúncias Registradas no Procon: BB vs Bancos com Mais de 2 Milhões de Clientes ..	127
Figura 74. Denúncias Ingressas no Procon: BB versus Principais Concorrentes	127
Figura 75. Evolução da Exposição Cambial em % do PR	139
Figura 76. Ativos e Passivos por Indexador	139
Figura 77. Posição Líquida por Indexador.....	140
Figura 78. Reserva de Liquidez – Moeda Nacional	142
Figura 79. Reserva de Liquidez – Moeda Estrangeira	142
Figura 80. Indicador DRL.....	143
Figura 81. Originação (Fin. de Veículos e Veículos Leves Usados) – R\$ bilhões.....	154
Figura 82. PCLD Carteira Gerenciada vs PCLD Carteira Classificada.....	155
Figura 83. Banco Patagonia – Série Histórica Lucro Líquido – R\$ milhões	160

Apresentação

O relatório Análise do Desempenho apresenta a situação econômico-financeira do Banco do Brasil (BB). Destinado aos analistas de mercado, acionistas e investidores, tem periodicidade trimestral. Esta publicação disponibiliza conteúdo com dados sobre indicadores econômicos, desempenho dos papéis BB e gestão de riscos. O leitor encontrará, ainda, tabelas contendo séries históricas de até oito períodos do Balanço Patrimonial Resumido, da Demonstração Resumida do Resultado Societário, da Demonstração do Resultado com Realocações, além de informações sobre rentabilidade, produtividade, qualidade da carteira de crédito, estrutura de capital, mercado de capitais e dados estruturais.

Ao final do relatório, as Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas do trimestre em análise são apresentadas.

Destaques

- 1) No Capítulo 3 - Crédito (i) apresentamos novo gráfico referente à concentração da Carteira de Crédito de Crédito País (Sem BV) por Período de Contratação (Seção 3.1); (ii) apresentamos novo conceito para Concentração (Seção 3.1.4); (iii) incluímos o gráfico demonstrando a Cobrança e Recuperação Antes do Envio para Perdas (Seção 3.3.4).
- 2) No Capítulo 6 - Negócios não Financeiros (i) incluímos novo gráfico referente às Receitas de Serviços Fiduciários (seção 6.5).
- 3) Informações sobre gestão, processos e negócios sustentáveis do BB podem ser consultadas no endereço eletrônico www.bb.com.br/sustentabilidade

Acesso on-line

A leitura do relatório Análise do Desempenho pode ser realizada no site de Relações com Investidores do Banco do Brasil. Também são disponibilizadas maiores informações sobre a Empresa, como: Governança Corporativa, notícias, perguntas frequentes e o *Download Center*.

Banco do Brasil
Relações com Investidores

bb.com.br
bb.com.br/ri

Glossário

Alavancagem: indicador financeiro que expressa a relação entre o ativo total e o patrimônio líquido da empresa.

Ativos Rentáveis: refletem a soma de todos os ativos que geram retorno financeiro para a instituição. O retorno total desses ativos está incluído na receita bruta de intermediação financeira (RIF).

Captações Comerciais: Inclui Depósitos Totais, Letras de Crédito de Agronegócio (LCA), Letras de Crédito Imobiliárias (LCI) e Operações Compromissadas com Títulos Privados.

Captações Institucionais: Inclui captações direcionadas a investidores institucionais, com a utilização de instrumentos como Dívida Sênior, Letras Financeiras, Instrumento Híbrido de Capital e Dívida (IHCD).

Carteira de Crédito Classificada: total das operações de empréstimo, financiamentos, arrendamentos mercantis, outras operações com características de crédito e aquisições de ativos de crédito.

Carteira de Crédito Ampliada: corresponde à carteira de crédito classificada adicionada das operações com títulos e valores mobiliários privados (TVM privados) e das garantias prestadas.

Carteira de Crédito Ampliada no País: carteira de crédito classificada, adicionada das operações com títulos e valores mobiliários privados (TVM privados) adquiridos pelo BB e das garantias prestadas, considerando-se as operações realizadas no país.

Carteira de Crédito Gerenciada: conceito adotado pelo Banco Votorantim, abrangendo a carteira de crédito contabilizada segundo a Res. nº CMN 2.682/99, adicionada de ativos cedidos com coobrigação para outras instituições financeiras e dos ativos cedidos para fundos de investimento em direitos creditórios – FIDCs.

Carteira de Crédito Gerenciada Ampliada: conceito adotado pelo Banco Votorantim, abrangendo carteira de crédito gerenciada adicionada de títulos e valores mobiliários privados, avais e fianças prestados.

Carteira de Crédito Orgânica: corresponde à carteira de crédito classificada do BB excluindo-se as operações provenientes do Banco Votorantim e de carteiras adquiridas.

Carteira de Crédito Renegociada por Atraso: composta pelos créditos renegociados para composição de dívidas em virtude de atraso no pagamento pelos clientes. Não inclui operações prorrogadas da carteira de agronegócio.

Correspondente no País: são empresas, integrantes ou não do Sistema Financeiro Nacional, contratadas por instituições financeiras e demais instituições autorizadas pelo Banco Central do Brasil para a prestação de serviços de atendimento aos clientes e usuários dessas instituições.

Custo de Oportunidade: instrumento de avaliação gerencial utilizado na comparação entre o resultado efetivo de operações ativas e o resultado hipotético da utilização em alternativa substitutiva. Em geral é considerada a Taxa Média Selic (TMS).

Fairness opinion: análise econômica, financeira e societária que propicia àqueles que irão tomar a decisão sobre determinada transação de fusão e aquisição ou para oferecer aos acionistas uma visão independente e imparcial explicitando que, nas condições conjunturais de mercado às quais estava sujeita a companhia na fase em que a referida transação foi negociada, os seus termos foram justos para a empresa e todos os seus acionistas.

Garantias: são operações em normalidade onde o BB assegura a liquidação financeira dos contratos (aval e fiança).

Hedge Estrutural: operações realizadas para anular os efeitos de variações em moedas estrangeiras sobre os ativos no exterior.

Hedge Fiscal: operações realizadas para minimizar o efeito da tributação sobre resultados positivos decorrentes do Hedge Estrutural.

Índices de Cobertura de despesas administrativas e despesas de pessoal - ajustados: indicadores de produtividade expressos pelas relações: 1) rendas de tarifas/despesas administrativas; 2) rendas de tarifas/despesas de pessoal. Índices baseados nas demonstrações do resultado com realocações.

Índice de Eficiência ajustado: indicador de produtividade que expressa a relação entre as despesas administrativas e suas receitas operacionais. Quanto menor o índice mais “eficiente” é a empresa.

Lucro Líquido Ajustado: lucro líquido sem itens extraordinários.

Margem Financeira Bruta (MFB): É calculada pela diferença entre as receitas e despesas de intermediação financeira considerando-se as realocações. Representa o resultado das operações de intermediação financeira, antes da provisão para risco de crédito.

Margem Financeira Gerencial: É calculada com base nas receitas financeiras auferidas, deduzidos os custos de oportunidade, é definida de acordo com cada tipo de produto.

Margem Líquida de Juros: receita líquida de juros dividida pelo saldo médio dos ativos rentáveis.

Margem de Lucro Líquida: diferença entre a taxa média de retorno dos ativos rentáveis e a taxa média de custo dos passivos onerosos.

Passivos Onerosos: engloba a soma de todos passivos que acarretam despesa financeira para a instituição. O custo financeiro total desses passivos reflete a despesa de intermediação financeira.

Realocações: ajustes realizados na Demonstração do Resultado Societário (DRE) com o objetivo de possibilitar melhor entendimento do negócio e do desempenho da empresa.

Receita Líquida de Juros: composto pela diferença entre os ganhos com os ativos rentáveis e os custos referentes aos passivos onerosos.

Retorno sobre Patrimônio Líquido Anualizado (RSPL): razão entre o lucro líquido e a média aritmética do patrimônio líquido do período em referência, excluída a participação de minoritários. Os valores são anualizados por capitalização.

Spread Gerencial: é o resultado da margem financeira gerencial dividida pelos respectivos saldos médios. Na apuração da margem financeira gerencial são auferidas inicialmente as receitas financeiras, classificadas por tipo de carteira. Além disso, são deduzidos os custos de oportunidade definidos para cada uma das linhas que compõem as carteiras. Em relação ao crédito destinado para PF e PJ, com recursos livres, o custo de oportunidade é a taxa média Selic (TMS). No caso da carteira agrícola e outros recursos direcionados, o custo de oportunidade é calculado de acordo com a origem do funding e com a necessidade ou não de aplicação obrigatória de parte dessa fonte de recurso.

Spread Global Bruto: aplicação do conceito de *spread* específico ao segmento bancário que é calculado dividindo-se a margem financeira bruta pelos ativos rentáveis médios.

TVM Privados: valores mobiliários (*commercial papers* e debêntures) emitidos principalmente por clientes pessoa jurídica e subscritos pelo BB.

Sumário do Resultado

Resultado

Lucro Líquido de R\$ 2,8 bilhões no 3T14

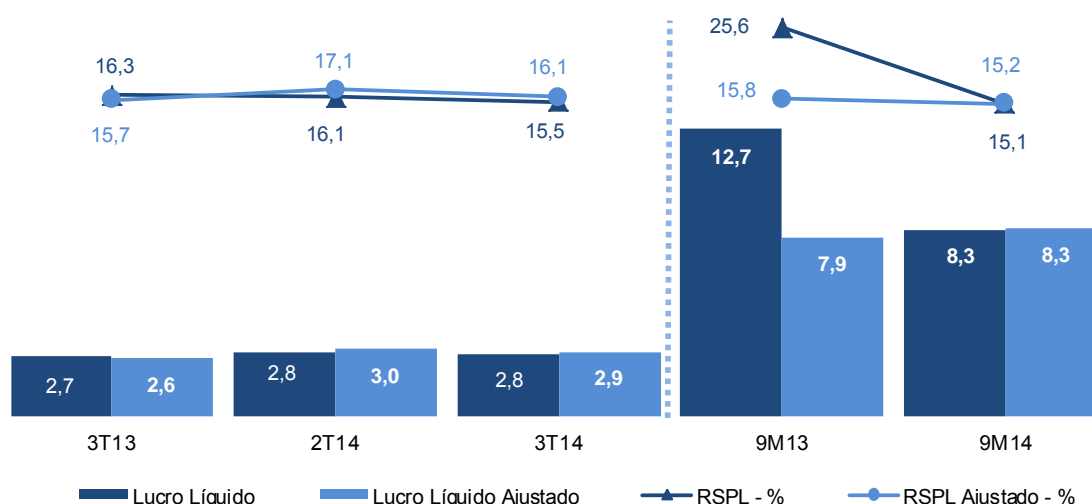
O Banco do Brasil apresentou Lucro Líquido de R\$ 2,8 bilhões no 3T14.

O Lucro Líquido Ajustado, que exclui os efeitos de itens extraordinários, atingiu R\$ 2,9 bilhões no trimestre, resultado 10,5% superior ao observado no 3T13.

Nos nove primeiros meses do ano, o Lucro Líquido do Banco alcançou R\$ 8,3 bilhões.

O Lucro Líquido Ajustado nos 9M14 foi de R\$ 8,3 bilhões, montante 5,0% superior ao registrado nos 9M13, correspondente a RSPL de 15,2% ao ano. O Resultado obtido no ano foi impulsionado principalmente pela expansão dos negócios.

Figura 1. Lucro (R\$ bilhões) e RSPL (%)



Guidance

Na tabela a seguir são apresentadas informações sobre o *Guidance* 2014. Os indicadores de itens patrimoniais são calculados pela comparação de saldos de final de período. As linhas de resultado são medidas comparando-se os montantes acumulados no ano. As projeções são elaboradas para o ano como um todo, de forma que o acompanhamento ao longo dos trimestres pode refletir eventos específicos do período. As premissas utilizadas na elaboração dessas estimativas foram apresentadas no Sumário do Resultado 4T13. Considerando os resultados observados nos nove primeiros meses do ano, algumas projeções para 2014 foram revistas, conforme indicado na tabela.

Nos 9M14, os seguintes indicadores apresentaram desvio em relação ao esperado para o ano:

- Captações Comerciais: resultado decorrente da estratégia de gestão do portfólio;
- Carteira de Crédito Ampliada: resultado impactado pela menor demanda;
- Crédito PF: reflexo do menor volume de carteira adquirida e crédito veículo, compensado parcialmente pelo crédito imobiliário no período;
- Crédito PJ: menor crescimento das operações com TVM/Privado;
- Despesas Administrativas: foram influenciadas pela concretização do Acordo Coletivo no trimestre. A expectativa é que esses efeitos sejam diluídos até o encerramento do exercício.

Tabela 1. *Guidance*

Indicadores	Guidance 2014 - %	Realizado 2014 - %	Guidance 2014 Revisito - %
RSPL Ajustado ¹	14 - 17	15,2	Mantido
Margem Financeira Bruta	5 - 9	7,3	Mantido
Captações Comerciais ²	14 - 18	10,0	12 - 16
Carteira de Crédito Ampliada - País ³	14 - 18	13,1	12 - 16
PF	12 - 16	6,9	8 - 12
PJ	14 - 18	12,8	12 - 16
Agronegócio	18 - 22	21,8	16 - 20
PCLD ⁴	2,7 - 3,1	2,8	Mantido
Rendas de Tarifas	6 - 9	6,7	Mantido
Despesas Administrativas	5 - 8	8,5	Mantido

1 - O cálculo do RSPL Ajustado de 2014 considera estimativa de Patrimônio Líquido ajustado, livre dos efeitos: (i) da atualização de ativos e passivos atuariais, decorrentes da Deliberação CVM/695; (ii) das participações minoritárias nas controladas; e (iii) a partir de set/14, foi também excluído o valor de R\$ 8,1 bilhões, referente à reclassificação de Instrumento Elegível ao Capital Principal do Passivo para o Patr. Líquido da Instituição.

2 - Inclui Depósitos Totais, LCA, LCI e Operações Compromissadas com Títulos Privados.

3 - Inclui Carteira de Crédito Classificada País, TVM privados e Garantias.

4 - Despesas de PCLD dos últimos 12 meses / Carteira de Crédito Classificada Média do mesmo período.

O RSPL Ajustado, constante do *Guidance*, é calculado a partir do Patrimônio Líquido Ajustado indicado na tabela a seguir.

Tabela 2. Patrimônio Líquido Ajustado

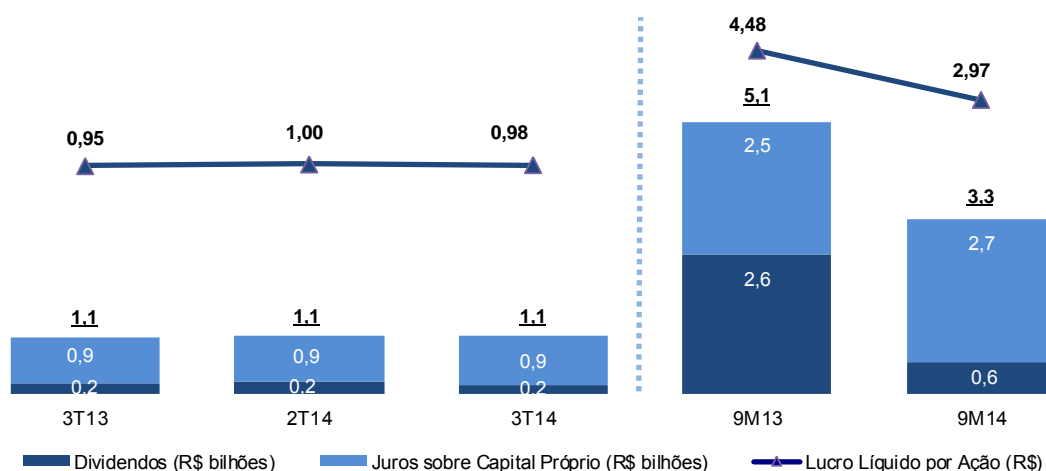
R\$ milhões	Dez/13	Set/14
Patrimônio Líquido Contábil	72.225	81.246
Planos de Benefícios	(2.671)	(6.240)
Participações Minoritárias nas Controladas	2.698	2.755
Instrumento Elegível ao Cap. Principal	-	8.100
Patrimônio Líquido Ajustado	72.197	76.631
Patrimônio Líquido Ajustado - médio		74.414

Retorno ao Acionista

Remuneração aos acionistas alcança R\$ 3,3 bilhões nos 9M14

O Lucro Líquido por ação do Banco do Brasil alcançou R\$ 2,97 nos nove primeiros meses do ano. O Banco manteve a prática de distribuir 40% do lucro líquido a seus acionistas (*payout*) e destinou R\$ 3,3 bilhões em remuneração no período, conforme mostra a figura a seguir.

Figura 2. Lucro Líquido por Ação, Dividendos e Juros sobre Capital Próprio



A diferença na proporção de pagamentos de dividendos, que foram superiores aos de JCP em 2013, reflete a alienação de ações da BB Seguridade no ano passado. O JCP está limitado à incidência de

TJLP sobre o capital próprio e o lucro realizado superou muitas vezes este parâmetro, gerando pagamentos de dividendos superiores aos de JCP no ano passado.

DRE com Realocações

Resultado impulsionado pela expansão dos negócios

A tabela a seguir, extraída da DRE com Realocações do Banco, apresenta os principais destaques do período. O detalhamento das realocações efetuadas na DRE pode ser encontrado no item 2.3.1 do relatório Análise do Desempenho.

A Margem Financeira Bruta, diferença entre as Receitas e as Despesas de Intermediação Financeira, alcançou R\$ 12,5 bilhões no 3T14, crescimento de 7,6% em relação ao 3T13. Nos 9M14, houve crescimento de 7,3% sobre igual período do ano anterior, em linha com o *Guidance* 2014.

As Rendas de Tarifas apresentaram elevação de 9,4% sobre o 3T13, e de 6,7% na comparação 9M14/9M13. O item Resultado de Operações com Seguros, Previdência e Capitalização apresentou incremento de 31,5% no comparativo 3T14/3T13, e de 35,6% no acumulado do ano. As Despesas Administrativas cresceram 8,9% em relação ao 3T13 e 8,5% sobre os 9M13.

Tabela 3. DRE com Realocações – Principais Linhas

R\$ milhões	Fluxo Trimestral			Var. %		Fluxo 9 Meses		Var. %
	3T13	2T14	3T14	s/ 3T13	s/ 2T14	9M13	9M14	s/ 9M13
Receitas da Interm. Financeira	28.318	32.522	40.674	43,6	25,1	81.783	103.764	26,9
Operações de Crédito + Leasing	18.886	21.136	24.711	30,8	16,9	54.436	65.792	20,9
Resultado de Operações com TVM	7.613	9.839	12.349	62,2	25,5	21.016	31.015	47,6
Despesas da Interm. Financeira	(16.670)	(20.170)	(28.145)	68,8	39,5	(47.573)	(67.052)	40,9
Margem Financeira Bruta	11.648	12.353	12.530	7,6	1,4	34.210	36.713	7,3
Provisão p /Créd. de Liquidação Duvidosa	(3.911)	(4.570)	(4.571)	16,9	0,0	(11.402)	(13.328)	16,9
Margem Financeira Líquida	7.737	7.783	7.959	2,9	2,3	22.808	23.385	2,5
Rendas de Tarifas	5.819	6.169	6.363	9,4	3,2	17.124	18.273	6,7
Res.de Op. c/ Seguros, Previdência e Cap.	825	1.101	1.085	31,5	(1,5)	2.352	3.188	35,6
Margem de Contribuição	13.259	13.821	14.183	7,0	2,6	38.992	41.237	5,8
Despesas Administrativas	(7.389)	(7.819)	(8.048)	8,9	2,9	(21.750)	(23.596)	8,5
Despesas de Pessoal	(4.156)	(4.465)	(4.630)	11,4	3,7	(12.410)	(13.571)	9,3
Outras Despesas Administrativas	(3.233)	(3.354)	(3.417)	5,7	1,9	(9.339)	(10.025)	7,3
Resultado Comercial	5.776	5.919	6.034	4,5	1,9	16.976	17.362	2,3
Demandas Cíveis	(204)	(216)	(263)	28,7	21,7	(482)	(741)	53,7
Demandas Trabalhistas	(268)	(185)	(266)	(0,7)	43,9	(932)	(756)	(18,8)
Outros Componentes do Resultado	(1.144)	(557)	(1.034)	(9,7)	85,5	(3.087)	(2.304)	(25,4)
Resultado Antes da Trib. s/ o Lucro	4.204	4.996	4.511	7,3	(9,7)	12.607	13.735	8,9
Imposto de Renda e Contribuição Social	(998)	(1.248)	(845)	(15,3)	(32,3)	(3.065)	(3.200)	4,4
Participações Estatutárias no Lucro	(368)	(421)	(403)	9,7	(4,1)	(1.127)	(1.186)	5,2
Lucro Líquido Ajustado	2.610	3.002	2.885	10,5	(3,9)	7.929	8.323	5,0

O resultado dos itens extraordinários, líquido de impostos e participações estatutárias no lucro, é apresentado na tabela a seguir.

Tabela 4. Itens Extraordinários

R\$ milhões	3T13	2T14	3T14	9M13	9M14
Lucro Líquido Ajustado	2.610	3.002	2.885	7.929	8.323
(+) Itens Extraordinários do Período	94	(173)	(104)	4.803	(36)
Planos Econômicos	(295)	(328)	(248)	(627)	(920)
Eficiência Tributária	-	-	-	142	260
PCLD Adicional - Revisão Semestral	-	(143)	-	38	(143)
Provisão para CCV	-	-	-	(186)	-
Reconciliação de Demandas Legais	-	-	-	303	-
Alienação de Ações BB Seguridade	-	-	-	9.820	-
Despesas com Alienações de Ações da BB Seguridade	-	-	-	(172)	-
Provisão Extraordinária com Demandas Contingentes	462	163	63	(805)	359
Provisão Demandas Legais - Aj.de Parâmetros e Políticas de Acordos	-	-	-	-	385
Efeitos Fiscais e PLR sobre Itens Extraordinários	(73)	135	81	(3.710)	23
Lucro Líquido	2.704	2.829	2.780	12.733	8.287

Margem Financeira Bruta

Margem Financeira cresce 7,3% no acumulado do ano

A composição da MFB é apresentada na tabela a seguir. Nessa abertura, as linhas de receita financeira com operações de crédito e despesas financeiras de captação não consideram o efeito da variação cambial.

Tabela 5. Composição da MFB

R\$ milhões	Fluxo Trimestral			Var. %		Fluxo 9 Meses			Var. %
	3T13	2T14	3T14	s/ 3T13	s/ 2T14	9M13	9M14	s/ 9M13	
Margem Financeira Bruta	11.648	12.353	12.530	7,6	1,4	34.210	36.713	7,3	
Receita Financeira c/ Operações de Crédito	17.882	20.227	21.461	20,0	6,1	51.302	60.897	18,7	
Despesa Financeira de Captação	(8.477)	(10.526)	(11.365)	34,1	8,0	(23.076)	(31.865)	38,1	
Despesa Financeira de Captação Institucional ¹	(1.521)	(1.604)	(1.876)	23,4	16,9	(4.365)	(5.085)	16,5	
Recuperação de Crédito ²	836	871	903	7,9	3,6	2.711	2.583	(4,7)	
Resultado de Tesouraria ³	2.843	3.181	3.236	13,8	1,7	7.280	9.655	32,6	
Demais	85	204	171	102,2	(16,3)	358	528	47,6	

1 - Inclui instrumentos de dívida sênior, dívida subordinada e IHCD no país e no exterior.

2 - Realocações: (I) no 1T14, referente à recomposição de operação baixada e recuperada de prejuízo no mês; e (II) no 2T14, ajuste de recuperação de operação com característica de crédito.

3 - Inclui o resultado com juros, as receitas de compulsórios rentáveis, hedge fiscal, derivativos e outros instrumentos financeiros que compensam os efeitos da variação cambial no resultado.

No 3T14, a MFB alcançou R\$ 12,5 bilhões, crescimento de 7,6%, quando comparado com o mesmo período do ano anterior. No acumulado do ano, houve crescimento de 7,3%, atingindo R\$ 36,7 bilhões. Destacam-se as linhas abaixo na sua composição:

I. Receita Financeira com Operações de Crédito atingiu R\$ 60,9 bilhões nos 9M14, incremento de 18,7%, justificado, sobretudo, pelo aumento das receitas em virtude do maior volume e do giro da carteira;

II. Despesas Financeiras de Captação e Captação Institucional cresceram, na comparação 9M14/9M13, 38,1% e 16,5%, respectivamente, devido principalmente ao aumento no volume de recursos captados e aumento na taxa dos Certificados de Depósitos Interbancários - CDI (39,3%). A estratégia de diversificação do portfólio de captações do BB minimizou o aumento da despesa de Captação;

III. Resultado de Tesouraria registrou R\$ 9,7 bilhões nos 9M14, evolução de 32,6%, reflexo principalmente do aumento da TMS efetiva sobre o resultado de títulos e compulsórios rentáveis.

Informações adicionais sobre a MFB podem ser consultadas no capítulo 5 do relatório Análise do Desempenho.

Spread por Carteira

Na tabela a seguir, é apresentado o *spread* gerencial segmentado por tipo de operação de crédito. O *spread* é o resultado da margem financeira gerencial dividida pelos respectivos saldos médios das carteiras de crédito.

Na apuração da margem financeira gerencial são auferidas inicialmente as receitas financeiras, classificadas por tipo de carteira. Em seguida são deduzidos os custos de oportunidade definidos para cada uma das linhas que compõem as carteiras. Em relação ao crédito destinado para PF e PJ, com recursos livres, o custo de oportunidade é a TMS. No caso da carteira agrícola e outros recursos direcionados, o custo de oportunidade é calculado de acordo com a origem do *funding* e com a necessidade ou não de aplicação obrigatória de parte dessa fonte de recurso.

Tabela 6. Spread Gerencial Anualizado

%	4T12	1T13	2T13	3T13	4T13	1T14	2T14	3T14
Operações de Crédito	8,1	7,6	7,4	7,1	7,0	7,2	7,5	7,5
Pessoa Física	14,8	13,9	13,6	13,2	13,2	13,2	13,8	13,7
Pessoa Jurídica	4,8	5,2	5,1	4,8	4,8	5,2	5,4	5,6
Agronegócios	5,8	4,6	4,6	4,6	4,6	4,7	4,8	5,0

A seguir apresenta-se a evolução do *Spread* Global.

Tabela 7. *Spread* Global

%	4T12	1T13	2T13	3T13	4T13	1T14	2T14	3T14
Spread Global ¹	5,0	4,5	4,5	4,4	4,4	4,1	4,1	4,2
Spread Ajustado pelo risco ²	3,5	3,1	2,9	2,9	2,8	2,6	2,6	2,6

1 - Margem Financeira Bruta / Saldo Médio dos Ativos Rentáveis, anualizado.

2 - Margem Financeira Líquida (MFB menos PCLD) / Saldo Médio dos Ativos Rentáveis, anualizado.

Ativos e Principais Itens Patrimoniais

Ativos totais crescem 13,7% em 12 meses

Os ativos totais do BB atingiram R\$ 1,4 trilhão em set/14, com expansão de 13,7% em doze meses, como mostra a tabela a seguir. As principais linhas do ativo são operações de crédito, TVM e aplicações interfinanceiras de liquidez, que responderam por 78,7% do total em set/14. Em relação aos passivos, destacam-se as Captações Comerciais, que representaram 43,6% do total.

Tabela 8. Principais Itens Patrimoniais

R\$ milhões	Set/13	Jun/14	Set/14	Var. %	
				s/ Set/13	s/ Jun/14
Ativos Totais	1.259.120	1.401.128	1.431.629	13,7	2,2
Carteira de Crédito Ampliada ¹	652.237	718.754	732.719	12,3	1,9
Carteira de Crédito Ampliada - País ¹	597.231	665.553	675.539	13,1	1,5
Títulos e Valores Mobiliários	195.932	208.265	210.435	7,4	1,0
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	233.320	297.619	317.820	36,2	6,8
Captações Comerciais	566.664	618.926	623.524	10,0	0,7
Depósitos Totais	470.906	479.883	468.825	(0,4)	(2,3)
à Vista	69.191	69.377	69.521	0,5	0,2
de Poupança	134.216	146.461	148.996	11,0	1,7
Interfinanceiros	21.013	28.842	28.531	35,8	(1,1)
a Prazo	246.486	235.203	221.777	(10,0)	(5,7)
Depósitos Judiciais	97.355	107.244	110.095	13,1	2,7
LCA+LCI	70.112	108.129	113.515	61,9	5,0
Oper. Compromissadas c/Tit. Privados	25.646	30.914	41.184	60,6	33,2
Captações no Mercado Aberto	243.911	289.099	319.723	31,1	10,6
Patrimônio Líquido	65.924	71.791	81.246	23,2	13,2

1 - Inclui TVM privados e garantias prestadas.

Informações sobre Outros Componentes Patrimoniais, tais como Ativo e Passivo Atuariais, Fundos de Destinação de Superávit do Plano 1 da Previ, podem ser consultadas no capítulo 8 do relatório Análise do Desempenho.

Diversificação das fontes de recursos garante expansão dos negócios

As Captações Comerciais do Banco do Brasil alcançaram R\$ 623,5 bilhões em set/14, evolução de 10,0% em doze meses. O Banco manteve a estratégia de mudança do *mix* de captações, visando redução de custos. Os principais incrementos, no comparativo set14/jun14, foram originados, principalmente, por Letras de Crédito do Agronegócio (LCA), cujo crescimento foi de 5,9%, e Operações Compromissadas com Títulos Privados (+33,2%), como mostra a tabela seguinte.

O saldo das captações externas, incluindo títulos de renda fixa, certificados de depósitos, depósitos e operações compromissadas, alcançou US\$ 51,4 bilhões ao final de set/14, acréscimo de 4,1% em doze meses.

Os títulos de renda fixa emitidos pelo Banco no mercado internacional de capitais somaram US\$ 18,1 bilhões em valores nominais em set/14, conforme o capítulo 4 do Relatório Análise do Desempenho.

Sumário do Resultado

A Carteira de Crédito Líquida continua como principal destino dos recursos captados, representando 86,7% do total de fontes em set/14.

Tendo em vista o montante expressivo de crédito originado por linhas de repasse no país, o indicador Carteira de Crédito Líquida Ajustada exclui as operações com natureza de repasse. Ao final de set/14, o índice Carteira de Crédito Líquida Ajustada / Captações Comerciais atingiu 89,5% demonstrando que a Carteira de Crédito do BB está adequada ao nível de Captações Comerciais.

Tabela 9. Fontes e Usos

R\$ milhões	Saldos				Var. %			
	Set/13	Part. %	Jun/14	Part. %	Set/14	Part. %	s/ Set/13	s/ Jun/14
Fontes	691.492	100,0	774.405	100,0	788.145	100,0	14,0	1,8
Captações Comerciais	566.664	81,9	618.926	79,9	623.524	79,1	10,0	0,7
Depósitos Totais	470.906	68,1	479.883	62,0	468.825	59,5	(0,4)	(2,3)
LCA + LCI	70.112	10,1	108.129	14,0	113.515	14,4	61,9	5,0
Oper. Compromissadas c/ Tit. Privados ¹	25.646	3,7	30.914	4,0	41.184	5,2	60,6	33,2
Obrigações por Repasses no País	82.003	11,9	93.020	12,0	88.036	11,2	7,4	(5,4)
Obrigações no Exterior ²	67.066	9,7	62.926	8,1	65.621	8,3	(2,2)	4,3
Dívida Subordinada	40.853	5,9	43.515	5,6	42.417	5,4	3,8	(2,5)
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital ^{3 4}	-	-	16.327	2,1	27.990	3,6	-	71,4
Demais Letras Bancárias ⁵	9.180	1,3	9.569	1,2	9.637	1,2	5,0	0,7
IHCD no País	8.213	1,2	8.318	1,1	90	0,0	(98,9)	(98,9)
Fundos Financ / Desenvolvimento	6.000	0,9	8.405	1,1	9.569	1,2	59,5	13,8
Depósitos Compulsórios	(88.488)	(12,8)	(86.599)	(11,2)	(78.739)	(10,0)	(11,0)	(9,1)
Usos	691.492	100,0	774.405	100,0	788.145	100,0	14,0	1,8
Carteira de Crédito Líquida (a) = (b) + (c) +(d)	607.255	87,8	670.553	86,6	683.703	86,7	12,6	2,0
Carteira de Crédito Classificada (b)	584.989	84,6	649.564	83,9	662.392	84,0	13,2	2,0
TVM Privados (c)	44.372	6,4	45.786	5,9	47.082	6,0	6,1	2,8
Provisão para Risco de Crédito (d)	(22.106)	(3,2)	(24.797)	(3,2)	(25.770)	(3,3)	16,6	3,9
Carteira de Crédito Líquida Ajustada (a) - (e)	492.997	71,3	541.195	69,9	557.918	70,8	13,2	3,1
Linhas de Repasse no País (e)	114.258	16,5	129.357	16,7	125.786	16,0	10,1	(2,8)
Recursos Disponíveis	84.236	12,2	103.853	13,4	104.442	13,3	24,0	0,6
Indicadores - %								
Carteira de Crédito Líquida / Depósitos Totais	129,0		139,7		145,8			
Cart. de Crédito Líquida / Captações Comerciais	107,2		108,3		109,7			
Cart. de Créd. Líq. Ajustada / Capt. Comerciais	87,0		87,4		89,5			
Carteira de Crédito Líquida / Fontes	87,8		86,6		86,7			

1 - A linha de Operações Compromissadas com Títulos Privados abrange parte dos saldos de Títulos Privados da Nota Explicativa 17-C.

2 - Inclui Empréstimos no Exterior, Obrigações por TVM no Exterior, Obrigações por Repasses no Exterior, Dívida Subordinada no Exterior e IHCD.

3 - Segregados, a partir do 4T13, de Dívida Subordinada, conforme Carta Circular BCB 3.624/13.

4 - A partir do 3T14, inclui os recursos do IHCD País considerado como Capital Principal, conforme autorização do Banco Central através do Ofício 15006/2014-BCB/DEORF/DIFIN.

5 - Inclui Letras Financeiras, Certificados de Crédito Imobiliário e Debêntures.

Basileia

Índice de Basileia atinge 16,04% em set/14

O índice de Basileia III do Banco do Brasil alcançou 16,04% em set/14, percentual acima do mínimo regulatório. O Índice de Capital Nível I realizado foi de 11,51%, sendo 9,28% de Índice de Capital Principal. Ambos os indicadores estão enquadrados e acima dos limites mínimos regulatórios. O Banco Central autorizou reconhecer como Capital Principal, a partir de 28/08/2014, o valor de R\$ 8,1 bilhões relativo ao Contrato de Mútuo firmado com a União em 26/09/2012 e respectivo Termo Aditivo de 28/08/2014. O Patrimônio de Referência do Banco alcançou R\$ 123,7 bilhões, conforme detalhado no capítulo 9 do relatório Análise do Desempenho.

Carteira de Crédito

Carteira de Crédito Ampliada cresce 12,3% em 12 meses

A Carteira de Crédito Ampliada do Banco do Brasil atingiu R\$ 732,7 bilhões em set/14, elevando-se em 12,3% em 12 meses, como mostra a tabela a seguir. A Carteira de Crédito Ampliada País cresceu 13,1% na mesma comparação.

A Carteira de Crédito Classificada alcançou R\$ 662,4 bilhões em set/14. A Carteira de Crédito Classificada País atingiu R\$ 611,8 bilhões, expansão de 14,1% em 12 meses, com participação de mercado de 21,1%.

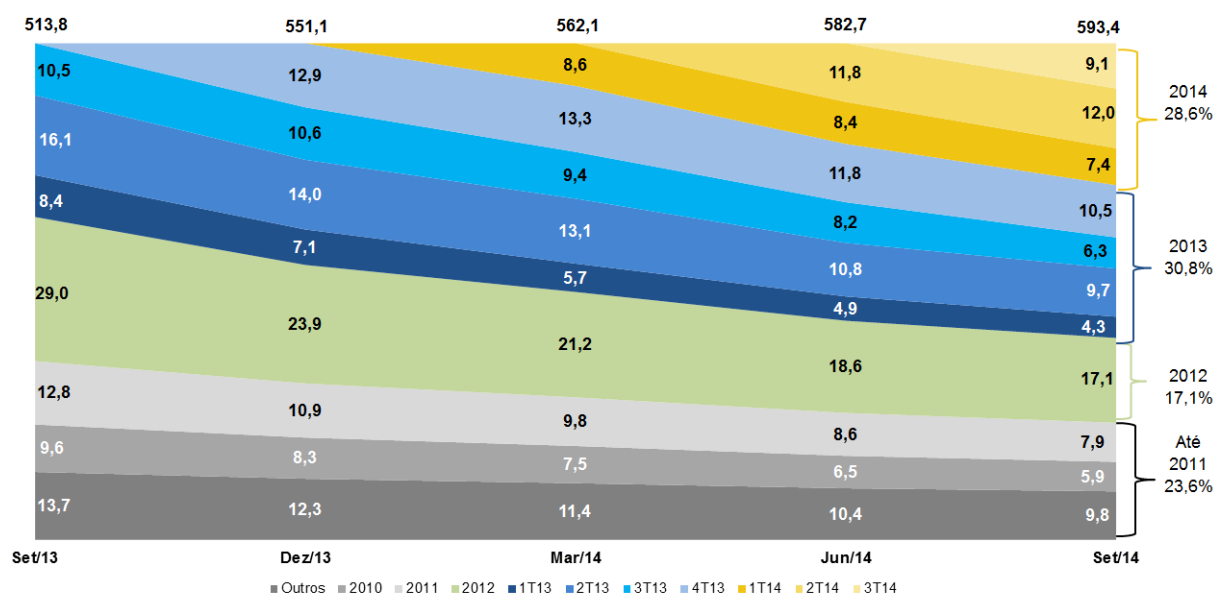
Tabela 10. Carteira de Crédito Classificada e Ampliada

R\$ milhões	Saldos				Var. %			
	Set/13	Part. %	Jun/14	Part. %	Set/14	Part. %	s/ Set/13	s/ Jun/14
Cart. de Crédito Classificada (a)¹	584.989	100,0	649.564	100,0	662.392	100,0	13,2	2,0
País	536.296	91,7	602.570	92,8	611.770	92,4	14,1	1,5
Pessoa Física	163.576	28,0	172.637	26,6	174.662	26,4	6,8	1,2
CDC Consignação	61.641	10,5	63.406	9,8	63.065	9,5	2,3	(0,5)
CDC Salário	18.334	3,1	18.107	2,8	17.911	2,7	(2,3)	(1,1)
Empréstimo Pessoal	5.965	1,0	6.291	1,0	5.927	0,9	(0,6)	(5,8)
Financiamento a Veículos	35.194	6,0	33.230	5,1	32.964	5,0	(6,3)	(0,8)
Financiamento Imobiliário	15.757	2,7	23.539	3,6	25.717	3,9	63,2	9,3
Cartão de Crédito	17.958	3,1	19.479	3,0	20.104	3,0	11,9	3,2
Cheque Especial	2.910	0,5	2.787	0,4	2.735	0,4	(6,0)	(1,8)
Demais	5.817	1,0	5.799	0,9	6.238	0,9	7,2	7,6
Pessoa Jurídica	243.352	41,6	274.313	42,2	280.288	42,3	15,2	2,2
MPE	94.439	16,1	101.148	15,6	101.486	15,3	7,5	0,3
Governos	15.706	2,7	21.476	3,3	26.657	4,0	69,7	24,1
Médias e Grandes¹	133.208	22,8	151.688	23,4	152.145	23,0	14,2	0,3
Agronegócio	129.368	22,1	155.620	24,0	156.819	23,7	21,2	0,8
Pessoa Física	86.885	14,9	109.020	16,8	109.939	16,6	26,5	0,8
Pessoa Jurídica	42.483	7,3	46.599	7,2	46.881	7,1	10,4	0,6
Exterior	48.692	8,3	46.994	7,2	50.622	7,6	4,0	7,7
TVM Priv. e Garantias (b)	67.248		69.191		70.327		4,6	1,6
Cart. de Crédito Ampliada (a + b)	652.237	100,0	718.754	100,0	732.719	100,0	12,3	1,9
País	597.231	91,6	665.553	92,6	675.539	92,2	13,1	1,5
Pessoa Física	163.841	25,1	173.036	24,1	175.111	23,9	6,9	1,2
Pessoa Jurídica¹	303.313	46,5	335.318	46,7	342.023	46,7	12,8	2,0
Agronegócio	130.077	19,9	157.199	21,9	158.405	21,6	21,8	0,8
Exterior	55.006	8,4	53.202	7,4	57.179	7,8	4,0	7,5

1 - Carteira Pessoa Jurídica revisada em set/13 e dez/13, conforme Nota Explicativa 10.

Na próxima figura, apresenta-se a Carteira de Crédito Classificada País (Sem BV) considerando o período de contratação. Pode ocorrer, em alguns casos, que o desembolso do crédito continue ocorrendo nos trimestres subsequentes. Considerando a carteira de set/14, 9,1% dos ativos foram contratadas no 3T14. Em relação aos anos de 2013 e 2014, o percentual chega a 59,4%.

Figura 3. Carteira de Crédito Classif. País (Sem BV) por Período de Contratação - % e R\$ bilhões



Carteira de Crédito Ampliada Pessoa Física supera R\$ 175 bilhões

A **Carteira de Crédito Ampliada Pessoa Física** encerrou set/14 em R\$ 175,1 bilhões, aumento de 6,9% sobre set/13, respondendo por 23,9% do total da Carteira. Destaque para as operações de financiamento imobiliário.

Considerando-se apenas a **Carteira de Crédito Classificada Orgânica Pessoa Física** (excluindo-se as carteiras adquiridas e a consolidação proporcional do BV), a expansão foi de 12,0% e 2,3% sobre set/13 e jun/14, respectivamente. Desse total, 76,1% concentram-se em operações de crédito de menor risco, como Crédito Consignado, CDC Salário, Financiamento de Veículos e Crédito Imobiliário, ante 75,0% em set/13.

Na Carteira de Crédito Classificada Orgânica Pessoa Física, a maioria das operações de CDC e de financiamento de veículos é realizada com servidores públicos, aposentados e pensionistas, num total de 85,6%, demonstrando a estabilidade e proteção da carteira orgânica.

A maioria das operações de crédito consignado contratadas no Banco do Brasil no 3T14 tem prazo maior do que 48 meses (76,5% do total contratado). O perfil dos clientes dessa carteira permite o alongamento de prazos, fidelização e gera oportunidade de oferta de outros produtos no decorrer desse tempo. A participação de mercado do BB nesse segmento foi de 25,8% em set/14.

O saldo da Carteira de Crédito Veículos Orgânica totalizou R\$ 10,5 bilhões em set/14, redução de 3,7% sobre jun/14, em linha com a tendência do mercado. Nessa Carteira, 65,2% dos clientes é correntista há mais de 10 anos e 62,8% recebem proventos pelo Banco. As operações de financiamento de veículos contratadas no BB, no 3T14, com prazo de até 48 meses responderam por 72,9% do total contratado. O *Loan-to-Value* de veículos financiados na visão orgânica alcançou 68,4% em set/14. Nesse caso, os clientes se comprometem com 31,6% do valor do bem, o que reduz a probabilidade de inadimplência.

Carteira de Crédito Imobiliária cresce 73,1% em 12 meses

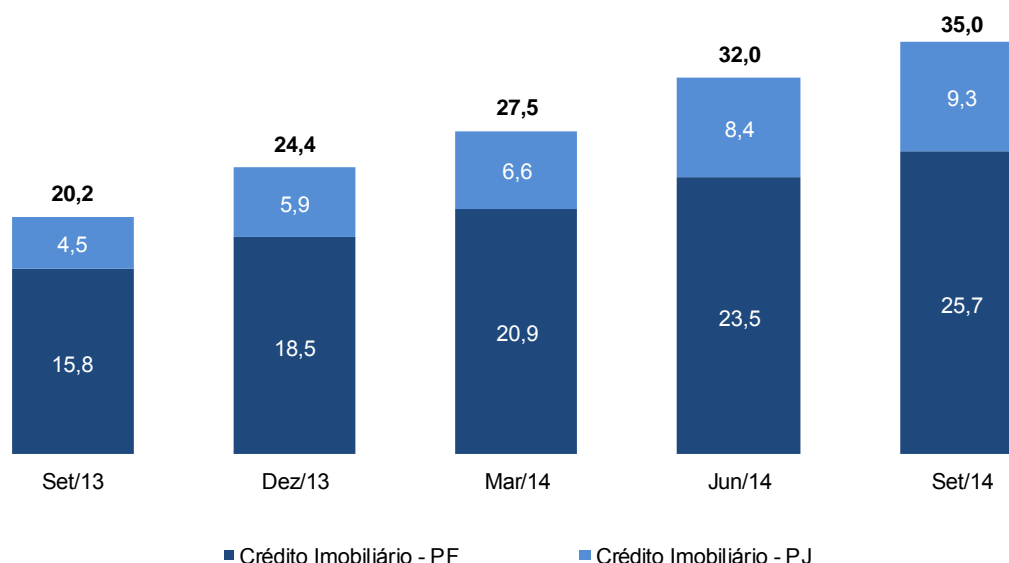
A **Carteira de Crédito Imobiliário Total** atingiu R\$ 35,0 bilhões ao final de set/14, com expansão de 73,1% em 12 meses, como mostra a figura a seguir.

A Carteira de Crédito Imobiliária PF alcançou R\$ 25,7 bilhões em set/14, crescimento 63,2% nos últimos 12 meses. A expansão da carteira no período foi resultado da estratégia de ampliação de produtos ofertados aos clientes, tais como as linhas de operações com recursos FGTS lançadas em 2013, e da consolidação do produto no portfólio do BB. A participação de mercado do BB no Crédito Imobiliário PF atingiu 6,3% em set/14, acréscimo de 140 pontos base sobre igual período de 2013.

O percentual financiado do imóvel ficou em 61,1%, abaixo do praticado no Sistema Financeiro, que atingiu 65,3%, segundo dados da Abecip (Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança), cujo conceito considera o estoque da carteira.

No segmento imobiliário pessoa jurídica, o saldo da carteira atingiu R\$ 9,3 bilhões em set/14, crescimento de 108,0% em 12 meses.

Figura 4. Carteira de Crédito Imobiliário (R\$ bilhões)



Carteira de Crédito Pessoa Jurídica alcança R\$ 342 bilhões

A **Carteira de Crédito Ampliada de Pessoa Jurídica** alcançou R\$ 342,0 bilhões, crescimento de 12,8% sobre set/13, respondendo por 46,7% da Carteira Total.

Ao final de set/14, as Médias e Grandes Empresas (com TVM), somadas ao Governo representavam 70,3% do total da Carteira de Crédito Ampliada PJ, enquanto que a carteira MPE respondia por 29,7%.

Em 12 meses, as operações de capital de giro e de investimento cresceram 11,1% e 23,6% respectivamente, como mostra a tabela a seguir. Essas linhas foram impulsionadas pelo volume de contratações de empresas de médio e grande porte, assim como governo.

As operações com TVM privados e garantias atingiram saldo de R\$ 61,7 bilhões ao final de set/14, crescimento de 3,0% em 12 meses. Essas operações são negociadas com empresas de grande porte e historicamente apresentam baixo risco.

Tabela 11. Carteira de Crédito Pessoa Jurídica Ampliada

R\$ bilhões	Set/13	Part. %	Jun/14	Part. %	Set/14	Part. %	Var. %	
							s/ Set/13	s/ Jun/14
Capital de Giro ¹	164,4	54,2	181,2	54,0	182,6	53,4	11,1	0,8
Investimento	51,6	17,0	60,2	17,9	63,8	18,7	23,6	6,1
TVM Privados	40,7	13,4	41,5	12,4	42,6	12,4	4,5	2,4
Garantias	19,2	6,3	19,5	5,8	19,2	5,6	(0,2)	(1,5)
Comércio Exterior ²	15,5	5,1	16,1	4,8	15,9	4,6	2,7	(1,2)
Demais ³	11,9	3,9	16,9	5,0	18,0	5,3	51,4	6,5
Carteira de Crédito	303,3	100,0	335,3	100,0	342,0	100,0	12,8	2,0

1 - Inclui linhas de capital de giro, recebíveis, cartão de crédito, conta garantida e cheque especial.

2 - Inclui ACC/ACE e BNDES Exim.

3 - Série revisada após reclassificação de operações PJ da linha Demais para Exterior.

O desembolso de crédito para investimento alcançou R\$ 13,1 bilhões no 3T14, contra R\$ 10,9 bilhões no 3T13. Destaque para as linhas de repasse de recursos do BNDES, Pronaf Agricultura Familiar, Investimento Agropecuário, FCO e Proger.

As **operações de crédito com MPE** atingiram R\$ 101,5 bilhões em set/14, com expansão de 7,5% em 12 meses. As linhas de capital de giro e investimentos atingiram R\$ 65,1 bilhões e R\$ 34,3 bilhões respectivamente, com expansão em 12 meses de 7,7% e 8,1% na mesma ordem. Em set/14, o BB possuía 2,4 milhões de clientes nesse setor. Neste segmento, 93,9% do saldo da carteira foi aplicada junto a correntistas com tempo de relacionamento acima de dois anos.

O Banco tem utilizado instrumentos que permitem maior acesso ao crédito e redução de custo para o tomador final, como o Fundo de Garantia de Operações (FGO) e o Fundo de Aval às Micro e Pequenas Empresas (Fampe).

As operações de crédito realizadas com o setor público atingiram R\$ 26,7 bilhões em set/14, crescendo 69,7% em 12 meses, o que tem disponibilizado recursos para investimentos dos Estados e Municípios, principalmente em infraestrutura.

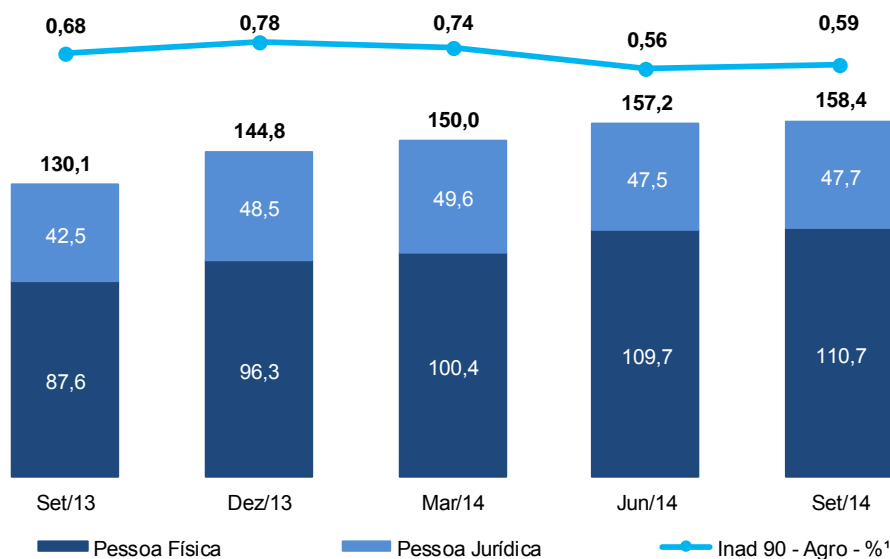
A Carteira de Crédito Ampliada no Exterior atingiu R\$ 57,2 bilhões em set/14. O Banco é o principal parceiro do comércio internacional brasileiro, encerrando o 3T14 com participação de mercado de 26,3% e 22,3% em operações de câmbio exportação e importação, respectivamente. Com liderança nas operações de ACC/ACE, o BB encerrou o 3T14 com 26,9% de *market share*.

Crédito ao Agronegócio supera R\$ 158 bilhões

O Banco do Brasil é líder absoluto no crédito ao agronegócio, com 63,2% de participação de mercado. Esse é um dos principais setores da economia, com importância fundamental para o crescimento e desenvolvimento do País.

A **Carteira de Crédito de Agronegócio Ampliada**, incluindo operações de crédito rural e agroindustrial, cresceu 21,8% em 12 meses, alcançando R\$ 158,4 bilhões em set/14, como mostra o gráfico a seguir. Esse segmento representou 21,6% da carteira total do BB no período. O índice de inadimplência dessa Carteira permaneceu em nível baixo, com INAD+90 de 0,59% em set/14, ante 0,68% em set/13 e 0,56% em jun/14.

Figura 5. Carteira de Crédito de Agronegócio Ampliada – (R\$ bilhões)



1 – Inad 90 – Agro % considera Carteira de Crédito Classificada de Agronegócios.

A atuação do Banco atinge desde o pequeno produtor até as empresas agroindustriais. No conceito ampliado, as carteiras de agronegócio PF e PJ cresceram em 12 meses 26,4% e 12,3%, respectivamente.

A segmentação da Carteira de Crédito de Agronegócio por destinação destaca, no comparativo set14/jset13, as operações de: (i) Investimento, incremento de 31,3% (+R\$ 16,4 bilhões); e (ii) Custeio, aumento de 19,5% (+R\$ 7,8 bilhões). Crédito Agroindustrial apresentou aumento 2,4% (+R\$ 748 milhões).

A abertura por Programa/Linha de Crédito, na comparação em 12 meses, ressalta as operações de: (i) Pronaf, acréscimo de 23,3% (+R\$ 6,3 bilhões); (ii) Custeio Agropecuário, elevação de 19,4% (+R\$ 4,7 bilhões); e (iii) Pronamp (Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural), aumento de 36,2% (+R\$ 5,4 bilhões).

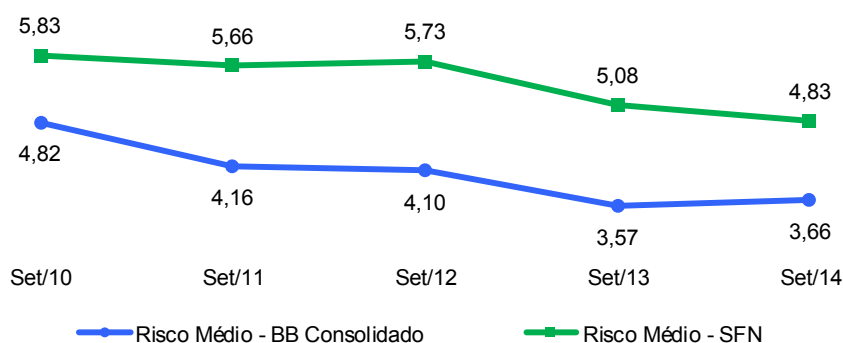
No primeiro trimestre da safra 2014/15, o Banco desembolsou R\$ 20,6 bilhões em operações de crédito rural, evolução de 33,3% em relação à safra anterior. O volume representou 25,3% do total de R\$ 81,5 bilhões inicialmente previstos para o ciclo.

Na Agricultura Empresarial foram aplicados R\$ 12,4 bilhões, crescimento de 34,7% em relação à safra 2013/14, enquanto na Agricultura Familiar o desembolso foi de R\$ 4,7 bilhões, aumento de 36,8% na mesma comparação. As operações por meio do Pronamp somaram R\$ 3,5 bilhões, 24,6% maior que o verificado na safra 2013/14.

Indicadores de Inadimplência seguem abaixo do SFN

A evolução histórica do risco médio do Banco (relação entre o saldo da provisão requerida e o total da carteira classificada) mantém tendência de redução desde set/10 e estabilidade em relação ao ano anterior. O patamar continua inferior ao do SFN, como mostra o gráfico a seguir.

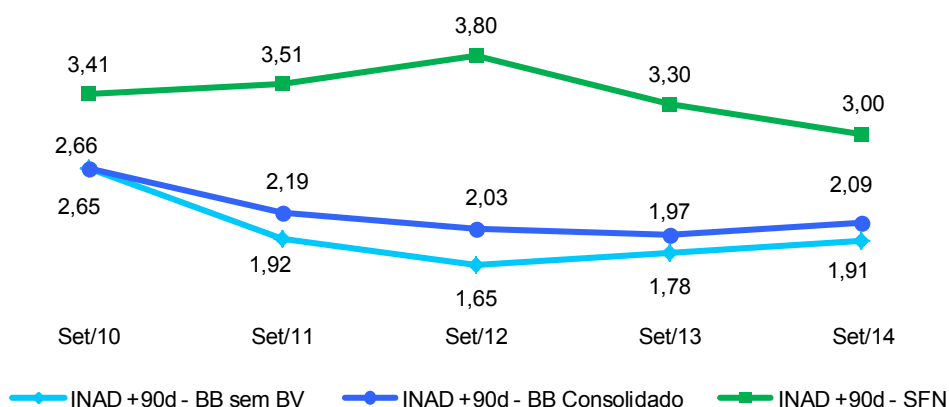
Figura 6. Risco Médio da Carteira de Crédito Classificada



O índice de cobertura das operações em atraso há mais de 90 dias exprime a relação entre o saldo total de provisão (requerida mais adicional) e o saldo das operações de crédito vencidas há mais de 90 dias. Os níveis atuais de provisão permitem ao Banco registrar índice de cobertura de 185,9%, percentual superior ao registrado pelo SFN.

O BB apresenta, historicamente, índice de inadimplência inferior ao do SFN, conforme apresentado na figura a seguir. O índice de inadimplência INAD+90 (relação entre as operações vencidas há mais de 90 dias e o saldo da carteira de crédito classificada) alcançou 2,09% em set/14.

Figura 7. INAD +90 – em % da Carteira de Crédito Classificada



O indicador *New NPL*/Carteira de Crédito, que representa uma tendência da futura inadimplência, é detalhado no item 3.2 do relatório Análise do Desempenho.

Sumário do Resultado

As despesas com PCLD acumuladas em 12 meses aumentaram 16,5% sobre o 3T13, percentual ligeiramente inferior ao crescimento de 16,8% da carteira de crédito classificada média em igual período, como mostra a tabela a seguir.

O índice de PCLD em 12 meses (Despesas de PCLD dos últimos 12 meses/Carteira de Crédito Classificada Média do mesmo período) foi de 2,79% em set/14, estável em relação ao observado em igual período de 2013. Esse indicador permanece dentro do intervalo do *Guidance* 2014.

Tabela 12. Despesas de PCLD sobre Carteira de Crédito Classificada

R\$ milhões	3T13 ¹	4T13	1T14	2T14	3T14	Var. %	
						s/ 3T13 ¹	s/ 2T14
Despesas de PCLD 12 meses							
(A) BB	(15.041)	(15.593)	(16.505)	(16.856)	(17.515)	16,5	3,9
(B) BB sem BV	(13.026)	(13.393)	(14.406)	(14.906)	(15.715)	20,7	5,4
Despesas de PCLD Trimestral							
(C) BB	(3.911)	(4.188)	(4.187)	(4.570)	(4.571)	16,9	0,0
(D) BB sem BV	(3.464)	(3.470)	(3.785)	(4.186)	(4.273)	23,4	2,1
Média da Carteira Classificada							
(E) BB - 12 meses	538.273	563.934	587.403	610.430	628.450	16,8	3,0
(F) BB - 3 meses	579.413	604.651	626.547	642.750	654.339	12,9	1,8
(G) BB sem BV - 3 meses	555.770	581.730	605.014	622.710	634.977	14,3	2,0
Índice de PCLD - %							
(A/E) - Desp.PCLD s/ Cart. Créd. BB 12M	2,79	2,77	2,81	2,76	2,79		
(C/F) - Desp.PCLD s/ Cart. Créd. BB 3M	0,68	0,69	0,67	0,71	0,70		
(D/G) - Desp.PCLD s/ Cart. Créd. BB sem BV 3M	0,62	0,60	0,63	0,67	0,67		

1 - 3T13 revisito.

A tabela a seguir demonstra o impacto da recuperação de crédito nas despesas de PCLD. Apenas os créditos recuperados parceladamente sensibilizam as provisões.

Tabela 13. Despesas de PCLD Líquidas de Recuperação de Crédito Parcelada

R\$ milhões	Saldos					Var. %	
	3T13 ¹	4T13	1T14	2T14 ²	3T14	s/ 3T13 ¹	s/ 2T14 ²
Despesas de PCLD - Trimestral	(3.911)	(4.188)	(4.187)	(4.570)	(4.571)	16,9	0,0
Despesas de PCLD - 12 meses	(15.041)	(15.593)	(16.505)	(16.856)	(17.515)	16,5	3,9
Recup. de Crédito Parcelada - Trimestral	159	255	250	275	360	126,1	30,9
Recup. de Crédito Parcelada - 12 meses	1.257	1.127	1.208	939	1.140	(9,3)	21,4
Despesas de PCLD Líquida - Trimestral	(3.752)	(3.933)	(3.937)	(4.295)	(4.210)	12,2	(2,0)
Despesas de PCLD Líquida - 12 meses	(13.784)	(14.466)	(15.297)	(15.917)	(16.375)	18,8	2,9

1 - 3T13 revisito.

2 - 2T14 contempla ajuste de recuperação de operação com característica de crédito.

O Banco do Brasil monitora os créditos com indícios de comprometimento de qualidade. O item 3.3 do relatório Análise do Desempenho detalha o processo de Cobrança e Recuperação de Créditos. Em média, 94,6% do volume de créditos que ingressam em cobrança em determinada safra são resolvidos em até 360 dias no 3T14.

Na tabela a seguir são apresentados os principais indicadores de gestão do risco de crédito.

Tabela 14. Indicadores de Qualidade da Carteira de Crédito Classificada

%	Set/13	Jun/14	Set/14
Risco Médio BB	3,57	3,57	3,66
Op. Vencidas + 15 dias/Carteira de Crédito	3,37	3,36	3,46
Op. Vencidas 15-59 dias/Carteira de Crédito	1,01	0,99	0,99
Op. Vencidas + 60 dias/Carteira de Crédito	2,36	2,37	2,47
Op. Vencidas 15-89 dias/Carteira de Crédito	1,40	1,38	1,37
Op. Vencidas + 90 dias/Carteira de Crédito	1,97	1,99	2,09
Op. de Risco AA - C/Carteira de Crédito	95,0	94,9	94,8
Provisão/Carteira de Crédito	3,78	3,82	3,89
Provisão PF/Carteira de Crédito	5,46	5,16	5,21
Provisão PJ/Carteira de Crédito	3,20	3,43	3,65
Provisão/Op. Vencidas + 15 dias	112,14	113,52	112,29
Provisão/Op. Vencidas + 60 dias	160,02	161,00	157,32
Provisão/Op. Vencidas + 90 dias	191,88	192,12	185,93
Risco Médio – SFN	5,08	4,78	4,83
Op. Vencidas + 90 dias/Total da Carteira – SFN	3,30	3,00	3,00
Provisão/Op. Vencidas + 90 dias (SFN)	154,03	159,27	161,03

Rendas de Tarifas

Expansão dos negócios diversifica Receitas de Tarifas

A expansão da oferta de crédito e a forte atuação do Banco nos segmentos de Seguros, Cartões, Administração de Recursos e Mercado de Capitais vêm favorecendo a expansão do volume de negócios, contribuindo para a diversificação das Rendas de Tarifas.

No 3T14, as Rendas de Tarifas atingiram R\$ 6,4 bilhões, evolução de 9,4% em relação a igual período de 2013. Na comparação 9M14/9M13, essas Rendas cresceram 6,7%, como mostra a tabela a seguir. Destaque para o aumento em 13,3% das rendas com operações de cartão no acumulado do ano, impulsionadas principalmente pelo aumento do volume de transações e do *ticket* médio das operações. Essas rendas responderam por 25,5% do total.

Tabela 15. Rendas de Tarifas

R\$ milhões	Fluxo Trimestral			Var. %		Fluxo 9 Meses			Var. %
	3T13	2T14	3T14	s/ 3T13	s/ 2T14	9M13	9M14	s/ 9M13	
Rendas de Tarifas	5.819	6.169	6.363	9,4	3,2	17.124	18.273	6,7	
Cartão de Crédito/Débito	1.448	1.567	1.585	9,5	1,1	4.108	4.654	13,3	
Administração de Fundos	960	969	1.116	16,3	15,1	2.776	3.023	8,9	
Conta Corrente	1.024	980	1.056	3,1	7,8	3.089	2.994	(3,1)	
Oper. de Crédito e Garantias Prestadas	601	601	577	(3,9)	(4,0)	1.785	1.738	(2,6)	
Cobrança	362	363	376	3,8	3,4	1.053	1.090	3,5	
Seguros, Previdência e Capitalização	267	394	333	24,9	(15,4)	880	1.018	15,7	
Arrecadações	219	229	235	7,1	2,7	652	691	6,0	
Interbancária	184	185	188	2,4	2,0	538	552	2,6	
Rendas do Mercado de Capitais	107	131	125	16,0	(5,2)	405	352	(13,0)	
Serviços Fiduciários	97	106	119	22,4	12,5	282	329	16,9	
Outros	550	644	654	18,9	1,6	1.556	1.832	17,7	

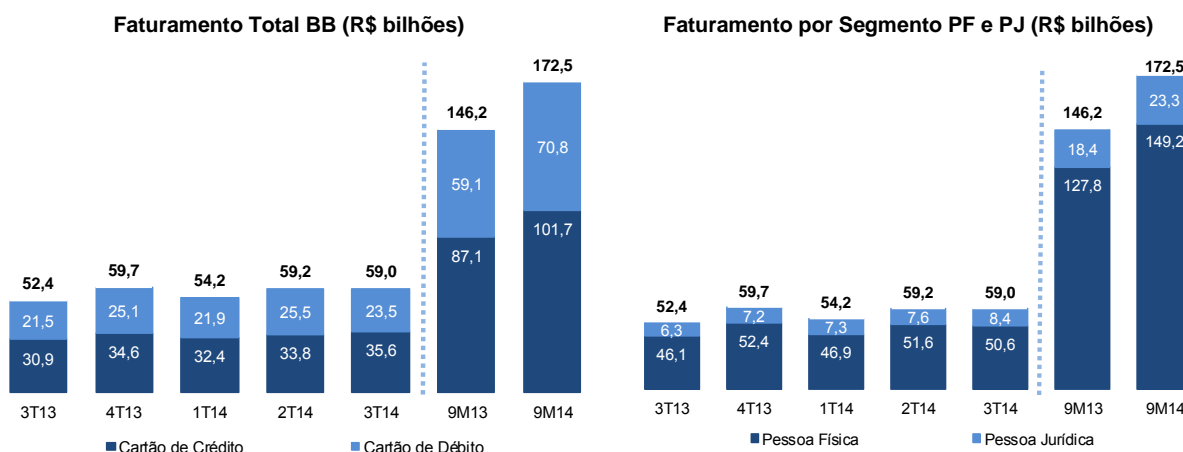
Diversificação dos negócios fortalece desempenho do Banco

O Banco do Brasil, seguindo estratégia de diversificação dos negócios, tem ampliado a atuação no segmento de meios eletrônicos de pagamentos, notadamente no mercado de **cartões**.

A figura a seguir mostra os resultados alcançados em termos de faturamento no segmento de cartões, que cresceu 17,9% no comparativo 9M14/9M13. A quantidade de transações com cartões do BB cresceu 11,5% em relação aos 9M13, demonstrando o potencial de geração de receitas para o Banco, conforme ressaltado no item Rendas de Tarifas.

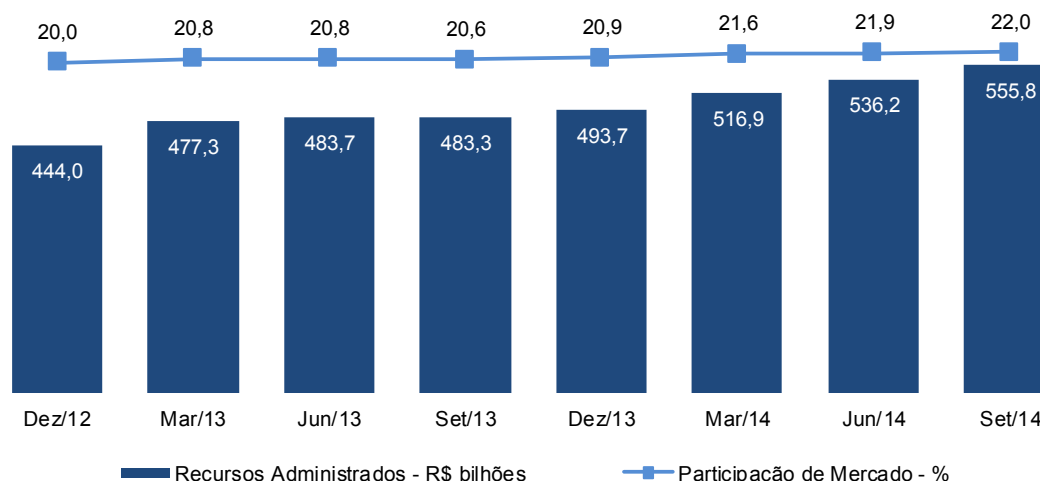
O resultado de serviços de cartões após a tributação nos 9M14 alcançou R\$ 1,5 bilhão, crescimento de 38,4% quando comparado a igual período do ano anterior.

Figura 8. Cartões - Faturamento Total BB



No segmento de **gestão de recursos de terceiros**, a BB DTVM é líder na indústria nacional de fundos de investimento, desde 1994. Ao final do 3T14, a Empresa atingiu o total de R\$ 555,8 bilhões de recursos administrados e participação de mercado de 22,0%, representando um crescimento de 15,0% sobre o mesmo período do ano anterior.

Figura 9. Gestão de Recursos de Terceiros



O Banco atua no **mercado de capitais** por meio de suas subsidiárias integrais no Brasil e no exterior. Juntas, as empresas do Conglomerado promovem o elo entre emissores nacionais e os investidores do mercado doméstico e estrangeiros.

No segmento de **seguros, previdência e capitalização**, o Banco atua por meio da *holding* BB Seguridade Participações, que possui liderança nos mercados em que atua, conforme últimos dados publicados pela Superintendência de Seguros Privados (Susep).

Nos 9M14, o lucro líquido ajustado da BB Seguridade atingiu R\$ 2,3 bilhões, resultado 49,1% superior ao observado em igual período de 2013. Os negócios da BB Seguridade agregaram ao resultado do Banco R\$ 1.539 milhões de lucro líquido.

Informações sobre cartões, gestão de recursos de terceiros, mercado de capitais, serviços fiduciários, seguros e consórcios podem ser consultadas no capítulo 6 do relatório Análise do Desempenho. Quanto à atuação da BB Seguridade, pode ainda ser consultado seu relatório Análise do Desempenho, disponível no site www.bancodobrasilseguridade.com.br.

O **mercado de consórcios** movimentou R\$ 47,2 bilhões em volume de negócios de janeiro a agosto de 2014, conforme últimos dados da Associação Brasileira de Administradoras de Consórcios

(ABAC). A receita originada pela taxa de administração de consórcios no 3T14 alcançou R\$ 96,9 milhões, 38,7% superior ao registrado no 3T13.

O Banco Votorantim apresentou lucro líquido de R\$ 135 milhões no 3T14, o terceiro trimestre consecutivo de resultados positivos. Confirma-se assim o avanço na reestruturação daquela Instituição, implementada nos últimos anos. Informações sobre investimentos estratégicos podem ser consultadas no capítulo 10 do relatório Análise do Desempenho.

Despesas Administrativas e Eficiência

Despesas Administrativas sob controle

O Banco busca constantemente melhorar sua eficiência operacional e produtividade, mantendo rígido controle das Despesas Administrativas. Na comparação 9M14/9M13, essas despesas elevaram-se em 8,5%, influenciadas pela concretização do Acordo Coletivo no trimestre e da repactuação dos contratos dos serviços de vigilância, segurança e transporte. Os efeitos desses eventos devem se diluir até o encerramento do exercício, de forma que o aumento das Despesas Administrativas deve convergir para o intervalo do *Guidance* (5% - 8%).

Tabela 16. Despesas Administrativas Ajustadas

R\$ milhões	Fluxo Trimestral			Var. %		Fluxo 9 Meses		Var. %
	3T13	2T14	3T14	s/ 3T13	s/ 2T14	9M13	9M14	s/ 9M13
Despesas Administrativas	(7.389)	(7.819)	(8.048)	8,9	2,9	(21.750)	(23.596)	8,5
Despesas de Pessoal	(4.156)	(4.465)	(4.630)	11,4	3,7	(12.410)	(13.571)	9,3
Outras Despesas Administrativas	(3.233)	(3.354)	(3.417)	5,7	1,9	(9.339)	(10.025)	7,3

No acumulado dos últimos 12 meses, o desempenho das Rendas de Tarifas e o controle das Despesas Administrativas determinaram a evolução no índice que mede a cobertura das despesas administrativas para 76,4% no 3T14, ante 76,3% no 2T14.

Dentre os indicadores de produtividade, destaque-se o indicador Crédito PF/Rede Própria com elevação de 126,6% nos últimos cinco anos, enquanto que a relação Outras Despesas Administrativas/Rede Própria cresceu 44,8%.

O capítulo 7 do relatório Análise do Desempenho apresenta informações detalhadas sobre Despesas Administrativas, Rede de Atendimento, Canais Automatizados, Outras Receitas e Despesas Operacionais, Indicadores de Produtividade e Perdas Operacionais.

1 - Informações Úteis

Tabela 17. Principais Indicadores Econômicos¹

	2010	2011	2012	2013	3T14
Atividade Econômica					
PIB (variação % em 12 meses) ²	7,5	2,7	1,0	2,5	ND
Consumo das Famílias	6,9	4,1	3,2	2,6	ND
Consumo do Governo	4,2	1,9	3,3	2,0	ND
Formação Bruta do Capital Fixo	21,3	4,7	(4,0)	5,2	ND
Exportações	11,5	4,5	0,5	2,5	ND
Importações	35,8	9,7	0,2	8,3	ND
Utilização da Capacidade Instalada (%)	82,3	82,7	82,7	82,3	ND
PEA (Variação % em 12 meses)	2,0	1,2	1,7	(0,8)	(1,0)
Taxa de Desemprego (variação % média em 12 meses)	6,7	6,0	5,5	5,4	4,9
Emprego Formal – criação líquida em 12 meses (mil empregos)	2.524,3	1.566,0	868,2	730,7	423,1
Produção Industrial (variação % em 12 meses)	10,2	0,4	(2,3)	2,1	ND
Setor Externo					
Transações Correntes (variação % em 12 meses)	(2,2)	(2,1)	(2,4)	(3,6)	(3,7)
Investimento Estrangeiro Direto (US\$ bilhões)	48,5	66,7	65,3	64,0	46,2
Reservas Internacionais (US\$ bilhões - saldo final de período)	288,6	352,0	373,1	358,8	373,5
Risco País (pontos – final de período)	189	223	142	224	239
Balança Comercial (US\$ bilhões - acumulado no ano)	20,1	29,8	19,4	2,4	(0,7)
Exportações (US\$ bilhões - acumulado no ano)	201,9	256,0	242,6	242,2	173,6
Importações (US\$ bilhões - acumulado no ano)	181,8	226,2	223,1	239,6	174,3
Dólar Ptax Venda (cotação em R\$ - fim de período)	1,67	1,88	2,04	2,34	2,45
Dólar Ptax Venda (variação % em 12 meses)	(4,3)	12,6	8,9	14,6	9,9
Indicadores Monetários					
IGP-DI FGV (% acumulado em 12 meses)	11,3	5,0	8,1	5,5	3,3
IGP-M FGV (% acumulado em 12 meses)	11,3	5,1	7,8	5,5	3,5
IPCA – IBGE (% acumulado em 12 meses)	5,9	6,5	5,8	5,9	6,8
Selic (% - fim de período)	10,8	11,0	7,3	10,0	11,0
Selic Acumulado (% acumulado em 12 meses)	9,8	11,6	8,5	8,2	10,4
TR Acumulado (exBTN) (% acumulado em 12 meses)	0,8	1,3	0,3	0,3	0,9
TJLP - IBGE (% - fim de período)	6,0	6,0	5,5	5,0	5,0
Libor (% - fim de período)	0,3	0,4	0,4	0,2	0,2
Finanças Públicas					
Superávit Primário (% PIB acumulado em 12 meses)	2,7	3,1	2,4	1,9	ND
DBSP (% PIB)	53,4	54,2	58,8	56,7	ND
DLSP (% PIB) - Sem Petrobrás	39,2	36,4	35,3	33,6	ND
Indicadores de Crédito					
Carteira de Crédito do SFN (R\$ bilhões) ³	1.705,9	2.029,6	2.368,3	2.715,4	2.900,7
Pessoa Física (R\$ bilhões) ³	778,2	940,2	1.075,8	1.251,2	1.360,5
Pessoa Jurídica (R\$ bilhões) ³	927,7	1.089,5	1.292,6	1.464,2	1.540,2
Crédito/PIB (PIB acumulado em 12 meses) ³ - (%)	45,2	49,1	53,9	56,0	57,2
Endividamento Familiar (%)	38,6	41,5	43,6	45,4	ND
Inadimplência Total (% do saldo em atraso superior a 90 dias) ³	3,2	3,6	3,7	3,0	3,0
Spread Total (% a.a.) ³	-	14,3	11,5	11,1	12,7
PF ³	-	21,0	17,7	16,4	18,8
PJ ³	-	9,2	7,0	6,9	7,9
Prazo médio (em meses) ³	-	40,3	44,3	49,2	52,4
PF ³	-	55,9	63,5	70,6	74,6
PJ ³	-	29,2	30,4	33,2	35,1

1 - Todos os indicadores são extraídos de fontes oficiais como Banco Central do Brasil, Fundação Getúlio Vargas, IBGE, etc.

2 - Séries revisadas pelo IBGE.

3 - Séries revisadas devido à mudança de metodologia da Nota para Imprensa publicada pelo Banco Central do Brasil.

ND - Não Disponível.

Tabela 18. Composição Acionária - %

Acionistas	Set/13	Dez/13	Mar/14	Jun/14	Set/14
União Federal	58,3	58,3	58,3	58,2	57,9
Previ	10,4	10,4	10,4	10,4	10,4
BNDESPar	0,2	0,2	0,2	0,2	0,1
Ações em Tesouraria	1,5	2,0	2,2	2,3	2,4
Free Float	29,6	29,1	29,0	28,9	29,2
Pessoas Físicas	5,6	5,6	5,9	5,3	5,0
Pessoas Jurídicas	5,2	4,7	3,9	3,4	3,9
Capital Estrangeiro	18,8	18,8	19,2	20,1	20,4
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Número de Ações	2.865.417.020	2.865.417.020	2.865.417.020	2.865.417.020	2.865.417.020

Tabela 19. Dividendos e Juros sobre Capital Próprio

R\$ milhões	3T13	4T13	1T14	2T14	3T14
União Federal	635,9	735,7	661,0	665,1	651,2
Previ	113,3	131,4	118,1	119,0	117,0
BNDES	2,1	2,4	2,2	2,2	0,9
Pessoas Físicas	60,7	70,9	66,9	60,8	55,7
Pessoas Jurídicas	56,8	59,2	43,9	39,1	43,4
Capital Estrangeiro	205,2	237,1	217,7	229,9	229,0
Total	1.074,0	1.236,7	1.109,9	1.116,1	1.097,1

Tabela 20. Indicadores de Mercado

	3T13	4T13	1T14	2T14	3T14
Lucro por Ação - R\$	0,95	1,10	0,99	1,00	0,98
Preço / Lucro 12 meses	4,44	4,44	4,11	6,34	6,41
Preço / Valor Patrimonial	1,12	0,97	0,89	0,99	0,89
Capitalização de Mercado - R\$ milhões	74.071	69.916	65.332	71.206	72.495
Valor Patrimonial - BBAS3 - R\$	23,01	25,21	25,66	25,05	28,35
Cotação BBAS3 - Fechamento - R\$	25,85	24,40	22,80	24,85	25,30
Variação no Período - % - BBAS3	16,8	(5,6)	(6,6)	9,0	1,8
Dividend Yield - % ¹	9,0	9,0	9,8	6,4	6,3

1 - Dividendos e JCP 12 meses / Capitalização de Mercado.

Tabela 21. Participação nos Índices de Mercado Brasileiro - %

	Mai/13 - Ago/13	Set/13 - Dez/13	Jan/14 - Abr/14	Mai/14 - Ago/14	Set/14 - Dez/14
Índice Bovespa - Ibovespa	2,864	2,788	2,720	2,277	2,676
Índice Brasil 50 - IBRX - 50	2,634	2,515	2,471	2,325	2,772
Índice Carbono Eficiente - ICO2	3,884	3,699	4,141	3,881	4,614
Índice Financeiro - IFNC	10,823	10,716	9,535	8,535	10,080
Índice de Governança Corporativa Trade - IGCT	2,661	2,566	2,534	2,453	3,005
Índice de Ações com Governança Corporativa Diferenciada - IGC	3,315	3,178	3,203	3,123	3,789
Índice de Sustentabilidade Empresarial - ISE	1,411	1,436	1,459	1,247	1,447
Índice de Ações com Tag Along Diferenciado - ITAG	3,110	3,009	3,002	2,855	3,431
Índice Mid-Large Cap - MLCX	2,284	2,261	2,250	2,158	2,614

Tabela 22. Participação no Mercado Internacional - %

	Set/13	Dez/13	Mar/14	Jun/14	Set/14
MSCI Brazil Index	1,550	1,460	2,085	2,170	2,186

Tabela 23. Informações do BB

	3T13	4T13	1T14	2T14	3T14
Itens Patrimoniais – R\$ bilhões					
Ativos	1.259,1	1.303,9	1.370,0	1.401,1	1.431,6
Patrimônio Líquido	65,9	72,2	73,5	71,8	81,2
Carteira de Crédito Classificada	585,0	623,3	631,3	649,6	662,4
Carteira de Crédito Ampliada ¹	652,2	692,8	699,3	718,8	732,7
Depósitos	470,9	491,0	482,2	479,9	468,8
à Vista	69,2	75,8	72,1	69,4	69,5
De Poupança	134,2	140,7	144,1	146,5	149,0
a Prazo	246,5	247,3	238,6	235,2	221,8
Rentabilidade					
Lucro por Ação - R\$	0,95	1,10	0,99	1,00	0,98
Rentabilidade Ajustada s/ o PL Médio - trimestral - An. %	15,7	14,2	14,0	17,1	16,1
Rentabilidade s/ PL Médio - trimestral - An. %	16,3	18,0	15,5	16,1	15,5
Rentabilidade Ajustada s/ Ativos Médios - trimestral - An. %	0,8	0,8	0,7	0,9	0,8
Spread – An. %	4,4	4,3	4,1	4,1	4,2
Produtividade					
Eficiência - %	43,4	46,6	44,4	42,0	43,0
Eficiência Acumulada em 12 meses - %	43,5	44,3	44,3	44,1	44,0
RPS / Despesas de Pessoal - %	139,7	132,2	128,3	138,2	137,4
RPS / Despesas Administrativas - %	78,6	73,3	74,3	78,9	79,1
Desp. de Pessoal por Funcionário - R\$ mil	36,8	41,6	39,9	39,9	41,4
Funcionários em Agências / (Ag.+Pontos de Aten.)	12	12	12	12	12
Contas Correntes por Funcionário em Agência	442	454	444	446	449
Ativos por Funcionário – R\$ mil	11.178	11.620	12.213	12.561	12.793
Cart. de Créd. Amp./Pontos Atend. – R\$ milhões	33,9	36,2	36,6	37,8	38,7
Qualidade da Carteira de Crédito					
Provisão / Carteira de Crédito - %	3,8	3,8	3,8	3,8	3,9
Provisão/Operações Vencidas + 90 dias - %	191,9	191,7	193,5	192,1	185,9
Carteira Líq. de Prov. / Carteira Total - %	96,2	96,2	96,2	96,2	96,1
Estrutura de Capital					
Alavancagem (vezes)	19,1	18,1	18,6	19,5	17,6
Índice de Basileia - %	15,3	14,5	13,8	14,2	16,0
Nível I	9,8	10,5	9,9	10,1	11,5
Índice de Capital Principal	8,4	8,2	7,8	7,5	9,3
Quantidade Total de Ações - milhões	2.865	2.865	2.865	2.865	2.865
Dados Estruturais					
Agências	5.416	5.450	5.474	5.490	5.493
Rede Própria	19.248	19.143	19.105	18.992	18.924
Base de Clientes – mil	60.975	61.375	61.548	61.570	61.775
Total de Contas Corrente – mil	38.962	39.786	38.788	38.722	39.039
Pessoa Física – mil	36.519	37.328	36.363	36.278	36.552
Pessoa Jurídica – mil	2.443	2.458	2.425	2.444	2.487
Total de Contas de Poupança – mil	37.152	38.473	37.807	38.775	38.440
Colaboradores	118.264	117.774	118.062	117.330	117.922
Funcionários	112.653	112.216	112.173	111.547	111.904
Estagiários	5.611	5.558	5.889	5.783	6.018
Participação de Mercado					
Ativos	21,1	21,7	22,0	22,3	ND
Depósitos	27,0	27,1	26,8	26,1	ND
Repasse BNDES	26,0	25,4	24,2	23,5	ND
Crédito	20,6	21,1	21,1	21,3	21,1
Agronegócio	65,2	66,1	65,4	65,1	63,2
Gestão de Recursos de Terceiros ²	20,6	20,9	21,6	21,9	22,0
Faturamento de Cartão de Crédito	24,1	24,1	24,3	24,9	ND
Prêmio de Seguros					
Automóveis	14,7	14,1	14,3	15,3	25,9
Pessoas	19,2	20,2	19,2	22,4	19,2
Habitacionais	9,3	6,9	7,3	6,3	6,6
Rurais	76,6	66,4	83,2	80,3	67,0
Arrecadação					
Previdência (PGBL, VGBL, Tradicional)	29,4	33,3	34,3	41,6	37,9
Capitalização	26,4	32,3	26,3	34,8	25,9
Câmbio Importação	21,1	22,7	23,9	23,7	22,3
Câmbio Exportação	26,9	24,6	26,5	30,3	26,3

1 - Inclui TVM privados, garantias prestadas e o saldo de carteiras de crédito PF adquiridas com coobrigação, em conformidade à Resolução CMN 3.533/08.
2 - Não considera os recursos administrados pelo Banco Votorantim.
ND - Não Disponível.

Tabela 24. Ratings

	3T13	4T13	1T14	2T14	3T14
Ratings Globais					
Fitch Ratings					
Viabilidade	bb+	bb+	bb+	bb+	bb+
CP em Moeda Local	F2	F2	F2	F2	F2
LP em Moeda Local	BBB	BBB	BBB	BBB	BBB
Perspectiva - Moeda Local	<i>Stable</i>	<i>Stable</i>	<i>Stable</i>	<i>Stable</i>	<i>Stable</i>
CP em Moeda Estrangeira	F2	F2	F2	F2	F2
LP em Moeda Estrangeira	BBB	BBB	BBB	BBB	BBB
Perspectiva - Moeda Estrangeira	<i>Stable</i>	<i>Stable</i>	<i>Stable</i>	<i>Stable</i>	<i>Stable</i>
Moody's					
Força Financeira	C-	C-	C-	C-	C-
CP em Moeda Local	P-2	P-2	P-2	P-2	P-2
CP em Moeda Estrangeira	P-2	P-2	P-2	P-2	P-2
Dívida de LP em Moeda Estrangeira ¹	Baa1	Baa2	Baa2	Baa2	Baa2
Depósitos de LP em Moeda Local ¹	A3	Baa2	Baa2	Baa2	Baa2
Depósitos de LP em Moeda Estrangeira	Baa2	Baa2	Baa2	Baa2	Baa2
Perspectiva	<i>Stable</i>	<i>Stable</i>	<i>Stable</i>	<i>Stable</i>	<i>Negative</i>
Standard & Poor's					
LP em Moeda Local	BBB	BBB	BBB-	BBB-	BBB-
Perspectiva - Moeda Local	<i>Negative</i>	<i>Negative</i>	<i>Stable</i>	<i>Stable</i>	<i>Stable</i>
CP em Moeda Estrangeira	A-2	A-2	A-3	A-3	A-3
LP em Moeda Estrangeira	BBB	BBB	BBB-	BBB-	BBB-
Perspectiva - Moeda Estrangeira	<i>Negative</i>	<i>Negative</i>	<i>Stable</i>	<i>Stable</i>	<i>Stable</i>
Ratings Nacionais					
Fitch Ratings					
Curto Prazo	F1+(bra)	F1+(bra)	F1+(bra)	F1+(bra)	F1+(bra)
Longo Prazo	AAA (bra)	AAA (bra)	AAA (bra)	AAA (bra)	AAA (bra)
Perspectiva	<i>Stable</i>	<i>Stable</i>	<i>Stable</i>	<i>Stable</i>	<i>Stable</i>
Moody's					
Curto Prazo	BR-1	BR-1	BR-1	BR-1	BR-1
Longo Prazo	Aaa.br	Aaa.br	Aaa.br	Aaa.br	Aaa.br
Perspectiva	<i>Stable</i>	<i>Stable</i>	<i>Stable</i>	<i>Stable</i>	<i>Negative</i>

1 - Ratings revisados para Baa2 em outubro/13.

Tabela 25. Compulsório/Exigibilidade (%)

	3T13	4T13	1T14	2T14	3T14 ¹
Compulsório/Exigibilidade (%)					
Depósitos à Vista					
Alíquota	44	44	44	45	45
Adicional	0	0	0	0	0
Exigibilidade (crédito rural)	34	34	34	34	34
Exigibilidade (microfinanças)	2	2	2	2	2
Livre	20	20	20	19	19
Depósitos de Poupança					
Rural					
Alíquota	18	18	18	18	18
Adicional	10	10	10	10	10
Exigibilidade	67	67	67	67	67
Livre	5	5	5	5	5
Imobiliário					
Alíquota	20	20	20	20	20
Adicional	10	10	10	10	10
Exigibilidade	65	65	65	65	65
Livre	5	5	5	5	5
Depósitos a Prazo					
Alíquota	20	20	20	20	20
Adicional	11	11	11	11	11
Livre	69	69	69	69	69

1 – A Circular Bacen nº 3718, de 11/09/2014, revogou a Circular Bacen nº 3223 que extinguiu as exigibilidades relativas ao recolhimento compulsório e ao encaixe obrigatório sobre depósitos judiciais e sobre garantia por fiança bancária.

Governança Corporativa

A governança no Banco do Brasil (BB) define uma ampla visão sobre princípios e práticas que contribuem para fortalecer a transparência de sua gestão e aumentar seu valor institucional. Essas diretrizes são constantemente atualizadas em decorrência de alterações legais ou estatutárias.

O BB mantém a adoção das melhores práticas em governança corporativa, que asseguram o equilíbrio de direitos entre acionistas, a prestação de contas aos investidores e à sociedade, a ética no trato com os diversos públicos e a sustentabilidade dos negócios suportadas pela utilização de ferramentas de monitoramento que alinham o comportamento dos executivos aos interesses de seus públicos e acionistas e da sociedade em geral.

Desde 2006, o Banco do Brasil integra o Novo Mercado da BM&FBovespa, segmento de listagem que reúne empresas sujeitas às mais rigorosas práticas de governança corporativa. Além disso, está listado nos Índices de Sustentabilidade Empresarial (ISE), de Ações com Tag Along Diferenciado (Itag) e de Ações com Governança Corporativa Diferenciada (IGC). Em 2012, o BB despontou pela primeira vez no Índice Dow Jones de Sustentabilidade (DJSI), da Bolsa de Nova Iorque, onde se manteve em 2014, fato que impulsiona ainda mais sua inserção no cenário internacional.

Na estrutura de governança corporativa do Banco do Brasil estão presentes o Conselho de Administração, composto por 8 membros, assessorado pelos Comitês de Auditoria e de Remuneração e pela Auditoria Interna, e a Diretoria Executiva, composta pelo Conselho Diretor (Presidente e 9 Vice-Presidentes) e por 27 Diretores Estatutários. O BB mantém ainda, em caráter permanente, um Conselho Fiscal composto por 5 membros titulares e 5 suplentes.

O Banco instituiu instrumentos para avaliar o desempenho do Conselho de Administração, do Comitê de Auditoria e da Diretoria Executiva, que possibilita o mapeamento e a identificação de oportunidades de aprimoramento das suas respectivas atuações. Além do Estatuto Social, o Código de Governança Corporativa e o Código de Ética são documentos que dão suporte às melhores práticas de governança corporativa do Banco do Brasil.

Em 2012, o Banco do Brasil criou o modelo para Avaliação de Desempenho de Estatutários e o Comitê de Remuneração, órgão responsável por propor ao Conselho de Administração políticas de remuneração variável de dirigentes do Conglomerado.

O Estatuto Social do Banco estabelece a segregação de funções na definição das atribuições dos órgãos de administração com vistas a se evitar eventuais conflitos de interesse. Também está previsto impedimento que integrantes do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva tomem decisões nos assuntos para os quais apresentem eventual conflito de interesses.

Em todos os níveis do Banco, as decisões são tomadas de forma colegiada, com o propósito de envolver os executivos na definição de estratégias e na aprovação de propostas para os diversos negócios do Banco do Brasil. Para tanto, a administração utiliza comitês, subcomitês e comissões de nível estratégico, que garantem agilidade e segurança ao processo de tomada de decisão.

Está previsto também no Estatuto Social do Banco do Brasil, em seu Art. 24, Inciso III, § 2º, que os diretores membros da Diretoria Executiva sejam funcionários de carreira do Banco do Brasil.

Abaixo apresentamos os organogramas da Administração do Banco do Brasil.

Figura 10. Estrutura da Alta Administração

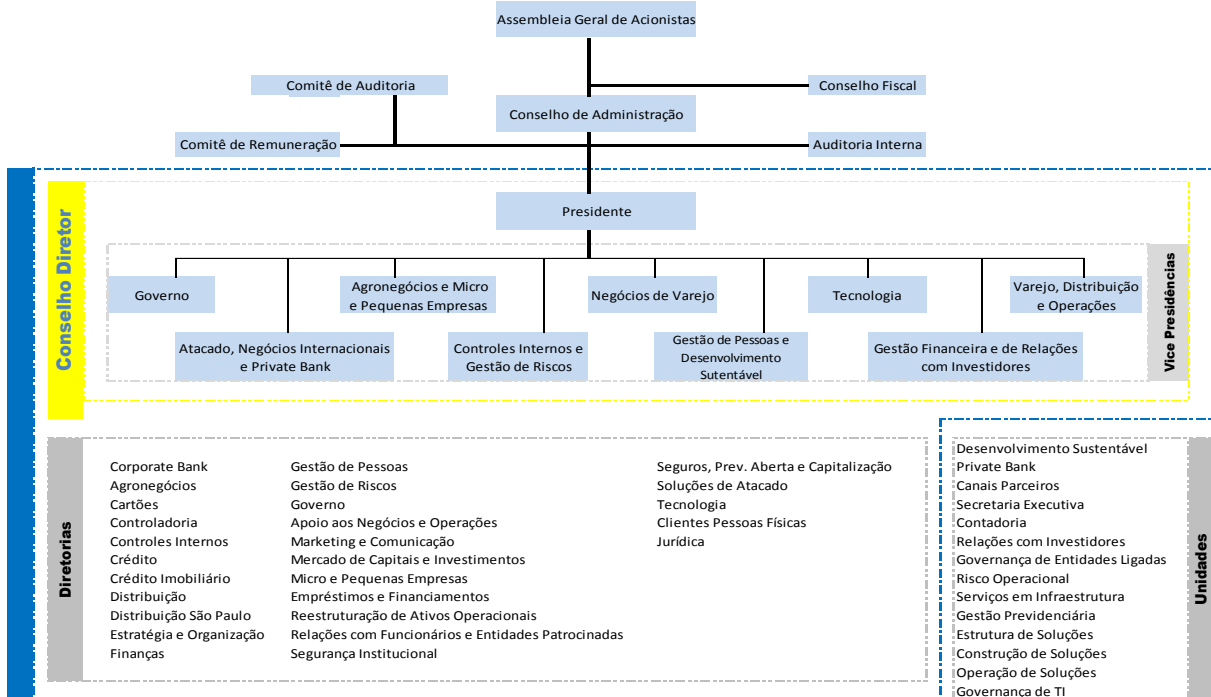
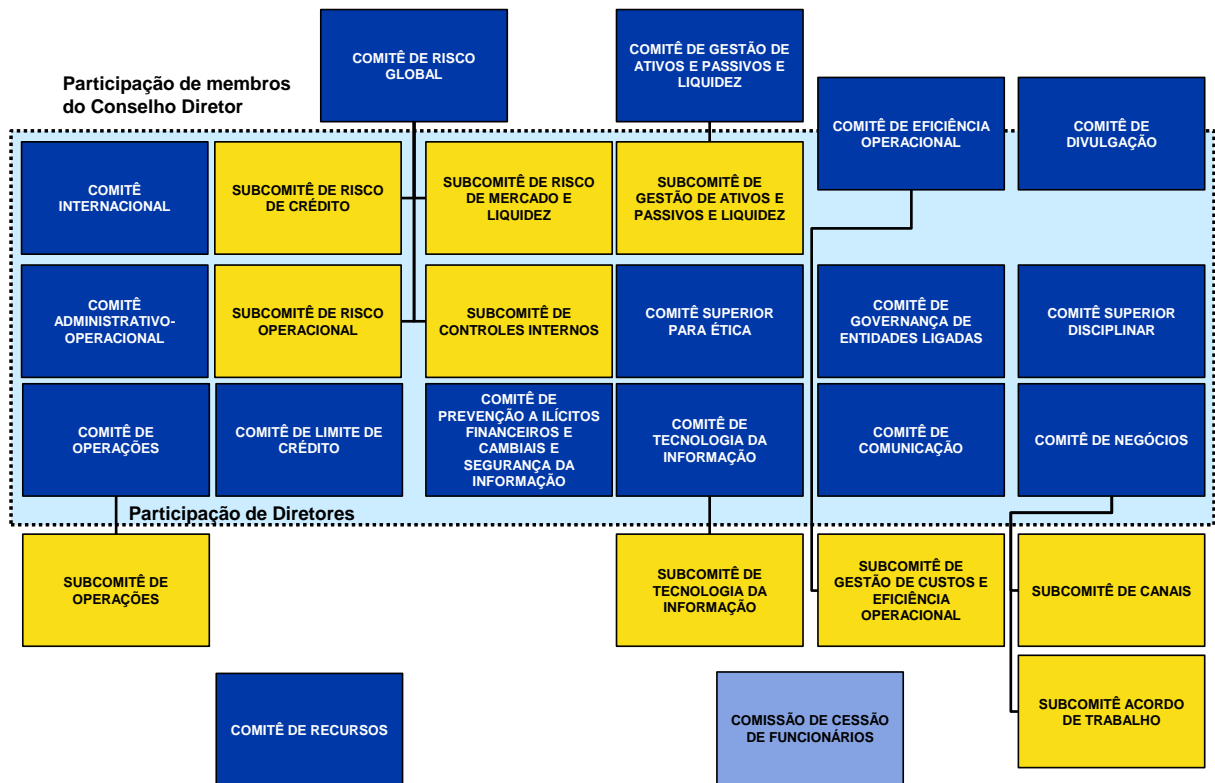


Figura 11. Comitês Estratégicos



Conheça o Código de Governança no site de Relações com Investidores do BB: www.bb.com.br/ri.

2 - Demonstrações Contábeis Resumidas

2.1. Balanço Patrimonial Resumido

Tabela 26. Balanço Patrimonial Resumido – Ativo

R\$ milhões	Saldos			Var. %	
	Set/13 ¹	Jun/14	Set/14	s/ Set/13 ¹	s/ Jun/14
ATIVO	1.259.120	1.401.128	1.431.629	13,7	2,2
Circulante e Realizável a Longo Prazo	1.237.001	1.379.313	1.410.679	14,0	2,3
Disponibilidades	16.563	11.812	13.961	(15,7)	18,2
Aplic. Interfinanceiras de Liquidez	233.320	297.619	317.820	36,2	6,8
TVM e Instr. Financ. Derivativos	195.932	208.265	210.435	7,4	1,0
Títulos Disponíveis para Negociação	78.391	88.773	93.817	19,7	5,7
Títulos Disponíveis para Venda	100.515	103.049	100.356	(0,2)	(2,6)
Títulos Mantidos até o Vencimento	15.424	15.144	14.539	(5,7)	(4,0)
Instrumentos Financeiros Derivativos	1.602	1.299	1.723	7,5	32,6
Relações Interfinanceiras	98.578	97.146	86.925	(11,8)	(10,5)
Depósitos no Banco Central	88.488	86.599	78.739	(11,0)	(9,1)
Compuls. s/ Depósitos não Remunerados	14.572	11.309	15.404	5,7	36,2
Compuls. s/ Depósitos Remunerados	73.915	75.290	63.335	(14,3)	(15,9)
Demais	10.090	10.547	8.186	(18,9)	(22,4)
Relações Interdependências	297	229	273	(8,1)	19,3
Operações de Crédito	526.024	585.824	598.022	13,7	2,1
(PCLD)	(21.409)	(23.711)	(24.674)	15,2	4,1
Operações de Arrendamento Mercantil	1.352	1.074	1.017	(24,7)	(5,3)
Op. de Arrend. e Subarrend. a Receber	1.431	1.128	1.066	(25,5)	(5,4)
(PCLD de Arrendamento Mercantil)	(79)	(54)	(49)	(38,0)	(8,5)
Outros Créditos	160.631	173.108	177.489	10,5	2,5
Créd. por Avais e Fianças Honrados	138	458	460	234,0	0,3
Carteira de Câmbio	16.557	16.111	16.372	(1,1)	1,6
Rendas a Receber	2.072	2.157	2.689	29,8	24,7
Negoc. e Intermed. de Valores	1.268	1.359	1.852	46,1	36,3
Créditos Específicos	1.357	1.469	1.509	11,3	2,7
Créd. de Oper. de Seg., Previd. e Capitaliz.	3.634	4.068	4.713	29,7	15,9
Crédito Tributário	28.451	28.260	29.381	3,3	4,0
Ativo Atuarial	6.655	9.737	10.083	51,5	3,6
Fundo Paridade	760	117	118	(84,4)	1,6
Deved. por Depósitos em Garantia	31.881	35.679	36.918	15,8	3,5
Fundo Destinação Superávit - PREVI	8.501	8.046	8.092	(4,8)	0,6
Fundo de Destinação	1.101	-	-	-	-
Fundo de Contribuição	431	-	-	-	-
Fundo de Utilização	6.968	8.046	8.092	16,1	0,6
Diversos	60.767	67.626	67.429	11,0	(0,3)
(Provisão para Outros Créditos)	(1.407)	(1.979)	(2.127)	51,2	7,5
(Com Caract. de Concessão de Crédito)	(618)	(1.032)	(1.048)	69,4	1,5
(Sem Caract. de Concessão de Crédito)	(789)	(947)	(1.080)	36,9	14,0
Outros Valores e Bens	4.304	4.236	4.736	10,0	11,8
Outros Valores e Bens	579	688	686	18,5	(0,3)
(Provisões para Desvalorizações)	(185)	(159)	(146)	(21,2)	(8,3)
Despesas Antecipadas	3.910	3.708	4.196	7,3	13,2
Permanente	22.120	21.815	20.950	(5,3)	(4,0)
Investimentos	3.421	3.327	3.398	(0,7)	2,1
Imobilizado de Uso	6.924	7.671	7.098	2,5	(7,5)
Intangível	11.715	10.768	10.410	(11,1)	(3,3)
Diferido	60	48	45	(25,3)	(7,1)

1-Alguns saldos de Set/13 foram reclassificados conforme discriminado na Nota Explicativa 3.

Tabela 27. Balanço Patrimonial Resumido – Passivo

R\$ milhões	Saldos			Var. %	
	Set/13 ¹	Jun/14	Set/14	s/ Set/13 ¹	s/ Jun/14
PASSIVO	1.259.120	1.401.128	1.431.629	13,7	2,2
Circulante e Exigível a Longo Prazo	1.192.776	1.328.921	1.349.956	13,2	1,6
Depósitos	470.906	479.883	468.825	(0,4)	(2,3)
Depósitos à Vista	69.191	69.377	69.521	0,5	0,2
Depósitos de Poupança	134.216	146.461	148.996	11,0	1,7
Depósitos Interfinanceiros	21.013	28.842	28.531	35,8	(1,1)
Depósitos a Prazo	246.486	235.203	221.777	(10,0)	(5,7)
Captações no Mercado Aberto	243.911	289.099	319.723	31,1	10,6
Operações Compromissadas com Títulos Privados	25.646	30.914	41.184	60,6	33,2
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	110.230	149.692	155.071	40,7	3,6
Letras de Crédito do Agronegócio	67.165	99.647	105.520	57,1	5,9
Letras de Crédito Imobiliário	2.947	8.482	7.995	-	(5,7)
Demais Letras Bancárias	9.180	9.569	9.637	5,0	0,7
Obrig. por TVM no Exterior	30.937	31.994	31.920	3,2	(0,2)
Relações Interfinanceiras	4.991	5.184	3.238	(35,1)	-
Relações Interdependências	2.553	3.929	2.340	(8,3)	(40,4)
Obrigações por Empréstimos	15.639	18.646	20.661	32,1	10,8
Empréstimos no País - Outras Instituições	293	293	346	18,4	18,4
Empréstimos no Exterior	15.347	18.353	20.315	32,4	10,7
Obrig. por Repasses do País - Inst. Oficiais	82.003	93.020	88.036	7,4	(5,4)
Tesouro Nacional	649	436	557	(14,3)	27,7
BNDES	42.814	43.785	44.181	3,2	0,9
CEF	2.988	8.046	9.992	234,4	24,2
Finame	25.538	30.958	32.065	25,6	3,6
Outras Instituições	10.014	9.794	1.243	-	(87,3)
Instrumentos Financeiros Derivativos	4.576	3.771	2.918	(36,2)	(22,6)
Outras Obrigações	257.968	285.698	289.143	12,1	1,2
Cobrança e Arrec. de Trib. e Assemelhados	5.514	5.993	5.385	(2,3)	(10,1)
Carteira de Câmbio	17.971	18.663	20.100	11,8	7,7
Socials e Estatutárias	2.064	1.088	1.407	(31,8)	29,3
Fiscais e Previdenciárias	29.608	22.782	24.239	(18,1)	6,4
Negociação e Intermediação de Valores	1.487	1.456	1.974	32,8	35,6
Prov. Técnicas de Seg., Prev. e Capitalização	72.102	89.553	94.766	31,4	5,8
Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	6.000	8.405	9.569	59,5	13,8
Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida	20.455	12.224	4.807	(76,5)	(60,7)
Operações Especiais	2	2	2	0,9	0,2
Dívida Subordinada	49.393	52.187	51.087	3,4	(2,1)
Passivo Atuarial	9.400	5.790	5.873	(37,5)	1,4
Diversas	43.971	51.228	50.046	13,8	(2,3)
Instrumentos de dívidas elegíveis a capital	-	16.327	19.890	-	21,8
Resultados de Exercícios Futuros	420	416	427	1,5	2,5
Patrimônio Líquido	65.924	71.791	81.246	23,2	13,2
Capital	48.400	54.000	54.000	11,6	-
Instrumento Elegível ao Capital Principal	-	-	8.100	-	-
Reservas de Capital	6	11	11	89,5	-
Reservas de Reavaliação	5	5	3	(38,2)	(37,4)
Reservas de Lucros	21.979	23.260	23.142	5,3	(0,5)
Ajustes de Avaliação Patrimonial	(7.653)	(6.667)	(6.944)	-	4,2
Planos de Benefícios	(7.541)	(6.240)	(6.240)	(17,2)	-
Lucros ou Prejuízos Acumulados	1.799	-	1.784	(0,8)	-
(Ações em Tesouraria)	(999)	(1.558)	(1.604)	-	-
Participações Minoritárias nas Controladas	2.388	2.741	2.755	15,3	0,5

1-Alguns saldos de Set/13 foram reclassificados conforme discriminado na Nota Explicativa 3.

2.2. Demonstração Resumida do Resultado Societário

Tabela 28. Demonstração Resumida do Resultado Societário

R\$ milhões	Fluxo Trimestral			Var. %		Fluxo 9 Meses		Var. %
	3T13 ⁴	2T14	3T14	vs 3T13 ⁴	vs 2T14	9M13 ⁴	9M14	vs 9M13 ⁴
Rec. da Intermed. Financeira	28.200	32.676	39.527	40,2	21,0	80.898	103.315	27,7
Operações de Crédito ¹	18.836	21.035	24.677	31,0	17,3	54.305	65.799	21,2
Op. Arrendam. Mercantil	50	36	34	(31,1)	(3,9)	131	108	(17,6)
Result. Operações com TVM	7.613	9.839	12.349	62,2	25,5	21.016	31.015	47,6
Result. Instrum. Finan. Derivativos	(123)	(632)	622	-	-	767	(103)	-
Result. Operações de Câmbio	297	437	(32)	-	-	623	830	33,4
Result. Aplicações Compulsórias	1.249	1.467	1.503	20,3	2,4	3.308	4.390	32,7
Op. Venda / Transf. Ativos Financ.	115	167	127	11,0	(23,9)	337	467	38,7
Result. Fin. Oper. Seg., Prev. e Cap.	163	326	248	51,6	(23,9)	410	809	97,0
Desp. Intermed. Financeira	(20.592)	(24.994)	(32.944)	60,0	31,8	(59.126)	(81.147)	37,2
Op. Captação no Mercado ¹	(14.772)	(19.260)	(21.428)	45,1	11,3	(39.950)	(58.545)	46,5
Op. Emprést., Cessões e Repasses	(1.949)	(975)	(6.788)	248,2	596,3	(7.787)	(8.707)	11,8
PCLD	(3.871)	(4.759)	(4.728)	22,1	(0,6)	(11.389)	(13.895)	22,0
Result. Bruto Interm. Financeira	7.608	7.681	6.583	(13,5)	(14,3)	21.771	22.168	1,8
Outras Rec.(Desp.) Operac.	(3.349)	(2.924)	(2.696)	(19,5)	(7,8)	(11.087)	(8.791)	(20,7)
Rec. Prestação de Serviços	4.178	4.553	4.645	11,2	2,0	12.240	13.387	9,4
Rendas de Tarifas Bancárias	1.641	1.616	1.718	4,7	6,3	4.884	4.886	0,0
Despesas de Pessoal	(4.480)	(4.701)	(4.949)	10,5	5,3	(13.544)	(14.325)	5,8
Outras Despesas Administrativas ^{2 3}	(3.980)	(4.170)	(4.139)	4,0	(0,7)	(11.840)	(12.646)	6,8
Outras Despesas Tributárias	(1.208)	(1.327)	(1.277)	5,8	(3,8)	(3.515)	(3.613)	2,8
Result. Part. Colig. e Controladas	52	(188)	677	1.212,1	-	381	(29)	-
Result. Op. Seg., Prev. e Capitalização	825	1.101	1.085	31,5	(1,5)	2.352	3.188	35,6
Outras Receitas Operacionais ¹	1.862	3.187	2.525	35,6	(20,8)	5.306	9.735	83,5
Outras Despesas Operacionais ^{1 2 3}	(2.240)	(2.995)	(2.982)	33,1	(0,5)	(7.349)	(9.373)	27,5
Resultado Operacional	4.259	4.757	3.887	(8,7)	(18,3)	10.685	13.377	25,2
Resultado Não Operacional	45	36	40	(11,2)	10,2	9.951	173	(98,3)
Result. Antes Tribut. e Lucro	4.304	4.793	3.927	(8,8)	(18,1)	20.636	13.551	(34,3)
IR e CS	(993)	(1.237)	(377)	(62,0)	(69,5)	(5.699)	(3.051)	(46,5)
Part. Estatutárias no Lucro	(378)	(401)	(392)	3,5	(2,4)	(1.718)	(1.187)	(30,9)
Participações Minoritárias	(229)	(326)	(378)	65,0	16,0	(486)	(1.026)	111,1
Lucro Líquido	2.704	2.829	2.780	2,8	(1,7)	12.733	8.287	(34,9)

1-Série ajustada desde 1T12, de modo a refletir as realocações referentes a Receitas de Equalização de Taxas Agrícolas e Despesas de Captação – Dívida Subordinada e IHCD. Tais valores passaram a compor o saldo das linhas de Operações de Crédito e Op. de Captação de Mercado, respectivamente nas demonstrações contábeis.

2-Série ajustada desde 1T12. As despesas com Demandas Judiciais, antes contabilizadas em Outras Despesas Administrativas, passaram a ser contabilizadas em Outras Despesas Operacionais.

3-Série contém valores referentes às despesas com amortização de ágio.

4-Alguns saldos de 3T13 foram reclassificados conforme discriminado na Nota Explicativa 3.

2.3. Demonstração do Resultado com Realocações

Tabela 29. Demonstração do Resultado com Realocações

R\$ milhões	Fluxo Trimestral			Var. %		Fluxo 9 Meses		Var. %
	3T13¹	2T14	3T14	s/ 3T13¹	s/ 2T14	9M13¹	9M14	s/ 9M13¹
Receitas da Intermediação Financeira	28.318	32.522	40.674	43,6	25,1	81.783	103.764	26,9
Operações de Crédito (1) (7)	18.836	21.100	24.677	31,0	16,9	54.305	65.684	21,0
Operações de Arrendamento Mercantil	50	36	34	(31,1)	(3,9)	131	108	(17,6)
Resultado de Operações com TVM	7.613	9.839	12.349	62,2	25,5	21.016	31.015	47,6
Resultado com Inst. Financeiros Derivativos	(123)	(632)	622	-	-	767	(103)	-
Resultado de Operações de Câmbio	297	437	(32)	-	-	623	830	33,4
Resultado das Aplicações Compulsórias	1.249	1.467	1.503	20,3	2,4	3.308	4.390	32,7
Oper. de Venda ou de Transf. de Ativos Financ.	115	167	127	11,0	(23,9)	337	467	38,7
Res. Fin. das Op. de Seg., Previd. e Capitaliz.	163	326	248	51,6	(23,9)	410	809	97,0
Ganho(Perda) Cambial s/ PL no Ext. (2)	23	(201)	674	2.777,2	-	357	(7)	-
Outros Rec. Op. com Caract. de Intern. (3) (4)	19	101	26	34,8	(74,7)	143	432	201,5
Hedge Fiscal (5) (6)	76	(118)	447	487,3	-	385	140	(63,7)
Despesa da Intermediação Financeira	(16.670)	(20.170)	(28.145)	68,8	39,5	(47.573)	(67.052)	40,9
Operações de Captação no Mercado (21)	(14.721)	(19.195)	(21.357)	45,1	11,3	(39.786)	(58.345)	46,6
Op. de Emp., Cessão e Repasses	(1.949)	(975)	(6.788)	248,2	596,3	(7.787)	(8.707)	11,8
Margem Financeira Bruta	11.648	12.353	12.530	7,6	1,4	34.210	36.713	7,3
Prov. p/ Créd. de Liquid. Duvidosa (7) (9) (20)	(3.911)	(4.570)	(4.571)	16,9	0,0	(11.402)	(13.328)	16,9
Margem Financeira Líquida	7.737	7.783	7.959	2,9	2,3	22.808	23.385	2,5
Rendas de Tarifas	5.819	6.169	6.363	9,4	3,2	17.124	18.273	6,7
Receitas de Prestação de Serviços	4.178	4.553	4.645	11,2	2,0	12.240	13.387	9,4
Rendas de Tarifas Bancárias	1.641	1.616	1.718	4,7	6,3	4.884	4.886	0,0
Res. de Op. com Seg., Prev. e Capitaliz.	825	1.101	1.085	31,5	(1,5)	2.352	3.188	35,6
Despesas Tributárias s/ Faturamento (5) (13) (18)	(1.122)	(1.231)	(1.224)	9,1	(0,6)	(3.292)	(3.609)	9,6
Margem de Contribuição	13.259	13.821	14.183	7,0	2,6	38.992	41.237	5,8
Despesas Administrativas	(7.389)	(7.819)	(8.048)	8,9	2,9	(21.750)	(23.596)	8,5
Despesas de Pessoal (17)	(4.156)	(4.465)	(4.630)	11,4	3,7	(12.410)	(13.571)	9,3
Outras Despesas Administrativas (10) (11) (12) (28)	(3.233)	(3.354)	(3.417)	5,7	1,9	(9.339)	(10.025)	7,3
Outras Despesas Tributárias (13)	(94)	(83)	(102)	8,2	22,6	(266)	(279)	5,1
Resultado Comercial	5.776	5.919	6.034	4,5	1,9	16.976	17.362	2,3
Risco Legal	(473)	(401)	(529)	12,0	31,9	(1.413)	(1.497)	5,9
Demandas Cíveis (14) (15) (22) (25) (27) (30)	(204)	(216)	(263)	28,7	21,7	(482)	(741)	53,7
Demandas Trabalhistas (16) (17) (23) (24) (31)	(268)	(185)	(266)	(0,7)	43,9	(932)	(756)	(18,8)
Outros Componentes do Resultado	(1.144)	(557)	(1.034)	(9,7)	85,5	(3.087)	(2.304)	(25,4)
Res. de Part. em Colig. e Control. (2)	28	13	3	(89,3)	(77,5)	23	(22)	-
Res. De Outras Receitas/Despesas Operac.	(1.172)	(571)	(1.037)	(11,6)	81,6	(3.110)	(2.282)	(26,6)
Outras Rec Op. (1) (3) (8) (14) (16)	1.523	1.923	2.139	40,5	11,2	4.422	6.093	37,8
PREVI (8)	112	446	228	103,6	(48,8)	486	1.120	130,3
Outras Desp Op. (4) (9) (10) (11) (12) (15) (29)	(2.807)	(2.940)	(3.403)	21,3	15,8	(8.018)	(9.495)	18,4
Resultado Operacional	4.160	4.960	4.471	7,5	(9,9)	12.476	13.561	8,7
Resultado Não Operacional (26)	45	36	40	(11,2)	10,2	131	173	32,6
Resultado Antes da Trib. s/ o Lucro	4.204	4.996	4.511	7,3	(9,7)	12.607	13.735	8,9
IR e Contribuição Social (6) (19) (32)	(998)	(1.248)	(845)	(15,3)	(32,3)	(3.065)	(3.200)	4,4
Benefício Fiscal de JCP	355	360	377	6,2	4,6	977	1.089	11,5
Participações Estatutárias no Lucro (33)	(368)	(421)	(403)	9,7	(4,1)	(1.127)	(1.186)	5,2
Participações Minoritárias	(229)	(326)	(378)	65,0	16,0	(486)	(1.026)	111,1
Lucro Líquido Ajustado	2.610	3.002	2.885	10,5	(3,9)	7.929	8.323	5,0
Itens Extraordinários	94	(173)	(104)	-	(39,8)	4.803	(36)	-
Planos Econômicos (21) (22)	(295)	(328)	(248)	(15,9)	(24,4)	(627)	(920)	46,7
Eficiência Tributária (18) (19)	-	-	-	-	-	142	260	83,3
PCLD Adicional (20)	-	(143)	-	-	-	38	(143)	-
Provisão para CCV (23)	-	-	-	-	-	(186)	-	-
Reconciliação de Demandas Legais (25)	-	-	-	-	-	303	-	-
Alienação de Ações da BB Seguridade (26)	-	-	-	-	-	9.820	-	-
Despesa com Alienação de Ações da BB Seguridade (28) (29)	-	-	-	-	-	(172)	-	-
Provisão Extraordinária com Demandas Contingentes (27)	462	163	63	(86,5)	(61,6)	(805)	359	-
Prov. Demandas Legais : Aj. Parâmetros e Pol. Acordos (30) (31)	-	-	-	-	-	-	385	-
Ef. Fiscais e PLR sobre Itens Extraord. (32) (33)	(73)	135	81	-	(39,9)	(3.710)	23	-
Lucro Líquido	2.704	2.829	2.780	2,8	(1,7)	12.733	8.287	(34,9)

1-Alguns saldos de 3T13 foram reclassificados conforme discriminado na Nota Explicativa 3.

2.3.1 Abertura das Realocações

Neste capítulo são demonstrados os ajustes realizados na Demonstração do Resultado Societário para a obtenção da DRE com Realocações. Tais ajustes têm por objetivo:

- segregar os itens extraordinários e apresentar o lucro líquido ajustado do período;
- alterar a disposição dos itens de receitas e despesas, para possibilitar um melhor entendimento do negócio e do desempenho da empresa;

c) permitir que a Margem Financeira Bruta (MFB) registrada no período reflita, efetivamente, o ganho de todos os ativos rentáveis, buscando informar ao mercado qual é o *spread* obtido pela divisão dessa margem pelo saldo médio dos ativos rentáveis. Para tal foi necessário:

- I - Integrar, na MFB, as rendas com características de intermediação financeira contabilizadas em outras receitas operacionais provenientes de ativos rentáveis registrados no grupamento de outros créditos do balanço patrimonial;
 - II - Identificar, em item específico dentro da MFB, o ganho (perda) cambial sobre os ativos e passivos no exterior;
 - III - Manter na MFB valores relativos a reajustes cambiais negativos e reversão de despesas que foram contabilizados em outras receitas / despesas operacionais para evitar inversão de saldo de rubricas, cujas naturezas são de intermediação financeira;
 - IV - Identificar e anular os efeitos de operações de *hedge* fiscal, contratadas a partir do 4T08, sobre a taxa efetiva de imposto e sobre a MFB;
 - V – Integrar, na MFB, todas as despesas de captação relativas à emissão de Dívidas Subordinadas e Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida.
- A seguir apresenta-se o demonstrativo de todas as realocações realizadas no período:

Tabela 30. Demonstrativo das Realocações e Itens Extraordinários

R\$ milhões

ITEM	DE	PARA	EVENTO	3T 13	2T 14	3T 14	9M 13	9M 14
1	Outras Receitas Operacionais	Receitas de Operações de Crédito	Ajuste de Recuperação	-	65,0	-	-	65,0
2	Res. de Part. em Coligadas e Controladas	Ganho(Perda) Cambial s/PL no Ext.	Ganho(Perda) Cambial s/PL no Ext.	23,4	(201,4)	674,4	357,3	(7,2)
3	Outras Receitas Operacionais	Outras Rec. de Op. c/ Caract. de Int. Fin.	Reajuste Cambial	19,3	701,9	53,6	186,4	1.794,5
4	Outras Despesas Operacionais	Outras Rec. de Op. c/ Caract. de Int. Fin.	Reajuste Cambial	(0,4)	(601,1)	(28,1)	(43,1)	(1.362,5)
5	Despesas Tributárias s/ Faturamento	Hedge Fiscal	Hedge Fiscal	8,3	(12,8)	48,6	41,8	15,2
6	Imposto de Renda e Contribuição Social	Hedge Fiscal	Hedge Fiscal	67,8	(104,9)	398,4	343,1	124,6
7	Operações de Crédito	Prov. p/ Créditos de Liquidação Duvidosa	Ajuste de Recuperação/PCLD	-	-	-	-	180,0
8	Outras Receitas Operacionais	PREVI	Revisão dos Ativos e Passivos Atuariais da PREVI	112,1	445,7	228,3	486,2	1.119,7
9	Prov. p/ Créditos de Liquidação Duvidosa	Outras Despesas Operacionais	PCLD sem Caract. de Int. Financeira	40,3	(45,8)	(157,5)	(25,6)	(244,1)
10	Outras Despesas Administrativas	Outras Despesas Operacionais	Despesa de Amortização de Agio	(241,5)	(237,7)	(237,1)	(705,8)	(705,4)
11	Outras Despesas Administrativas	Outras Despesas Operacionais	Despesa de Amortização do Banco Postal	(60,0)	(84,2)	-	(180,0)	(480,8)
12	Outras Despesas Administrativas	Outras Despesas Operacionais	Verba de Relacionamento Negocial	(445,6)	(493,3)	(484,4)	(1.480,9)	(1.435,0)
13	Outras Despesas Tributárias	Despesas Tributárias s/ Faturamento	Despesas Tributárias s/ Faturamento	(1.113,3)	(1.243,7)	(1.175,0)	(3.249,7)	(3.333,7)
14	Outras Receitas Operacionais	Demandas Cíveis	Reversão de Passivos Contingentes	153,1	-	52,1	156,0	72,1
15	Outras Despesas Operacionais	Demandas Cíveis	Despesas de Demandas Judiciais	(139,4)	(315,9)	(429,1)	(1.641,8)	(1.381,5)
16	Outras Receitas Operacionais	Demandas Trabalhistas	Reversão de Passivos Trabalhistas	55,4	50,9	52,2	55,4	591,2
17	Despesas de Pessoal	Demandas Trabalhistas	Provisão para Demandas Trabalhistas	(323,6)	(235,8)	(318,4)	(1.133,7)	(754,6)
18	Despesas Tributárias s/ Faturamento	Eficiência Tributária	Eficiência Tributária	-	-	-	-	260,0
19	Imposto de Renda e Contribuição Social	Eficiência Tributária	Eficiência Tributária	-	-	-	141,8	-
20	Prov. p/ Créditos de Liquidação Duvidosa	Reversão de PCLD Adicional	Reversão de PCLD Adicional	-	(143,1)	-	38,0	(143,1)
21	Operações de Captação no Mercado	Planos Econômicos	Planos Econômicos	(50,8)	(65,5)	(71,5)	(163,5)	(200,0)
22	Demandas Cíveis	Planos Econômicos	Planos Econômicos	(243,9)	(262,7)	(176,4)	(463,3)	(719,6)
23	Demandas Trabalhistas	Provisão para Comissão de Conciliação Voluntária	Provisão para Comissão de Conciliação Voluntária	-	-	-	(185,5)	-
24	Demandas Trabalhistas	Reconciliação de Demandas Legais	Reconciliação de Demandas Legais	-	-	-	38,7	-
25	Demandas Cíveis	Reconciliação de Demandas Legais	Reconciliação de Demandas Legais	-	-	-	264,5	-
26	Resultado Não Operacional	Alienação de Ações da BB Seguridade	Alienação de Ações da BB Seguridade	-	-	-	9.820,5	-
27	Demandas Cíveis	Provisão Extraordinária com Demandas Contingentes	Provisão Extraordinária com Demandas Contingentes	462,0	163,0	62,5	(805,4)	358,5
28	Outras Despesas Administrativas	Despesa com Alienação de Ações da BB Seguridade	Despesa com Alienação de Ações da BB Seguridade	-	-	-	(133,8)	-
29	Outras Despesas Operacionais	Despesa com Oferta Pública BB Seguridade	Despesa com Oferta Pública BB Seguridade	-	-	-	(38,2)	-
30	Demandas Cíveis	Prov. Dem. Legais - Aj. Parâmetros e Políticas de Acordos	Prov. Dem. Legais - Aj. Parâmetros e Políticas de Acordos	-	-	-	-	(207,7)
31	Demandas Trabalhistas	Prov. Dem. Legais - Aj. Parâmetros e Políticas de Acordos	Prov. Dem. Legais - Aj. Parâmetros e Políticas de Acordos	-	-	-	-	592,6
32	Imposto de Renda e Contribuição Social	Efeitos Fiscais e PLR s/ Itens Extraordinários	Efeitos Fiscais e PLR s/ Itens Extraordinários	(62,8)	115,5	69,5	(3.119,4)	24,2
33	Participações Estatutárias no Lucro	Efeitos Fiscais e PLR s/ Itens Extraordinários	Efeitos Fiscais e PLR s/ Itens Extraordinários	(10,4)	19,6	11,8	(590,9)	(1,1)

2.3.2 Glossário de Realocações

- (1) Recuperação de operação com característica de crédito.
- (2) Corresponde ao resultado das variações cambiais sobre o investimento em subsidiárias e agências no exterior.
- (3) e (4) Inclui as receitas e despesas financeiras de câmbio.
- (5) e (6) Mecanismo para reduzir os efeitos de variação cambial sobre o resultado.
- (7) Ajuste na Recuperação/Provisão de operação com grupo empresarial.
- (8) Receitas financeiras oriundas da revisão dos ativos e passivos atuariais da Previ.
- (9) Despesas com PCLD para créditos sem característica de intermediação financeira.
- (10) Despesas provenientes de amortização de ágio de investimentos e intangível (Banco Nossa Caixa).
- (11) Despesa de amortização do ativo intangível relacionado ao Banco Postal.
- (12) Parcela da verba de relacionamento negocial contabilizada em outras despesas administrativas.
- (13) Despesas tributárias realocadas para compor a margem de contribuição.
- (14) Reversão de saldos que, por força do plano de contas do Bacen (COSIF), não pôde ser contabilizada em Outras Despesas Administrativas na DRE societária.
- (15) Despesas provenientes de demandas cíveis.
- (16) Reversão de saldos que, por força do plano de contas do Bacen (COSIF), não pôde ser contabilizada em Despesas de Pessoal na DRE societária.
- (17) Despesas provenientes de demandas trabalhistas.
- (18) e (19) Receita referente à eficiência tributária gerada pelo Banco do Brasil em revisão periódica da base fiscal.
- (20) Reversão parcial de provisão adicional para créditos de liquidação duvidosa constituída em exercícios anteriores.
- (21) e (22) Despesas com provisão proveniente de ações judiciais referentes aos planos econômicos.
- (23) Valor provisionado para pagamento de acordos extrajudiciais entre o Banco e funcionários relacionados ao novo Plano de Funções, através das Comissões de Conciliação Voluntária.
- (24) e (25) Reconciliação das provisões para demandas legais registradas nos sistemas operacionais do Banco com a base de informações fornecida pelos tribunais.
- (26) Ganho com alienação de Ações da BB Seguridade.
- (27) Provisão extraordinária com demandas contingentes.
- (28) Despesas referentes ao processo de alienação de ações da BB Seguridade.
- (29) Despesas referentes ao processo de oferta pública de ações da BB Seguridade.
- (30) e (31) Provisão Demandas Legais - Ajuste de Parâmetros e Políticas de Acordos.
- (32) e (33) Segregação dos efeitos de itens extraordinários do período sobre o pagamento de Participações nos Lucros e Resultados (PLR), e a unificação dos efeitos desses itens sobre os impostos (IR e CSLL). A tabela a seguir demonstra isoladamente o efeito de cada item extraordinário nos impostos e na PLR.

Tabela 31. Efeitos Fiscais e Participação nos Lucros e Resultados sobre Itens Extraordinários

R\$ milhões	Fluxo Trimestral			Var. %		Fluxo 9 Meses		Var. %
	3T13	2T14	3T14	s/ 3T13	s/ 2T14	9M13	9M14	s/ 9M13
Planos Econômicos	129	144	109	(15,8)	(24,5)	276	404	46,3
Eficiência Tributária	-	-	-	-	-	(17)	(115)	556,8
PCLD Adicional	-	63	-	-	-	(17)	63	-
Provisão para CCV	-	-	-	-	-	82	-	-
Reconciliação de Demandas Legais	-	-	-	-	-	(134)	-	-
Alienação Ações BB Seguridade	-	-	-	-	-	(4.333)	-	-
Provisão Extraordinária com Demandas Contingentes	(202)	(71)	(27)	(86,5)	(61,7)	357	(157)	-
Prov. Dem. Legais - Aj. Parâmetros Pol. Acordos	-	-	-	-	-	-	(170)	-
Despesa com Alienação de Ações da BB Seguridade	-	-	-	-	-	76	-	-
Total	(73)	135	81	-	(39,9)	(3.710)	25	-

2.4. Receitas e Despesas Operacionais Totais

A seguir é apresentada tabela com o reagrupamento das receitas e das despesas da DRE com Realocações, com objetivo de evidenciar o percentual de consumo das despesas operacionais totais em relação ao total de receitas.

Tabela 32. Receitas e Despesas Operacionais Totais

R\$ milhões	Saldos									
	3T13 ¹	Part. %	2T14	Part. %	3T14	Part. %	9M13 ¹	Part. %	9M14	Part. %
Receitas Operacionais Totais	17.148	100,0	19.065	100,0	18.944	100,0	50.598	100,0	55.870	100,0
Margem Financeira Bruta	11.648	67,9	12.353	64,8	12.530	66,1	34.210	67,6	36.713	65,7
Rendas de Tarifas	5.819	33,9	6.169	32,4	6.363	33,6	17.124	33,8	18.273	32,7
Res. de Oper. com Seg., Previd. e Capitaliz.	825	4,8	1.101	5,8	1.085	5,7	2.352	4,6	3.188	5,7
Result. Partic. em Coligadas e Controladas	28	0,2	13	0,1	3	0,0	23	0,0	(22)	(0,0)
Outras Receitas Operacionais	1.523	8,9	1.923	10,1	2.139	11,3	4.422	8,7	6.093	10,9
PREVI	112	0,7	446	2,3	228	1,2	486	1,0	1.120	2,0
Outras Despesas Operacionais	(2.807)	(16,4)	(2.940)	(15,4)	(3.403)	(18,0)	(8.018)	(15,8)	(9.495)	(17,0)
Despesas Operacionais Totais	(12.989)	(75,7)	(14.105)	(74,0)	(14.473)	(76,4)	(38.122)	(75,3)	(42.308)	(75,7)
Despesas Administrativas Ampliadas	(7.861)	(45,8)	(8.220)	(43,1)	(8.577)	(45,3)	(23.163)	(45,8)	(25.092)	(44,9)
Despesas Administrativas	(7.389)	(43,1)	(7.819)	(41,0)	(8.048)	(42,5)	(21.750)	(43,0)	(23.596)	(42,2)
Despesas de Pessoal	(4.156)	(24,2)	(4.465)	(23,4)	(4.630)	(24,4)	(12.410)	(24,5)	(13.571)	(24,3)
Outras Despesas Administrativas	(3.233)	(18,9)	(3.354)	(17,6)	(3.417)	(18,0)	(9.339)	(18,5)	(10.025)	(17,9)
Risco Legal	(473)	(2,8)	(401)	(2,1)	(529)	(2,8)	(1.413)	(2,8)	(1.497)	(2,7)
Outras Despesas Tributárias	(94)	(0,5)	(83)	(0,4)	(102)	(0,5)	(266)	(0,5)	(279)	(0,5)
Despesas Tributárias s/ Faturamento	(1.122)	(6,5)	(1.231)	(6,5)	(1.224)	(6,5)	(3.292)	(6,5)	(3.609)	(6,5)
Prov. Créditos de Liquid. Duvidosa	(3.911)	(22,8)	(4.570)	(24,0)	(4.571)	(24,1)	(11.402)	(22,5)	(13.328)	(23,9)
Resultado Operacional	4.160	24,3	4.960	26,0	4.471	23,6	12.476	24,7	13.561	24,3
Resultado Não Operacional	45	0,3	36	0,2	40	0,2	131	0,3	173	0,3
Resultado Antes da Trib. s/ o Lucro	4.204	24,5	4.996	26,2	4.511	23,8	12.607	24,9	13.735	24,6
Imposto de Renda e Participações no Lucro	(1.366)	(8,0)	(1.669)	(8,8)	(1.248)	(6,6)	(4.192)	(8,3)	(4.386)	(7,9)
Participações Minoritárias	(229)	(1,3)	(326)	(1,7)	(378)	(2,0)	(486)	(1,0)	(1.026)	(1,8)
Lucro Líquido Ajustado	2.610	15,2	3.002	15,7	2.885	15,2	7.929	15,7	8.323	14,9
Itens Extraordinários	94	0,5	(173)	(0,9)	(104)	(0,6)	4.803	9,5	(36)	(0,1)
Lucro Líquido	2.704	15,8	2.829	14,8	2.780	14,7	12.733	25,2	8.287	14,8

1-Alguns saldos de 3T13 foram reclassificados conforme discriminado na Nota Explicativa 3.

3 - Crédito

O Processo de Crédito do Banco do Brasil

A concessão de crédito no Banco do Brasil é precedida de criteriosa análise, a partir de avançadas metodologias de cálculo de risco de crédito. Essas metodologias foram desenvolvidas pelo BB e seguem as melhores práticas de gestão de riscos.

O risco do cliente reflete a probabilidade do tomador se tornar inadimplente no período de até 1 ano após a análise do risco. Com ele, o Banco do Brasil determina o volume de recursos que está disposto a se expor ao tomador. O risco é calculado utilizando informações internas e externas, além do histórico de relacionamento com o cliente, conforme descrição abaixo.

- I. Informações Cadastrais - análise de informações cadastrais obtidas em fontes internas e externas, inclusive informações restritivas;
- II. Informações Comportamentais no BB - avaliação do endividamento, utilização de produtos de crédito, pontualidade no pagamento e dados de relacionamento com o Banco;
- III. Informações Comportamentais no Sistema Financeiro Nacional (SFN) – análise do endividamento em outras Instituições Financeiras, da utilização de produtos na concorrência e da pontualidade de pagamento no SFN;
- IV. Metodologias Personalizadas - avaliação de demonstrativos financeiros, das perspectivas do segmento do cliente e demais informações de mercado.

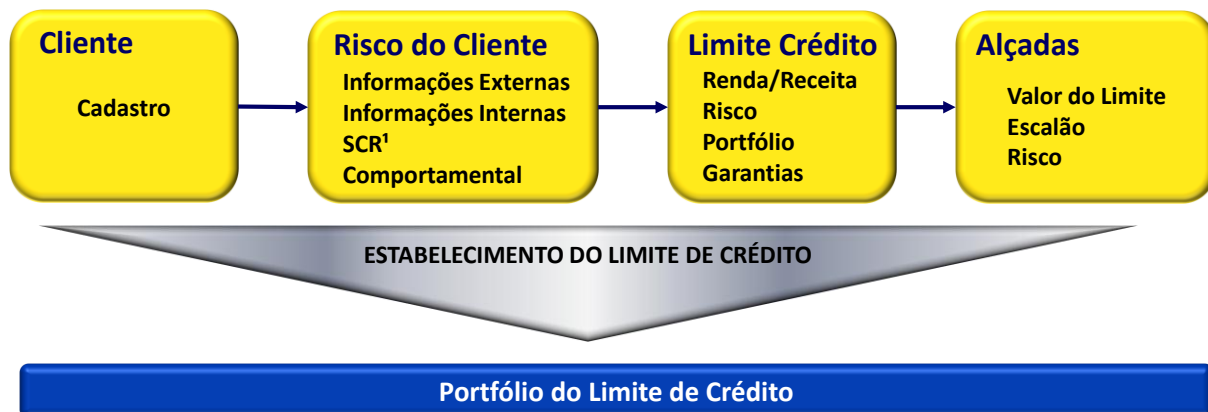
O risco é calculado de forma massificada para clientes pessoas físicas, microempresas e produtores rurais, e de forma personalizada para clientes pessoas jurídicas, entes do setor público, entre outros.

Na análise massificada o risco de crédito do cliente é calculado automaticamente pelo sistema do Banco, com resultados imediatos para a contratação da operação.

As análises personalizadas são realizadas pelos técnicos do Banco do Brasil e por cálculos de sistemas corporativos. Cabe aos comitês responsáveis a aprovação do risco desses clientes.

O risco do cliente é insumo importante para o estabelecimento do limite de crédito, para a adequada classificação do risco das operações e para o direcionamento de linhas de negócios com o cliente.

Figura 12. Processo de Crédito do Banco do Brasil



1 - SCR: Sistema de Informações de Crédito do Banco Central do Brasil

3.1 Carteira de Crédito

Para melhor entendimento das operações de crédito do BB, a seguir são apresentados os conceitos referentes à carteira de crédito. As informações apresentadas nesse capítulo são segmentadas em pessoa física, pessoa jurídica e agronegócios.

a) Carteira de Crédito Classificada: total das operações de empréstimo, financiamentos, arrendamentos mercantis, outras operações com características de crédito e aquisições de ativos de crédito.

b) Carteira de Crédito Ampliada: corresponde à carteira de crédito classificada adicionada das operações com títulos e valores mobiliários privados (TVM privados) e das garantias, onde:

b.1) TVM Privados: valores mobiliários (*commercial papers* e debêntures) emitidos principalmente por clientes pessoa jurídica e subscritos pelo BB.

b.2) Garantias: são operações onde o BB assegura a liquidação financeira dos contratos.

Tabela 33. Carteira de Crédito Classificada e Ampliada

R\$ milhões	Saldos				Var. % s/				
	Set/13	Part. %	Jun/14	Part. %	Set/14	Part. %	Set/13	Jun/14	Dez/13
Carteira de Crédito Classificada (a)¹	584.989	100,0	649.564	100,0	662.392	100,0	13,2	2,0	6,3
País	536.296	91,7	602.570	92,8	611.770	92,4	14,1	1,5	6,9
Pessoa Física	163.576	28,0	172.637	26,6	174.662	26,4	6,8	1,2	4,2
CDC Consignação	61.641	10,5	63.406	9,8	63.065	9,5	2,3	(0,5)	1,8
CDC Salário	18.334	3,1	18.107	2,8	17.911	2,7	(2,3)	(1,1)	1,4
Empréstimo Pessoal	5.965	1,0	6.291	1,0	5.927	0,9	(0,6)	(5,8)	1,0
Financiamento de Veículos	35.194	6,0	33.230	5,1	32.964	5,0	(6,3)	(0,8)	(6,8)
Financiamento Imobiliário	15.757	2,7	23.539	3,6	25.717	3,9	63,2	9,3	39,3
Cartão de Crédito	17.958	3,1	19.479	3,0	20.104	3,0	11,9	3,2	1,5
Cheque Especial	2.910	0,5	2.787	0,4	2.735	0,4	(6,0)	(1,8)	11,6
Demais	5.817	1,0	5.799	0,9	6.238	0,9	7,2	7,6	3,4
Pessoa Jurídica	243.352	41,6	274.313	42,2	280.288	42,3	15,2	2,2	7,6
MPE	94.439	16,1	101.148	15,6	101.486	15,3	7,5	0,3	1,6
Governos	15.706	2,7	21.476	3,3	26.657	4,0	69,7	24,1	43,6
Médias e Grandes ¹	133.208	22,8	151.688	23,4	152.145	23,0	14,2	0,3	7,0
Agronegócio	129.368	22,1	155.620	24,0	156.819	23,7	21,2	0,8	8,8
Pessoa Física	86.885	14,9	109.020	16,8	109.939	16,6	26,5	0,8	15,0
Pessoa Jurídica	42.483	7,3	46.599	7,2	46.881	7,1	10,4	0,6	(3,3)
Exterior	48.692	8,3	46.994	7,2	50.622	7,6	4,0	7,7	(0,8)
TVM Privados e Garantias (b)	67.248		69.191		70.327		4,6	1,6	1,2
Carteira de Crédito Ampliada (a + b)	652.237	100,0	718.754	100,0	732.719	100,0	12,3	1,9	5,8
País	597.231	91,6	665.553	92,6	675.539	92,2	13,1	1,5	6,4
Pessoa Física	163.841	25,1	173.036	24,1	175.111	23,9	6,9	1,2	4,3
Pessoa Jurídica ¹	303.313	46,5	335.318	46,7	342.023	46,7	12,8	2,0	6,1
Agronegócio	130.077	19,9	157.199	21,9	158.405	21,6	21,8	0,8	9,4
Exterior	55.006	8,4	53.202	7,4	57.179	7,8	4,0	7,5	(1,1)

1 - Carteira Pessoa Jurídica revisada em Set/13 e Dez/13 conforme Nota Explicativa 10.

A tabela a seguir demonstra a participação do BB na carteira de crédito classificada do SFN. Mesmo sem considerar as operações no exterior, TVM privados e as garantias, a participação de mercado do BB é de 21,1%.

Tabela 34. Crédito SFN

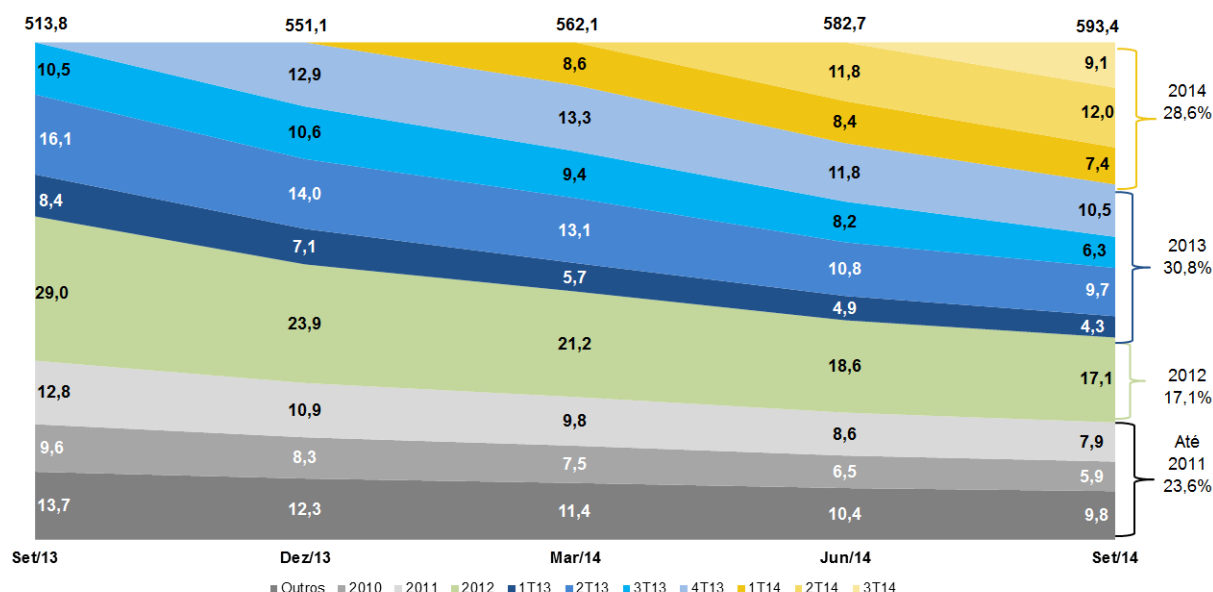
R\$ milhões	Saldos				Var. % s/		
	Set/13	Dez/13	Mar/14	Jun/14	Set/14	Set/13	Jun/14
SFN¹	2.597.168	2.715.371	2.759.447	2.830.941	2.900.706	11,7	2,5
Pessoa Física	1.200.582	1.251.174	1.282.155	1.324.629	1.360.502	13,3	2,7
Pessoa Jurídica	1.396.586	1.464.197	1.477.292	1.506.312	1.540.204	10,3	2,2
Participação de Mercado BB - %	20,6	21,1	21,1	21,3	21,1		

1 - Série Revista pelo Bacen.

Na próxima figura, apresenta-se a Carteira de Crédito Classificada País (Sem BV) considerando o período contratação. Pode ocorrer, em alguns casos, do desembolso do crédito continuar ocorrendo nos trimestres subsequentes à contratação, sendo somado a este.

Considerando a carteira de setembro/14, 9,1% dos ativos foram contratadas no 3T14. Em relação aos anos de 2013 e 2014, o percentual chega a 59,4%.

Figura 13 Carteira de Crédito País (Sem BV) por Período de Contratação - % e R\$ Bilhões



3.1.1 Carteira de Crédito Pessoa Física

As tabelas a seguir apresentam as principais linhas de crédito destinadas às pessoas físicas. Ressalta-se que as linhas de crédito consignado e financiamento de veículos incluem o saldo das carteiras de crédito adquiridas com coobrigação.

Tabela 35. Carteira de Crédito Pessoa Física

R\$ milhões	Saldos				Var. % s/			
	Set/13	Part. %	Jun/14	Part. %	Set/14	Part. %	Set/13	Jun/14
Carteira de Crédito Classificada	163.576	99,8	172.637	99,8	174.662	99,7	6,8	1,2
CDC	85.940	52,5	87.804	50,7	86.903	49,6	1,1	(1,0)
Crédito Consignado	61.641	37,6	63.406	36,6	63.065	36,0	2,3	(0,5)
Empréstimo Pessoal	5.965	3,6	6.291	3,6	5.927	3,4	(0,6)	(5,8)
CDC Salário	18.334	11,2	18.107	10,5	17.911	10,2	(2,3)	(1,1)
Financiamento de Veículos	35.194	21,5	33.230	19,2	32.964	18,8	(6,3)	(0,8)
Financiamento Imobiliário	15.757	9,6	23.539	13,6	25.717	14,7	63,2	9,3
Cartão de Crédito	17.958	11,0	19.479	11,3	20.104	11,5	11,9	3,2
Cheque Especial	2.910	1,8	2.787	1,6	2.735	1,6	(6,0)	(1,8)
Microcrédito	773	0,5	977	0,6	1.387	0,8	79,4	42,0
Demais	5.044	3,1	4.822	2,8	4.851	2,8	(3,8)	0,6
TVM Privados e Garantias	265	0,2	399	0,2	449	0,3	69,4	12,5
Carteira de Crédito Ampliada	163.841	100,0	173.036	100,0	175.111	100,0	6,9	1,2

O BB mantém-se entre os líderes de mercado em créditos com menor risco. A participação do BB nas linhas de empréstimos com essa característica é demonstrada a seguir.

Tabela 36. Crédito Pessoa Física – Participação de Mercado

R\$ milhões	Set/13			Jun/14			Set/14		
	BB ¹	SFN	Part. %	BB ¹	SFN	Part. %	BB ¹	SFN	Part. %
Crédito Consignado	61.641	216.835	28,4	63.406	238.056	26,6	63.065	244.574	25,8
Financiamento de Veículos ²	34.485	202.671	17,0	32.417	191.440	16,9	32.081	187.813	17,1
Financiamento Imobiliário	15.757	319.441	4,9	23.539	384.518	6,1	25.717	407.021	6,3

1 – Inclui carteiras de crédito adquiridas com coobrigação segundo Resolução CMN 3.533/08.
2 – Apenas carteiras de recursos livres

As carteiras de crédito adquiridas pelo BB compõem-se de operações de crédito consignado e financiamento de veículos. Destaque para o crescimento de 20,2% na carteira de crédito veículos

adquirida na visão anual, chegando a R\$ 13 bilhões em setembro/14. A queda na visão anual se dá pela consolidação e reorganização do setor, especialmente no segmento de consignado.

As operações com coobrigação respondem por mais de 99,0% do total.

Tabela 37. Carteiras Adquiridas¹

R\$ milhões	Saldos				Var. % s/		
	Set/13	Dez/13	Mar/14	Jun/14	Set/14	Set/13	Jun/14
Financiamento a Veículos	10.813	12.308	12.672	11.623	12.999	20,2	11,8
Crédito Consignado	8.126	7.654	7.042	6.007	4.705	(42,1)	(21,7)
Total	18.939	19.962	19.714	17.629	17.703	(6,5)	0,4

1 - Inclui carteiras de crédito adquiridas com coobrigação segundo Resolução CMN 3.533/08.

A Carteira de Crédito Classificada Orgânica PF (excluindo-se as carteiras adquiridas e 50% das operações do Banco Votorantim) registrou crescimento de 12% em relação a setembro de 2013. Destaque para as operações de financiamento imobiliário, que apresentaram crescimento de 63,2% em 12 meses.

Tabela 38. Carteira de Crédito Classificada Orgânica - Pessoa Física

R\$ milhões	Saldos				Var. % s/			
	Set/13	Part. %	Jun/14	Part. %	Set/14	Part. %	Set/13	Jun/14
Carteira Classificada Orgânica	130.002	100,0	142.325	100,0	145.621	100,0	12,0	2,3
CDC	75.718	58,2	79.960	56,2	80.472	55,3	6,3	0,6
Crédito Consignado	51.427	39,6	55.583	39,1	56.659	38,9	10,2	1,9
Empréstimo Pessoal	5.957	4,6	6.269	4,4	5.902	4,1	(0,9)	(5,9)
CDC Salário	18.334	14,1	18.107	12,7	17.911	12,3	(2,3)	(1,1)
Cartão de Crédito	17.827	13,7	19.295	13,6	19.918	13,7	11,7	3,2
Financiamento de Veículos	11.973	9,2	10.945	7,7	10.540	7,2	(12,0)	(3,7)
Financiamento Imobiliário	15.757	12,1	23.539	16,5	25.717	17,7	63,2	9,3
Cheque Especial	2.910	2,2	2.787	2,0	2.735	1,9	(6,0)	(1,8)
Microcrédito	773	0,6	977	0,7	1.387	1,0	79,4	42,0
Demais	5.044	3,9	4.822	3,4	4.851	3,3	(3,8)	0,6

Considerando as operações de CDC e de financiamento de veículos, a maioria das operações é realizada com servidores públicos e pensionistas, num total de 85,6%, demonstrando a estabilidade e proteção da carteira orgânica.

Tabela 39. Composição da Carteira de Crédito Orgânica - CDC e Veículos

R\$ milhões	Saldos				Var. % s/			
	Set/13	Part. %	Jun/14	Part. %	Set/14	Part. %	Set/13	Jun/14
Servidores Públicos	67.432	76,9	70.716	77,8	71.346	78,4	5,8	0,9
Aposentados e Pensionistas do INSS	6.536	7,5	6.689	7,4	6.529	7,2	(0,1)	(2,4)
Funcionário do Setor Privado	13.722	15,6	13.499	14,8	13.137	14,4	(4,3)	(2,7)

Um dos importantes componentes da metodologia de crédito é o conhecimento que o Banco do Brasil possui dos seus clientes. Daqueles com operações de crédito no BB, 81,9% possuem conta há pelo menos cinco anos.

Tabela 40. Tempo de Relacionamento - Clientes com Operações de Crédito

%	Set/13	Jun/14	Set/14
Tempo de Relacionamento			
Até 1 ano	1,9	2,0	2,0
Entre 1 a 2 anos	2,5	2,7	2,8
Entre 2 a 5 anos	14,5	13,7	13,3
Entre 5 a 10 anos	16,4	15,4	15,9
Mais de 10 anos	64,8	66,3	66,0

Crédito Consignado

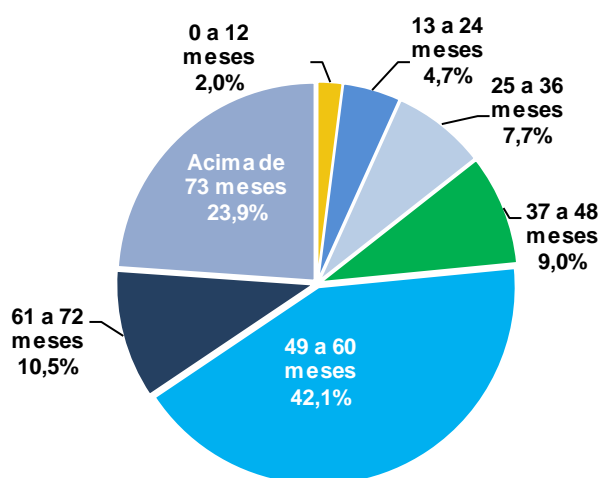
A carteira de crédito consignado no BB é composta, em quase sua totalidade, por operações com clientes servidores públicos e pensionistas, que oferecem menor risco. A tabela abaixo demonstra a composição da carteira.

Tabela 41. Composição da Carteira de Crédito Consignado Orgânica

R\$ milhões	Saldos				Var. % s/			
	Set/13	Part. %	Jun/14	Part. %	Set/13	Jun/14		
Servidores Públicos	44.824	87,2	48.911	88,0	49.962	88,2	11,5	2,1
Aposentados e Pensionistas do INSS	4.325	8,4	4.419	8,0	4.419	7,8	2,2	-
Funcionário do Setor Privado	2.278	4,4	2.253	4,1	2.278	4,0	-	1,1

A maioria das operações de crédito consignado contratadas no Banco do Brasil no 3T14 tem prazo maior do que 48 meses. A característica dos clientes dessa carteira permite o alongamento do prazo e gera fidelização e oportunidade de oferta de outros produtos no decorrer desse tempo.

Figura 14. Prazo das Operações Contratadas no 3T14 – Crédito Consignado



Financiamento de Veículos

As operações de veículos originadas nas agências BB apresentaram queda de 3,7% em relação a Junho de 2014, totalizando saldo de R\$ 10,5 bilhões, em linha com a tendência do mercado.

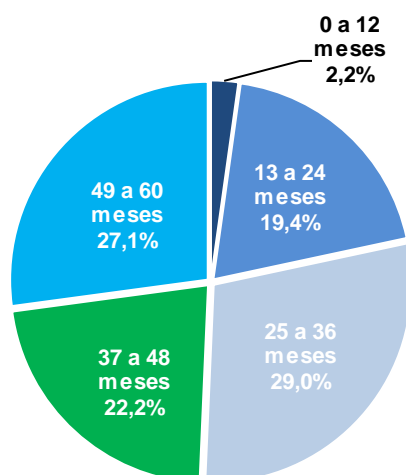
Na tabela a seguir são demonstradas as principais características dos clientes da carteira de financiamento de veículos orgânica do Banco do Brasil. Pode-se constatar que a maioria dos clientes são correntistas há mais de 10 anos, recebem proventos pelo Banco e que esses percentuais vêm aumentando nos últimos trimestres.

Tabela 42. Características dos Clientes da Carteira de Crédito Veículos Orgânica

%	Set/13	Jun/14	Set/14
Tempo de Relacionamento			
Até 5 anos	18,8	17,8	17,1
Entre 5 a 10 anos	19,3	17,6	17,7
Mais de 10 anos	61,9	64,6	65,2
Proventos			
Recebem Proventos	51,2	61,3	62,8
Não Recebem Proventos	48,8	38,7	37,2

A próxima figura demonstra o prazo das operações de financiamento de veículos contratadas no Banco do Brasil no 3T14. Mais de 72,9% das contratações no trimestre tem prazo de até 48 meses.

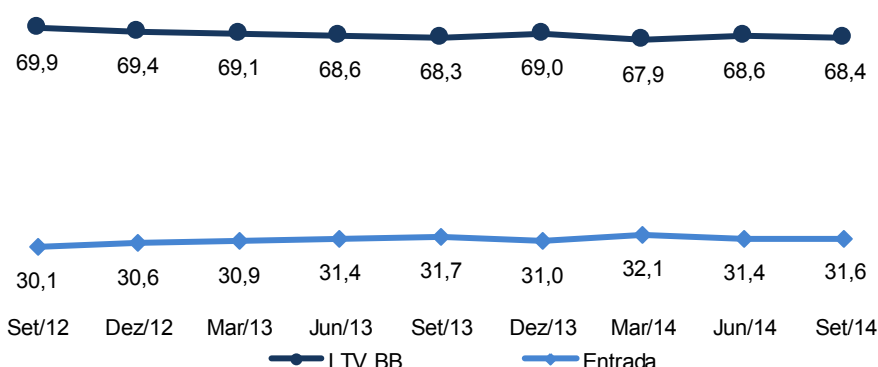
Figura 15. Prazo das Operações Contratadas no 3T14 – Financiamento de Veículos



Na figura abaixo, apresenta-se o indicador de percentual financiado de um bem (*Loan-to-Value LTV*). Tal métrica é calculada dividindo o valor financiado pelo valor do bem.

Para a carteira de financiamento de veículos utiliza-se a ponderação pela relevância da operação no total do desembolso trimestral. O percentual do veículo financiado, na visão orgânica, chegou a 68,6% em setembro de 2014, abaixo do trimestre anterior. Nesse caso, os clientes se comprometem com 31,6% do valor do bem, o que reduz ainda mais a probabilidade de inadimplência.

Figura 16. Percentual Financiado (LTV) e Entrada – Financiamento de Veículos Carteira Orgânica



Financiamento Imobiliário

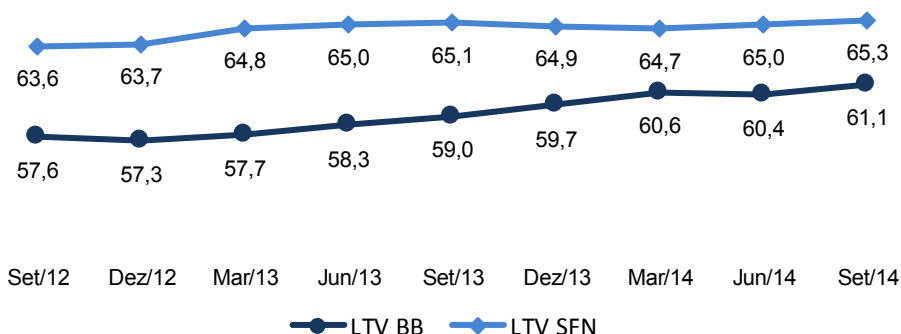
A carteira de crédito imobiliário Pessoa Física chegou a R\$ 25,7 bilhões no 3T14. Nos últimos 12 meses o crescimento foi de quase R\$ 10 bilhões, confirmando a tendência de ganho de relevância da carteira, que passou de 12,1% para 17,7% na visão orgânica no período. Na visão trimestral o crescimento foi de 9,3%.

O incremento observado no período foi resultado da estratégia de ampliação de produtos ofertados aos clientes, tais como as linhas de operações com recursos FGTS lançadas em 2013, além da consolidação do produto no portfólio do BB.

O BB atingiu a participação de mercado de 6,3% em setembro/14, ganho de 1,4% em relação ao mesmo período do ano passado.

O percentual financiado do imóvel ficou em 61,1%, abaixo do praticado no Sistema Financeiro, que atingiu 65,3%, segundo dados da Abecip¹. Seguindo conceito dessa Associação, a cifra demonstrada considera o estoque da carteira.

Figura 17. Percentual Financiado (LTV) – Financiamento Imobiliário



1 – Fonte: Abecip (Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança) – Considera operações contratadas no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação (SFH). Os dados do BB consideram toda carteira PF. Posição Agosto/2014

A tabela a seguir demonstra o prazo médio e a taxa de juros nas operações com menor risco. Os prazos médios da carteira são calculados ponderando o prazo restante das operações pelo saldo devedor apurado nos fechamentos de balancetes. As taxas também são ponderadas pelo saldo devedor apurado no fechamento do período.

Tabela 43. Taxas e Prazos Médios

	Set/13	Jun/14	Set/14
Banco do Brasil			
CDC Veículos			
Taxa Média - % a.m.	1,26	1,35	1,38
Prazo Médio - meses	34	32	32
Financiamento Imobiliário			
Ticket Médio - R\$ mil	127,7	115,4	105,6
Taxa Média - % a.a.	8,2	7,6	7,5
Prazo Médio - meses	318,0	334,0	340,0
Crédito Consignado			
Taxa Média - % a.m.	1,82	1,76	1,76
Prazo Médio - meses	53	54	54
BV - Financiamento de Veículos			
Taxa Média - % a.m.	1,87	1,97	1,96
Prazo Médio - meses	45	44	44

3.1.2 Carteira de Crédito Pessoa Jurídica

O crescimento da Carteira de Crédito Pessoa Jurídica na comparação trimestral e anual resulta do incremento das operações de capital de giro e investimento. Essas linhas foram influenciadas positivamente pelo volume de contratações médias e grandes empresas, além do crédito Governo.

As operações com TVM privados e garantias atingiram saldo de R\$ 61,7 bilhões ao final de setembro de 2014, crescimento de 3% em 12 meses. Essas operações são negociadas com empresas de grande porte e historicamente apresentam baixo risco.

Tabela 44. Carteira de Crédito Pessoa Jurídica

R\$ milhões	Saldos				Var. % s/			
	Set/13	Part. %	Jun/14	Part. %	Set/14	Part. %	Set/13	Jun/14
Carteira de Crédito Classificada¹	243.352	80,2	274.313	81,8	280.288	82,0	15,2	2,2
Capital de Giro	130.587	43,1	145.182	43,3	147.077	43,0	12,6	1,3
Investimento	51.631	17,0	60.161	17,9	63.833	18,7	23,6	6,1
Recebíveis	17.631	5,8	17.184	5,1	16.658	4,9	(5,5)	(3,1)
Cartão de Crédito	12.614	4,2	14.486	4,3	14.528	4,2	15,2	0,3
ACC/ACE	11.894	3,9	12.490	3,7	11.822	3,5	(0,6)	(5,4)
BNDES Exim	3.562	1,2	3.580	1,1	4.051	1,2	13,7	13,2
Crédito Imobiliário	4.459	1,5	8.437	2,5	9.274	2,7	108,0	9,9
Conta Garantida	3.314	1,1	4.027	1,2	4.025	1,2	21,5	(0,0)
Cheque Especial	253	0,1	333	0,1	327	0,1	29,5	(1,8)
Demais ¹	7.409	2,4	8.432	2,5	8.693	2,5	17,3	3,1
TVM Privados e Garantias	59.961	19,8	61.005	18,2	61.735	18,0	3,0	1,2
Carteira de Crédito Ampliada¹	303.313	100,0	335.318	100,0	342.023	100,0	12,8	2,0

1 - Carteira Pessoa Jurídica revisada em Set/13 conforme Nota Explicativa 10 - Crédito

A distribuição da Carteira Pessoa Jurídica no Banco do Brasil, considerando a visão Ampliada, é apresentada na tabela abaixo. As Médias e Grandes Empresas (com TVM), somadas ao Governo representavam 70,3% em setembro/14, enquanto a carteira MPE representavam 29,7% no mesmo período.

Tabela 45. Distribuição da Carteira Pessoa Jurídica

R\$ milhões	Saldos				Var. % s/			
	Set/13	Part. %	Jun/14	Part. %	Set/14	Part. %	Set/13	Jun/14
Médias, Grandes e Governo	208.874	68,9	234.169	69,8	240.537	70,3	15,2	2,7
MPE	94.439	31,1	101.148	30,2	101.486	29,7	7,5	0,3
Carteira de Crédito Ampliada¹	303.313	100,0	335.318	100,0	342.023	100,0	12,8	2,0

1 - Carteira Pessoa Jurídica revisada em Set/13 conforme Nota Explicativa 10 - Crédito

Crédito para Comércio Exterior

O Banco do Brasil é o principal parceiro do comércio internacional brasileiro, encerrando o 3T14 com participação de mercado de 26,3% e 22,3% em operações de câmbio exportação e importação, respectivamente. Com liderança nas operações de ACC/ACE, o BB encerrou setembro com 26,9% de participação neste mercado.

Tabela 46. Câmbio de Exportação e Importação

	Saldos				Var. % s/			
	3T13	4T13	1T14	2T14	3T14	3T13	2T14	
Câmbio Exportação								
Volume Contratado (US\$ milhões)	14.423	15.134	14.077	18.826	15.043	4,3	(20,1)	
Participação de Mercado - %	26,9	24,6	26,5	30,3	26,3	(2,4)	(13,4)	
Câmbio Importação								
Volume Contratado (US\$ milhões)	12.309	13.040	12.650	13.696	12.498	1,5	(8,7)	
Participação de Mercado - %	21,1	22,7	23,9	23,7	22,3	5,3	(6,3)	

Tabela 47. ACC/ACE

	Saldos				Var. % s/			
	3T13	4T13	1T14	2T14	3T14	3T13	2T14	
Volume Contratado (US\$ milhões)	2.459	2.549	2.346	2.834	2.612	6,3	(7,8)	
Quantidade de Contratos	3.070	3.112	2.943	3.462	3.249	5,8	(6,2)	
Volume Médio por Contrato (US\$ mil)	801	819	797	819	804	0,4	(1,8)	

Crédito para Investimentos

Os desembolsos para investimentos realizados pelo Banco do Brasil atingiram o montante de R\$ 13,1 bilhões no 3T14, contra R\$10,9 bilhões no mesmo trimestre do ano passado, alta de 20,6%. Destaque para as linhas de repasse de recursos do BNDES, Pronaf Agricultura Familiar, Investimento Agropecuário, FCO e PROGER. O gráfico a seguir apresenta a participação das linhas de repasse nos desembolsos para investimentos.

Figura 18. Participação das Linhas de Repasse nos Desembolsos - %



No segmento governo, o BB vem ampliando a sua atuação como parceiro no financiamento a programas de investimento em infraestrutura, aproveitando a margem aprovada pelo Tesouro Nacional no Programa de Ajuste Fiscal dos Estados, que autoriza a contratação de novas operações de crédito para financiar investimentos.

No terceiro trimestre de 2014, o Banco do Brasil desembolsou cerca de R\$ 3,3 bilhões em onze operações contratadas com Estados, visando financiar a execução de programas de investimentos constantes do plano plurianual e ações em infraestrutura, turismo, saúde, educação e segurança, aquisição de transportes escolares, máquinas, equipamentos e melhoria na gestão pública. e leis orçamentárias desses entes. Desde outubro de 2013, foram formalizados 34 operações de crédito, no montante de R\$6,5 bilhões.

Segundo a Circular 3.644, artigo 37, do Banco Central do Brasil, deve ser aplicado Fator de Ponderação de Risco (FPR) de 0% à parcela de exposição coberta por operações de crédito com garantias prestadas pelo Tesouro Nacional, não havendo assim, comprometimento de capital.

Crédito para Micro e Pequenas Empresas

O Banco do Brasil manteve-se como principal parceiro do segmento de micro e pequenas empresas, reforçando seu posicionamento de “Banco da Micro e Pequena Empresa”. Ao final do 3T14, o BB possuía 2,4 milhões de clientes nesse segmento.

Na tabela a seguir, pode-se constatar que 93,9% do saldo da carteira MPE está aplicado junto aos correntistas com tempo de relacionamento superior a dois anos.

Tabela 48. Tempo de Relacionamento dos Clientes - em % do Saldo da Carteira MPE

%	Set/13	Jun/14	Set/14
Tempo de Relacionamento			
Até 1 ano	2,1	1,6	1,4
De 1 a 2 anos	5,2	4,5	4,7
De 2 a 5 anos	24,5	24,2	23,8
Entre 5 a 10 anos	31,2	30,8	30,5
Mais de 10 anos	37,0	38,9	39,6

O saldo das operações para MPE em setembro de 2014 foi de R\$ 101,5 bilhões, incremento de 7,5% em relação ao mesmo período de 2013. Enquadram-se como clientes no segmento MPE as empresas com faturamento bruto anual de até R\$ 25 milhões.

As tabelas a seguir apresentam os principais detalhamentos dos saldos aplicados junto ao segmento MPE.

Tabela 49. Crédito MPE por Setor de Atividade

R\$ milhões	Saldos						Var. % s/	
	Set/13	Part. %	Jun/14	Part. %	Set/14	Part. %	Set/13	Jun/14
Comércio	39.156	41,5	42.310	41,8	41.929	41,3	7,1	(0,9)
Indústria	29.546	31,3	29.475	29,1	29.600	29,2	0,2	0,4
Serviço	25.736	27,3	29.364	29,0	29.957	29,5	16,4	2,0
Total	94.439	100,0	101.148	100,0	101.486	100,0	7,5	0,3

Tabela 50. Produtos de Crédito - MPE

R\$ milhões	Saldos						Var. % s/	
	Set/13	Part. %	Jun/14	Part. %	Set/14	Part. %	Set/13	Jun/14
Capital de Giro	60.422	64,0	65.484	64,7	65.073	64,1	7,7	(0,6)
Investimento	31.764	33,6	33.198	32,8	34.334	33,8	8,1	3,4
Comércio Exterior	2.253	2,4	2.467	2,4	2.079	2,0	(7,7)	(15,7)
Total	94.439	100,0	101.148	100,0	101.486	100,0	7,5	0,3

Nas operações de capital de giro e de financiamento de investimentos com micro e pequenas empresas, o Banco do Brasil utiliza amplamente o Fundo de Garantia de Operações (FGO) como forma de mitigar os riscos de crédito das operações, ampliar o volume da carteira e facilitar o acesso ao crédito para MPE.

O Banco do Brasil é administrador e cotista do FGO, fundo com natureza privada e cujo patrimônio é formado pela integralização de cotas pelo Tesouro Nacional e outros agentes financeiros.

As garantias prestadas pelo FGO nas operações de empréstimos e financiamentos complementam em até 80% as garantias exigidas das pessoas jurídicas em empréstimos e financiamentos bancários, em especial às de micro e pequeno porte.

Ao final de setembro de 2014, havia 473,9 mil operações com cobertura do Fundo, totalizando o saldo aplicado de R\$ 19,9 bilhões, o que representa crescimento de 18,2% em relação ao saldo aplicado em setembro de 2013. Ao final de setembro, as operações garantidas por esse Fundo representavam 36,4% dos desembolsos observados nas linhas de giro e investimento, que admitem a vinculação dessa garantia.

Outro importante mecanismo para viabilizar a contratação de operações de financiamentos de investimentos é o Fundo de Aval às Micro e Pequenas Empresas (Fampe). O Fampe complementa em até 80% o valor das garantias necessárias à realização de operações com micro e pequenas empresas. Ao final do 3T14, o saldo devedor das operações garantidas pelo Fundo atingiu R\$ 3,6 bilhões, sendo o saldo devedor garantido de R\$ 2,6 bilhões.

Atendimento às Cooperativas e aos Arranjos Produtivos Locais

Ao final do 3T14, o BB apoiava 278 Arranjos Produtivos Locais (APL), prestando atendimento a 24.278 empreendimentos, com saldo total em carteira de R\$ 3,6 bilhões. Esse apoio contribuiu para o crescimento sustentável, fomentar a capacitação empresarial e a expansão e a inovação tecnológica nas localidades onde os APL estão inseridos, além da ampliação da concessão de crédito.

3.1.3 Carteira de Crédito de Agronegócios

O agronegócio é um dos principais setores da economia brasileira, tendo fundamental importância para o crescimento e desenvolvimento do País.

O Brasil é um dos principais exportadores do agronegócio mundial, com destaque para a posição que ocupa na produção, exportações e comércio das principais cadeias produtivas agropecuárias.

Tabela 51. Participação do Brasil no Agronegócio Mundial em Setembro/2014

Item	Produção	Exportação	% Comércio Mundial
Suco de Laranja	1º	1º	78,6%
Açúcar	1º	1º	45,7%
Complexo de Soja	2º	1º	40,5%
Carne de Frango	3º	1º	33,5%
Café	1º	1º	27,2%
Carne Bovina	2º	1º	21,3%
Milho	3º	2º	19,4%
Algodão	5º	5º	5,5%

Fonte: USDA – PSD online.

O protagonismo do agronegócio brasileiro decorre da combinação de fatores relacionados aos recursos naturais disponíveis, tecnologia de ponta, oferta de crédito e competência dos produtores rurais. Todo esse conjunto de atributos faz com que o País tenha uma posição privilegiada no contexto agrícola mundial.

A atividade agropecuária brasileira respeita o calendário agrícola, chamado de ano-safra, que se inicia em julho de cada ano e termina em junho do ano seguinte. Os dados apresentados neste relatório contemplam as informações do primeiro trimestre do ano safra 2014/2015.

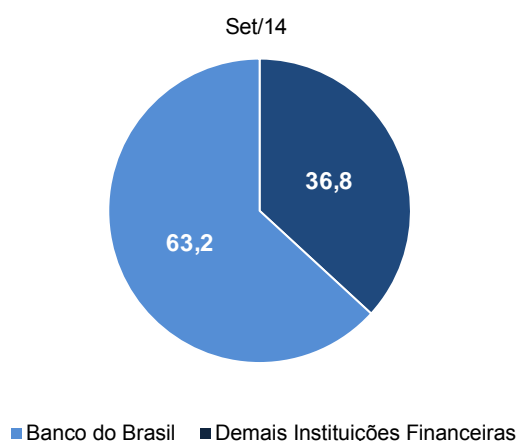
Agronegócio no BB

O Banco do Brasil é um dos principais agentes indutores do desenvolvimento do agronegócio no País alinhado aos critérios estabelecidos para a manutenção da sustentabilidade socioambiental.

Atuando desde o pequeno produtor às grandes empresas agroindustriais, o Banco financia o custeio da produção e da comercialização de produtos agropecuários, além de estimular os investimentos rurais, tais como armazenamento, beneficiamento, industrialização dos produtos agrícolas e modernização das máquinas e implementos agrícolas.

Apoiando o agronegócio brasileiro em todas as etapas das cadeias produtivas, o Banco do Brasil mantém-se historicamente como o principal agente financeiro do agronegócio brasileiro, contribuindo de forma expressiva para o suprimento da demanda de crédito do segmento. Conforme dados do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), o BB detém 63,2% dos financiamentos destinados ao setor em setembro de 2014.

Figura 19. Participação do BB nos Financiamentos Rurais – %



A distribuição das operações de agronegócios por região do País mostra a participação de cada uma delas no desempenho do crédito.

Tabela 52. Carteira de Crédito Classificada de Agronegócios por Região

Região	Crédito Rural - %	Agroindustrial - %	Total - %
Sudeste	33,8	95,8	46,2
Sul	34,4	2,9	28,1
Centro-Oeste	21,7	0,8	17,5
Nordeste	5,9	0,3	4,8
Norte	4,2	0,3	3,4

A carteira de agronegócios no conceito ampliado, incluindo operações de CPR e garantias, apresentou crescimento de 21,8% em 12 meses, representando 21,6% de toda a carteira de crédito do BB, na mesma visão.

A tabela a seguir apresenta a destinação da carteira de agronegócio do BB segmentada em linhas de custeio, investimento, comercialização, agroindustrial e demais.

Tabela 53. Carteira de Crédito de Agronegócios por Destinação

R\$ milhões	Saldos				Var. % s/			
	Set/13	Part. %	Jun/14	Part. %	Set/14	Part. %	Set/13	Jun/14
Carteira de Crédito Classificada	129.368	99,5	155.620	99,0	156.819	99,0	21,2	0,8
Investimento	52.545	40,4	65.318	41,6	68.983	43,5	31,3	5,6
Custeio	40.023	30,8	50.623	32,2	47.845	30,2	19,5	(5,5)
Agroindustrial	30.538	23,5	31.639	20,1	31.285	19,8	2,4	(1,1)
Comercialização	4.499	3,5	5.827	3,7	6.444	4,1	43,2	10,6
Demais	1.763	1,4	2.212	1,4	2.262	1,4	28,3	2,3
Cédula de Produto Rural e Garantias	709	0,5	1.579	1,0	1.586	1,0	123,7	0,4
Carteira de Crédito Ampliada	130.077	100,0	157.199	100,0	158.405	100,0	21,8	0,8

A tabela a seguir apresenta a composição da carteira de crédito de agronegócios por programa/linha de crédito.

Destaque para o saldo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) que totalizou R\$ 33,4 bilhões em setembro/14, crescimento de 23,3% frente ao mesmo período do ano anterior. O Pronaf destina-se ao apoio financeiro das atividades agropecuárias e não agropecuárias exploradas mediante emprego direto da força de trabalho do produtor familiar.

Destaque também para a evolução do Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp) que totalizou R\$ 20,4 bilhões em setembro/14, crescimento de 36,2% em 12 meses e para o Programa de Agricultura de Baixo Carbono (Programa ABC), que totalizou R\$ 7 bilhões em setembro/14, crescimento de 49,7% em 12 meses.

Tabela 54. Carteira de Crédito de Agronegócios por Programa/Linha de Crédito

R\$ milhões	Saldos				Var. % s/			
	Set/13	Part. %	Jun/14	Part. %	Set/14	Part. %	Set/13	Jun/14
Carteira de Crédito Classificada	129.368	99,5	155.620	99,0	156.819	99,0	21,2	0,8
Crédito Rural	98.830	76,0	123.980	78,9	125.534	79,2	27,0	1,3
Pronaf	27.106	20,8	31.794	20,2	33.409	21,1	23,3	5,1
Custeio Agropecuário	24.448	18,8	31.510	20,0	29.186	18,4	19,4	(7,4)
Pronamp	14.975	11,5	20.223	12,9	20.395	12,9	36,2	0,8
BNDES/Finame Rural	7.262	5,6	8.927	5,7	9.516	6,0	31,0	6,6
FCO Rural	7.937	6,1	8.682	5,5	8.547	5,4	7,7	(1,5)
Investimento Agropecuário	5.417	4,2	7.292	4,6	7.753	4,9	43,1	6,3
Programa ABC	4.682	3,6	6.516	4,1	7.008	4,4	49,7	7,5
Comercialização Agropecuária	3.039	2,3	5.314	3,4	6.010	3,8	97,8	13,1
Demais	3.964	3,0	3.722	2,4	3.709	2,3	(6,4)	(0,3)
Crédito Agroindustrial	30.538	23,5	31.639	20,1	31.285	19,8	2,4	(1,1)
Cédula de Produto Rural e Garantias	709	0,5	1.579	1,0	1.586	1,0	123,7	0,4
Carteira de Crédito Ampliada	130.077	100,0	157.199	100,0	158.405	100,0	21,8	0,8

A tabela a seguir detalha o saldo das operações de crédito destinadas ao agronegócio por item financiado.

Tabela 55. Carteira de Crédito de Agronegócios por Item Financiado

R\$ milhões	Saldos						Var. % s/	
	Set/13	Part. %	Jun/14	Part. %	Set/14	Part. %	Set/13	Jun/14
Carteira de Crédito Classificada	129.368	99,5	155.620	99,0	156.819	99,0	21,2	0,8
Bovinocultura	26.220	20,2	30.078	19,1	29.909	18,9	14,1	(0,6)
Carne	18.150	14,0	19.867	12,6	19.944	12,6	9,9	0,4
Leite	8.070	6,2	10.211	6,5	9.965	6,3	23,5	(2,4)
Maquinas e Implementos	12.208	9,4	19.450	12,4	20.560	13,0	68,4	5,7
Soja	9.817	7,5	14.463	9,2	12.178	7,7	24,0	(15,8)
Cana	5.787	4,4	6.790	4,3	7.045	4,4	21,7	3,8
Milho	5.639	4,3	6.412	4,1	5.929	3,7	5,1	(7,5)
Café	3.607	2,8	4.103	2,6	3.947	2,5	9,4	(3,8)
Avicultura	2.770	2,1	3.420	2,2	3.531	2,2	27,5	3,3
Arroz	2.168	1,7	2.594	1,7	2.076	1,3	(4,3)	(20,0)
Suinocultura	1.398	1,1	2.173	1,4	2.207	1,4	57,9	1,6
Algodao	1.400	1,1	1.637	1,0	1.298	0,8	(7,3)	(20,7)
Outros ¹	58.353	44,9	64.500	41,0	68.140	43,0	16,8	5,6
Cédula de Produto Rural e Garantias	709	0,5	1.579	1,0	1.586	1,0	123,7	0,4
Carteira de Crédito Ampliada	130.077	100,0	157.199	100,0	158.405	100,0	21,8	0,8

¹ – Contempla Crédito Agroindustrial

A tabela a seguir demonstra o saldo da carteira do agronegócio segregado conforme porte de cliente.

Tabela 56. Carteira de Agronegócios por Porte

R\$ milhões	Saldos						Var. % s/	
	Set/13	Part. %	Jun/14	Part. %	Set/14	Part. %	Set/13	Jun/14
Carteira de Crédito Classificada	129.368	99,5	155.620	99,0	156.819	99,0	21,2	0,8
Médio e Grande Produtor	56.025	43,1	74.145	47,2	73.566	46,4	31,3	(0,8)
Empresas	36.106	27,8	39.965	25,4	39.660	25,0	9,8	(0,8)
Pequeno Produtor	30.860	23,7	34.875	22,2	36.373	23,0	17,9	4,3
Cooperativas Agroindustriais	6.377	4,9	6.634	4,2	7.220	4,6	13,2	8,8
Cédula de Produto Rural e Garantias	709	0,5	1.579	1,0	1.586	1,0	123,7	0,4
Carteira de Crédito Ampliada	130.077	100,0	157.199	100,0	158.405	100,0	21,8	0,8

Na tabela seguinte, é apresentada a distribuição do saldo da carteira de crédito de agronegócios por tipo de personalidade jurídica.

Tabela 57. Carteira de Crédito de Agronegócios por Tipo de Personalidade Jurídica

R\$ milhões	Saldos						Var. % s/	
	Set/13	Part. %	Jun/14	Part. %	Set/14	Part. %	Set/13	Jun/14
Carteira de Crédito Classificada	129.368	99,5	155.620	99,0	156.819	99,0	21,2	0,8
Pessoa Física	86.885	66,8	109.020	69,4	109.939	69,4	26,5	0,8
Pessoa Jurídica	42.483	32,7	46.599	29,6	46.881	29,6	10,4	0,6
Cédula de Produto Rural e Garantias	709	0,5	1.579	1,0	1.586	1,0	123,7	0,4
Carteira de Crédito Ampliada	130.077	100,0	157.199	100,0	158.405	100,0	21,8	0,8

Nos financiamentos rurais e agroindustriais o BB utiliza 80,2% de recursos próprios (principalmente depósitos a vista, poupança rural e Letras de Crédito do Agronegócio – LCA). Além destes, o BB também repassa recursos do BNDES, Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e de Fundos Constitucionais, tais como Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) e Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé).

A seguir, é apresentada a carteira de crédito ampliada de agronegócios por fonte de recursos.

Tabela 58. Carteira de Crédito Ampliada de Agronegócios por Fonte de Recursos

R\$ milhões	Saldos					
	Set/13	Part. %	Jun/14	Part. %	Set/14	Part. %
Poupança Rural	58.417	44,9	75.547	48,1	77.838	49,1
Depósitos à Vista	21.891	16,8	24.292	15,5	21.824	13,8
LCA	21.025	16,2	26.217	16,7	27.348	17,3
FCO	10.656	8,2	11.580	7,4	11.488	7,3
BNDES/FINAME	7.732	5,9	9.419	6,0	10.000	6,3
FAT	988	0,8	465	0,3	372	0,2
Demais ¹	9.368	7,2	9.679	6,2	9.535	6,0
Carteira de Crédito Ampliada	130.077	100,0	157.199	100,0	158.405	100,0

1 - Tesouro Nacional, Funcafé, Cédula de Produto Rural e Garantias

O Banco do Brasil atua como agente financeiro em operações de crédito rural incentivadas pelo governo e destinadas ao financiamento de ações de interesse público. Essas operações são realizadas com taxas de juros reduzidas ao tomador e o Banco utiliza como *funding* os recursos da Poupança, Depósitos à Vista, FAT, Tesouro Nacional, Funcafé e FCO.

Para tornar essa intermediação viável e cobrir o custo da captação, o risco de crédito, os custos administrativos e tributários e a rentabilidade do Banco, o Tesouro Nacional e o Banco Central podem autorizar os seguintes subsídios:

a) Equalização de Taxas: valor pago pelo Tesouro Nacional que representa uma receita dos bancos para a cobertura dos custos administrativos e tributários, além de garantir a taxa de rentabilidade sobre os recursos aplicados;

b) Fator de Ponderação: é um multiplicador adotado pelo Governo Federal para aplicação dos recursos originários de depósitos à vista e poupança rural. Por meio desse mecanismo, os bancos são autorizados a cumprir uma menor taxa de exigibilidade de aplicação de recursos em crédito rural, possibilitando que o montante liberado seja investido em operações a taxas de mercado, com objetivo de compensar o diferencial de rentabilidade decorrente da baixa taxa de juros paga pelo tomador final nas operações do crédito rural incentivadas pelo governo.

O mecanismo do fator de ponderação reduz as receitas dos bancos com a equalização de taxas, mas permite o aumento das receitas financeiras, pois o resultado gerado na aplicação dos recursos liberados à taxa de mercado reduz a quantidade de recursos que o governo tem que equalizar e permite a compensação proporcional na rentabilidade. No Banco do Brasil, os recursos liberados para o caixa são aplicados à remuneração TMS.

A tabela a seguir mostra o histórico do recebimento de receitas a título de equalização de taxas e fator de ponderação.

Tabela 59. Receitas de Equalização e Fator de Ponderação

R\$ milhões	Saldos				
	3T13	4T13	1T14	2T14	3T14
Receitas de Equalização	1.030	1.145	1.203	1.281	1.406
Fator de Ponderação	116	215	307	434	466
Total	1.146	1.360	1.509	1.715	1.872

A tabela a seguir evidencia a distribuição dos recursos equalizáveis da carteira de agronegócios do BB.

Tabela 60. Recursos Equalizáveis da Carteira de Agronegócios

R\$ milhões	Saldos		
	Set/13	Jun/14	Set/14
Carteira de Crédito Classificada	129.368	155.620	156.819
Recursos Equalizáveis	54.005	71.463	74.829
Custeio	27.047	33.990	33.873
Investimento	25.337	35.742	38.735
Comercialização	1.621	1.732	2.221
Recursos Não-Equalizáveis	75.363	84.156	81.990
Cédula de Produto Rural e Garantias	709	1.579	1.586
Carteira de Crédito Ampliada	130.077	157.199	158.405

No primeiro trimestre da safra 2014/15, o Banco do Brasil desembolsou R\$ 20,6 bilhões em operações de crédito rural, evolução de 33,3% em relação ao primeiro trimestre da safra anterior. O volume representa 25,3% do total de R\$ 81,5 bilhões inicialmente previstos para o ciclo.

Na Agricultura Empresarial foram aplicados R\$ 12,4 bilhões, representando crescimento de 34,7% em relação ao mesmo período da safra 2013/14, enquanto na Agricultura Familiar o desembolso foi de R\$ 4,7 bilhões, 36,8% superior ao primeiro trimestre da safra anterior. As operações por meio do Programa Nacional de Apoio aos Médios Produtores Rurais (Pronamp) somaram R\$ 3,5 bilhões, 24,6% maior que o verificado no primeiro trimestre da safra 2013/14.

A tabela seguinte mostra o comparativo do desembolso da safra 2013/2014 com a de 2014/2015, detalhando a finalidade do crédito, sua destinação e o segmento do cliente.

Tabela 61. Desembolsos por Finalidade do Crédito Rural

R\$ milhões	Safra 13/14 (A)	Safra 14/15 (B)	Var. (%) (B/A)
Agricultura Familiar - Pronaf	3.463	4.737	36,8
Custeio	2.112	2.480	17,4
Investimento	1.351	2.257	67,1
Médios Produtores - Pronamp	2.781	3.464	24,6
Custeio	2.102	2.663	26,7
Investimento	679	801	18,0
Demais Produtores	9.230	12.433	34,7
Custeio/Comercialização	7.291	9.852	35,1
Investimento	1.939	2.581	33,1
Total	15.474	20.634	33,3

Mitigadores de Risco

Desde a safra 2006/07 o Banco do Brasil estimula a contratação de proteção contra intempéries climáticas (Seguro Agrícola ou Proagro) nas operações de custeio agrícola. A estratégia vem sendo disseminada e aperfeiçoada a cada nova safra, inclusive com a oferta massificada de opções e outros mecanismos, tais como o Seguro Faturamento.

A estratégia de mitigação leva em consideração diversas informações das operações demandadas pelos clientes, tais como risco do cliente, cultura a ser financiada, local do financiamento. Essas informações permitem direcionar o mecanismo de proteção (Seguro Agrícola/Proagro ou Opções) mais adequado ao perfil de risco de cada operação.

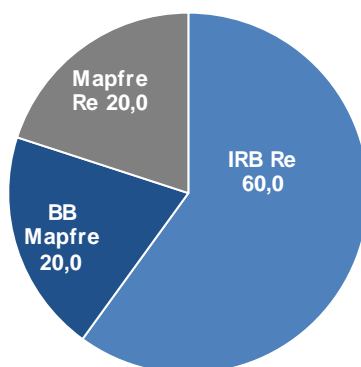
A tabela seguinte mostra o histórico recente de utilização de mitigadores de risco na contratação de operações de custeio agrícola. Os volumes referem-se ao primeiro trimestre de cada safra.

Tabela 62. Distribuição de Mitigadores no Custeio Agrícola

R\$ milhões	Contratação					
	Safra 12/13	Part. %	Safra 13/14	Part. %	Safra 14/15	Part. %
Custeio Agrícola	6.182	100,0	7.235	100,0	6.824	100,0
Total com Mitigador	3.400	55,0	4.721	65,2	4.367	64,0
Proagro	1.862	30,1	2.149	29,7	2.217	32,5
Seguro Agrícola	1.407	22,8	2.475	34,2	2.064	30,3
Proteção de Preço	131	2,1	96	1,3	86	1,3
Sem Mitigador	2.782	45,0	2.515	34,8	2.457	36,0

Os riscos assumidos em decorrência da contratação de seguro agrícola na safra 2014/2015 foram distribuídos conforme a figura abaixo:

Figura 20. Distribuição do Risco do Custeio Agrícola %



3.1.4 Concentração

As tabelas a seguir apresentam o nível de concentração de crédito com os clientes e grupos empresariais com os quais o Banco do Brasil se relaciona em relação à Carteira de Crédito Classificada.

Tabela 63. 100 Maiores Tomadores¹

R\$ milhões

Período	1º Cliente (%)	Saldos	2º ao 20º (%)	Saldos	21º ao 100º (%)	Saldos	100 maiores (%)	Saldos
Dez/12	2,9	15.044	11,5	60.249	8,7	45.513	23,0	120.807
Mar/13	2,7	14.742	11,4	61.435	8,7	46.761	22,9	122.939
Jun/13	2,8	15.922	11,8	67.742	8,6	49.704	23,2	133.368
Set/13	2,9	16.694	11,6	67.669	9,0	52.495	23,4	136.857
Dez/13	3,2	19.647	11,6	72.295	9,0	56.383	23,8	148.325
Mar/14	3,2	20.485	11,5	72.384	9,1	57.669	23,8	150.538
Jun/14	3,1	20.114	10,8	70.172	9,3	60.185	23,2	150.471
Set/14	3,1	20.757	11,7	77.275	9,5	62.729	24,3	160.761

1 - Série revisada conforme Nota Explicativa 10 - Crédito

Tabela 64. 100 Maiores Tomadores em relação ao PR¹

R\$ milhões

Período	1º Cliente (%)	Saldos	2º ao 20º (%)	Saldos	21º ao 100º (%)	Saldos	100 maiores (%)	Saldos
Dez/12	13,9	15.044	55,8	60.249	42,2	45.513	111,9	120.807
Mar/13	13,1	14.742	54,7	61.435	41,6	46.761	109,4	122.939
Jun/13	13,5	15.922	57,4	67.742	42,1	49.704	113,0	133.368
Set/13	14,1	16.694	57,2	67.669	44,3	52.495	115,6	136.857
Dez/13	16,6	19.647	61,1	72.295	47,7	56.383	125,4	148.325
Mar/14	18,2	20.485	64,5	72.384	51,4	57.669	134,1	150.538
Jun/14	17,0	20.114	59,4	70.172	51,0	60.185	127,5	150.471
Set/14	16,8	20.757	62,5	77.275	50,7	62.729	129,9	160.761

1 - Série revisada conforme Nota Explicativa 10 - Crédito

Tabela 65. Concentração da Carteira de Crédito por Macrosetor

Macrosetor ¹	Saldos				Var. % s/			
	Set/13	Part. %	Jun/14	Part. %	Set/14	Part. %	Set/13	Jun/14
Petroleiro	36.347	9,5	40.237	9,6	41.014	9,5	12,8	1,9
Metalurgia e Siderurgia	38.839	10,1	40.241	9,6	40.837	9,5	5,1	1,5
Alimentos de Origem Vegetal	31.848	8,3	35.832	8,5	36.897	8,6	15,9	3,0
Energia Elétrica	26.915	7,0	32.839	7,8	34.996	8,1	30,0	6,6
Administração Pública	16.110	4,2	21.784	5,2	26.898	6,2	67,0	23,5
Transportes	22.459	5,9	24.808	5,9	26.321	6,1	17,2	6,1
Serviços	24.244	6,3	25.424	6,1	25.714	6,0	6,1	1,1
Automotivo	23.421	6,1	26.014	6,2	25.631	6,0	9,4	(1,5)
Comércio Varejista	18.326	4,8	19.775	4,7	19.352	4,5	5,6	(2,1)
Imobiliário	14.532	3,8	18.361	4,4	19.023	4,4	30,9	3,6
Atividades Específicas da Construção	15.619	4,1	15.527	3,7	14.835	3,4	(5,0)	(4,5)
Alimentos de Origem Animal	12.591	3,3	14.126	3,4	13.937	3,2	10,7	(1,3)
Têxtil e Confecções	12.579	3,3	13.151	3,1	13.080	3,0	4,0	(0,5)
Eletroeletrônico	12.445	3,3	10.985	2,6	10.893	2,5	(12,5)	(0,8)
Papel e Celulose	10.000	2,6	10.695	2,5	10.856	2,5	8,6	1,5
Insumos Agrícolas	8.765	2,3	9.848	2,3	9.704	2,3	10,7	(1,5)
Telecomunicações	12.042	3,1	9.648	2,3	9.703	2,3	(19,4)	0,6
Químico	9.082	2,4	9.750	2,3	9.497	2,2	4,6	(2,6)
Construção Pesada	8.011	2,1	8.249	2,0	8.285	1,9	3,4	0,4
Comércio Atacadista e Ind. Diversas	6.767	1,8	7.452	1,8	7.582	1,8	12,0	1,7
Madeireiro e Moveleiro	6.796	1,8	6.863	1,6	6.786	1,6	(0,1)	(1,1)
Couro e Calçados	2.869	0,7	3.078	0,7	3.050	0,7	6,3	(0,9)
Bebidas	2.175	0,6	2.459	0,6	1.722	0,4	(20,8)	(30,0)
Demais Atividades	9.963	2,6	12.378	3,0	14.033	3,3	40,8	13,4
Total	382.745	100,0	419.524	100,0	430.646	100,0	12,5	2,7
Carteira de Crédito Interna	277.508		313.181		319.700			
Carteira de Crédito Externa	39.805		39.674		42.032			
Garantias	21.885		21.379		21.132			
TVM	43.548		45.290		47.782			
Total	382.745		419.524		430.646			

1 - Não inclui as operações do Banco Votorantim.

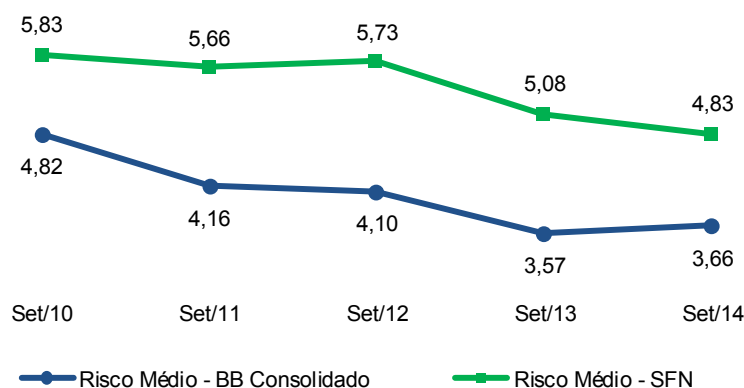
3.2. Qualidade do Crédito

Todas as segmentações do risco da carteira de crédito nesta seção referem-se à Carteira Classificada (Resolução CMN 2.682/99), exceto se indicado de outra forma.

O Banco do Brasil mantém um consistente processo de avaliação e acompanhamento do risco de crédito nas operações realizadas com clientes. O principal indicador de qualidade da carteira de crédito é o Risco Médio, que demonstra a relação entre o saldo da provisão requerida e o total da carteira classificada.

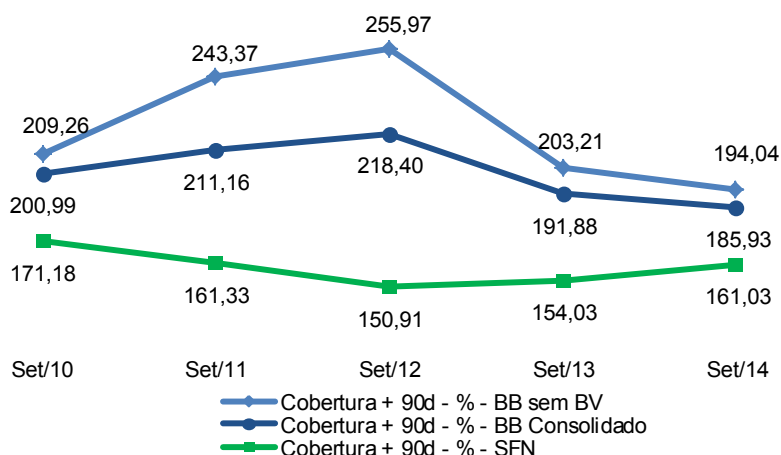
O gráfico a seguir apresenta a evolução histórica do risco médio da carteira do Banco do Brasil e sua comparação direta com o Sistema Financeiro Nacional (SFN). Pode-se observar que o indicador do BB mantém a tendência de redução desde Setembro/10 e estabilidade em relação ao ano anterior. O patamar continua bastante inferior ao do SFN.

Figura 21. Risco Médio da Carteira de Crédito Classificada



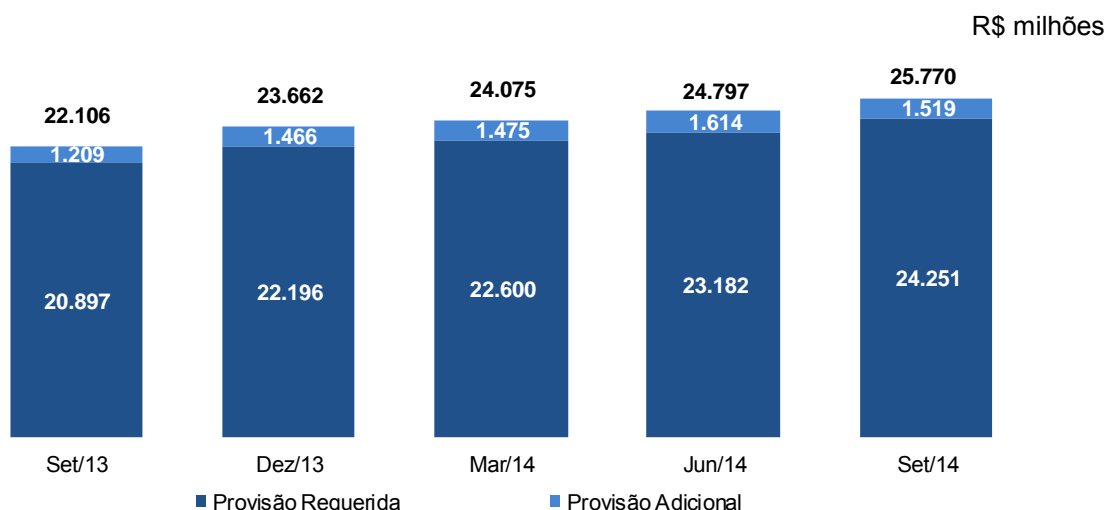
A seguir é apresentado o índice de cobertura das operações em atraso há mais de 90 dias, que exprime a relação entre o saldo total de provisão (requerida mais adicional) e o saldo das operações de crédito vencidas há mais de 90 dias. Os níveis atuais de provisão permitem ao Banco registrar índice de cobertura de 185,93%, percentual superior ao registrado pelo SFN. É válido ressaltar que o Banco possui níveis de provisões suficientes para suportar eventuais mudanças de cenários, como elevação do nível de inadimplência.

Figura 22. Índices de Cobertura da Carteira de Crédito Classificada



Na figura a seguir, a Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - PCLD é detalhada segregando-se as provisões requerida e adicional. Em setembro/14, a provisão total apresentou aumento de 3,9% em relação ao trimestre anterior.

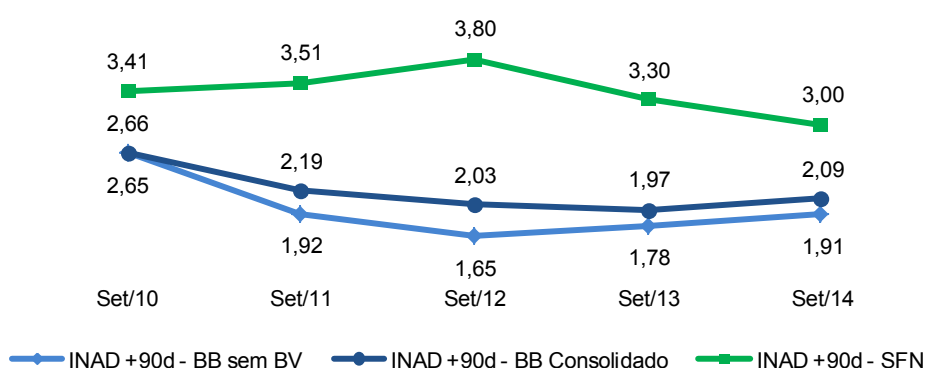
Figura 23. Provisão de Crédito – Carteira de Crédito Classificada



Historicamente, o BB apresenta índice de inadimplência inferior ao do SFN, conforme demonstrado na figura a seguir. O índice de inadimplência (INAD +90d) compreende a relação entre as operações vencidas há mais de 90 dias e o saldo da carteira de crédito classificada.

Devido à robusta metodologia de análise e acompanhamento do risco de crédito, o INAD +90d do Banco do Brasil apresentou menor sensibilidade à piora de risco observada no SFN entre os meses de Setembro/10 a Setembro/12.

Figura 24. INAD +90 – em % da Carteira de Crédito Classificada

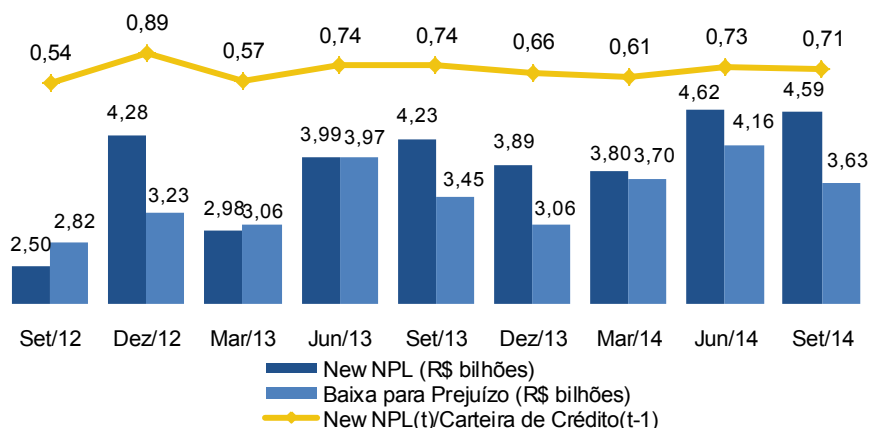


No gráfico a seguir é possível observar o indicador New NPL/Carteira de Crédito que representa uma tendência da futura inadimplência. O indicador é apurado pela relação entre: (i) a variação trimestral do saldo das operações vencidas há mais de 90 dias, acrescida das baixas para prejuízo efetuadas no trimestre; e (ii) o saldo da carteira de crédito classificada do trimestre imediatamente anterior.

É válido ressaltar que as baixas de operações para prejuízo seguem rigorosamente as determinações da Resolução CMN 2.682/99. As operações classificadas em risco H são contabilizadas como perdas somente depois de decorridos seis meses da sua classificação nesse nível de risco e com mais de 180 dias de atraso, não sendo admitido o registro em período inferior.

O índice de set/14 apresenta melhora em relação ao mesmo período do ano passado e ao trimestre imediatamente anterior.

Figura 25. New NPL e Baixa para Prejuízo – % da Carteira de Crédito Classificada¹



1 – Set/12 e Dez/12 revistos.

Os resultados alcançados com a gestão do risco da carteira de crédito, aliados ao baixo índice de inadimplência e elevado histórico de cobertura da PCLD, têm permitido o contínuo aprimoramento das metodologias de classificação de risco das operações de crédito do Banco. Esse aperfeiçoamento permitiu ao Banco do Brasil atingir uma concentração de 94,8% das operações no risco AA-C, classificação melhor que o obtido pelo SFN.

Tabela 66. Carteira de Crédito Classificada por Nível de Risco

R\$ milhões	Set/13 ¹			Jun/14			Set/14			
	Saldos	Provisão	Part. %	Saldos	Provisão	Part. %	Saldos	Provisão	Part. %	SFN
AA	315.153	-	53,9	366.044	-	56,4	376.941	-	56,9	36,6
A	98.490	492	16,8	106.034	530	16,3	105.009	525	15,9	33,6
B	117.836	1.178	20,1	118.893	1.189	18,3	120.179	1.202	18,1	15,8
C	24.181	725	4,1	25.528	766	3,9	25.857	776	3,9	7,0
D	4.343	434	0,7	4.073	407	0,6	4.172	417	0,6	2,0
E	7.107	2.132	1,2	8.498	2.549	1,3	8.950	2.685	1,4	1,1
F	2.524	1.262	0,4	3.643	1.821	0,6	3.265	1.632	0,5	0,6
G	2.276	1.593	0,4	3.109	2.176	0,5	3.349	2.344	0,5	0,6
H	13.080	13.080	2,2	13.743	13.743	2,1	14.670	14.670	2,2	2,7
Total	584.989	20.897	100,0	649.564	23.182	100,0	662.392	24.251	100,0	100,0
AA-C	555.660	2.396	95,0	616.498	2.485	94,9	627.986	2.503	94,8	93,1
D-H	29.329	18.501	5,0	33.066	20.697	5,1	34.406	21.749	5,2	6,9

1 - Carteira Pessoa Jurídica revisada em Set/13 conforme Nota Explicativa 10.

As despesas com PCLD ficaram estáveis na comparação com o trimestre anterior. Em relação à visão acumulada em 12 meses, tais despesas aumentaram em 16,5% em relação a setembro/13, percentual inferior ao crescimento de 16,8% da média em 12 meses da carteira de crédito classificada.

Tabela 67. Despesas de PCLD sobre Carteira de Crédito Classificada – BB e BB sem BV

R\$ milhões	Saldos					Var. %	
	3T13	4T13	1T14	2T14	3T14	s/ 3T13	s/ 2T14
Despesas de PCLD 12 meses							
(A) BB ¹	(15.041)	(15.593)	(16.505)	(16.856)	(17.515)	16,5	3,9
(B) BB sem BV	(13.026)	(13.393)	(14.406)	(14.906)	(15.715)	20,7	5,4
Despesas de PCLD Trimestral							
(C) BB	(3.911)	(4.188)	(4.187)	(4.570)	(4.571)	16,9	0,0
(D) BB sem BV	(3.464)	(3.470)	(3.785)	(4.186)	(4.273)	23,4	2,1
Média da Carteira Classificada							
(E) BB - 12 meses	538.273	563.934	587.403	610.430	628.450	16,8	3,0
(F) BB - 3 meses	579.413	604.651	626.547	642.750	654.339	12,9	1,8
(G) BB sem BV - 3 meses	555.770	581.730	605.014	622.710	634.977	14,3	2,0
Índices de PCLD - %							
(A/E) - Desp.PCLD s/ Cart. Créd. BB 12M	2,79	2,77	2,81	2,76	2,79	-	-
(C/F) - Desp.PCLD s/ Cart. Créd. BB 3M	0,68	0,69	0,67	0,71	0,70	-	-
(D/G) - Desp.PCLD s/ Cart. Créd. BB sem BV 3M	0,62	0,60	0,63	0,67	0,67	-	-

1 – 3T13 revisito

A tabela a seguir demonstra o impacto da recuperação de crédito nas despesas de PCLD. É válido lembrar que apenas os créditos recuperados parceladamente sensibilizam as provisões.

Tabela 68. Despesas de PCLD Líquidas de Recuperação de Crédito Parcelada

R\$ milhões	Saldos					Var. %	
	3T13	4T13	1T14	2T14 ¹	3T14	s/ 3T13	s/ 2T14 ¹
Despesas de PCLD - Trimestral ²	(3.911)	(4.188)	(4.187)	(4.570)	(4.571)	16,9	0,0
Despesas de PCLD - 12 meses ²	(15.041)	(15.593)	(16.505)	(16.856)	(17.515)	16,5	3,9
Recup. de Crédito Parcelada - Trimestral	159	255	250	275	360	126,1	30,9
Recup. de Crédito Parcelada - 12 meses	1.257	1.127	1.208	939	1.140	(9,3)	21,4
Despesas de PCLD Líquida - Trimestral	(3.752)	(3.933)	(3.937)	(4.295)	(4.210)	12,2	(2,0)
Despesas de PCLD Líquida - 12 meses	(13.784)	(14.466)	(15.297)	(15.917)	(16.375)	18,8	2,9

1 – 2T14 Contempla ajuste de recuperação de operação com característica de crédito.

2 – 3T13 Revisito

A seguir apresentamos resumo dos principais indicadores de gestão do risco de crédito, alguns já mencionados anteriormente.

Tabela 69. Índices de Atraso da Carteira Classificada

R\$ milhões	3T13	4T13	1T14	2T14	3T14
Carteira de Crédito Classificada¹	584.989	623.340	631.347	649.564	662.392
Operações Vencidas + 15 dias	19.713	19.887	22.318	21.844	22.949
Op. Vencidas + 15 dias/Carteira de Crédito - %	3,37	3,19	3,53	3,36	3,46
Operações Vencidas + 60 dias	13.815	14.601	14.946	15.402	16.381
Op. Vencidas + 60 dias/Carteira de Crédito - %	2,36	2,34	2,37	2,37	2,47
Op. Vencidas + 15-59 dias/Carteira de Crédito - %	1,01	0,85	1,17	0,99	0,99
Op. Vencidas + 90 dias	11.521	12.346	12.444	12.907	13.860
Op. Vencidas + 90 dias/Carteira de Crédito - %	1,97	1,98	1,97	1,99	2,09
Op. Vencidas + 15-89 dias/Carteira de Crédito - %	1,40	1,21	1,56	1,38	1,37
Op. Vencidas + 90 dias/Carteira de Crédito - SFN - %	3,30	3,00	3,00	3,00	3,00
Baixa para Prejuízo	3.447	3.060	3.698	4.156	3.632
Recuperação ²	(836)	(719)	(809)	(872)	(903)
Recuperação/Baixa para Prejuízo - %	24,27	23,51	21,88	20,97	24,86
Saldo Perda	2.610	2.341	2.889	3.284	2.730
Saldo Perda/Carteira de Crédito - anualizado - %	1,80	1,51	1,84	2,04	1,66
Provisão (Requerida + Adicional)	22.106	23.662	24.075	24.797	25.770
Provisão/Carteira de Crédito - %	3,78	3,80	3,81	3,82	3,89
Provisão/Op. Vencidas + 15 dias - %	112,14	118,98	107,87	113,52	112,29
Provisão/Op. Vencidas + 60 dias - %	160,02	162,06	161,07	161,00	157,32
Provisão/Op. Vencidas + 90 dias - %	191,88	191,65	193,47	192,12	185,93

1 - Carteira Pessoa Jurídica revisada em Set/13 e Dez/13 conforme Nota Explicativa 10.

2 - 2T14 Contempla ajuste de recuperação de operação com característica de crédito.

3.2.1. Carteira de Crédito Pessoa Física

Nas tabelas a seguir, a carteira de crédito pessoa física, a respectiva movimentação da PCLD e a inadimplência de mais de 90 dias são apresentadas sem considerar as operações da parceria realizada com o BV, ou seja, corresponde a carteira de crédito pessoa física orgânica acrescida da carteira adquirida.

As operações classificadas com nível de risco AA-C representaram 92,8% do total em setembro/2014, em linha com os trimestres anteriores.

Tabela 70. Carteira de Crédito Classificada PF por Nível de Risco – sem BV

R\$ milhões	Set/13			Jun/14			Set/14		
	Saldos	Provisão	Part. %	Saldos	Provisão	Part. %	Saldos	Provisão	Part. %
AA	45.149	-	30,3	50.377	-	31,5	50.513	-	30,9
A	29.967	150	20,1	29.700	149	18,6	29.602	148	18,1
B	49.245	492	33,1	53.029	530	33,2	55.477	555	34,0
C	13.836	415	9,3	15.429	463	9,6	15.913	477	9,7
D	1.656	166	1,1	1.703	170	1,1	1.736	174	1,1
E	2.120	636	1,4	2.634	790	1,6	2.888	866	1,8
F	962	481	0,6	1.350	675	0,8	1.294	647	0,8
G	718	502	0,5	849	594	0,5	890	623	0,5
H	5.289	5.289	3,6	4.883	4.883	3,1	5.011	5.011	3,1
Total	148.941	8.131	100,0	159.955	8.255	100,0	163.324	8.501	100,0
AA-C	138.196	1.057	92,8	148.535	1.142	92,9	151.505	1.180	92,8
D-H	10.744	7.074	7,2	11.420	7.113	7,1	11.819	7.321	7,2

Tabela 71. Movimentação da PCLD da Carteira de Crédito Classificada PF – sem BV

R\$ milhões	3T13	4T13	1T14	2T14	3T14
Carteira de Crédito Classificada PF	148.941	154.303	156.683	159.955	163.324
Provisão Inicial	7.779	8.131	8.402	8.325	8.255
1 - Migração de Risco	1.507	1.475	1.383	1.390	1.486
a) Flora de Risco	2.312	2.071	2.284	2.273	2.545
b) Melhora de Risco	(805)	(596)	(902)	(883)	(1.059)
2 - Contratações	166	177	156	226	217
3 - Perdas	(1.042)	(1.054)	(1.315)	(1.268)	(1.136)
Total (1 + 2 + 3)	630	597	223	348	567
Outros Impactos¹	(279)	(326)	(301)	(418)	(321)
Provisão Final	8.131	8.402	8.325	8.255	8.501
Provisão Exigida pela Res. CMN 2.682	8.131	8.402	8.325	8.255	8.501
Fluxo da Provisão - R\$ milhões	1.393	1.326	1.238	1.197	1.382
a) Provisão Adicional	-	-	-	-	-
b) Despesas de Provisão	1.393	1.326	1.238	1.197	1.382
Provisão / Carteira - %	5,46	5,45	5,31	5,16	5,21
Fluxo da Provisão / Carteira - %	0,94	0,86	0,79	0,75	0,85
Op. Vencidas +15 dias/Carteira	4,43	4,14	4,58	4,27	4,32
Op. Vencidas +90 dias/Carteira	2,50	2,56	2,44	2,32	2,39

1 - Amortização, liquidação, liberação de parcelas e débito de encargos.

Na tabela abaixo é apresentada a inadimplência das principais linhas de crédito do portfólio PF do BB e a participação de cada uma delas em relação ao saldo total da carteira (Part.%). Dessa forma, é possível analisar a inadimplência de cada produto em relação à relevância dessa linha no portfólio. As linhas apresentadas na tabela a seguir representam 78,7% da carteira orgânica com aquisições PF do Banco.

Tabela 72. INAD +90 – Em % Por Linha de Crédito – Sem BV

	3T13		2T14		3T14	
	Inad.	Part. %	Inad.	Part. %	Inad.	Part. %
Pessoa Física	2,50	78,2	2,32	78,6	2,39	78,7
CDC Consignação	1,65	40,0	1,55	38,5	1,51	37,6
CDC Salário	2,80	12,3	2,91	11,3	2,79	11,0
Financiamento Imobiliário	0,27	10,6	0,48	14,7	0,53	15,7
Financiamento a Veículos	0,80	15,3	0,95	14,1	0,89	14,4

Acompanhamento por Safras

Nos gráficos seguintes é apresentado o acompanhamento da inadimplência da carteira de crédito de pessoas físicas por safras. Essa metodologia proporciona um detalhamento maior e mais próximo da carteira do que os indicadores tradicionais, permitindo avaliar, ao longo do tempo, como se comporta a inadimplência do conjunto de operações contratadas em determinado período.

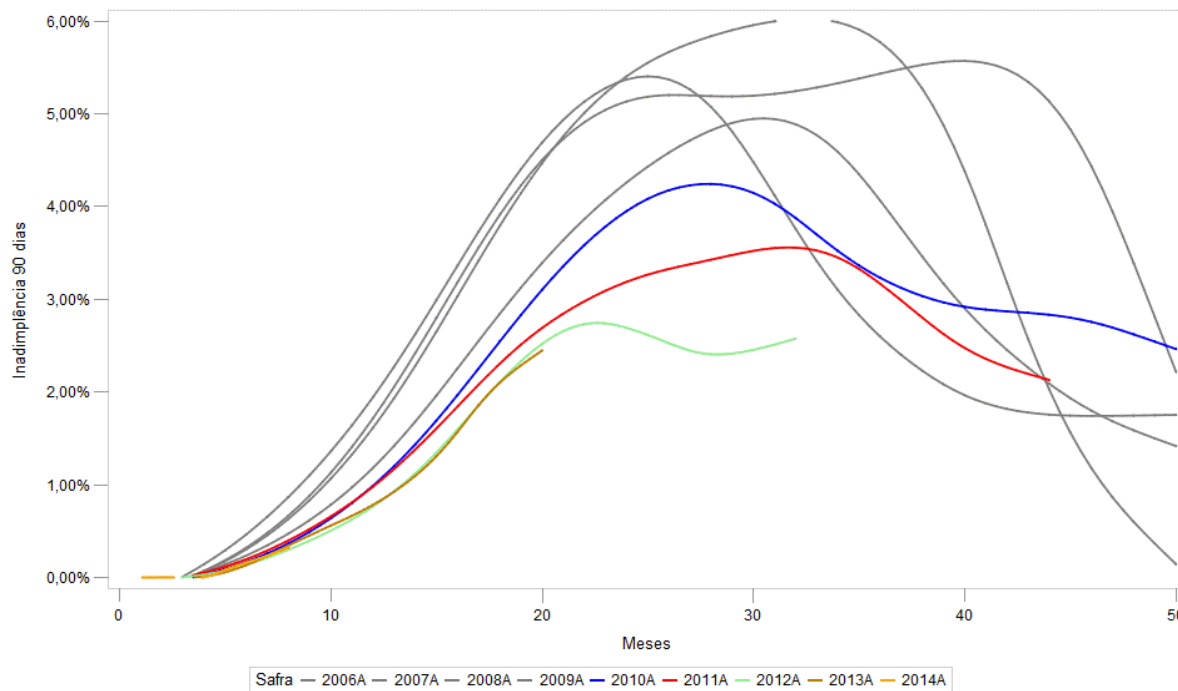
Para inadimplência, consideram-se as operações vencidas há mais de 90 dias e, para apuração da Carteira de Crédito Pessoa Física as operações de Cheque Especial e Cartão de Crédito não são contabilizadas.

O acompanhamento demonstra, na carteira PF, como as operações mais recentes apresentam uma curva de inadimplência mais favorável do que aquelas contratadas em períodos anteriores. Na carteira de financiamento de veículos, a qualidade das novas safras está em linha com as imediatamente anteriores e melhor do que as mais antigas.

Esses resultados espelham o aperfeiçoamento constante nos modelos de análise, concessão e acompanhamento do crédito. As inflexões apresentadas nas curvas da figura referem-se às cessões de créditos.

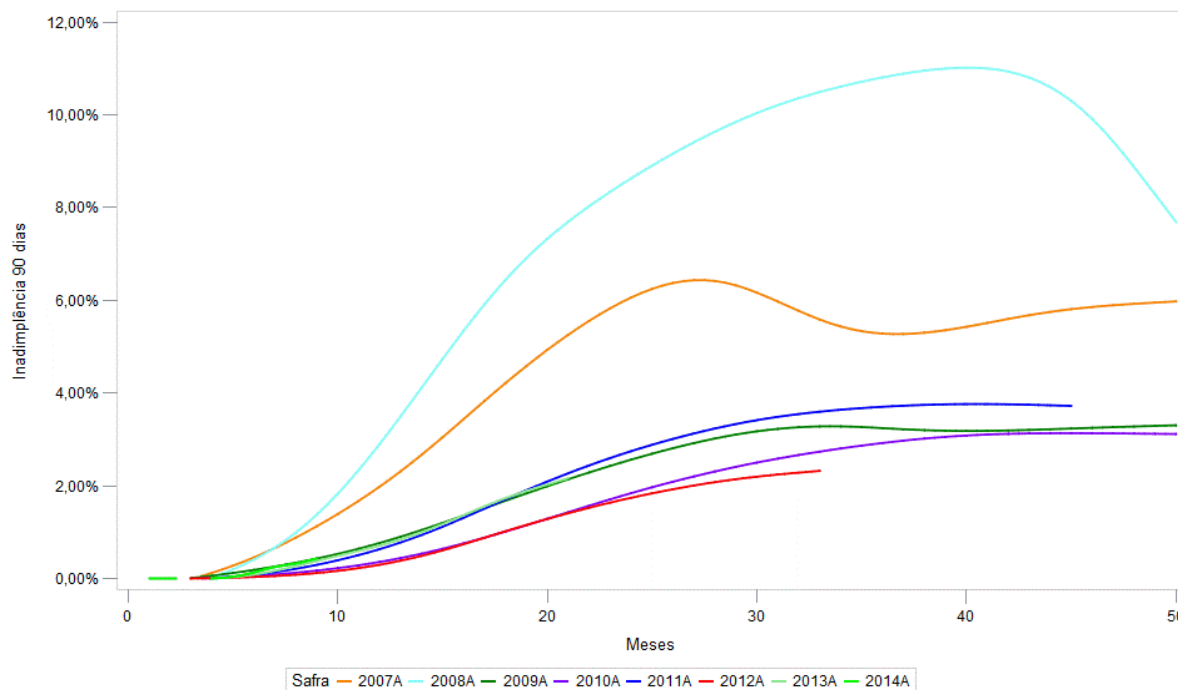
O gráfico a seguir traz o acompanhamento de safras na periodicidade anual, facilitando a visualização e a interpretação dos dados.

Figura 26. Vintage Anual – Crédito Pessoa Física



O gráfico abaixo apresenta o detalhamento da carteira própria de financiamento de veículos na visão anual.

Figura 27. Vintage Anual – Carteira Própria de Financiamento de Veículos



3.2.2. Carteira de Crédito Pessoa Jurídica

Nas tabelas a seguir, a carteira de crédito pessoa jurídica e a respectiva movimentação da PCLD são apresentadas sem considerar as operações da parceria realizada com o BV. A participação das operações classificadas nos níveis de risco de AA-C atingiu 95,1% do total da carteira em setembro de 2014.

Tabela 73. Carteira de Crédito Classificada PJ por Nível de Risco – sem BV

R\$ milhões	Set/13 ¹			Jun/14			Set/14		
	Saldos	Provisão	Part. %	Saldos	Provisão	Part. %	Saldos	Provisão	Part. %
AA	167.071	-	71,0	193.993	-	72,7	199.194	-	72,9
A	29.223	146	12,4	31.186	156	11,7	31.088	155	11,4
B	25.188	252	10,7	25.802	258	9,7	25.905	259	9,5
C	3.452	104	1,5	3.398	102	1,3	3.677	110	1,3
D	1.252	125	0,5	1.173	117	0,4	1.237	124	0,5
E	2.111	633	0,9	2.576	773	1,0	2.434	730	0,9
F	991	495	0,4	1.468	734	0,5	1.268	634	0,5
G	1.051	736	0,4	1.295	906	0,5	1.479	1.035	0,5
H	5.049	5.049	2,1	6.111	6.111	2,3	6.914	6.914	2,5
Total	235.387	7.540	100,0	267.003	9.158	100,0	273.198	9.962	100,0
AA-C	224.934	502	95,6	254.379	516	95,3	259.865	525	95,1
D-H	10.453	7.038	4,4	12.624	8.642	4,7	13.333	9.438	4,9

1 - Carteira Pessoa Jurídica revisada em Set/13 conforme Nota Explicativa 10.

Tabela 74. Movimentação da PCLD da Carteira de Crédito Classificada PJ – sem BV

R\$ milhões	3T13 ²	4T13 ²	1T14	2T14	3T14
Carteira de Crédito Classificada PJ	235.387	252.492	256.055	267.003	273.198
Provisão Inicial	7.527	7.540	7.918	8.279	9.158
1 - Migração de Risco	1.660	1.961	2.032	2.677	2.753
a) Floração de Risco	2.529	2.386	2.390	2.938	3.237
b) Melhora de Risco	(869)	(425)	(358)	(261)	(484)
2 - Contratações	168	166	139	141	178
3 - Perdas	(1.645)	(1.326)	(1.569)	(1.721)	(1.739)
Total (1 + 2 + 3)	184	801	602	1.097	1.193
Outros Impactos¹	(171)	(422)	(241)	(218)	(388)
Provisão Final	7.540	7.918	8.279	9.158	9.962
Provisão Exigida pela Res. CMN 2.682	7.540	7.918	8.279	9.158	9.962
Fluxo da Provisão - R\$ milhões	1.658	1.705	1.929	2.600	2.543
a) Provisão Adicional	-	-	-	-	-
b) Despesas de Provisão	1.658	1.705	1.929	2.600	2.543
Provisão / Carteira - %	3,20	3,14	3,23	3,43	3,65
Fluxo da Provisão / Carteira - %	0,70	0,68	0,75	0,97	0,93
Op. Vencidas +15 dias/Carteira	3,55	3,34	3,84	3,81	4,07
Op. Vencidas + 90 dias/Carteira	2,24	2,28	2,24	2,43	2,68

1 - Amortização, liquidação, liberação de parcelas e débito de encargos.

2 - Carteira Pessoa Jurídica revisada em Set/13 e Dez/13 conforme Nota Explicativa 10.

Na tabela abaixo é apresentada a inadimplência das principais linhas de crédito do portfólio PJ do BB e a participação de cada uma delas em relação ao saldo total da carteira (Part.%). Dessa forma, é possível analisar a inadimplência de cada produto em relação à relevância dessa linha no portfólio. Tais linhas representam 85,4% do total da carteira PJ do Banco.

Tabela 75. INAD +90 – Em % Por Linha de Crédito – Sem BV

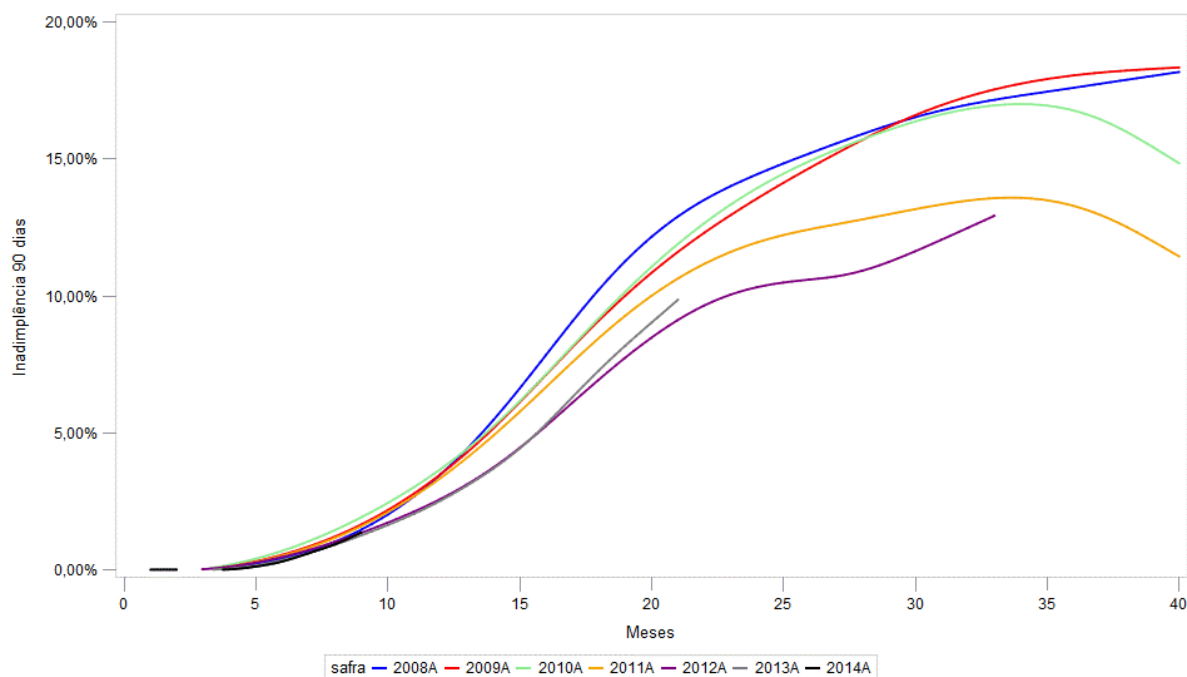
	3T13 ¹		2T14		3T14	
	Inad.	Part. %	Inad.	Part. %	Inad.	Part. %
Pessoa Jurídica	2,24	87,0	2,43	85,7	2,68	85,4
Capital de Giro	1,95	53,7	2,23	52,9	2,54	52,5
Investimento	0,81	21,2	0,98	21,9	0,91	22,8
Recebíveis	2,79	7,2	3,22	6,3	3,65	5,9
ACC/ACE	0,24	4,9	0,23	4,6	0,25	4,2

1 - 3T13 Série revista

O gráfico a seguir traz o acompanhamento de safras de crédito MPE na periodicidade anual, facilitando a visualização e a interpretação dos dados. Como pode ser observado, as safras de 2012

e 2013 apresentam qualidade superior na comparação com as mais antigas, o que demonstra o estreito acompanhamento das operações desse segmento de negócios.

Figura 28. Vintage Anual – Carteira MPE



3.2.3. Carteira de Agronegócios

Na tabela a seguir é apresentada a carteira de crédito classificada de agronegócios por nível de risco.

Tabela 76. Carteira de Crédito Classificada de Agronegócios por Nível de Risco

R\$ milhões	Set/13			Jun/14			Set/14		
	Saldos	Provisão	Part. %	Saldos	Provisão	Part. %	Saldos	Provisão	Part. %
AA	68.793	-	53,2	87.145	-	56,0	89.957	-	57,4
A	19.826	99	15,3	28.941	145	18,6	27.097	135	17,3
B	33.453	335	25,9	31.121	311	20,0	30.961	310	19,7
C	2.229	67	1,7	2.785	84	1,8	2.970	89	1,9
D	708	71	0,5	468	47	0,3	530	53	0,3
E	2.232	670	1,7	2.883	865	1,9	3.041	912	1,9
F	320	160	0,2	394	197	0,3	386	193	0,2
G	255	179	0,2	279	195	0,2	241	168	0,2
H	1.552	1.552	1,2	1.603	1.603	1,0	1.637	1.637	1,0
Total	129.368	3.132	100,0	155.620	3.446	100,0	156.819	3.498	100,0
AA-C	124.301	501	96,1	149.993	539	96,4	150.984	534	96,3
D-H	5.067	2.631	3,9	5.627	2.907	3,6	5.835	2.964	3,7

Na tabela abaixo é apresentada a inadimplência das principais linhas de crédito do portfólio Agronegócios do BB e a participação de cada uma delas em relação ao saldo total da carteira (Part.%). Dessa forma, é possível analisar a inadimplência de cada produto em relação à relevância dessa linha no portfólio. Tais linhas representam 59% do total da carteira Agro do Banco.

Tabela 77. INAD +90 – Em % Por Linha de Crédito – Sem BV

	3T13		2T14		3T14	
	Inad.	Part. %	Inad.	Part. %	Inad.	Part. %
Agronegócios	0,68	60,7	0,56	59,4	0,59	59,0
Pronaf	1,72	21,0	1,08	20,4	1,05	21,3
Custeio Agropecuário	0,56	22,6	0,63	20,2	0,66	18,6
Pronamp	0,41	11,6	0,56	13,0	0,60	13,0
BNDES/Finame Rural	0,21	5,6	0,28	5,7	0,28	6,1

As próximas tabelas apresentam a carteira de crédito classificada de agronegócios pessoa física por nível de risco e a movimentação da PCLD relativa a tais operações.

Tabela 78. Carteira de Crédito Classificada de Agronegócios PF por Nível de Risco

R\$ milhões	Set/13			Jun/14			Set/14		
	Saldos	Provisão	Part. %	Saldos	Provisão	Part. %	Saldos	Provisão	Part. %
AA	33.693	-	38,8	50.190	-	46,0	53.384	-	48,6
A	17.852	89	20,5	22.514	113	20,7	20.633	103	18,8
B	28.630	286	33,0	28.485	285	26,1	27.866	279	25,3
C	1.868	56	2,2	2.420	73	2,2	2.472	74	2,2
D	639	64	0,7	398	40	0,4	456	46	0,4
E	2.188	656	2,5	2.795	839	2,6	2.930	879	2,7
F	302	151	0,3	370	185	0,3	376	188	0,3
G	235	165	0,3	270	189	0,2	235	165	0,2
H	1.478	1.478	1,7	1.579	1.579	1,4	1.586	1.586	1,4
Total	86.885	2.946	100,0	109.020	3.301	100,0	109.939	3.320	100,0
AA-C	82.043	432	94,4	103.609	470	95,0	104.355	456	94,9
D-H	4.842	2.514	5,6	5.411	2.831	5,0	5.583	2.864	5,1

Tabela 79. Movimentação da PCLD – Carteira de Crédito Classificada de Agronegócios PF

R\$ milhões	3T13	4T13	1T14	2T14	3T14
Cart. de Créd. Classificada de Agro. PF	86.885	95.614	99.669	109.020	109.939
Provisão Inicial	2.755	2.946	3.271	3.391	3.301
1 - Migração de Risco	509	539	514	363	444
a) Flora de Risco	1.277	998	990	955	1.047
b) Melhora de Risco	(768)	(459)	(476)	(592)	(603)
2 - Contratações	62	76	36	69	68
3 - Perdas	(275)	(225)	(391)	(491)	(367)
Total (1 + 2 + 3)	296	390	159	(60)	144
Outros Impactos¹	(105)	(65)	(39)	(31)	(125)
Provisão Final	2.946	3.271	3.391	3.301	3.320
Provisão Exigida pela Res. CMN 2.682	2.946	3.271	3.391	3.301	3.320
Fluxo da Provisão - R\$ milhões	465	550	511	401	386
a) Provisão Adicional	-	-	-	-	-
b) Despesas de Provisão	465	550	511	401	386
Provisão / Carteira - %	3,39	3,42	3,40	3,03	3,02
Fluxo da Provisão / Carteira - %	0,54	0,58	0,51	0,37	0,35

1 - Amortização, liquidação, liberação de parcelas e débito de encargos.

As tabelas a seguir apresentam a carteira de crédito classificada de agronegócios pessoa jurídica por nível de risco e a respectiva movimentação da PCLD.

Tabela 80. Carteira de Crédito Classificada de Agronegócios PJ por Nível de Risco

R\$ milhões	Set/13			Jun/14			Set/14		
	Saldos	Provisão	Part. %	Saldos	Provisão	Part. %	Saldos	Provisão	Part. %
AA	35.100	-	82,6	36.955	-	79,3	36.572	-	78,0
A	1.974	10	4,6	6.427	32	13,8	6.463	32	13,8
B	4.823	48	11,4	2.636	26	5,7	3.096	31	6,6
C	361	11	0,8	365	11	0,8	498	15	1,1
D	69	7	0,2	70	7	0,2	75	7	0,2
E	44	13	0,1	88	26	0,2	111	33	0,2
F	19	9	0,0	24	12	0,1	10	5	0,0
G	20	14	0,0	9	7	0,0	5	4	0,0
H	73	73	0,2	24	24	0,1	51	51	0,1
Total	42.483	186	100,0	46.599	145	100,0	46.881	179	100,0
AA-C	42.258	69	99,5	46.383	69	99,5	46.629	78	99,5
D-H	225	117	0,5	216	76	0,5	252	100	0,5

Tabela 81. Movimentação da PCLD – Carteira de Crédito Classificada de Agronegócios PJ

R\$ milhões	3T13	4T13	1T14	2T14	3T14
Cart. de Créd. Classificada de Agro. PJ	42.483	48.486	49.596	46.599	46.881
Provisão Inicial	270	186	206	199	145
1 - Migração de Risco	(40)	19	18	10	40
a) Flora de Risco	49	35	29	26	53
b) Melhora de Risco	(89)	(15)	(11)	(16)	(12)
2 - Contratações	9	20	9	12	10
3 - Perdas	(17)	(7)	(5)	(52)	(12)
Total (1 + 2 + 3)	(48)	32	22	(29)	38
Outros Impactos¹	(36)	(12)	(29)	(24)	(5)
Provisão Final	186	206	199	145	179
Provisão Exigida pela Res. CMN 2.682	186	206	199	145	179
Fluxo da Provisão - R\$ milhões	(68)	27	(2)	(1)	45
a) Provisão Adicional	-	-	-	-	-
b) Despesas de Provisão	(68)	27	(2)	(1)	45
Provisão / Carteira - %	0,4	0,4	0,4	0,3	0,4
Fluxo da Provisão / Carteira - %	(0,16)	0,06	(0,00)	(0,00)	0,10

1 - Amortização, liquidação, liberação de parcelas e débito de encargos.

Operações Prorrogadas e Não Prorrogadas

O risco médio da carteira é influenciado pelas operações prorrogadas, principalmente entre os anos de 2005 e 2007, com saldo total de R\$ 5.256 milhões em setembro/14. A Resolução CMN 2.682/99, que disciplina a classificação de risco e constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa, estabelece a manutenção do risco das operações renegociadas no nível de risco observado à época da renegociação. Em função desta regra as operações renegociadas majoram o risco médio da carteira de crédito.

Na tabela a seguir, a carteira de crédito classificada do agronegócio é segregada em operações não prorrogadas e prorrogadas. Verifica-se que as operações em atraso acima de 90 dias (risco BB+Terceiros) representam 0,44% da carteira total não prorrogada em setembro/14, enquanto que esse mesmo indicador para as operações prorrogadas alcançou 4,12%.

Tabela 82. Operações Prorrogadas e Não Prorrogadas do Agronegócio

R\$ milhões	Operações Não-Prorrogadas			Operações Prorrogadas		
	Saldos	Provisão	Atraso 90 ¹	Saldos	Provisão	Atraso 90 ¹
AA	89.376	-	36	581	-	4
A	26.259	131	0	838	4	0
B	29.223	292	0	1.739	17	2
C	2.439	73	9	531	16	2
D	319	32	9	211	21	3
E	2.450	735	111	591	177	28
F	254	127	63	132	66	30
G	155	109	53	85	60	18
H	1.089	1.089	425	549	549	132
Total	151.563	2.588	671	5.256	910	216
A-C	57.920	497	9	3.108	38	5
D-H	4.267	2.091	662	1.568	873	211

1 - As operações em atraso no nível AA referem-se a crédito com risco de terceiros.

Na tabela seguinte são apresentados os saldos, índice de inadimplência 90 dias e risco médio da carteira classificada de agronegócio segmentada em carteira total, prorrogada e não prorrogada.

O índice de inadimplência de 90 dias apresentou queda de 9 pontos base em relação a setembro/13 e a baixa para prejuízo diminuiu em R\$164 milhões no trimestre. Simulação realizada com as operações não prorrogadas risco BB, retirando-se o efeito arrasto provocado por aquelas prorrogadas, chegou a 0,44% no 3T14, abaixo do indicador apresentado no mesmo período do ano passado.

Tabela 83. Índices de Atraso da Carteira Classificada de Agronegócios

R\$ milhões	Set/13	Dez/13	Mar/14	Jun/14	Set/14
Carteira de Crédito Classificada	129.368	144.100	149.265	155.620	156.819
Provisão	3.132	3.477	3.590	3.446	3.498
Operações Vencidas + 15 dias	1.438	1.676	1.643	1.424	1.691
Op. Vencidas + 15 dias/Carteira de Crédito - %	1,11	1,16	1,10	0,91	1,08
Operações Vencidas + 90 dias	882	1.128	1.099	870	925
Op. Vencidas + 90 dias/Carteira de Crédito - % ¹	0,68	0,78	0,74	0,56	0,59
Provisão/Carteira de Crédito - %	2,42	2,41	2,41	2,21	2,23
Baixa para Prejuízo	209	232	397	544	380
Op. não Prorrogadas - Risco BB + Terceiros	124.161	138.706	143.904	150.282	151.563
Provisão	2.224	2.467	2.571	2.494	2.588
Operações Vencidas + 90 dias	680	860	776	654	707
Op. Vencidas + 90 dias/Operações não Prorrogadas - %	0,55	0,62	0,54	0,44	0,47
Provisão/Operações não Prorrogadas - %	1,79	1,78	1,79	1,66	1,71
Baixa para Prejuízo	159	159	309	345	272
Op. não Prorrogadas - Risco BB	123.714	138.266	143.519	149.907	151.216
Provisão	2.223	2.466	2.570	2.494	2.587
Operações Vencidas + 90 dias	652	824	739	618	671
Op. Vencidas + 90 dias/Op. não Prorrogadas - %	0,53	0,60	0,52	0,41	0,44
Provisão/Operações não Prorrogadas - %	1,80	1,78	1,79	1,66	1,71
Baixa para Prejuízo	159	159	309	345	272
Op. Prorrogadas - Risco BB + Terceiros	5.207	5.394	5.361	5.337	5.256
Provisão	907	1.010	1.019	952	910
Operações Vencidas + 90 dias	202	302	325	237	220
Op. Vencidas + 90 dias/Operações Prorrogadas - %	3,88	5,60	6,07	4,44	4,19
Provisão/Operações Prorrogadas - %	17,43	18,72	19,01	17,84	17,32
Baixa para Prejuízo	50	73	88	199	108
Op. Prorrogadas - Risco BB	5.016	5.235	5.276	5.270	5.235
Provisão	907	1.009	1.019	951	910
Operações Vencidas + 90 dias	200	297	320	233	216
Op. Vencidas + 90 dias/Operações Prorrogadas - %	3,98	5,67	6,07	4,42	4,12
Provisão/Operações Prorrogadas - %	18,08	19,28	19,31	18,05	17,38
Baixa para Prejuízo	50	73	88	199	108
Simulação Op. não Pror. sem Efeito Arrasto das Pror.					
a - Risco BB + Terceiros	124.161	138.706	143.904	150.282	151.563
b - Provisão	652	824	739	618	671
Risco Médio (b/a) - %	0,52	0,59	0,51	0,41	0,44
c - Risco BB	123.714	138.266	143.519	149.907	151.216
d - Provisão	652	824	739	618	671
Risco Médio (d/c) - %	0,53	0,60	0,52	0,41	0,44

1 - No cálculo do índice foi computado o atraso proveniente de operações com risco de terceiros.

3.2.4. Carteira de Crédito no Exterior e BV

As tabelas a seguir demonstram as Carteiras Externa e do BV por nível de risco, respectivamente.

Tabela 84. Carteira de Crédito Classificada no Exterior por Nível de Risco

R\$ milhões	Set/13			Jun/14			Set/14		
	Saldos	Provisão	Part. %	Saldos	Provisão	Part. %	Saldos	Provisão	Part. %
AA	32.166	-	66,1	33.444	-	71,2	36.099	-	71,3
A	10.217	51	21,0	7.535	38	16,0	8.446	42	16,7
B	5.200	52	10,7	5.017	50	10,7	5.164	52	10,2
C	780	23	1,6	668	20	1,4	354	11	0,7
D	137	14	0,3	51	5	0,1	63	6	0,1
E	56	17	0,1	65	20	0,1	265	80	0,5
F	20	10	0,0	22	11	0,0	25	13	0,0
G	3	2	0,0	9	7	0,0	7	5	0,0
H	113	113	0,2	183	183	0,4	199	199	0,4
Total	48.692	283	100,0	46.994	333	100,0	50.622	407	100,0
AA-C	48.363	126	99,3	46.664	108	99,3	50.063	104	98,9
D-H	330	156	0,7	330	225	0,7	559	302	1,1

Tabela 85. Carteira de Crédito Classificada Banco Votorantim (50%)¹

R\$ milhões	Set/13			Jun/14			Set/14		
	Saldos	Provisão	Part. %	Saldos	Provisão	Part. %	Saldos	Provisão	Part. %
AA	1.974	-	8,7	1.085	-	5,4	1.178	-	6,4
A	9.257	46	41,0	8.671	43	43,4	8.776	44	47,6
B	4.750	48	21,0	3.924	39	19,6	2.672	27	14,5
C	3.885	117	17,2	3.247	97	16,2	2.943	88	16,0
D	590	59	2,6	677	68	3,4	606	61	3,3
E	588	177	2,6	339	102	1,7	322	97	1,7
F	230	115	1,0	408	204	2,0	291	145	1,6
G	249	174	1,1	676	474	3,4	733	513	4,0
H	1.077	1.077	4,8	963	963	4,8	908	908	4,9
Total	22.601	1.812	100,0	19.993	1.991	100,0	18.429	1.883	100,0
AA-C	19.866	210	87,9	16.928	180	84,7	15.569	159	84,5
D-H	2.735	1.602	12,1	3.065	1.811	15,3	2.860	1.724	15,5

1 – Não contempla o saldo das operações provenientes de cessão de crédito (Resolução CMN nº 3.533/2008).

3.3. Cobrança e Recuperação de Créditos

3.3.1 Gerenciamento de Créditos em Curso Anormal

O Banco do Brasil monitora os créditos com indícios de comprometimento de qualidade. O tratamento das operações em curso anormal é realizado em fases: condução, cobrança e recuperação.

- I. A condução busca evitar a inadimplência, uma atuação de forma preventiva;
- II. A cobrança tem como objetivo regularizar a operação inadimplente, fato que reduz os custos processuais e mantém o bom relacionamento com o cliente;
- III. A recuperação tem como finalidade minimizar as perdas e recuperar o maior montante possível.

3.3.2 O Processo de Cobrança e Recuperação de Créditos

O Banco do Brasil utiliza modelos quantitativos próprios que, em conjunto com plataformas automatizadas de cobrança e recuperação, monitoram e gerenciam o comportamento dos clientes que ficam inadimplentes.

Os perfis desses clientes são estatisticamente identificados a partir do seu comportamento histórico em relação às ações de cobrança, o que resulta na determinação da probabilidade de regularização dos créditos em atraso, e são classificados como aqueles com:

- I. Alta probabilidade de regularizar seus créditos inadimplidos;
- II. Probabilidade intermediária de regularizar seus créditos inadimplidos;
- III. Baixa probabilidade de regularizar seus créditos inadimplidos.

A partir da análise de informações e variáveis são determinadas as ações, canais, política de renegociação e desconto, cessões de crédito, que sustentam o modelo de cobrança e recuperação de crédito do BB.

O modelo conceitual que sustenta o processo baseia-se nas seguintes premissas:

- I. Perfil do cliente: as ações são definidas em função do perfil do cliente, considerando aspectos como pilar de atendimento, nível de relacionamento, produtos consumidos, endividamento no BB, entre outros;
- II. Canais de Atendimento: o processo de recuperação ocorre em diversos canais, de forma sequencial. Evita-se a abordagem simultânea ao cliente;
- III. Ações Sequenciais: as ações de cobrança são pré-determinadas para cada perfil de cliente e aumentam de intensidade com o tempo.
- IV. Relações de Valor: abordagem diferenciada que respeita o nível de relacionamento de cada cliente com o BB;
- V. Sistemas de Informação: são utilizadas avançadas plataformas analíticas e operacionais que automatizam o processo de cobrança e melhoram a eficiência do negócio.

O desempenho histórico das ações de cobrança determina a probabilidade da regularização dos créditos em atraso. A principal consequência do acompanhamento estatístico é a possibilidade de aperfeiçoar continuamente o processo, utilizando a retroalimentação das informações das estratégias mais acertadas no período.

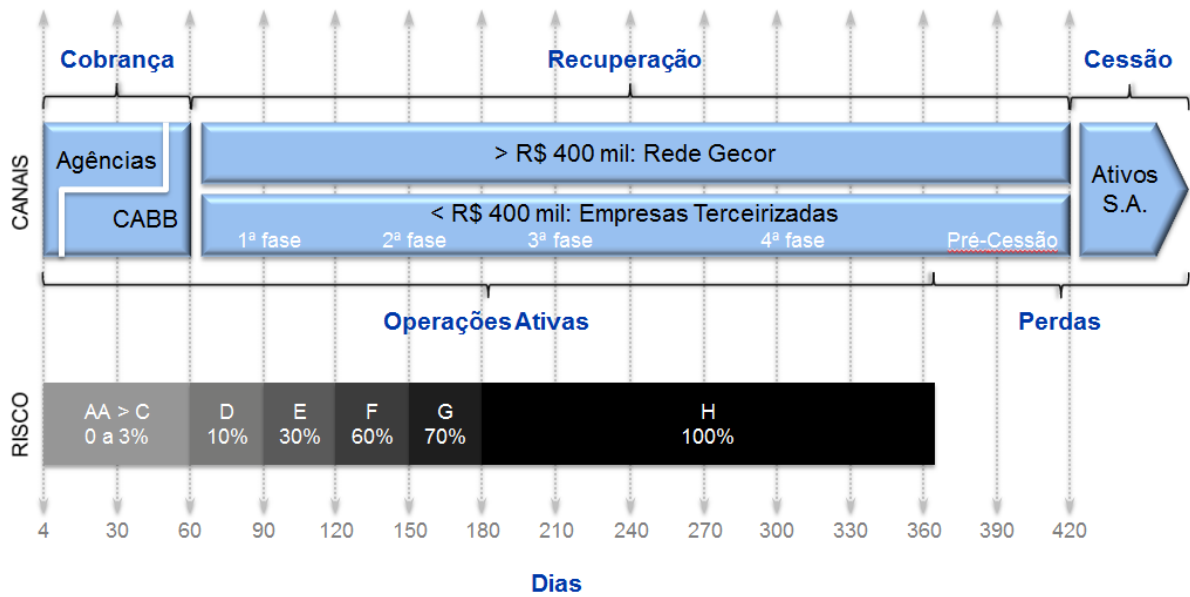
A possibilidade de segmentar os clientes inadimplentes é um importante aspecto da estratégia de cobrança e recuperação, da política de descontos e da cessão de créditos.

O Banco do Brasil utiliza de cessão de crédito como parte da estratégia de recuperação, com o objetivo de reduzir as perdas e os custos de gestão do portfólio inadimplido, por meio de transações com empresas de personalidade jurídica autônoma.

3.3.3 Fluxo Operacional da Cobrança e Recuperação de Créditos

A utilização dos canais de cobrança e recuperação, de forma sequencial, guarda relação estreita com o sucesso na estratégia do BB.

Figura 29. Canais de Cobrança e Recuperação¹



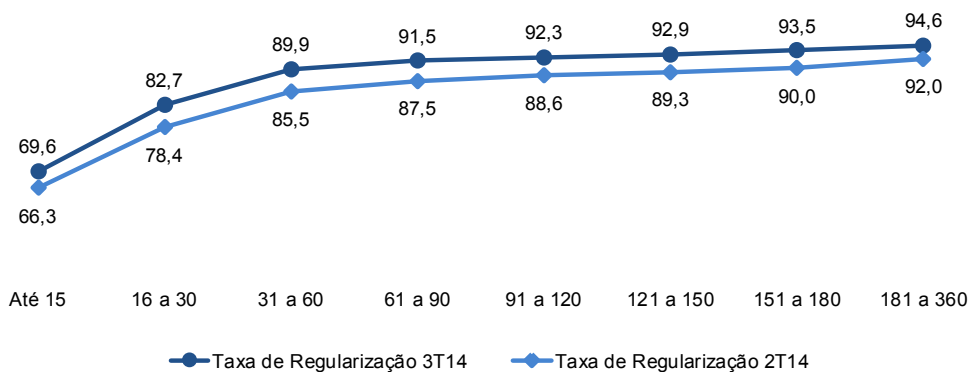
1 - Rede Gecor: refere-se a um conjunto de unidades de negócio especializadas na condução e tratamento de créditos anormais de clientes com endividamento superior a R\$ 400 mil.

3.3.4 Eficiência do Processo

Nas próximas figuras são apresentados os resultados obtidos no fluxo de cobrança e recuperação de créditos.

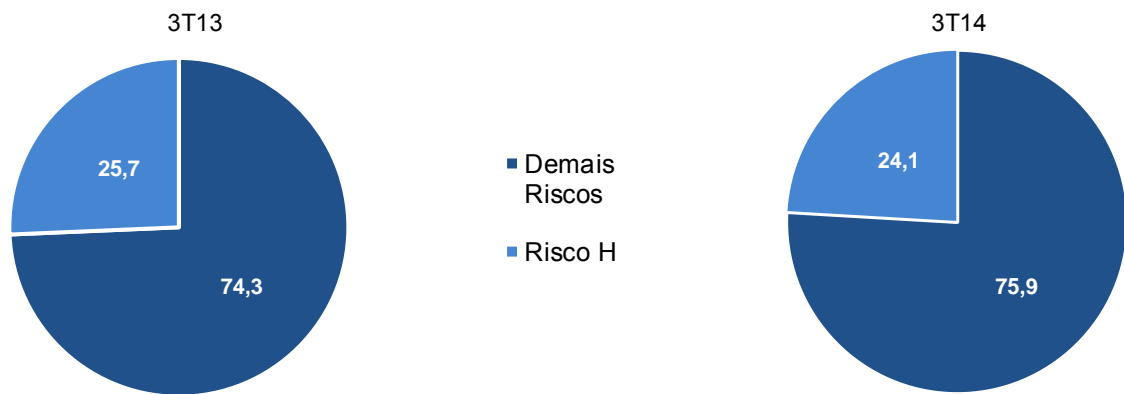
Em média, 94,6% do volume de créditos que ingressam em cobrança em determinada safra são resolvidos em até 360 dias no 3T14, valor superior ao apresentado no trimestre imediatamente anterior.

Figura 30 Taxa de Regularização do Crédito pelo Período de Cobrança %



O Banco vem priorizando o recebimento de créditos em atraso há mais de 90 dias, antes de serem enviados para perda, seguindo o fluxo de cobrança. Em relação aos créditos em atraso que estão classificados em risco H, o BB cobrou e recuperou R\$ 2,8 bilhões nos últimos quatro trimestres, o que representa 24,1% do total. Os outros 75,9% foram recuperados enquanto estavam em outros níveis de risco.

Figura 31 Cobrança e Recuperação Antes do Envio para Perdas¹ %

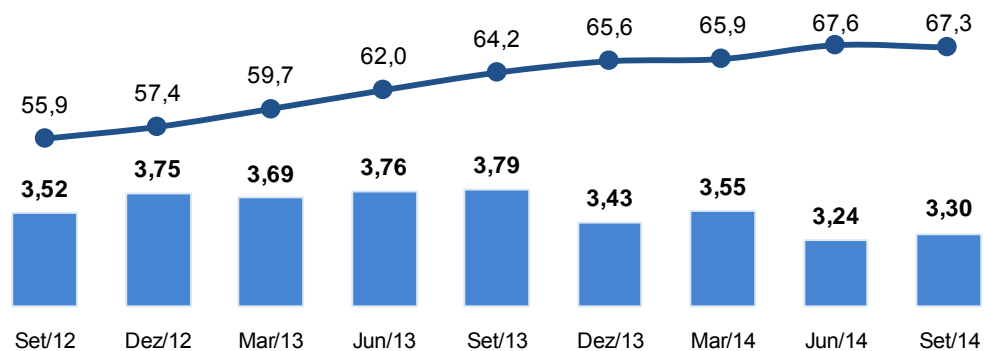


1 - Acumulado quatro trimestres

Já para os ativos em perdas, a estratégia das ações de recuperação é voltada para recebimento à vista das operações inadimplidas, que não geram novas provisões de crédito. Nos últimos quatro trimestres foram recuperados mais de R\$ 3,3 bilhões, sendo o montante de R\$ 2,2 bilhões recebido em caixa e R\$ 1,1 bilhão recuperado a prazo.

A recuperação em caixa de créditos atingiu, na média dos últimos quatro trimestres, o patamar de 67,3%, confirmando a tendência dos últimos trimestres e o sucesso dessa estratégia.

Figura 32. Recuperação Acumulada¹ – R\$ Bilhões e Índice de Recuperação à Vista² – %³



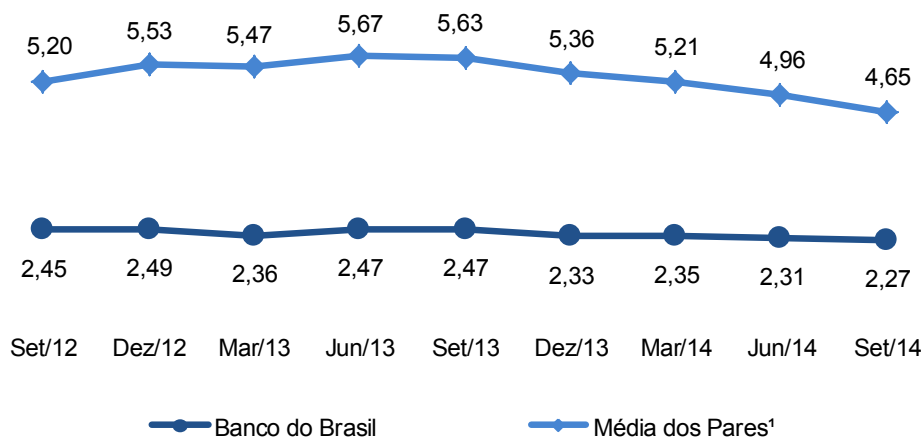
1 - Acumulado quatro trimestres

2 - % - Média de quatro trimestres

3 - Série revista para visão Conglomerado

O gráfico a seguir demonstra o comportamento das baixas para prejuízo acumuladas em 12 meses em relação ao saldo médio da carteira de crédito classificada no mesmo período. Pode-se observar que o BB apresenta, historicamente, índice melhor que os principais pares de mercado.

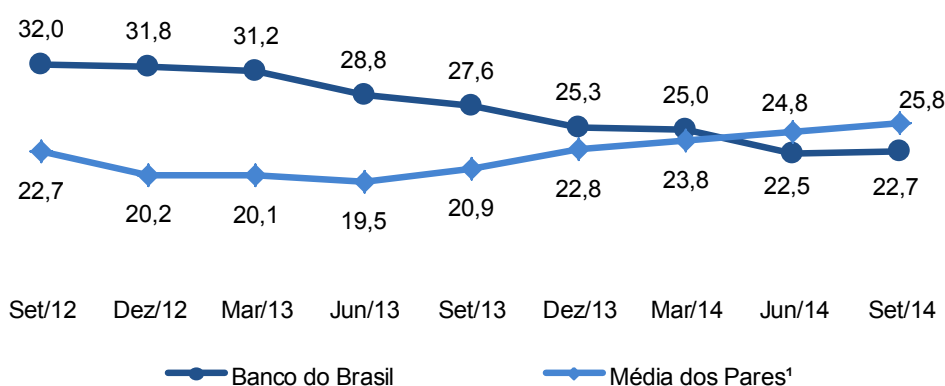
Figura 33. Baixa para Prejuízo – em % da Carteira de Crédito Classificada



1 - Corresponde aos três maiores bancos privados brasileiros.

Adicionalmente, o gráfico abaixo demonstra a relação entre o montante de crédito recuperado e o total baixado para prejuízo, ambos acumulados em 12 meses. Observa-se que o BB vinha apresentando desempenho acima dos pares de mercado até Mar/14, encerrando o segundo trimestre abaixo da média dos mesmos, fruto do sucesso da estratégia de cobrança antes do envio para perdas.

Figura 34. Recuperação de Crédito/Baixa para Prejuízo – %



1 - Corresponde aos três maiores bancos privados brasileiros.

3.3.5 Carteira de Crédito Renegociada

Na tabela a seguir é apresentada a carteira de crédito renegociada. O saldo dessa carteira inclui as operações do BV e, por outro lado, não contempla as operações prorrogadas da carteira de agronegócio, abordadas na seção 3.2.3 deste Relatório. A seguir estão descritas as definições das principais linhas constantes da tabela:

a) Créditos Renegociados: saldo de operações de crédito repactuadas no período, vincendas ou em atraso;

a.1) Renegociados por Atraso: composição de dívidas em virtude de atraso no pagamento;

a.2) Renovados: operações contratadas para liquidação parcial ou integral de operação anterior que implique alteração nos prazos de vencimento ou nas condições de pagamento originalmente pactuadas, inclusive com possibilidade de novos desembolsos.

Tabela 86. Carteira de Crédito Renegociada¹

R\$ milhões	3T13	2T14	3T14
Créditos Renegociados	9.834	12.063	9.254
Renegociados por Atraso	692	968	1.081
Renovados	9.142	11.095	8.173
Créditos Renegociados por Atraso - Movimentação			
Saldo Inicial	8.227	8.555	8.659
Contratações	692	968	1.081
Recebimento e Apropriação de Juros	(125)	(294)	(414)
Baixas para Prejuízo	(405)	(571)	(374)
Saldo Final	8.389	8.659	8.952
Créditos Renegociados por Atraso - Saldo da Provisão	5.054	5.277	5.362
Créditos Renegociados por Atraso - Inadimplência + 90 dias	1.430	1.364	1.629
Indicadores - %			
Provisão/Carteira	60,2	60,9	59,9
Inadimplência + 90 dias/Carteira	17,0	15,7	18,2
Índice de Cobertura	353,4	387,0	329,1

1 - Conforme Nota Explicativa 10 - Crédito

4 - Captações

As captações comerciais do Banco do Brasil registraram R\$ 623,5 bilhões em setembro de 2014, evolução de 10,0% em doze meses. O Banco manteve a estratégia de mudança de seu *mix* de captações visando redução de custos. Os principais incrementos no terceiro trimestre foram originados, principalmente, pelas Letras de Crédito do Agronegócio (LCA), cujo crescimento atingiu 5,9% e Operações Compromissadas com Títulos Privados, com crescimento de 33,2% na comparação com o trimestre imediatamente anterior.

Tabela 87. Captações Comerciais

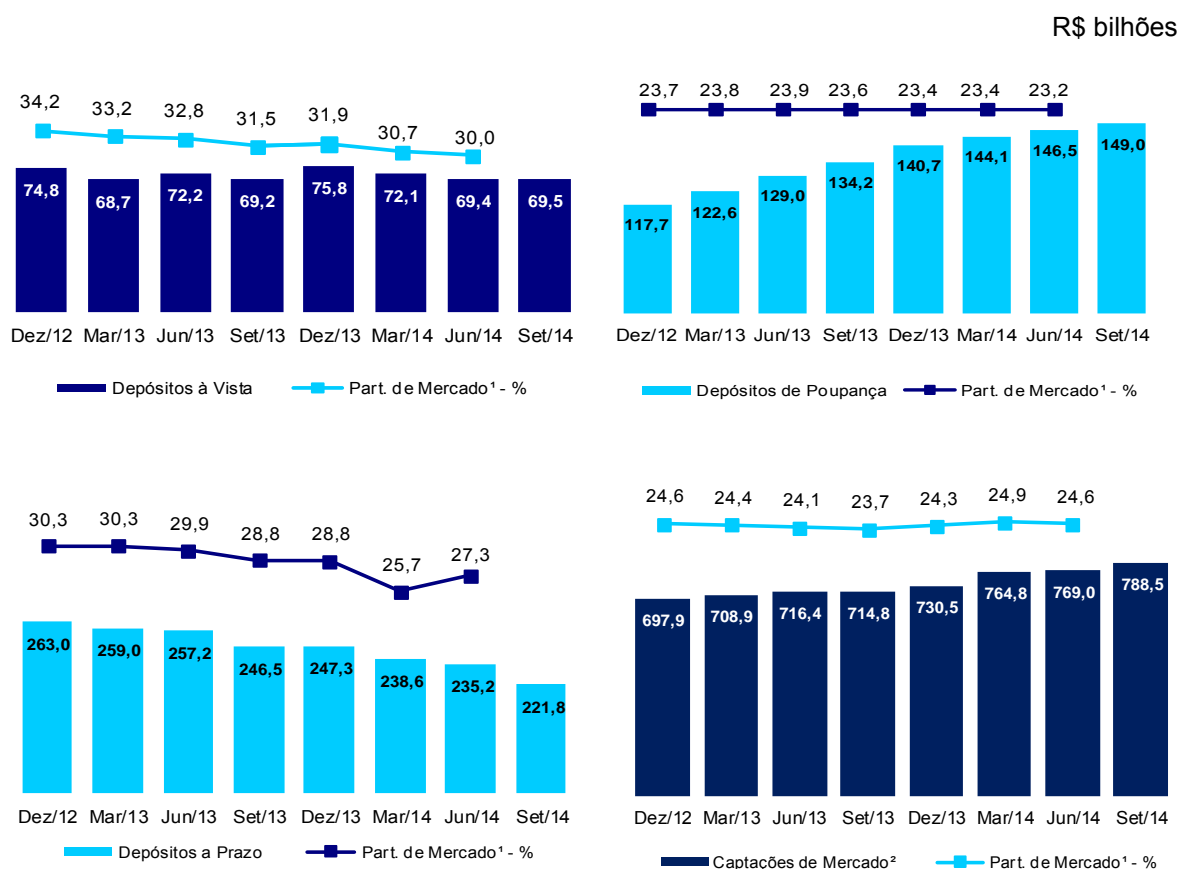
R\$ milhões	Saldos				Var. %			
	Set/13	Part. %	Jun/14	Part. %	Set/14	Part. % s/ Set/13	s/ Jun/14	
Depósitos a Prazo	246.486	43,5	235.203	38,0	221.777	35,6	(10,0)	(5,7)
Depósitos Judiciais	97.355	17,2	107.244	17,3	110.095	17,7	13,1	2,7
Depósitos de Poupança	134.216	23,7	146.461	23,7	148.996	23,9	11,0	1,7
Letras de Crédito do Agronegócio	67.165	11,9	99.647	16,1	105.520	16,9	57,1	5,9
Depósitos à Vista	69.191	12,2	69.377	11,2	69.521	11,1	0,5	0,2
Oper. Compromissadas c/ Tit. Privados ¹	25.646	4,5	30.914	5,0	41.184	6,6	60,6	33,2
Depósitos Interfinanceiros	21.013	3,7	28.842	4,7	28.531	4,6	35,8	(1,1)
Letra de Crédito Imobiliário ²	2.947	0,5	8.482	1,4	7.995	1,3	171,3	(5,7)
TOTAL	566.664	100,0	618.926	100,0	623.524	100,0	10,0	0,7

1 - A linha de Operações Compromissadas com Tit. Privados abrange parte dos saldos de Títulos Privados da Nota Explicativa 17-C.

2 - O saldo de LCI inclui o saldo de CRI (Certificados de Recebíveis Imobiliários).

A seguir são apresentadas as participações do Banco do Brasil nas captações de mercado do Sistema Financeiro Nacional (SFN).

Figura 35. Participação de Mercado das Captações do BB



1 - As informações sobre participação de mercado no SFN são provenientes do relatório "50 Maiores" bancos do Banco Central. Posição: Jun/14;

2 - Considera depósitos totais e captações no mercado aberto.

Ao final do terceiro trimestre de 2014, o Banco do Brasil atingiu um montante de US\$ 51,4 bilhões no saldo de captações no exterior, acréscimo de 4,1% sobre o mesmo período de 2013.

Tabela 88. Captações no Exterior

US\$ milhões	Saldos				Var. %			
	Set/13	Part. %	Jun/14	Part. %	Set/14	Part. %	s/ Set/13	s/ Jun/14
Títulos de Renda Fixa e Cert. de Depósitos	20.661	41,9	24.006	42,9	22.370	43,5	8,3	(6,8)
Interbancário	12.890	26,1	17.549	31,4	16.670	32,4	29,3	(5,0)
Pessoa Jurídica	10.550	21,4	9.257	16,5	8.373	16,3	(20,6)	(9,6)
Pessoa Física	3.186	6,5	3.117	5,6	3.229	6,3	1,3	3,6
Compromissadas	1.886	3,8	1.494	2,7	499	1,0	(73,5)	(66,6)
Outros	194	0,4	554	1,0	266	0,5	37,4	(51,9)
TOTAL	49.367	100,0	55.978	100,0	51.407	100,0	4,1	(8,2)

A tabela a seguir apresenta os títulos de renda fixa emitidos pelo Banco do Brasil no mercado internacional de capitais. O volume das operações vigentes no exterior soma US\$ 18,1 bilhões em valores nominais.

Tabela 89. Emissões Vigentes no Exterior

Data de Emissão	Volume em US\$ milhões	Moeda	Prazo em anos	Cupom (%)	Frequência do Cupom	Preço de Emissão	Retorno p/ Investidor(%)	Spread s/ Treasury	Rating ¹	Estrutura
18/07/2007	187	BRL	10	9,750	Semestral	100,000	9,750	-	Baa2	Sênior
29/04/2008	150	USD	10	5,250	Trimestral	100,000	5,250	-	A/A3	Securitização
05/09/2008	200	USD	7	L3M+1,2	Trimestral	100,000	L3M+1,20	-	A/A3	Securitização
20/10/2009	1.500	USD	-	8,500	Semestral	100,000	8,500	-	Ba1	Perpétuo
22/01/2010	500	USD	5	4,500	Semestral	99,333	4,651	220	Baa2	Sênior
22/01/2010	500	USD	10	6,000	Semestral	99,451	6,074	238	Baa2	Sênior
29/04/2010	450	USD	5	4,500	Semestral	100,684	4,337	180	Baa2	Sênior
05/10/2010	660	USD	10	5,375	Semestral	99,361	5,464	300	Baa3	Subordinada Nível II
20/01/2011	1.009	EUR	5	4,500	Anual	99,453	4,625	mid-sw ap+200	Baa2	Sênior
26/05/2011	1.500	USD	10	5,875	Semestral	98,695	6,044	288	Baa3	Subordinada Nível II
23/11/2011	500	USD	5	3,875	Semestral	99,413	4,000	312	Baa2	Sênior
20/01/2012	1.000	USD	-	9,250	Semestral	100,000	9,250	733	BB	Perpétuo
05/03/2012	750	USD	-	9,250	Semestral	108,500	8,488	-	BB	Perpétuo
19/06/2012	750	USD	10	5,875	Semestral	99,023	6,000	434	BB+/Baa3	Subordinada Nível II
24/09/2012	317	JPY	3	1,800	Semestral	100,000	1,800	JPY ms + 146	BBB / Baa2	Sênior
10/10/2012	1.925	USD	10	3,875	Semestral	98,978	4,000	238	BBB / Baa2	Sênior
31/01/2013	2.000	USD	-	6,250	Semestral	100,000	6,250	440	BB	Perpétuo
25/07/2013	930	EUR	5	3,750	Anual	99,442	3,875	mid-sw ap+337,2	BBB / Baa2	Sênior
20/12/2013	307	CHF	5,5	2,500	Anual	99,729	2,555	mid-sw ap+190	BBB / Baa2	Sênior
26/03/2014	417	EUR	5	3,750	Anual	102,304	3,169	230	BBB / Baa2	Sênior
18/06/2014	2.500	USD	-	9,000	Semestral	100,000	9,000	636	Ba3/B+	Perpétuo

1 – Os ratings das emissões foram revisados em outubro/2013 pela Moody's.

Fontes e Usos

Os indicadores apresentados na tabela a seguir demonstram a relação entre as fontes de captação e as aplicações dos recursos no Banco do Brasil.

O Banco do Brasil busca diversificar suas fontes de captação, oferecendo alternativas atrativas aos clientes e que representem redução dos custos de captação para o Banco. Nos últimos doze meses, houve forte crescimento em Operações Compromissadas com Títulos Privados, LCA e LCI, contribuindo diretamente na estratégia de redução de custo do *funding*.

Em setembro/14, as fontes de captação atingiram saldo de R\$ 788,1 bilhões. Destaque para as Letras de Crédito, LCA e LCI que, juntas, cresceram 61,9% em doze meses, atingindo o montante de R\$ 113,5 bilhões. No comparativo trimestral, a alta foi de 5,0%.

Ressalte-se que a partir do 3T14, conforme autorização do Banco Central publicada em Fato Relevante do dia 22/09/2014, o valor de R\$ 8,1 bilhões relacionado ao IHCD no País passou a ser considerado como Capital Principal. Considerando que este montante é fonte de recursos para o crédito ao agronegócio, o mesmo foi considerado na linha Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital. O saldo remanescente na linha IHCD no País, no valor de R\$ 90 milhões, refere-se aos juros do período compreendido entre 01/07/2014 a 28/08/2014, não pagos no terceiro trimestre.

Quanto aos usos, a carteira de crédito continua sendo o principal destino dos recursos captados, com crescimento de 12,8% em doze meses e participação de 87,8% do total de usos.

Tendo em vista o montante expressivo de crédito originado por linhas de repasse no país, a próxima tabela também apresenta o indicador carteira de crédito líquida ajustada sobre captações comerciais, que desconsidera o crédito com natureza de repasse. Ao final de setembro/14 o índice atingiu 89,5%, demonstrando que a carteira de crédito do BB está adequada ao seu nível de captações comerciais.

Tabela 90. Fontes e Usos

R\$ milhões	Saldos				Var. %			
	Set/13	Part. %	Jun/14	Part. %	Set/14	Part. %	s/ Set/13	s/ Jun/14
Fontes	691.492	100,0	774.405	100,0	788.145	100,0	14,0	1,8
Captações Comerciais	566.664	81,9	618.926	79,9	623.524	79,1	10,0	0,7
Depósitos Totais	470.906	68,1	479.883	62,0	468.825	59,5	(0,4)	(2,3)
LCA + LCI	70.112	10,1	108.129	14,0	113.515	14,4	61,9	5,0
Oper. Compromissadas com Títulos Privados ¹	25.646	3,7	30.914	4,0	41.184	5,2	60,6	33,2
Obrigações por Repasses no País	82.003	11,9	93.020	12,0	88.036	11,2	7,4	(5,4)
Obrigações no Exterior ²	67.066	9,7	62.926	8,1	65.621	8,3	(2,2)	4,3
Dívida Subordinada	40.853	5,9	43.515	5,6	42.417	5,4	3,8	(2,5)
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital ³	-	-	16.327	2,1	27.990	3,6	-	71,4
Demais Letras Bancárias ⁵	9.180	1,3	9.569	1,2	9.637	1,2	5,0	0,7
IHCN no País	8.213	1,2	8.318	1,1	90	0,0	(98,9)	(98,9)
Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	6.000	0,9	8.405	1,1	9.569	1,2	59,5	13,8
Depósitos Compulsórios	(88.488)	(12,8)	(86.599)	(11,2)	(78.739)	(10,0)	(11,0)	(9,1)
Usos	691.492	100,0	774.405	100,0	788.145	100,0	14,0	1,8
Carteira de Crédito Líquida (a) = (b) + (c) + (d)	607.255	87,8	670.553	86,6	683.703	86,7	12,6	2,0
Carteira de Crédito Classificada (b)	584.989	84,6	649.564	83,9	662.392	84,0	13,2	2,0
TVM Privados (c)	44.372	6,4	45.786	5,9	47.082	6,0	6,1	2,8
Provisão para Risco de Crédito (d)	(22.106)	(3,2)	(24.797)	(3,2)	(25.770)	(3,3)	16,6	3,9
Carteira de Crédito Líquida Ajustada (a) - (e)	492.997	71,3	541.195	69,9	557.918	70,8	13,2	3,1
Linhas de Repasse no País (e)	114.258	16,5	129.357	16,7	125.786	16,0	10,1	(2,8)
Recursos Disponíveis	84.236	12,2	103.853	13,4	104.442	13,3	24,0	0,6
Indicadores - %	-	-	-	-	-	-	-	-
Carteira de Crédito Líquida / Depósitos Totais	129,0		139,7		145,8			
Carteira de Crédito Líquida / Captações Comerciais	107,2		108,3		109,7			
Carteira de Crédito Líquida Ajustada / Captações Comerciais	87,0		87,4		89,5			
Carteira de Crédito Líquida / Fontes	87,8		86,6		86,7			

1 - Abrange parte dos saldos de Títulos Privados da Nota Explicativa 17-C.

2 - Inclui Empréstimos no Exterior, Obrigações por TVM no Exterior, Obrigações por Repasses no Exterior, Dívida Subordinada no Exterior e Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida no Exterior.

3 - Segregados, a partir do 4T13, de Dívida Subordinada, conforme Carta Circular do Bacen 3.624/2013.

4 - A partir do 3T14, inclui os recursos do IHCN País elegíveis a Capital Principal, conforme autorização do Bacen através do Ofício 15006/2014-BCB/DEORF/DIFIN.

5 - Inclui Letras Financeiras e Debêntures.

A tabela abaixo mostra o custo de captação dos depósitos no BB em comparação à taxa média Selic do período. Observou-se recuo em relação ao trimestre anterior, em função da taxa Selic acumulada no 3T14 ser 8,4% maior do que a observada no trimestre anterior.

Tabela 91. Captações vs. Taxa Selic

R\$ milhões	3T13			2T14			3T14		
	Saldo Médio	Custo	% Selic	Saldo Médio	Custo	% Selic	Saldo Médio	Custo	% Selic
Depósitos a Prazo - Rede e Institucional	146.231	(2.761)	87,3	123.968	(2.793)	88,9	109.962	(2.726)	90,2
Depósitos a Prazo - Depósitos Judiciais	96.578	(1.945)	93,1	106.118	(2.317)	86,2	109.194	(2.521)	84,0
Depósitos de Poupança	132.447	(1.955)	68,3	145.268	(2.322)	63,1	148.674	(2.521)	61,7
Letras de Crédito do Agronegócio	62.796	(1.105)	81,3	96.212	(2.100)	86,1	104.038	(2.486)	87,0
Depósitos Interfinanceiros	21.014	(154)	33,9	28.488	(214)	29,7	27.477	(179)	23,7
Depósitos a Prazo - Fundos e Programas	6.159	(80)	60,2	5.664	(86)	60,1	5.622	(84)	54,3
Depósitos à Vista	68.257	-	-	69.242	-	-	67.569	-	-
Total	533.481	(8.000)	69,3	574.960	(9.832)	67,5	572.535	(10.516)	66,9

Tabela 92. Segregação de Depósitos por Prazo¹

R\$ milhões	Curto Prazo ³	Part. %	Longo Prazo ⁴	Part. %	TOTAL 30.09.2014	TOTAL 30.09.2013
Depósitos a Prazo ²	143.927	64,9	77.850	35,1	221.777	246.486
Depósitos de Poupança	148.996	100,0	-	-	148.996	134.216
Depósitos à Vista	69.521	100,0	-	-	69.521	69.191
Depósitos Interfinanceiros	23.789	83,4	4.742	16,6	28.531	21.013
TOTAL	386.233	82,4	82.592	17,6	468.825	470.906

1 - Conforme Nota Explicativa 22-B

2 - Inclui depósitos a prazo com cláusula de recompra antecipada (compromisso de liquidez).

3 - Com vencimento até 1 ano.

4 - Com vencimento superior a 1 ano.

5 - Resultado Financeiro

5.1. Análise das Aplicações

Tabela 93. Saldos Médios e Taxa de Juros – Ativos Rentáveis (Trimestral)

R\$ milhões	2T14			3T14		
	Saldo Médio ¹	Receitas ²	Taxa Anual ³ (%)	Saldo Médio ¹	Receitas ²	Taxa Anual ³ (%)
Ativos Rentáveis						
TVM + Aplic. Interfinanceiras - Hedge	502.429	9.873	8,1	510.760	11.088	9,0
Operações de Crédito + Leasing	631.344	20.940	13,9	642.450	24.055	15,8
Depósito Compulsório Rentável	74.965	1.432	7,9	67.584	1.466	9,0
Demais	4.659	72	6,3	4.895	54	4,5
Total	1.213.397	32.317	11,1	1.225.690	36.663	12,5
Ativos Não Rentáveis						
Créditos Tributários	28.145			29.015		
Demais Ativos	128.810			133.138		
Ativo Permanente	22.960			21.277		
Total	179.916			183.431		
ATIVO TOTAL	1.393.313			1.409.120		

1 - Média aritmética dos saldos finais dos meses que compõem o período;

2 - Calculado sem efeito da variação cambial;

3 - Taxa trimestral anualizada.

Tabela 94. Saldos Médios e Taxa de Juros – Ativos Rentáveis (9 Meses)

R\$ milhões	9M13			9M14		
	Saldo Médio ¹	Receitas ²	Taxa Anual (%) ³	Saldo Médio ¹	Receitas ²	Taxa Anual (%) ³
Ativos Rentáveis						
TVM + Aplic. Interfinanceiras - Hedge	420.384	20.721	6,6	497.028	29.830	8,1
Operações de Crédito + Leasing	544.291	52.699	13,1	629.985	65.427	14,1
Depósito Compulsório Rentável	66.532	3.188	6,4	72.301	4.283	8,0
Demais	6.102	199	4,4	4.689	199	5,7
Total	1.037.310	76.807	10,0	1.204.003	99.739	11,2
Ativos Não Rentáveis						
Créditos Tributários	28.116			28.343		
Demais Ativos	118.860			130.032		
Ativo Permanente	22.669			22.311		
Total	169.645			180.687		
Ativo Total	1.206.955			1.384.689		

1 - Média aritmética dos saldos finais dos meses que compõem o período;

2 - Calculado sem efeito da variação cambial.

3 - Taxa semestral anualizada.

A análise do spread gerencial da carteira de crédito é apresentada no item 5.5 deste capítulo.

Resultado com TVM

O Resultado de operações com Títulos e Valores Mobiliários encerrou o trimestre com saldo de R\$ 12.349 milhões, aumento de 25,5% em relação ao mesmo período de 2013, reflexo principalmente da elevação de 37,5% na Taxa Selic (TMS) efetiva e da composição da carteira de títulos.

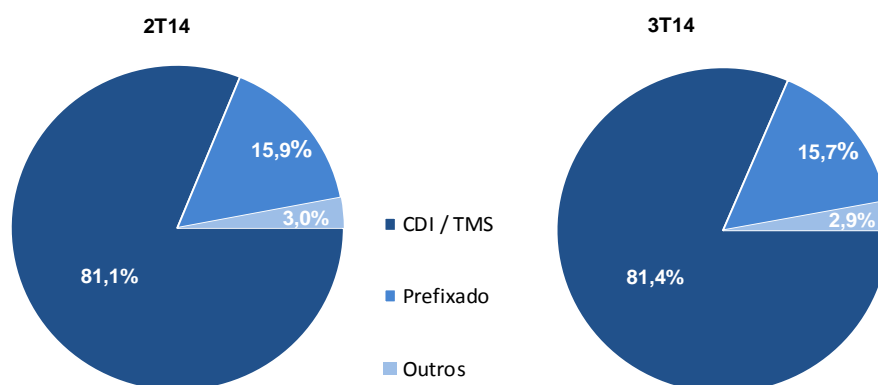
Na tabela a seguir evidenciam-se os resultados das operações de todo o conglomerado (incluindo empresas não financeiras, BB Banco de Investimento, Banco Votorantim, subsidiárias e agências no exterior) apresentando apenas as operações classificadas pelo Banco Central como TVM/Aplicações Interfinanceiras de Liquidez.

Tabela 95. Resultado com Títulos e Valores Mobiliários

R\$ milhões	Fluxo Trimestral			Var. %		Fluxo 9 Meses		Var. %
	3T13	2T14	3T14	s/ 3T13	s/ 2T14	9M13	9M14	s/ 9M13
Res. Títulos e Valores Mobiliários	7.613	9.839	12.349	62,2	25,5	21.016	31.015	47,6
Res. Títulos de Renda Fixa	7.608	9.724	12.251	61,0	26,0	20.877	30.724	47,2
Reavaliação - Curva	2.694	2.694	3.315	23,1	23,0	7.342	8.705	18,6
Resultado das Negociações	(111)	17	120	-	610,3	(84)	155	-
Marcação a Mercado	3	71	(69)	-	-	(407)	65	-
Aplicações Interf. de Liquidez	4.482	6.942	7.608	69,7	9,6	11.996	20.521	71,1
Rendas no Exterior	541	0	1.278	136,4	-	2.029	1.278	(37,0)
Demais	5	115	99	1.771,7	(14,0)	140	291	108,7

A figura a seguir apresenta a classificação da carteira de títulos do Banco Múltiplo por tipo de indexador.

Figura 36. Carteira de Títulos e Valores Mobiliários por Indexador (Banco Múltiplo)



Como pode ser observado no gráfico acima, ocorreu um aumento da posição ativa do Banco Múltiplo em títulos pós-fixados atrelados a CDI/TMS, movimento que está em linha com o crescimento das posições passivas do Banco em taxas pós-fixadas.

Como o gráfico apresenta a posição de títulos apenas do Banco Múltiplo, ele não necessariamente representa a exposição de todo o conglomerado.

As tabelas a seguir demonstram a abertura da carteira de TVM.

Tabela 96. Carteira de Títulos por Categoria

R\$ milhões	Saldos				Var. %			
	Set/13	Part. %	Jun/14	Part. %	Set/14	Part. %	s/ Set/13	s/ Jun/14
Títulos e Valores Mobiliários	195.932	100,0	208.265	100,0	210.435	100,0	7,4	1,0
Títulos Disponíveis p/ Negociação	78.391	40,0	88.773	42,6	93.817	44,6	19,7	5,7
Títulos Disponíveis p/ Venda	100.515	51,3	103.049	49,5	100.356	47,7	(0,2)	(2,6)
Títulos Mantidos até o Vencimento	15.424	7,9	15.144	7,3	14.539	6,9	(5,7)	(4,0)
Instrumentos Financ. Derivativos	1.602	0,8	1.299	0,6	1.723	0,8	7,5	32,6

Tabela 97. Carteira de Títulos por Prazo - Valor de Mercado¹

R\$ milhões	Até 1 ano		1 a 5 anos		5 a 10 anos		Acima de 10 anos		Total
	Saldos	Part. %	Saldos	Part. %	Saldos	Part. %	Saldos	Part. %	
Dez/12	49.086	26,8%	109.213	59,7%	18.001	9,8%	6.685	3,7%	182.985
Mar/13	54.633	30,2%	91.447	50,5%	22.013	12,2%	13.056	7,2%	181.148
Jun/13	54.079	28,4%	98.112	51,6%	24.132	12,7%	13.848	7,3%	190.171
Set/13	59.680	30,7%	91.278	46,9%	30.075	15,5%	13.406	6,9%	194.438
Dez/13	63.913	31,7%	95.361	47,4%	27.623	13,7%	14.409	7,2%	201.306
Mar/14	72.194	36,9%	84.521	43,2%	26.145	13,4%	12.758	6,5%	195.618
Jun/14	76.774	36,9%	89.802	43,2%	29.098	14,0%	12.439	6,0%	208.113
Set/14	101.193	48,2%	75.255	35,9%	21.117	10,1%	12.342	5,9%	209.908

1 – Não considera os Instrumentos Financeiros Derivativos. A carteira de Títulos Mantidos até o Vencimento foi considerada a valor de mercado.

A tabela seguinte apresenta o Saldo de Liquidez, diferença entre os Ativos e Passivos de Liquidez.

Tabela 98. Saldo da Liquidez

R\$ milhões	Saldos				Var. %			
	Set/13	Part. %	Jun/14	Part. %	Set/14	Part. %	s/ Set/13	s/ Jun/14
Ativos de Liquidez (A)	445.815	100,0	517.696	100,0	542.217	100,0	21,6	4,7
Disponibilidades	16.563	3,7	11.812	2,3	13.961	2,6	(15,7)	18,2
Aplicações Interfinanceiras	233.320	52,3	297.619	57,5	317.820	58,6	36,2	6,8
TVM (exceto vincul. ao Bacen)	195.932	43,9	208.265	40,2	210.435	38,8	7,4	1,0
Passivos de Liquidez (B)	264.924	100,0	317.941	100,0	348.254	100,0	31,5	9,5
Depósitos Interfinanceiros	21.013	7,9	28.842	9,1	28.531	8,2	35,8	(1,1)
Captações no Mercado Aberto	243.911	92,1	289.099	90,9	319.723	91,8	31,1	10,6
Saldo da Liquidez (A-B)	180.891		199.754		193.963		7,2	(2,9)

5.2. Análise das Captações

Tabela 99. Saldos Médios e Taxa de Juros – Passivos Onerosos (Trimestral)

R\$ milhões	2T14			3T14		
	Saldo Médio ¹	Despesas ²	Taxa Anual ³ (%)	Saldo Médio ¹	Despesas ²	Taxa Anual ³ (%)
Passivos Onerosos						
Depósitos de Poupança	145.268	(2.322)	6,5	148.674	(2.521)	7,0
Depósitos Interfinanceiros	28.488	(214)	3,0	27.477	(179)	2,6
Depósitos a Prazo	235.750	(5.196)	9,1	224.778	(5.330)	9,8
Captações no Mercado Aberto	290.055	(7.425)	10,6	303.422	(8.230)	11,3
Obrig. por Emprest. e Rep. no Exterior	18.719	(67)	1,4	19.154	(114)	2,4
Obrig. por Emprest. e Repasses no País	92.067	(834)	3,7	89.943	(1.016)	4,6
Fundos Financ. e de Desenvolvimento	8.054	(111)	5,6	9.196	(122)	5,4
Dívida Subordinada	76.278	(1.255)	6,7	82.524	(1.444)	7,2
Obrigações com T.V.M. no Exterior	34.270	(253)	3,0	32.955	(630)	7,9
Letras de Crédito do Agronegócio	96.212	(2.100)	9,0	104.038	(2.486)	9,9
Demais Letras Bancárias ⁴	18.298	(189)	4,2	17.708	(200)	4,6
Total	1.043.459	(19.965)	7,9	1.059.868	(22.272)	8,7
Demais Passivos						
Depósitos à Vista	69.242			67.569		
Outros Passivos	207.087			208.948		
Patrimônio Líquido	73.526			72.735		
Total	349.855			349.252		
PASSIVO TOTAL	1.393.313			1.409.120		

1 - Média aritmética dos saldos finais dos meses que compõem o período;

2 - Calculado sem efeito da variação cambial;

3 - Taxa trimestral anualizada;

4 - Inclui: Letras Financeiras, Debêntures, Letras de Crédito Imobiliário e Certificado de Recebíveis Imobiliário.

Tabela 100. Saldos Médios e Taxa de Juros – Passivos Onerosos (9 Meses)

R\$ milhões	9M13			9M14		
	Saldo Médio ¹	Despesas ²	Taxa Anual ³ (%)	Saldo Médio ¹	Despesas ²	Taxa Anual ³ (%)
Passivos Onerosos						
Depósitos de Poupança	126.587	(4.795)	5,1	145.768	(7.157)	6,6
Depósitos Interfinanceiros	18.987	(401)	2,8	27.805	(606)	2,9
Depósitos a Prazo	255.061	(13.633)	7,2	233.806	(15.675)	9,0
Captações no Mercado Aberto	236.175	(13.351)	7,6	289.425	(22.254)	10,4
Obrig. por Emprest. e Rep. no Exterior	14.616	(2.836)	26,7	18.556	(241)	1,7
Obrig. por Emprest. e Repasses no País	71.128	(3.635)	6,9	90.747	(2.784)	4,1
Fundos Financ. e de Desenvolvimento	5.726	(481)	11,4	8.324	(345)	5,6
Dívida Subordinada	67.623	(2.875)	5,7	77.277	(3.860)	6,7
Obrigações com T.V.M. no Exterior	31.876	(1.252)	5,3	34.089	(1.179)	4,6
Letras de Crédito do Agronegócio	48.163	(2.312)	6,5	95.565	(6.383)	9,0
Demais Letras Bancárias ⁴	8.778	(86)	1,3	17.499	(520)	4,0
Total	884.720	(45.658)	6,9	1.038.862	(61.004)	7,9
Demais Passivos						
Depósitos à Vista	68.457			69.151		
Outros Passivos	188.244			203.674		
Patrimônio Líquido	65.535			73.002		
Total	322.235			345.827		
PASSIVO TOTAL	1.206.955			1.384.689		

1 - Média aritmética dos saldos finais dos meses que compõem o período;

2 - Calculado sem efeito da variação cambial;

3 - Taxa semestral anualizada;

4 - Inclui: Letras Financeiras, Debêntures, Letras de Crédito Imobiliário e Certificado de Recebíveis Imobiliário.

5.3. Análise Volume e Taxa

O saldo médio dos ativos rentáveis atingiu R\$ 1.225,7 bilhões no 3T14, evolução de 1,0% na comparação com trimestre anterior. A taxa média anualizada alcançou 12,5%.

Também na comparação com o 2T14, os saldos médios dos Passivos Onerosos cresceram 1,6%, saindo de R\$ 1.043,5 bilhões para R\$ 1.059,9 bilhões. A taxa média anualizada encerrou o período com 8,7%.

Os quadros a seguir apresentam as variações nas receitas e despesas de juros pela mudança no volume médio dos ativos rentáveis e dos passivos onerosos e pela variação da taxa média de juros sobre esses ativos e passivos, nos períodos em análise.

Tabela 101. Variação de Receita e Despesa e Variação Volume/Taxa (Trimestral)

R\$ milhões	3T14/2T14			3T14/3T13		
	Volume médio ¹	Taxa média ²	Variação líquida ³	Volume médio ¹	Taxa média ²	Variação líquida ³
Ativos Rentáveis						
TVM + Aplic. Interfinanceiras - Hedge	181	1.035	1.216	1.838	2.074	3.913
Operações de Crédito + Leasing	416	2.700	3.115	2.753	2.528	5.281
Depósito Compulsório Rentável	(160)	194	33	(77)	364	286
Demais	3	(21)	(18)	(22)	(2)	(24)
Total⁵	368	3.978	4.346	4.565	4.891	9.456
Passivos Onerosos						
Depósitos de Poupança	(58)	(141)	(199)	(275)	(290)	(566)
Depósitos Interfinanceiros	7	29	36	(42)	18	(24)
Depósitos a Prazo	260	(394)	(134)	574	(1.117)	(544)
Captações no Mercado Aberto	(363)	(443)	(805)	(1.793)	(1.348)	(3.140)
Obrig. por Emprest. e Repasses no Exterior	(3)	(45)	(48)	(17)	36	19
Obrig. por Emprest. e Repasses no País	24	(206)	(182)	(132)	(13)	(145)
Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	(15)	4	(11)	(42)	31	(11)
Dívida Subordinada	(109)	(80)	(189)	(216)	(199)	(415)
Obrigações com T.V.M. no Exterior	25	(402)	(377)	30	(308)	(279)
Letras de Crédito do Agronegócio	(187)	(199)	(386)	(986)	(396)	(1.381)
Demais Letras Bancárias ⁴	7	(18)	(11)	(122)	(29)	(150)
Total⁵	(345)	(1.961)	(2.306)	(3.049)	(3.587)	(6.636)

1 - Variação Líquida – Taxa Média;

2 - (Juros Período Atual / Saldo Período Atual) x (Saldo Período Anterior) – (Juros Período Anterior);

3 - Juros Período Atual – Juros do Período Anterior;

4 - Inclui: Letras Financeiras, Debêntures, Letras de Crédito Imobiliário e Certificado de Recebíveis Imobiliário;

5 - Cálculo realizado de acordo com a mesma metodologia apresentada nas notas de rodapé 1, 2 e 3.

Tabela 102. Variação de Receita e Despesa e Variação Volume/Taxa (9 Meses)

R\$ milhões	9M14/9M13		
	Volume médio ¹	Taxa média ²	Variação líquida ³
Ativos Rentáveis			
TVM + Aplic. Interfinanceiras - Hedge	4.600	4.509	9.109
Operações de Crédito + Leasing	8.900	3.828	12.728
Depósito Compulsório Rentável	342	753	1.095
Demais	(60)	60	(0)
Total⁵	13.809	9.123	22.932
Passivos Onerosos			
Depósitos de Poupança	(942)	(1.420)	(2.362)
Depósitos Interfinanceiros	(192)	(13)	(205)
Depósitos a Prazo	1.425	(3.467)	(2.041)
Captações no Mercado Aberto	(4.094)	(4.809)	(8.903)
Obrig. por Emprest. e Repasses no Exterior	(51)	2.647	2.596
Obrig. por Emprest. e Repasses no País	(602)	1.453	851
Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	(108)	244	137
Dívida Subordinada	(482)	(503)	(985)
Obrigações com T.V.M. no Exterior	(77)	150	73
Letras de Crédito do Agronegócio	(3.166)	(905)	(4.072)
Demais Letras Bancárias ⁴	(259)	(175)	(434)
Total⁵	(9.051)	(6.294)	(15.346)

1 - Variação Líquida – Taxa Média;

2 - (Juros Período Atual / Saldo Período Atual) x (Saldo Período Anterior) – (Juros Período Anterior);

3 - Juros Período Atual – Juros do Período Anterior;

4 - Inclui: Letras Financeiras, Debêntures, Letras de Crédito Imobiliário e Certificado de Recebíveis Imobiliário;

5 - Cálculo realizado de acordo com a mesma metodologia apresentada nas notas de rodapé 1, 2 e 3.

5.4. Margem Financeira Bruta

A composição da MFB é apresentada na tabela a seguir. Nessa abertura, as linhas de receita financeira com operações de crédito e despesas financeiras de captação não consideram o efeito da variação cambial.

Tabela 103. Composição da Margem Financeira Bruta

R\$ milhões	Fluxo Trimestral			Var. %		Fluxo Semestral		Var. %
	3T13	2T14	3T14	s/ 3T13	s/ 2T14	9M13	9M14	s/ 9M13
Margem Financeira Bruta	11.648	12.353	12.530	7,6	1,4	34.210	36.713	7,3
Receita Financeira c/ Operações de Crédito	17.882	20.227	21.461	20,0	6,1	51.302	60.897	18,7
Despesa Financeira de Captação	(8.477)	(10.526)	(11.365)	34,1	8,0	(23.076)	(31.865)	38,1
Despesa Financeira de Captação Institucional ¹	(1.521)	(1.604)	(1.876)	23,4	16,9	(4.365)	(5.085)	16,5
Recuperação de Crédito ²	836	871	903	7,9	3,6	2.711	2.583	(4,7)
Resultado de Tesouraria ³	2.843	3.181	3.236	13,8	1,7	7.280	9.655	32,6
Demais	85	204	171	102,2	(16,3)	358	528	47,6

1 - Inclui instrumentos de dívida sênior, dívida subordinada e IHCD no país e no exterior;

2 - Realocações: (I) no 1T14, referente à recomposição de operação baixada e recuperada de prejuízo no mês; (II) no 2T14 ajuste de recuperação de operação com característica de crédito.

3 - Inclui o resultado com juros, as receitas de compulsórios rentáveis, hedge fiscal, derivativos e outros instrumentos financeiros que compensam os efeitos da variação cambial no resultado;

No 3T14, a Margem Financeira Bruta (MFB) alcançou R\$ 12.530 milhões crescimento de 7,6%, quando comparado com o mesmo período do ano anterior. No acumulado 9 meses, houve crescimento de 7,3%, atingindo R\$ 36.713 milhões. Destacam-se as linhas abaixo na sua composição:

I. Receita Financeira com Operações de Crédito atingiu R\$ 60.897 milhões no período, incremento de 18,7%, justificado, sobretudo, pelo aumento das receitas em virtude do maior volume e do giro da carteira;

II. Despesas Financeiras de Captação e Captação Institucional cresceram no período 38,1% e 16,5%, respectivamente, devido ao aumento no volume de recursos captados e crescimento do CDI (39,3%) na comparação com os primeiros nove meses de 2013. A estratégia de diversificação do portfólio de captações do BB minimizou o aumento da despesa de Captação;

III. Resultado de Tesouraria registrou R\$ 9.655 milhões no período, evolução de 32,6%, reflexo principalmente do aumento da TMS efetiva sobre o resultado de títulos e compulsórios rentáveis.

5.5. Spread

Tabela 104. Análise de Volume (Ativos Rentáveis) - Taxa Trimestral

R\$ milhões	2T14	3T14	Var. Abs.
Ativos Rentáveis (a) ¹	1.213.397	1.225.690	12.292
Margem Financeira Bruta (b)	12.353	12.530	177
Spread - % (b/a)	1,0180	1,0223	0,0042
Ganho/(Perda) com Volume ²			125
Ganho/(Perda) com Taxa ³			51
Ganho/(Perda) com Volume e Taxa ⁴			1

1 - Média aritmética dos saldos finais dos meses que compõem o período;

2 - Ganho/(Perda) resultante da multiplicação entre o volume dos ativos rentáveis do período atual pelo *spread* do período anterior líq. da MFB anterior;

3 - Ganho/(Perda) resultante da multiplicação entre o volume dos ativos rentáveis do período anterior pelo *spread* do período atual;

4 - Ganho/(Perda) combinado dos dois efeitos supracitados.

Tabela 105. Análise de Volume (Ativos Rentáveis) - Taxa 9 Meses

R\$ milhões	9M13	9M14	Var. Abs.
Ativos Rentáveis (a) ¹	1.037.310	1.204.003	166.693
Margem Financeira Bruta (b)	34.210	36.713	2.503
Spread - % (a/b)	3,2979	3,0492	(0,2487)
Ganho/(Perda) com Volume ²			5.497
Ganho/(Perda) com Taxa ³			(2.580)
Ganho/(Perda) com Volume e Taxa ⁴			(415)

1 - Média aritmética dos saldos finais dos meses que compõem o período;

2 - Ganho/(Perda) resultante da multiplicação entre o volume dos ativos rentáveis do período atual pelo *spread* do período anterior líq. da MFB anterior;

3 - Ganho/(Perda) resultante da multiplicação entre o volume dos ativos rentáveis do período anterior pelo *spread* do período atual;

4 - Ganho/(Perda) combinado dos dois efeitos supracitados.

Tabela 106. Margem Líquida de Juros e Margem de Lucro

R\$ milhões	3T13	2T14	3T14	9M13	9M14
Saldo Médio dos Ativos Rentáveis (a)	1.073.082	1.213.397	1.225.690	1.037.310	1.204.003
Saldo Médio dos Passivos Onerosos (b)	914.768	1.043.459	1.059.868	884.720	1.038.862
Margem Financeira Bruta (c)	11.648	12.353	12.530	34.210	36.713
Receita Líquida de Juros (d)	11.571	12.351	14.391	31.085	38.735
Receitas de Juros (1.d)	27.207	32.317	36.663	76.743	99.739
Despesas de Juros (2.d)	(15.635)	(19.965)	(22.272)	(45.658)	(61.004)
Demais Componentes da Margem Financeira Bruta ¹ (e)	77	2	(1.861)	3.125	(2.022)
Passivos Onerosos / Ativos Rentáveis - % (b/a)	85,2	86,0	86,5	85,3	86,3
Rentabilidade Média dos Ativos ² - % (1.d/a)	10,5	11,1	12,5	10,0	11,2
Custo Médio dos Passivos ² - % (2.d/b)	7,0	7,9	8,7	6,9	7,9
Margem de Lucro Líquida ³ - %	3,5	3,2	3,8	3,0	3,3
Margem Líquida de Juros ² - % (d/a)	4,4	4,1	4,8	4,0	4,3
Spread Global ² - % (c/a)	4,4	4,1	4,2	4,4	4,1

1 - Contém derivativos, contratos de assunção de dívidas, resultado de op. de câmbio, recuperação de créd. baixados como prejuízo, empréstimos de ouro, fundo garantidor de crédito, ganho/perda cambial no exterior e outras receitas com características de intermediação financeira;

2 - Taxas anualizadas;

3 - Diferença entre a taxa média dos ativos rentáveis e a taxa média dos passivos onerosos;

4 - Calculado sem efeito da variação cambial.

Spread por Carteira

A tabela seguinte apresenta o spread gerencial segmentado por tipo de operações. O spread é o resultado da margem financeira gerencial dividida pelos respectivos saldos médios.

Na apuração da margem financeira gerencial são auferidas inicialmente as receitas financeiras, classificadas por tipo de carteira. Em seguida são deduzidos os custos de oportunidade definidos para cada uma das linhas que compõem as carteiras. Em relação ao crédito destinado para PF e PJ, com recursos livres, o custo de oportunidade é a TMS. No caso da carteira agrícola e outros recursos direcionados, o custo de oportunidade é calculado de acordo com a origem do funding e com a necessidade ou não de aplicação obrigatória de parte dessa fonte de recurso.

Tabela 107. Spread por Carteira

%	4T12	1T13	2T13	3T13	4T13	1T14	2T14	3T14
Operações de Crédito	8,1	7,6	7,4	7,1	7,0	7,2	7,5	7,5
Pessoa Física	14,8	13,9	13,6	13,2	13,2	13,2	13,8	13,7
Pessoa Jurídica	4,8	5,2	5,1	4,8	4,8	5,2	5,4	5,6
Agronegócios	5,8	4,6	4,6	4,6	4,6	4,7	4,8	5,0

A seguir apresenta-se a evolução do Spread Global.

Tabela 108. Spread Global

	4T12	1T13	2T13	3T13	4T13	1T14	2T14	3T14
Spread Global ¹	5,0	4,5	4,5	4,4	4,4	4,1	4,1	4,2
Spread Ajustado pelo Risco ²	3,5	3,1	2,9	2,9	2,8	2,6	2,6	2,6

1 - Margem Financeira Bruta/Saldo Médio dos Ativos Rentáveis, anualizado;

2 - Margem Financeira Líquida (MFB menos PCLD)/Saldo Médio dos Ativos Rentáveis, anualizado.

6 - Negócios Não Financeiros

6.1. Rendas de Tarifas

A expansão da oferta de crédito e a atuação do Banco no segmento de varejo busca alcançar a excelência no relacionamento e favorece a expansão do volume de negócios, contribuindo para a diversificação das rendas de tarifas.

Na tabela a seguir demonstramos a composição das rendas de tarifas do Banco do Brasil. Pode-se observar que no 3T14 as rendas atingiram R\$ 6,4 bilhões, evolução de 9,4% em relação a igual período de 2013.

Destaque para o aumento em 9,5% das rendas com operações de cartão, impulsionadas principalmente pelo aumento do volume de transações e do ticket médio das operações.

Tabela 109. Rendas de Tarifas

R\$ milhões	Fluxo Trimestral			Var. %		Fluxo 9 Meses			Var. %
	3T13	2T14	3T14	s/ 3T13	s/ 2T14	9M13	9M14	s/ 9M13	
Rendas de Tarifas	5.819	6.169	6.363	9,4	3,2	17.124	18.273	6,7	
Cartão de Crédito/Débito	1.448	1.567	1.585	9,5	1,1	4.108	4.654	13,3	
Conta Corrente	1.024	980	1.056	3,1	7,8	3.089	2.994	(3,1)	
Administração de Fundos	960	969	1.116	16,3	15,1	2.776	3.023	8,9	
Oper. de Crédito e Garantias Prestadas	601	601	577	(3,9)	(4,0)	1.785	1.738	(2,6)	
Cobrança	362	363	376	3,8	3,4	1.053	1.090	3,5	
Seguros, Previdência e Capitalização	267	394	333	24,9	(15,4)	880	1.018	15,7	
Arrecadações	219	229	235	7,1	2,7	652	691	6,0	
Interbancária	184	185	188	2,4	2,0	538	552	2,6	
Rendas do Mercado de Capitais	107	131	125	16,0	(5,2)	405	352	(13,0)	
Serviços Fiduciários	97	106	119	22,4	12,5	282	329	16,9	
Outros	550	644	654	18,9	1,6	1.556	1.832	17,7	

A seguir apresentamos a base de clientes do Banco do Brasil.

Tabela 110. Base de Clientes

milhares	Posição				Var. %		
	Set/13	Dez/13	Mar/14	Jun/14	Set/14	s/ Set/13	s/ Jun/14
Base de Clientes	60.975	61.375	61.548	61.570	61.775	1,3	0,3
Contas Corrente	38.962	39.786	38.788	38.722	39.039	0,2	0,8
Pessoa Física	36.519	37.328	36.363	36.278	36.552	0,1	0,8
Pessoa Jurídica	2.443	2.458	2.425	2.444	2.487	1,8	1,7

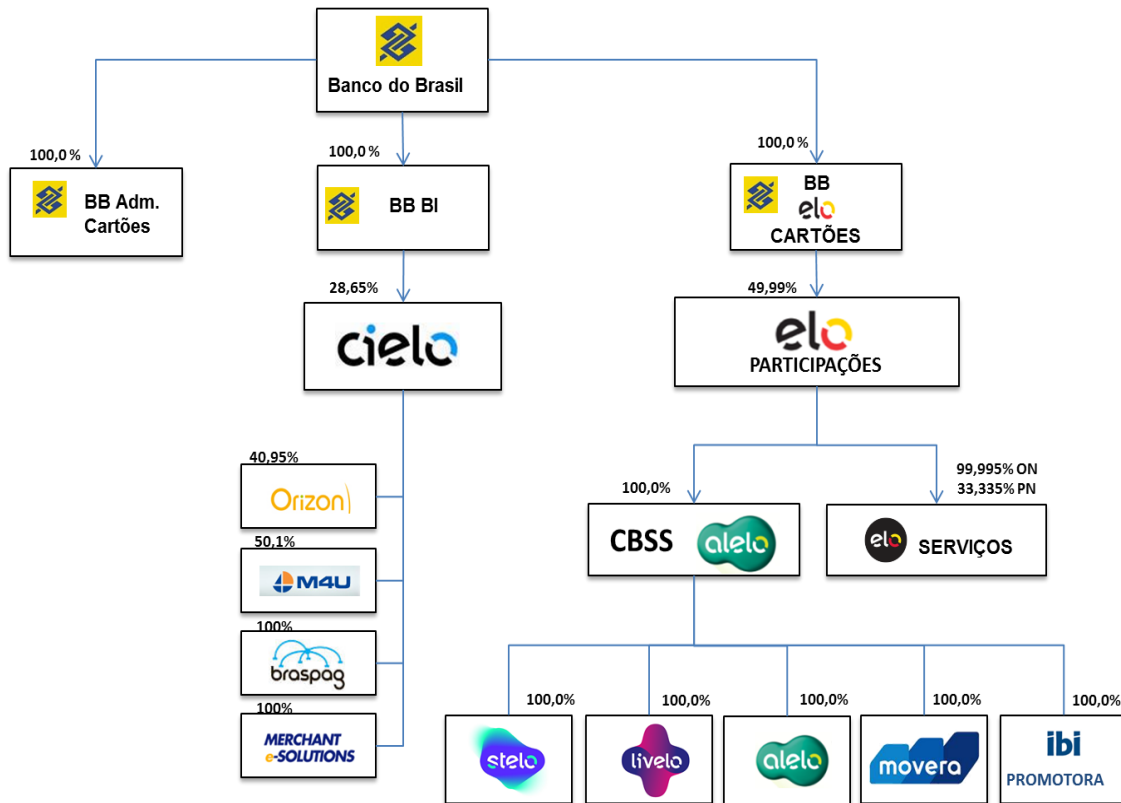
6.2. Negócio de Cartões

O Banco do Brasil, seguindo sua estratégia de diversificação dos negócios, tem ampliado sua atuação no mercado de cartões por meio de lançamento de novos produtos e soluções para segmentos tradicionais e novos segmentos comerciais. A busca de sinergias e ampliação dos negócios em parceria com as empresas coligadas complementam os alicerces da estratégia.

É válido destacar que a emissão de cartões de múltiplas funções contendo soluções em crédito, débito, crediário e bancária num único plástico permite oferta diversificada aos clientes.

A seguir é apresentado o organograma dos principais negócios de meios eletrônicos de pagamento nos quais o Banco do Brasil possui participação societária direta ou indireta em 30/09/2014, que inclui a Movera, empresa recém criada que atuará na prestação de serviços relacionados ao segmento de microfinanças e de correspondente de instituições financeiras, que, a exemplo da Livel e da Stelo, encontra-se em fase pré-operacional.

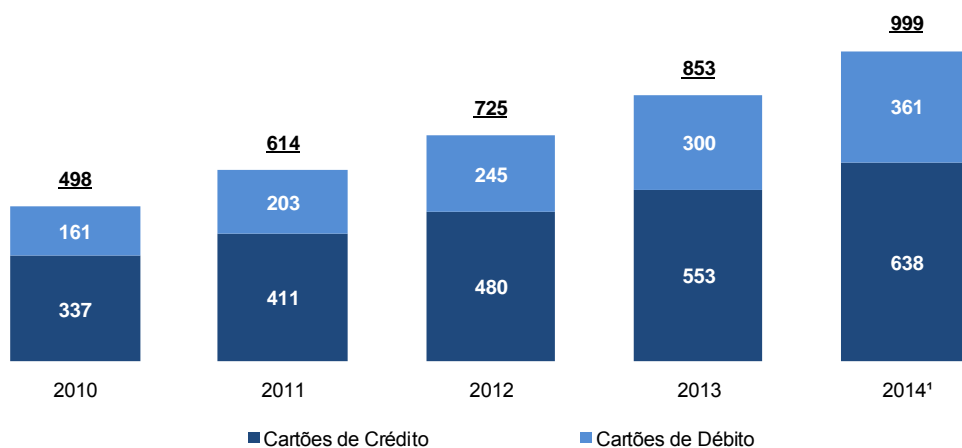
Figura 37. Organograma Negócios de Cartões – Principais Empresas



6.2.1 Sobre o Mercado de Cartões no Brasil

A evolução da indústria de cartões pode ser mensurada pelo volume financeiro transacionado por meio de cartões – faturamento total. Segundo projeções divulgadas pela Associação Brasileira de Empresas de Cartões de Crédito e Serviços (Abecs), o mercado encerrará o ano de 2014 com um volume transacionado de R\$ 999 bilhões, crescimento de 17,1% ante 2013.

Figura 38. Faturamento do Mercado de Cartões – R\$ bilhões



1 – Projeção divulgada pela Abecs.

O Banco do Brasil acredita na continuidade do ritmo atual de crescimento do mercado de cartões principalmente pela entrada de novos consumidores oriundos das classes de menor renda, substituição do uso do papel moeda e a penetração do meio de pagamento cartão em novos segmentos de mercados.

6.2.2 Emissão de Cartões

O BB é um dos principais emissores das bandeiras Visa, Mastercard, Elo e Amex, posição alcançada devido à sua ampla base de clientes e à sua estratégia de emissão de cartões de múltiplas funções (crédito, débito, bancária e crediário).

Ao final de Set/14, a base total de cartões emitidos atingiu 82,2 milhões, entre cartões de crédito, débito e pré-pagos, crescimento de 1,7% em relação a Jun/14.

Tabela 111. Base de Cartões

Em milhares	Set/13	Jun/14	Set/14	Var. %	
				s/ Set/13	s/ Jun/14
Base de Cartões	81.016	80.803	82.212	1,5	1,7
Cartões de Crédito	21.725	22.732	23.021	6,0	1,3
Cartões de Débito/Pré-Pago	59.291	58.071	59.191	(0,2)	1,9

A base de cartões do BB com uso recorrente – com pelo menos uma transação de compra nos últimos 30 dias – atingiu, em Set/14, o patamar de 9,3 milhões na função de cartão de crédito e 11,0 milhões na função de cartão de débito. Esses números reforçam o alto potencial de crescimento dos negócios de cartões junto à significativa base de clientes portadores de cartão já existente no Conglomerado BB.

Como um dos grandes pioneiros no processo de emissão de cartões com *chip*, o BB detém 100% da sua base de cartões de múltiplas funções com essa tecnologia, resultando em maior segurança e eficiência operacional em suas transações.

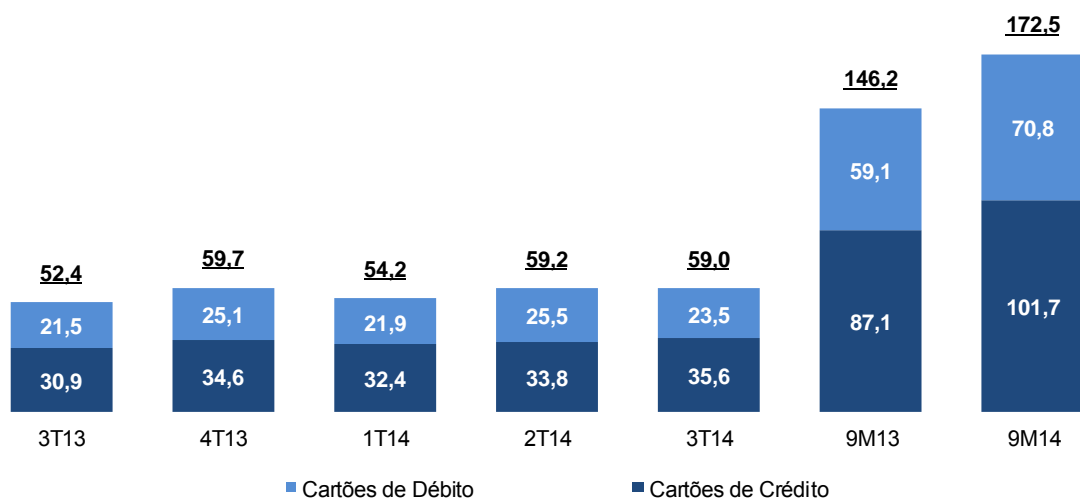
A tabela a seguir demonstra a quantidade de transações com cartões do BB. A evolução significativa desse indicador demonstra o potencial de geração de receitas para o Banco.

Tabela 112. Quantidade de Transações

Em milhares	Fluxo Trimestral			Var. %		Fluxo 9 Meses		Var. %
	3T13	2T14	3T14	s/ 3T13	s/ 2T14	9M13	9M14	s/ 9M13
Quantidade de Transações	497.420	518.416	530.153	6,6	2,3	1.388.920	1.549.081	11,5
Cartões de Crédito	214.228	221.465	227.059	6,0	2,5	596.167	659.251	10,6
Cartões de Débito/Pré-Pagos	283.192	296.951	303.093	7,0	2,1	792.753	889.830	12,2

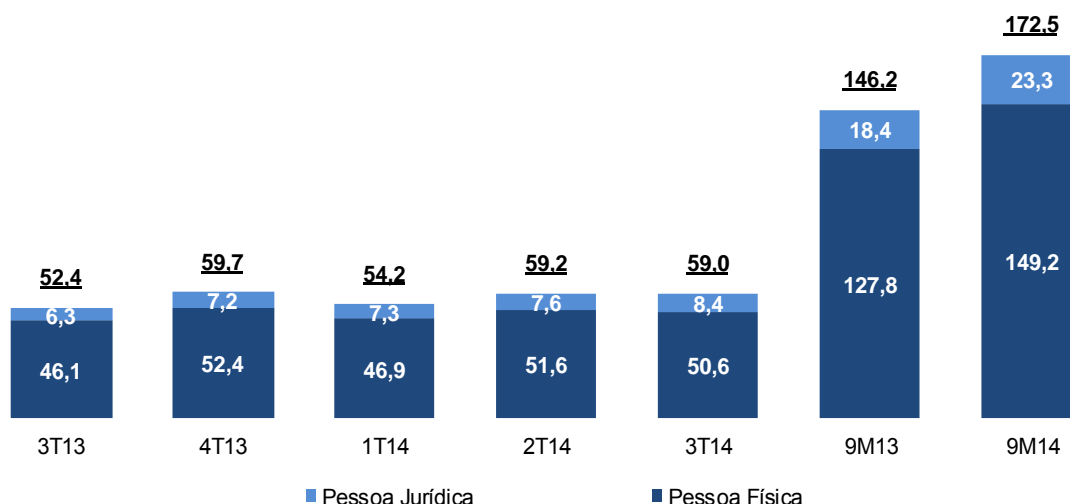
O faturamento total do Banco do Brasil alcançou R\$ 172,5 bilhões, no acumulado de 2014, crescimento de 17,9% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Figura 39. Faturamento Total BB – R\$ bilhões



O Banco do Brasil tem um amplo portfólio de produtos em seu negócio de emissão de cartões e investe em soluções inovadoras para seus clientes. Na comparação com o 3T13, destaca-se o segmento PJ, com crescimento de 33,3%.

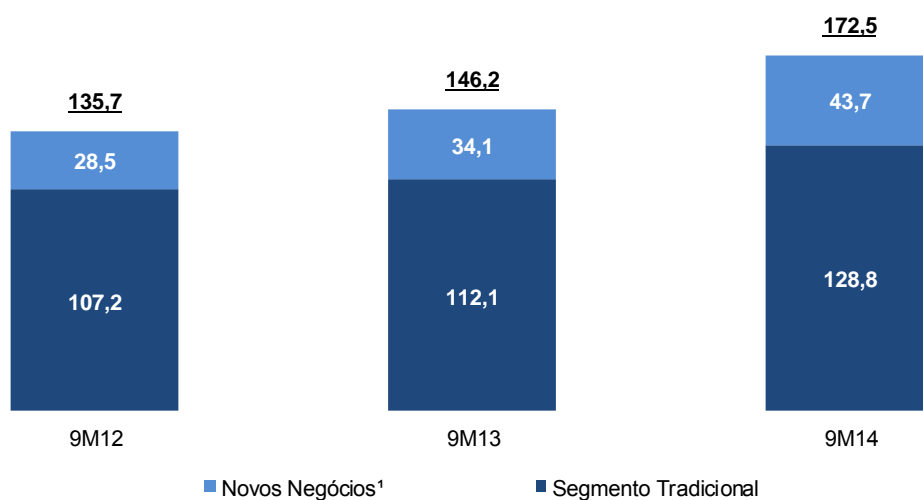
Figura 40. Faturamento Total por Segmento PF e PJ – R\$ bilhões



A estratégia de diversificação dos negócios de cartões permite a renovação constante do portfólio e a manutenção do ritmo de crescimento de forma mais equilibrada. Soluções que levam o cartão para novas cadeias de negócios tais como o agronegócio, financiamentos para investimentos, compras empresariais e crediário, permitem que o Banco avance na substituição de outros meios de pagamentos.

Nos 9M14, 25,3% do faturamento com cartões advém da inovação de modelos de negócios e de novas soluções, conforme demonstrado na figura a seguir.

Figura 41. Faturamento Total por Segmento Tradicional e Novos Negócios – R\$ bilhões



¹ – Representa o volume de transações com Ourocard Agronegócios, Ourocard Crediário, Cartão BNDES, pagamento de títulos com cartão, Ourocard Pré-pago e Alelo e compras B2B/empresariais com cartões.

6.2.3 Bandeira Elo

Contribuíram para o significativo aumento no volume de compras e da base de cartões da bandeira Elo a emissão de cartões BB de múltiplas funções para pessoa física atrelados ao sistema de pagamentos da Elo, além dos lançamentos para novos segmentos como agronegócio, empresarial e cartão BNDES, conforme apresentado na próxima tabela.

Tabela 113. Base de Cartões e Faturamento com Cartões Elo Banco do Brasil

	Fluxo Trimestral			Var. %	
	3T13	2T14	3T14	s/ 3T13	s/ 2T14
Faturamento - R\$ milhões	3.850	6.065	4.240	10,1	(30,1)
Base de Cartões - milhões	6.227	7.208	7.153	14,9	(0,8)

6.2.4 Resultado de Serviço de Cartões

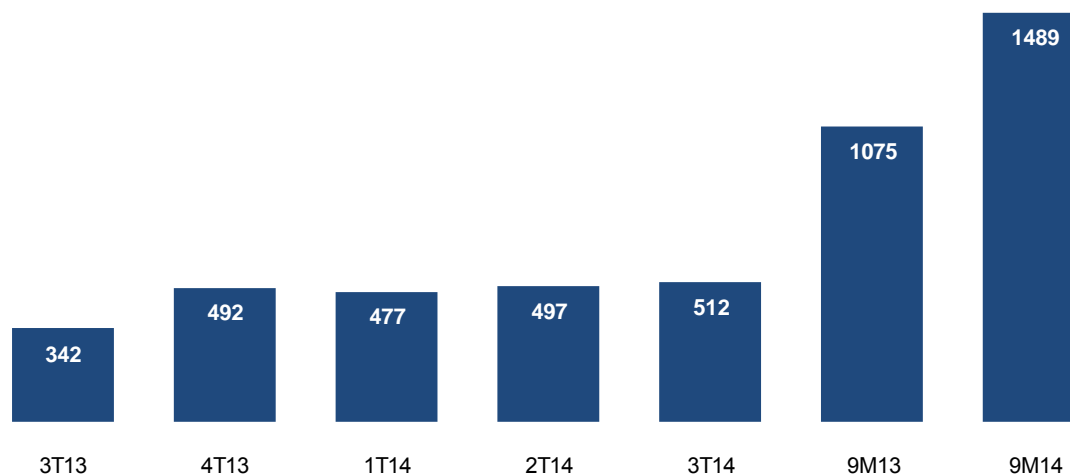
O resultado de serviços de cartões advém, principalmente, da emissão e utilização dos cartões nas funções crédito, débito, crediário pelos clientes. Inclui também os serviços de credenciamento e adquirência, cartões pré-pagos/voucher e de bandeira de cartões, que são prestados pelas coligadas do Banco.

O resultado de serviços não abrange as receitas e despesas financeiras oriundas do pagamento mínimo ou parcial da fatura (crédito rotativo). Foram alocados os custos administrativos e operacionais diretamente relacionados ao negócio cartão, identificados até o presente exercício.

Nas tabelas a seguir é apresentado o resultado de serviços de cartões após a tributação. No acumulado do ano foi apurado R\$ 1,5 bilhão, crescimento de 38,5% quando comparado a igual período do ano anterior. Já no 3T14, foi verificado resultado de R\$ 512 milhões, crescimento de 49,7% em relação ao mesmo período do ano anterior.

A manutenção do ritmo de crescimento no resultado de serviços de cartões decorre principalmente do aumento no volume de negócios, busca constante de maior eficiência operacional e ampliação e diversificação de negócios com as empresas coligadas.

Figura 42. Resultado de Serviço de Cartões BB – R\$ milhões



Nas tabelas a seguir é apresentado o detalhamento do resultado de serviços de cartões e o respectivo resultado após a tributação.

Tabela 114. Receitas e Despesas de Serviços de Cartões – 9M14

R\$ milhões	BB Emissor ¹	Cielo	CBSS	Elo Serviços	Total
Receitas Operacionais Totais	3.251	1.913	566	32	5.762
Emissão	3.023	-	26	-	3.049
Adquirência	-	1.322	339	-	1.661
Outras Receitas	228	591	201	32	1.052
Despesas Operacionais Totais	(2.129)	(887)	(360)	(35)	(3.411)
Emissão	(2.109)	-	(43)	-	(2.152)
Adquirência	-	(812)	(217)	-	(1.029)
Outras Despesas	(20)	(75)	(100)	(35)	(230)
Resultado de Serviços de Cartões	1.122	1.026	206	(3)	2.351
IR/CSLL	(445)	(349)	(69)	1	(862)
Resultado Após Tributação	677	677	137	(2)	1.489

1 – Inclui BB Banco Múltiplo e BB Administradora de Cartões de Crédito.

Tabela 115. Receitas e Despesas de Serviços de Cartões – 9M13

R\$ milhões	BB Emissor ¹	Cielo	CBSS	Elo Serviços	Total
Receitas Operacionais Totais	2.719	1.597	481	12	4.809
Emissão	2.555	-	45	-	2.600
Adquirência	-	1.272	290	-	1.562
Outras Receitas	164	325	146	12	647
Despesas Operacionais Totais	(2.046)	(744)	(306)	(17)	(3.113)
Emissão	(2.011)	-	(37)	-	(2.048)
Adquirência	-	(704)	(184)	-	(888)
Outras Despesas	(35)	(40)	(85)	(17)	(177)
Resultado de Serviços de Cartões	673	853	175	(5)	1.696
IR/CSLL	(272)	(289)	(60)	-	(621)
Resultado Após Tributação	401	564	115	(5)	1.075

1 – Inclui BB Banco Múltiplo e BB Administradora de Cartões de Crédito.

Tabela 116. Receitas e Despesas de Serviços de Cartões – 3T14

R\$ milhões	BB Emissor ¹	Cielo	CBSS	Elo Serviços	Total
Receitas Operacionais Totais	1.146	664	207	12	2.029
Emissão	1.039	-	9	-	1.048
Adquirência	-	450	120	-	570
Outras Receitas	107	214	78	12	411
Despesas Operacionais Totais	(756)	(316)	(134)	(14)	(1.220)
Emissão	(746)	-	(16)	-	(762)
Adquirência	-	(290)	(80)	-	(370)
Outras Despesas	(10)	(26)	(38)	(14)	(88)
Resultado de Serviços de Cartões	390	348	73	(2)	809
IR/CSLL	(154)	(118)	(25)	-	(297)
Resultado Após Tributação	236	230	48	(2)	512

1 – Inclui BB Banco Múltiplo e BB Administradora de Cartões de Crédito.


Tabela 117. Receitas e Despesas de Serviços de Cartões – 3T13

R\$ milhões	BB Emissor ¹	Cielo	CBSS	Elo Serviços	Total
Receitas Operacionais Totais	944	570	174	6	1.694
Emissão	896	-	16	-	912
Adquirência	-	448	104	-	552
Outras Receitas	48	122	54	6	230
Despesas Operacionais Totais	(766)	(268)	(109)	(11)	(1.154)
Emissão	(756)	-	(13)	-	(769)
Adquirência	-	(249)	(65)	-	(314)
Outras Despesas	(10)	(19)	(31)	(11)	(71)
Resultado de Serviços de Cartões	178	302	65	(5)	540
IR/CSLL	(73)	(103)	(22)	-	(198)
Resultado Após Tributação	105	199	43	(5)	342

1 – Inclui BB Banco Múltiplo e BB Administradora de Cartões de Crédito.

A tabela a seguir apresenta a composição das principais receitas e despesas consideradas na apuração do resultado operacional de serviços de cartões.

Tabela 118. Principais Receitas e Despesas – Serviço de Cartões

					
Linha do Resultado Operacional		Descrição dos Principais Itens de Receitas e Despesas			
Receitas Operacionais Totais					
Emissão	Intercâmbio, anuidade, tarifas sobre emissão de cartões, tarifas de contas pré-pagas, tarifas do programa de relacionamento PJ, receitas sobre operações de parcelamento da fatura do cartão, dentre outras.			Comissões e tarifas inerentes a emissão de meios de pagamento.	
Adquirência		Taxa de administração líquida (Net MDR), aluguel de POS, tarifas de conectividade, receitas de float, dentre outras.		Taxa de administração líquida (Net MDR), receitas de float, dentre outras.	
Outras Receitas	Receitas com variação cambial positiva e outras comissões e receitas operacionais do cartão.	Antecipação comercial para estabelecimentos credenciados, dentre outras.		Receitas das participadas e demais receitas inerentes ao negócio.	Royalties recebidos pela Bandeira, dentre outras.
Despesas Operacionais Totais					
Emissão	Despesas de emissão e entrega de cartões, impressão, remessa e cobrança das faturas, royalties de bandeiras, programa de recompensas, central de atendimento ao cliente, comunicação e promoção, atendimento nas agências, captura e processamento das transações, tributos diretos, perdas operacionais, dentre outras.			Despesas de emissão e entrega de cartões, perdas operacionais, central de atendimento ao cliente, suporte para vendas, tributos diretos sobre receitas de emissão, dentre outras.	
Adquirência		Custos dos serviços prestados, vendas e marketing, pessoal e administrativas, tributos diretos, dentre outras.		Captura e processamento de transações, habilitação de estabelecimentos comerciais, despesas com bandeiras, despesas com pagamentos a estabelecimentos comerciais, tributos diretos sobre receitas de adquirência, dentre outras.	
Outras Despesas	Variação cambial negativa e outras despesas operacionais do cartão.	Ajustes a valor presente, antecipação comercial para estabelecimentos credenciados, custo de captação no mercado, dentre outras.		Despesas das participadas e demais despesas inerentes ao negócio.	Processamento, marketing, despesa de pessoal, dentre outras.
Resultado Não Operacional		Resultado obtido no período, mas que não está diretamente relacionado com o objetivo dos negócios.			
Resultado de Serviços de Cartões					
Resultado após Tributação					

Descrição das Empresas do Segmento de Cartões

- I. **BB Administradora de Cartões de Crédito:** tem por objeto a administração e emissão de cartões de crédito e de débito, de vales alimentação e/ou refeição, de travelers cheques e atividades afins;
- II. **BB Elo Cartões:** tem por objeto a participação em outras sociedades;
- III. **Elo Participações:** empresa em sociedade com o Bradesco, que tem por objeto a participação em outras sociedades, comerciais ou civis, nacionais ou estrangeiras, como sócia, acionista ou quotista; a gestão de negócios e ativos de empresas controladas direta ou indiretamente; a prestação de serviços relacionados com atividades, transações e operações para empresas controladas direta ou indiretamente, bem como o licenciamento de marcas, expressões, domínios e patentes de titularidade própria;
- IV. **Elo Serviços:** empresa em sociedade com o Bradesco e a Caixa Econômica Federal – CaixaPar, que tem por objeto a prestação de serviços relacionados a soluções e meios de pagamentos em geral, inclusive através de meios eletrônicos; o licenciamento de marcas, expressões, domínios e patentes de titularidade da Sociedade ou o sub-licenciamento de marcas, expressões, domínios e patentes licenciados por terceiros para a Sociedade;
- V. **Cielo:** empresa em que o BB participa, em conjunto com o Bradesco e que tem como objetivo principal a prestação de serviços relacionados a cartões de crédito e de débito e outros meios de pagamento, bem como a prestação de serviços correlatos, tais como o credenciamento de estabelecimentos comerciais e de prestadores de serviços; o aluguel, a instalação e a manutenção de terminais eletrônicos; e a coleta de dados e de processamento de transações eletrônicas e manuais;
- VI. **Orizon:** empresa em que o BB participa indiretamente por meio da Cielo e que tem como objeto social o processamento de informações para as empresas da área médica em geral; na gestão de serviços de suporte (“back office”) para empresas operadoras de saúde em geral; na prestação de serviços de interconexão de rede eletrônica entre operadoras de saúde e

prestadores de serviços médicos e hospitalares (como hospitais, clínicas médicas e laboratórios) e quaisquer outros agentes do sistema de saúde suplementar e drogarias, na prestação de serviços de digitalização e automatização de processos, atendimento em “call center” e outras soluções; na prestação de serviços de leitura de informações de cartões e roteamento de transações não financeiras; e na locação ou comercialização de leitoras de cartões, outros equipamentos e sistemas de informática utilizados na prestação de seus serviços;

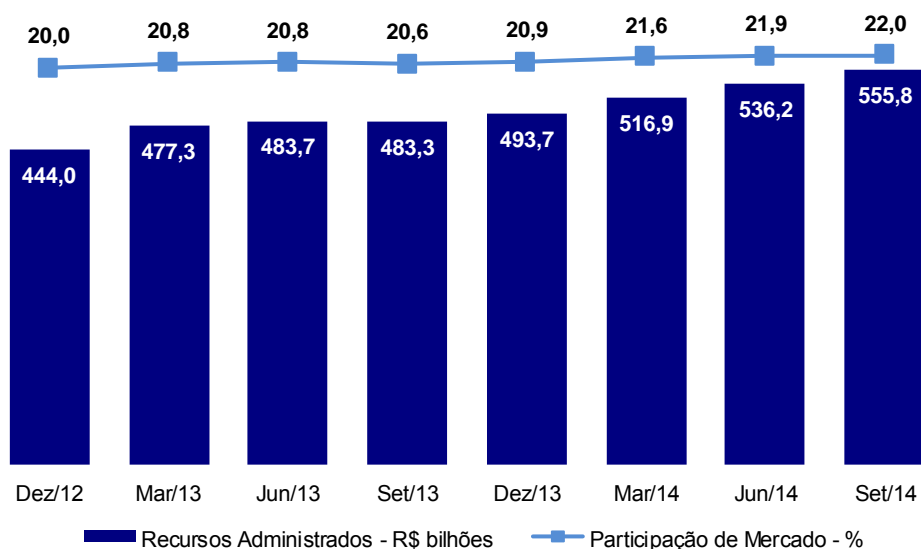
- VII. M4 Produtos:** empresa em que o BB participa indiretamente por meio da Cielo e tem como objeto social a prestação de serviços de transmissão de dados de recarga de créditos de telefonia fixa ou celular, televisão pré-paga, transporte pré-pago e similares; a prestação de serviços de pagamento móvel e de serviços de consultoria em tecnologia; e o desenvolvimento e licenciamento de softwares;
- VIII. Braspag:** empresa em que o BB participa indiretamente por meio da Cielo e tem como objeto social o desenvolvimento de programas de computador; o processamento de transações eletrônicas; e os serviços de tecnologia voltados à cobrança e ao gerenciamento de contas a pagar e a receber via Internet;
- IX. Merchant e-Solutions:** sediada nos Estados Unidos, empresa em que o BB participa indiretamente por meio da Cielo, tem como objeto social a prestação de serviços relacionados à viabilização de pagamentos eletrônicos com cartões de crédito e débito, compreendendo a autorização de transações, as liquidações financeiras e a notificação de transações aos estabelecimentos comerciais;
- X. CBSS/Alelo:** empresa em sociedade com o Bradesco, que possui uma divisão de negócios que tem como objetivo principal a emissão, administração, gestão e prestação de serviços de meios de pagamentos e cartões pré-pagos, aptos a receberem carga ou recarga de valores em moeda estrangeira incluindo, mas não se limitando, aos benefícios de alimentação e refeição, através de meios eletrônicos, tais como tarja magnética, smart cards e outros;
- XI. CBSS/IBI Promotora:** empresa em sociedade com o Bradesco, que possui uma divisão de negócios que tem por objeto a prestação de serviços de promoção de vendas, de representante e correspondente no país de instituições financeiras; a execução de contratos e convênios de prestação de serviços mantidos pela instituição contratante com terceiros; a prestação de serviços de exibição, divulgação e veiculação de materiais publicitários; a prestação de serviços de intermediação, agenciamento e promoção para a distribuição de seguros, títulos de capitalização e produtos correlatos por sociedades corretoras de seguro ou quaisquer terceiros; a prestação de serviços complementares de coleta de informações cadastrais e de documentação; a prestação de serviços de gestão comercial, de assessoria mercadológica, de gestão; a intermediação na comercialização de vendas de passagens aéreas, terrestres e marítimas, bem como pacote de viagens; a locação de bens móveis fungíveis, incluindo, mas não se limitando, a softwares; a criação de estabelecimentos comerciais e lojas para a prestação de todo e qualquer serviço acima referido.
- XII. CBSS/Stelo:** empresa de meios eletrônicos de pagamentos, em sociedade com o Bradesco, que irá administrar, operar e explorar os segmentos de facilitadoras de pagamentos voltada para o comércio eletrônico, bem como negócios de carteira digital.
- XIII. CBSS/Livelo:** empresa em sociedade com o Bradesco, que tem por objeto explorar negócios relacionados a programa de fidelidade por coalizão, que permitirá o acúmulo e resgate de pontos em diversos parceiros.
- XIV. CBSS/Movera:** empresa em sociedade com o Bradesco, que tem por objeto a prestação de serviços relacionados ao segmento de microfinanças e de correspondente de instituições financeiras.

6.3. Gestão de Recursos de Terceiros

A BB Gestão de Recursos DTVM S.A., subsidiária integral do BB, institui, organiza e gere fundos, carteiras e clubes de investimento.

De acordo com o Ranking de Administração de Recursos da ANBIMA (Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais), a BB DTVM encerrou o terceiro trimestre de 2014 com R\$ 555,8 bilhões sob gestão em recursos de terceiros e participação de mercado de 22,0%. Essa performance representou um crescimento de 15,0% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Figura 43. Gestão de Recursos de Terceiros



Além dos recursos computados para efeito de ranking entre as instituições participantes do mercado, a BB DTVM detém R\$ 43,1 bilhões de patrimônio líquido em fundos Extramercados.

A captação da administradora no período foi de R\$ 6,9 bilhões, concentrada em Previdência (R\$ 3,8 bilhões) e Referenciado DI (R\$ 2,6 bilhões). No ano, o saldo está acumulado em R\$ 31,7 bilhões.

Em relação à segmentação por investidor, segundo o Ranking de Administração de Recursos da ANBIMA, a BB DTVM é líder nos segmentos: Investidor Institucional, Poder Público e Varejo. As tabelas a seguir apresentam a distribuição dos recursos administrados por segmento e produto.

Tabela 119. Fundos de Investimento e Carteiras Administradas por Segmento

R\$ milhões	Saldos				Var. %			
	Set/13	Part. %	Jun/14	Part. %	Set/14	Part. %	s/ Set/13	s/ Jun/14
Investidor Institucional	190.996	39,5	228.662	42,6	236.900	42,6	24,0	3,6
Poder Público	129.662	26,8	124.756	23,3	118.442	21,3	(8,7)	(5,1)
Varejo	49.044	10,1	54.666	10,2	64.515	11,6	31,5	18,0
Alta Renda	31.041	6,4	30.574	5,7	34.956	6,3	12,6	14,3
RPPS	26.546	5,5	31.992	6,0	32.309	5,8	21,7	1,0
Investidor Estrangeiro	19.321	4,0	18.709	3,5	20.467	3,7	5,9	9,4
Private	16.992	3,5	17.433	3,3	18.132	3,3	6,7	4,0
Middle Market	10.371	2,1	12.104	2,3	13.030	2,3	25,6	7,7
Corporate	9.316	1,9	17.339	3,2	17.004	3,1	82,5	(1,9)
Total	483.290	100,0	536.236	100,0	555.755	100,0	15,0	3,6

Tabela 120. Fundos de Investimento e Carteiras Administradas por Tipo

R\$ milhões	Saldos				Var. %			
	Set/13	Part. %	Jun/14	Part. %	Set/14	Part. %	s/ Set/13	s/ Jun/14
Fundos de Investimentos	464.953	96,2	524.610	97,8	543.877	97,9	17,0	3,7
Renda Fixa	202.915	42,0	217.956	40,6	222.856	40,1	9,8	2,2
Curto Prazo	70.944	14,7	83.984	15,7	85.312	15,4	20,3	1,6
Renda Variável	55.006	11,4	58.182	10,9	58.085	10,5	5,6	(0,2)
Referenciado DI	36.028	7,5	42.183	7,9	46.012	8,3	27,7	9,1
Multimercado	7.723	1,6	11.099	2,1	12.215	2,2	58,2	10,1
Outros	92.337	19,1	111.205	20,7	119.397	21,5	29,3	7,4
Carteiras Administradas	18.337	3,8	11.627	2,2	11.878	2,1	(35,2)	2,2
Renda Fixa	18.337	3,8	11.627	2,2	11.878	2,1	(35,2)	2,2
Total	483.290	100,0	536.236	100,0	555.755	100,0	15,0	3,6

Governança Corporativa

A BB DTVM, instituição com personalidade jurídica independente, adota as melhores práticas de governança. Possui Conselho de Administração próprio e sua Diretoria Executiva é composta por um Diretor Presidente e dois Diretores Executivos estatutários. Para assegurar a fiscalização dos atos de gestão administrativa, possui Conselho Fiscal específico.

A BB DTVM aderiu aos Comitês de Auditoria único e de Remuneração, do Conglomerado BB, conforme facultado nas Resoluções CMN 3.198/2004 e CMN 3.921/2010, respectivamente.

A empresa adota modelo de administração baseado na decisão colegiada em todos os níveis. Para isso, são estruturados comitês internos com instâncias deliberativas em seus processos decisórios, o que favorece a transparência, a segurança, a interação entre as áreas e o compartilhamento de informações e procedimentos.

Ações Estratégicas

Entre os acontecimentos relevantes do terceiro trimestre de 2014 na BB DTVM, destacaram-se:

- a) A BB DTVM vem apoiando a indústria nacional de cinema através da aquisição de Certificados Audiovisuais, com a obtenção de benefícios fiscais dentro dos limites estabelecidos pela Lei de Incentivo Fiscal à Cultura, nº 8.685, de 1993. Até setembro/2014 já foram investidos R\$ 4,4 milhões no incentivo de 15 filmes;
- b) A administradora esteve presente no Festival do Rio, o evento de cinema mais importante da América Latina. Como a BB DTVM vem desempenhando um papel importante no desenvolvimento da indústria audiovisual brasileira, a organização do evento convidou o presidente Carlos Massaru Takahashi para dar uma palestra na área de negócios do festival, o Rio Market;
- c) A BB DTVM realizou em setembro um workshop de Opções de Investimento no Exterior, no auditório do Escritório Private do BB no Rio de Janeiro, com o objetivo de divulgar novas possibilidades de investimento no exterior aos Fundos de Pensão e avaliar o interesse das Fundações em novos produtos. Com esta iniciativa a BB DTVM reforça sua posição nesse segmento da indústria.

Risco, Conformidade e Gestão de Ativos

Até maio de 2014, o Banco do Brasil assessorava a BB DTVM na gestão dos riscos de mercado e de liquidez dos fundos de investimento. Desde então, a empresa passou a contar com estrutura própria para gerenciamento de riscos, abrangendo os riscos de mercado, liquidez e operacional, além das atividades de *compliance*.

Para a mensuração do risco de mercado utiliza-se, como métrica padrão, a metodologia de Valor em Risco (Value-at-Risk ou VaR) por simulação histórica, para quantificar o montante de perda a que a carteira ou fundo está exposto. O monitoramento do risco das carteiras e dos fundos é diário e os cálculos são feitos considerando-se todos os instrumentos financeiros existentes na carteira ou fundo de investimento. Em complemento, também são realizados, diariamente, testes de estresse, em cenários históricos ou prospectivos. De acordo com as características dos fundos podem ser utilizadas métricas adicionais como *Tracking Error*, *Duration*, Orçamento de VaR, etc.

Os cálculos de risco de liquidez de ativos são feitos considerando-se todos os instrumentos financeiros existentes na carteira ou fundo de investimento que possam ser avaliados, do ponto de vista de liquidez, por meio de séries históricas obtidas junto às instituições públicas e/ou privadas, que possibilitem a estimação consistente de seus históricos diários de negociação. No caso de ativos não enquadrados na condição acima, a liquidez é considerada nula ou inexistente.

Para a gestão do risco de liquidez do passivo é utilizada a métrica de LVaR. Referida métrica, similar ao VaR (*value at risk*), estima uma probabilidade de resgate líquido, de um dia para o outro, a partir de uma série histórica móvel e de um intervalo de confiança definidos e aprovados no Comitê de Riscos.

A gestão do risco operacional na BB Gestão de Recursos DTVM segue as definições da Resolução CMN 3.380, de 29/06/2006, no sentido de identificar, avaliar, monitorar, controlar e mitigar os riscos operacionais inerentes aos produtos, processos, serviços e sistemas. Adicionalmente, procura estar alinhada às práticas adotadas pelo Banco do Brasil.

Desde 2012, a BB DTVM possui a Certificação ISO 9001:08 – Qualidade Total em seu Processo de Análise de Risco de Crédito. Todas as aquisições de títulos de renda fixa e operações estruturadas são avaliadas pela equipe de Análise de Crédito da BB DTVM, mediante análise técnica individualizada do emissor e da operação, com metodologia e métricas segregadas das demais empresas do conglomerado.

Certificações e Premiações

Desde 2006, a BB DTVM possui o grau máximo de qualidade, MQ1, atribuído pela agência classificadora de risco Moody's América Latina. A Moody's, em sua última análise, ressaltou que a BB DTVM tem práticas e procedimentos de gestão de risco e controle excelentes, tanto no nível dos fundos como no nível da companhia. Ainda segundo a Moody's, o desempenho dos fundos de investimento da BB DTVM tem sido sólido com forte retorno ajustado ao risco e têm atingido seus objetivos de risco e retorno de uma maneira consistente.

A BB DTVM possui o ISO 9001:08 – Qualidade Total em seu Processo de Análise de Risco de Crédito, uma das mais renomadas certificações de abrangência internacional em qualidade de serviços, produtos e processos. A auditoria foi realizada pela Fundação Carlos Alberto Vanzolini em todas as atividades de análise de crédito da gestora.

A BB DTVM conquistou no 3º trimestre de 2014 as seguintes premiações:

- I. 1º lugar no Ranking Geral da Top Asset, promovido pela revista “Investidor Institucional”, que destaca as maiores e mais focadas gestoras. A 1ª colocação também foi alcançada nas categorias Mais Integradas, Capital Nacional, Fundos Exclusivos, Fundos de Pensão, RPPS, Capitalização, Governo, Varejo e Ações no Brasil/BDRs. O Ranking tem como referência a data base de 30/06/2014 e foi publicado em agosto/2014;
- II. O fundo de investimento BB Multimercado Global Acqua LP Private ficou com a primeira colocação no ranking elaborado pela consultoria Risk Office e publicado na edição de setembro/outubro da Revista Infomoney;
- III. Ranking Top Five do BACEN: 1º lugar no quesito maior eficiência em projetar o comportamento de curto prazo da Taxa Over Selic em julho e setembro/2014; 4º lugar na projeção de médio prazo da Taxa Selic no ranking de setembro/2014.

Sustentabilidade

Alinhada com os princípios de responsabilidade social e ambiental adotados pelo Banco do Brasil, desde Nov/10 a BB DTVM é signatária dos Princípios para o Investimento Responsável (PRI), iniciativa de investidores globais, propondo-se a aplicar em seus processos de gestão práticas que favoreçam a integração de temas ambientais, sociais e de governança corporativa (ESG) em suas análises e tomadas de decisão de investimento.

A BB DTVM participa do grupo de engajamento da rede brasileira do PRI, iniciativa que busca uma mudança no comportamento das empresas nas quais investe, a fim de melhorar a transparência sobre esses temas.

Atualmente, a BB DTVM administra sete fundos de investimento com características socioambientais. A tabela a seguir detalha o saldo dos recursos administrados nesses fundos.

Tabela 121. Gestão de Fundos de Investimento com Características Socioambientais

R\$ milhões	Saldos		Var. %
	Set/13	Set/14	s/ Set/13
BB Multi Global Acqua LP Private FI	331,1	492,2	48,7
BB Previdenciário Ações Governança	249,2	204,6	(17,9)
BB Referenciado DI Social 50	46,6	83,7	79,5
BB Ações ISE Jovem FIC	19,3	14,8	(23,4)
BB Ações Carbono Sustent. FIA	10,2	4,3	(58,3)
BB Ações Carbono Sustent. Op. Venda FIA	6,3	3,9	(38,5)
BB Multi Mercado LP Jovem FIC	1,2	1,0	(16,7)
Total	663,9	804,4	21,2

Fonte: Anbima.

6.4. Mercado de Capitais

Mercado de capitais é uma das principais fontes de financiamento da atividade produtiva nas economias de todo o mundo. Os instrumentos de captação, além de viabilizarem o crescimento das empresas também contribuem para a geração e diluição do risco de novos investimentos.

O Banco do Brasil está presente no mercado de capitais por meio de suas subsidiárias integrais BB Banco de Investimento S.A.– BB-BI (no Brasil), BB Securites Ltd. (Londres), Banco do Brasil Securities LLC. (Nova Iorque) e BB Securities Asia Pte Ltd. (Cingapura). Juntas, as empresas promovem o elo entre emissores nacionais e os investidores do mercado doméstico e estrangeiros. Em seu portfólio estão serviços que envolvem a pesquisa de mercado, estruturação e distribuição de operações, liquidação e custódia dos ativos, bem como produtos e serviços para pessoas físicas e jurídicas.

6.4.1 Produtos e Serviços

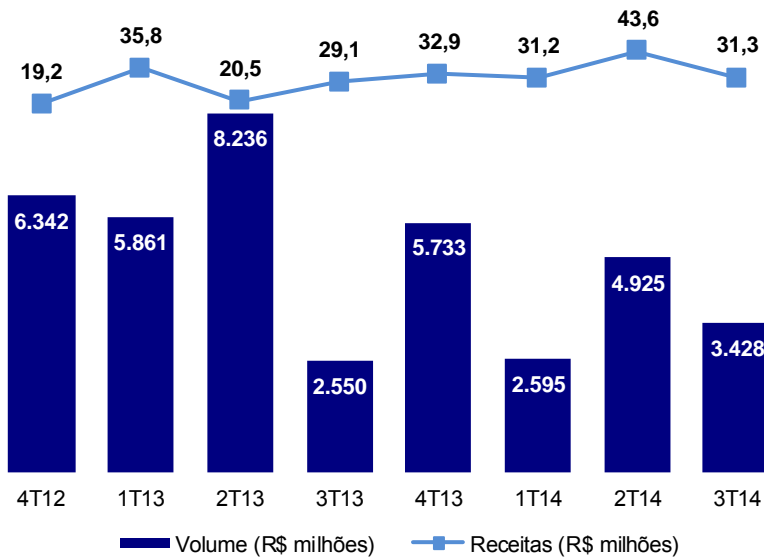
A seguir são apresentados os principais produtos e serviços prestados pelo Banco no mercado de capitais:

- I. **Fusões e aquisições:** O BB-BI presta assessoria financeira em operações de alienações, reorganizações societárias (fusões, cisões e incorporações), colocações privadas e emite laudos de avaliação e de *fairness opinion* para empresas.
- II. **Ouro:** O Banco oferece serviços de compra e venda de ouro em forma escritural ou de lingotes pelos clientes, além da custódia desses ativos.
- III. **Private Equity:** O BB-BI é cotista de 16 fundos e atua como assessor em 7 deles, com 55 investimentos indiretos em empresas localizadas em várias regiões do país, nos mais diversos segmentos (energia, infraestrutura, logística, portos, ferrovias, agroindústria, etc.) e em diferentes estágios de desenvolvimento (empresas consolidadas, emergentes e empresas com tecnologia inovadora).
- IV. **Renda Fixa:** (i). Mercado doméstico: através do BB Investimentos são ofertados os serviços de coordenação, estruturação e distribuição de debêntures, notas comerciais e Letras Financeiras. (ii). Mercado internacional: atuação na coordenação, estruturação e distribuição de papéis emitidos por empresas, bancos e governo brasileiro através das corretoras localizadas em Londres, Nova Iorque e Cingapura, conferindo uma atuação global do BB no mercado de capitais.
- V. **Renda Variável:** O BB-BI oferece os serviços de assessoria em todas as etapas de ofertas públicas de ações, ofertas públicas de aquisição de ações (OPA) e ofertas de Cepacs (instrumento de captação de recursos para financiar obras públicas). Atua também na estruturação e distribuição de Fundos de Investimento Imobiliários (FII). Para os investidores individuais, o portfólio em renda variável abrange os serviços de compra e venda de ações, e para os investidores do segmento *private* abrange também o serviço de aluguel de ações.
- VI. **Securitização:** As empresas clientes contam com a experiência do BB-BI para estruturar, coordenar e distribuir operações de recebíveis. Os títulos negociáveis em Mercado de Capitais, produtos da operação de securitização, são os Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC), os Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI) e os Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA).

6.4.2 Desempenho em Mercado de Capitais

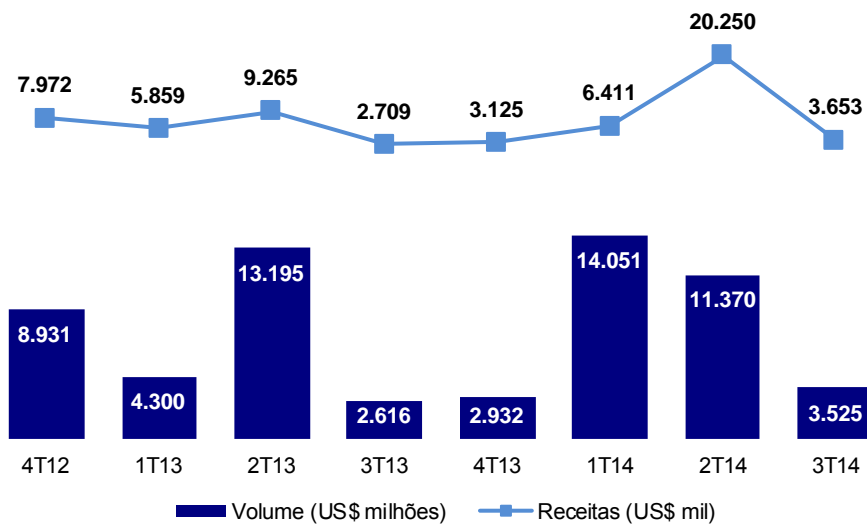
No 3º trimestre de 2014, o BB-BI atuou como coordenador em 15 emissões de títulos de renda fixa, entre notas promissórias e debêntures, totalizando volume de R\$ 3,428 bilhões. Em termos de originação, o BB alcançou o 3º lugar no *ranking* Anbima, com 16% de participação. Quanto à distribuição de renda fixa, o BB-BI obteve a 5ª posição, com 10,6% de participação de mercado. O gráfico a seguir demonstra o desempenho do BB-BI na originação de títulos de renda fixa no mercado doméstico.

Figura 44. Renda Fixa – Mercado Doméstico



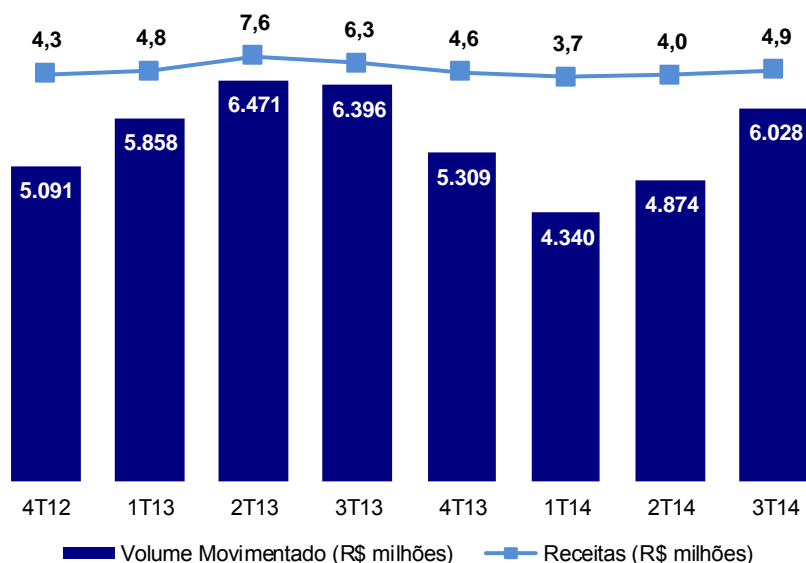
No mercado de capitais internacional, o BB, por meio das corretoras externas, atuou em 7 das 12 operações de captação externa realizadas por empresas, bancos e governo brasileiros, na condição de *lead-manager*. Do total de aproximadamente US\$ 9,6 bilhões emitidos no 3T14, o BB participou em cerca de US\$ 3,5 bilhões, alcançando a 1ª posição no ranking Anbima de Emissões Externas. Adicionalmente, o Banco atuou em 8 operações de emissores estrangeiros como *co-manager*, no montante de aproximadamente US\$ 11,6 bilhões. O gráfico a seguir demonstra o desempenho do BB na originação de títulos de renda fixa no mercado internacional.

Figura 45. Renda Fixa – Mercado Internacional – *Lead-Manager*



Para os investidores de Varejo, o BB-BI oferece o serviço de Compra e Venda de Ações por meio da rede de agências do BB, internet (Home Broker) e celular. No 3T14 o volume movimentado foi de R\$ 6 bilhões, o que representou um aumento de 23,7%, se comparado ao 2T14. A seguir apresentamos a movimentação trimestral.

Figura 46. Renda Variável Varejo - Mercado Secundário



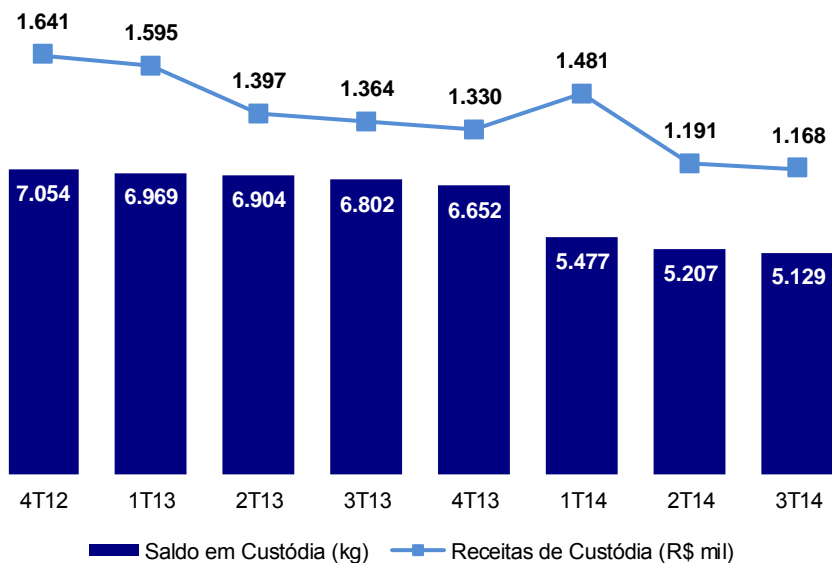
Na indústria de *private equity*, o BB-BI é cotista de 16 fundos. O total de capital comprometido pelo BB-BI na indústria de *private equity* é de R\$ 1.669,9 milhões, conforme tabela a seguir.

Tabela 122. *Private Equity* – Participação Indireta

R\$ milhões	Set/13		Jun/14		Set/14	
	Capital Comprometido do BB-BI	Participação no Capital Comprometido do Fundo (%)	Capital Comprometido do BB-BI	Participação no Capital Comprometido do Fundo (%)	Capital Comprometido do BB-BI	Participação no Capital Comprometido do Fundo (%)
FIP Angra Infraestrutura	59,9	8,1	59,9	8,1	59,9	8,1
FIP Logística Brasil	60,0	13,0	60,0	13,0	60,0	13,0
FIP Brasil Energia	60,4	5,8	60,4	5,8	60,4	5,8
FIP Infra Brasil	60,0	7,3	60,0	7,3	60,0	7,3
FIP Coliseu	200,0	15,0	200,0	15,0	200,0	15,0
FIP Redentor	400,0	28,6	400,3	28,6	400,3	28,6
FMIEE Rio Bravo Nordeste II	20,0	15,2	20,0	15,2	20,0	15,2
FMIEE Jardim Botânico VC I	20,0	20,0	20,0	20,0	20,0	20,0
FMIEE Fundotec II	12,0	15,5	12,0	15,5	12,0	15,5
FIP Fundo Brasil de Governança Corporativa	82,5	13,8	82,5	13,8	82,5	13,8
FIP Brasil Agronegócio	160,0	19,0	160,0	19,0	160,0	19,0
FIP Brasil Sustentabilidade	40,0	9,5	40,0	9,5	40,0	9,5
FIP Fundo Brasil de Internacionalização de Empresas	88,0	24,4	88,0	24,4	88,0	24,4
FIP Brasil Portos e Ativos Logísticos	140,0	20,0	169,3	18,8	169,3	18,8
FIP Brasil Óleo e Gás	125,0	25,0	125,0	25,0	125,0	25,0
FIP Fundo Brasil de Internacionalização de Empresas II	-	-	-	-	112,5	30,0
Total	1.527,9		1.557,4		1.669,9	

No mercado de comercialização de Ouro, o BB-BI foi responsável pelo volume de R\$ 12,75 milhões em negociações no 3º trimestre de 2014, o que representou um acréscimo de 50%, se comparado ao 2T14. A figura a seguir apresenta o saldo custodiado pelo BB-BI no mercado de ouro, além das receitas de custódia.

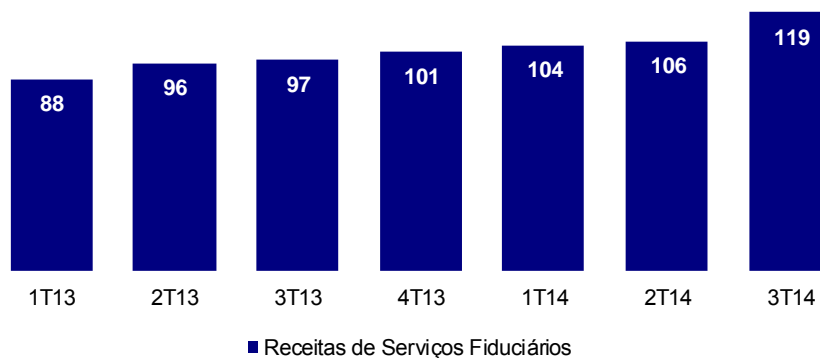
Figura 47. Ouro – Custódia



6.5. Serviços Fiduciários

Os serviços fiduciários são representados pelas atividades complementares ao mercado de capitais, à indústria de Fundos e às operações de crédito. Esses serviços compreendem basicamente administração fiduciária, custódia e *trustee* (administração de garantias e contratos). Nos serviços de custódia estão agregados os serviços de controladoria, contabilidade, escrituração de ativos, banco liquidante e banco mandatário. Apresentamos na figura a seguir as receitas auferidas com tais serviços.

Figura 48. Receita de Serviços Fiduciários – em R\$ milhões



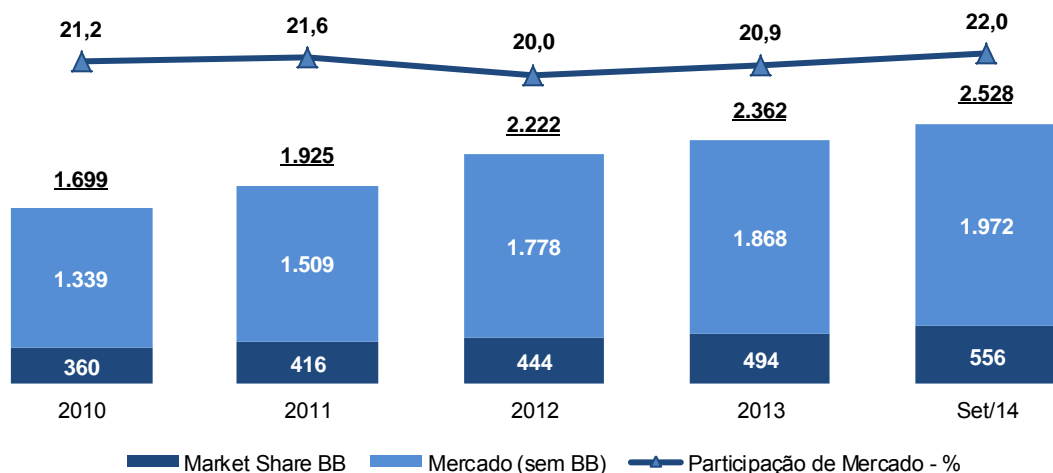
6.5.1 Administração Fiduciária

O Administrador Fiduciário é o responsável legal pelos fundos de investimento perante os órgãos reguladores, devendo zelar para que os recursos sejam aplicados segundo as melhores práticas de mercado e de acordo com os normativos e regulações vigentes, resguardando os interesses e prestando informações aos investidores. É também o agente responsável pela contratação e pela supervisão dos serviços executados pelos prestadores de serviços em nome dos fundos de investimento.

A BB DTVM encerrou o terceiro trimestre de 2014 com participação de mercado de 22,0%. Esse resultado representou um crescimento de 0,1% em relação ao trimestre anterior.

O gráfico a seguir mostra a evolução desse segmento nos últimos 5 anos e a participação da BB DTVM, líder deste mercado.

Figura 49. Administração Fiduciária – R\$ bilhões



Fonte: Anbima.

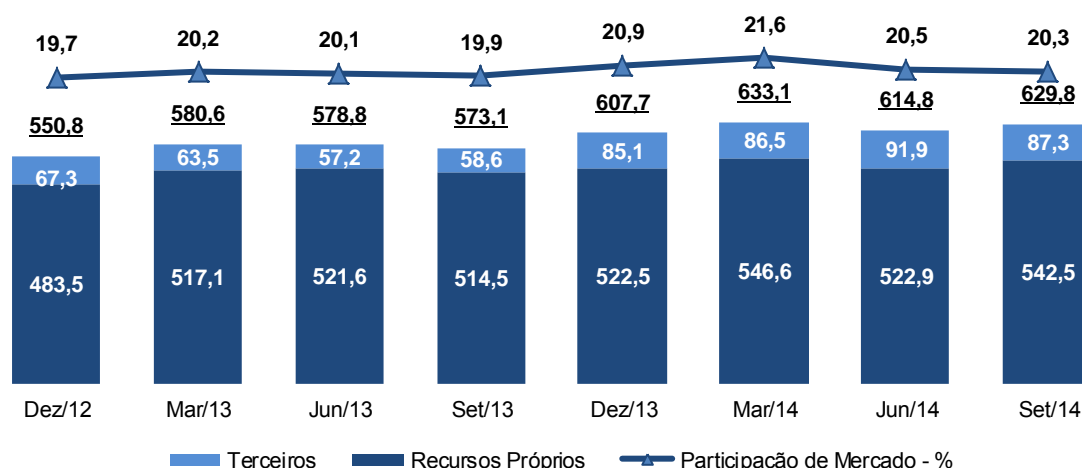
6.5.2 Custódia

O BB presta os serviços de custódia, controladoria, contabilidade e escrituração de ativos:

- I) Custódia: serviço de guarda, movimentação e liquidação financeira de operações e eventos associados a ativos;
- II) Controladoria e Contabilidade: controles especializados de ativos e passivos, incluindo a execução de procedimentos contábeis (contabilidade) e a geração de relatórios técnicos, gerenciais e legais;
- III) Escrituração: serviço de registro de emissões e movimentações, e controle de bases de dados com informações de investidores em ativos escriturais.

No segmento de custódia de ativos, o Banco do Brasil encerrou o período mantendo o terceiro lugar no Ranking Anbima de Custódia Doméstica, alcançando R\$ 629,8 bilhões em set/14 e participação de mercado de 20,3%, evolução de 9,4% em doze meses. No comparativo com o trimestre anterior, o BB registrou avanço de R\$ 15,0 bilhões. O gráfico a seguir apresenta a evolução dos recursos custodiados no Banco do Brasil.

Figura 50. Total de Ativos de Custódia Doméstica e Market Share – R\$ bilhões



Fonte: Anbima.

Observa-se na tabela abaixo, a evolução anual dos saldos de custódia no BB, separados por tipo de cliente.

Tabela 123. Custódia de Origem Própria – Tipos de Clientes

R\$ bilhões	Saldos				
	2010	2011	2012	2013	Set/14
Administrador/Gestor	169,7	201,4	273,4	311,2	358,5
Entidade Fechada de Previdência Complementar	157,6	160,1	153,0	153,2	156,9
Empresas	63,3	70,4	-	-	-
Seguradoras	5,7	7,4	3,9	4,6	5,4
Outros Investidores Institucionais	30,6	48,7	53,2	53,5	21,7
Total	426,8	487,9	483,5	522,5	542,5

6.5.3 TRUSTEE (Administração de Garantias e Contratos)

Serviço que consiste no gerenciamento e controle de movimentações e de ativos financeiros de contas vinculadas a contratos de financiamentos de garantia ou de uma transação comercial. O *Trustee* atua como intermediador e gerenciador dos termos da operação, a fim de garantir às partes envolvidas o fiel cumprimento dos termos contratuais.

As principais modalidades são:

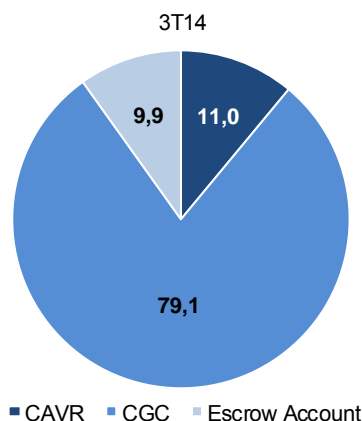
- I) CAVR - Contrato de Administração e Vinculação de Receitas: gestão de fluxos de recursos de empresa e/ou projeto com o objetivo de saldar obrigações em operações de *Project Finance* ou gestão de *funding* em projetos de infraestrutura com repasses de recursos;
- II) CCG – Contrato de Constituição de Garantias: modalidade de serviço exclusiva do setor elétrico, consiste na gestão centralizada do fluxo de recebíveis da distribuidora ou transmissora, com o objetivo de honrar pagamentos com a geradora em leilões de energia ou transmissora;
- III) Escrow Account: na qualidade de interveniente bancário, custodia um ativo – geralmente recursos depositados em conta de depósito à vista ou aplicação financeira – até a conclusão do negócio entre as partes, sendo esse ativo vinculado em garantia.

Seguindo a uma tendência do mercado de capitais brasileiro e, principalmente, em função da maior utilização de operações sindicalizadas para financiar grandes projetos de infraestrutura e energia, o segmento de *Trustee* ganha cada vez mais relevância no Banco do Brasil.

Exemplo disso são os investimentos que o BB realizou nos últimos trimestres, no desenvolvimento de soluções em TI que irão assegurar segurança, agilidade e confiabilidade aos serviços de *Trustee*.

A figura abaixo mostra a participação de cada segmento de *Trustee*, nas 1.831 operações geridas pelo BB em setembro de 2014.

Figura 51. Trustee – Quantidade de Operações (%)



6.6. Seguros

A BB Seguridade é o grupo segurador do Banco do Brasil. Constituída em 2012, a empresa representa o resultado de reorganizações societárias empreendidas desde 2008. Dentre as suas atividades estão a oferta de produtos de seguros, previdência aberta, capitalização e serviços de corretagem.

A seguir apresenta-se o resultado financeiro e operacional por cada tipo de segmento, conforme informações contábeis disponíveis na Nota Explicativa 21 - Operações de Seguros, Previdências e Capitalização, constante das Demonstrações Contábeis.

Outras informações sobre a BB Seguridade e os negócios do segmento de seguros podem ser consultados no Relatório Análise de Desempenho daquela empresa, disponível no site www.bancodobrasilseguridade.com.br.

Tabela 124. Seguros - Resultado Financeiro e Operacional

R\$ milhões	Var. %				
	3T13	2T14	3T14	s/ 3T13	s/ 2T14
Resultado Financeiro	78	177	111	42,7	(37,1)
Receitas Financeiras	149	244	292	96,6	19,6
Despesas Financeiras	(71)	(68)	(181)	155,7	166,8
Atualização e Juros de Provisões Técnicas	(5)	(12)	(14)	159,8	16,9
Resultado Operacional	752	939	968	28,7	3,1
Prêmios Retidos e Contribuições	1.908	2.418	2.654	39,1	9,8
Varição das Provisões Técnicas	(183)	(407)	(133)	(27,4)	(67,3)
Sinistros Retidos	(741)	(845)	(1.301)	75,6	53,9
Despesas de Comercialização	(232)	(228)	(252)	8,8	11,0
Total	824	1.103	1.065	29,2	(3,5)

Tabela 125. Previdência – Resultado Financeiro e Operacional

R\$ milhões	Var. %				
	3T13	2T14	3T14	s/ 3T13	s/ 2T14
Resultado Financeiro	434	581	463	6,5	(20,4)
Receitas Financeiras	1.323	2.275	1.905	43,9	(16,3)
Despesas Financeiras	(889)	(1.693)	(1.442)	62,3	(14,8)
Atualização e Juros de Provisões Técnicas	(374)	(504)	(379)	1,5	(24,8)
Resultado Operacional	25	81	42	67,3	(48,2)
Prêmios Retidos e Contribuições	2.806	7.048	5.401	92,5	(23,4)
Varição das Provisões Técnicas	(2.754)	(6.914)	(5.305)	92,6	(23,3)
Sinistros Retidos	(6)	407	(20)	269,6	-
Despesas de Comercialização	(14)	(41)	(27)	92,2	(33,0)
Desp. com Benefícios e Resg. de Planos de Previdência	(7)	126	(6)	(13,1)	-
Total	85	158	125	46,2	(20,7)

Tabela 126. Capitalização - Resultado Financeiro e Operacional

R\$ milhões	Var. %				
	3T13	2T14	3T14	s/ 3T13	s/ 2T14
Resultado Financeiro	109	188	184	68,0	(2,2)
Receitas Financeiras	111	187	194	74,1	3,5
Despesas Financeiras	(2)	1	(10)	389,1	-
Atualização e Juros de Provisões Técnicas	(79)	(104)	(116)	47,5	12,1
Resultado Operacional	48	82	75	56,1	(7,9)
Prêmios Retidos e Contribuições	922	1.306	929	0,8	(28,9)
Varição das Provisões Técnicas	(789)	(1.097)	(775)	(1,8)	(29,3)
Despesas de Comercialização	(46)	(80)	(55)	17,9	(32,2)
Desp. com Sorteios e Resg. de Títulos de Capitalização	(39)	(47)	(24)	(36,9)	(48,4)
Total	79	166	142	81,3	(14,0)

Na próxima tabela estão presentes os principais indicadores de desempenho da BB Seguridade.

Tabela 127. BB Seguridade – Indicadores de Desempenho

R\$ milhões	Fluxo Trimestral			Var. (p.p)	
	3T13	2T14	3T14	s/ 3T13	s/ 2T14
Indicadores de Desempenho - %					
Seguros - Vida, Habitacional e Rural					
Sinistralidade ¹	34,7	31,5	31,7	(3,0)	0,2
Índice de Comissionamento ²	27,2	26,4	26,1	(1,1)	(0,2)
Margem Técnica	38,2	42,3	42,3	4,1	(0,0)
Índice Combinado ³	77,6	71,0	71,0	(6,6)	(0,0)
Índice Combinado Ampliado ⁴	71,5	65,8	66,1	(5,4)	0,4
RSPL Ajustado	33,1	50,2	56,0	22,9	5,8
Seguros - Patrimônio					
Sinistralidade ¹	56,5	60,0	56,2	(0,3)	(3,7)
Índice de Comissionamento ²	24,0	22,4	22,3	(1,7)	(0,1)
Margem Técnica	19,5	17,6	21,5	2,0	3,9
Índice Combinado ³	99,8	101,5	97,8	(2,0)	(3,7)
Índice Combinado Ampliado ⁴	96,1	95,5	93,0	(3,1)	(2,5)
RSPL Ajustado	6,2	6,5	9,8	3,6	3,3
Previdência					
Índice de Comissionamento ²	1,7	0,8	1,1	(0,6)	0,3
RSPL Ajustado	58,4	54,5	58,7	0,2	4,2
Capitalização					
Índice de Comissionamento ²	43,9	49,1	45,1	1,3	(4,0)
Margem de Capitalização	10,9	15,1	21,1	10,2	5,9
RSPL Ajustado	51,7	171,0	116,4	64,7	(54,6)
Corretagem					
Margem Operacional Ajustada	74,9	80,8	81,8	7,0	1,1
Margem Líquida Ajustada	51,2	56,1	56,7	5,5	0,6

1 – Sinistralidade = Despesas com Sinistros / Prêmios Ganhos.

2 – Índice de Comissionamento = Despesas de Comercialização / Prêmios Ganhos.

3 – Índice Combinado = (Desp. Gerais + Desp. Adm. + Desp. de Comerc. + Desp. com Sinistros + Rec. com Emissão de Apólices + Rec. com Resseguro) / Prêmios Ganhos.

4 – Índice Combinado Ampliado = (Desp. Gerais + Desp. Adm. + Desp. de Comerc. + Desp. com Sinistros + Rec. com Emissão de Apólices + Rec. com Resseguro) / (Prêmios Ganhos + Resultado Financeiro).

6.7. Consórcios

O mercado de consórcios movimentou, de janeiro a agosto de 2014, R\$ 47,2 bilhões em volume de negócios, conforme últimos dados da Associação Brasileira de Administradoras de Consórcios – ABAC. Em agosto, o número de participantes ativos alcançou 5,98 milhões, crescimento de 7,7% em relação ao mesmo período de 2013.

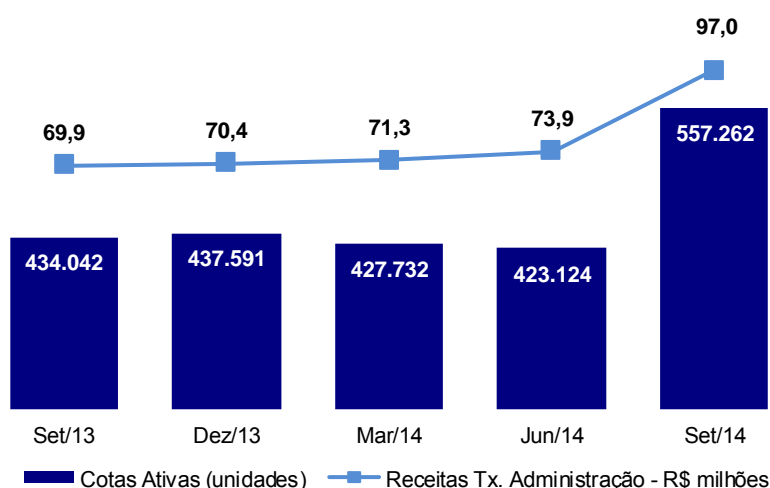
O Banco do Brasil atua no mercado de consórcios por meio de sua controlada, BB Administradora de Consórcios S.A., comercializando produtos nos segmentos de imóveis, automóveis, motocicletas, eletroeletrônicos, serviços, veículos pesados e máquinas agrícolas. Conforme últimos dados divulgados pelo Banco Central, em agosto de 2014, a BB Consórcios contava com 8,13% de participação de mercado.

Tabela 128. Consórcios - Cotas Ativas por Segmento

unidades	Saldos				Var. %			
	Set/13	Part. %	Jun/14	Part. %	Set/14	Part. %	s/ Set/13	s/ Jun/14
Automóveis	402.756	92,8	393.746	93,1	522.307	93,7	29,7	32,7
Imóveis	14.780	3,4	14.856	3,5	16.679	3,0	12,8	12,3
Moto	9.361	2,2	6.249	1,5	7.552	1,4	(19,3)	20,9
Trator/Caminhão	5.458	1,3	5.249	1,2	6.766	1,2	24,0	28,9
Eletrodomésticos	1.042	0,2	1.340	0,3	1.803	0,3	73,0	34,6
Serviços	645	0,1	1.684	0,4	2.155	0,4	234,1	28,0
Total	434.042	100,0	423.124	100,0	557.262	100,0	28,4	31,7

A receita originada pela taxa de administração de consórcios no 3T14, atingiu o montante de R\$ 97,0 milhões, resultado 38,8% superior ao registrado no mesmo período de 2013.

Figura 52. Consórcios – Receitas de Prestação de Serviços



As tabelas a seguir apresentam o saldo médio por modalidade de consórcio, um comparativo entre prazo médio das cotas ativas e taxa de administração média destas cotas.

Tabela 129. Consórcios - Ticket Médio

R\$	Saldos				
	Set/13	Dez/13	Mar/14	Jun/14	Set/14
Trator/Caminhão	127.890	122.481	125.997	135.627	134.159
Imóveis	121.507	160.760	209.604	169.893	114.861
Automóveis	25.528	25.924	30.091	29.044	24.319
Moto	8.108	8.132	8.412	8.457	8.433
Serviços	4.366	4.515	4.620	4.445	4.839
Eletrodomésticos	2.515	2.470	2.438	2.548	2.433

Tabela 130. Consórcios – Prazo Médio e Taxa de Administração Média

	Set/13		Jun/14		Set/14	
	Prazo Médio (meses)	Taxa Média (%)	Prazo Médio (meses)	Taxa Média (%)	Prazo Médio (meses)	Taxa Média (%)
Automóveis	70	10,4	73	11,5	73	12,6
Trator/Caminhão	94	10,1	109	11,2	111	11,2
Moto	60	13,9	60	16,2	60	16,9
Imóveis	200	15,9	200	16,0	200	16,1
Eletrodomésticos	27	14,8	35	16,8	35	15,6
Serviços	30	13,2	30	16,2	30	16,1

7 – Produtividade e Eficiência

O Banco do Brasil tem buscado melhorar sua eficiência operacional e produtividade mantendo rígido controle de suas despesas administrativas, de pessoal e operacionais.

7.1 Indicadores

Nesta seção são apresentados os indicadores normalmente utilizados para análise de instituições financeiras. Na comparação 3T14/3T13, pode-se observar na tabela a seguir, que os índices de cobertura acumulado em 12 meses apresentaram leve retração devido às despesas de pessoal referentes ao ACT 2014/2015.

Tabela 131. Índices de Cobertura – Ajustados¹

R\$ milhões	Fluxo Trimestral				
	3T13	4T13	1T14	2T14	3T14
Rendas de Tarifas	5.819	6.177	5.741	6.169	6.363
Despesas Administrativas	7.389	8.399	7.729	7.819	8.048
Despesas de Pessoal	4.156	4.641	4.476	4.465	4.630
Outras Despesas Administrativas	3.233	3.758	3.253	3.354	3.417
Cobertura das Despesas de Pessoal - Trimestral	140,0	133,1	128,3	138,2	137,4
Cobertura das Desp. de Pessoal - 12 meses	136,0	136,7	135,4	134,8	134,3
Cobertura das Despesas Adm. - Trimestral	78,8	73,5	74,3	78,9	79,1
Cobertura das Despesas Adm. - 12 meses	77,3	77,3	76,7	76,3	76,4

1 - Dados referentes à Demonstração de Resultado com Realocações.

No 3T14, o índice de eficiência em 12 meses encerrou em 44,0% ante os 43,4% apresentados no mesmo período do ano anterior, devido principalmente, ao menor crescimento da margem financeira bruta (apresentada no capítulo 5) em relação às despesas administrativas (seções 7.2 e 7.3).

Tabela 132. Índices de Eficiência – Ajustados¹

R\$ milhões	Fluxo Trimestral				
	3T13	4T13	1T14	2T14	3T14
Receitas Operacionais (A)	17.036	18.009	17.414	18.619	18.716
Margem Financeira Bruta	11.648	11.961	11.830	12.353	12.530
Rendas de Tarifas	5.819	6.177	5.741	6.169	6.363
Res. de Part. em Coligadas e Controladas	28	(2)	(38)	13	3
Res. de Op. com Seg., Previd. e Capitaliz.	825	879	1.002	1.101	1.085
Outras Receitas Operacionais	1.523	2.018	2.031	1.923	2.139
Outras Despesas Operacionais	(2.807)	(3.023)	(3.152)	(2.940)	(3.403)
Despesas Administrativas (B)	7.389	8.399	7.729	7.819	8.048
Despesas de Pessoal	4.156	4.641	4.476	4.465	4.630
Outras Despesas Administrativas	3.233	3.758	3.253	3.354	3.417
Índice de Eficiência (B/A) - %	43,4	46,6	44,4	42,0	43,0
Índice de Eficiência 12 meses - %	43,4	44,3	44,3	44,1	44,0

1 - Dados referentes à Demonstração de Resultado com Realocações.

A tabela a seguir apresenta outros indicadores de produtividade utilizados.

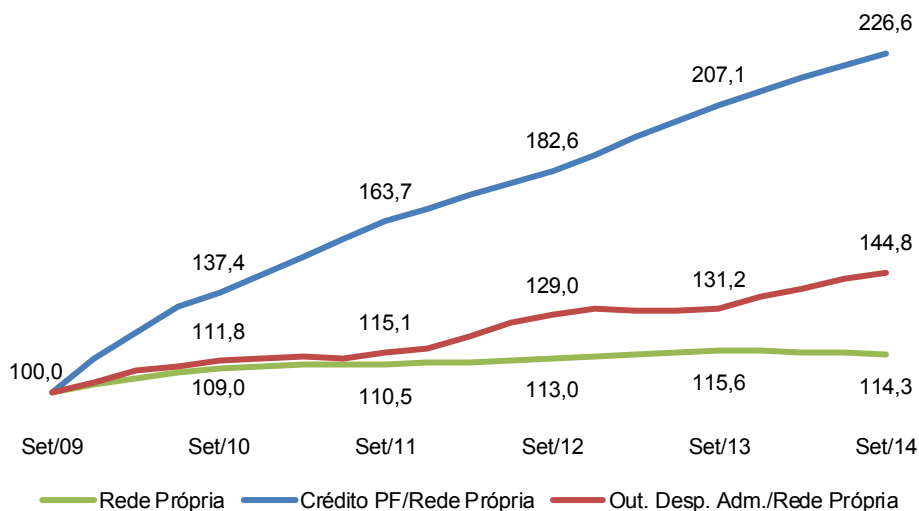
Tabela 133. Outros Indicadores de Produtividade

	Set/13	Dez/13	Mar/14	Jun/14	Set/14
Ativos por Funcionário - R\$ mil	11.177	11.620	12.213	12.561	12.793
Contas Correntes/Rede Própria	2.024	2.078	2.030	2.039	2.063
Contas Correntes/Funcionários em Agências	442	454	444	446	449
Renda de Tarifas/Rede Própria - R\$ mil	302	323	300	325	336
Despesa de Pessoal por Funcionário - R\$ mil	37	41	40	40	41
Cart. de Créd. Ampl./Rede Própria - R\$ milhões	34	36	37	38	39
Funcionários em Agências/(Ag.+Postos de Atendimento)	12	12	12	12	12

Os próximos gráficos apresentam a evolução da produtividade do BB ao longo dos últimos 5 anos. Foram utilizados como referência o crescimento da carteira de crédito PF e a evolução da linha de outras despesas administrativas em relação à rede própria e, a evolução das tarifas sobre serviços em relação à quantidade de funcionários e agências.

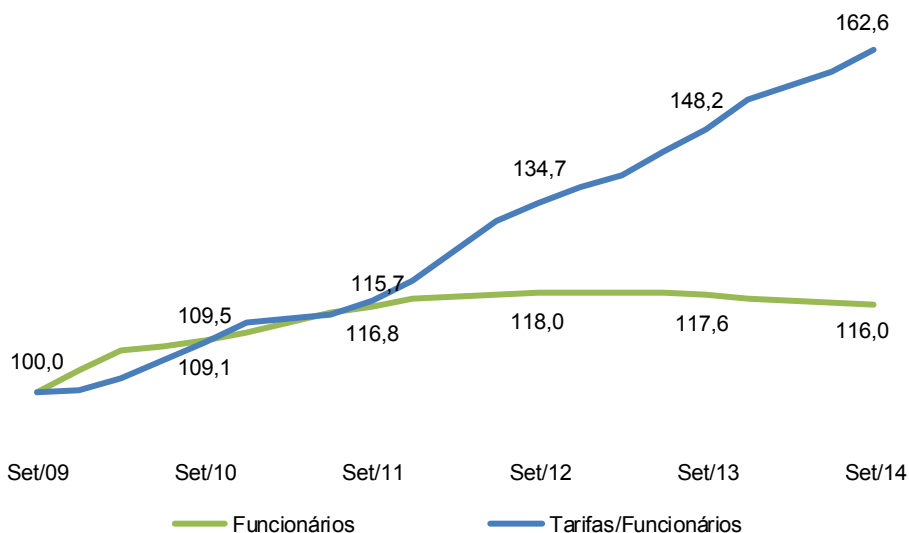
No primeiro gráfico observa-se que o indicador Crédito PF/Rede Própria apresentou evolução de 126,6% no período, enquanto o indicador Outras Despesas Administrativas/Rede Própria registrou crescimento de 44,8%.

Figura 53. Rede Própria, Crédito PF e Outras Despesas Administrativas (Base 100 = Set/09)



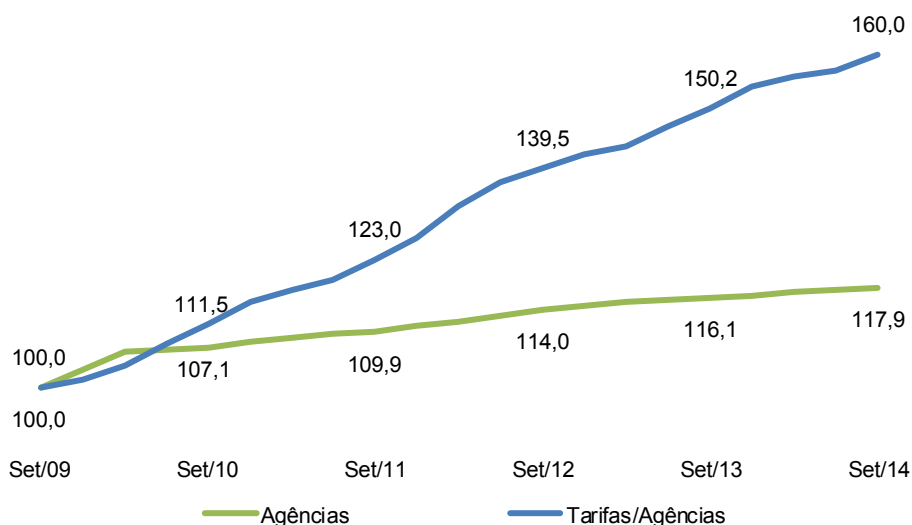
No próximo gráfico é demonstrada a comparação entre a quantidade média de funcionários (em 12 meses) e o montante de rendas de tarifas acumulado em 12 meses.

Figura 54. Funcionários e Tarifas (Base 100 = Set/09)



No gráfico a seguir é apresentada a comparação entre a quantidade média da rede de agências (em 12 meses) e o montante de rendas de tarifas acumulado em 12 meses.

Figura 55. Agências e Tarifas (Base 100 = Set/09)



7.2 Despesas de Pessoal

No 9M14, as despesas de pessoal apresentaram crescimento de 9,3%, com relação ao mesmo período do ano anterior, influenciadas principalmente pelas despesas referentes ao ACT 2014/2015, de aproximadamente R\$ 158 milhões. Essas despesas foram contabilizadas em Set/14, diferentemente do ocorrido em 2013 (contabilização ocorreu em outubro). A metodologia de contabilização segue a premissa de que se o acordo estiver fechado até o 7º dia útil de outubro, as despesas são registradas ainda em setembro.

Adicionando-se o efeito correspondente ao 9M13 a variação das despesas de pessoal seria de 8,1% na comparação 9M14/9M13. Em relação ao total das Despesas Administrativas a variação no mesmo período seria de 7,7%.

Tabela 134. Despesas de Pessoal

R\$ milhões	Fluxo Trimestral		Var. %		Fluxo 9 Meses		Var. %	
	3T13	2T14	3T14	s/ 3T13	s/ 2T14	9M13	9M14	s/ 9M13
Despesas de Pessoal	(4.156)	(4.465)	(4.630)	11,4	3,7	(12.410)	(13.571)	9,3
Proventos	(1.973)	(2.467)	(2.186)	10,8	(11,4)	(6.198)	(6.745)	8,8
Benefícios	(569)	(613)	(615)	8,0	0,3	(1.696)	(1.832)	8,0
Encargos Sociais	(721)	(818)	(880)	22,1	7,7	(2.194)	(2.184)	(0,5)
Treinamento	(15)	(19)	(21)	35,0	10,7	(32)	(49)	54,4
Previdência Complementar	(89)	(95)	(102)	15,5	7,3	(259)	(294)	13,6
Honorários de Diretores e Conselheiros	(19)	(22)	(24)	27,6	6,8	(54)	(67)	25,4
Provisões Administrativas de Pessoal	(770)	(430)	(802)	4,1	86,4	(1.977)	(2.398)	21,3

A seguir apresentamos a evolução do quadro de pessoal e o perfil dos funcionários do BB.

Figura 56. Evolução do Quadro de Pessoal

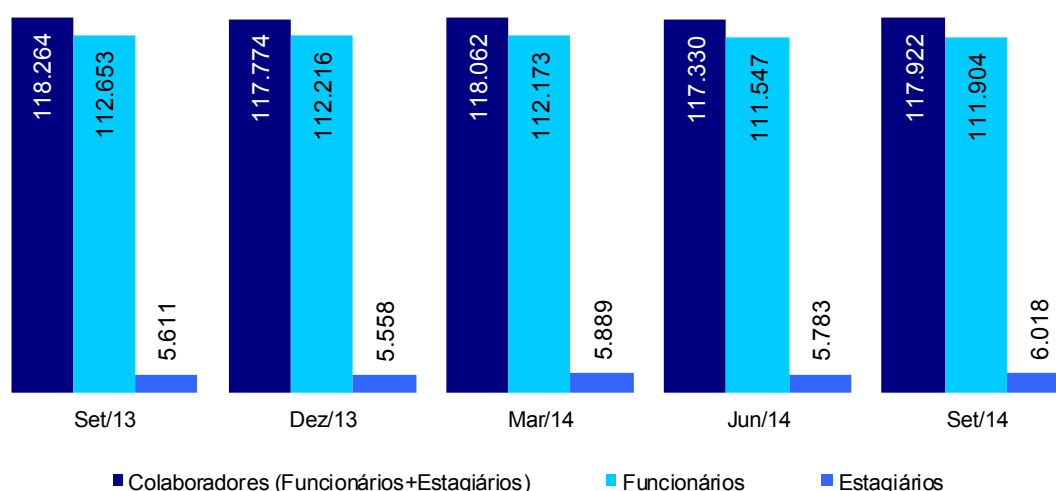


Tabela 135. Perfil dos Funcionários

	Set/13	Dez/13	Mar/14	Jun/14	Set/14
Funcionários	112.653	112.216	112.173	111.547	111.904
Feminino	46.708	46.580	46.636	46.438	46.498
Masculino	65.945	65.636	65.537	65.109	65.406
Escolaridade					
Ensino Médio	26.930	26.426	26.194	25.383	25.443
Graduação	51.998	51.568	51.368	51.043	50.864
Especialização, Mestrado e Doutorado	33.293	33.794	34.203	34.725	35.208
Demais	432	428	408	396	389
Índice de Rotatividade Trimestral (%)	1,5	0,9	1,0	0,7	1,0

7.3 Outras Despesas Administrativas

No 9M14 as Outras Despesas Administrativas apresentaram crescimento de 7,3% em relação ao mesmo período do ano anterior, principalmente devido a:

- I - revisão de metodologia/prazo de amortização de alguns ativos imobilizados;
- II - reajuste contratual dos serviços de vigilância e de transporte;
- III - acréscimo das despesas com aluguéis devido à novas locações decorrentes da expansão da rede e também de prédios administrativos, além dos reajustes contratuais; e
- IV - aumento das despesas dos contratos de publicidade em virtude da Copa do Mundo.

Tabela 136. Outras Despesas Administrativas

R\$ milhões	Fluxo Trimestral		Var. %		Fluxo 9 Meses		Var. %	
	3T13	2T14	3T14	s/3T13	s/2T14	9M13	9M14	s/9M13
Outras Despesas Administrativas	(3.233)	(3.354)	(3.417)	5,7	1,9	(9.339)	(10.025)	7,3
Comunicação e Processamento de Dados	(574)	(613)	(590)	2,8	(3,8)	(1.692)	(1.792)	5,9
Amortização e Depreciação	(274)	(316)	(339)	23,8	7,2	(794)	(953)	20,0
Serv. de Vigilância, Segurança e Transp.	(500)	(539)	(588)	17,7	9,2	(1.422)	(1.673)	17,7
Imóveis e Bens de Uso	(541)	(588)	(618)	14,1	5,0	(1.604)	(1.782)	11,1
Publicidade e Relações Públicas	(196)	(210)	(178)	(8,9)	(15,0)	(485)	(550)	13,4
Serviços de Terceiros	(689)	(640)	(646)	(6,2)	0,9	(1.994)	(1.948)	(2,3)
Demais Despesas Administrativas	(460)	(449)	(459)	(0,2)	2,3	(1.349)	(1.327)	(1,6)

Apresentamos a seguir dados sobre a estrutura do Banco que contribuem para a formação das outras despesas administrativas.

7.3.1 Rede de Atendimento

O Banco do Brasil encerrou o 3T14 com 69 mil pontos de atendimento, entre rede própria, compartilhada e correspondentes, fazendo-se presente em 99,8% dos municípios brasileiros.

O BB possui parcerias para o compartilhamento de terminais de autoatendimento e utilização da rede de lotéricas onde é possível realizar saques, depósitos, pagamentos, entre outros serviços. Essas parcerias consolidam o atendimento pulverizado e nacional da rede do Banco do Brasil.

Na próxima tabela apresentamos a composição da rede própria de atendimento do BB, que engloba as seguintes categorias: agências, postos de atendimento e postos de atendimento eletrônico (inclui salas de autoatendimento).

Tabela 137. Rede de Atendimento

	Posição			Var. %	
	Set/13	Jun/14	Set/14	s/ Set/13	s/ Jun/14
Rede Própria	19.248	18.992	18.924	(1,7)	(0,4)
Agência	5.416	5.490	5.493	1,4	0,1
Postos de Atendimento	1.750	1.725	1.700	(2,9)	(1,4)
Postos de Atendimento Eletrônico	12.082	11.777	11.731	(2,9)	(0,4)
Rede MaisBB	17.378	15.270	15.148	(12,8)	(0,8)
Correspondentes no País ¹	11.187	9.082	8.959	(19,9)	(1,4)
Banco Postal	6.191	6.188	6.189	(0,0)	0,0
Rede Compartilhada	28.643	34.080	34.964	22,1	2,6
CEF - Lotéricas	12.604	13.404	13.482	7,0	0,6
Banco 24h	13.384	15.293	16.143	20,6	5,6
TAA: BRB + CEF	2.655	5.383	5.339	101,1	(0,8)
Total	65.269	68.342	69.036	5,8	1,0

1 – Revisão dos convênios com correspondentes ativos.

O BB possui a maior rede de agências do Brasil. A tabela seguinte apresenta a distribuição da rede de agências por região do País.

Tabela 138. Rede de Agências por Região

	BB	SFN	Var. %
Norte	322	1.118	28,8
Nordeste	1.187	3.648	32,5
Centro-Oeste	488	1.831	26,7
Sudeste	2.413	12.051	20,0
Sul	1.083	4.356	24,9
Total	5.493	23.004	23,9

Rede MaisBB

A Rede MaisBB, composta por Correspondentes no País e Banco Postal, está presente em mais de 15,1 mil pontos espalhados pelo País. A Rede oferece atendimento em horários diferenciados, levando comodidade e conveniência aos clientes.

A tabela a seguir apresenta dados operacionais da Rede MaisBB, segregados em Correspondentes no País e Banco Postal.

Tabela 139. Rede MaisBB – Dados Operacionais

milhares	Rede MaisBB			
	Correspondentes no País		Banco Postal	
	3T13	3T14	3T13	3T14
Dados Operacionais				
Aberturas de Contas PF ¹ (unidades)	167.400	160.705	362.443	218.504
Pagamentos, Recebimentos e Consultas				
Recebimentos ²	50.614	45.235	6.011	6.240
Depósitos	1.909	1.725	6.757	7.575
Saques	1.426	1.329	2.989	3.041
SalDOS	437	528	3.404	3.797
Extratos	147	90	17.002	18.778
Crédito³				
Quantidade de Operações (unidades)	244.576	269.022	93.235	87.998
Volume Desembolsado (R\$ milhões)	1.742	1.722	124	128

1 - Quantidade de propostas.

2 - Recebimentos de títulos, tributos e convênios.

3 - Informações do Banco Postal: operações efetuadas na Rede Banco Postal e por clientes do Banco Postal em outros canais do Banco.

Banco Postal

O Banco Postal está presente em 94,3% dos municípios brasileiros, prestando atendimento em mais de 6,1 mil agências. A tabela seguinte demonstra algumas características dos seus clientes.

Tabela 140. Banco Postal – Perfil Cliente

milhares	Banco Postal
	3T14
Correntistas Pessoa Física	2.429
Empréstimos Realizados por Correntistas	88,0
Correntistas com Produtos - %	71,6
Correntistas com Mais de 2 Produtos - %	18,7
Grau de Instrução - %	
Ensino Fundamental	35,9
Ensino Médio	52,5
Ensino Superior	8,1
Outros	3,5

Rede Externa

A rede externa do Banco é composta por 45 dependências localizadas em 24 países. Em complemento a essa estrutura, o Banco do Brasil mantém acordo com outras instituições financeiras no exterior para atendimento aos seus clientes. Ao final do 3º trimestre de 2014, havia 1.088 bancos atuando como correspondentes do BB em 136 países.

Tabela 141. Rede de Distribuição no Exterior

Agências	Subagências	Escritórios de Representação	Subsidiárias e Sucursais	Unid. de Serv. Compartilhados	Unid. de Negócios
Assunção	Cidade do Leste	Caracas	Banco do Brasil AG Viena	BB USA Serv. Center	Roma
Buenos Aires	Hamamatsu	Cidade do México	Banco do Brasil AG Madri	BB Europa Serv. Center	
Frankfurt	Nagóia	Dubai	Banco do Brasil AG Paris		
Grand Cayman	Sta. Cruz de La Sierra	Hong Kong	Banco do Brasil Securities LLC		
La Paz		Lima	BB Leasing Company Ltd.		
Londres		Luanda	BAMB Brazilian Americ. Merch. Bank		
Miami		Montevideu	BB Securities Ltd. Londres		
Milão		Panamá	BB USA Holding Company		
Nova Iorque		Seul	BB Money Transfers, Inc.		
Santiago		Washington	BB Securities Asia PTE, Ltd		
Tóquio			BB AG - Sucursais em Portugal		
Xangai			Cascais		
			Costa da Caparica		
			Marquês de Pombal		
			Lisboa		
			Parque das Nações		
			Porto		

Rede Compartilhada – Banco 24 Horas

A TecBan (Tecnologia Bancária S.A) é uma empresa especializada na gestão de redes de autoatendimento bancário, atuando como a extensão dos bancos no relacionamento com seus clientes.

O Banco do Brasil possui participação de 13,5% do capital social da empresa. Com mais de 30 anos no mercado, a TecBan é referência em redes de autoatendimento em locais de acesso público, sendo a principal rede nacional multibanco. A companhia é reconhecida pelos seus elevados índices de disponibilidade, qualidade e segurança e conta atualmente com mais de 16 mil terminais, distribuídos estrategicamente em todos os estados brasileiros.

Em Jul/14, foi aprovado um novo acordo de acionistas que prevê a expansão da marca atual, de 15 mil terminais de autoatendimento, para 17 mil até o final deste ano. A expectativa do acordo é ampliar o acesso dos brasileiros aos serviços bancários, até atingir um parque de 30 mil ATMs em 2020.

7.3.2 Canais Automatizados

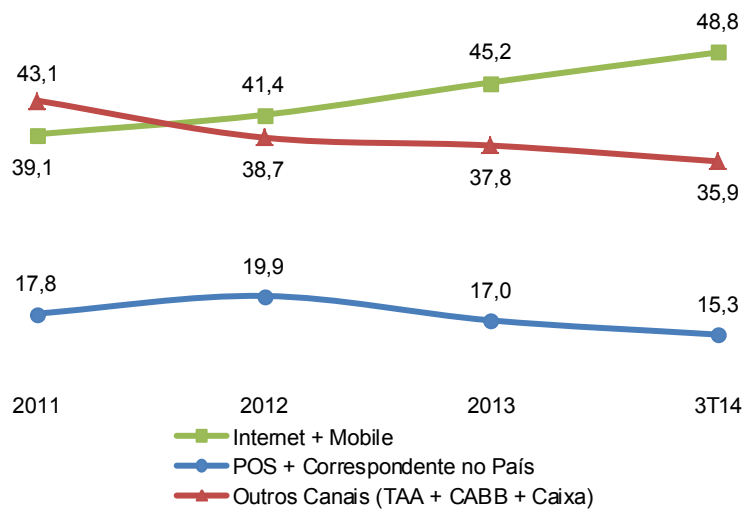
Os canais de atendimento automatizados do Banco do Brasil são um diferencial estratégico, disponibilizando uma ampla gama de serviços e produtos aos clientes, além de contribuir no controle de custos.

Mobile e Internet Banking

O BB *Mobile e Internet Banking* buscam tornar a experiência bancária dos clientes cada vez mais simples, rápida, segura e conveniente, com a disponibilização de amplo portfólio de produtos e serviços, de forma a atendê-lo a qualquer hora e em qualquer lugar em que ele esteja.

As transações realizadas por esses canais são responsáveis por parcela expressiva do total das operações bancárias realizadas no Banco do Brasil. A próxima figura apresenta a evolução do percentual das transações realizadas por canal de atendimento.

Figura 57. Participação dos Canais de Atendimento nas Transações - %



Os próximos dois gráficos apresentam a recente evolução da quantidade de usuários cadastrados e das transações realizadas pelos canais *mobile banking* e *internet banking*, respectivamente.

Figura 58. Quantidade de Usuários e Transações – *Mobile Banking* (Base 100 = 2011)

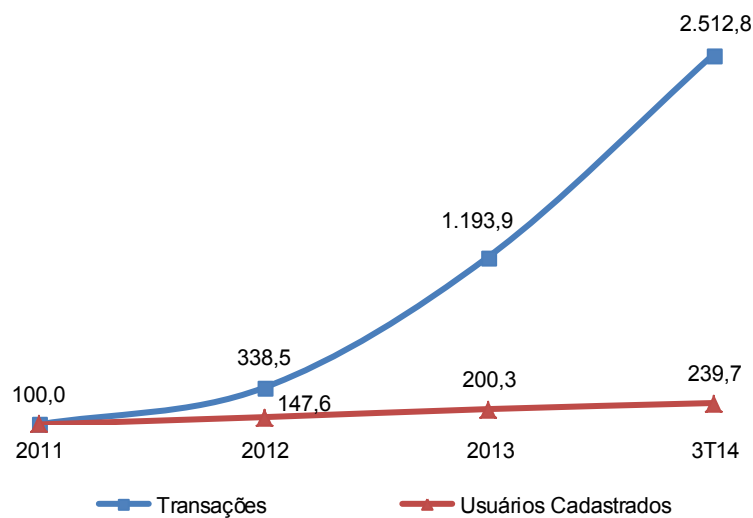
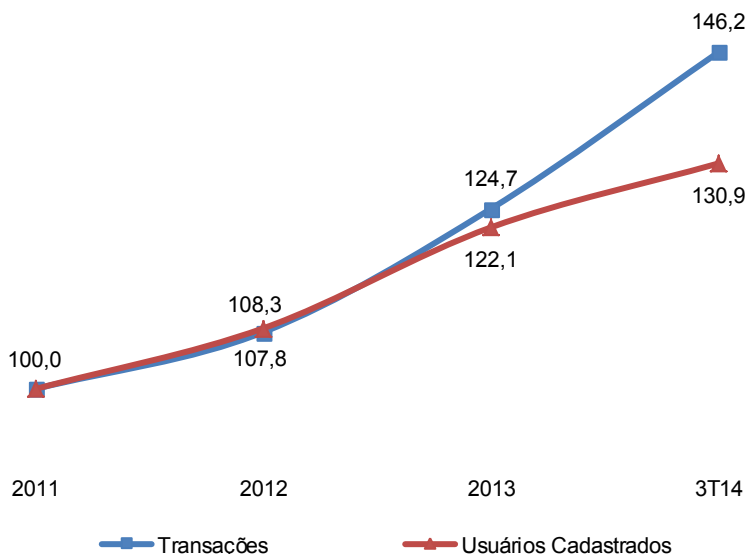


Figura 59. Quantidade de Usuários e Transações – *Internet Banking* (Base 100 = 2011)



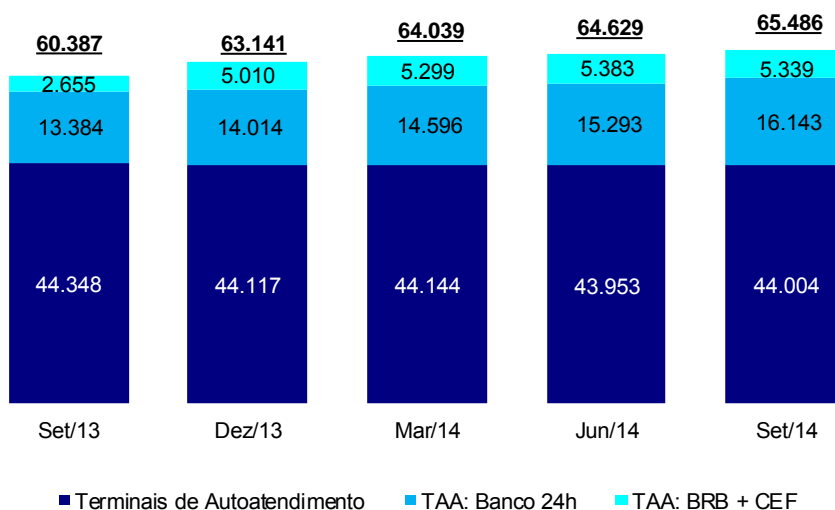
O *mobile banking* do BB dispõe de soluções exclusivas e inovadoras tais como o Saque Sem (saque efetuado sem o uso do cartão), recarga de celular pré-pago e a tecnologia QR Code, solução de segurança para autorização de transações financeiras. Dentre as inovações lançadas em 2014, destacamos:

- I - Leitura de códigos de barras a partir de documento em formato PDF, que permite ao cliente que recebe um e-mail com uma conta com código de barras, efetuar o pagamento do boleto sem a necessidade de imprimi-lo ou copiar manualmente os dados;
- II - Compartilhamento de comprovantes, que dá a opção ao cliente de enviar o comprovante da transação para outra pessoa por e-mail ou salvá-lo no formato desejado;
- III - Comando por Voz, que facilita a acessibilidade e navegabilidade no BB *mobile banking*, permitindo ao cliente localizar a transação desejada com o auxílio do microfone do *smartphone*.

Terminais de Autoatendimento

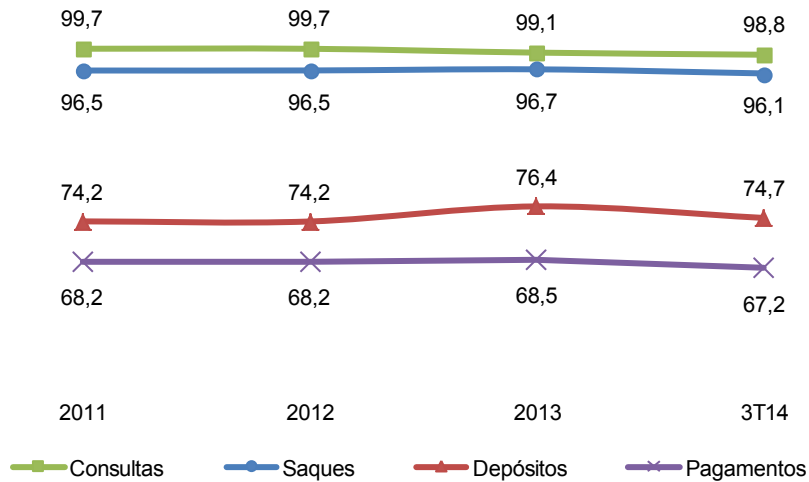
O Banco do Brasil conta com a maior de rede de terminais de autoatendimento (TAA) do País. A figura a seguir apresenta a quantidade de terminais de autoatendimento da rede própria do BB e das parcerias com a Caixa Econômica Federal (CEF), Banco Regional de Brasília (BRB) e rede do Banco 24h.

Figura 60. Terminais de Autoatendimento



No próximo gráfico é possível observar que os terminais de autoatendimento, em comparação com os caixas das agências e dos postos de atendimento, respondem pela maioria absoluta das transações bancárias básicas, tais como consultas diversas, saques, depósitos e pagamentos de títulos e convênios.

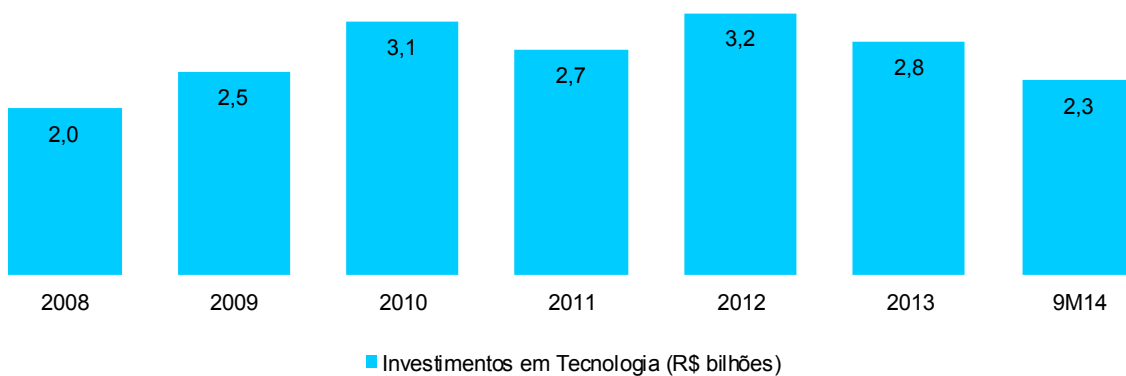
Figura 61. Participação dos Terminais de Autoatendimento nas Transações Bancárias Básicas



Investimento em Tecnologia

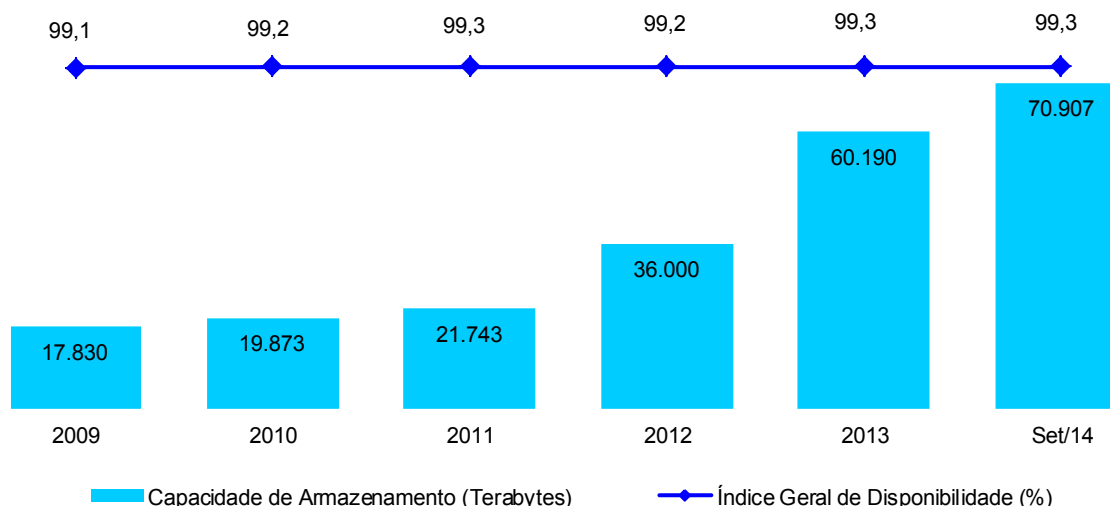
O Banco do Brasil investe permanentemente em tecnologia com o objetivo de melhorar a eficiência operacional, reduzir as perdas operacionais, expandir os negócios e melhorar o atendimento ao cliente. Na próxima figura pode-se observar que o total investido, durante o período de 2008 a Set/14, atingiu o montante de R\$ 18,6 bilhões.

Figura 62. Investimentos em Tecnologia



Um importante resultado dos investimentos em tecnologia está relacionado ao significativo aumento da capacidade de armazenamento de dados e no índice de disponibilidade, conforme demonstrado na próxima figura.

Figura 63. Capacidade de Armazenamento e Índice Geral de Disponibilidade



7.4 Outras Receitas e Despesas Operacionais

A tabela a seguir apresenta as principais linhas nas outras receitas/despesas operacionais. É válido ressaltar que a linha “Demais” representa o somatório das subcontas de valores pouco relevantes e pulverizados.

No 3T14, a principal variação nas Outras Despesas Operacionais foi registrada na linha Remuneração pelas Transações do Banco Postal, devido ao novo acordo firmado entre BB e os Correios. O acordo permite ampliar o portfólio de produtos e serviços ofertados na rede de atendimento dos Correios. A remuneração aos Correios pela utilização da rede foi estabelecida com o pagamento de parcelas mensais, no valor de R\$ 94,5 milhões, desde Jun/14.

Tabela 142. Outras Receitas e Despesas Operacionais

R\$ milhões	Fluxo Trimestral			Var. %		Fluxo 9 Meses			Var. %
	3T13	2T14	3T14	s/ 3T13	s/ 2T14	9M13	9M14	s/ 9M13	
Outras Receitas Operacionais	1.523	1.923	2.139	40,5	11,2	4.422	6.093	37,8	
Atualização de Depósitos em Garantia	349	500	490	40,3	(2,1)	925	1.412	52,7	
Atualiz. das Destinações do Superávit - Plano 1	140	232	165	17,7	(28,9)	661	663	0,4	
Operações com Cartões	158	268	332	110,0	23,6	435	851	95,8	
Recuperação de Encargos e Despesas	176	169	203	15,0	19,7	528	574	8,7	
Rec. de Empresas Colig./Control. Não Financeiras	120	102	195	62,7	91,8	398	444	11,5	
Rendas de Títulos e Créditos a Receber	101	169	241	138,0	42,1	348	540	55,2	
Outras Despesas Operacionais	(2.807)	(2.940)	(3.403)	21,3	15,8	(8.018)	(9.495)	18,4	
Operações com Cartões de Crédito/Débito	(696)	(607)	(702)	0,8	15,5	(1.799)	(1.958)	8,8	
Desp. das Empresas Ligadas não Financeiras	(224)	(163)	(264)	17,8	61,7	(646)	(748)	15,9	
Atualização das Obrigações Atuariais	(261)	(276)	(237)	(9,2)	(14,1)	(710)	(781)	10,1	
Amortização de Ágio em Investimentos	(241)	(238)	(237)	(1,8)	(0,2)	(706)	(705)	(0,1)	
Descontos Concedidos em Renegociação	(116)	(167)	(146)	25,9	(12,7)	(312)	(518)	66,1	
Verba de Relacionamento Negocial	(446)	(493)	(484)	8,7	(1,8)	(1.481)	(1.435)	(3,1)	
Amortização de Intangível - Banco Postal	(60)	(84)	-	-	-	(180)	(481)	167,1	
Remuneração pelas Transações do Banco Postal	-	(95)	(284)	-	200,0	-	(378)	-	
Demais	(284)	(334)	(536)	88,5	60,7	(1.057)	(880)	(16,7)	

7.5 Perdas Operacionais

O Banco do Brasil classifica suas perdas operacionais em categorias de eventos de risco operacional conforme a Resolução CMN 3.380/2006. A participação percentual de cada categoria é discriminada na tabela a seguir. Ressalta-se que o BB considera as constituições/reversões de provisões – notadamente para passivos contingentes – no total apurado de perdas operacionais para as categorias Problemas Trabalhistas, Falhas nos Negócios e Falhas em Processos.

Tabela 143. Perdas Operacionais por Categoria de Eventos de Perda (%)

	3T13	4T13	1T14 ¹	2T14	3T14
Falhas nos Negócios	49,6	4,0	56,1	55,9	52,3
Problemas Trabalhistas	28,8	61,9	29,8	24,0	29,9
Fraudes e Roubos Externos	9,5	20,2	11,7	17,2	11,8
Falhas em Processos	10,6	11,7	1,4	1,4	5,1
Fraude Interna	1,2	1,3	0,5	1,2	0,6
Danos ao Patrimônio Físico	0,3	1,0	0,4	0,2	0,2
Falhas de Sistemas	-	0,0	0,1	0,0	0,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

1 – Desconsiderando-se efeitos extraordinários na movimentação das provisões do 1º trimestre de 2014.

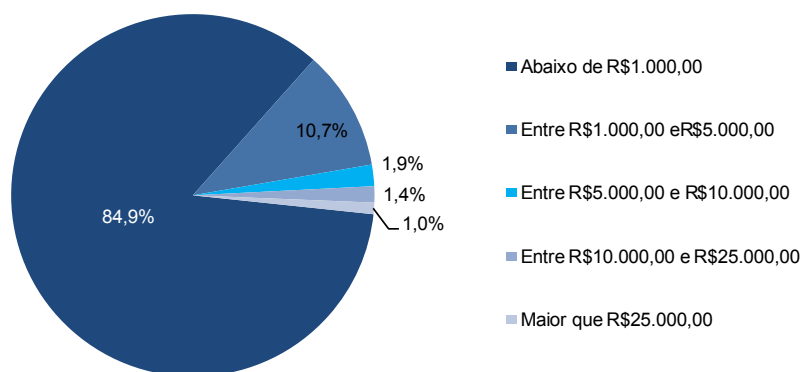
O BB registra na categoria “Falhas nos Negócios” as perdas operacionais relacionadas aos ressarcimentos ou indenizações a correntistas e não correntistas decorrentes de ações judiciais e administrativas, excluídas aquelas decorrentes de fraudes, resultantes de questionamentos relacionados a práticas de atendimento e aos produtos e serviços comercializados pelo Banco e seus parceiros de negócios.

Na categoria “Problemas Trabalhistas” são registradas as perdas decorrentes de divergências na relação empregado-empregador envolvendo contratos ou leis, saúde, segurança e discriminação no ambiente de trabalho, incluídas as perdas por responsabilidade subsidiária relativas aos empregadores terceirizados.

As perdas decorrentes de “Fraudes e Roubos Externos” caracterizam-se por atos praticados por terceiros com intenção de apropriar-se indevidamente de valores e ativos físicos do Banco ou de clientes. Destacam-se, nessa categoria, as perdas operacionais oriundas de fraudes eletrônicas e roubos externos.

A distribuição das perdas operacionais do BB está concentrada (95,6%) em valores abaixo de R\$ 5.000,00, sendo 84,9% até R\$ 1.000,00. As perdas acima de R\$ 5.000,00 representam apenas 4,4% do total de perdas.

Figura 64. Perdas Operacionais por Faixa de Valor - %



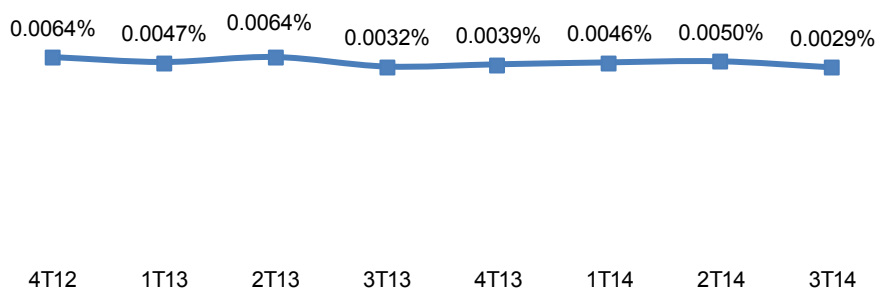
A seguir é apresentado o comportamento da categoria Fraudes e Roubos Externos, descrevendo as principais variações de valores e quantidades, entre outras informações. Ressalta-se que nessa categoria são consideradas as perdas operacionais oriundas de fraudes eletrônicas, roubos externos, perdas com cartões e fraude documental.

Fraudes Eletrônicas – Canais de Autoatendimento

O percentual de transações contestadas por clientes teve sensível redução no 3T14, considerada a data da realização das transações. Esta redução é resultado das ações de mitigação implantadas pelo Banco nos canais de autoatendimento. Dentre estas, podemos destacar: expansão da biometria nos terminais de autoatendimento BB; migração massificada de cartões com tarja para cartões com chip; e, melhorias nas regras de monitoração de transações nos canais de autoatendimento.

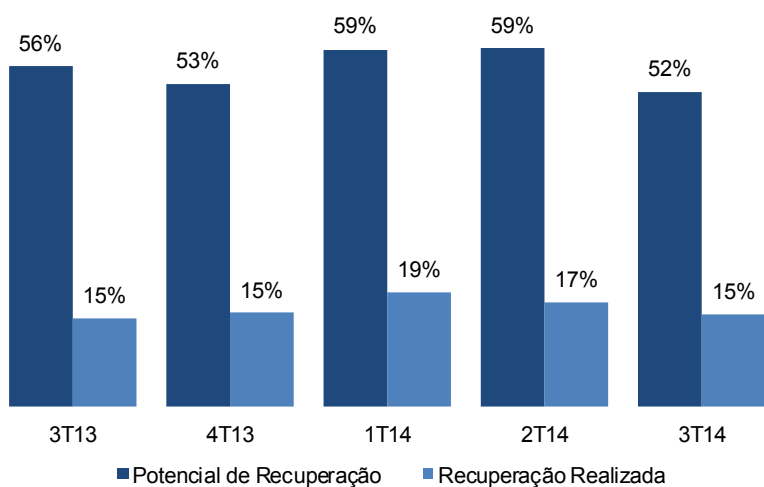
O gráfico a seguir apresenta a relação entre a quantidade de transações fraudadas e a quantidade de transações realizadas nesses canais.

Figura 65. Relação entre Transações Fraudadas e Realizadas



O Banco desenvolve ações visando à mitigação das perdas operacionais nos canais de atendimento, bem como atua na recuperação de valores subtraídos. Na próxima figura observam-se os percentuais recuperados comparados com o potencial de recuperação.

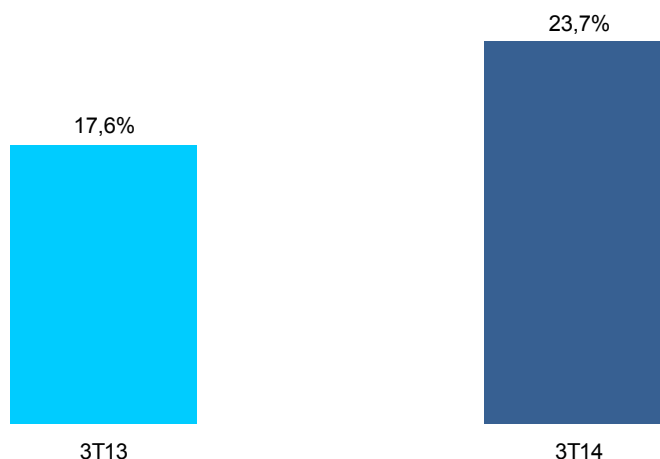
Figura 66. Potencial de Recuperação e Recuperação Realizada – Canais de Atendimento (%)



Roubos Externos

Apesar das diversas tentativas de ataque, o Banco adota procedimentos de segurança e ações mitigadoras com a finalidade de evitar atos que culminem em perdas operacionais (ataques obstados). No 3T14, o Banco do Brasil obteve 23,7% desses ataques, contra 17,6% verificados no 3T13.

Figura 67. Quantidade de Ataques versus Quantidade de Ataques Obstados

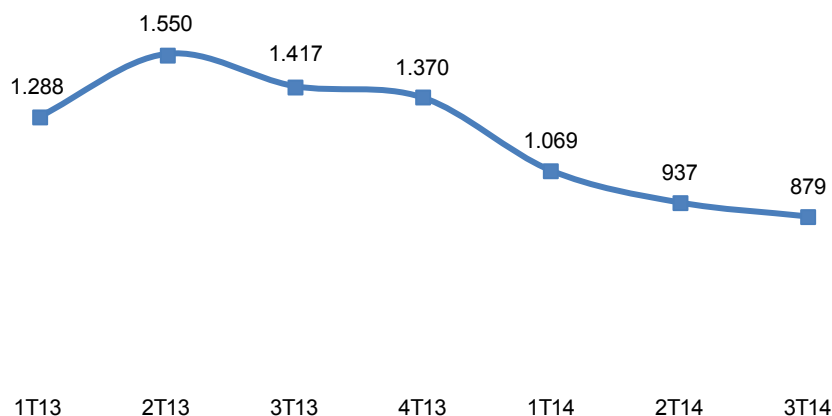


7.5.1 Indicadores Públicos de Reclamações de Clientes

O Banco do Brasil tem elevado os investimentos relacionados ao aprimoramento do atendimento ao cliente, refletindo na melhoria de indicadores públicos de reclamações, tais como as demandas junto ao Banco Central do Brasil (Bacen) e ao Instituto de Defesa do Consumidor (Procon).

Na figura a seguir pode-se observar que, desde 3T13, o Banco vem reduzindo, de maneira consistente e sistemática, a quantidade de demandas julgadas procedentes nas centrais de atendimento ao público do Bacen.

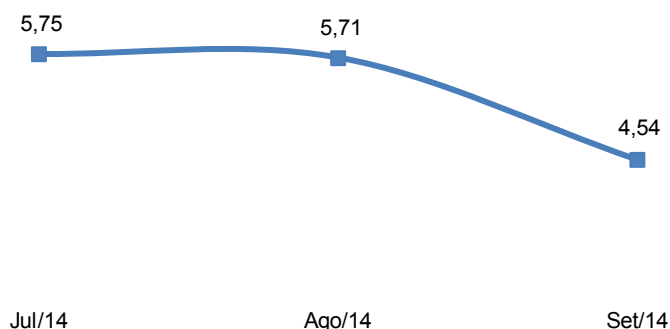
Figura 68. Quantidade de Denúncias Procedentes Junto ao Bacen



Fonte: Banco Central do Brasil.

A seguir é apresentado a evolução do índice de reclamações apurado pelo Bacen. Até junho de 2014, o índice era calculado pela divisão entre a quantidade de denúncias procedentes e a quantidade de clientes (considera os clientes resguardados pelo Fundo Garantidor de Crédito), multiplicado por 100.000. A partir de julho de 2014, o Bacen alterou a base de clientes, substituindo-a pela soma da base do Sistema de Informações de Crédito (SCR) e do Cadastro de Clientes do Sistema Financeiro Nacional (CCS) e o multiplicador que passou a ser 1 milhão, aos invés de 100.000. Além disso foram incluídas as instituições financeiras com mais de 2 milhões de clientes. Mesmo considerando essa alteração o BB permanece com índices abaixo da média de mercado.

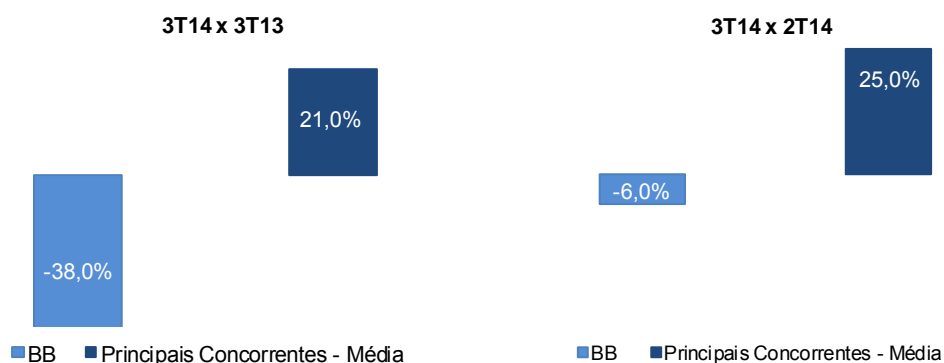
Figura 69. Índice de Reclamações – Banco Central do Brasil



A próxima figura demonstra que o Banco do Brasil apresenta melhor desempenho do que a média da concorrência em relação à quantidade de denúncias consideradas procedentes pelo Bacen. Na comparação foram consideradas apenas as instituições financeiras com mais de 2 milhões de clientes.

Na comparação 3T14/3T13, o Banco apresentou redução de 38% no total de denúncias, enquanto seus principais concorrentes elevaram em 21%. Na comparação com o trimestre anterior (3T14/2T14), o Banco obteve queda de 6% enquanto a concorrência apresentou elevação de 25%.

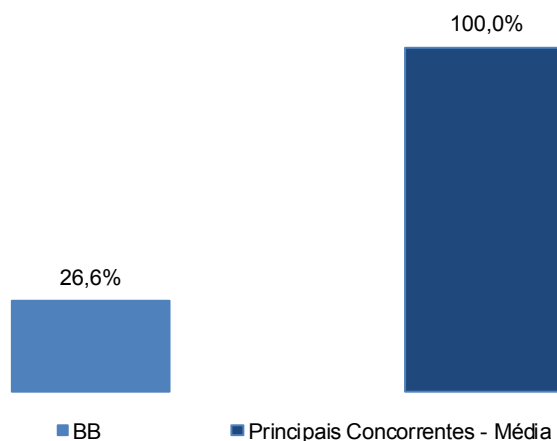
Figura 70. Denúncias Procedentes Junto ao Bacen – BB versus Principais Concorrentes



Fonte: SENACON

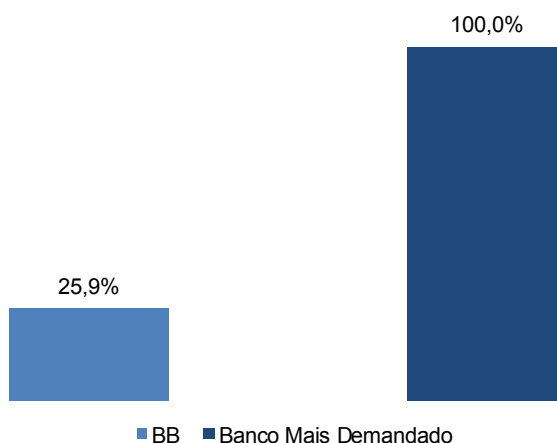
Considerando-se as demandas registradas nos Procon, integrados ao Sistema Nacional de Informações de Defesa do Consumidor - Sindec, o número de reclamações do Banco do Brasil foi 73,4% menor do que a média registrada para os principais bancos concorrentes (9M14 x 9M13), conforme demonstrado na próxima figura.

Figura 71. Denúncias Registradas nos Procon: BB versus Principais Concorrentes



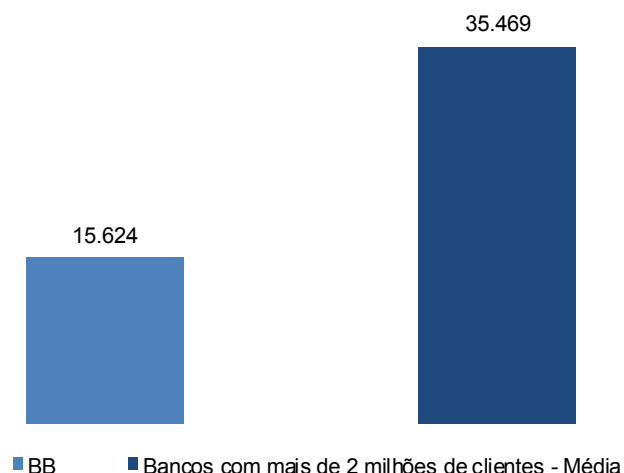
No mesmo período comparativo (9M14 x 9M13), observa-se a seguir que o BB possui participação 74,1% menor em relação ao banco que detém o maior número de ocorrências.

Figura 72. Denúncias Registradas no Procon: BB versus Banco Mais Demandado



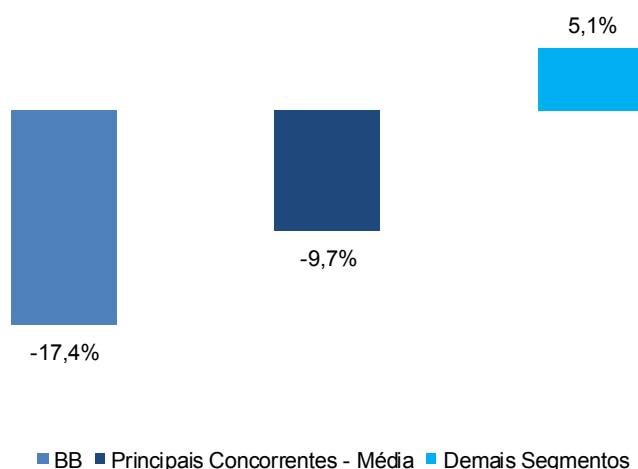
A próxima figura apresenta a comparação da quantidade de denúncias entre o Banco do Brasil e todos os bancos com mais de 2 milhões de clientes no 9M14.

Figura 73. Denúncias Registradas no Procon: BB vs Bancos com Mais de 2 Milhões de Clientes



Em relação às demandas ingressas nos Procon, na comparação 9M14 x 9M13, o BB apresentou uma redução de 17,7%, contra uma queda de 9,7% na quantidade de demandas dos demais bancos com mais de 2 milhões de clientes.

Figura 74. Denúncias Ingressas no Procon: BB versus Principais Concorrentes



Com o aprimoramento do trabalho realizado pelo Banco do Brasil, verificou-se no período de Jan/14 a Set/14 a resolução de 82,1% das demandas recebidas dos Procon integrados ao Sindec, apresentando índice superior à resolutividade média das demais instituições financeiras no indicador que avalia a solução de demandas de consumidores por meio de Cartas de Informações Preliminares (CIP).

Em audiências administrativas junto às Entidades de Defesa do Consumidor, o BB melhorou 5,7 pontos percentuais de Jan/14 a Set/14, em relação ao mesmo período do ano passado.

Entre as medidas que contribuíram para a melhoria do Banco nos indicadores de reclamações de clientes, desde 2013, estão a simplificação do portfólio de pacotes comercializados e disponibilização do extrato de serviços, que permite aos clientes a comparação dos pacotes de tarifas que sejam mais adequados ao seu perfil, podendo o cliente, pelos canais de atendimento alterar, cancelar ou aderir ao pacote de serviços considerado mais adequado ao seu perfil de consumo.

O Banco também disponibilizou aos clientes das regiões Norte, Sul, Nordeste e Centro-Oeste, o serviço de reclamações no autoatendimento na internet, tornando mais rápido o tratamento de demandas pelo SAC.

O atendimento realizado pelo Banco nas redes sociais demonstra-se como uma eficiente estratégia para melhorar a percepção do cliente sobre a marca e proporcionar experiências positivas no relacionamento, em canais de maior conveniência. Desde 2013 o BB interage com os consumidores por meio do *Facebook* e *Twitter*.

Ainda visando a melhoria de comunicação e atendimento ao cliente, o Banco foi a primeira instituição financeira a aderir a solução “consumidor.gov.br”, sob a gestão da Senacon/MJ, o qual tem por objetivo a solução alternativa de conflitos de consumo por meio da internet, permitindo o incentivo à competitividade no mercado pela melhoria da qualidade e do atendimento ao consumidor.

8 – Outros Componentes Patrimoniais

8.1. Ativo Atuarial

Histórico

O ativo atuarial do Banco do Brasil representa a parcela do patrocinador no superávit obtido pelo Plano de Benefícios 1 (Plano 1), administrado pela Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – Previ. Seu valor é apurado periodicamente com fundamento em laudo de avaliação atuarial e sua disponibilidade é condicionada ao cumprimento dos requisitos estabelecidos em legislação e por autoridades reguladoras.

O Plano 1, estabelecido sob a modalidade Benefício Definido, foi custeado pelas contribuições dos participantes, beneficiários (aposentados e pensionistas) e patrocinador (Banco do Brasil) até dezembro/2000, à razão de 2/3 (dois terços) pelo Banco e de 1/3 (um terço) pelos participantes. A adesão de novos participantes foi encerrada em 23/12/1997.

A partir de janeiro/2001, foi implementada a contribuição paritária (50%) pelo Banco do Brasil e pelos participantes e beneficiários, visando adequação às disposições da Emenda Constitucional nº 20.

Em vista da paridade contributiva, a participação do Banco no superávit é de 50% do valor presente dos ativos e obrigações atuariais do Plano.

Em novembro/2010, o Banco firmou Memorando de Entendimentos do Plano 1 com a Previ visando a destinação e utilização parcial do superávit, após atendidos os requisitos estabelecidos nas legislações (Lei Complementar nº 109/2001 e a Resolução CGPC nº 26/2008).

A mensuração do saldo atuarial do Plano 1 é realizada semestralmente (junho e dezembro) e contempla: (i) o montante do superávit do plano para o final do semestre corrente e (ii) a estimativa do resultado financeiro do plano para o final do semestre subsequente, consideradas as projeções do custo do serviço corrente, contribuições, custos dos juros do passivo e rentabilidade dos ativos.

A partir da estimativa de resultado financeiro do Plano 1 para o final do semestre subsequente, o BB efetua o reconhecimento antecipado mensal desse montante à razão de 1/6 (um sexto) dos ganhos ou perdas projetados, no decorrer do semestre ao qual se refere.

Participantes do Plano 1

São participantes do Plano 1 os funcionários que detinham a condição de associado da Previ em 24/12/1997 e aqueles que foram demitidos ou desligados anteriormente, mas optaram por permanecer no plano. Os participantes estão divididos em três grupos:

- I. Contrato 97: grupo de participantes admitidos até 14/04/1967 que não estavam aposentados e até aquela data não reuniam condições para a aposentadoria. Foram abrangidos por contrato assinado em 24/12/1997 entre o Banco do Brasil e a Previ, no qual foi firmado o compromisso do pagamento pelo patrocinador das aposentadorias relativas ao período em que não houve a formação de reserva matemática. A partir de abril/1967, as reservas matemáticas garantidoras dos benefícios desse grupo de participantes passaram a ser integralizadas ao Plano 1;
- II. Admitidos entre 15/04/1967 e 23/12/1997;
- III. Grupo Especial: abrange os participantes do Plano de Benefícios 1 da Previ, que obtiveram complementos adicionais de aposentadoria decorrentes de decisões administrativas e/ou judiciais.

Em vista da situação superavitária do Plano 1, as contribuições pelos participantes e patrocinador foram suspensas entre jan/2007 e nov/2010, quando ocorreu o acordo de revisão do Plano. Entre dez/10 e dez/13, as contribuições foram compensadas com o saldo do Fundo de Contribuição, descrito no item 8.2 desse relatório.

Os ativos do Plano 1 da Previ, conforme composição apresentada na tabela a seguir, são mensurados a valor justo principalmente com referência ao valor de mercado.

Tabela 144. Composição dos Ativos

%	Set/13	Jun/14	Set/14
Renda Fixa	31,0	31,9	31,6
Renda Variável	59,5	58,3	58,6
Investimentos Imobiliários	5,7	5,6	5,7
Empréstimos e Financiamentos	3,3	3,5	3,5
Outros	0,5	0,6	0,7
Montantes Incluídos no Valor Justo dos Ativos do Plano			
Em Instrumentos Financeiros Próprios da Entidade	7,2	7,8	7,8
Em Propriedades ou Outros Ativos Utilizados pela Entidade	0,1	0,1	0,1

Tabela 145. Principais Premissas Atuariais

%	1S13	2013	1S14
Taxa real de desconto (a.a.)	5,3	6,4	6,1
Taxa nominal de retorno dos investimentos (a.a.)	11,2	13,5	12,3

O passivo atuarial do Plano 1 corresponde ao valor presente líquido dos benefícios devido aos participantes, apurado considerando-se a estatística de sobrevivência prevista na tábua atuarial AT 2000 e taxa nominal de desconto apurada pela curva futura da taxa de juros praticada nas negociações com títulos públicos (NTN-B). A taxa utilizada pelo Banco é diferente da taxa da Previ, que considera as premissas estabelecidas pelo CGPC 26/2008.

O ativo atuarial do Plano 1 equivale a 50% (paridade) da diferença positiva entre os ativos a valor justo e os passivos a valor presente.

Em virtude da mensuração do superávit do Plano 1 ocorrer semestralmente, o Banco do Brasil reconhece antecipadamente o crescimento projetado para o semestre seguinte, reduzindo a volatilidade do ativo atuarial. No 3T14, esse resultado totalizou R\$ 228 milhões.

A partir do 1T14, as contribuições ao Plano 1 passaram a ser realizadas por meio de repasses do Fundo Utilização, que no 3T14 totalizaram R\$ 117 milhões.

Tabela 146. Efeitos da Contabilização da Previ (Plano 1) – CVM 695/2012

R\$ milhões	3T13	4T13	1T14	2T14	3T14
(a) Valor Justo dos Ativos do Plano	134.982	144.421	144.421	141.679	141.679
(b) Valor Presente das Obrigações Atuariais	(122.121)	(113.523)	(113.523)	(122.205)	(122.205)
(c) Superávit BB = [(a) + (b)] x 50%	6.430	15.449	15.449	9.737	9.737
(d) Saldo Inicial do Ativo Atuarial	6.430	6.655	15.449	16.024	9.737
(e) Resultado Financeiro Antecipado - Mensal	112	112	446	446	228
(f) Contribuição de Fundos	113	762	129	172	117
(g) Reversão dos Fundos Destinação e Contribuição	-	819	-	-	-
(h) Ajuste Semestral no Patrimônio Líquido	-	7.100	-	(6.905)	-
(i) Saldo do Ativo Atuarial = (d) + (e) + (f) + (g) + (h)	6.655	15.449	16.024	9.737	10.083

8.2. Fundos de Destinação de Superávit

O Banco do Brasil reconheceu em seu ativo valores relativos a:

- I. Paridade contributiva entre patrocinador e participantes, contabilizada em mai/06 a partir do saldo de reservas remanescentes, com montante inicial de R\$ 2,2 bilhões;
- II. Destinação parcial do superávit acordado em 2010, reconhecido como Fundo de Destinação e posteriormente segregado em fundos de Contribuição e Utilização.

Fundo Paridade

O fundo é corrigido mensalmente com base na meta atuarial (INPC + 5% a.a.), e vem sendo utilizado desde jan/07 para compensar os compromissos assumidos no Contrato 97.

Tabela 147. Previ (Plano 1) - Fundo Paridade

R\$ milhões	3T13	4T13	1T14	2T14	3T14
Saldo Inicial	748	760	172	168	117
Contribuições ao Plano 1 - Contrato 97	(0)	(571)	(8)	(52)	-
Atualização	11	24	6	4	2
Contribuições - Grupo Especial	-	(41)	(2)	(3)	(1)
Saldo Final	760	172	168	117	118

8.2.1 Retomada das Contribuições

O Plano 1 da Previ é superavitário. Em 2013, no entanto, houve a diminuição do superávit acumulado, deixando de exceder a reserva de contingência (reserva de segurança que deve equivaler a 25% do valor da reserva matemática). Esse decréscimo deveu-se a:

- I. menor rentabilidade dos ativos do Plano, decorrente das dificuldades conjunturais enfrentadas pelo mercado de capitais, dada a exposição em renda variável de aproximadamente 60%;
- II. aumento da expectativa de vida dos participantes, refletido na mudança das tábuas atuariais pela Previ para AT 2000 suavizada;
- III. correção atuarial (INPC + 5% a.a.) sobre as reservas matemáticas que suportam os benefícios de aposentadorias.

Com a diminuição do superávit acumulado, a Previ comunicou, em janeiro de 2014, o encerramento do Benefício Especial Temporário (BET) e retomada da cobrança das contribuições, tanto para os participantes como para o patrocinador. As medidas adotadas estão em conformidade com o artigo 18 da Resolução CGPC 26/2008, que somente permite a distribuição de superávit com os recursos que excederem a reserva de contingência.

O Banco do Brasil, para fazer frente à redução da reserva de contingência, reverteu integralmente os Fundos Contribuição e Destinação (R\$ 819 milhões). As contribuições para o Plano 1, a partir de 2014, passaram a ser saldadas utilizando o Fundo de Utilização.

Reversão de Fundos: Destinação e Contribuição

Fundo de Destinação

O Fundo de Destinação foi constituído em novembro/2010, como a primeira segregação da parcela do BB no superávit acumulado pelo Plano 1, visava suprir os Fundos de Contribuição e Utilização.

Os recursos deste Fundo fomentavam trimestralmente o Fundo de Utilização e originou o Fundo de Contribuição no 2T11.

Tabela 148. Previ (Plano 1) - Fundo de Destinação

R\$ milhões	3T13	4T13	1T14	2T14	3T14
Saldo Inicial	1.378	1.101	-	-	-
Atualização	18	24	-	-	-
Transferência p/ Fundo de Utilização	(295)	(597)	-	-	-
Conciliação Plano 1 ¹	-	-	-	-	-
Valores Revertido para o Plano 1 ¹	-	(528)	-	-	-
Saldo Final	1.101	-	-	-	-

1 – Ajuste realizado 2T13, referente às contribuições com autopatrocinados.

Fundo de Contribuição

O Fundo de Contribuição foi constituído, com recursos do Fundo de Destinação no 2T11, para fazer frente às contribuições regulares mensais pelo período de três exercícios, conforme acordo firmado em 2010.

No 4T13, o saldo foi liquidado para recompor as reservas do Plano.

Tabela 149. Previ (Plano 1) - Fundo de Contribuição

R\$ milhões	3T13	4T13	1T14	2T14	3T14
Saldo Inicial	727.174	727.068	-	-	-
Constituição	-	-	-	-	-
Atualização	7	11	-	-	-
Contribuições ao Plano 1	(113)	(151)	-	-	-
Valores Revertido para o Plano 1	-	(291)	-	-	-
Saldo Final	727.068	-	-	-	-

Fundo de Utilização

O Fundo de Utilização foi constituído inicialmente no 2T11 e reforçado trimestralmente pela transferência de recursos do Fundo de Destinação. Esse Fundo representa o montante passível de resgate pelo Banco do Brasil e reflete a contabilização na Previ da distribuição do superávit. Essa reserva é corrigida anualmente pela meta atuarial (INPC + 5% a.a.) e sua utilização está condicionada à comprovação da cobertura integral das obrigações do plano (art. 25, Deliberação CGPC 26/2008).

Com a liquidação do Fundo de Contribuição, a retomada dos aportes periódicos por parte dos participantes e do patrocinador passa a ser realizada através desse Fundo. Em vista da reversão dos recursos do Fundo de Destinação, a partir de 2014 deixa de ocorrer a contribuição trimestral observada desde 2011.

Tabela 150. Previ (Plano 1) - Fundo de Utilização

R\$ milhões	3T13	4T13	1T14	2T14	3T14
Saldo Inicial	6.570	6.968	7.794	7.935	8.046
Constituição - Fundo de Destinação	295	597	-	-	-
Atualização	104	229	260	228	163
Contribuições ao Plano 1	-	-	(119)	(117)	(117)
Saldo Final	6.968	7.794	7.935	8.046	8.092

8.3. Passivo Atuarial

O passivo atuarial do Banco do Brasil é composto por suas obrigações junto ao Plano Informal (Previ), ao Plano de Associados (Cassi) e alguns planos Economus. A Cassi é responsável por 78,2% do total do passivo atuarial do BB e está constituído sob forma de plano de benefício definido.

Cassi

O Banco é patrocinador do plano de assistência administrado pela Cassi, que tem como principal objetivo conceder auxílio para cobertura de despesas com a saúde do associado e seus beneficiários inscritos.

Os participantes do Plano de Associados são subdivididos em:

- I. Associados: funcionários ativos, ex-funcionários (autopatrocinados), aposentados e pensionistas do BB;
- II. Dependentes: cônjuge, companheiro, filhos e enteados que não tenham completado 24 anos de idade;
- III. Dependentes Indiretos: dependentes com vinculação direta ao associado, em qualquer grau de parentesco, admitidos até a reforma estatutária de 1996.

A Cassi apresentava sucessivos descasamentos entre receitas e despesas. Em 1995, a cobertura do déficit operacional ocorreu por rateio entre patrocinador e associados. Para garantir o equilíbrio financeiro do plano, Cassi e Banco reformularam o Estatuto Social em 1996. Entre as principais alterações, destacam-se a restrição ao acesso de novos dependentes indiretos e o aumento nas contribuições dos participantes e patrocinador.

Em 2007 o Banco firmou novo acordo com a Cassi para alteração do seu estatuto, vigente até hoje. As principais modificações foram:

- I. contribuição patronal de 4,5% do valor dos proventos gerais ou do valor total do benefício de aposentadoria ou pensão, para todos os grupos;
- II. contribuição mensal dos associados e beneficiários de pensão passou a ser de 3% do valor dos proventos gerais ou do valor total do benefício de aposentadoria ou pensão;
- III. realização de aporte de R\$ 315 milhões pelo BB para investimentos no aprimoramento do seu modelo de atuação relativo aos serviços próprios pela Cassi;
- IV. assunção pelo Banco do déficit dos Dependentes Indiretos até a extinção desse grupo.

Com a vigência da CVM 695/2012, a partir de 2013, a tabela abaixo passou a demonstrar a evolução do passivo atuarial Cassi.

Tabela 151. Efeitos de Contabilização Cassi – CVM 695/2012

R\$ milhões	3T13	4T13	1T14	2T14	3T14
(a) Valor Justo dos Ativos do Plano	-	-	-	-	-
(b) Valor Presente das Obrigações Atuariais	(7.255)	(6.334)	(6.334)	(5.790)	(5.790)
(c) Déficit BB = [(a) + (b)]	(7.255)	(6.334)	(6.334)	(5.790)	(5.790)
(d) Saldo Inicial do Passivo Atuarial	(7.255)	(7.360)	(6.334)	(6.457)	(5.790)
(e) Valores Reconhecidos no Resultado	(230)	(230)	(241)	(241)	(195)
(f) Contribuição BB	125	167	117	121	113
(g) Ajuste Semestral no Patrimônio Líquido	-	1.090	-	786	-
(h) Saldo do Passivo Atuarial = [(d) + (e) + (f) + (g)]	(7.360)	(6.334)	(6.457)	(5.790)	(5.873)

Efeitos no Patrimônio Líquido – CVM 695/2012

A tabela a seguir detalha os efeitos da contabilização dos ativos e passivos atuariais do Banco reconhecidos no Patrimônio Líquido (PL) do BB conforme deliberação CVM 695/2012.

Os efeitos no PL ocorrem semestralmente, tendo em vista a realização dos estudos atuariais.

Tabela 152. Efeito no Patrimônio Líquido – CVM 695/2012

R\$ milhões	Previ - Plano 1	Previ - Plano Informal	Cassi	Outros Planos	Total
Jun/13					
Ajuste de Avaliação Patrimonial	(6.238)	-	612	387	(5.239)
Efeitos Fiscais	2.669	-	(245)	(156)	2.268
Efeito no Patrimônio Líquido	(3.569)	-	367	231	(2.970)
Dez/13					
Ajuste de Avaliação Patrimonial	7.100	-	1.090	259	8.449
Efeitos Fiscais	(3.038)	-	(436)	(104)	(3.578)
Efeito no Patrimônio Líquido	4.062	-	654	155	4.870
Jun/14					
Ajuste de Avaliação Patrimonial	(6.905)	-	786	(153)	(6.271)
Efeitos Fiscais	2.955	-	(315)	61	2.701
Efeito no Patrimônio Líquido	(3.950)	-	472	(91)	(3.570)

8.4. Impostos Diferidos

Crédito Tributário (Ativo Fiscal Diferido)

O crédito tributário origina-se principalmente de diferenças intertemporais de Imposto de Renda e Contribuição Social.

As diferenças intertemporais decorrem no tratamento diferenciado atribuído pelas normas contábeis e fiscais a determinadas despesas que compõem o lucro do período. As despesas com provisão, por serem constituídas com fundamento em perdas prováveis, são um exemplo. Elas somente poderão ser dedutíveis quando as perdas ocorrerem efetivamente. A partir de janeiro/2013, passaram a ser considerados os valores de ajustes patrimoniais dos planos de benefícios, conforme Deliberação CVM 695/2012. O montante de créditos tributários de diferenças intertemporais representou 92,8% do estoque em setembro de 2014.

Os créditos tributários oriundos de prejuízos fiscais de Imposto de Renda e de base negativa de Contribuição Social representam um benefício fiscal pela possibilidade de sua compensação conforme ocorra geração de lucro tributável futuro.

Tabela 153. Abertura do Crédito Tributário

R\$ milhões	Saldos						Var. %	
	Set/13	Part. %	Jun/14	Part. %	Set/14	Part. %	s/ Set/13	s/ Jun/14
Diferenças Intertemporais	26.537	93,3	26.317	93,1	27.264	92,8	2,7	3,6
PCLD ¹	14.995	52,7	15.835	56,0	16.735	57,0	11,6	5,7
Provisões Passivas	8.542	30,0	7.788	27,6	7.699	26,2	(9,9)	(1,1)
Ajustes Patrimoniais Negativos de Plan. Benef.	979	3,4	193	0,7	193	0,7	(80,3)	-
Marcação a Mercado	735	2,6	849	3,0	1.033	3,5	40,6	21,6
Outras Provisões	1.286	4,5	1.651	5,8	1.605	5,5	24,8	(2,8)
CSLL Escriturada a 18% (MP 2.158/2001)	1.329	4,7	1.288	4,6	1.255	4,3	(5,6)	(2,6)
Prejuízo Fiscal / Base Negativa	86	0,3	157	0,6	393	1,3	359,0	149,9
Superveniência de Depreciação	500	1,8	498	1,8	472	1,6	(5,6)	(5,3)
Total de Crédito Tributário	28.451	100,0	28.260	100,0	29.384	100,0	3,3	4,0

1 – Incluem valores de PCLD e Operações de Crédito – Lei nº 9.430/96.

Passivo Fiscal Diferido

O passivo fiscal diferido representa o valor do tributo devido em período futuro e relacionado às receitas e ganhos tributáveis classificados como diferenças intertemporais. De forma análoga ao crédito tributário por diferença intertemporal, provém do tratamento contábil e fiscal sobre as receitas decorrentes de ajustes patrimoniais e cuja realização está condicionada no futuro.

A tabela abaixo mostra a abertura do passivo fiscal diferido:

Tabela 154. Abertura do Passivo Fiscal Diferido

R\$ milhões	Saldos						Var. %	
	Set/13	Part. %	Jun/14	Part. %	Set/14	Part. %	s/ Set/13	s/ Jun/14
Ajustes Patrimoniais Positivos de Planos de Benef.	1.571	49,2	1.936	58,9	2.033	56,1	29,4	5,0
Atualização de Depósitos Judiciais	407	12,7	433	13,2	443	12,2	8,9	2,3
Marcação a Mercado	328	10,3	225	6,8	388	10,7	18,5	72,7
Ajuste a Valor Presente - Arrend. Mercantil	353	11,1	248	7,5	186	5,1	(47,3)	(24,9)
Outros	536	16,8	444	13,5	575	15,8	7,2	29,5
Total das Obrigações Fiscais Diferidas	3.194	100,0	3.285	100,0	3.625	100,0	13,5	10,4

8.5. Ágios sobre Investimentos

Anualmente as cotas de amortização são reavaliadas conforme projeções de resultado que fundamentaram os negócios. As estimativas são elaboradas por empresas especializadas contemplando os prazos e as taxas de desconto utilizadas para apuração do valor presente líquido dos fluxos de caixas futuros.

Em dezembro/13, o Banco Central emitiu Carta Circular 3.624, alterando a contabilização do ágio na aquisição de sociedade incorporada passando a ser reconhecido como intangível. No caso do Banco do Brasil, esse ajuste impactou apenas a contabilização do Banco Nossa Caixa, que desde o 4T13, é apresentada na tabela de Ativo Intangível.

Tabela 155. Ágios nas Aquisições de Investimentos

R\$ milhões	Fluxo Trimestral				
	3T13	4T13	1T14	2T14	3T14
Banco Votorantim					
Valor Contábil	425,7	425,7	425,7	425,7	425,7
Amortização Acumulada	(175,8)	(189,4)	(203,6)	(217,8)	(232,0)
Despesas com Amortização no Período ¹	(13,6)	(13,6)	(14,2)	(14,2)	(14,2)
Saldo Líquido de Amortização	249,9	236,3	222,1	207,9	193,8
Banco Patagonia					
Valor Contábil	366,5	349,2	298,9	291,7	302,5
Varição Cambial ²	(17,9)	(17,3)	(50,3)	(7,2)	10,9
Amortização Acumulada	(103,3)	(112,7)	(120,2)	(127,3)	(134,4)
Despesas com Amortização no Período ¹	(10,3)	(9,3)	(7,5)	(7,1)	(7,1)
Saldo Líquido de Amortização	263,2	236,5	178,7	164,4	168,1
Cielo					
Valor Contábil	1.002,1	1.002,1	1.002,1	1.002,1	1.002,1
Amortização Acumulada	(255,4)	(276,4)	(300,5)	(324,6)	(348,7)
Despesas com Amortização no Período ¹	(21,0)	(21,0)	(24,1)	(24,1)	(24,1)
Saldo Líquido de Amortização	746,7	725,7	701,6	677,5	653,4
Demais Empresas do Conglomerado					
Valor Contábil	982,5	945,5	944,4	1.248,2	1.330,7
Varição Cambial ³	0,3	1,7	(1,2)	(0,9)	3,4
Amortização Acumulada	(525,2)	(564,6)	(572,0)	(580,6)	(594,7)
Despesas com Amortização no Período ¹	(38,3)	(39,4)	(7,4)	214,2	236,4
Saldo Líquido de Amortização	457,3	380,9	372,4	667,6	736,1

1 – Contabilizada em Outras Despesas Administrativas e realocado para Outras Despesas Operacionais na Demonstração do Resultado com Realocações.

2 – Refere-se à variação cambial do Banco Patagonia (ARS).

3 – Refere-se à variação cambial do BB Americas (USD).

8.6. Ativos Intangíveis

As despesas de amortização do ativo intangível referentes à aquisição do direito de exploração do Banco Postal iniciaram-se em janeiro de 2012.

A tabela a seguir apresenta a movimentação dos ativos intangíveis do BB.

Tabela 156. Ativo Intangível

R\$ milhões	3T13	4T13	1T14	2T14	3T14
Direitos por Aquisição de Folhas de Pagamento ⁵					
Saldo Inicial	4.745	4.299	4.535	6.505	6.150
Despesas com Amortização ¹	(446)	(446)	(457)	(493)	(484)
Outros Valores	-	-	-	-	-
Aquisições	-	902	2.429	152	223
Baixas	-	(219)	(3)	(14)	6
Saldo final (a)	4.299	4.535	6.505	6.150	5.895
Aquisição/Desenvolvimento de Softwares					
Saldo Inicial	1.279	1.353	1.505	1.491	1.488
Despesas com Amortização ²	(26)	(28)	(30)	(43)	(43)
Outros Valores	-	-	-	-	-
Aquisições	100	183	17	40	128
Baixas	(0)	(3)	(0)	-	-
Saldo final (b)	1.353	1.505	1.491	1.488	1.573
Banco Postal					
Saldo Inicial	2.529	2.469	2.346	1.950	0
Despesas com Amortização ¹	(60)	(120)	(397)	(90)	0
Outros Valores	-	-	-	-	(3)
Aquisições	-	(0)	-	-	-
Baixas ³	-	(3)	-	(1.860)	0
Saldo final (c)	2.469	2.346	1.950	0	(3)
Banco Nossa Caixa					
Saldo Inicial	3.734	3.579	3.425	3.247	3.072
Despesas com Amortização ¹	(154)	(154)	(177)	(175)	(178)
Outros Valores	-	-	-	-	-
Aquisições	-	-	-	-	-
Baixas	-	-	-	-	-
Saldo Final (d)	3.579	3.425	3.247	3.072	2.894
Outros Ativos Intangíveis					
Saldo Inicial	17	14	12	12	58
Despesas com Amortização ²	(0)	(2)	(0)	5	(5)
Outros Valores ⁴	(2)	(0)	-	48	(2)
Aquisições	0	2	0	(0)	-
Baixas	-	(2)	(0)	(6)	(1)
Saldo final (e)	14	12	12	58	51
Saldo (a+b+c+d+e)	11.715	11.824	13.206	10.768	10.410

1 – Contabilizada em Outras Despesas Administrativas e realocada para Outras Despesas Operacionais na Demonstração do Resultado com Realocações.

2 – Contabilizada em Outras Despesas Administrativas.

3 - Em 30/06/2014, o custo do direito de utilização da rede do Banco Postal foi convertido em recebíveis no âmbito da nova parceria entre o Banco do Brasil e a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT no montante de R\$ 1.865.250 mil.

4 - Inclui o valor de R\$ 45.683 mil da transferência do ágio da empresa Brasilprev Nosso Futuro Seguros e Previdência S.A.

5 - Os valores de Aquisições e Baixas incluem contratos renegociadas no período, em que o valor do novo contrato é ativado e o valor do contrato anterior é baixado sem impacto no resultado.

Tabela 157. Estimativa de Amortização dos Ativos Intangíveis

R\$ milhões	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Total
Valores a Amortizar	785	2.865	2.883	2.374	1.090	412	10.410

9 - Gestão de Riscos

9.1. Gestão dos Riscos

O gerenciamento de riscos no Conglomerado Financeiro do Banco do Brasil contempla de forma abrangente os riscos de crédito, de mercado, de liquidez e operacional. As atividades de gerenciamento são realizadas por estruturas especializadas, conforme objetivos, políticas, estratégias, processos, procedimentos e sistemas descritos em cada um desses riscos. Não obstante as atividades estarem focadas nos riscos de crédito, de mercado, de liquidez e operacional, o Banco adota mecanismos para garantir a suficiência de capital para cobertura de outros riscos incorridos.

A gestão colegiada dos riscos é realizada de forma totalmente segregada das unidades de negócios. As políticas de riscos são aprovadas pelo Conselho de Administração do Banco e formuladas pelo Comitê de Risco Global - CRG, um fórum composto pelo Presidente e Vice-Presidentes. As ações para implantação e acompanhamento das diretrizes emanadas do CRG são conduzidas em subcomitês específicos (Crédito, Mercado e Liquidez e Operacional), que são fóruns constituídos por Diretores Estatutários.

Para conhecer mais sobre o processo de gestão de riscos no Banco do Brasil, acesse o website bb.com.br/ri.

As tabelas e gráficos constantes deste capítulo não consideram as informações contábeis do Banco Votorantim (BV), a menos que haja referência explícita em contrário. Nesse sentido, define-se a expressão BB Consolidado como Banco do Brasil no país e exterior exclusive BV.

9.1.1 Risco de Crédito

Risco de Crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação. A definição de risco de crédito compreende, entre outros:

I - o risco de contraparte: a possibilidade de não cumprimento, por determinada contraparte, de obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam a negociação de ativos financeiros, incluindo aquelas relativas à liquidação de instrumentos financeiros derivativos;

II - o risco país: a possibilidade de perdas associadas ao não cumprimento de obrigações financeiras nos termos pactuados por tomador ou contraparte localizada fora do País, em decorrência de ações realizadas pelo governo do país onde localizado o tomador ou contraparte, e o risco de transferência, entendido como a possibilidade de ocorrência de entraves na conversão cambial dos valores recebidos;

III - o risco de *commitment*: a possibilidade de ocorrência de desembolsos para honrar avais, fianças, coobrigações, compromissos de crédito ou outras operações de natureza semelhante;

IV - o risco de interveniente: a possibilidade de perdas associadas ao não cumprimento de obrigações financeiras nos termos pactuados por parte intermediadora ou conveniente de operações de crédito; e

V - o risco de concentração: a possibilidade de perdas de crédito decorrentes de exposições significativas a uma contraparte, a um fator de risco ou a grupos de contrapartes relacionadas por meio de características comuns.

No Banco do Brasil, a estrutura de gerenciamento do risco de crédito é composta pelas Diretorias de Gestão de Riscos, Diretoria de Crédito e Diretoria de Reestruturação de Ativos Operacionais, sendo o diretor de Gestão de Riscos, por meio de indicação do Conselho de Administração, o responsável pelo gerenciamento do risco de crédito do Banco. Essa estrutura está em consonância a Resolução CMN 3.721, de 30/04/2009.

9.1.2 Risco de Mercado

Risco de Mercado reflete a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Inclui os riscos das operações sujeitas à variação cambial, das taxas de juros, incluindo a Carteira de Não Negociação (Parcela RBAN), dos preços de ações e dos preços de mercadorias (*commodities*).

A Diretoria de Gestão de Riscos (Diris), conforme previsto na Resolução 3.464, de 26.06.2007, é responsável pelo gerenciamento do risco de mercado no Banco do Brasil, com estrutura para gerenciamento dos riscos de mercado compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição aos riscos da instituição, segregada das unidades de negociação e da unidade executora da atividade de auditoria interna.

O BB utiliza métodos estatísticos e de simulação para mensurar os riscos de mercado das suas exposições. Entre as métricas resultantes da aplicação destes métodos, destacam-se:

I - Sensibilidades;

II - Valor em Risco (*Var*); e

III - Estresse.

O Banco do Brasil adota política de gerenciar a exposição cambial de forma a minimizar seus efeitos sobre o resultado do Consolidado Financeiro.

Apresenta-se, a seguir, o demonstrativo dos ativos, passivos e derivativos do BB Consolidado referenciados em moedas estrangeiras. A exposição cambial líquida, para 30/09/2014, é passiva no valor de US\$ 1.066 milhões, o que reflete a estratégia de *hedge* fiscal adotada pelo Banco. O *hedge* fiscal objetiva reduzir a volatilidade do resultado, após os efeitos tributários, haja vista que os ganhos com a variação cambial dos investimentos no exterior não são tributados e, similarmente, as perdas não geram dedução na base tributária.

Tabela 158. Balanço em Moedas Estrangeiras

R\$ milhões

MOEDA	CONTAS PATRIMONIAIS	
	ATIVO	PASSIVO
Dólar dos EUA	163.623	168.073
Euro	13.863	15.718
Libra Esterlina	594	1.513
lène	1.669	2.756
Franco Suíço	12	888
Dólar Canadense	6	3
Ouro	20	-
Demais	10.956	10.671
Total	190.743	199.622
Posição Líquida - Patrimoniais	-	(8.879)

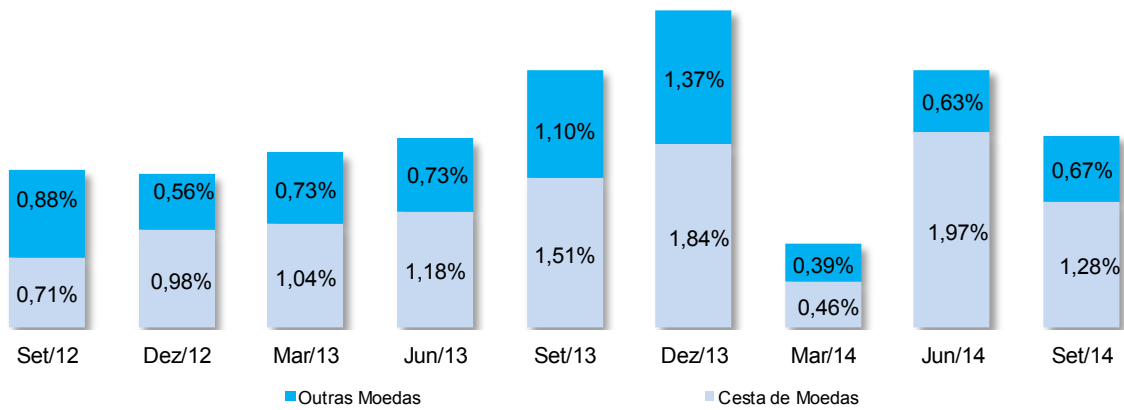
MOEDA	DERIVATIVOS	
	COMPRADO	VENDIDO
Dólar dos EUA	45.100	43.355
Euro	4.301	2.638
Libra Esterlina	655	197
lène	969	10
Franco Suíço	1.007	90
Dólar Canadense	-	-
Demais	648	123
Total	52.680	46.413
Posição Líquida - Derivativos	-	6.267

TOTAIS PATRIMONIAIS E DERIVATIVOS	243.423	246.035
Posição Líquida Total	-	(2.612)
Posição Líquida Total - Em US\$ milhões	-	(1.066)

A exposição cambial regulatória do BB Consolidado, calculada conforme a Circular Bacen 3.641, de 04 de março de 2013, é da ordem de R\$ 2,363.23 milhões para a data de 30 de setembro de 2014.

O gráfico a seguir evidencia o comportamento da exposição cambial do BB Consolidado, em relação ao Patrimônio de Referência (PR), trimestralmente, desde setembro de 2012.

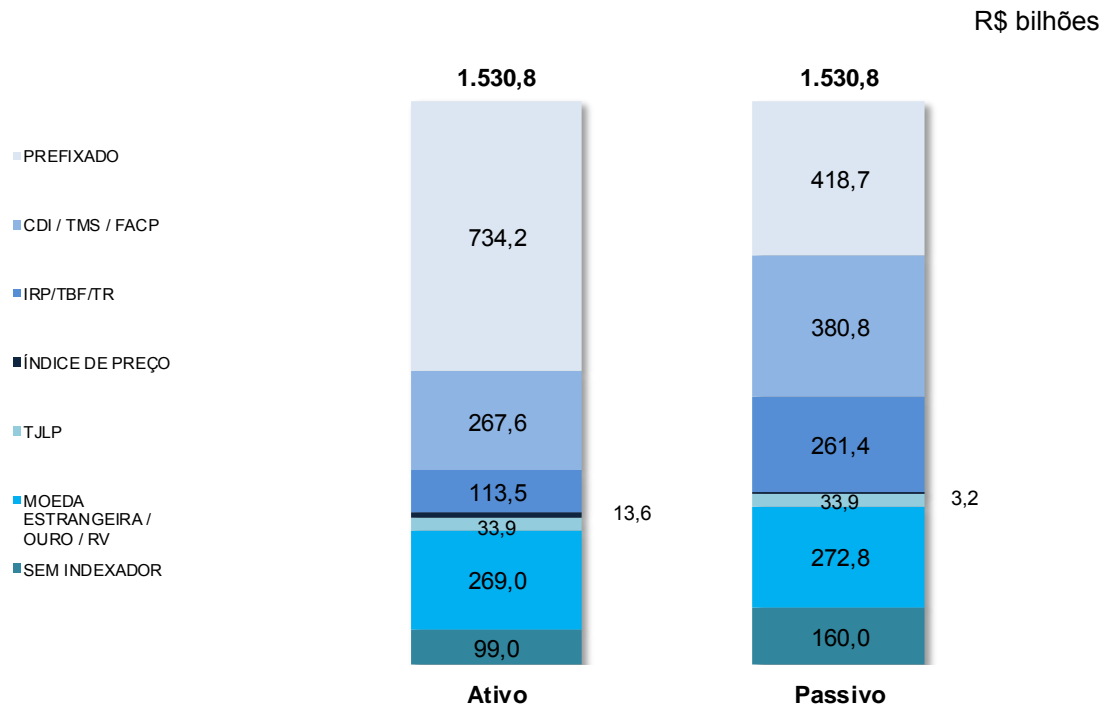
Figura 75. Evolução da Exposição Cambial em % do PR



Balço por Indexador

A tabela a seguir apresenta a composição dos ativos e passivos, inclusive derivativos, do BB Consolidado, detalhada por indexador em 30/09/2014:

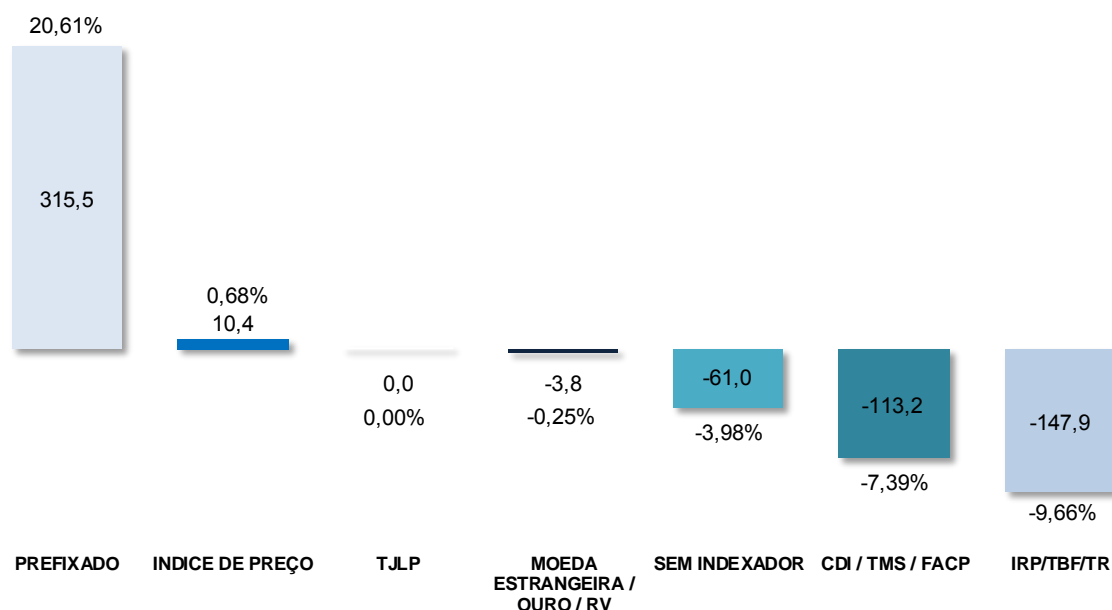
Figura 76. Ativos e Passivos por Indexador



O gráfico a seguir evidencia os descasamentos líquidos por indexador do BB Consolidado:

Figura 77. Posição Líquida por Indexador

R\$ bilhões



Demonstrativo do Perfil de Repactuação das Taxas de Juros

Apresenta-se, a seguir, tabela contendo o estoque de operações sensíveis às variações nas taxas de juros, alocados por fator de risco e por prazo de indexação de taxa de juros do BB Consolidado:

Tabela 159. Perfil de Repactuação das Taxas de Juros

R\$ milhões

Ativos	< 1 Meses	1 > 3 Meses	3 > 6 Meses	6 > 12 Meses	1 > 3 Anos	> 3 Anos	Total
Prefixado	367.240	31.618	34.919	53.972	102.070	144.404	734.223
CDI/TMS	267.600	-	-	-	-	-	267.600
TR/TBF/IRP	-	113.529	-	-	-	-	113.529
Índice de Preço	-	13.582	-	-	-	-	13.582
TJLP	2.442	31.410	-	-	-	-	33.851
US\$/ME	82.325	17.016	21.859	26.718	28.756	92.294	268.968
Total - Ativos	719.607	207.153	56.777	80.690	130.827	236.697	1.431.752
Passivos							
Prefixado ¹	258.633	9.066	16.267	26.158	47.552	61.022	418.698
CDI/TMS	380.833	-	-	-	-	-	380.833
TR/TBF/IRP	-	261.394	-	-	-	-	261.394
Índice de Preço	-	3.162	-	-	-	-	3.162
TJLP	2.079	31.800	-	-	-	-	33.879
US\$/ME	80.120	12.666	22.663	36.079	27.584	93.732	272.845
Total - Passivos	721.665	318.088	38.930	62.237	75.136	154.754	1.370.811
Gap	(2.058)	(110.935)	17.847	18.453	55.691	81.943	60.941
Gap Acumulado	(2.058)	(112.993)	(95.146)	(76.693)	(21.002)	60.941	-
Gap Acumulado como % Ativos (que rendem juros)	-0,3%	-53,6%	31,4%	22,9%	42,6%	34,6%	4,3%

1 - Está considerada a totalidade dos depósitos em conta corrente (R\$ 51,5 bilhões) em passivos prefixados.

9.1.3 Risco de Liquidez

Risco de Liquidez é definido como a ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis - "descasamentos" entre pagamentos e recebimentos – que possam afetar a capacidade de pagamento da instituição, levando-se em consideração as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O Banco do Brasil mantém níveis de liquidez adequados aos compromissos da Instituição assumidos no Brasil e no exterior, resultado da sua ampla e diversificada base de depositantes, da qualidade dos seus ativos, da capilaridade da sua rede de dependências externas e da sua capacidade de acesso ao mercado internacional de capitais. O rigoroso controle do risco de liquidez está em consonância com a Política de Risco de Liquidez estabelecida pelo Conselho de Administração, atendendo às exigências da supervisão bancária nacional e dos demais países onde o Banco opera.

O gerenciamento do risco de liquidez do Banco do Brasil segrega a Liquidez em Reais da Liquidez em Moedas Estrangeiras. Os principais instrumentos utilizados na gestão são:

- I - Projeções de Liquidez;
- II - Limites de Risco de Liquidez;
- III - Plano de Contingência de Liquidez;
- IV - Monitoramento Prospectivo; e
- V - Teste de Estresse de Liquidez

Os instrumentos de gestão do risco de liquidez são periodicamente monitorados e reportados aos Comitês Estratégicos da instituição.

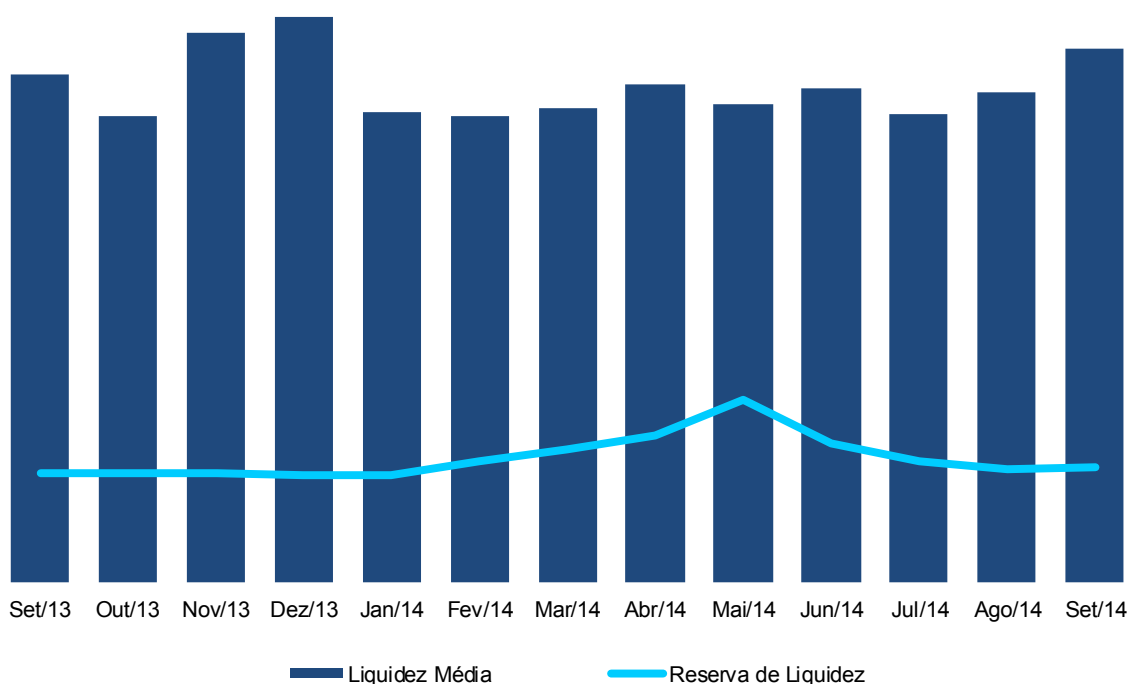
Os limites de risco de liquidez atualmente utilizados no Banco do Brasil são:

- a Reserva de Liquidez, que representa o volume de ativos de alta liquidez que devem ser mantidos para fazer face ao risco de liquidez de curto prazo, utilizado como parâmetro de identificação de situação de estresse de liquidez prevista no Plano de Contingência de Liquidez e no Monitoramento Prospectivo de Liquidez;
- o Indicador de Disponibilidade de Recursos Livres (Indicador DRL), voltado ao gerenciamento do risco de liquidez de médio e longo prazo; e
- o Colchão de Liquidez, representando o nível de liquidez prudencial para o gerenciamento do risco de liquidez em cenários de estresse.

Em 2014 foram realizadas revisões ordinárias de políticas, modelos, metodologias, parâmetros e critérios utilizados no gerenciamento do risco de liquidez, com destaque ainda para o aperfeiçoamento da segregação de funções e responsabilidades entre as áreas de negócio e a área de gestão de risco de liquidez, e de mecanismos de governança e supervisão para as entidades ligadas ao Banco.

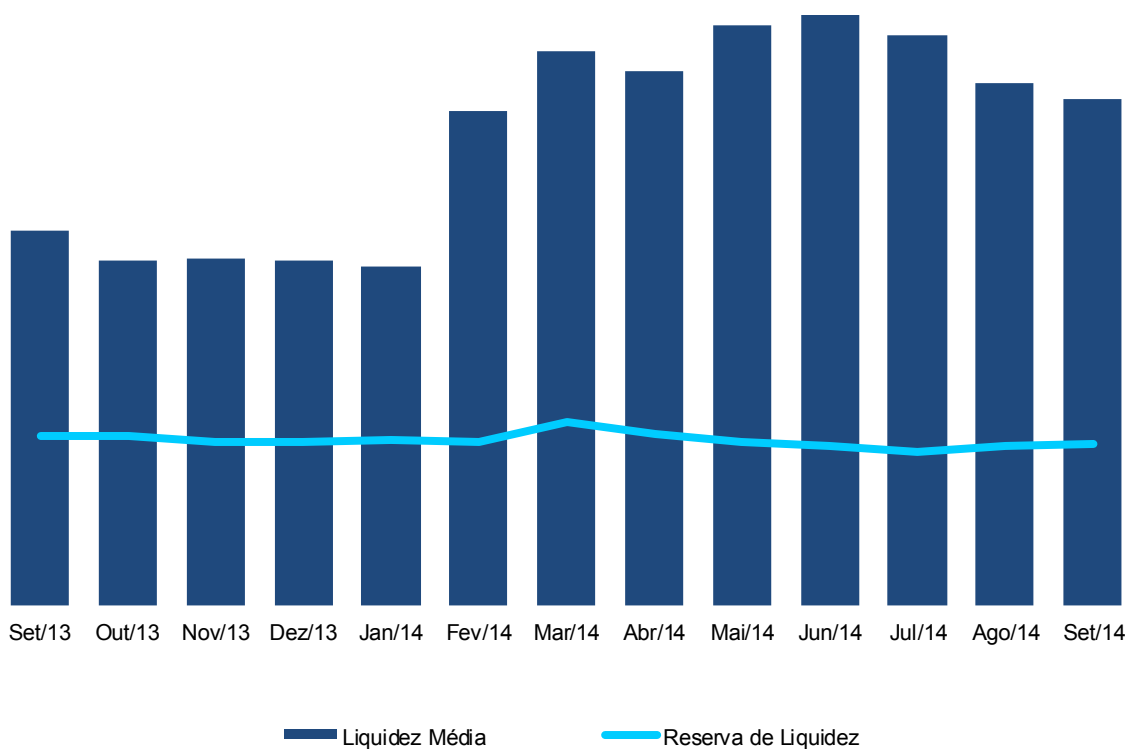
A figura seguinte apresenta o acompanhamento mensal da Reserva de Liquidez em Moeda Nacional do Banco.

Figura 78. Reserva de Liquidez – Moeda Nacional



A figura abaixo apresenta o acompanhamento da Reserva de Liquidez em Moeda Estrangeira do Banco.

Figura 79. Reserva de Liquidez – Moeda Estrangeira

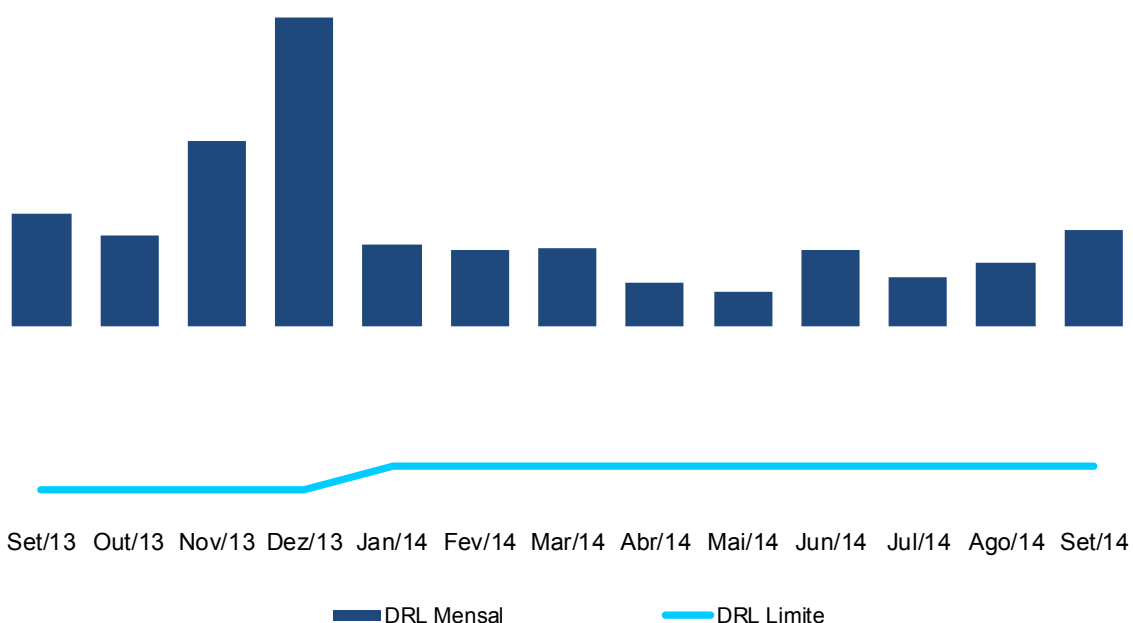


A liquidez média em Moeda Estrangeira do Banco registrou um aumento a partir de fevereiro de 2014, ocasionado pela revisão dos requisitos para composição da liquidez.

O indicador de Disponibilidades de Recursos Livres (DRL) visa assegurar equilíbrio entre captação e aplicação de recursos da carteira comercial da área interna e garantir o financiamento da Liquidez em moeda nacional com recursos comerciais.

O limite do Indicador DRL, definido anualmente pelo Comitê de Risco Global (CRG) de acordo com as metas de captações e aplicações comerciais, é parâmetro utilizado no planejamento e na execução do orçamento da instituição e é monitorado sob periodicidade mensal.

Figura 80. Indicador DRL



Alinhado com a estratégia de financiamento das operações comerciais, o indicador DRL observado no segundo trimestre se manteve acima do limite anual estabelecido.

Tal medida permite ao Banco a realização de sua estratégia negocial sem comprometer a gestão do risco de liquidez da instituição, conforme monitoramento do limite da Reserva de Liquidez em Moeda Nacional apresentado neste capítulo.

Destaca-se que a manutenção da Liquidez em moeda nacional e em moeda estrangeira, acima dos limites das suas respectivas Reserva de Liquidez, possibilita a execução do planejamento estratégico do Banco em níveis confortáveis de exposição ao risco de liquidez.

9.1.4 Risco Operacional

Risco Operacional é definido como a possibilidade de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou decorrente de eventos externos. Esta definição inclui a possibilidade de perdas decorrentes do risco legal que está associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como a sanções em razão do descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

Desde o 2º trimestre/2014, o Banco adota nova estrutura de gerenciamento do risco operacional, representada pela Unidade de Risco Operacional – URO, responsável pela prospecção e desenvolvimento de políticas e estratégias de gestão do risco operacional. O Banco busca verticalizar a gestão do risco operacional e propiciar as condições necessárias para redução das perdas, disseminação de cultura de gestão desse risco e aperfeiçoamento dos instrumentos/ferramentas utilizados para sua mitigação.

O processo de gestão no Banco é baseado nas etapas de identificação, avaliação, controle, mitigação e monitoramento do risco operacional.

O Banco atua no assessoramento aos gestores de processos, produtos e serviços na identificação e mitigação das causas geradoras de risco operacional. Classifica os eventos de risco operacional considerando a probabilidade de ocorrência e seu impacto financeiro.

O controle das exposições ao risco operacional é realizado via adoção de limites e indicadores, com a definição de gestor responsável, visando apresentação de ações tempestivas para redução desse risco.

O processo de monitoramento do risco operacional consiste na verificação e reporte de todas as etapas de gestão do risco operacional, bem como no acompanhamento dos gestores de processos, produtos e serviços na execução das ações de melhorias propostas para redução das exposições ao risco operacional.

Destaca-se ainda o processo de implementação da ferramenta de gestão de processos, riscos e controles, visando a integração entre as áreas de riscos e controles com os gestores de produtos e serviços. A ferramenta possibilitará, em ambiente único, o mapeamento dos processos, a documentação, a identificação e análise dos riscos operacionais e o acompanhamento das ações de mitigação.

Informações detalhadas sobre risco operacional podem ser consultadas no capítulo 7.5 deste Relatório e no Relatório de Gerenciamento de Riscos – Pilar 3 no site do Banco do Brasil – Relações com Investidores – Gestão de Riscos.

9.2. Estrutura de Capital

O Índice de Basileia foi apurado segundo os critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN n.º 4192/2013 e n.º 4.193/2013, que tratam do cálculo do Patrimônio de Referência (PR) e do Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR) em relação aos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA), respectivamente, considerando o Banco Votorantim pelo Método de Equivalência Patrimonial (MEP), conforme determinação do Bacen.

Destaca-se que a partir de 01.10.2013 passou a vigorar o conjunto normativo que implementou no Brasil as recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia relativas à estrutura de capital de instituições financeiras, conhecidas por Basileia III. As novas normas adotadas tratam dos seguintes assuntos:

- I. Nova metodologia de apuração do capital regulamentar, que continua a ser dividido nos Níveis I e II, sendo o Nível I composto pelo Capital Principal (deduzido de Ajustes Prudenciais) e Capital Complementar;
- II. Nova metodologia de apuração da exigência de manutenção de capital, adotando requerimentos mínimos de PR, de Nível I e de Capital Principal, e introdução do Adicional de Capital Principal.

O escopo de consolidação utilizado como base para a verificação dos limites operacionais também foi alterado, passando a considerar apenas o Conglomerado Financeiro, de 01.10.2013 até 31.12.2014, e o Conglomerado Prudencial, definido na Resolução CMN n.º 4.280/2013, a partir de 01.01.2015.

Todas as citações ao PR e ao Patrimônio de Referência Exigido (PRE), em datas anteriores a 01.10.2013, referem-se à metodologia de Basileia II e foram apurados segundo os critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN n.º 3.444/2007 e n.º 3.490/2007, respectivamente.

Desempenho

O Banco do Brasil encerrou o terceiro trimestre de 2014 com Índice de Basileia de 16,04% permanecendo acima do mínimo regulatório, que corresponde ao fator “F” disposto na Resolução CMN 4.193/2013:

Tabela 160. Fator “F” aplicado ao montante de Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)

Vigência	Fator "F" (%)
01/10/2013 a 31/12/2015	11,0
01/01/2016 a 31/12/2016	9,875
01/01/2017 a 31/12/2017	9,25
01/01/2018 a 31/12/2018	8,625
A partir de 01/01/2019	8,0

O PR, que considera os novos requisitos de apuração do capital regulamentar de Basileia III, atingiu o montante de R\$ 123.713 milhões, enquanto o PRMR totalizou R\$ 84.853 milhões.

O Índice de Capital Nível 1 (ICN1) realizado em setembro de 2014 registrou 11,51%, sendo 9,28% de Índice de Capital Principal (ICP). Ambos os indicadores estão enquadrados nos limites mínimos

regulatórios, que exigem 4,5% para o ICP e 5,5% para o ICN1 até 31.12.2014, e 6%, a partir de 01.01.2015.

Tabela 161. Índice de Basileia – Conglomerado Financeiro

R\$ milhões	Set/13	Dez/13	Mar/14	Jun/14	Set/14
Patrimônio de Referência - PR	118.377	118.234	112.293	118.043	123.713
Nível I	75.973	85.501	80.571	84.276	88.810
Capital Principal ¹	64.577	67.055	63.520	62.050	71.554
Patrimônio Líquido	64.473	70.537	72.097	70.044	71.489
Instrumento Elegível a Capital Principal	-	-	-	-	8.100
Ajustes prudenciais ¹	-	(3.482)	(8.576)	(7.994)	(8.035)
Ágios pagos na aquisição de investimento com fundamento em expectativa de rentabilidade futura	-	-	(844)	(800)	(758)
Ativos intangíveis constituídos a partir de 01.10.2013	-	-	(687)	(734)	(758)
Ativos atuariais rel. a F. Pensão de Benef. Definido líquidos de passivo fiscal dif. a eles associados	-	-	(2.283)	(1.578)	(1.628)
Participação de não controladores	-	-	(126)	(120)	(149)
Créd. tributários decorrentes de dif. temporárias dependentes da geração de lucros (excesso 10%)	-	-	(81)	(124)	-
Inv. Sup. e créd. Trib. dec. de dif. temporárias dependentes da geração de lucros (excesso 15%)	-	-	(635)	(591)	(641)
Créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal de superveniência de depreciação	-	-	(45)	(42)	(39)
Créd. tributários decorrentes de prej. fiscais e de base negativa de CSLL	-	-	(284)	(258)	(251)
Ativos Diferidos ¹	-	(48)	(43)	(39)	(35)
Instrumentos de captação emitidos por instituições financeiras	-	(3.434)	(3.547)	(3.707)	(3.776)
Reservas de Reavaliação ²	(5)	-	-	-	-
Ativo Permanente Diferido ²	(93)	-	-	-	-
Ajustes ao valor de mercado ²	202	-	-	-	-
Capital Complementar ¹	11.396	18.446	17.051	22.226	17.256
IHCD autorizados em conformidade com a Resolução CMN n.º 4.192/2013	-	8.490	8.201	13.377	14.886
IHCD autorizados segundo normas anteriores à Resolução CMN n.º 4.192/2013 ⁴	11.396	9.956	8.850	8.850	2.370
Nível II	45.807	32.733	31.722	33.767	34.903
Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital	38.324	32.748	31.742	33.773	34.937
Dívidas subordinadas autorizadas em conformidade com a Resolução CMN n.º 4.192/2013	-	-	-	1.716	2.308
Dívidas subordinadas autorizadas segundo normas anteriores à Resolução CMN n.º 4.192/2013 ⁶	38.324	32.748	31.742	32.056	32.629
Recursos captados no FCO ⁵	18.042	18.530	19.104	19.615	19.991
Recursos captados no exterior ⁶	6.421	5.401	4.801	6.341	4.801
Recursos captados com CDB ⁶	1.004	1.453	1.292	312	1.292
Recursos captados com Letras Financeiras ⁶	12.857	7.363	6.545	5.788	6.545
Excesso de Instrumentos de Dívidas Subordinadas ^{2 7}	(338)	-	-	-	-
Dedução do Nível II ¹	-	(14)	(20)	(6)	(34)
Instrumentos de captação emitidos por instituições financeiras ¹	-	(14)	(20)	(6)	(34)
Ajustes ao valor de mercado ²	(202)	-	-	-	-
Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida ^{2 3}	8.018	-	-	-	-
Reservas de Reavaliação ²	5	-	-	-	-
Deduções do PR ²	(3.403)	-	-	-	-
Instrumentos Financeiros Excluídos do PR ²	(3.403)	-	-	-	-
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)⁸	773.355	813.623	811.374	831.586	771.394
Risco de Crédito (RWACPAD)	725.288	761.431	763.068	782.473	720.364
Risco de Mercado (RWAMPAD)	11.116	15.240	11.727	12.534	11.318
Risco Operacional (RWAOPAD) ⁹	36.952	36.952	36.579	36.579	39.712
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR)¹⁰	85.069	89.499	89.251	91.474	84.853
Margem sobre o Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PR - PRMR)	33.308	28.736	23.042	26.568	38.860
Índice de Capital Nível I (Nível I / RWA) - %	9,82	10,51	9,93	10,13	11,51
Índice de Capital Principal (CP / RWA) - % ¹	8,35	8,24	7,83	7,46	9,28
Índice de Basileia (PR / RWA) - %	15,31	14,53	13,84	14,19	16,04

1 - Metodologia utilizada a partir de 01.10.2013, conforme Resolução CMN n.º 4.192/2013.

2 - Metodologia utilizada até 30.09.2013, conforme Resolução CMN n.º 3.444/2007.

3 - Conforme Resolução CMN n.º 3.444/2007, os Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida – IHCD autorizados pelo Bacen a compor o Nível I do PR estão limitados a 15% (quinze por cento) do total do Nível I, incluído o próprio valor do IHCD. Os IHCD que venham ultrapassar esse limite são adicionados ao Nível II do PR.

4 - Os Instrumentos autorizados pelo Bacen a compor o PR conforme Resolução CMN n.º 3.444/2007 e que não se enquadram nos requisitos exigidos pela Resolução CMN n.º 4.192/2013 sofrerão decaimento de 10% ao ano, de 2013 a 2022, sobre os valores que compunham o PR em 31.12.2012.

5 - De acordo com a Resolução CMN n.º 4.192/2013, os saldos do FCO são elegíveis a compor o PR.

6 - Para 31.03.2014 e 30.06.2014, considerou-se o saldo dos instrumentos de Dívida Subordinada que compunha o PR em 31.12.2012, aplicando-se sobre ele o decaimento de 20%, conforme determina a Resolução CMN n.º 4.192/2013.

7 - Os Instrumentos de Dívidas Subordinadas autorizados a compor o Nível II do PR, são limitados a 50% do PR Nível I, conforme Resolução CMN n.º 3.444/2007. O valor que exceder a esse limite deverá ser excluído do Nível II do PR.

8 - Conforme Resolução CMN n.º 4.193/2013. Para períodos anteriores a 01.10.2013, os valores foram obtidos a partir do Patrimônio de Referência Exigido, segundo os critérios da Resolução CMN n.º 3.490/2007, o qual foi convertido em RWA.

9 - Conforme alteração promovida pela Circular Bacen n.º 3.640/2013, com redação dada pela Circular Bacen n.º 3.675/2013, que substituiu a Circular Bacen n.º 3.383/2008. A partir de 01.10.2013 o valor do capital para o risco operacional (RWAOPAD) não contempla o adicional de capital para o consolidado econômico-financeiro (Aconf).

10 - Em conformidade com a Resolução CMN n.º 4.193/2013, corresponde à aplicação do fator "F" ao montante de RWA. Para períodos anteriores a 01.10.2013, os valores referem-se ao Patrimônio de Referência Exigido e foram apurados segundo os critérios estabelecidos pela Resolução CMN n.º 3.490/2007.

O Patrimônio de Referência Mínimo Requerido do BB alcançou o montante de R\$ 84.853 milhões em setembro, perfazendo uma margem de PR de R\$ 38.860 milhões.

Em 24.07.2014, o Bacen publicou a Circular nº 3.711 e posteriormente, em 20.08.2014, foi divulgada a Circular nº 3.714, que promoveram a revisão das medidas macroprudenciais iniciadas no ano de 2010. Os efeitos desses normativos impactaram na redução do PRMR no que tange às exposições ao risco de crédito sujeitas ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada (RWA_{CPAD}).

A tabela a seguir apresenta a composição do RWA_{CPAD}, considerando as principais exposições.

Tabela 162. PRMR Referente à Parcela do RWA_{CPAD}

R\$ milhões	Set/14		
	RWA_{CPAD}	PRMR	(%)
Operações de Crédito	436.485	48.013	61
Outros Direitos	102.066	11.227	14
TVM e Derivativos	44.678	4.915	6
Limites de Crédito e Créditos a Liberar	25.929	2.852	4
Garantias Prestadas	9.155	1.007	1
Permanente	37.866	4.165	5
Créditos Tributários	35.880	3.947	5
Demais	28.306	3.114	4
TOTAL	720.364	79.240	100

Em relação ao risco de mercado RWA_{MPAD} , apresentamos na tabela a seguir, o PRMR, em setembro de 2014, por fator de risco:

Tabela 163. PRMR Referente à Parcela do RWA_{MPAD}

R\$ milhões	Set/14		
	RWA_{MPAD}	PRMR	(%)
Câmbio	7.529	828	67
Taxa de Juros	3.773	415	33
Commodities	15	2	0
Ações	0	0	0
TOTAL	11.318	1.245	100

Na apuração do PRMR para a parcela dos ativos ponderados pelo risco, relativa ao cálculo do capital requerido para o risco operacional (RWA_{OPAD}), o BB utiliza a Abordagem Padronizada Alternativa (ASA) prevista na Circular Bacen 3.640/2013, alterada pela Circular Bacen 3.675/2013. A atual parcela de capital para risco operacional, obtida sobre os valores médios do período de seis semestres que se encerrou com o balanço de 30.06.2014, deverá ser cumprida com a respectiva alocação de capital, mensalmente, durante o período de julho a dezembro de 2014.

Tabela 164. PRMR Referente à Parcela do RWA_{OPAD}

R\$ milhões	Set/14		
	RWA_{OPAD}	PRMR	(%)
Administração de Ativos	1.116	123	3
Comercial	15.861	1.745	40
Corretagem de Varejo	45	5	0
Finanças Corporativas	(1.908)	(210)	(5)
Negociação e Vendas	10.229	1.125	26
Pagamentos e Liquidações	4.558	501	11
Serviços de Agente Financeiro	987	109	2
Varejo	8.825	971	22
TOTAL	39.712	4.368	100

Tabela 165. RWA_{CPAD} segregada por Fator de Ponderação de Risco - FPR

R\$ milhões	FPR	RWA _{CPAD} ¹	PRMR ²
Disponibilidades	0%	-	-
	20%	379	42
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	0%	-	-
	20%	5.682	625
	50%	3.905	430
	100%	16.477	1.812
TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos	0%	-	-
	2%	7	1
	50%	144	16
	100%	43.839	4.822
	1250%	687	76
Relações Interfinanceiras	0%	-	-
	20%	450	49
	50%	129	14
	100%	1.103	121
Operações de Crédito	0%	-	-
	20%	88	10
	35%	7.667	843
	50%	3.066	337
	75%	173.700	19.107
	85%	125.402	13.794
	100%	126.562	13.922
Operações de Arrendamento Mercantil	75%	278	31
	85%	53	6
	100%	344	38
Outros Direitos	0%	-	-
	20%	1	0
	50%	8.542	940
	75%	12.670	1.394
	85%	3.324	366
	100%	77.530	8.528
Outros Valores e Bens	100%	862	95
	100%	24.782	2.726
Permanente	250%	13.083	1.439
	0%	-	-
Limite de Crédito não cancelável incondicional e unilateralmente pela Instituição	50%	680	75
	75%	9.693	1.066
	85%	664	73
	100%	2.545	280
Créditos a Liberar	50%	1.227	135
	75%	1.198	132
	85%	5.487	604
	100%	4.436	488
Adiantamentos concedidos pela Instituição	75%	138	15
	85%	6.881	757
	100%	3.088	340
Garantias prestadas-avais, fianças e coobrigações	20%	52	6
	50%	389	43
	75%	119	13
	85%	4.427	487
	100%	4.168	458
Créditos tributários	100%	17.775	1.955
	250%	13.749	1.512
	300%	4.355	479
Operações a liquidar de compra de moeda estrangeira, de ouro ou de títulos e valores mobiliários no mercado a vista	20%	29	3
	100%	0	0
Operações a liquidar de venda de moeda estrangeira, de ouro ou de títulos e valores mobiliários no mercado a vista	20%	0	0
	100%	0	0
Ativos deduzidos do PR a serem deduzidos do RWAcpad	-100%	(10.979)	(1.208)
	-300%	(871)	(96)
Ajuste para Derivativos Decorrente de Variação da Qualidade Creditícia da Contraparte (CVA)	-	356	39
Total		720.364	79.240

1 - Somatório dos produtos das exposições pelos respectivos Fatores de Ponderação de Risco, ajustados pelo Fator de Conversão.

2 - Exposição Ponderada por Fator de Risco multiplicada por 0,11.

10 - Investimentos Estratégicos

10.1 Informações de Coligadas e Controladas

Tabela 166. Participações Societárias do BB Banco Múltiplo

R\$ mil	Atividade		Participação Total - % Set/14	Saldo de Investimento Set/13 Set/14		Result. de 3T14
Participações Consolidadas						
Segmento Bancário						
Banco do Brasil – AG. Viena	Bancária	(I)	100,00	309.127	685.467	8.600
BB USA Holding Company, Inc.	Holding	(I)	100,00	4.696	3.835	41
BB Leasing S.A. – Arrendamento Mercantil	Arrendamento	(I)	100,00	3.700.810	3.860.509	61.022
BB Leasing Company Ltd.	Arrendamento	(I)	100,00	101.476	112.399	195
BB Securities LLC.	Corretora	(I)	100,00	78.210	126.913	9.043
Brasilian American Merchant Bank	Bancária	(I)	100,00	979.453	1.108.520	7.745
BB Securities Asia Pte. Ltd.	Corretora	(I)	100,00	10.600	14.730	447
BB Securities Ltd.	Corretora	(I)	100,00	103.055	140.908	4.530
Besc DTVM S.A.	Adm. de Ativos	(I)	99,62	7.162	7.195	55
Banco Patagonia S.A.	Banco Múltiplo	(I)	58,96	962.776	1.067.772	145.064
Banco Votorantim S.A.	Banco Múltiplo	(II)	50,00	3.380.806	3.775.618	87.999
BB Americas	Banco Múltiplo	(I)	100,00	64.182	88.464	9.958
Segmento Investimentos						
BB Banco de Investimento S.A.	Banco de Invest.	(I)	100,00	2.958.198	3.106.318	313.709
Segmento Gestão de Recursos						
BB DTVM S.A.	Adm. de Ativos	(I)	100,00	306.864	344.348	214.061
Segmento Seg., Previd. e Capitaliz.						
BB Seguridade Participações S.A.	Holding	(I)	66,25	3.374.242	3.949.332	543.498
Segmento Meios de Pagamento						
BB Adm. de Cartões de Crédito S.A.	Serviços	(I)	100,00	30.098	31.729	4.328
BB Elo Cartões Participações S.A.	Holding	(I)	100,00	430.829	577.525	49.252
Outros Segmentos						
BB Administradora de Consórcios S.A.	Consórcios	(I)	100,00	188.871	209.975	50.810
BB Turismo	Turismo	(I)	100,00	10.790	14.792	1.459
BB Money Transfers Inc.	Serviços	(I)	100,00	5.059	4.281	41
BB Tecnologia e Serviços S.A. (antiga Cobra Tecnologia)	Informática	(I)	99,97	153.299	200.487	12.296

(I) Controladas, consolidadas integralmente.

(II) Controladas em conjunto, consolidadas proporcionalmente.

A tabela a seguir apresenta as participações societárias detidas diretamente pelo BB Banco de Investimentos S.A. (BB-BI) e que são consolidadas contabilmente pela formação do grupo econômico BB Consolidado. O BB detém participações adicionais por meio de outras subsidiárias nas seguintes empresas:

- I. Ativos S.A.: 75,71% pelo BB-BI e 24,29% pelo Brazilian American Merchant Bank (BAMB), totalizando 100%;
- II. Cibrasec: 9,09% pelo BB-BI e 3,03 pelo Banco Múltiplo, totalizando 12,12%;
- III. Kepler Weber: 17,46% pelo BB-BI e 0,0227% pela BB Gestão de Recursos – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários (BB DTVM), totalizando 17,46%;
- IV. Tecban: 9,02% pelo BB-BI e 4,51% pelo Banco Múltiplo, totalizando 13,53%.

Tabela 167. Participações Societárias detidas majoritariamente pelo BB Banco de Investimentos

R\$ mil	Atividade		Participação Total - % Set/14	Saldo de Investimento Set/13 Set/14		Result. de 3T14
Participações Consolidadas						
Segmento Investimentos						
Kepler Weber S.A.	Indústria	(II)	17,46	78.157	82.097	11.975
Companhia Brasileira de Segur. – Cibrasec	Aquisição de Créd.	(III)	12,12	9.139	2.265	(3)
Neoenergia S.A.	Energia	(II)	11,99	1.128.148	1.109.683	20.591
Segmento Seg., Previd. e Capitaliz.						
Seg. Brasileira de Créd. à Exportação – SBCE	Seguradora	(III)	12,09	3.086	3.149	(36)
Segmento Meios de Pagamento						
Cielo S.A. ¹	Serviços	(II)	28,76	1.591.678	1.831.047	216.009
Tecnologia Bancária S.A. – Tecban	Serviços	(III)	13,53	21.929	30.634	3.699
Outros Segmentos						
Ativos S.A. Securitizadora de Créd. Financ.	Aquisição de Créd.	(I)	100,00	933.055	913.758	28.180

(I) Controladas, consolidadas integralmente.

(II) Controladas em conjunto, consolidadas proporcionalmente.

(III) Coligadas, consolidadas proporcionalmente conforme determinação do Bacen.

1 - Considera ágio gerado no aumento da participação acionária.

Tabela 168. Participações Societárias do Banco do Brasil via BB Seguridade Participações S.A

R\$ mil	Atividade		Participação Total - Set/14	Saldo de Investimento		Result. de 3T14
				Set/13	Set/14	
Participações Consolidadas						
Segmento Seg., Previd. e Capitaliz.						
BB Seguros Participações S.A.	Holding	(I)	66,25	4.641.492	5.525.081	507.809
BB Mapfre SH1 Participações S.A.	Holding	(II)	49,68	1.514.105	1.452.241	276.160
Mapfre BB SH2 Participações S.A.	Holding	(II)	33,13	1.191.534	1.416.419	32.565
Brasilprev Seguros e Previdência S.A.	Seg./Previd.	(II)	49,68	945.068	1.105.444	139.452
Brasilcap Capitalização S.A.	Capitalização	(II)	44,16	167.166	220.694	49.416
BB Capitalização S.A.	Capitalização	(I)	66,25	5.527	5.554	40
IRB - Brasil Resseguros	Resseguros	(II)	13,58	499.351	578.493	12.522
BB Cor. Participações S.A.	Holding	(I)	66,25	259.787	362.400	318.951
BB Corretora de Seg. e Adm. de Bens S.A.	Corretora	(I)	66,25	251.219	353.872	318.866

(I) Controladas, consolidadas integralmente.

(II) Controladas em conjunto, consolidadas proporcionalmente.

Tabela 169. Participações Societárias da BB Elo Cartões Participações S.A

R\$ mil	Atividade		Participação Total - % Set/14	Saldo de Investimento		Result. de Particip. 3T14
				Set/13	Set/14	
Participações Consolidadas						
Segmento Prestação de Serviços						
Elo Participações S.A.	Holding	(I)	49,99	428.570	574.764	49.899
CBSS - Alelo	Serviços	(II)	49,99	370.936	501.013	51.335
Elo Serviços	Serviços	(II)	33,33	10.373	12.448	(800)

(I) Coligadas, consolidadas proporcionalmente.

Tabela 170. Participações Societárias não Consolidadas

R\$ mil	Atividade		Participação Total - % Set/14	Saldo de Investimento		Result. de Particip. 3T14
				Set/13	Set/14	
Participações não Consolidadas						
Cadam S.A.	Mineradora	(IV)	21,64	25.357	25.201	(1.724)
Cia. Hidromineral Piratuba	Saneamento	(IV)	15,44	2.345	2.514	4
Itapebi Geração de Energia ¹	Energia	(IV)	0,00	78.991	-	-
Estruturadora Brasileira de Projetos - EBP	Serviços	(IV)	11,11	7.490	8.181	(191)

(IV) Coligadas, avaliadas pelo método de equivalência patrimonial.

¹ – A participação na empresa Itapebi Geração de Energia foi transferida para o grupo Neoenergia (Nota Explicativa 2 C).

10.2 Banco Votorantim

A parceria estratégica com a o Banco Votorantim (BV), através da Votorantim Finanças, foi iniciada em 2009 e tem como principais objetivos:

- I) A ampliação dos canais de distribuição;
- II) Ação conjunta no desenvolvimento e distribuição de produtos de investimento;
- III) Ampliação dos negócios do segmento de atacado e
- IV) Expansão da capacidade de originação de ativos no mercado de financiamento de veículos.

A consolidação das informações financeiras do BV nas demonstrações contábeis do BB é proporcional à participação no capital social e considera eventuais eliminações de saldo de transações entre os bancos.

Neste capítulo, todos os números apresentados refletem 100% dos saldos, contas patrimoniais e contas de resultado do BV.

Informações mais detalhadas sobre o BV podem ser obtidas no Relatório Gerencial de Resultados 3T14, disponível em www.bancovotorantim.com.br/ri.

Tabela 171. Destaques Patrimoniais

R\$ milhões	Set/13	Jun/14	Set/14	Var. %	
				s/ Set/13	s/ Jun/14
Ativos Totais	110.655	96.284	98.016	(11,4)	1,8
TVM e Derivativos	31.785	29.842	26.473	(16,7)	(11,3)
Carteira de Crédito	54.903	53.055	52.733	(4,0)	(0,6)
Depósitos	7.624	5.878	5.312	(30,3)	(9,6)
Captação no Mercado Aberto	36.187	25.831	24.415	(32,5)	(5,5)
Patrimônio Líquido	7.098	7.587	7.683	8,2	1,3

Sumário do Resultado

Os resultados do Banco Votorantim no 3T14 confirmam, mais uma vez, o avanço concreto no seu processo de reestruturação:

- I. O Lucro Líquido somou R\$ 135 milhões no 3T14, completando 4 trimestres consecutivos de resultados positivos. No 9M14, o Lucro Líquido foi de R\$ 428 milhões, equivalente a RSPL de 7,7% a.a;
- II. A Margem Financeira Bruta (MFB) recuou 2,7% em relação ao 2T14, quando houve concentração de receitas com operações do Atacado. Porém, no comparativo 9M14/9M13 a MFB cresceu 3,4%, mesmo diante da retração de 6,7% na carteira de crédito ampliada média. O NIM alcançou 5,1% a.a. no 9M14, melhora de 50 pontos base em relação ao mesmo período em 2013, resultado do foco estratégico do BV na rentabilização do seu portfólio de negócios;
- III. O índice de inadimplência das operações vencidas acima de 90 dias (Inad 90) da carteira gerenciada recuou para 5,9% em Set/14 – melhora de 60 pontos base no trimestre. No Varejo, o Inad 90 recuou para 6,2% (6,6% em Jun/14), reflexo da melhor qualidade da carteira de financiamento de veículos. No Atacado, o Inad 90 reduziu para 5,4% (6,2% em Jun/14).
- IV. As despesas consolidadas com PCLD, líquidas de receitas de recuperação de crédito, reduziram 13,7% sobre o 2T14 e 35,3% no comparativo 9M14/9M13. Esta redução está principalmente relacionada ao aumento da participação das safras de melhor qualidade - originadas até Jun/10 e após Set/11, que representavam 88% da carteira de crédito gerenciada de veículos em Set/14;
- V. As despesas administrativas e de pessoal apresentaram redução nominal de 8,2% no comparativo 9M14/9M13, a despeito da inflação do período. No trimestre as despesas cresceram 20,8% frente ao 2T14, impactadas principalmente por demandas trabalhistas ligadas à reestruturação. Com isso, o Índice de Eficiência dos últimos 12 meses alcançou 34,9% em Set/14, mantendo a trajetória de melhora.

Tabela 172. Demonstração do Resultado com Realocações¹ - Trimestral

R\$ milhões	Fluxo Trimestral						Var. % s/ 2T14
	2T14			3T14			
	Contábil	Ajustes ¹	Gerencial	Contábil	Ajustes ¹	Gerencial	
Receitas da Intermediação Financeira	3.618	(299)	3.319	4.134	(10)	4.124	24,2
Operações de Crédito	1.834	(245)	1.590	2.036	(158)	1.878	18,2
Operações de Arrendamento Mercantil	34	-	34	24	-	24	(30,4)
Resultado de Operações com TVM	934	-	934	872	-	872	(6,6)
Result. com Instrum. Financ. Derivat.	(83)	(54)	(137)	213	148	361	-
Resultado de Operações de Câmbio	(7)	-	(7)	96	-	96	-
Resultado das Aplicações Compulsórias	-	-	-	-	-	-	-
Oper. de Venda ou de Transf. de Ativos Financ.	905	-	905	892	-	892	(1,4)
Despesa da Intermediação Financeira	(2.122)	-	(2.122)	(2.959)	-	(2.959)	39,4
Operações de Captação no Mercado	(1.484)	-	(1.484)	(2.189)	-	(2.189)	47,5
Operações de Emp., Cessões e Rep.	(25)	-	(25)	(167)	-	(167)	565,3
Oper. de Venda ou de Transf. de Ativos Financ.	(613)	-	(613)	(603)	-	(603)	(1,6)
Margem Financeira Bruta	1.496	(299)	1.197	1.175	(10)	1.165	(2,7)
Provisão para Créd. Liquidação Duvidosa	(768)	245	(523)	(609)	158	(451)	(13,7)
Margem Financeira Líquida	728	(54)	674	566	148	714	5,9
Outras Receitas/Despesas Operacionais	(536)	27	(510)	(425)	(102)	(527)	3,4
Receitas de Prestação de Serviços	206	-	206	249	-	249	20,9
Despesas de Pessoal	(290)	-	(290)	(362)	-	(362)	25,0
Outras Despesas Administrativas	(257)	-	(257)	(298)	-	(298)	16,1
Despesas Tributárias	(113)	3	(110)	(112)	(6)	(118)	7,0
Result. de Particip. em Colig. e Controladas	34	-	34	36	-	36	5,7
Outras Receitas Operacionais	16	23	39	198	(96)	102	160,1
Outras Despesas Operacionais	(132)	-	(132)	(136)	-	(136)	2,7
Resultado Operacional	192	(28)	164	141	46	187	13,7
Resultado Não Operacional	(0)	-	(0)	(27)	-	(27)	5.538,4
Resultado Antes da Tributação s/ Lucro	191	(28)	164	113	46	159	(2,6)
Imposto de Renda e Contribuição Social	(7)	28	21	72	(46)	25	21,8
Participações Estatutária no Lucro (Prejuízo)	(44)	-	(44)	(50)	-	(50)	12,1
Lucro (Prejuízo) Líquido	140	-	140	135	-	135	(3,6)

1-Os ajustes referem-se a: (i) receitas de recuperação de créditos baixados para prejuízo e despesas com provisões de crédito referentes à carteira cedida com coobrigação, classificadas na linha "Operações de Crédito" que foram realocados para "Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa" e (ii) variações cambiais dos investimentos no exterior, que são contabilizadas em Outras Receitas (Despesas) Operacionais e que foram realocadas para Resultado de Instrumentos Financeiros Derivativos, bem como os efeitos fiscais e tributários da estratégia de hedge desses investimentos.

Margem Financeira Bruta

A MFB reduziu 2,7% na comparação ao trimestre anterior, cresceu 3,4% no comparativo aos 9M13, mesmo diante da retração da carteira de crédito ampliada, reflexo do foco estratégico do BV em rentabilizar seu portfólio atual de negócios.

As receitas da intermediação financeira cresceram 24,2% (R\$ 805 milhões) em relação ao 2T14, principalmente impulsionadas pela expansão do total de receitas com operações de crédito, que incluem as receitas de juros daqueles ativos cedidos com retenção substancial de riscos no âmbito da Resolução BACEN 3.533, e pela variação positiva no resultado com instrumentos financeiros derivativos, os quais são utilizados regularmente como hedge.

No comparativo 9M14/9M13, as receitas da intermediação financeira cresceram 7,1% (R\$ 705 milhões), principalmente pela variação positiva no resultado com instrumentos financeiros derivativos e pelo aumento no total das receitas com operações de crédito. Importante observar que o total de receitas com operações de crédito cresceu 5,6% em relação ao 9M13, mesmo diante da retração de 4,0% na carteira classificada nos últimos 12 meses. Este crescimento foi impulsionado pelo melhor desempenho do negócio de financiamento de veículos, que apresentou redução da inadimplência acima de 60 dias.

Ao final de Set/14, o saldo *off-balance* de ativos cedidos com coobrigação até Dez/11 (conforme Res. 3533) somava R\$ 2,1 bilhões, ante R\$ 6,4 bilhões em Set/13. O BV já reconheceu as receitas associadas a esses ativos no ato da cessão, mas permanece responsável pelas despesas associadas à liquidação antecipada (pré-pagamento) desses contratos cedidos, bem como pelas despesas com provisões de crédito.

As despesas de intermediação financeira cresceram 39,4% (R\$ 837 milhões) em relação ao 2T14, principalmente por efeitos de variações cambiais, os quais são em grande parte compensados pelo uso de instrumentos financeiros derivativos (*hedge*). No comparativo 9M14/9M13, as despesas de intermediação financeira cresceram 9,0% (R\$ 590 milhões), principalmente em razão do aumento

com despesas de captações – devido à variação cambial, e despesas com transferências de ativos – resultado do maior volume de cessões com coobrigação realizada no período.

No 9M14, como parte da estratégia de alongamento do prazo médio de captação e redução do seu custo, o BV captou R\$ 8,1 bilhões por meio da cessão com coobrigação de R\$ 6,9 bilhões em ativos de crédito do Varejo. Especificamente no 3T14, o volume de recursos captado por meio de cessões com coobrigação ao BB somou R\$ 4,2 bilhões.

O spread global bruto (NIM) alcançou 5,4% a.a. no 3T14, estável em relação ao trimestre anterior. No comparativo 9M14/9M13, o NIM registrou expansão 80 pontos base, reflexo tanto do aumento da Margem Financeira Bruta quanto da redução do saldo médio de Ativos Rentáveis.

Tabela 173. Margem Líquida de Juros e Margem de Lucro

R\$ milhões	3T13	2T14	3T14	Var. %	
				s/ 3T13	s/ 2T14
Saldo Médio de Ativos Geradores de Receitas	102.260	91.065	88.676	(13,3)	(2,6)
Saldo Médio de Passivos Geradores de Despesas	88.624	70.934	67.716	(23,6)	(4,5)
Receita Líquida de Juros ¹	747	1.343	710	(4,9)	(47,1)
Receitas de Juros	3.604	3.463	3.667	1,7	5,9
Despesas de Juros	(2.858)	(2.120)	(2.956)	3,5	39,5
Demais Componentes da Margem Financeira Bruta²	365	(146)	455	24,6	(411,3)
Margem Financeira Bruta	1.112	1.197	1.165	4,8	(2,7)
Passivos Onerosos / Ativos Rentáveis - %	83,7	77,9	76,4	(8,8)	(2,0)
Taxa de Juros s/ Saldo Médio Ativos Geradores de Receitas ³ - %	14,3	16,1	17,6	23,1	9,2
Taxa de Juros s/ Saldo Médio Passivos Geradores de Despesas ⁴ - %	11,0	12,5	18,6	69,5	49,1
Margem de Lucro Líquida ⁵ - %	3,3	3,6	(1,0)	(131,7)	(129,0)
Margem Líquida de Juros ⁶ - %	5,1	6,0	3,2	(35,8)	(46,3)
Margem Financeira Bruta / Ativos Rentáveis - % (Spread Global)	4,6	5,4	5,4	16,8	(0,0)

1-Definida como receita de juros menos despesas de juros.

2-Contém derivativos, contratos de assunção de dívidas, resultado de operações de câmbio, empréstimos de ouro, fundo garantidor de crédito, ganho/perda cambial no exterior e outras receitas com características de intermediação financeira.

3-Receita total de juros dividida pelo saldo médio dos ativos geradores de receita.

4-Despesa total de juros dividida pelo saldo médio de passivos geradores de despesa.

5-Diferença entre a taxa média dos ativos geradores de receita e a taxa média dos passivos geradores de despesas.

6-Receita líquida de juros dividida pelo saldo médio dos ativos geradores de receita.

Carteira de Crédito

Em Set/14, a carteira de crédito classificada pela Resolução 2.682 atingiu R\$ 52,7 bilhões, enquanto a carteira de crédito gerenciada encerrou o 9M14 em R\$ 55,1 bilhões.

No Varejo, a carteira de crédito classificada atingiu R\$ 35,4 bilhões em Set/14, com redução de 1,4% em relação a Jun/14. Nos últimos 12 meses, a carteira do segmento retraiu 4,0% em razão da postura mais conservadora da instituição na concessão de crédito e do foco em assegurar a qualidade e rentabilidade das novas safras.

A carteira de crédito ampliada do Atacado, que inclui garantias prestadas e TVM privado, encerrou Set/14 com saldo de R\$ 32,3 bilhões, redução de 0,2% no trimestre e de 10,9% em 12 meses, resultado da maior disciplina no uso de capital e da revisão da estratégia de atuação no mercado de médias empresas (“*middle market*”). No final de 2013, o BV tomou a decisão de focar sua atuação no mercado de atacado em empresas com faturamento anual superior a R\$ 200 milhões e, dessa forma, tem reduzido gradativamente sua exposição ao chamado “*lower middle*”.

Tabela 174. Carteira de Crédito

R\$ milhões	Set/13	Jun/14	Set/14	Var. %	
				s/ Set/13	s/ Jun/14
Pessoa Jurídica (Atacado) (a) ¹	18.014	17.163	17.332	(3,8)	1,0
Pessoa Física (Varejo) (b)	36.889	35.891	35.400	(4,0)	(1,4)
Veículos (CDC e Leasing)	29.832	29.586	29.345	(1,6)	(0,8)
Consignado	6.637	5.789	5.533	(16,6)	(4,4)
Outros ²	420	516	522	24,2	1,1
Carteira de Crédito Classificada (c=a+b)	54.903	53.055	52.733	(4,0)	(0,6)
Avais e Fianças Prestados (d)	11.740	10.148	9.837	(16,2)	(3,1)
TVM Privado e outros (e) ³	6.446	5.011	5.084	(21,1)	1,5
Carteira de Crédito Ampliada (f=c+d+e)	73.090	68.213	67.654	(7,4)	(0,8)
Ativos cedidos - com Coobrigação (g)	5.396	2.812	2.135	(60,4)	(24,1)
Veículos (CDC e Leasing)	3.870	1.959	1.459	(62,3)	(25,5)
Consignado	1.526	853	677	(55,6)	(20,6)
FIDCs (h)	981	406	287	(70,7)	(29,4)
Carteira de Crédito Ampliada Gerenciada (i=f+g+h)	79.467	71.431	70.076	(11,8)	(1,9)
Varejo (b+g+h)	43.267	39.109	37.823	(12,6)	(3,3)
Atacado (a+d+e)	36.200	32.322	32.253	(10,9)	(0,2)

1. Inclui operações da BV Nassau (agências no exterior); 2. Empréstimo pessoal, CDC sem garantia e Cartão de Crédito; 3. A partir do Jun/14, os ajustes a mercado de operações de crédito e arrendamento mercantil estão considerados na carteira de crédito classificada;

O BV também tem sido mais conservador na concessão de financiamentos de veículos, praticando prazos mais curtos e solicitando “entradas” maiores em comparação a 2010 e 2011. Adicionalmente, o BV continua a privilegiar o financiamento de veículos usados para a carteira própria, o qual é historicamente mais rentável para a BV Financeira e no qual a instituição possui reconhecida competência.

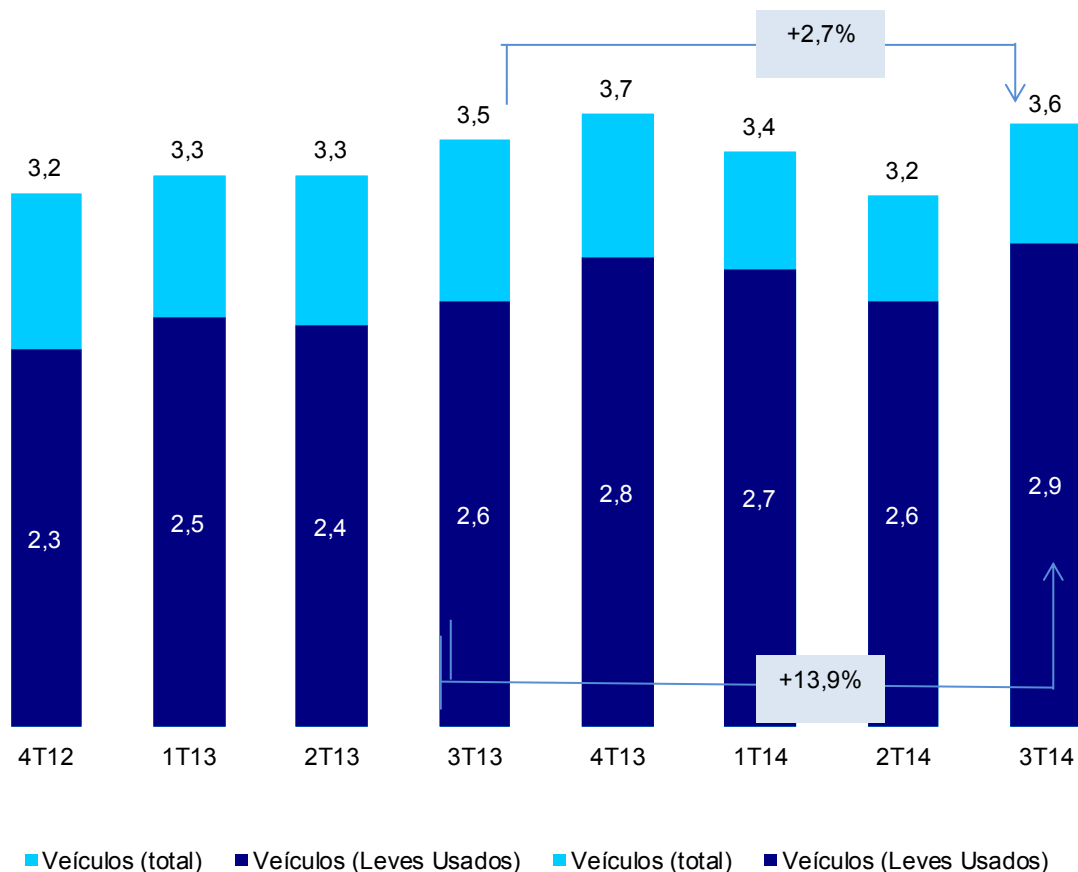
Tabela 175. Indicadores – Veículos

	3T13	2T14	3T14
Produção			
Taxa Média por Safra - % a.a.	25,0	26,4	26,2
Prazo Médio por Safra – Meses	45	44	44
Valor Financiado / Valor do Bem - %	62,7	60,7	60,4
Veículos Usados / Veículos Leves - %	81,3	86,3	86,6
Carteira			
Taxa Média da Carteira - % a.a. ¹	27,1	25,3	25,4
Prazo Médio da carteira – Meses	16	16	16
Valor Financiado / Valor do Bem - %	63,6	57,3	55,8
Veículos Usados / Carteira de Veículos - %	73,4	78,0	79,2
Idade Média dos Veículos (anos)	5	5	5

1-Calculada com base na carteira média trimestral.

A combinação entre os aprimoramentos nos processos e modelos de crédito e a prudência na concessão de financiamentos tem produzido resultados tangíveis. O BV há três anos origina financiamentos de veículos com padrão de qualidade igual ou superior à média histórica.

Figura 81. Originação (Fin. de Veículos e Veículos Leves Usados) – R\$ bilhões

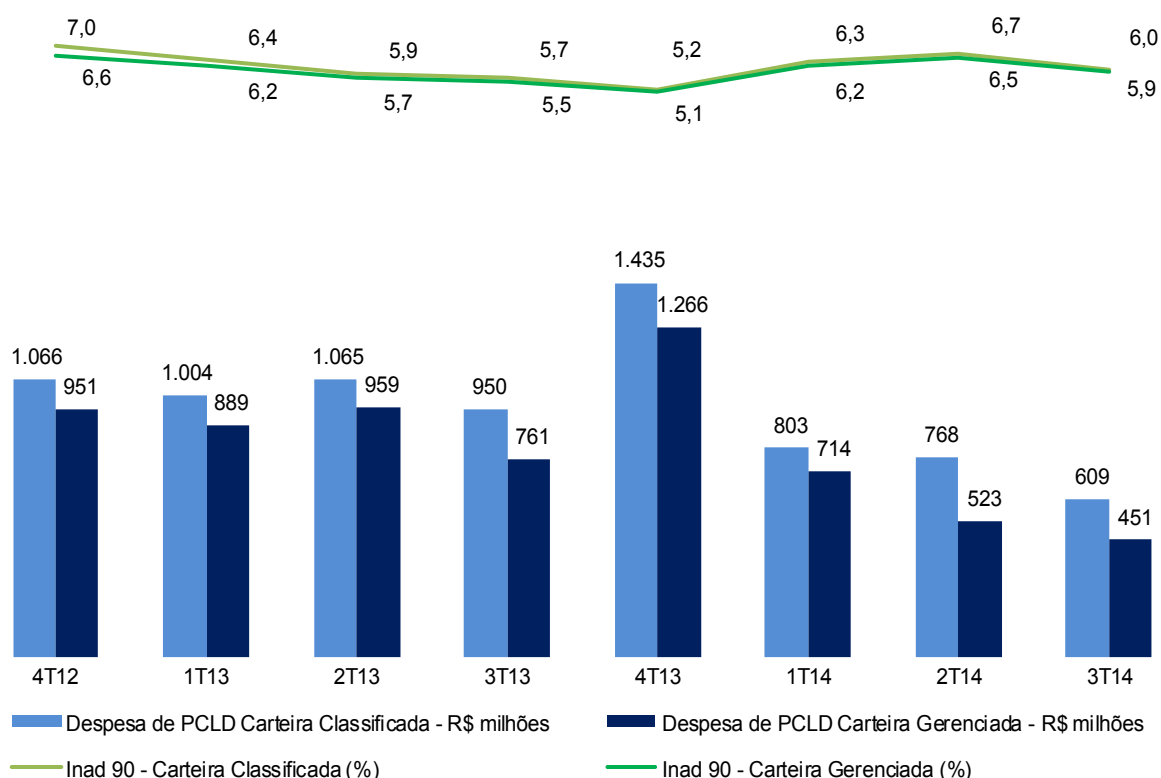


Inadimplência e Provisão

As carteiras originadas até Jun/10 e após Set/11 já representavam 88% da carteira gerenciada de veículos leves em Set/14, ante 70% em Set/13, contribuindo para a melhora da inadimplência acima de 90 dias deste segmento ao longo dos últimos 12 meses (Set/14: 5,9%; Set/13: 6,5%).

No Consolidado, a inadimplência da carteira classificada fechou Set/14 em 6,0%, com redução de 70 pontos base em relação a Jun/14. Em relação a Set/13, o recuo foi de 30 pontos base, impactada principalmente pelo indicador do Atacado, que apresentou elevação devido ao atraso de um caso pontual – o qual está classificado no nível de risco “G”, com 90% (R\$ 541 milhões) de provisionamento.

Figura 82. PCLD Carteira Gerenciada vs PCLD Carteira Classificada



A seguir são apresentadas informações sobre inadimplência e provisão incluindo as cessões em que há retenção de risco, denominada “Carteira Gerenciada”.

A inadimplência consolidada da carteira gerenciada encerrou Set/14 em 5,9%, com redução de 60 pontos base em relação a Jun/14 e de 40 pontos base sobre Set/13. Desconsiderando o caso pontual do Atacado anteriormente citado, a inadimplência consolidada teria encerrado Set/14 em 4,9%, 60 pontos base inferior a Set/13.

No Varejo, a inadimplência da carteira gerenciada encerrou Set/14 em 6,2%, 40 pontos base menor que o indicador do trimestre anterior, e 70 pontos base abaixo do indicador de Set/13. No Atacado, a inadimplência alcançou 5,4% em Set/14, 80 pontos base inferior a Jun/14. Importante notar que o percentual da carteira do Atacado, classificada entre AA-C (pela Resolução 2.682), alcançou 85,9% em Set/14, ante 84,1% em Jun/14.

As despesas consolidadas com PCLD, líquidas de receitas de recuperação de crédito, reduziram 13,7% sobre o 2T14 e 35,3% no comparativo 9M14/9M13. Esta redução está principalmente relacionada ao aumento da participação das safras de melhor qualidade - originadas até Jun/10 e após Set/11, que representavam 88% da carteira de crédito gerenciada de veículos em Set/14.

Importante destacar que, apesar da redução das despesas com PCLD, o BV tem registrado importante evolução do índice de cobertura das operações de crédito vencidas há mais de 90 dias, que aumentou de 78% em Set/11 – início do processo de ajuste, para 119% em Set/13 e 126% em Set/14, reflexo da postura prudencial com relação a provisões.

Tabela 176. Qualidade da Carteira Gerenciada

R\$ milhões	3T13	2T14	3T14
Carteira de Crédito Gerenciada ¹	61.281	56.273	55.155
Operações Vencidas + 90 dias	3.370	3.095	3.034
Operações Vencidas + 90 dias / Carteira de Crédito Gerenciada - %	5,5%	6,5%	5,9%
Baixa para Prejuízo	(902)	(860)	(771)
Recuperação	223	223	148
Perda líquida	(679)	(636)	(623)
Perda líquida / Carteira de Crédito Gerenciada - anualizado - %	4,5%	4,6%	4,6%
New NPL²	659	959	383
New NPL/Carteira de Crédito Gerenciada	1,0%	1,7%	0,7%
Provisão¹	4.003	4.308	4.114
Provisão / Operações Vencidas + 90 dias - %	119%	118%	126%
Saldo AA-C	55.194	49.827	49.146
Saldo AA-C/Carteira de Crédito Gerenciada	90%	89%	89%

1-Inclui PCLD de Ativos Cedidos em Coobrigação

2-(Δ NPL trimestral + baixas para prejuízo do período)/Carteira de Crédito do Trimestre Imediatamente Anterior

Captações

O total de recursos captados alcançou R\$ 72,4 bilhões ao final de Set/14, com redução de 2,0% nos últimos 12 meses.

Desde o início do processo de reestruturação, em Set/11, a carteira de crédito classificada do BV vem apresentando redução, o que diminuiu a necessidade de captações. No Atacado adotou-se maior disciplina no uso de capital, enquanto no Varejo moderou-se o volume de originação de crédito (em relação a 2010-2011) de forma a assegurar a qualidade e rentabilidade das novas safras.

No atual contexto de menor demanda por *funding*, o BV tem atuado na melhora do perfil dos recursos captados junto ao mercado. Nos últimos 12 meses, ampliou-se a participação de instrumentos mais estáveis, como Letras (LF, LCI e LCA) e operações de cessão de créditos com coobrigação (que já representam 43% do total de recursos captados), e reduziu-se o volume de depósitos a prazo (CDBs).

Tabela 177. Captações

R\$ milhões	Set/13	Jun/14	Set/14	Var. %	
				s/ Set/13	s/ Jun/14
Debêntures (Operações Compromissadas)	16.309	15.841	14.414	(11,6)	(9,0)
Depósitos (CDB e Outros)	7.624	5.878	5.312	(30,3)	(9,6)
Letras	15.038	15.818	16.013	6,5	1,2
Letras Financeiras	12.254	12.802	12.718	3,8	(0,7)
Letras de Crédito do Agronegócio	2.594	2.496	2.852	10,0	14,3
Letras de Crédito Imobiliário	191	521	443	131,8	(14,9)
Empréstimos e Repasses	7.657	5.660	6.452	(15,7)	14,0
Dívida Subordinada	7.071	7.676	7.047	(0,3)	(8,2)
TVM no Exterior	7.182	6.104	6.101	(15,1)	(0,1)
Obrigações com cessões de crédito	10.420	13.151	15.470	48,5	17,6
Outras Captações¹	2.591	1.548	1.593	(38,5)	2,9
Total de Captações	73.892	71.677	72.401	(2,0)	1,0
Carteira de Crédito Classificada/Total de Captações (%)	73,2	72,0	73,9	0,7	1,9

1-Inclui Box de Opções

Índice de Basileia

A partir de outubro de 2013 passou a vigorar o conjunto normativo que implementou no Brasil as recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia relativas à estrutura de capital de

instituições financeiras, conhecidas por Basileia III. O Bacen, por meio das Resoluções 4.192 e 4.193/2013, dispôs sobre a nova metodologia para apuração e os requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência (PR), de Nível I e de Capital Principal. O requerimento mínimo de PR permanece em 11%, sendo que a exigência de Capital Nível I é de 5,5% e de Capital Principal é de 4,5%.

O Índice de Basileia encerrou Set/14 em 15,3%, 0,2 p.p. superior ao índice de Jun/14 e 1,4 p.p. superior ao índice de 12 meses atrás. Importante ressaltar que o Capital Nível I encerrou Set/14 em 10,0%, 0,1 p.p. superior a Jun/14 e composto integralmente de Capital Principal – evidenciando a melhora na qualidade do Capital do Banco Votorantim. Adicionalmente, cabe destacar a redução da parcela de risco de crédito nos últimos 12 meses, que reflete a disciplina no uso de capital associada à estratégia de rentabilização dos negócios atuais (vs. crescimento)

Tabela 178. Índice de Basileia

R\$ milhões	3T13	2T14	3T14
PR - Patrimônio de Referência	10.728	11.052	11.186
Capital Nível I	7.338	7.256	7.339
Principal	7.338	7.256	7.339
Complementar	-	-	-
Capital Nível II	3.390	3.796	3.847
RWA - Ativo Ponderado pelo Risco	77.100	73.119	73.282
Risco de Crédito	71.328	66.709	66.967
Risco de Mercado	2.131	2.248	2.127
Risco Operacional	3.641	4.162	4.191
Patrimônio Mínimo de Referência Exigido	8.481	8.043	8.061
Índice de Basileia: PR / RWA	13,9%	15,1%	15,3%
Capital Nível I	9,5%	9,9%	10,0%
Principal	9,5%	9,9%	10,0%
Complementar	-	-	-
Capital Nível II	4,4%	5,2%	5,3%

10.3 Negócios Internacionais

A presença do BB no exterior visa manter sua posição de referência para empresas e indivíduos brasileiros e sul-americanos nos mercados internacionais.

O Banco Patagonia, no 3T14, atingiu resultado antes de impostos de R\$ 215 milhões, incremento de 25,5% quando comparado ao trimestre anterior. A Margem Financeira Bruta atingiu 288 milhões, crescimento de 22% em relação ao 2T14. No acumulado do ano, o resultado do banco controlado pelo BB na Argentina atingiu 484 milhões, superando o montante atingido em todo o ano de 2013.

Nos EUA, o BB Americas apresentou ativos totais de R\$ 561,7 milhões, saldo de operações de crédito de R\$ 255,5 milhões e resultado acumulado de R\$ 15 milhões nos 9M14. Os produtos de maior destaque do Banco americano controlado pelo BB são: cartão pré-pago, cartões de crédito, cartões de débito, empréstimos, depósitos e financiamento imobiliário para residentes e não residentes.

Na Europa, permanece em curso a reestruturação das plataformas tecnológica e de negócios, com a futura integração das agências de Milão e Frankfurt ao BB Aktiengesellschaft (BB AG), subsidiária integral do Banco do Brasil S.A. na Áustria.

Na Ásia, a principal operação do Banco do Brasil está localizada no Japão, onde a atuação do BB está focada no atendimento às necessidades bancárias dos nipo-brasileiros residentes, do segmento *corporate*, dos nipo-peruanos e dos japoneses interessados em investimentos em reais. A estrutura de atendimento do BB em Tóquio compõe-se de uma agência de varejo, próxima ao consulado brasileiro, e uma agência *corporate*. Além dessas, o BB possui subagências nas cidades com presença significativa de brasileiros, além de uma unidade volante que se desloca entre as localidades onde não há presença física do Banco, buscando cumprir o compromisso institucional de estar próximo aos clientes.

Na China, após a inauguração de nova agência, em Xangai, o BB busca oportunidades de negócios no segmento de atacado, atendendo principalmente às demandas por produtos e serviços das empresas brasileiras que possuem negócios com a China e as empresas chinesas com negócios com o Brasil, além dos bancos locais, grandes parceiros de negócios com o Banco do Brasil.

A tabela a seguir apresenta os saldos das principais contas patrimoniais de agências, controladas e subsidiárias no exterior, incluído o Banco Patagonia. Os valores relativos às transações entre as dependências no exterior foram eliminados e a linha Grupo BB representa o saldo das transações entre as dependências no exterior e o restante do Grupo BB no País.

Tabela 179. Saldos Patrimoniais - Consolidado no Exterior

R\$ milhões	Fluxo Trimestral			Var. %	
	Set/13	Jun/14	Set/14	s/ Set/13	s/ Jun/14
ATIVO	137.624	148.881	152.232	10,6	2,3
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	32.769	39.779	34.788	6,2	(12,5)
Titulos e Valores Mobiliários	10.311	13.312	12.893	25,0	(3,1)
Títulos Disponíveis para Negociação	1.234	1.970	2.423	96,4	23,0
Títulos Disponíveis para Venda	9.012	11.277	10.470	16,2	(7,2)
Títulos Mantidos até o Vencimento	65	65	-	-	-
Operações de Crédito	47.641	45.819	49.125	3,1	7,2
Setor Público	4.237	605	4.685	10,6	674,4
Setor Privado	43.404	45.214	44.440	2,4	(1,7)
Outros Ativos	6.478	5.058	5.354	(17,3)	5,9
Grupo BB	40.426	44.913	50.072	23,9	11,5
PASSIVO	137.624	148.881	152.232	10,6	2,3
Depósitos	45.123	48.355	50.458	11,8	4,3
Depósitos à Vista	5.537	6.275	7.495	35,4	19,4
Depósitos a Prazo	23.948	20.576	20.877	(12,8)	1,5
Depósitos Interfinanceiros	15.639	21.504	22.086	41,2	2,7
Recursos de Aceites e Emissões de Títulos	27.432	29.027	28.944	5,5	(0,3)
Obrigações por Empréstimos	13.073	16.791	18.228	39,4	8,6
Dívidas Subordinadas e Bônus Perpétuos	19.397	24.462	26.765	38,0	9,4
Demais Passivos	7.810	8.728	5.712	(26,9)	(34,6)
Grupo BB	17.003	14.488	12.867	(24,3)	(11,2)
Patrimônio Líquido	7.787	7.030	9.258	18,9	31,7
Atribuível à Controladora	7.117	6.429	8.515	19,6	32,4
Participação dos Não Controladores	670	601	743	10,9	23,6

Tabela 180. Consolidado no Exterior – Resultado

R\$ milhões	Fluxo Trimestral			Var. %	
	3T13	2T14	3T14	s/ 3T13	s/ 2T14
Lucro Pós Impostos, Contribuições e Participações	374	259	387	3,5	49,4
Participações dos Minoritários	(56)	(41)	(101)	79,7	144,8
Lucro Líquido	318	218	286	(10,0)	31,3

10.3.1 Banco Patagonia

O Lucro Líquido do Banco Patagonia atingiu 131 milhões no 3T14. O resultado é 18,9% superior ao obtido no 2T14, o que demonstra consolidação da posição estratégica do BB através do banco controlado na Argentina.

Os ativos totais do Banco Patagonia apresentaram crescimento de 16,3% no 3T14, em relação ao 2T14, atingindo 11,6 bilhões. O Patrimônio Líquido atingiu 1,8 bilhões, incremento de 23,6%.

Nas tabelas a seguir, apresentamos os principais destaques patrimoniais de resultado e dados estruturais do Banco Patagonia.

Tabela 181. Banco Patagonia – Destaques Patrimoniais

R\$ milhões	Saldos			Var. %	
	Set/13	Jun/14	Set/14	s/ Set/13	s/ Jun/14
Ativos	11.576	9.964	11.590	0,1	16,3
Operações de Crédito	7.489	5.592	6.370	(14,9)	13,9
Exposição ao Setor Público	79	66	73	(7,6)	10,5
Depósitos	8.084	6.740	7.860	(2,8)	16,6
Patrimônio Líquido	1.632	1.465	1.811	11,0	23,6

Tabela 182. Banco Patagonia – Saldos de Captações

R\$ million	Chg. %				
	Sep/13	Jun/14	Sep/14	on/ Sep/13	on/ Jun/14
Interbanking	81	106	93	14	(13)
Repo	2	46	22	959	(53)
Companies	2,434	1,921	2,101	(13,7)	9,4
Individuals	1,283	1,048	1,017	(20,7)	(2,9)
Emissions	248	180	172	(31)	(4)
TOTAL	4,048	3,300	3,404	(644)	104

Tabela 183. Banco Patagonia – Principais Linhas do Resultado

R\$ milhões	Fluxo Trimestral			Var. %	
	3T13	2T14	3T14	s/ 3T13	s/ 2T14
Margem Financeira Bruta	339	236	288	(15,0)	22,0
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	54	21	29	(46,3)	39,1
Receitas de Prestação de Serviços	125	105	118	(5,6)	12,3
Despesas Administrativas	178	159	178	-	11,8
Outros	-	10	15	-	45,8
Resultado Antes da Tributação s/ Lucro	232	171	215	(7,3)	25,5
Impostos	95	61	84	(11,6)	37,3
Lucro Líquido	137	110	131	(4,4)	18,9

Figura 83. Banco Patagonia – Série Histórica Lucro Líquido – R\$ milhões

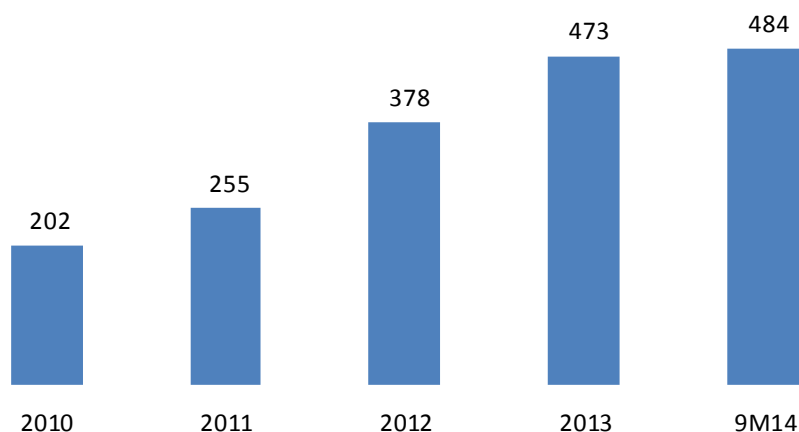


Tabela 184. Banco Patagonia – Indicadores de Rentabilidade, Capital e Crédito

%	3T13	2T14	3T14
Retorno sobre o Patrimônio Líquido	30,6	47,9	42,2
Índice de Basileia	19,1	20,6	24,7
Provisão / Operações Vencidas + 90 dias	208,0	223,0	224,5
Operações Vencidas + 90 dias / Carteira de Crédito	1,5	1,9	1,8

Tabela 185. Banco Patagonia – Destaques Operacionais e Estruturais

	Var. %				
	Set/13	Jun/14	Set/14	s/ Set/13	s/ Jun/14
Clientes	940.841	937.124	940.286	(0,1)	0,3
Agências	172	174	174	1,2	-
Agências em Buenos Aires	90	91	91	1,1	-
Pontos de Atendimento	196	196	195	(0,5)	(0,5)
Funcionários	3.264	3.247	3.254	(0,3)	0,2

11 - Série de Demonstrações Contábeis

11.1. Balanço Patrimonial Resumido

Tabela 186. Balanço Patrimonial Ativo – Série Trimestral

R\$ milhões	Saldos							
	Dez/12	Mar/13	Jun/13	Set/13 ¹	Dez/13	Mar/14	Jun/14	Set/14
ATIVO	1.149.308	1.179.208	1.214.614	1.259.120	1.303.915	1.369.965	1.401.128	1.431.629
Circulante e Realizável a Longo Prazo	1.125.652	1.156.286	1.192.136	1.237.001	1.281.241	1.346.036	1.379.313	1.410.679
Disponibilidades	12.311	12.999	14.351	16.563	11.834	10.993	11.812	13.961
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	219.323	236.433	222.865	233.320	231.132	292.331	297.619	317.820
TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos	184.357	182.538	192.029	195.932	201.939	196.451	208.265	210.435
Títulos Disponíveis para Negociação	74.711	76.607	79.008	78.391	84.520	82.654	88.773	93.817
Títulos Disponíveis para Venda	95.321	91.515	97.207	100.515	101.112	97.312	103.049	100.356
Títulos Mantidos até o Vencimento	12.910	13.132	13.834	15.424	14.786	14.873	15.144	14.539
Instrumentos Financeiros Derivativos	1.415	1.284	1.980	1.602	1.521	1.611	1.299	1.723
Relações Interfinanceiras	83.401	85.549	86.188	98.578	94.150	97.630	97.146	86.925
Depósitos no Banco Central	80.098	77.273	78.892	88.488	90.746	87.796	86.599	78.739
Compulsórios s/ Dep. não Remunerados	15.741	13.402	13.547	14.572	16.339	13.888	11.309	15.404
Compulsórios s/ Dep. Remunerados	64.357	63.872	65.346	73.915	74.407	73.908	75.290	63.335
Demais	3.303	8.275	7.296	10.090	3.404	9.834	10.547	8.186
Relações Interdependências	468	152	140	297	671	236	229	273
Operações de Crédito	469.713	479.621	515.431	526.024	560.203	568.565	585.824	598.022
(PCLD)	(20.522)	(20.739)	(20.936)	(21.409)	(22.652)	(23.073)	(23.711)	(24.674)
Operações de Arrendamento Mercantil	1.883	1.631	1.521	1.352	1.291	1.123	1.074	1.017
Op. de Arrend. e Subarrend. a Receber	2.011	1.746	1.615	1.431	1.358	1.180	1.128	1.066
(PCLD de Arrendamento Mercantil)	(128)	(115)	(94)	(79)	(67)	(56)	(54)	(49)
Outros Créditos	150.288	153.675	155.906	160.631	175.887	174.578	173.108	177.489
Créditos por Avais e Fianças Honrados	108	106	133	138	442	425	458	460
Carteira de Câmbio	17.276	16.592	16.794	16.557	17.525	18.093	16.111	16.372
Rendas a Receber	1.818	1.841	1.936	2.072	2.094	2.104	2.157	2.689
Negociação e Intermediação de Valores	601	956	1.458	1.268	1.263	1.286	1.359	1.852
Créditos Específicos	1.264	1.293	1.324	1.357	1.390	1.433	1.469	1.509
Créditos de Seg., Previd. e Capitalização	2.194	2.521	3.058	3.634	3.757	3.840	4.068	4.713
Crédito Tributário	28.244	29.264	28.052	28.451	27.462	27.581	28.260	29.381
Ativo Atuarial	11.808	12.352	6.430	6.655	15.449	16.024	9.737	10.083
Fundo Paridade	741	765	748	760	172	168	117	118
Devedores por Depósitos em Garantia	28.082	29.014	30.164	31.881	33.267	34.644	35.679	36.918
Fundo Destinação Superávit - PREVI	8.458	8.375	8.484	8.501	7.794	7.935	8.046	8.092
Fundo de Destinação	2.374	1.917	1.378	1.101	-	-	-	-
Fundo de Contribuição	727	636	537	431	-	-	-	-
Fundo de Utilização	5.358	5.822	6.570	6.968	7.794	7.935	8.046	8.092
Diversos	51.171	52.119	58.911	60.767	67.070	62.877	67.626	67.429
(Provisão para Outros Créditos)	(1.476)	(1.522)	(1.572)	(1.407)	(1.798)	(1.830)	(1.979)	(2.127)
(Com Característica de Crédito)	(560)	(560)	(510)	(618)	(943)	(945)	(1.032)	(1.048)
(Sem Característica de Crédito)	(916)	(962)	(1.062)	(789)	(855)	(885)	(947)	(1.080)
Outros Valores e Bens	3.909	3.688	3.706	4.304	4.134	4.128	4.236	4.736
Outros Valores e Bens	557	567	553	579	554	657	688	686
(Provisões para Desvalorizações)	(195)	(207)	(195)	(185)	(165)	(161)	(159)	(146)
Despesas Antecipadas	3.547	3.327	3.348	3.910	3.746	3.632	3.708	4.196
Permanente	23.656	22.922	22.478	22.120	22.674	23.929	21.815	20.950
Investimentos	3.597	7.419	3.511	3.421	3.536	3.382	3.327	3.398
Imobilizado de Uso	6.637	6.633	6.769	6.924	7.258	7.290	7.671	7.098
Intangível	13.351	8.809	12.145	11.715	11.824	13.206	10.768	10.410
Diferido	70	61	52	60	56	52	48	45

1-Alguns saldos de Set/13 receberam reclassificações conforme discriminado na Nota Explicativa 3.

Tabela 187. Balanço Patrimonial Ativo – Série Anual

R\$ milhões	Saldos					CAGR - %
	2009	2010	2011	2012	2013	
ATIVO	708.549	811.172	981.230	1.149.308	1.303.915	16,5
Circulante e Realizável a Longo Prazo	691.539	791.403	957.800	1.125.652	1.281.241	16,7
Disponibilidades	7.843	9.745	10.034	12.311	11.834	10,8
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	168.398	107.579	166.288	219.323	231.132	8,2
TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos	124.337	143.867	168.230	184.357	201.939	12,9
Títulos Disponíveis para Negociação	38.274	50.445	63.257	74.711	84.520	21,9
Títulos Disponíveis para Venda	62.161	75.142	88.385	95.321	101.112	12,9
Títulos Mantidos até o Vencimento	22.439	16.656	15.191	12.910	14.786	(9,9)
Instrumentos Financeiros Derivativos	1.463	1.624	1.397	1.415	1.521	1,0
Relações Interfinanceiras	26.592	89.526	96.342	83.401	94.150	37,2
Depósitos no Banco Central	24.280	87.035	93.660	80.098	90.746	39,0
Compulsórios s/ Dep. não Remunerados	10.161	18.487	14.307	15.741	16.339	12,6
Compulsórios s/ Dep. Remunerados	14.118	68.548	79.353	64.357	74.407	51,5
Demais	2.312	2.491	2.682	3.303	3.404	10,2
Relações Interdependências	295	258	335	468	671	22,8
Operações de Crédito	261.783	317.726	379.045	469.713	560.203	20,9
(PCLD)	(17.685)	(16.433)	(18.222)	(20.522)	(22.652)	6,4
Operações de Arrendamento Mercantil	4.701	3.857	2.851	1.883	1.291	(27,6)
Op. de Arrend. e Subarrend. a Receber	4.932	4.048	3.064	2.011	1.358	(27,6)
(PCLD de Arrendamento Mercantil)	(231)	(191)	(213)	(128)	(67)	(26,5)
Outros Créditos	95.233	114.962	129.555	150.288	175.887	16,6
Créditos por Avais e Fianças Honrados	91	75	77	108	442	48,5
Carteira de Câmbio	8.671	11.878	17.615	17.276	17.525	19,2
Rendas a Receber	563	944	1.410	1.818	2.094	38,8
Negociação e Intermediação de Valores	436	383	317	601	1.263	30,5
Créditos Específicos	932	1.030	1.146	1.264	1.390	10,5
Créditos de Seg., Previd. e Capitalização	908	1.109	1.742	2.194	3.757	42,6
Crédito Tributário	21.910	21.970	22.754	28.244	27.462	5,8
Ativo Atuarial	12.655	8.116	13.372	11.808	15.449	5,1
Fundo Paridade	-	1.778	1.608	741	172	-
Devedores por Depósitos em Garantia	21.209	23.388	25.584	28.082	33.267	11,9
Fundo Destinação Superávit - PREVI	-	7.595	8.030	8.458	7.794	-
Fundo de Destinação	-	7.595	3.684	2.374	-	-
Fundo de Contribuição	-	-	1.096	727	-	-
Fundo de Utilização	-	-	3.249	5.358	7.794	-
Diversos	29.539	38.269	37.565	51.171	67.070	22,8
(Provisão para Outros Créditos)	(1.682)	(1.572)	(1.665)	(1.476)	(1.798)	1,7
(Com Característica de Crédito)	(702)	(690)	(580)	(560)	(943)	7,7
(Sem Característica de Crédito)	(980)	(882)	(1.085)	(916)	(855)	(3,4)
Outros Valores e Bens	2.358	3.884	5.120	3.909	4.134	15,1
Outros Valores e Bens	364	388	468	557	554	11,1
(Provisões para Desvalorizações)	(176)	(177)	(188)	(195)	(165)	(1,6)
Despesas Antecipadas	2.170	3.673	4.840	3.547	3.746	14,6
Permanente	17.010	19.770	23.430	23.656	22.674	7,5
Investimentos	6.645	8.128	7.973	3.597	3.536	(14,6)
Imobilizado de Uso	4.214	4.904	5.589	6.637	7.258	14,6
Intangível	5.677	6.452	9.736	13.351	11.824	20,1
Diferido	472	286	132	70	56	(41,4)

Tabela 188. Balanço Patrimonial Passivo – Série Trimestral

R\$ milhões	Saldos							
	Dez/12	Mar/13	Jun/13	Set/13 ¹	Dez/13	Mar/14	Jun/14	Set/14
PASSIVO	1.149.308	1.179.208	1.214.614	1.259.120	1.303.915	1.369.965	1.401.128	1.431.629
Circulante e Exigível a Longo Prazo	1.087.421	1.116.693	1.149.504	1.192.776	1.231.256	1.296.027	1.328.921	1.349.956
Depósitos	472.085	468.208	478.334	470.906	491.013	482.237	479.883	468.825
Depósitos à Vista	74.760	68.693	72.204	69.191	75.818	72.054	69.377	69.521
Depósitos de Poupança	117.744	122.589	129.003	134.216	140.728	144.111	146.461	148.996
Depósitos Interfinanceiros	16.569	17.879	19.915	21.013	27.155	27.447	28.842	28.531
Depósitos a Prazo	263.013	259.047	257.213	246.486	247.311	238.625	235.203	221.777
Captações no Mercado Aberto	225.787	240.688	238.020	243.911	239.465	282.553	289.099	319.723
Oper. Compromissadas com Títulos Privados	9.554	9.170	14.974	25.646	33.562	28.801	30.914	41.184
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	70.670	76.333	86.526	110.230	123.053	140.893	149.692	155.071
Letras de Crédito do Agronegócio	34.005	39.252	48.182	67.165	79.154	89.034	99.647	105.520
Letras de Crédito Imobiliário	70	121	451	2.947	3.487	8.144	8.482	7.995
Demais Letras Bancárias	9.853	9.548	9.585	9.180	9.528	9.704	9.569	9.637
Obrigações por TVM no Exterior	26.743	27.412	28.307	30.937	30.885	33.996	31.994	31.920
Relações Interfinanceiras	24	3.156	2.984	4.991	35	4.792	5.184	3.238
Relações Interdependências	5.180	2.572	2.561	2.553	4.826	2.664	3.929	2.340
Obrigações por Empréstimos	14.081	14.090	15.327	15.639	17.315	18.962	18.646	20.661
Empréstimos no País - Outras Instituições	409	412	423	293	299	293	293	346
Empréstimos no Exterior	13.672	13.679	14.904	15.347	17.016	18.669	18.353	20.315
Obrigações por Repasses do País - Inst. Oficiais	63.519	65.801	69.992	82.003	87.105	91.332	93.020	88.036
Tesouro Nacional	713	697	691	649	537	461	436	557
BNDES	41.763	41.628	42.762	42.814	43.968	43.813	43.785	44.181
CEF	895	1.145	1.911	2.988	4.220	6.026	8.046	9.992
Finame	19.494	21.753	24.184	25.538	28.477	30.363	30.958	32.065
Outras Instituições	653	578	444	10.014	9.903	10.669	9.794	1.243
Obrigações por Repasses do Exterior	87	76	77	0	24	20	0	-
Instrumentos Financeiros Derivativos	3.439	3.467	4.151	4.576	3.694	3.924	3.771	2.918
Outras Obrigações	232.548	242.301	251.533	257.968	264.726	268.650	285.698	289.143
Cobrança e Arrec. de Trib. e Assemelhados	419	3.813	5.428	5.514	358	6.037	5.993	5.385
Carteira de Câmbio	26.404	23.798	19.104	17.971	21.495	19.577	18.663	20.100
Sociais e Estatutárias	1.818	777	3.626	2.064	1.413	718	1.088	1.407
Fiscais e Previdenciárias	30.924	27.893	28.282	29.608	28.877	24.162	22.782	24.239
Negociação e Intermediação de Valores	1.231	2.645	1.200	1.487	2.069	2.322	1.456	1.974
Prov. Técnicas de Seg., Prev. e Capitalização	60.234	64.229	67.975	72.102	77.729	81.620	89.553	94.766
Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	5.089	5.455	5.838	6.000	7.661	7.731	8.405	9.569
Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida	15.061	19.141	20.254	20.455	12.385	12.367	12.224	4.807
Operações Especiais	2	2	2	2	2	2	2	2
Dívida Subordinada	40.676	46.680	48.558	49.393	51.048	52.876	52.187	51.087
Passivo Atuarial	10.092	10.174	9.297	9.400	6.334	6.457	5.790	5.873
Diversas	40.600	37.695	41.969	43.971	46.864	46.550	51.228	50.046
Instrumentos de Dívidas Elegíveis a Capital	-	-	-	-	8.490	8.230	16.327	19.890
Resultados de Exercícios Futuros	387	394	388	420	434	422	416	427
Patrimônio Líquido	61.499	62.121	64.721	65.924	72.225	73.517	71.791	81.246
Capital	48.400	48.400	48.400	48.400	54.000	54.000	54.000	54.000
Instrumento Elegível ao Capital Principal	-	-	-	-	-	-	-	8.100
Reservas de Capital	-	-	6	6	6	10	11	11
Reservas de Reavaliação	5	5	5	5	5	5	5	3
Reservas de Lucros	16.132	15.827	22.148	21.979	19.972	19.647	23.260	23.142
Ajustes de Avaliação Patrimonial	(3.150)	(4.057)	(7.713)	(7.653)	(3.132)	(3.088)	(6.667)	(6.944)
Planos de Benefícios	(4.571)	(4.571)	(7.541)	(7.541)	(2.671)	(2.671)	(6.240)	(6.240)
Lucros ou Prejuízos Acumulados	-	-	-	1.799	-	1.898	-	1.784
(Ações em Tesouraria)	(461)	(461)	(602)	(999)	(1.324)	(1.439)	(1.558)	(1.604)
Participações Minoritárias nas Controladas	574	580	2.479	2.388	2.698	2.483	2.741	2.755

1-Alguns saldos de Set/13 receberam reclassificações conforme discriminado na Nota Explicativa 3.

Tabela 189. Balanço Patrimonial Passivo – Série Anual

R\$ milhões	Saldos					CAGR - %
	2009	2010	2011	2012	2013	
PASSIVO	708.549	811.172	981.230	1.149.308	1.303.915	16,5
Circulante e Exigível a Longo Prazo	672.429	760.432	922.467	1.087.421	1.231.256	16,3
Depósitos	337.564	376.851	442.386	472.085	491.013	9,8
Depósitos à Vista	56.459	63.503	62.016	74.760	75.818	7,6
Depósitos de Poupança	75.742	89.288	100.110	117.744	140.728	16,8
Depósitos Interfinanceiros	11.619	18.998	14.450	16.569	27.155	23,6
Depósitos a Prazo	193.516	204.652	265.809	263.013	247.311	6,3
Depósitos para Investimentos	229	410	-	-	-	-
Captações no Mercado Aberto	160.821	142.175	195.175	225.787	239.465	10,5
Oper. Compromissadas com Títulos Privados	858	-	664	9.554	33.562	150,1
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	7.362	13.486	32.323	70.670	123.053	102,2
Letras de Crédito do Agronegócio	-	1.170	7.422	34.005	79.154	-
Letras de Crédito Imobiliário	360	10	9	70	3.487	76,5
Demais Letras Bancárias	2.405	3.135	8.708	9.853	9.528	41,1
Obrigações por TVM no Exterior	4.597	9.172	16.185	26.743	30.885	61,0
Relações Interfinanceiras	21	18	24	24	35	13,0
Relações Interdependências	3.229	3.688	3.819	5.180	4.826	10,6
Obrigações por Empréstimos	6.370	8.598	12.257	14.081	17.315	28,4
Empréstimos no País - Outras Instituições	-	-	121	409	299	-
Empréstimos no Exterior	6.370	8.598	12.136	13.672	17.016	27,8
Obrigações por Repasses do País - Inst. Oficiais	31.390	50.764	50.991	63.519	87.105	29,1
Tesouro Nacional	2.101	1.549	1.722	713	537	(28,9)
BNDES	19.630	26.978	28.978	41.763	43.968	22,3
CEF	146	147	338	895	4.220	131,8
Finame	8.381	14.046	17.506	19.494	28.477	35,8
Outras Instituições	1.133	8.043	2.446	653	9.903	72,0
Obrigações por Repasses do Exterior	99	97	102	87	24	(29,5)
Instrumentos Financeiros Derivativos	4.724	5.297	3.621	3.439	3.694	(6,0)
Outras Obrigações	120.848	159.459	181.768	232.548	264.726	21,7
Cobrança e Arrec. de Trib. e Assemelhados	377	297	360	419	358	(1,3)
Carteira de Câmbio	12.174	29.506	28.416	26.404	21.495	15,3
Socials e Estatutárias	2.625	1.992	2.122	1.818	1.413	(14,3)
Fiscais e Previdenciárias	24.297	27.613	28.057	30.924	28.877	4,4
Negociação e Intermediação de Valores	528	1.676	836	1.231	2.069	40,7
Prov. Técnicas de Seg., Prev. e Capitalização	17.339	32.369	45.023	60.234	77.729	45,5
Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	4.135	3.568	4.002	5.089	7.661	16,7
Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida	3.516	3.361	2.846	15.061	12.385	37,0
Operações Especiais	206	-	2	2	2	(68,1)
Dívida Subordinada	18.553	23.412	30.885	40.676	51.048	28,8
Passivo Atuarial	6.374	6.907	7.142	10.092	6.334	(0,2)
Diversas	30.725	28.757	32.077	40.600	46.864	11,1
Instrumentos de Dívidas Elegíveis a Capital	-	-	-	-	8.490	-
Resultados de Exercícios Futuros	-	300	347	387	434	-
Patrimônio Líquido	36.119	50.441	58.416	61.499	72.225	18,9
Capital	18.567	33.078	33.123	48.400	54.000	30,6
Reservas de Capital	5	-	-	-	6	2,3
Reservas de Reavaliação	7	6	5	5	5	(9,3)
Reservas de Lucros	17.301	16.889	24.121	16.132	19.972	3,7
Ajustes de Avaliação Patrimonial	270	467	724	(3.150)	(3.132)	-
Planos de Benefícios	-	-	-	(4.571)	(2.671)	-
(Ações em Tesouraria)	(31)	(0)	(0)	(461)	(1.324)	155,3
Participações Minoritárias nas Controladas	0	0	444	574	2.698	1.074,7

11.2. Demonstração Resumida do Resultado Societário

Tabela 190. Demonstração Resumida do Resultado – Série Trimestral

R\$ milhões	Fluxo Trimestral							
	4T12	1T13	2T13	3T13 ⁴	4T13	1T14	2T14	3T14
Receitas da Intermediação Financeira	24.855	24.388	28.310	28.200	31.458	31.112	32.676	39.527
Operações de Crédito ¹	17.449	17.191	18.278	18.836	20.113	20.087	21.035	24.677
Operações Arrendamento Mercantil	(22)	41	40	50	44	38	36	34
Resultado de Operações com TVM	6.255	5.872	7.531	7.613	9.067	8.827	9.839	12.349
Result. Instrum. Finan. Derivativos	(409)	(305)	1.195	(123)	389	(93)	(632)	622
Resultado de Operações de Câmbio	168	398	(72)	297	(17)	426	437	(32)
Resultado de Aplicações Compulsórias	1.117	990	1.069	1.249	1.394	1.420	1.467	1.503
Op. Venda / Transf. Ativos Financ.	89	74	148	115	200	173	167	127
Result. Fin. Oper. Seg., Prev. e Cap.	207	128	119	163	267	235	326	248
Despesas da Intermediação Financeira	(16.494)	(16.307)	(22.227)	(20.592)	(24.750)	(23.208)	(24.994)	(32.944)
Operações de Captação no Mercado ¹	(12.047)	(12.061)	(13.117)	(14.772)	(16.676)	(17.856)	(19.260)	(21.428)
Op. Emprést., Cessões e Repasses	(1.125)	(1.022)	(4.816)	(1.949)	(3.398)	(944)	(975)	(6.788)
PCLD	(3.323)	(3.225)	(4.294)	(3.871)	(4.676)	(4.407)	(4.759)	(4.728)
Result. Bruto Interm. Financeira	8.361	8.081	6.083	7.608	6.707	7.904	7.681	6.583
Outras Rec.(Desp.) Operacionais	(3.029)	(3.997)	(3.740)	(3.349)	(2.772)	(3.171)	(2.924)	(2.696)
Receitas de Prestação de Serviços	3.784	3.822	4.241	4.178	4.514	4.189	4.553	4.645
Rendas de Tarifas Bancárias	1.700	1.566	1.677	1.641	1.663	1.552	1.616	1.718
Despesas de Pessoal	(4.406)	(4.542)	(4.523)	(4.480)	(4.857)	(4.676)	(4.701)	(4.949)
Outras Despesas Administrativas ^{2 3}	(4.126)	(3.824)	(4.036)	(3.980)	(4.800)	(4.338)	(4.170)	(4.139)
Outras Despesas Tributárias	(1.154)	(1.148)	(1.160)	(1.208)	(1.244)	(1.009)	(1.327)	(1.277)
Result. Part. Colig. e Controladas	(76)	(190)	519	52	225	(518)	(188)	677
Result. Op. Seg., Prev. e Capitalização	629	717	809	825	879	1.002	1.101	1.085
Outras Receitas Operacionais ¹	2.497	1.971	1.473	1.862	2.744	4.024	3.187	2.525
Outras Despesas Operacionais ^{1 2 3}	(1.876)	(2.369)	(2.740)	(2.240)	(1.895)	(3.396)	(2.995)	(2.982)
Resultado Operacional	5.332	4.083	2.342	4.259	3.935	4.733	4.757	3.887
Resultado Não Operacional	1.099	9	9.897	45	225	98	36	40
Resultado Antes Tributação s/ Lucro	6.431	4.093	12.239	4.304	4.160	4.831	4.793	3.927
IR e CS	(1.826)	(1.126)	(3.581)	(993)	(294)	(1.437)	(1.237)	(377)
Participações Estatutárias no Lucro	(600)	(373)	(966)	(378)	(486)	(394)	(401)	(392)
Participações Minoritárias	(37)	(37)	(220)	(229)	(354)	(322)	(326)	(378)
Lucro Líquido	3.967	2.557	7.472	2.704	3.025	2.678	2.829	2.780

1-Série ajustada desde 1T12, de modo a refletir as realocações referentes a Receitas de Equalização de Taxas Agrícolas e Despesas de Captação – Dívida Subordinada e IHCD. Tais valores passaram a compor o saldo das linhas de Operações de Crédito e Op. de Captação de Mercado, respectivamente nas demonstrações contábeis.

2-Série ajustada desde 1T12. As despesas com Demandas Judiciais, antes contabilizadas em Outras Despesas Administrativas, passaram a ser contabilizadas em Outras Despesas Operacionais.

3-Série contém valores referentes às despesas com amortização de ágio.

4-Alguns saldos de 3T13 receberam reclassificações conforme discriminado na Nota Explicativa 3.

Tabela 191. Demonstração Resumida do Resultado – Série Anual

R\$ milhões	Fluxo Anual					CAGR - %
	2009	2010	2011	2012	2013	
Receitas da Intermediação Financeira	63.138	78.035	99.661	103.456	112.355	15,5
Operações de Crédito ¹	40.368	50.960	61.998	69.489	74.418	16,5
Operações Arrendamento Mercantil	647	814	616	346	175	(27,9)
Resultado de Operações com TVM	21.350	23.238	30.849	27.982	30.083	9,0
Result. Instrum. Finan. Derivativos	(1.223)	(2.239)	(1.461)	(1.434)	1.156	
Resultado de Operações de Câmbio	686	1.083	(374)	147	606	(3,1)
Resultado de Aplicações Compulsórias	816	3.586	7.231	5.925	4.702	54,9
Op. Venda / Transf. Ativos Financ.	-	-	-	246	537	
Result. Fin. Oper. Seg., Prev. e Cap.	494	592	803	755	678	8,2
Despesas da Intermediação Financeira	(45.052)	(52.473)	(73.554)	(73.401)	(83.877)	16,8
Operações de Captação no Mercado ¹	(30.146)	(38.756)	(54.370)	(52.153)	(56.626)	17,1
Op. Emprést., Cessões e Repasses	(2.510)	(3.473)	(7.210)	(7.376)	(11.185)	45,3
PCLD	(12.396)	(10.244)	(11.975)	(13.872)	(16.066)	6,7
Result. Bruto Interm. Financeira	18.086	25.562	26.107	30.055	28.478	12,0
Outras Rec.(Desp.) Operacionais	(4.494)	(7.151)	(7.600)	(12.828)	(13.859)	32,5
Receitas de Prestação de Serviços	10.172	10.777	12.213	14.486	16.754	13,3
Rendas de Tarifas Bancárias	3.339	5.396	6.028	6.586	6.547	18,3
Despesas de Pessoal	(11.838)	(13.020)	(14.913)	(16.503)	(18.401)	11,7
Outras Despesas Administrativas ^{2,3}	(11.215)	(12.453)	(12.511)	(15.488)	(16.640)	10,4
Outras Despesas Tributárias	(3.333)	(3.750)	(4.259)	(4.416)	(4.759)	9,3
Result. Part. Colig. e Controladas	(991)	(46)	455	264	606	
Result. Op. Seg., Prev. e Capitalização	1.574	1.888	2.265	2.349	3.230	19,7
Outras Receitas Operacionais ¹	16.974	13.788	12.978	8.346	8.050	(17,0)
Outras Despesas Operacionais ^{1,2,3}	(9.177)	(9.731)	(9.856)	(8.450)	(9.244)	0,2
Resultado Operacional	13.592	18.410	18.507	17.227	14.620	1,8
Resultado Não Operacional	1.844	370	225	1.210	10.176	53,3
Resultado Antes Tributação s/ Lucro	15.435	18.781	18.732	18.437	24.796	12,6
IR e CS	(3.903)	(5.321)	(4.722)	(4.241)	(5.993)	11,3
Participações Estatutárias no Lucro	(1.385)	(1.756)	(1.791)	(1.835)	(2.204)	12,3
Participações Minoritárias	(1)	0	(93)	(156)	(840)	514,6
Lucro Líquido	10.148	11.703	12.126	12.205	15.758	11,6

1-Série Ajustada desde 2012. As despesas com Demandas Judiciais, antes contabilizadas em Outras Despesas Administrativas, passaram a ser contabilizadas e Outras Despesas Operacionais.

2-Série ajustada desde 2012. As despesas com Demandas Judiciais, antes contabilizadas em Outras Despesas Administrativas, passaram a ser contabilizadas em Outras Despesas Operacionais.

3-Série contém valores referentes às despesas com amortização de ágio.

11.3. Demonstração do Resultado com Realocações

Tabela 192. Demonstração do Resultado com Realocações – Série Trimestral

R\$ milhões	Fluxo Trimestral							
	4T12	1T13	2T13	3T13 ¹	4T13	1T14	2T14	3T14
Receitas da Intermediação Financeira	24.868	24.004	29.461	28.318	31.971	30.568	32.522	40.674
Operações de Crédito	17.449	17.191	18.278	18.836	20.113	19.907	21.100	24.677
Operações de Arrendamento Mercantil	(22)	41	40	50	44	38	36	34
Resultado de Operações com TVM	6.255	5.872	7.531	7.613	9.067	8.827	9.839	12.349
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	(409)	(305)	1.195	(123)	389	(93)	(632)	622
Resultado de Operações de Câmbio	168	398	(72)	297	(17)	426	437	(32)
Resultado das Aplicações Compulsórias	1.117	990	1.069	1.249	1.394	1.420	1.467	1.503
Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeir	89	74	148	115	200	173	167	127
Res. de Op. de Seg., Previd. e Capitalização	207	128	119	163	267	235	326	248
Ganho(Perda) Cambial s/ PL no Exterior	(9)	(187)	521	23	227	(480)	(201)	674
Outras Rec. Op. com Caract. de Intern.	(3)	(115)	239	19	23	306	101	26
Hedge Fiscal	25	(82)	391	76	263	(189)	(118)	447
Despesa da Intermediação Financeira	(12.835)	(13.053)	(17.850)	(16.670)	(20.010)	(18.738)	(20.170)	(28.145)
Operações de Captação no Mercado	(11.950)	(12.032)	(13.033)	(14.721)	(16.613)	(17.793)	(19.195)	(21.357)
Operações de Empréstimo, Cessões e Repasses	(885)	(1.022)	(4.816)	(1.949)	(3.398)	(944)	(975)	(6.788)
Margem Financeira Bruta	12.033	10.950	11.611	11.648	11.961	11.830	12.353	12.530
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(3.636)	(3.275)	(4.216)	(3.911)	(4.188)	(4.187)	(4.570)	(4.571)
Margem Financeira Líquida	8.398	7.676	7.395	7.737	7.773	7.644	7.783	7.959
Rendas de Tarifas	5.484	5.387	5.917	5.819	6.177	5.741	6.169	6.363
Receitas de Prestação de Serviços	3.784	3.822	4.241	4.178	4.514	4.189	4.553	4.645
Rendas de Tarifas Bancárias	1.700	1.566	1.677	1.641	1.663	1.552	1.616	1.718
Res. de Op. com Seg., Prev. e Capitalização	629	717	809	825	879	1.002	1.101	1.085
Despesas Tributárias s/ Faturamento	(1.088)	(1.056)	(1.113)	(1.122)	(1.177)	(1.154)	(1.231)	(1.224)
Margem de Contribuição	13.422	12.724	13.009	13.259	13.651	13.232	13.821	14.183
Despesas Administrativas	(7.499)	(7.049)	(7.311)	(7.389)	(8.399)	(7.729)	(7.819)	(8.048)
Despesas de Pessoal	(4.211)	(4.058)	(4.196)	(4.156)	(4.641)	(4.476)	(4.465)	(4.630)
Outras Despesas Administrativas	(3.288)	(2.992)	(3.115)	(3.233)	(3.758)	(3.253)	(3.354)	(3.417)
Outras Despesas Tributárias	(68)	(82)	(89)	(94)	(95)	(94)	(83)	(102)
Resultado Comercial	5.855	5.592	5.608	5.776	5.157	5.409	5.919	6.034
Risco Legal	(219)	(501)	(440)	(473)	(193)	(566)	(401)	(529)
Demandas Cíveis	(23)	(163)	(114)	(204)	23	(261)	(216)	(263)
Demandas Trabalhistas	(196)	(337)	(326)	(268)	(216)	(305)	(185)	(266)
Outros Componentes do Resultado	(590)	(851)	(1.092)	(1.144)	(836)	(713)	(557)	(1.034)
Resultado de Participação em Coligadas e Controladas	(67)	(3)	(2)	28	(2)	(38)	13	3
Res. De Outras Receitas/Despesas Operacionais	(523)	(848)	(1.090)	(1.172)	(893)	(675)	(571)	(1.037)
Outras Receitas Operacionais	1.578	1.471	1.429	1.523	2.018	2.031	1.923	2.139
PREVI	287	187	187	112	112	446	446	228
Outras Despesas Operacionais	(2.389)	(2.505)	(2.706)	(2.807)	(3.023)	(3.152)	(2.940)	(3.403)
Resultado Operacional	5.046	4.240	4.076	4.160	4.127	4.130	4.960	4.471
Resultado Não Operacional	(4)	9	77	45	37	98	36	40
Resultado Antes da Trib. s/ o Lucro	5.042	4.250	4.153	4.204	4.164	4.228	4.996	4.511
IR e Contribuição Social	(1.324)	(1.138)	(929)	(998)	(889)	(1.107)	(1.248)	(845)
Benefício Fiscal de JCP	338	302	321	355	349	353	360	377
Participações Estatutárias no Lucro	(500)	(390)	(369)	(368)	(438)	(362)	(421)	(403)
Participações Minoritárias	(37)	(37)	(220)	(229)	(354)	(322)	(326)	(378)
Lucro Líquido Ajustado	3.180	2.685	2.634	2.610	2.483	2.436	3.002	2.885
Itens Extraordinários	787	(128)	4.838	94	602	241	(173)	(104)
Planos Econômicos	(167)	(348)	16	(295)	(56)	(343)	(328)	(248)
Eficiência Tributária	-	-	142	-	-	260	-	-
Reversão de PCLD Adicional	476	-	38	-	(267)	-	(143)	-
PCLD Extraordinária BV	-	-	-	-	(166)	-	-	-
Alienação de Imóveis	1.103	-	-	-	-	-	-	-
Provisão para CCV	-	(186)	-	-	-	-	-	-
Reconciliação de Demandas Legais	-	303	-	-	-	-	-	-
Alienação Ações BB Seguridade	-	-	9.820	-	-	-	-	-
Despesa com Alienação de Ações da BB Seguridade	-	-	(172)	-	-	-	-	-
Provisão Extraordinária para Demandas Contingentes	-	-	(1.267)	462	401	133	163	63
Alienação de ações da Itapebi	-	-	-	-	188	-	-	-
Refis	-	-	-	-	587	-	-	-
Provisão Demandas Legais - Aj. Parâmetros Pol. Acordos	-	-	-	-	-	385	-	-
Efeitos Fiscais e de PLR sobre Itens Extraordinários	(625)	102	(3.739)	(73)	(86)	(193)	135	81
Lucro Líquido	3.967	2.557	7.472	2.704	3.084	2.678	2.829	2.780

1-Alguns saldos de Set/13 receberam reclassificações conforme discriminado na Nota Explicativa 3.

Tabela 193. Demonstração do Resultado com Realocações– Série Anual

R\$ milhões	Fluxo Anual					CAGR - %
	2009	2010	2011	2012	2013	
Receitas da Intermediação Financeira	65.182	80.436	102.849	104.525	113.754	14,9
Operações de Crédito	41.509	53.405	64.486	69.489	74.418	15,7
Operações de Arrendamento Mercantil	647	814	616	346	175	(27,9)
Resultado de Operações com TVM	21.350	23.238	30.849	27.982	30.083	9,0
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	(1.223)	(2.239)	(1.461)	(1.434)	1.156	-
Resultado de Operações de Câmbio	686	1.083	(374)	147	606	(3,1)
Resultado das Aplicações Compulsórias	816	3.586	7.231	5.925	4.702	54,9
Operações de Venda ou de Transf. de Ativos Financeiros	-	-	-	246	537	-
Res. Fin. das Op. de Seg., Previd. e Capitalização	494	592	803	755	678	8,2
Ganho(Perda) Cambial s/ PL no Exterior	(1.042)	(149)	433	357	585	-
Outros Rec. Op. com Caract. de Intern.	2.721	252	(75)	397	166	(50,3)
Hedge Fiscal	(776)	(147)	341	315	648	-
Despesa da Intermediação Financeira	(32.269)	(42.038)	(62.019)	(58.796)	(67.584)	20,3
Operações de Captação no Mercado	(29.759)	(38.565)	(54.809)	(51.660)	(56.399)	17,3
Operações de Empréstimo, Cessões e Repasses	(2.510)	(3.473)	(7.210)	(7.136)	(11.185)	45,3
Margem Financeira Bruta	32.913	38.398	40.830	45.729	46.170	8,8
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(11.629)	(10.675)	(11.827)	(14.651)	(15.590)	7,6
Margem Financeira Líquida	21.284	27.724	29.003	31.078	30.581	9,5
Rendas de Tarifas	13.511	16.173	18.242	21.071	23.301	14,6
Receitas de Prestação de Serviços	10.172	10.777	12.213	14.486	16.754	13,3
Rendas de Tarifas Bancárias	3.339	5.396	6.028	6.586	6.547	18,3
Res. de Op. com Seg., Prev. e Capitalização	1.574	1.888	2.265	2.349	3.230	19,7
Despesas Tributárias s/ Faturamento	(3.149)	(3.627)	(4.081)	(4.183)	(4.469)	9,1
Margem de Contribuição	33.220	42.157	45.429	50.315	52.642	12,2
Despesas Administrativas	(19.185)	(22.565)	(24.752)	(28.194)	(30.149)	12,0
Despesas de Pessoal	(10.280)	(12.244)	(13.943)	(15.777)	(17.051)	13,5
Outras Despesas Administrativas	(8.905)	(10.322)	(10.809)	(12.417)	(13.098)	10,1
Outras Despesas Tributárias	(100)	(107)	(216)	(268)	(361)	37,9
Resultado Comercial	13.936	19.484	20.461	21.854	22.133	12,3
Risco Legal	(502)	(1.076)	(860)	(1.539)	(1.607)	33,8
Demandas Cíveis	(242)	(427)	(135)	(813)	(459)	17,4
Demandas Trabalhistas	(260)	(649)	(724)	(726)	(1.148)	44,9
Outros Componentes do Resultado	332	(908)	(687)	(2.539)	(3.923)	-
Resultado de Participação em Coligadas e Controladas	51	102	22	(94)	21	(20,1)
Res. De Outras Receitas/Despesas Operacionais	281	(1.010)	(709)	(2.445)	(4.003)	-
Outras Receitas Operacionais	6.843	4.999	5.939	5.795	6.440	(1,5)
PREVI	1.193	4.299	2.981	1.355	598	(15,8)
Outras Despesas Operacionais	(7.755)	(10.309)	(9.629)	(9.595)	(11.041)	9,2
Resultado Operacional	13.766	17.500	18.914	17.776	16.603	4,8
Resultado Não Operacional	78	43	56	107	167	21,1
Resultado Antes da Trib. s/ o Lucro	13.844	17.543	18.970	17.883	16.771	4,9
IR e Contribuição Social	(4.155)	(5.242)	(5.388)	(4.455)	(3.954)	(1,2)
Benefício Fiscal de JCP	743	961	1.221	1.342	1.326	15,6
Participações Estatutárias no Lucro	(1.157)	(1.637)	(1.737)	(1.745)	(1.565)	7,8
Participações Minoritárias	(26)	0	(93)	(156)	(840)	137,5
Lucro Líquido Ajustado	8.506	10.664	11.751	11.528	10.412	5,2
Itens Extraordinários	1.642	1.039	375	678	5.405	34,7
Alienação de Participações	141	214	169	-	-	-
Planos Econômicos	157	(371)	(103)	(968)	(683)	-
Cessão de Créditos	633	-	-	-	-	-
Eficiência Tributária	-	460	386	244	142	-
Passivos Contingentes BESC	-	250	-	-	-	-
Reversão de PCLD Adicional	(676)	332	-	699	(229)	(23,7)
PCLD Extraordinária BV	-	-	-	-	(166)	-
Provisão para Demandas Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	(1.367)	-	-	-	-	-
Créditos tributários - Diferencial de Alíquota CSLL	1.213	-	-	-	-	-
Alienação de Investimentos Visanet Brasil	1.625	-	-	-	-	-
Despesas com Plano de Desligamento Voluntário - BNC	(215)	-	-	-	-	-
Reversão de Passivos Trabalhistas	644	568	-	-	-	-
Ganho de Capital BB Seguros Participações	-	114	-	-	-	-
Alienação de Imóveis	-	-	-	1.103	-	-
Provisão para CCV	-	-	-	-	(186)	-
Reconciliação de Demandas Legais	-	-	-	-	303	-
Alienação de Ações da BB Seguridade	-	-	-	-	9.820	-
Despesa com Alienação de Ações da BB Seguridade	-	-	-	-	(172)	-
Provisão Extraordinária com Demandas Contingentes	-	-	-	-	(404)	-
Alienação Itapebi	-	-	-	-	188	-
Refis	-	-	-	-	587	-
Efeitos Fiscais e de PLR sobre Itens Extraordinários	(513)	(527)	(78)	(401)	(3.796)	64,9
Lucro Líquido	10.148	11.703	12.126	12.205	15.817	11,7

Vice-Presidência de Gestão Financeira e Relações com Investidores

Vice-Presidente

Ivan de Souza Monteiro

Gerente de Relações com Investidores

Leonardo Silva de Loyola Reis

Gerente Executivo

Gisele Campana Rodrigues

Gerentes de Divisão

Heverton Masaru Ono

João Domingos Cicarini Júnior

Joaquim Camilo de Castro

Assessores

Adriano Gonçalves de Souza

Bruno Santos Garcia

Caroline Cristina L. A. Gotti

Carlos Vieira do Nascimento

Cleber Antonio Lima Rentroia

Daniela Priscila da Silva

Debora Stefani

Diogo Simas Machado

Eva Maria Gitirana de Oliveira

Fabíola Lopes Ribeiro

Felipe de Mello Pimentel

Fernando Mascarenhas de Oliveira

Filipe Cardoso Duda

Glauco Ribeiro Barbirato Tavares

Gustavo Correia de Brito

Janaína Marques Storti

Jefferson Guarnieri Aquino

Joabel Martins de Oliveira

Livia Marcia de Paula Oliveira Singh

Peterson Luiz Barbosa

Regina Knysak

Vilmar Francisco Thewes

Viviane de Sousa

Banco do Brasil S.A.

Relatório de Asseguração Limitada para
o Banco do Brasil S.A. relativo às
informações contábeis suplementares
30 de setembro de 2014



KPMG Auditores Independentes
SBS - Qd. 02 - Bl. Q - Lote 03 - Salas 708 a 711
Edifício João Carlos Saad
70070-120 - Brasília, DF - Brasil
Caixa Postal 8587
70312-970 - Brasília, DF - Brasil

Central Tel 55 (61) 2104-2400
Fax 55 (61) 2104-2406
Internet www.kpmg.com.br

Relatório de Asseguração Limitada para o Banco do Brasil S.A. relativo às informações contábeis suplementares

Ao
Conselho Diretor do
Banco do Brasil S.A.
Brasília – DF

Introdução

Fomos contratados pelo Banco do Brasil S.A. (“Banco”) para realizar um trabalho de asseguração limitada conforme NBC TO 3000 – Trabalhos de Asseguração Diferente de Auditoria e Revisão (ISAE 3000), sobre as informações contábeis suplementares apresentadas no Relatório de Análise do Desempenho do Banco do Brasil S.A, correspondentes ao trimestre e período de nove meses findos em 30 de setembro de 2014.

Responsabilidades da Administração do Banco

O Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das informações contábeis suplementares incluídas no Relatório de Análise do Desempenho e pelas demais informações contidas no referido relatório, assim como pelo desenho, implementação e manutenção dos controles internos que ela determinou como necessários para permitir que tais informações estejam livres de distorções relevantes, independentemente se causadas por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de revisar as informações contábeis suplementares apresentadas no Relatório de Análise do Desempenho elaboradas pelo Banco e com base nessa revisão emitir, uma conclusão na forma de asseguração limitada. Conduzimos nossos trabalhos em conformidade com a NBC TO 3000 – Trabalho de Asseguração Diferente de Auditoria e Revisão (ISAE 3000). Tal norma requer o cumprimento de exigências éticas, que inclui requisitos de independência, planejamento e execução de procedimentos para obter um nível de asseguração limitada de que não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis suplementares apresentadas no Relatório de Análise de Desempenho do Banco não estão apresentadas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis contidas nas demonstrações contábeis consolidadas e com os critérios descritos no Relatório de Análise do Desempenho, com o objetivo de possibilitar uma análise adicional, sem, contudo, fazerem parte das demonstrações contábeis consolidadas.



Escopo, procedimentos aplicados e limitações

A asseguaração limitada fornece um grau de asseguaração menor que uma auditoria ou uma asseguaração razoável. Procedimentos para coleta de evidências para um trabalho de asseguaração limitada são mais limitados do que para um trabalho de asseguaração razoável e, portanto, menos asseguaração é obtida que em um trabalho de asseguaração razoável, conseqüentemente não expressamos opinião de auditoria ou asseguaração razoável sobre as informações contábeis suplementares apresentadas no Relatório de Análise do Desempenho do Banco. Adicionalmente, nosso relatório não proporciona asseguaração limitada sobre o alcance de informações futuras (como por exemplo, metas, expectativas e planos futuros) e informações descritivas que são sujeitas à avaliação subjetiva.

Os procedimentos de asseguaração limitada compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância das informações contábeis suplementares e os sistemas de controles internos que serviram de base para a elaboração do Relatório de Análise do Desempenho do Banco; (b) o entendimento da metodologia de cálculos e da consolidação dos indicadores por meio de entrevistas com os gestores responsáveis pela elaboração das informações contábeis suplementares; e (c) confronto dos indicadores de natureza financeira e contábil com as respectivas demonstrações contábeis consolidadas divulgadas e/ou registros contábeis.

Crítérios para elaboração das informações contábeis suplementares

As informações contábeis suplementares apresentadas no Relatório de Análise do Desempenho correspondentes ao trimestre e período de nove meses findos em 30 de setembro de 2014 foram elaboradas pela Administração do Banco, com base nas informações contábeis contidas nas demonstrações contábeis consolidadas e nos critérios descritos no Relatório de Análise do Desempenho, com o objetivo de possibilitar uma análise adicional, sem, contudo, fazerem parte das demonstrações contábeis consolidadas.

Conclusão

Baseado nos procedimentos realizados de asseguaração limitada, conforme resumido acima, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis suplementares, apresentadas no Relatório de Análise do Desempenho, correspondentes ao trimestre e período de nove meses findos em 30 de setembro de 2014, estejam inconsistentes, em todos os aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis consolidadas referidas no parágrafo de critérios para elaboração das informações contábeis suplementares.

Brasília, 04 de novembro de 2014

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-DF

Carlos Massao Takauthi
Contador CRC 1SP206103/O 4-4

Demonstrações Contábeis

3º Trimestre 2014



BANCO DO BRASIL

ÍNDICE

Demonstrações Contábeis Consolidadas	01
Balço Patrimonial Consolidado	01
Demonstração Consolidada do Resultado	05
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	06
Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa	07
Demonstração Consolidada do Valor Adicionado	08

Notas Explicativas	09
Nota 1 – O Banco e suas Operações	09
Nota 2 – Reestruturações Societárias	09
Nota 3 – Apresentação das Demonstrações Contábeis	13
Nota 4 – Resumo das Principais Práticas Contábeis	18
Nota 5 – Informações por Segmento	25
Nota 6 – Caixa e Equivalentes de Caixa	30
Nota 7 – Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	30
Nota 8 – Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	31
Nota 9 – Relações Interfinanceiras	42
Nota 10 – Operações de Crédito	44
Nota 11 – Outros Créditos	51
Nota 12 – Carteira de Câmbio	52
Nota 13 – Outros Valores e Bens	53
Nota 14 – Investimentos	54
Nota 15 – Imobilizado de Uso	57
Nota 16 – Intangível	58
Nota 17 – Depósitos e Captações no Mercado	59
Nota 18 – Obrigações por Empréstimos e Repasses	63
Nota 19 – Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	65
Nota 20 – Outras Obrigações	67
Nota 21 – Operações de Seguros, Previdência e Capitalização	73
Nota 22 – Outras Receitas/Despesas Operacionais	76
Nota 23 – Resultado não Operacional	79
Nota 24 – Patrimônio Líquido	79
Nota 25 – Tributos	86
Nota 26 – Partes Relacionadas	89
Nota 27 – Benefícios a Empregados	93
Nota 28 – Provisões, Ativos e Passivos Contingentes, Obrigações Legais–Fiscais e Previdenciárias	105
Nota 29 – Gerenciamento de Riscos e de Capital	108
Nota 30 – Demonstração do Resultado Abrangente	122
Nota 31 – Outras Informações	122

Relatório dos Auditores Independentes
Membros da Administração em 30.09.2014

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO

ATIVO		30.09.2014	31.12.2013	30.09.2013
ATIVO CIRCULANTE		883.984.204	749.138.334	700.934.712
Disponibilidades	(Nota 6)	13.961.149	11.834.158	16.562.974
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(Nota 7.a)	315.549.244	227.258.441	231.593.487
Aplicações no mercado aberto		281.034.019	187.854.433	197.423.938
Aplicações em depósitos interfinanceiros		34.515.225	39.404.008	34.169.549
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	(Nota 8)	136.831.369	113.913.434	69.857.987
Carteira própria		120.739.233	88.429.987	51.937.866
Vinculados a compromissos de recompra		9.025.982	20.334.621	14.820.265
Vinculados ao Banco Central		16	15	17
Vinculados à prestação de garantias		6.092.677	4.493.312	2.250.315
Instrumentos financeiros derivativos		973.461	655.499	883.292
(Provisão para desvalorizações de títulos livres)		--	--	(33.768)
Relações Interfinanceiras		86.638.122	93.994.844	98.443.417
Pagamentos e recebimentos a liquidar	(Nota 9.a)	4.567.821	24.538	6.729.198
Créditos vinculados	(Nota 9.b)	81.097.073	92.938.774	90.643.941
Depósitos no Banco Central		78.738.806	90.746.096	88.487.669
Tesouro Nacional - recursos do crédito rural		101.908	53.704	55.928
SFH - Sistema Financeiro da Habitação		2.256.359	2.138.974	2.100.344
Repasses interfinanceiros		8.213	55.321	49.963
Correspondentes		965.015	976.211	1.020.315
Relações Interdependências		272.694	670.744	296.653
Transferências internas de recursos		272.694	670.744	296.653
Operações de Crédito	(Nota 10)	195.379.651	188.116.629	181.066.465
Setor público		1.593.611	1.098.043	1.375.097
Setor privado		202.718.265	195.760.528	188.070.420
Operações de crédito vinculadas à cessão		122	408	--
(Provisão para operações de crédito)		(8.932.347)	(8.742.350)	(8.379.052)
Operações de Arrendamento Mercantil	(Nota 10)	504.382	703.051	791.175
Setor público		--	534	1.919
Setor privado		539.658	752.176	845.089
(Provisão para operações de arrendamento mercantil)		(35.276)	(49.659)	(55.833)
Outros Créditos		131.440.054	109.671.685	99.126.882
Créditos por avais e fianças honrados		459.958	442.422	137.696
Carteira de câmbio	(Nota 12.a)	16.366.034	17.524.195	16.442.895
Rendas a receber		2.652.736	2.059.030	2.034.602
Negociação e intermediação de valores		401.529	251.258	484.297
Créditos de operações de seguros, previdência e capitalização	(Nota 21.a)	4.008.030	3.739.624	3.616.959
Diversos	(Nota 11.b)	109.390.750	87.030.697	77.356.681
(Provisão para outros créditos)		(1.838.983)	(1.375.541)	(946.248)
Outros Valores e Bens		3.407.539	2.975.348	3.195.672
Bens não de uso próprio e materiais em estoque	(Nota 13)	685.908	553.570	579.043
(Provisão para desvalorizações)		(146.086)	(165.221)	(185.400)
Despesas antecipadas		2.867.717	2.586.999	2.802.029

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO

ATIVO		30.09.2014	31.12.2013	30.09.2013
ATIVO NÃO CIRCULANTE		547.644.901	554.776.789	558.185.773
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		526.694.564	532.102.352	536.065.868
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(Nota 7.a)	2.271.197	3.873.345	1.726.876
Aplicações no mercado aberto		196.788	203.306	352.472
Aplicações em depósitos interfinanceiros		2.074.409	3.670.039	1.374.404
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	(Nota 8)	73.603.903	88.025.296	126.073.964
Carteira própria		68.150.570	38.688.797	91.282.299
Vinculados a compromissos de recompra		3.936.684	46.240.231	31.730.526
Vinculados ao Banco Central		--	--	16
Vinculados à prestação de garantias		804.852	2.266.862	2.344.178
Instrumentos financeiros derivativos		749.121	865.157	718.580
(Provisão para desvalorizações de títulos livres)		(37.324)	(35.751)	(1.635)
Relações Interfinanceiras		286.498	155.154	134.239
Créditos vinculados	(Nota 9.b)	29.425	3.666	3.406
Tesouro Nacional - recursos do crédito rural		29.425	3.666	3.406
Repasses interfinanceiros		257.073	151.488	130.833
Operações de Crédito	(Nota 10)	402.642.794	372.086.512	344.957.324
Setor público		35.479.504	28.145.421	21.632.677
Setor privado		382.568.948	357.643.512	336.274.397
Operações de crédito vinculadas à cessão		335.521	207.204	79.928
(Provisão para operações de crédito)		(15.741.179)	(13.909.625)	(13.029.678)
Operações de Arrendamento Mercantil	(Nota 10)	513.016	587.874	560.699
Setor privado		526.706	605.547	583.878
(Provisão para operações de arrendamento mercantil)		(13.690)	(17.673)	(23.179)
Outros Créditos		46.048.549	66.215.605	61.504.554
Carteira de câmbio	(Nota 12.a)	5.495	949	113.605
Rendas a receber		36.398	34.474	37.256
Negociação e intermediação de valores		1.450.277	1.011.466	783.218
Créditos específicos	(Nota 11.a)	1.509.364	1.390.451	1.356.691
Créditos de operações de seguros, previdência e capitalização	(Nota 21.a)	704.584	17.331	17.330
Diversos	(Nota 11.b)	42.630.853	64.183.270	59.657.484
(Provisão para outros créditos)		(288.422)	(422.336)	(461.030)
Outros Valores e Bens	(Nota 13)	1.328.607	1.158.566	1.108.212
Despesas antecipadas		1.328.607	1.158.566	1.108.212
PERMANENTE		20.950.337	22.674.437	22.119.905
Investimentos		3.397.717	3.536.188	3.421.263
Participações em coligadas e controladas	(Nota 14.a)	1.811.443	1.644.173	1.844.469
No país		1.246.507	1.372.326	1.544.402
No exterior		564.936	271.847	300.067
Outros investimentos	(Nota 14.b)	1.676.873	2.014.045	1.698.030
(Imparidade acumulada)		(90.599)	(122.030)	(121.236)
Imobilizado de Uso	(Nota 15)	7.098.301	7.258.491	6.924.292
Imóveis de uso		6.109.272	5.967.995	5.415.421
Outras imobilizações de uso		9.434.145	9.095.123	9.157.885
(Depreciação acumulada)		(8.445.116)	(7.804.627)	(7.649.014)
Intangível	(Nota 16)	10.409.753	11.824.059	11.714.620
Ativos intangíveis		17.382.233	18.955.191	18.698.740
(Amortização acumulada)		(6.972.480)	(7.131.132)	(6.984.120)
Diferido		44.566	55.699	59.730
Gastos de organização e expansão		1.674.563	1.696.577	1.698.755
(Amortização acumulada)		(1.629.997)	(1.640.878)	(1.639.025)
TOTAL DO ATIVO		1.431.629.105	1.303.915.123	1.259.120.485

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO

PASSIVO/PATRIMÔNIO LÍQUIDO		30.09.2014	31.12.2013	30.09.2013
PASSIVO CIRCULANTE		914.893.427	812.028.739	799.615.452
Depósitos	(Nota 17.a)	386.232.793	395.192.185	378.152.743
Depósitos à vista		69.521.036	75.818.389	69.190.724
Depósitos de poupança		148.995.605	140.728.107	134.215.616
Depósitos interfinanceiros		23.788.697	24.850.168	18.682.989
Depósitos a prazo		143.927.455	153.795.521	156.063.414
Captações no Mercado Aberto	(Nota 17.c)	305.689.952	228.235.770	232.005.006
Carteira própria		53.214.739	71.036.165	51.286.249
Carteira de terceiros		252.470.934	157.048.739	180.248.032
Carteira de livre movimentação		4.279	150.866	470.725
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	(Nota 19)	44.919.788	25.167.346	25.041.695
Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares		30.688.159	16.326.298	14.454.365
Recursos de debêntures		--	7.571	15.131
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior		14.213.679	8.833.477	10.572.199
Certificados de Operações Estruturadas		17.950	--	--
Relações Interfinanceiras		3.237.638	34.862	4.990.802
Recebimentos e pagamentos a liquidar	(Nota 9.a)	3.220.470	500	4.967.926
Correspondentes		17.168	34.362	22.876
Relações Interdependências		2.339.818	4.825.539	2.552.794
Recursos em trânsito de terceiros		2.334.712	4.813.518	2.546.301
Transferências internas de recursos		5.106	12.021	6.493
Obrigações por Empréstimos	(Nota 18.a)	15.910.005	15.480.736	14.415.872
Empréstimos no país - outras instituições		345.480	297.226	289.722
Empréstimos no exterior		15.564.525	15.183.510	14.126.150
Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais	(Nota 18.b)	31.759.953	32.268.744	30.543.873
Tesouro Nacional		60.849	62.368	115.378
BNDES		14.588.586	12.810.221	12.468.048
Caixa Econômica Federal		9.991.504	4.219.810	2.987.974
Finame		5.876.312	5.273.223	4.958.507
Outras instituições		1.242.702	9.903.122	10.013.966
Obrigações por Repasses do Exterior	(Nota 18.b)	95	24.079	95
Instrumentos Financeiros Derivativos	(Nota 8.d)	2.212.444	2.977.391	3.903.491
Outras Obrigações		122.590.941	107.822.087	108.009.081
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		5.384.634	358.009	5.513.951
Carteira de câmbio	(Nota 12.a)	16.927.015	10.569.094	9.449.712
Sociais e estatutárias		1.407.000	1.413.174	2.063.919
Fiscais e previdenciárias	(Nota 20.a)	20.156.033	22.222.882	24.871.849
Negociação e intermediação de valores		645.977	255.929	887.445
Provisões técnicas de seguros, previdência e capitalização	(Nota 21.b)	23.005.544	19.733.882	18.178.537
Fundos financeiros e de desenvolvimento	(Nota 20.b)	5.889.793	5.219.026	4.025.886
Dívidas subordinadas	(Nota 20.c)	3.033.813	3.251.281	1.135.347
Instrumentos híbridos de capital e dívida	(Nota 20.d)	735.939	320.248	603.353
Diversas	(Nota 20.e)	45.405.193	44.478.562	41.279.082

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO

PASSIVO/PATRIMÔNIO LÍQUIDO		30.09.2014	31.12.2013	30.09.2013
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		435.489.619	419.661.589	393.580.758
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		435.063.036	419.227.134	393.160.452
Depósitos	(Nota 17.a)	82.592.209	95.820.823	92.753.239
Depósitos interfinanceiros		4.742.294	2.305.091	2.330.345
Depósitos a prazo		77.849.915	93.515.732	90.422.894
Captações no Mercado Aberto	(Nota 17.c)	14.033.016	11.228.808	11.905.675
Carteira própria		2.755.203	3.687.927	3.425.151
Carteira de terceiros		11.268.638	7.540.881	8.480.524
Carteira de livre movimentação		9.175	--	--
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	(Nota 19)	110.151.423	97.885.746	85.188.104
Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares		91.661.020	75.071.734	64.044.336
Recursos de debêntures		784.417	762.389	778.594
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior		17.705.986	22.051.623	20.365.174
Obrigações por Empréstimos	(Nota 18.a)	4.751.485	1.834.473	1.223.553
Empréstimos no país - outras instituições		945	1.890	2.835
Empréstimos no exterior		4.750.540	1.832.583	1.220.718
Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais	(Nota 18.b)	56.276.285	54.836.239	51.458.840
Tesouro Nacional		495.654	474.365	533.716
BNDES		29.592.148	31.157.753	30.345.620
Finame		26.188.483	23.204.121	20.579.504
Obrigações por Repasses do Exterior	(Nota 18.b)	382	382	382
Instrumentos Financeiros Derivativos	(Nota 8.d)	705.743	717.019	672.166
Outras Obrigações		166.552.493	156.903.644	149.958.493
Carteira de câmbio	(Nota 12.a)	3.172.665	10.925.595	8.520.990
Fiscais e previdenciárias	(Nota 20.a)	4.083.093	6.654.063	4.736.469
Negociação e intermediação de valores		1.328.190	806.852	599.285
Provisões técnicas de seguros, previdência e capitalização	(Nota 21.b)	71.760.075	57.995.462	53.923.939
Fundos financeiros e de desenvolvimento	(Nota 20.b)	3.678.940	2.442.396	1.974.103
Operações especiais		2.146	2.131	2.127
Dívidas subordinadas	(Nota 20.c)	48.053.111	47.797.035	48.257.812
Instrumentos híbridos de capital e dívida	(Nota 20.d)	4.070.675	12.064.325	19.851.494
Instrumentos de dívida elegíveis a capital	(Notas 20.c e 20.d)	19.889.693	8.489.750	--
Diversas	(Nota 20.e)	10.513.905	9.726.035	12.092.274
RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS		426.583	434.455	420.306
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	(Nota 24)	81.246.059	72.224.795	65.924.275
Capital		54.000.000	54.000.000	48.400.000
De domiciliados no país		42.998.147	43.852.577	39.292.465
De domiciliados no exterior		11.001.853	10.147.423	9.107.535
Instrumento Elegível ao Capital Principal	(Nota 24.c)	8.100.000	--	--
Reservas de Capital		10.768	6.023	6.023
Reservas de Reavaliação		2.832	4.564	4.585
Reservas de Lucros		23.141.903	19.972.166	21.978.514
Ajustes de Avaliação Patrimonial		(6.944.165)	(3.132.049)	(7.653.230)
Lucros ou Prejuízos Acumulados		1.784.100	--	1.798.776
(Ações em Tesouraria)		(1.604.406)	(1.324.407)	(998.870)
Participação dos Não Controladores		2.755.027	2.698.498	2.388.477
TOTAL DO PASSIVO		1.431.629.105	1.303.915.123	1.259.120.485

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RESULTADO

		3º Trim/2014	3º Trim/2013	01.01 a 30.09.2014	01.01 a 30.09.2013
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		40.405.255	29.139.419	105.941.467	82.881.674
Operações de crédito	(Nota 10.b)	24.676.516	18.836.349	65.798.792	54.305.205
Operações de arrendamento mercantil	(Nota 10.i)	363.808	467.851	1.043.501	1.357.416
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	(Nota 8.b)	12.349.366	7.612.897	31.015.063	21.016.113
Resultado de instrumentos financeiros derivativos	(Nota 8.e)	621.516	(123.294)	(103.289)	767.179
Resultado de operações de câmbio	(Nota 12.b)	--	297.037	830.320	622.618
Resultado das aplicações compulsórias	(Nota 9.c)	1.503.061	1.249.123	4.390.072	3.307.998
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros		133.714	178.017	479.635	427.349
Resultado financeiro das operações com seguros, previdência e capitalização	(Nota 21.e)	757.274	621.439	2.487.373	1.077.796
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(33.822.100)	(21.531.475)	(83.773.153)	(61.110.503)
Operações de captação no mercado	(Nota 17.d)	(21.428.476)	(14.771.514)	(58.544.985)	(39.949.656)
Operações de empréstimos, cessões e repasses	(Nota 18.c)	(6.787.583)	(1.949.417)	(8.706.702)	(7.787.288)
Operações de Arrendamento Mercantil	(Nota 10.i)	(329.511)	(418.058)	(935.552)	(1.226.427)
Resultado de operações de câmbio	(Nota 12.b)	(32.315)	--	--	--
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros		(6.291)	(63.255)	(12.258)	(90.445)
Atualização e juros de provisões técnicas de seguros, previdência e capitalização	(Nota 21.e)	(509.676)	(458.134)	(1.678.767)	(667.381)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(Notas 10.f e 10.g)	(4.728.248)	(3.871.097)	(13.894.889)	(11.389.306)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		6.583.155	7.607.944	22.168.314	21.771.171
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS		(2.696.033)	(3.348.841)	(8.790.903)	(11.086.571)
Receitas de prestação de serviços	(Nota 22.a)	4.645.024	4.177.613	13.386.963	12.239.706
Rendas de tarifas bancárias	(Nota 22.b)	1.718.232	1.641.200	4.885.737	4.883.848
Despesas de pessoal	(Nota 22.c)	(4.948.573)	(4.479.664)	(14.325.119)	(13.544.023)
Outras despesas administrativas	(Nota 22.d)	(4.138.982)	(3.979.855)	(12.646.467)	(11.839.893)
Despesas tributárias	(Nota 25.c)	(1.277.085)	(1.207.587)	(3.613.022)	(3.515.310)
Resultado de participações em coligadas e controladas	(Nota 14)	677.373	51.625	(28.868)	380.570
Resultado de operações com seguros, previdência e capitalização	(Nota 21.e)	1.084.716	825.113	3.187.962	2.351.786
Outras receitas operacionais	(Nota 22.e)	2.524.801	1.862.445	9.735.325	5.306.046
Outras despesas operacionais	(Nota 22.f)	(2.981.539)	(2.239.731)	(9.373.414)	(7.349.301)
RESULTADO OPERACIONAL		3.887.122	4.259.103	13.377.411	10.684.600
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(Nota 23)	39.650	44.671	173.394	9.951.251
Receitas não operacionais		75.824	87.248	276.958	10.100.967
Despesas não operacionais		(36.174)	(42.577)	(103.564)	(149.716)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS E PARTICIPAÇÕES		3.926.772	4.303.774	13.550.805	20.635.851
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(Nota 25.a)	(376.876)	(992.687)	(3.051.350)	(5.699.327)
PARTICIPAÇÃO DE EMPREGADOS E ADMINISTRADORES NO LUCRO		(391.659)	(378.305)	(1.187.098)	(1.718.055)
PARTICIPAÇÃO DOS NÃO CONTROLADORES		(377.841)	(229.063)	(1.025.787)	(485.956)
LUCRO LÍQUIDO		2.780.396	2.703.719	8.286.570	12.732.513
LUCRO POR AÇÃO	(Nota 24.f)				
Número médio ponderado de ações - básico e diluído		2.797.457.565	2.829.867.713	2.801.441.756	2.839.827.584
Lucro básico e diluído por ação (R\$)		0,98	0,95	2,97	4,48

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Capital	Instrumento Elegível ao Capital Principal	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucros		Ajustes de Avaliação Patrimonial		Ações em Tesouraria	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Participação dos não Controladores	Total
					Reserva Legal	Reservas Estatutárias	Banco do Brasil	Coligadas e Controladas				
Saldos em 31.12.2012	48.400.000	--	1	4.645	4.112.056	12.019.990	(3.539.268)	389.074	(461.248)	--	574.167	61.499.417
Ajuste de avaliação patrimonial de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos, líquido de impostos	--	--	--	--	--	--	(1.060.170)	(472.445)	--	--	--	(1.532.615)
Ajuste de avaliação patrimonial - Planos de Benefícios	--	--	--	--	--	--	(2.970.421)	--	--	--	--	(2.970.421)
Transações com pagamento baseado em ações	--	--	6.022	--	--	--	--	--	(6.022)	--	--	--
Programa de recompra de ações	--	--	--	--	--	--	--	--	(531.600)	--	--	(531.600)
Dividendos/JCP prescritos	--	--	--	--	--	--	--	--	--	11	--	11
Realização de reserva de reavaliação em coligadas/controladas	(Nota 24.d)	--	--	(60)	--	--	--	--	--	60	--	--
Variação de participação dos não controladores	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	1.814.310	1.814.310
Lucro líquido do período	--	--	--	--	--	--	--	--	--	12.732.513	--	12.732.513
Resultado não realizado	(Nota 24.h)	--	--	--	--	14.161	--	--	--	(14.161)	--	--
Destinações: - Reservas	--	--	--	--	501.666	5.797.803	--	--	--	(6.299.469)	--	--
- Dividendos	(Nota 24.g)	--	--	--	--	(467.162)	--	--	--	(2.177.881)	--	(2.645.043)
- Juros sobre o capital próprio	(Nota 24.g)	--	--	--	--	--	--	--	--	(2.442.297)	--	(2.442.297)
Saldos em 30.09.2013	48.400.000	--	6.023	4.585	4.613.722	17.364.792	(7.569.859)	(83.371)	(998.870)	1.798.776	2.388.477	65.924.275
Mutações do Período	--	--	6.022	(60)	501.666	5.344.802	(4.030.591)	(472.445)	(537.622)	1.798.776	1.814.310	4.424.858
Saldos em 30.06.2014	54.000.000	--	10.768	4.524	5.180.834	18.079.306	(6.589.529)	(77.659)	(1.558.272)	--	2.740.653	71.790.625
Instrumento elegível ao capital principal	(Nota 24.c)	--	8.100.000	--	--	--	--	--	--	--	--	8.100.000
Ajuste de avaliação patrimonial de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos, líquido de impostos	--	--	--	--	--	--	(251.715)	(25.262)	--	--	--	(276.977)
Programa de recompra de ações	--	--	--	--	--	--	--	--	(46.134)	--	--	(46.134)
Dividendos/JCP prescritos	--	--	--	--	--	--	--	--	--	2.240	--	2.240
Realização de reserva de reavaliação em coligadas/controladas	--	--	--	(1.692)	--	--	--	--	--	1.024	--	(668)
Variação de participação dos não controladores	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	14.374	14.374
Lucro líquido do período	--	--	--	--	--	--	--	--	--	2.780.396	--	2.780.396
Juros sobre o instrumento elegível ao capital principal	--	--	--	--	--	--	--	--	--	(20.671)	--	(20.671)
Resultado não realizado	(Nota 24.h)	--	--	--	--	37.579	--	--	--	(37.579)	--	--
Destinações: - Dividendos	(Nota 24.g)	--	--	--	--	(155.816)	--	--	--	--	--	(155.816)
- Juros sobre o capital próprio	(Nota 24.g)	--	--	--	--	--	--	--	--	(941.310)	--	(941.310)
Saldos em 30.09.2014	54.000.000	8.100.000	10.768	2.832	5.180.834	17.961.069	(6.841.244)	(102.921)	(1.604.406)	1.784.100	2.755.027	81.246.059
Mutações do período	--	8.100.000	--	(1.692)	--	(118.237)	(251.715)	(25.262)	(46.134)	1.784.100	14.374	9.455.434
Saldos em 31.12.2013	54.000.000	--	6.023	4.564	4.902.575	15.069.591	(2.965.189)	(166.860)	(1.324.407)	--	2.698.498	72.224.795
Instrumento elegível ao capital principal	(Nota 24.c)	--	8.100.000	--	--	--	--	--	--	--	--	8.100.000
Ajuste de avaliação patrimonial de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos, líquido de impostos	--	--	--	--	--	--	(306.219)	63.939	--	--	--	(242.280)
Ajuste de avaliação patrimonial - Planos de Benefícios	--	--	--	--	--	--	(3.569.836)	--	--	--	--	(3.569.836)
Transações com pagamento baseado em ações	--	--	4.745	--	--	--	--	--	3.035	--	--	7.780
Programa de recompra de ações	--	--	--	--	--	--	--	--	(283.034)	--	--	(283.034)
Dividendos/JCP prescritos	--	--	--	--	--	--	--	--	--	10.076	--	10.076
Realização de reserva de reavaliação em coligadas/controladas	(Nota 24.d)	--	--	(1.732)	--	--	--	--	--	1.064	--	(668)
Variação de participação dos não controladores	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	56.529	56.529
Lucro líquido do período	--	--	--	--	--	--	--	--	--	8.286.570	--	8.286.570
Juros sobre o instrumento elegível ao capital principal	--	--	--	--	--	--	--	--	--	(20.671)	--	(20.671)
Resultado não realizado	(Nota 24.h)	--	--	--	--	(21.437)	--	--	--	21.437	--	--
Destinações: - Reservas	--	--	--	--	278.259	3.296.342	--	--	--	(3.574.601)	--	--
- Dividendos	(Nota 24.g)	--	--	--	--	(383.427)	--	--	--	(216.417)	--	(599.844)
- Juros sobre o capital próprio	(Nota 24.g)	--	--	--	--	--	--	--	--	(2.723.358)	--	(2.723.358)
Saldos em 30.09.2014	54.000.000	8.100.000	10.768	2.832	5.180.834	17.961.069	(6.841.244)	(102.921)	(1.604.406)	1.784.100	2.755.027	81.246.059
Mutações do período	--	8.100.000	4.745	(1.732)	278.259	2.891.478	(3.876.055)	63.939	(279.999)	1.784.100	56.529	9.021.264

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA

		3º Trimestre/2014	3º Trimestre/2013	01.01 a 30.09.2014	01.01 a 30.09.2013
Fluxos de caixa provenientes das operações					
Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		3.926.772	4.303.774	13.550.805	20.635.851
Ajustes ao Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		11.972.672	8.826.224	39.718.275	19.719.185
Provisão para crédito, arrendamento mercantil e outros créditos	(Notas 10.f e 10.g)	4.728.248	3.871.097	13.894.889	11.389.306
Depreciações e amortizações	(Nota 22.d)	1.000.726	933.697	3.398.827	2.917.951
Resultado na avaliação do valor recuperável de ativos	(Notas 15 e 16)	5.199	2.493	2.379	3.290
Resultado de participação em coligadas e controladas	(Nota 14.a)	(677.373)	(51.625)	28.868	(380.570)
(Lucro) Prejuízo na alienação de valores e bens	(Nota 23)	(9.153)	(14.247)	(27.513)	(54.791)
(Lucro) Prejuízo na alienação de investimentos	(Nota 23)	(1.236)	(1.436)	(3.350)	(9.826.229)
(Ganho) Perda de capital	(Nota 23)	5.422	6.603	10.820	16.542
Resultado da conversão de moeda estrangeira	(Nota 14.a)	668.432	23.459	(9.836)	357.343
Provisão (Reversão) para desvalorização de outros valores e bens	(Nota 23)	(3.636)	(5.563)	(7.285)	(5.536)
Amortização de ágio em investimentos	(Notas 14.c e 22.d)	59.484	87.029	175.118	242.388
Despesas com provisões cíveis, trabalhistas e fiscais	(Nota 28.a)	436.147	426.549	1.548.331	2.988.840
Provisões técnicas de seguros, previdência e capitalização	(Nota 21.e)	6.722.317	4.184.417	20.813.478	15.629.061
Atualização de ativos/passivos atuariais e dos fundos de destinação do superávit	(Nota 27)	(308.522)	(186.841)	(1.462.170)	(892.091)
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa		(255.120)	(222.451)	2.400.355	(2.189.585)
Resultado dos não controladores		(377.841)	(229.063)	(1.025.787)	(485.956)
Outros ajustes		(20.422)	2.106	(18.849)	9.222
Lucro ajustado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		15.899.444	13.129.998	53.269.080	40.355.036
Variações Patrimoniais		(39.424.042)	(2.657.348)	(72.512.414)	(58.326.972)
(Aumento) Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez		(40.840.643)	(9.969.913)	(103.370.820)	(25.316.358)
(Aumento) Redução em títulos para negociação e instrumentos financeiros derivativos		(6.320.756)	1.420.540	(10.275.476)	(2.730.683)
(Aumento) Redução em relações interfinanceiras e interdependências		(1.217.471)	(953.198)	(3.666.807)	(4.370.957)
(Aumento) Redução em depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil		7.860.076	(9.595.403)	12.007.290	(8.389.804)
(Aumento) Redução em operações de crédito		(16.726.603)	(14.567.036)	(51.285.081)	(67.550.132)
(Aumento) Redução em operações de arrendamento mercantil		45.913	157.283	239.131	484.980
(Aumento) Redução em outros créditos líquidos dos impostos diferidos		(2.902.697)	(3.886.738)	2.404.315	(6.568.319)
(Aumento) Redução em outros valores e bens		(486.948)	(578.251)	(567.434)	(334.317)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(993.590)	(989.689)	(3.780.500)	(7.429.895)
(Redução) Aumento em depósitos		(11.057.801)	(7.428.116)	(22.188.006)	(1.179.419)
(Redução) Aumento em captações no mercado aberto		30.623.562	5.890.711	80.258.390	18.123.809
(Redução) Aumento em recursos de aceites e emissão de títulos		5.379.390	23.704.179	32.018.119	39.559.675
(Redução) Aumento em obrigações por empréstimos e repasses		(2.967.725)	12.246.407	4.253.552	19.955.466
(Redução) Aumento em outras obrigações		170.820	1.859.929	(8.551.215)	(12.614.033)
(Redução) Aumento em resultados de exercícios futuros		10.431	31.947	(7.872)	33.015
CAIXA GERADO (UTILIZADO) PELAS OPERAÇÕES		(23.524.598)	10.472.650	(19.243.334)	(17.971.936)
Fluxos de caixa provenientes das atividades de investimento					
(Aumento) Redução em títulos e valores mobiliários disponíveis para venda		2.414.878	(3.249.900)	516.534	(6.729.434)
(Aumento) Redução em títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento		604.896	(1.590.274)	246.159	(2.514.306)
(Aquisição) Alienação de imobilizado de uso		297.070	(385.637)	(625.897)	(952.069)
(Aquisição) Alienação de investimentos		(124.954)	25.797	(63.149)	9.766.635
(Aquisição) Baixa de intangíveis/diferidos		(368.548)	(282.306)	(1.189.685)	(609.268)
CAIXA GERADO (UTILIZADO) PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		2.823.342	(5.482.320)	(1.116.038)	(1.038.442)
Fluxos de caixa provenientes das atividades de financiamento					
Varição da participação dos acionistas não controladores		14.374	(90.645)	56.529	1.814.310
(Redução) Aumento em obrigações por dívida subordinada		952.986	835.115	5.042.121	8.716.979
(Redução) Aumento em instrumentos híbridos de capital e dívida		2.192.668	200.663	6.918.470	5.393.776
(Aquisição) Alienação de ações em tesouraria		(46.134)	(396.157)	(279.999)	(537.622)
Dividendos pagos		(216.417)	(2.177.881)	(809.210)	(3.191.540)
Juros sobre o capital próprio pagos		(941.310)	(886.279)	(2.723.358)	(2.442.297)
CAIXA GERADO (UTILIZADO) PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		1.956.167	(2.515.184)	8.204.553	9.753.606
Varição líquida de caixa e equivalentes de caixa					
Início do período		75.732.281	48.041.034	71.797.486	57.805.818
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa		255.120	222.451	(2.400.355)	2.189.585
Fim do período		57.242.312	50.738.631	57.242.312	50.738.631
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa		(18.745.089)	2.475.146	(12.154.819)	(9.256.772)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO VALOR ADICIONADO

		3º Trimestre/2014		3º Trimestre/2013		01.01 a 30.09.2014		01.01 a 30.09.2013	
Receitas		42.507.636		31.333.282		113.459.788		98.154.152	
Receitas de intermediação financeira		40.405.255		29.139.419		105.941.467		82.881.674	
Receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias		6.363.256		5.818.813		18.272.700		17.123.554	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(4.728.248)		(3.871.097)		(13.894.889)		(11.389.306)	
Lucro na alienação de investimentos/participação societária	(Nota 23)	1.236		1.436		3.350		9.826.229	
Outras receitas/despesas		466.137		244.711		3.137.160		(287.999)	
Despesas da Intermediação Financeira		(29.093.852)		(17.660.378)		(69.878.264)		(49.721.197)	
Insumos Adquiridos de Terceiros		(2.548.152)		(2.463.567)		(7.560.442)		(7.222.366)	
Materiais, água, energia e gás	(Nota 22.d)	(128.439)		(117.153)		(380.843)		(373.845)	
Serviços de terceiros	(Nota 22.d)	(443.703)		(496.297)		(1.392.304)		(1.441.940)	
Comunicações	(Nota 22.d)	(390.362)		(363.348)		(1.159.494)		(1.066.252)	
Processamento de dados	(Nota 22.d)	(199.171)		(210.364)		(632.883)		(625.692)	
Transporte	(Nota 22.d)	(336.042)		(295.246)		(974.082)		(827.540)	
Serviços de vigilância e segurança	(Nota 22.d)	(252.150)		(204.407)		(698.968)		(594.254)	
Serviços do sistema financeiro	(Nota 22.d)	(196.021)		(189.509)		(582.513)		(698.401)	
Propaganda e publicidade	(Nota 22.d)	(119.908)		(126.632)		(377.778)		(321.627)	
Outras		(482.356)		(460.611)		(1.361.577)		(1.272.815)	
Valor Adicionado Bruto		10.865.632		11.209.337		36.021.082		41.210.589	
Despesas de amortização/depreciação	(Nota 22.d)	(1.060.210)		(1.020.726)		(3.573.945)		(3.160.339)	
Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade		9.805.422		10.188.611		32.447.137		38.050.250	
Valor Adicionado Recebido em Transferência		677.373		51.625		(28.868)		380.570	
Resultado de participações em coligadas/controladas		677.373		51.625		(28.868)		380.570	
Valor Adicionado a Distribuir		10.482.795	100,00%	10.240.236	100,00%	32.418.269	100,00%	38.430.820	100,00%
Valor Adicionado Distribuído		10.482.795	100,00%	10.240.236	100,00%	32.418.269	100,00%	38.430.820	100,00%
Pessoal		4.705.396	44,89%	4.247.416	41,48%	13.634.278	42,06%	13.474.434	35,06%
Salários e honorários		3.155.993		2.812.703		9.024.697		8.495.848	
Participação de empregados e administradores no lucro		391.659		378.305		1.187.098		1.718.055	
Benefícios e treinamentos		670.093		601.308		1.953.735		1.779.940	
FGTS		175.361		165.425		559.804		516.544	
Outros encargos		312.290		289.675		908.944		964.047	
Impostos, Taxas e Contribuições		2.288.799	21,83%	2.770.052	27,05%	8.518.397	26,27%	10.893.443	28,34%
Federais		1.972.066		2.472.901		7.624.801		10.030.383	
Estaduais		309		142		700		639	
Municipais		316.424		297.009		892.896		862.421	
Remuneração de Capitais de Terceiros		330.363	3,15%	289.986	2,83%	953.237	2,94%	844.474	2,20%
Aluguéis	(Nota 22.d)	330.363		289.986		953.237		844.474	
Remuneração de Capitais Próprios	(Nota 24.g)	3.158.237	30,13%	2.932.782	28,64%	9.312.357	28,73%	13.218.469	34,40%
Juros sobre capital próprio da União		545.373		516.744		1.582.655		1.423.979	
Juros sobre capital próprio de outros acionistas		395.937		369.535		1.140.703		1.018.318	
Dividendos da União		90.276		109.458		348.733		1.542.190	
Dividendos de outros acionistas		65.540		78.275		251.111		1.102.853	
Juros sobre o instrumento elegível ao capital principal da União		20.671		--		20.671		--	
Lucro retido		1.662.599		1.629.707		4.942.697		7.645.173	
Participação dos não controladores nos lucros retidos		377.841		229.063		1.025.787		485.956	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

1 – O BANCO E SUAS OPERAÇÕES

O Banco do Brasil S.A. (Banco do Brasil ou Banco) é uma companhia aberta de direito privado, de economia mista, regida, sobretudo, pela legislação das sociedades por ações, e sua matriz está localizada no Setor Bancário Sul, Quadra 1, Lote 32, Bloco C, Edifício Sede III, Brasília, Distrito Federal, Brasil. Tem por objeto a prática de todas as operações bancárias ativas, passivas e acessórias, a prestação de serviços bancários, de intermediação e suprimento financeiro sob suas múltiplas formas, inclusive nas operações de câmbio e nas atividades complementares, destacando-se seguros, previdência privada, capitalização, corretagem de títulos e valores mobiliários, administração de consórcios, cartões de crédito/débito, fundos de investimentos e carteiras administradas e o exercício de quaisquer atividades facultadas às instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional. Como instrumento de execução da política creditícia e financeira do Governo Federal, compete ao Banco exercer as funções atribuídas em lei, especificamente as previstas no artigo 19 da Lei n.º 4.595/1964.

2 – REESTRUTURAÇÕES SOCIETÁRIAS

a) Reorganizações Societárias na área de Seguros, Previdência Complementar Aberta, Capitalização e Resseguros

BB Seguridade Participações S.A.

Em 20.02.2013, por meio de Assembleia Geral Extraordinária, o Banco do Brasil decidiu pela realização de Oferta Pública de Ações (OPA) da BB Seguridade. A ata da assembleia foi arquivada na Junta Comercial do Distrito Federal em 14.03.2013, sob o n.º 20130248401, e publicada no Diário Oficial da União e no Jornal de Brasília em 25.03.2013.

A oferta, cujo emissor foi a BB Seguridade Participações S.A., consistiu na distribuição pública secundária de ações, realizada no Brasil, em mercado de balcão não organizado, em conformidade com a Instrução CVM n.º 400/2003.

Em 25.04.2013, foram ofertadas 500 milhões de ações, 100% Ordinárias, negociadas no Novo Mercado da BM&FBovespa sob o *ticker* BBSE3, com preço fixado em R\$ 17,00. A liquidação da Oferta Base (500 milhões de ações), acrescida do Lote Adicional (100 milhões de ações), produziu um ganho bruto no resultado do Banco do Brasil de R\$ 8,374 bilhões, resultante da alienação de 30% das ações.

Em 20.05.2013, foi encerrada a Oferta Pública de Ações da BB Seguridade com o exercício integral do lote suplementar da oferta (75 milhões de ações). Com isso, o Banco do Brasil obteve um ganho bruto total na operação de R\$ 9,820 bilhões, e passou a deter 66,25% das ações ordinárias da BB Seguridade.

Os recursos arrecadados foram integralmente revertidos ao Banco do Brasil, acionista vendedor. A BB Seguridade não recebeu nenhum recurso decorrente da oferta.

IRB - Brasil Resseguros S.A.

Em 24.05.2013, a BB Seguros Participações e a União assinaram Contrato de Transferência de Ações com o objetivo de transferir 212.421 ações ordinárias (ONs) de emissão do IRB-Brasil Resseguros S.A. (IRB) detidas pela União para a BB Seguros.

Ademais, na mesma data, foi celebrado Acordo de Acionistas entre a BB Seguros, a União, o Bradesco Auto Re-Companhia de Seguros S.A., o Itaú Seguros S.A., o Itaú Vida e Previdência S.A. e o Fundo de Investimento em Participações Caixa Barcelona, no intuito de formar um bloco de controle para a governança do IRB por meio da regulação da relação entre os sócios, bem como da atuação e do funcionamento dos órgãos de administração da companhia. Foram vinculadas ao Acordo de Acionistas ações representando 20% do total de ONs pela BB Seguros; 15% do total de ONs pela União; 15% do total de ONs pelo Grupo Itaú Seguros; 20% do total de ONs pela Bradesco Seguros; e 3% do total de ONs pelo FIP Caixa Barcelona.

Além da celebração do Acordo de Acionistas, o processo de reestruturação societária do IRB envolveu, entre outras, as seguintes etapas:

- conversão das ações preferencias do IRB em ações ordinárias (proporção 1:1);
- criação de *golden share* (ação preferencial com direito a veto em determinadas deliberações), detida pela União; e
- aumento do capital social do IRB por seus atuais acionistas, com emissão de novas ações, renunciando a União ao seu direito de preferência.

Em 20.08.2013, foi realizada uma Assembleia Geral Extraordinária para a homologação do aumento de capital do IRB, a qual era condição precedente para o pagamento pela BB Seguros da aquisição das ações ordinárias.

Em 27.08.2013, a BB Seguros passou a deter 20,5% do capital do IRB por meio da transferência das ações e do pagamento efetuado à União, conforme demonstrado a seguir:

Quantidade de ações	212.421 ações
Valor unitário da ação (em R\$)	2.577,00
Valor total pago na aquisição	547.409
Valor do patrimônio líquido ajustado em 31.08.2013	527.951
Valor total do ágio	19.458

A operação foi aprovada pelo Conselho Administrativo da Defesa Econômica (CADE) em 16.04.2013 e pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) em 16.09.2013.

Brasildental Operadora de Planos Odontológicos S.A.

Em 11.06.2013, o Banco do Brasil, a BB Seguros Participações S.A. (BB Seguros), a BB Corretora de Seguros e Administradora de Bens S.A. (BB Corretora), a Odontoprev S.A. (Odontoprev) e a Odontoprev Serviços Ltda. (Odontoprev Serviços) assinaram Acordo de Associação e Outras Avenças com o objetivo de, por meio de uma nova sociedade por ações, denominada Brasildental Operadora de Planos Odontológicos S.A. (Brasildental), desenvolver e divulgar, e por meio da BB Corretora, distribuir e comercializar planos odontológicos sob a marca BB Dental, com exclusividade em todos os canais de distribuição BB no território nacional.

A Brasildental foi constituída em 12.03.2014 e seu capital social total é de R\$ 5.000 mil, distribuído em 100 mil ações ordinárias (ON) e 100 mil ações preferenciais (PN), com a seguinte estrutura societária:

- a BB Seguros detém 49,99% das ações ON e 100% das ações PN, representando 74,99% do capital social total, e
- a Odontoprev detém 50,01% das ações ON, representando 25,01% do capital social total.

Do capital social total, R\$ 1 mil foram integralizados na data de constituição da companhia e os R\$ 4.999 mil restantes no dia 15.04.2014. A BB Seguros e a Odontoprev responderam pela integralização do capital social da Brasildental na respectiva proporção de suas participações.

A associação foi aprovada pelo Conselho Nacional de Defesa Econômica (CADE) em 02.08.2013 e, em 19.09.2013, o Banco Central do Brasil (Bacen) autorizou a participação indireta do Banco no capital da Brasildental.

Em 12.05.2014, foi emitido o registro da companhia junto ao Conselho Regional de Odontologia (CRO). A Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), em 07.07.2014, autorizou as operações da Brasildental e, em 05.08.2014, aprovou os produtos a serem comercializados pela Brasildental no mercado brasileiro de planos odontológicos.

O Acordo vigorará por 20 anos, podendo ser prorrogado por iguais períodos.

Brasilprev Seguros e Previdência S.A.

Em 30.11.2013, a Brasilprev Seguros e Previdência S.A. incorporou a Brasilprev Nosso Futuro Seguros e Previdência S.A. (antiga Mapfre Nossa Caixa Vida e Previdência), recebendo todo o seu acervo líquido pelo valor de R\$ 23.020 mil. O capital social da Brasilprev não foi aumentado em decorrência da incorporação, visto que era a

única acionista da Brasilprev Nosso Futuro e o valor do acervo líquido da incorporada já estava representado em seu patrimônio líquido.

b) Reorganização Societária – Filiais, Subsidiárias e Controladas no Exterior

BB USA Holding Company Inc.

Em 03.05.2013, o Banco do Brasil adquiriu a totalidade das ações da BB USA Holding Company Inc., que anteriormente pertenciam ao BB AG Viena.

O valor da transação foi efetivado com base no Patrimônio Líquido Ajustado da BB USA Holding Company Inc. de 30.04.2013 pelo valor de USD 644 mil (R\$ 1.293 mil).

A BB USA Holding Company Inc. é uma empresa de capital fechado, com sede na cidade de White Plains no Estado de Nova Iorque.

Bloco Europa

Desde 01.01.2014, as agências do Banco do Brasil em Madri e Paris passaram a ser vinculadas ao BB AG Viena, subsidiária integral do Banco do Brasil na Áustria.

A medida faz parte do processo de consolidação das atividades na Europa sob a licença do BB AG Viena. A integração das unidades europeias busca ampliar o volume de negócios, através da otimização do capital investido naquelas agências, aprimorar a governança e aumentar a eficiência operacional.

China

No dia 30.05.2014, o Banco inaugurou sua primeira agência na China. O Banco possuía um escritório de representação em Xangai, o qual foi transformado em agência com o objetivo de ampliar o intercâmbio comercial com o país, buscar o aumento dos investimentos chineses no Brasil e, também, para dar suporte às multinacionais brasileiras no mercado chinês.

c) Reorganização Societária – Banco Votorantim

Em 31.07.2013, os administradores do Banco Votorantim aprovaram a incorporação da BV Participações ao seu patrimônio nos termos do Protocolo e Justificação de Incorporação. O acervo líquido incorporado foi avaliado ao valor contábil em 30.06.2013, data-base da operação, no montante de R\$ 98.920 mil; acrescentando-se as variações patrimoniais ocorridas entre a data-base do laudo de avaliação contábil e a data da incorporação.

A incorporação justifica-se uma vez que representa um aprimoramento da respectiva estrutura societária, acarreta uma racionalização das operações, simplifica a administração, facilita procedimentos contábeis e financeiros; minimiza despesas administrativas, ocasionando a otimização de seus ativos e resultados.

Como decorrência natural, a BV Participações teve sua personalidade jurídica extinta e o Banco Votorantim passou à condição de sucessor, a título universal, de todos os seus direitos e obrigações.

A incorporação implicou em um aumento do capital social do Banco Votorantim, no mesmo montante do patrimônio líquido incorporado, mediante a emissão de 1.442.096.204 novas ações, sendo 1.179.896.894 de ações ordinárias e 262.199.310 de ações preferenciais, todas sem valor nominal, atribuídas à Votorantim Finanças e ao Banco do Brasil, únicos acionistas da BV Participações, na proporção que cada um detinha no capital social da empresa, em substituição das ações da BV Participações que foram extintas.

d) Reorganização Societária – Itapebi

Em 16.12.2013, foi aprovada a alienação de participação de 19% detida pelo BB Banco de Investimento S.A. na empresa Itapebi Geração de Energia S.A. para o grupo Neoenergia.

Em 20.12.2013, foi assinado o Contrato de Compra e Venda de Ações referentes à venda dessa participação.

e) Parcerias com o Banco Bradesco S.A. no setor de cartões**Alelo**

A Companhia Brasileira de Soluções e Serviços (Alelo), empresa atuante na área de cartões pré-pagos, até então controlada pelo BB Banco de Investimento S.A. e pela Bradescard na proporção de 49,99% e 50,01%, respectivamente, foi transferida, a partir de agosto de 2013, para a Elo Participações, que passou a deter 100% do seu capital social.

O objetivo da reestruturação foi maximizar a governança da Alelo por meio da estrutura de governança própria da Elo Participações. Os atos societários se realizaram de modo que as participações finais indiretas do Banco do Brasil e do Banco Bradesco na Alelo e na Elo Participações não sofreram alterações.

Livelo

O Banco do Brasil e o Banco Bradesco comunicaram ao mercado que a Companhia Brasileira de Soluções e Serviços (Alelo) iniciou, por meio de sua subsidiária integral já existente, a Livelo S.A., as tratativas para explorar negócios relacionados a programa de fidelidade por coalizão.

A Livelo é uma sociedade com participação indireta do Banco, com 49,99% do capital social, e do Bradesco, com 50,01% do capital social, por meio da Alelo, e tem como objetivo principal:

- atuar como programa de fidelidade por coalizão independente e aberto tendo como parceiros: emissores de instrumentos de pagamento, varejistas e demais programas de fidelidade, dentre outros;
- reunir um diversificado grupo de parceiros relevantes e estratégicos para possibilitar a geração de pontos de fidelidade e o resgate de benefícios; e
- desenvolver pontos de fidelidade próprios a serem oferecidos aos parceiros de geração/acúmulo de pontos e conversíveis em prêmios e benefícios nos parceiros de resgate.

A empresa encontra-se em processo de estruturação para início de suas atividades e já obteve autorização dos órgãos fiscalizadores e reguladores.

Stelo

O Banco do Brasil e o Bradesco, por meio da sua controlada Companhia Brasileira de Soluções e Serviços (Alelo), lançaram, em 16.04.2014, a Stelo S.A., uma empresa de meios eletrônicos de pagamentos que irá administrar, operar e explorar os segmentos de facilitadoras de pagamentos voltada para o comércio eletrônico, bem como negócios de carteira digital.

O principal propósito é o de criar maior comodidade e segurança para os consumidores e estabelecimentos comerciais, principalmente na utilização de pagamentos no comércio eletrônico.

Com vistas a implementar esse projeto, a Cielo e a Alelo celebraram, em 15.04.2014, Memorando de Entendimentos a respeito da participação da Cielo no capital social da Stelo, atualmente subsidiária integral da Alelo.

A empresa encontra-se em processo de estruturação para início de suas atividades e já obteve autorização dos órgãos fiscalizadores e reguladores.

3 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis Consolidadas foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (Bacen), do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), da Superintendência de Seguros Privados (Susep) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicável.

A elaboração de demonstrações de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando for o caso. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: o valor residual do ativo imobilizado, provisão para créditos de liquidação duvidosa, ativos fiscais diferidos, provisão para demandas trabalhistas, fiscais e cíveis, valorização de instrumentos financeiros, ativos e passivos relacionados a benefícios pós-emprego a empregados e outras provisões. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua liquidação.

As demonstrações contábeis consolidadas contemplam as operações do Banco do Brasil realizadas por suas agências no país e no exterior, as operações das subsidiárias financeiras e não financeiras no país e no exterior, das entidades sob controle conjunto, da Entidade de Propósito Específico - Dollar Diversified Payment Rights Finance Company, e dos fundos de investimentos financeiros (BVIA Fundo de Investimento em Participações, BV Financeira FIDC I, BV Financeira FIDC II e BV Financeira FIDC VI) que o Banco controla direta ou indiretamente, bem como das participações em outras empresas, conforme determinado pelo Bacen.

Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas foram eliminados os valores oriundos de transações entre as empresas, compreendendo as participações acionárias de uma empresa em outra, os saldos de contas patrimoniais, as receitas, despesas, bem como os lucros não realizados, líquido dos efeitos tributários. As participações dos não controladores no patrimônio líquido e no resultado das controladas foram destacadas nas demonstrações contábeis. Os saldos das contas patrimoniais e de resultado das participações societárias em que o controle é compartilhado com outros acionistas foram consolidados proporcionalmente à participação no capital social da investida. As operações de arrendamento mercantil foram consideradas sob a ótica do método financeiro, sendo os valores reclassificados da rubrica de imobilizado de arrendamento para a rubrica de operações de arrendamento mercantil, deduzidos dos valores residuais recebidos antecipadamente.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emite normas e interpretações contábeis alinhadas às normas internacionais de contabilidade e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários. O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou os seguintes pronunciamentos, observados integralmente pelo Banco, quando aplicável: CPC 00 - Pronunciamento Conceitual Básico, CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC, CPC 05 – Divulgação sobre Partes Relacionadas, CPC 10 – Pagamento Baseado em Ações, CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, CPC 24 – Evento Subsequente e CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

Adicionalmente, o Banco Central editou a Resolução CMN n.º 3.533, de 31.01.2008, cuja vigência iniciou-se em janeiro de 2012, a qual estabeleceu procedimentos para classificação, registro contábil e divulgação de operações de venda ou de transferência de ativos financeiros. A Resolução é convergente com os critérios de baixa de ativos financeiros especificados no CPC 38 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

O Banco aplicou, ainda, os seguintes pronunciamentos que não são conflitantes com as normas do Bacen, conforme determina o artigo 22, § 2º, da Lei n.º 6.385/1976: CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, CPC 12 – Ajuste a Valor Presente, CPC 22 – Informações por Segmento, CPC 33 - Benefícios a Empregados e CPC 41 – Resultado por Ação.

Os pronunciamentos CPC 07 – Subvenções e Assistências Governamentais, CPC 17 – Contratos de Construção, CPC 29 – Ativo Biológico e Produto Agrícola e CPC 35 – Demonstrações Separadas, não conflitantes com as normas do Bacen, poderão ser aplicados pelo Banco na medida em que ocorrerem eventos ou transações abrangidos por esses CPCs.

A aplicação dos demais normativos que dependem de regulamentação do Bacen reflete, basicamente, em ajustes imateriais ou em alterações na forma de divulgação, exceto nos seguintes pronunciamentos que podem gerar impactos relevantes nas demonstrações contábeis:

CPC 04 – Ativos Intangíveis e CPC 15 – Combinação de Negócios – a) reclassificação dos ativos intangíveis identificados na aquisição de participação no Banco Votorantim, ocorrida em 2009, bem como na aquisição do controle do Banco Patagonia, em 2011, e do BB Americas, em 2012, da conta de Investimentos para a conta de Intangível, no grupamento do Ativo Não Circulante – Permanente; b) não reconhecimento de despesas de amortização de ágios por expectativa de rentabilidade futura oriundos das aquisições; e, c) reconhecimento de despesa de amortização de intangíveis com vida útil definida, identificados nas aquisições.

CPC 18 – Investimento em Empreendimento Controlado em Conjunto – a) registro a valor justo das participações societárias recebidas na parceria de formação das joint ventures BB Mapfre SH1 e Mapfre BB SH2, em 30.06.2011; b) baixa dos ativos contribuídos pelo Banco do Brasil, incluindo qualquer ágio, pelo valor contábil; e, c) reconhecimento do resultado da transação nas novas sociedades constituídas pela proporção das participações societárias.

CPC 36 – Demonstrações Consolidadas – consolidação das participações em investimentos em coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, conforme pronunciamento CPC 18, ocasionando a redução nos ativos e passivos totais do Conglomerado.

CPC 38 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração – ajuste na provisão para crédito de liquidação duvidosa, em virtude da adoção do critério de perda incorrida ao invés do critério da perda esperada.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pelo Conselho Diretor em 04.11.2014.

Participações societárias incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas, segregadas por segmentos de negócios:

		Atividade	30.09.2014	31.12.2013	30.09.2013
			% de Participação		
Segmento Bancário					
Banco do Brasil AG	(1)	Bancária	100,00%	100,00%	100,00%
BB Leasing Company Ltd.	(1)	Arrendamento	100,00%	100,00%	100,00%
BB Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil	(1)	Arrendamento	100,00%	100,00%	100,00%
BB Securities Asia Pte. Ltd.	(1)	Corretora	100,00%	100,00%	100,00%
BB Securities LLC.	(1)	Corretora	100,00%	100,00%	100,00%
BB Securities Ltd.	(1)	Corretora	100,00%	100,00%	100,00%
BB USA Holding Company, Inc.	(1)	Holding	100,00%	100,00%	100,00%
Brasilian American Merchant Bank	(1)	Bancária	100,00%	100,00%	100,00%
BB Americas	(1)	Bancária	100,00%	100,00%	100,00%
Besc Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	(1)	Administração de Ativos	99,62%	99,62%	99,62%
Banco Patagonia S.A.	(1)	Bancária	58,96%	58,96%	58,96%
Banco Votorantim S.A.	(2)	Bancária	50,00%	50,00%	50,00%
Segmento Investimentos					
BB Banco de Investimento S.A.	(1)	Banco de Investimento	100,00%	100,00%	100,00%
Kepler Weber S.A.	(2)	Indústria	17,46%	17,56%	17,56%
Companhia Brasileira de Securitização - Cibrasec	(3) (4)	Aquisição de Créditos	12,12%	12,12%	12,12%
Neoenergia S.A.	(2)	Energia	11,99%	11,99%	11,99%
Segmento Gestão de Recursos					
BB Gestão de Recursos-Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	(1)	Administração de Ativos	100,00%	100,00%	100,00%
Segmento Seguros, Previdência e Capitalização					
BB Seguridade Participações S.A.	(1)	Holding	66,25%	66,25%	66,25%
BB Cor Participações S.A.	(1)	Holding	66,25%	66,25%	66,25%
BB Corretora de Seguros e Administradora de Bens S.A.	(1)	Corretora	66,25%	66,25%	66,25%
BB Seguros Participações S.A.	(1)	Holding	66,25%	66,25%	66,25%
BB Capitalização S.A. (antiga Nossa Caixa Capitalização S.A.)	(1)	Capitalização	66,25%	66,25%	66,25%
BB Mapfre SH1 Participações S.A.	(2)	Holding	49,68%	49,68%	49,68%
Brasilidental S.A.	(2)	Prestação de Serviços	49,68%	--	--
Companhia de Seguros Aliança do Brasil	(2)	Seguradora	49,68%	49,68%	49,68%
Mapfre Vida S.A.	(2)	Previdência	49,68%	49,68%	49,68%
Vida Seguradora S.A.	(2)	Seguradora	49,68%	49,68%	49,68%
Brasilprev Seguros e Previdência S.A.	(2)	Seguradora/Previdência	49,68%	49,68%	49,68%
Brasilprev Nosso Futuro Seguros e Previdência S.A.	(2) (5)	Seguradora/Previdência	--	--	49,68%
Brasilcap Capitalização S.A.	(2)	Capitalização	44,16%	44,16%	44,16%
Mapfre BB SH2 Participações S.A.	(2)	Holding	33,13%	33,13%	33,13%
Aliança do Brasil Seguros S.A.	(2)	Seguradora	33,13%	33,13%	33,13%
Brasilveículos Companhia de Seguros	(2)	Seguradora	33,13%	33,13%	33,13%
Mapfre Seguros Gerais S.A.	(2)	Seguradora	33,13%	33,13%	33,13%
Mapfre Affinity Seguradora S.A.	(2)	Seguradora	33,13%	33,13%	33,13%
BB Mapfre Assistência S.A.	(2)	Prestação de Serviços	33,13%	33,13%	33,13%
Votorantim Corretora de Seguros S.A.	(2)	Corretora	50,00%	50,00%	50,00%
Seguradora Brasileira de Crédito à Exportação - SBCE	(3)	Seguradora	12,09%	12,09%	12,09%
IRB - Brasil Resseguros S.A.	(2)	Resseguradora	13,58%	13,58%	13,58%
Segmento Meios de Pagamento					
BB Administradora de Cartões de Crédito S.A.	(1)	Prestação de Serviços	100,00%	100,00%	100,00%
BB Elo Cartões Participações S.A.	(1)	Holding	100,00%	100,00%	100,00%
Elo Participações S.A.	(2)	Holding	49,99%	49,99%	49,99%
Companhia Brasileira de Soluções e Serviços CBSS - Alelo	(2)	Prestação de Serviços	49,99%	49,99%	24,99%
Elo Serviços S.A.	(2)	Prestação de Serviços	33,33%	33,33%	33,33%
Cielo S.A.	(2)	Prestação de Serviços	28,76%	28,68%	28,67%
Tecnologia Bancária S.A. - Tecban	(3)	Prestação de Serviços	13,53%	13,53%	13,53%
Outros Segmentos					
Ativos S.A. Securitizadora de Créditos Financeiros	(1)	Aquisição de Créditos	100,00%	100,00%	100,00%
Ativos S.A. Gestão de Cobrança e Recuperação de Crédito	(1)	Aquisição de Créditos	100,00%	100,00%	100,00%
BB Administradora de Consórcios S.A.	(1)	Consórcio	100,00%	100,00%	100,00%
BB Tur Viagens e Turismo Ltda.	(1) (4)	Turismo	100,00%	100,00%	100,00%
BB Money Transfers Inc.	(1)	Prestação de Serviços	100,00%	100,00%	100,00%
BB Tecnologia e Serviços S.A.	(1)	Informática	99,97%	99,97%	99,97%

(1) Controladas

(2) Controladas em conjunto incluídas proporcionalmente na consolidação.

(3) Coligadas, incluídas proporcionalmente na consolidação conforme determinação do Bacen.

(4) Demonstrações contábeis para consolidação relativas a agosto/2014.

(5) Empresa descontinuada durante o exercício/2013.

Informações para efeito de comparabilidade

Foram realizadas, para efeito de comparabilidade, de forma a evidenciar melhor a essência das operações, as seguintes reclassificações no Balanço Patrimonial:

- Provisão para Perdas em Créditos Vinculados do grupamento Outros Créditos para Relações Interfinanceiras;
- Ágio na aquisição de sociedade incorporada (Banco Nossa Caixa) do grupamento Investimentos para Intangível, conforme Carta Circular Bacen n.º 3.624 de 26.12.2013;
- Ajuste a valor de mercado para operações de crédito cedidas objeto de *hedge* do Banco Votorantim, dos grupamentos Outros Créditos e Outras Obrigações para Operações de Crédito, conforme Carta Circular Bacen n.º 3.624 de 26.12.2013;
- Obrigações por Cotas de Fundos de Investimento dos Fundos do Banco Votorantim do grupamento Outras Obrigações – Negociação e intermediação de valores para Outras Obrigações – Diversas, conforme Carta Circular Bacen n.º 3.658 de 13.05.2014.

Balanço Patrimonial

30.09.2013	Divulgação Anterior	Reclassificações	Saldos Ajustados
ATIVO CIRCULANTE	701.006.475	(71.763)	700.934.712
Relações Interfinanceiras – Tesouro Nacional – recursos do crédito rural	160.787	(104.859)	55.928
Operações de Crédito – Setor Privado	188.125.839	(55.419)	188.070.420
Outros Créditos - Diversos	77.373.025	(16.344)	77.356.681
Outros Créditos – (Provisão para outros créditos)	(1.051.107)	104.859	(946.248)
ATIVO NÃO CIRCULANTE	558.253.377	(67.604)	558.185.773
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	536.133.472	(67.604)	536.065.868
Operações de Crédito – Setor Privado	336.276.099	(1.702)	336.274.397
Outros Créditos - Diversos	59.723.386	(65.902)	59.657.484
Investimentos – No país	5.123.628	(3.579.226)	1.544.402
Intangível	8.135.394	3.579.226	11.714.620
Intangível – Ativos intangíveis	13.737.712	4.961.028	18.698.740
Intangível – (Amortização Acumulada)	(5.602.318)	(1.381.802)	(6.984.120)
TOTAL DO ATIVO	1.259.259.852	(139.367)	1.259.120.485
PASSIVO CIRCULANTE	799.687.215	(71.763)	799.615.452
Outras Obrigações – Negociação e intermediação de valores	2.327.832	(1.440.387)	887.445
Outras Obrigações - Diversas	39.910.458	1.368.624	41.279.082
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	393.648.362	(67.604)	393.580.758
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	393.228.056	(67.604)	393.160.452
Outras Obrigações - Diversas	12.159.878	(67.604)	12.092.274
TOTAL DO PASSIVO	1.259.259.852	(139.367)	1.259.120.485

Foram realizadas, ainda, as seguintes reclassificações na Demonstração de Resultado:

- Despesas com Amortização de ágios em investimentos do grupamento Outras Despesas Operacionais para Outras Despesas Administrativas – R\$ 241.490 mil;
- Receitas de Antecipação de Recebíveis VisaNet (ARV) da Cielo do grupamento Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários para Outras Receitas Operacionais – R\$ 89.647 mil;
- Despesas de Demandas Trabalhistas do Banco Votorantim do grupamento Outras Despesas Operacionais para Despesas de Pessoal – R\$ 40.775 mil;
- Despesas de Provisão para Perdas em Créditos Vinculados - Proagro do grupamento Despesas de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa para Resultado das Aplicações Compulsórias – R\$ 3.834 mil.

Demonstração do Resultado

3º Trimestre/2013	Divulgação Anterior	Reclassificações	Saldos Ajustados
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	29.232.900	(93.481)	29.139.419
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	7.702.544	(89.647)	7.612.897
Resultado das aplicações compulsórias	1.252.957	(3.834)	1.249.123
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(21.535.309)	3.834	(21.531.475)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(3.874.931)	3.834	(3.871.097)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	7.697.591	(89.647)	7.607.944
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	(3.438.488)	89.647	(3.348.841)
Despesas de pessoal	(4.438.889)	(40.775)	(4.479.664)
Outras despesas administrativas	(3.738.365)	(241.490)	(3.979.855)
Outras receitas operacionais	1.772.798	89.647	1.862.445
Outras despesas operacionais	(2.521.996)	282.265	(2.239.731)

- Despesas com Amortização de ágios em investimentos do grupamento Outras Despesas Operacionais para Outras Despesas Administrativas – R\$ 705.772 mil;
- Receitas de Antecipação de Recebíveis VisaNet (ARV) da Cielo do grupamento Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários para Outras Receitas Operacionais – R\$ 232.031 mil;
- Despesas de Demandas Trabalhistas do Banco Votorantim do grupamento Outras Despesas Operacionais para Despesas de Pessoal – R\$ 108.831 mil;
- Despesas de Provisão para Perdas em Créditos Vinculados - Proagro do grupamento Despesas de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa para Resultado das Aplicações Compulsórias – R\$ 10.751 mil.

Demonstração do Resultado

01.01 a 30.09.2013	Divulgação Anterior	Reclassificações	Saldos Ajustados
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	83.124.456	(242.782)	82.881.674
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	21.248.144	(232.031)	21.016.113
Resultado das aplicações compulsórias	3.318.749	(10.751)	3.307.998
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(61.121.254)	10.751	(61.110.503)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(11.400.057)	10.751	(11.389.306)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	22.003.202	(232.031)	21.771.171
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	(11.318.602)	232.031	(11.086.571)
Despesas de pessoal	(13.435.192)	(108.831)	(13.544.023)
Outras despesas administrativas	(11.134.121)	(705.772)	(11.839.893)
Outras receitas operacionais	5.074.015	232.031	5.306.046
Outras despesas operacionais	(8.163.904)	814.603	(7.349.301)

4 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis adotadas pelo Banco do Brasil são aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados nestas demonstrações contábeis e de maneira uniforme em todas as entidades do Conglomerado.

a) Apuração do Resultado

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem e, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações formalizadas com encargos financeiros pós-fixados são atualizadas pelo critério *pro rata die*, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados, e as operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro. As operações indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço pelo critério de taxas correntes.

b) Mensuração a Valor Presente

Os ativos e passivos financeiros estão apresentados a valor presente em função da aplicação do regime de competência no reconhecimento das respectivas receitas e despesas de juros.

Os passivos não contratuais, representados essencialmente por provisões para demandas judiciais e obrigações legais, cuja data de desembolso é incerta e não está sob controle do Banco, estão mensurados a valor presente uma vez que são reconhecidos inicialmente pelo valor de desembolso estimado na data da avaliação e são atualizados mensalmente.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa estão representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações em ouro, aplicações em operações compromissadas – posição bancada, aplicações em depósitos interfinanceiros e aplicações em moedas estrangeiras, com alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor justo, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

d) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustadas por provisão para perdas, quando aplicável.

e) Títulos e Valores Mobiliários – TVM

Os títulos e valores mobiliários adquiridos para formação de carteira própria são registrados pelo valor efetivamente pago, inclusive corretagens e emolumentos, e se classificam em função da intenção da Administração do Banco em três categorias distintas, conforme Circular Bacen n.º 3.068/2001:

Títulos para Negociação: títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem negociados ativa e frequentemente, ajustados mensalmente pelo valor de mercado. Suas valorizações e desvalorizações são registradas, respectivamente, em contas de receitas e despesas do período;

Títulos Disponíveis para Venda: títulos e valores mobiliários que poderão ser negociados a qualquer tempo, porém não são adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São ajustados mensalmente ao valor de mercado e suas valorizações e desvalorizações registradas, líquidas dos efeitos tributários, em conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial no Patrimônio Líquido; e

Títulos Mantidos até o Vencimento: títulos e valores mobiliários que o Banco tem e dispõe de capacidade financeira e intenção para manter até o vencimento. Esses títulos não são ajustados pelo valor de mercado. A capacidade financeira está amparada em projeção de fluxo de caixa que desconsidera a possibilidade de venda desses títulos.

A metodologia de ajuste a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários foi estabelecida com observância a critérios consistentes e verificáveis, que levam em consideração o preço médio de negociação na data da apuração ou, na falta desse, o valor de ajuste diário das operações de mercado futuro divulgados pela Anbima, BM&FBovespa ou o valor líquido provável de realização obtido por meio de modelos de precificação, utilizando curvas de valores futuros de taxas de juros, taxas de câmbio, índice de preços e moedas, todas devidamente aderentes aos preços praticados no período.

Os rendimentos obtidos pelos títulos e valores mobiliários, independente de como estão classificados, são apropriados *pro rata die*, observando o regime de competência até a data do vencimento ou da venda definitiva, pelo método exponencial ou linear, com base nas suas cláusulas de remuneração e na taxa de aquisição distribuída no prazo de fluência, reconhecidos diretamente no resultado do período.

As perdas com títulos classificados como disponíveis para venda e como mantidos até o vencimento que não tenham caráter de perdas temporárias são reconhecidas diretamente no resultado do período e passam a compor a nova base de custo do ativo.

Quando da alienação, a diferença apurada entre o valor da venda e o custo de aquisição atualizado pelos rendimentos é considerada como resultado da transação, sendo contabilizada na data da operação como lucro ou prejuízo com títulos e valores mobiliários.

f) Instrumentos Financeiros Derivativos – IFD

Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados pelo valor de mercado por ocasião dos balancetes mensais e balanços. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas dos respectivos instrumentos financeiros.

A metodologia de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos foi estabelecida com base em critérios consistentes e verificáveis que levam em consideração o preço médio de negociação no dia da apuração ou, na falta desse, por meio de modelos de precificação que traduzam o valor líquido provável de realização.

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para compensar, no todo ou em parte, os riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado de ativos ou passivos financeiros são considerados instrumentos de proteção (*hedge*) e são classificados de acordo com a sua natureza em:

Hedge de Risco de Mercado: os instrumentos financeiros assim classificados, bem como o item objeto de *hedge*, têm suas valorizações ou desvalorizações reconhecidas em contas de resultado do período; e

Hedge de Fluxo de Caixa: para os instrumentos financeiros enquadrados nessa categoria, a parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações registra-se, líquida dos efeitos tributários, na conta Ajuste de Avaliação Patrimonial do Patrimônio Líquido. Entende-se por parcela efetiva aquela em que a variação no item objeto de *hedge*, diretamente relacionada ao risco correspondente, é compensada pela variação no instrumento financeiro utilizado para *hedge*, considerando o efeito acumulado da operação. As demais variações verificadas nesses instrumentos são reconhecidas diretamente no resultado do período.

g) Operações de Crédito, de Arrendamento Mercantil, Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio, Outros Créditos com Características de Concessão de Crédito e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

As operações de crédito, de arrendamento mercantil, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito são classificados de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN n.º 2.682/1999, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo), bem como a classificação das operações com atraso superior a 15 dias como operações em curso anormal. Para as operações anormais com prazo a decorrer superior a 36 meses, é realizada a contagem em dobro sobre os intervalos de atraso definidos para os nove níveis de risco, conforme facultado pela Resolução CMN n.º 2.682/1999.

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, inclusive, independentemente de seu nível de risco, são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como nível H, que permanecem nessa classificação por 180 dias, são baixadas contra a provisão existente.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito já baixadas contra a provisão são classificadas como H e os eventuais ganhos oriundos da renegociação são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela Administração, atende ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução CMN n.º 2.682/1999 (Nota 10.e).

h) Tributos

Os tributos são apurados com base nas alíquotas demonstradas no quadro a seguir:

Tributos	Alíquota
Imposto de Renda (15% + adicional de 10%)	25%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL ⁽¹⁾	15%
PIS/Pasep ⁽²⁾	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins ⁽²⁾	4%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	Até 5%

(1) Alíquota aplicada às empresas financeiras e às empresas não financeiras de seguros, previdência e capitalização. Para as demais empresas não financeiras, a alíquota de CSLL corresponde a 9%.

(2) Para as empresas não financeiras optantes do regime de apuração não cumulativo, a alíquota do PIS/Pasep é de 1,65% e da Cofins é de 7,6%.

Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) e os passivos fiscais diferidos são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos são observados os critérios estabelecidos pela Resolução CMN n.º 3.059/2002, alterados pelas Resoluções CMN n.º 3.355/2006 e CMN n.º 4.192/2013, e estão suportados por estudo de capacidade de realização.

i) Despesas Antecipadas

Referem-se às aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviço ao Banco ocorrerão durante os exercícios seguintes. As despesas antecipadas são registradas ao custo e amortizadas à medida que forem sendo realizadas.

j) Ativo Permanente

Investimentos: os investimentos em controladas e coligadas com influência significativa ou com participação de 20% ou mais no capital votante e em demais sociedades que fazem parte de um mesmo grupo ou que estejam sob controle comum são avaliados por equivalência patrimonial com base no valor do patrimônio líquido da controlada ou coligada.

Os ágios correspondentes ao valor pago excedente ao valor contábil dos investimentos adquiridos, decorrentes da expectativa de rentabilidade futura, estão sustentados pelas avaliações econômico-financeiras que fundamentaram o preço de compra dos negócios, são amortizados com base nas projeções de resultado anual constantes nos respectivos estudos econômico-financeiros e são submetidos anualmente ao teste de redução ao valor recuperável de ativos.

As demonstrações contábeis das agências e controladas no exterior são adaptadas aos critérios contábeis vigentes no Brasil e convertidas para a moeda Real pelo critério de taxas correntes, conforme previsto nas Circulares Bacen n.º 2.397/1993 e n.º 2.571/1995 e seus efeitos são reconhecidos no resultado do período.

Os demais investimentos permanentes são avaliados ao custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas por desvalorização (imparidade), quando aplicável.

Imobilizado de Uso: o ativo imobilizado é avaliado pelo custo de aquisição, deduzido da respectiva conta de depreciação, cujo valor é calculado pelo método linear às seguintes taxas anuais: edificações e benfeitorias – 4%, veículos – 20%, sistemas de processamento de dados – 20% e demais itens – 10% (Nota 15).

Diferido: o ativo diferido está registrado ao custo de aquisição ou formação, líquido das respectivas amortizações acumuladas. Contempla, principalmente, os gastos de reestruturação da Empresa e os gastos efetuados até 30.09.2008, em imóveis de terceiros, decorrentes de instalação de dependências e amortizados mediante taxas apuradas com base no prazo de locação, observado o máximo de 10 anos, e com aquisição e desenvolvimento de sistemas, amortizados à taxa anual de 10%.

Intangível: o ativo intangível corresponde aos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Banco ou exercidos com essa finalidade, inclusive o fundo de comércio adquirido.

Um ativo satisfaz o critério de identificação de um ativo intangível quando: for separável, ou seja, puder ser separado da entidade e vendido, transferido ou licenciado, alugado ou trocado individualmente ou junto a um contrato, ativo ou passivo relacionado, independente da intenção de uso pela entidade ou resultar de direitos contratuais ou outros direitos legais, independentemente de tais direitos serem transferíveis ou separáveis da entidade ou de outros direitos e obrigações.

Os ativos intangíveis possuem vida útil definida e referem-se basicamente aos desembolsos para aquisição de direitos para prestação de serviços bancários (direitos de gestão de folhas de pagamento), amortizados de acordo com os prazos dos contratos; ágio pago na aquisição de sociedade incorporada (Banco Nossa Caixa), amortizado com base nas projeções de resultado anual constantes no estudo econômico-financeiro; e *softwares*, amortizados pelo método linear à taxa de 10% ao ano a partir da data da sua disponibilidade para uso. Os ativos intangíveis são ajustados por provisão para perda por desvalorização (imparidade), quando aplicável (Nota 16). A amortização dos ativos intangíveis é contabilizada em Outras Despesas Administrativas.

k) Redução ao Valor Recuperável de Ativos não Financeiros – Imparidade

Ao final de cada período de reporte, o Banco avalia, com base em fontes internas e externas de informação, se há alguma indicação de que um ativo não financeiro possa ter sofrido desvalorização. Se houver indicação de desvalorização, o Banco estima o valor recuperável do ativo, que é o maior entre: i) seu valor justo menos os custos para vendê-lo; e ii) o seu valor em uso.

Independentemente de haver indicação de desvalorização, o Banco testa o valor recuperável dos ativos intangíveis ainda não disponíveis para uso e dos ágios na aquisição de investimentos, no mínimo, anualmente. Esse teste pode ser executado a qualquer momento do ano, desde que seja realizado sempre na mesma época.

Se o valor recuperável do ativo for menor que o seu valor contábil, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável por meio de uma provisão para perda por imparidade, que é reconhecida na Demonstração do Resultado.

Metodologias aplicadas na avaliação do valor recuperável dos principais ativos não financeiros:

Imobilizado de uso

Terrenos e edificações – na apuração do valor recuperável de terrenos e edificações, são efetuadas avaliações técnicas em conformidade com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.

Sistemas de processamento de dados – na apuração do valor recuperável dos itens relevantes que compõem os sistemas de processamento de dados, são considerados o valor de mercado para itens com valor de mercado disponível ou o valor passível de ser recuperado pelo uso nas operações do Banco para os demais itens, cujo cálculo considera a projeção dos fluxos de caixa dos benefícios decorrentes do uso de cada bem durante a sua vida útil, descontada a valor presente com base na taxa dos Certificados de Depósitos Interbancários – CDI.

Outros itens de imobilizado – embora sejam sujeitos à análise de indicativo de perda, os demais bens do imobilizado de uso são individualmente de pequeno valor e, em face da relação custo-benefício, o Banco não avalia o valor

recuperável desses itens individualmente. No entanto, o Banco realiza inventário anualmente, onde os bens perdidos ou deteriorados são devidamente baixados na contabilidade.

Investimentos e Ágio na Aquisição de Investimentos

A metodologia de apuração do valor recuperável dos investimentos e dos ágios por expectativa de rentabilidade futura consiste em mensurar o resultado esperado do investimento por meio de fluxo de caixa descontado. Para mensurar esse resultado, as premissas adotadas são baseadas em (i) projeções das operações, resultados e planos de investimentos das empresas; (ii) cenários macroeconômicos desenvolvidos pelo Banco; e (iii) metodologia interna de apuração do custo do capital baseado no modelo *Capital Asset Pricing Model – CAPM*.

Intangível

Direitos de Gestão de Folhas de Pagamento – O modelo de avaliação do valor recuperável dos direitos de gestão de folhas de pagamento está relacionado ao acompanhamento da performance dos contratos, calculada a partir das margens de contribuição de relacionamento dos clientes vinculados a cada contrato, de forma a verificar se as projeções que justificaram a aquisição do ativo correspondem à performance observada. Para os contratos que não atingem a performance esperada, é reconhecida uma provisão para perda por imparidade.

Softwares – Os *softwares*, substancialmente desenvolvidos internamente de acordo com as necessidades do Banco, são constantemente objeto de investimentos para modernização e adequação às novas tecnologias e necessidades dos negócios. Em razão de não haver similares no mercado, bem como do alto custo para se implantar métricas que permitam o cálculo do seu valor em uso, o teste de recuperabilidade dos *softwares* consiste em avaliar a sua utilidade para a empresa de forma que, sempre que um *software* entra em desuso, seu valor é baixado na contabilidade.

Ágio na Aquisição de Sociedade Incorporada – A metodologia de apuração do valor recuperável do ágio na aquisição do Banco Nossa Caixa, incorporado pelo Banco do Brasil em novembro de 2009, consiste em comparar o valor do ágio pago, deduzido pela amortização acumulada, com o valor presente dos resultados do Banco do Brasil projetados para o Estado de São Paulo, descontados os ativos com vida útil definida. As projeções partem dos resultados observados e evoluem com base nas premissas de crescimento de rentabilidade para o Banco do Brasil e são descontadas pela taxa do custo do capital apurada por meio de metodologia interna, baseada no modelo *Capital Asset Pricing Model – CAPM*.

As perdas registradas no resultado para ajuste ao valor recuperável desses ativos, quando houver, são demonstradas nas respectivas notas explicativas.

I) Benefícios a Empregados

Os benefícios a empregados, relacionados a benefícios de curto prazo para os empregados atuais, são reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os serviços prestados. Os benefícios pós-emprego de responsabilidade do Banco relacionados a complemento de aposentadoria e assistência médica são avaliados de acordo com os critérios estabelecidos na Deliberação CVM n.º 695/2012 (Nota 27). As avaliações são realizadas semestralmente.

Nos planos de contribuição definida, o risco atuarial e o risco dos investimentos são dos participantes. Sendo assim, a contabilização dos custos é determinada pelos valores das contribuições de cada período que representam a obrigação do Banco. Consequentemente, nenhum cálculo atuarial é requerido na mensuração da obrigação ou da despesa e não existe ganho ou perda atuarial.

Nos planos de benefício definido, o risco atuarial e o risco dos investimentos recaem parcial ou integralmente na entidade patrocinadora. Sendo assim, a contabilização dos custos exige a mensuração das obrigações e despesas do plano, existindo a possibilidade de ocorrer ganhos e perdas atuariais, podendo originar o registro de um passivo quando o montante das obrigações atuariais ultrapassa o valor dos ativos do plano de benefícios, ou de um ativo quando o montante dos ativos supera o valor das obrigações do plano. Nesta última hipótese, o ativo somente deverá ser registrado quando existirem evidências de que este poderá reduzir efetivamente as contribuições da patrocinadora ou que será reembolsável no futuro.

O Banco reconhece os componentes de custo de benefício definido no próprio período em que foi realizado o cálculo atuarial, em conformidade com a Deliberação CVM n.º 695/2012, sendo que:

- os custos dos serviços correntes e os juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido são reconhecidos no resultado do período; e
- as remensurações do valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido são reconhecidos em outros resultados abrangentes, no patrimônio líquido da empresa, líquido dos efeitos fiscais.

As contribuições devidas pelo Banco aos planos de assistência médica, em alguns casos, permanecem após a aposentadoria do empregado. Sendo assim, as obrigações do Banco são avaliadas pelo valor presente atuarial das contribuições que serão realizadas durante o período esperado de vinculação dos associados e beneficiários ao plano. Tais obrigações são avaliadas e reconhecidas utilizando-se os mesmos critérios dos planos de benefício definido.

O ativo atuarial reconhecido no balanço (Nota 27) refere-se aos ganhos atuariais e sua realização ocorrerá obrigatoriamente até o final do plano. Poderão ocorrer realizações parciais desse ativo atuarial, condicionadas ao atendimento dos requisitos da Lei Complementar n.º 109/2001 e da Resolução CGPC n.º 26/2008.

m) Depósitos e Captações no Mercado Aberto

Os depósitos e captações no mercado aberto são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata die*.

n) Operações Relacionadas às Atividades de Seguros, Previdência e Capitalização

Apuração do Resultado

Os prêmios de seguros e as despesas de comercialização (ou custos de aquisição diferidos) são contabilizados por ocasião da emissão das apólices ou faturas e reconhecidos no resultado de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto. As receitas de prêmios e as correspondentes despesas de comercialização relativas aos riscos vigentes, ainda sem emissão das respectivas apólices, são reconhecidas no resultado em bases estimadas.

A receita de prêmios de seguros de riscos a decorrer é diferida pelo prazo de vigência das apólices de seguros, por meio da constituição da provisão de prêmios não ganhos, com base nos prêmios emitidos auferidos.

As receitas de planos de previdência, seguros de vida com cobertura de sobrevivência e capitalização são reconhecidas no resultado quando efetivamente recebidas, tendo como contrapartida a constituição de provisões técnicas, exceto as receitas para cobertura de riscos nos casos de planos de previdência conjugados, as quais devem ser reconhecidas pelo período de vigência do respectivo risco, independente do seu recebimento. Os custos de comercialização são diferidos por ocasião da emissão do contrato ou apólice e apropriados ao resultado, de forma linear, pelo prazo médio estimado para a sua recuperação, exceto os relacionados à capitalização.

Provisões Técnicas

As provisões técnicas são constituídas de acordo com as normas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), sendo os valores apurados com base em métodos e premissas atuariais.

Seguros

Provisão de Prêmios não Ganhos (PPNG): constituída pelo prêmio do seguro correspondente ao período de risco ainda não decorrido. O cálculo é individual por apólice ou endosso dos contratos vigentes, na data base de constituição, pelo método *pro rata die*, tomando-se por base as datas de início e fim de vigência do risco segurado. O fato gerador da constituição dessa provisão é a emissão da apólice/endosso ou início do risco, o que ocorrer primeiro.

Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL): constituída por estimativa de pagamentos prováveis, brutos de resseguros e líquidos de recuperação de cosseguro, com base nas notificações e avisos de sinistros recebidos até a data do balanço, e inclui provisão para os sinistros em discussão judicial, constituída conforme critérios definidos e

documentados em nota técnica atuarial. Os valores provisionados são atualizados monetariamente, nos termos da legislação aplicável.

Provisão de Sinistros Ocorridos, mas não Avisados (IBNR – Incurred But Not Reported): constituída em função do montante esperado de sinistros ocorridos em riscos assumidos na carteira e não avisados.

Previdência

Provisão Matemática de Benefícios a Conceder: representa o montante dos prêmios e contribuições aportados pelos participantes, líquido da taxa de carregamento, acrescido dos rendimentos financeiros auferidos nas aplicações dos recursos. Essa provisão refere-se aos participantes cuja percepção dos benefícios ainda não foi iniciada.

Provisão Matemática de Benefícios Concedidos: refere-se àqueles já em gozo de benefícios.

Capitalização

Provisão Matemática para Capitalização: é calculada sobre o valor nominal dos títulos, atualizada monetariamente de acordo com o indexador e a taxa de juros definida no plano.

Provisão para Resgates: são constituídas pelos valores dos títulos com prazos de capitalização finalizados e rescindidos, atualizados monetariamente no período entre a data do direito do resgate e a efetiva liquidação.

Provisão para Sorteio a Realizar: é calculada sobre o valor nominal dos títulos, com base em notas técnicas atuariais aprovadas pela Susep. A baixa da provisão é registrada pelo valor equivalente ao risco decorrido, ou seja, o saldo da provisão para sorteio a realizar representa os valores custeados dos sorteios ainda não realizados.

Provisão de Sorteio a Pagar: é constituída pelos valores dos títulos contemplados em sorteios, atualizados monetariamente no período entre a data do sorteio e a efetiva liquidação.

o) Provisões, Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN n.º 3.823/2009 (Nota 28).

Os ativos contingentes são reconhecidos nas demonstrações contábeis somente quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação por outro exigível.

Os passivos contingentes são reconhecidos nas demonstrações contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, sendo quantificados quando da citação/notificação judicial e revisados mensalmente, da seguinte forma:

Massificados: processos relativos às causas consideradas semelhantes e usuais, e cujo valor não seja considerado relevante, segundo parâmetro estatístico por grupo de ação, tipo de órgão legal (Juizado Especial Cível ou Justiça Comum) e reclamante. Para apuração do valor das obrigações nas ações de natureza trabalhista, são considerados os valores médios dos pagamentos de processos encerrados nos últimos 24 meses, corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Nas ações de natureza cível são considerados os valores médios dos pagamentos dos processos encerrados nos últimos 24 meses e, nas ações referentes a planos econômicos, são considerados os valores médios dos pagamentos realizados nos últimos 24 meses.

Individualizados: processos relativos às causas consideradas não usuais ou cujo valor seja considerado relevante sob a avaliação de assessores jurídicos. Considera-se o valor indenizatório pretendido, o valor provável de condenação, provas apresentadas e provas produzidas nos autos, jurisprudência sobre a matéria, subsídios fáticos

levantados, decisões judiciais que vierem a ser proferidas na ação, classificação e grau de risco de perda da ação judicial.

Os passivos contingentes, de mensuração individualizada, classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, sendo divulgados em notas explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação.

As obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são derivadas de obrigações tributárias previstas na legislação, independentemente da probabilidade de sucesso de processos judiciais em andamento, que têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

p) Despesas Associadas a Captações de Recursos

Nas operações de captação de recursos mediante emissão de títulos e valores mobiliários, as despesas associadas são apropriadas ao resultado de acordo com a fluência do prazo da operação e apresentadas como redutoras do passivo correspondente.

q) Outros Ativos e Passivos

Os demais ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidas em base *pro rata die* e provisão para perda, quando julgada necessária. Os demais passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos em base *pro rata die*.

r) Lucro por Ação

A divulgação do lucro por ação é efetuada de acordo com os critérios definidos no CPC 41 – Resultado por Ação, aprovado pela Deliberação CVM n.º 636/2010. O lucro básico e diluído por ação do Banco foi calculado dividindo-se o lucro líquido atribuível aos acionistas pelo número médio ponderado de ações ordinárias totais, excluídas as ações em tesouraria (Nota 24.f). O Banco não tem opção, bônus de subscrição ou seus equivalentes que dão ao seu titular direito de adquirir ações. Assim, o lucro básico e diluído por ação são iguais.

5 – INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

As informações por segmento foram elaboradas considerando critérios utilizados pela Administração na avaliação de desempenho do segmento, na tomada de decisões quanto à alocação de recursos para investimento e outros fins, ao ambiente regulatório e às semelhanças entre produtos e serviços.

As operações do Banco estão divididas basicamente em cinco segmentos: bancário, investimentos, gestão de recursos, seguridade (seguros, previdência e capitalização) e meios de pagamento. Além desses, o Banco participa de outras atividades econômicas, tais como consórcios e suporte operacional, que foram agregadas em “Outros Segmentos”.

As transações intersegmentos são praticadas em condições e taxas compatíveis com as praticadas com terceiros quando aplicável. Essas operações não envolvem riscos anormais de recebimento.

a) Segmento Bancário

Responsável pela parcela mais significativa do resultado do Banco, preponderantemente obtido no Brasil, compreende uma grande diversidade de produtos e serviços, tais como depósitos, operações de crédito, cartões, que são disponibilizados aos clientes por meio dos mais variados canais de distribuição situados no país e no exterior.

As operações do segmento bancário abrangem os negócios com os mercados de varejo, atacado e governo, realizados por meio de rede e equipes de atendimento, e os negócios com microempreendedores e o setor informal, realizados por intermédio de correspondentes bancários.

b) Segmento de Investimentos

Nesse segmento, são realizados negócios no mercado de capitais doméstico, com atuação na intermediação e distribuição de dívidas no mercado primário e secundário, além de participações societárias e da prestação de serviços financeiros.

O resultado da intermediação financeira do segmento é obtido por meio de receitas auferidas nas aplicações em títulos e valores mobiliários deduzidas das despesas de captação de recursos junto a terceiros. As participações acionárias existentes estão concentradas nas empresas coligadas e controladas. As receitas de prestação de serviços financeiros resultam de assessorias econômico-financeiras, de *underwriting* de renda fixa e variável.

c) Segmento de Gestão de Recursos

Responsável essencialmente pelas operações inerentes à compra, venda, e custódia de títulos e valores mobiliários, administração de carteiras e administração de fundos e clubes de investimento. As receitas são oriundas principalmente das comissões e taxas de administração cobradas dos investidores pela prestação desses serviços.

d) Segmento de Seguros, Previdência e Capitalização

Nesse segmento, são oferecidos produtos e serviços relacionados a seguros de vida, patrimonial e automóvel, planos de previdência complementar e planos de capitalização.

O resultado advém principalmente das receitas com prêmios de seguros emitidos, contribuições de planos de previdência, títulos de capitalização e aplicações em títulos e valores mobiliários, deduzidas das despesas de comercialização, provisões técnicas e despesas com benefícios e resgates.

e) Segmento de Meios de Pagamento

Responsável pela prestação dos serviços de captura, transmissão, processamento e liquidação financeira de transações em meio eletrônico.

As receitas são oriundas principalmente das comissões e taxas de administração cobradas dos estabelecimentos comerciais e bancários pela prestação dos serviços descritos no parágrafo anterior, além das rendas de aluguel, instalação e manutenção de terminais eletrônicos.

f) Outros Segmentos

Compreende os segmentos de suporte operacional e consórcios, que foram agregados por não serem individualmente representativos.

Suas receitas são oriundas principalmente da prestação de serviços não contemplados nos segmentos anteriores, tais como: recuperação de créditos, administração de consórcios, desenvolvimento, fabricação, comercialização, aluguel e integração de equipamentos e sistemas de eletrônica digital, periféricos, programas, insumos e suprimentos de informática, além da intermediação de passagens aéreas, hospedagens e organização de eventos.

Composição por segmento

	3º Trimestre/2014							
	Bancário	Investimentos	Gestão de Recursos	Seguros, previdência e capitalização	Meios de Pagamento	Outros Segmentos	Eliminações Intersegmentos	Total
Receitas	47.058.972	315.407	412.716	2.401.467	937.296	534.738	(561.686)	51.098.910
Rendas de operações de crédito e arrendamento mercantil	25.166.102	--	--	--	--	16.440	(8.504)	25.174.038
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	12.982.278	54.312	16.576	2.115	--	(2.470)	(81.929)	12.970.882
Resultado de operações de câmbio e aplicações compulsórias	1.470.746	--	--	--	--	8	(8)	1.470.746
Resultado financeiro de operações de seguros, previdência e capitalização	--	--	--	729.650	--	--	27.624	757.274
Rendas de prestação de serviços	2.941.789	143.852	288.774	488.745	726.361	314.791	(259.288)	4.645.024
Rendas com tarifas, taxas e comissões	1.623.679	8.613	85.940	--	--	--	--	1.718.232
Resultado de participações em coligadas e controladas	677.564	(191)	--	--	--	--	--	677.373
Resultado operacional com seguros, previdência e capitalização	--	--	--	1.086.242	--	--	(1.526)	1.084.716
Outras receitas	2.196.814	108.821	21.426	94.715	210.935	205.969	(238.055)	2.600.625
Despesas	(45.500.134)	(226.050)	(58.768)	(1.097.718)	(509.278)	(341.876)	561.686	(47.172.138)
Despesas de captação no mercado	(21.500.753)	(60.734)	--	--	--	(3.631)	136.642	(21.428.476)
Despesas com operações de empréstimos, cessões, repasses e arrendamento mercantil	(7.117.094)	--	--	--	--	--	--	(7.117.094)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(4.725.407)	(34.150)	1.699	--	4	29.606	--	(4.728.248)
Atualização e juros de provisões técnicas	--	--	--	(509.676)	--	--	--	(509.676)
Despesas de pessoal	(4.674.145)	(16.741)	(16.484)	(122.247)	(55.689)	(64.921)	1.654	(4.948.573)
Outras despesas administrativas	(3.023.863)	(17.849)	(5.564)	(175.331)	(90.104)	(58.766)	292.505	(3.078.772)
Depreciação	(263.759)	(711)	--	(4.935)	(5.145)	(1.708)	--	(276.258)
Amortização do diferido	(3.437)	--	--	(10.285)	(1.093)	(369)	--	(15.184)
Amortização de intangíveis	(702.897)	(169)	--	--	(6.125)	(93)	--	(709.284)
Amortização de ágios	(22.434)	(24.098)	--	(8.592)	(4.360)	--	--	(59.484)
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	(22.607)	--	--	--	--	--	16.316	(6.291)
Resultado na avaliação do valor recuperável de ativos	(5.469)	--	--	--	270	--	--	(5.199)
Outras despesas	(3.438.469)	(71.598)	(38.419)	(266.652)	(347.036)	(241.994)	114.569	(4.289.599)
Lucro antes da tributação e participações	1.558.838	89.357	353.948	1.303.749	428.018	192.862	--	3.926.772
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	454.886	(21.323)	(139.461)	(456.627)	(142.165)	(72.186)	--	(376.876)
Participações no lucro	(379.214)	--	(425)	(9.895)	(764)	(1.361)	--	(391.659)
Participação dos não controladores	(100.961)	--	--	(276.877)	--	(3)	--	(377.841)
Lucro Líquido	1.533.549	68.034	214.062	560.350	285.089	119.312	--	2.780.396
Saldos Patrimoniais								
Ativos	1.326.048.357	5.764.787	909.470	107.566.481	6.324.097	3.676.772	(18.660.859)	1.431.629.105
Investimento em coligadas e controladas	9.194.651	2.561.734	--	481.511	474.171	--	(10.907.622)	1.804.445
Passivos	1.246.459.406	2.656.205	565.122	101.516.414	4.491.205	1.648.449	(6.953.755)	1.350.383.046

	01.01 a 30.09.2014							Total
	Bancário	Investimentos	Gestão de Recursos	Seguros, previdência e capitalização	Meios de Pagamento	Outros Segmentos	Eliminações Intersegmentos	
Receitas	125.757.940	807.333	1.101.348	7.203.620	2.675.887	1.407.694	(1.568.278)	137.385.544
Rendas de operações de crédito e arrendamento mercantil	67.497.696	--	--	--	--	16.440	(192.208)	67.321.928
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	30.919.407	95.456	40.072	2.115	64	80.755	(226.095)	30.911.774
Resultado de operações de câmbio e aplicações compulsórias	5.221.028	--	--	--	--	(59)	(577)	5.220.392
Resultado financeiro de operações de seguros, previdência e capitalização	--	--	--	2.409.865	--	--	77.508	2.487.373
Rendas de prestação de serviços	8.551.729	407.182	799.251	1.392.457	2.102.903	858.720	(725.279)	13.386.963
Rendas com tarifas, taxas e comissões	4.635.305	24.228	226.204	--	--	--	--	4.885.737
Resultado de participações em coligadas e controladas	(28.380)	(488)	--	--	--	--	--	(28.868)
Resultado operacional com seguros, previdência e capitalização	--	--	--	3.161.195	--	--	26.767	3.187.962
Outras receitas	8.961.155	280.955	35.821	237.988	572.920	451.838	(528.394)	10.012.283
Despesas	(118.679.808)	(591.052)	(165.722)	(3.439.825)	(1.432.682)	(1.056.459)	1.530.809	(123.834.739)
Despesas de captação no mercado	(58.744.988)	(170.444)	--	--	--	(11.019)	381.466	(58.544.985)
Despesas com operações de empréstimos, cessões, repasses e arrendamento mercantil	(9.642.254)	--	--	--	--	--	--	(9.642.254)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(13.882.796)	(34.117)	1.700	--	237	20.087	--	(13.894.889)
Atualização e juros de provisões técnicas	--	--	--	(1.678.767)	--	--	--	(1.678.767)
Despesas de pessoal	(13.530.247)	(47.230)	(46.966)	(366.036)	(152.743)	(186.762)	4.865	(14.325.119)
Outras despesas administrativas	(8.889.605)	(53.774)	(17.551)	(554.438)	(245.898)	(168.347)	857.091	(9.072.522)
Depreciação	(750.110)	(1.999)	--	(14.940)	(14.949)	(5.152)	--	(787.150)
Amortização do diferido	(11.104)	--	--	(28.425)	(2.827)	(1.077)	--	(43.433)
Amortização de intangíveis	(2.548.994)	(509)	--	--	(18.452)	(289)	--	(2.568.244)
Amortização de ágios	(70.322)	(72.295)	--	(23.096)	(9.405)	--	--	(175.118)
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	(28.574)	--	--	--	--	--	16.316	(12.258)
Resultado na avaliação do valor recuperável de ativos	(3.442)	--	--	--	1.063	--	--	(2.379)
Outras despesas	(10.577.372)	(210.684)	(102.905)	(774.123)	(989.708)	(703.900)	271.071	(13.087.621)
Lucro antes da tributação e participações⁽¹⁾	7.078.132	216.281	935.626	3.763.795	1.243.205	351.235	(37.469)	13.550.805
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro ⁽²⁾	(781.447)	(59.798)	(368.576)	(1.344.106)	(414.446)	(99.010)	16.033	(3.051.350)
Participações no lucro	(1.152.459)	(6)	(1.417)	(27.860)	(2.528)	(2.828)	--	(1.187.098)
Participação dos não controladores	(241.811)	--	--	(783.966)	--	(10)	--	(1.025.787)
Lucro Líquido⁽³⁾	4.902.415	156.477	565.633	1.607.863	826.231	249.387	(21.436)	8.286.570
Saldos Patrimoniais								
Ativos	1.326.048.357	5.764.787	909.470	107.566.481	6.324.097	3.676.772	(18.660.859)	1.431.629.105
Investimento em coligadas e controladas	9.194.651	2.561.734	--	481.511	474.171	--	(10.907.622)	1.804.445
Passivos	1.246.459.406	2.656.205	565.122	101.516.414	4.491.205	1.648.449	(6.953.755)	1.350.383.046

(1) Nas eliminações intersegmentos, o valor de R\$ 37.469 mil refere-se a resultados não realizados decorrente da cessão de créditos à Ativos S.A.

(2) Foi ativado o montante de R\$ 16.033 mil (destacado nas eliminações intersegmentos) incidente sobre o resultado não realizado.

(3) Nas eliminações intersegmentos, o valor de R\$ 21.436 mil refere-se a resultado, líquido de efeitos tributários, obtido em operações de cessão de crédito do Banco do Brasil para a Ativos S.A.

	01.01 a 30.09.2013							Total
	Bancário	Investimentos	Gestão de Recursos	Seguros, previdência e capitalização	Meios de Pagamento	Outros Segmentos	Eliminações Intersegmentos	
Receitas	109.351.816	1.019.742	1.026.724	4.674.974	2.078.644	1.278.697	(1.286.000)	118.144.597
Rendas de operações de crédito e arrendamento mercantil	56.156.718	--	--	--	--	--	(66.748)	56.089.970
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	21.716.981	250.636	42.450	88.111	21.294	38.945	(375.125)	21.783.292
Resultado de operações de câmbio e aplicações compulsórias	3.930.574	--	--	--	44	70	(72)	3.930.616
Resultado financeiro de operações de seguros, previdência e capitalização	--	--	--	1.041.384	--	--	36.412	1.077.796
Rendas de prestação de serviços	7.923.704	412.432	724.536	1.162.441	1.887.087	741.846	(612.340)	12.239.706
Rendas com tarifas, taxas e comissões	4.605.512	30.481	247.855	--	--	--	--	4.883.848
Resultado de participações em coligadas e controladas	358.693	21.877	--	--	--	--	--	380.570
Resultado operacional com seguros, previdência e capitalização	--	--	--	2.334.889	--	--	16.897	2.351.786
Outras receitas ⁽¹⁾	14.659.634	304.316	11.883	48.149	170.219	497.836	(285.024)	15.407.013
Despesas	(93.448.156)	(548.629)	(179.699)	(2.293.286)	(1.208.081)	(956.257)	1.286.000	(97.508.746)
Despesas de captação no mercado	(40.060.300)	(148.171)	--	--	(8.370)	(23.040)	290.225	(39.949.656)
Despesas com operações de empréstimos, cessões, repasses e arrendamento mercantil	(9.013.676)	--	--	--	--	(39)	--	(9.013.715)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(11.388.608)	(35)	(4)	--	(208)	(451)	--	(11.389.306)
Atualização e juros de provisões técnicas	--	--	--	(667.381)	--	--	--	(667.381)
Despesas de pessoal	(12.879.628)	(36.336)	(43.718)	(296.565)	(128.780)	(163.952)	4.956	(13.544.023)
Outras despesas administrativas	(8.674.546)	(56.865)	(17.050)	(445.778)	(86.833)	(144.453)	745.971	(8.679.554)
Depreciação	(630.695)	(2.310)	--	(14.438)	(12.295)	(4.780)	--	(664.518)
Amortização do diferido	(21.986)	--	--	(24.603)	(4.255)	(1.355)	--	(52.199)
Amortização de intangíveis	(2.031.858)	(6)	--	--	(8.524)	(207)	--	(2.201.234)
Amortização de ágios	(76.722)	--	--	(96.739)	(68.928)	--	--	(242.388)
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	(90.445)	--	--	--	--	--	--	(90.445)
Resultado na avaliação do valor recuperável de ativos	(3.047)	--	--	--	(243)	--	--	(3.290)
Outras despesas	(8.576.645)	(304.906)	(118.927)	(747.782)	(889.645)	(617.980)	244.848	(11.011.037)
Lucro antes da tributação e participações	15.903.660	471.113	847.025	2.381.688	870.563	322.440	--	20.635.851
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	(3.889.551)	(144.976)	(340.546)	(876.867)	(346.418)	(100.969)	--	(5.699.327)
Participações no lucro	(1.683.419)	--	(1.380)	(27.911)	(1.756)	(3.589)	--	(1.718.055)
Participação dos não controladores	(143.755)	--	--	(342.196)	--	(5)	--	(485.956)
Lucro Líquido	9.883.913	326.137	505.099	1.134.714	664.773	217.877	--	12.732.513
Saldos Patrimoniais								
Ativos	1.177.053.226	5.548.717	1.208.813	82.957.794	5.354.058	4.691.782	(17.693.905)	1.259.120.485
Investimento em coligadas e controladas	8.350.264	2.407.260	78	384.576	44.810	--	(9.349.517)	1.837.471
Passivos	1.114.133.111	2.588.154	901.949	77.798.106	4.014.279	2.503.216	(8.742.605)	1.193.196.210

(1) Inclui o ganho com a alienação de ações da BB Seguridade no valor de R\$ 9.820.460 mil.

6 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	30.09.2014	31.12.2013	30.09.2013
Disponibilidades	13.961.149	11.834.158	16.562.974
Disponibilidades em moeda nacional	11.633.682	10.005.556	12.648.589
Disponibilidades em moeda estrangeira	2.309.000	1.811.002	3.896.613
Aplicações em ouro	18.467	17.600	17.772
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez ⁽¹⁾	43.281.163	59.963.328	34.175.658
Aplicações no mercado aberto - vendas a liquidar - posição bancada	10.023.543	22.624.314	1.676.841
Aplicações em depósitos interfinanceiros	33.099.132	37.127.196	32.306.449
Aplicações em moeda estrangeira	158.488	211.818	192.368
Total	57.242.312	71.797.486	50.738.632

(1) Referem-se a operações com prazo original igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

7 – APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

a) Composição

	30.09.2014	31.12.2013	30.09.2013
Aplicações no Mercado Aberto	281.230.807	188.057.739	197.776.410
Re vendas a Liquidar - Posição Bancada	9.357.563	22.612.836	1.946.653
Letras Financeiras do Tesouro	180.145	830.385	646.175
Letras do Tesouro Nacional	8.743.899	21.405.495	426.288
Notas do Tesouro Nacional	383.694	125.907	715.677
Outros Títulos	49.825	251.049	158.513
Re vendas a Liquidar - Posição Financiada	271.859.655	165.291.264	195.350.899
Letras Financeiras do Tesouro	25.780.585	88.929.186	85.374.264
Letras do Tesouro Nacional	92.214.603	66.675.571	47.793.855
Notas do Tesouro Nacional	153.678.911	9.553.241	61.857.810
Outros Títulos	185.556	133.266	324.970
Re vendas a Liquidar - Posição Vendida	13.589	153.639	478.858
Títulos públicos federais - Tesouro Nacional	12.772	153.639	478.858
Outros Títulos	817	--	--
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	36.589.634	43.074.047	35.543.953
Total	317.820.441	231.131.786	233.320.363
Ativo circulante	315.549.244	227.258.441	231.593.487
Ativo não circulante	2.271.197	3.873.345	1.726.876

b) Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

	3º Trimestre/2014	3º Trimestre/2013	01.01 a 30.09.2014	01.01 a 30.09.2013
Rendas de Aplicações no Mercado Aberto	7.488.562	4.389.549	20.181.801	11.713.217
Posição bancada	593.262	167.790	1.791.941	700.394
Posição financiada	6.892.201	4.215.918	18.376.168	10.990.363
Posição vendida	3.099	5.841	13.692	22.460
Rendas de Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	122.135	97.987	352.998	305.463
Total	7.610.697	4.487.536	20.534.799	12.018.680

8 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Títulos e Valores Mobiliários - TVM

Vencimento em Dias	30.09.2014								31.12.2013			30.09.2013		
	Valor de Mercado					Total			Total			Total		
	Sem vencimento	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado
1 - Títulos para Negociação	3.714.449	34.875.528	9.583.051	6.117.286	39.527.145	94.679.712	93.817.459	(862.253)	85.832.337	84.520.132	(1.312.205)	79.220.044	78.390.883	(829.161)
Títulos Públicos	770.477	34.199.050	6.581.225	3.688.170	26.387.876	72.343.023	71.626.798	(716.225)	66.980.133	65.665.722	(1.314.411)	60.128.269	59.333.235	(795.034)
Letras Financeiras do Tesouro	--	1.735.671	671.813	1.205.613	1.270.705	4.879.607	4.883.802	4.195	7.296.888	7.313.345	16.457	7.449.930	7.458.818	8.888
Letras do Tesouro Nacional	--	8.377.686	4.225.417	1.497.035	15.932.731	30.663.738	30.032.869	(630.869)	33.824.635	32.916.572	(908.063)	29.367.387	28.600.439	(766.948)
Notas do Tesouro Nacional	--	23.430.424	475.183	918.166	8.251.748	33.223.953	33.075.521	(148.432)	15.055.878	14.549.185	(506.693)	17.010.618	16.838.082	(172.536)
Títulos da Dívida Agrária	--	759	17.959	26.236	65.532	110.486	110.486	--	113.051	113.051	--	113.439	113.440	1
Títulos da Dívida Externa Brasileira	--	--	12.258	--	64.789	78.657	77.047	(1.610)	83.809	81.696	(2.113)	86.156	84.578	(1.578)
Títulos de governos estrangeiros	4.467	19.912	94.378	15.206	723.072	728.361	857.035	128.674	505.191	563.234	58.043	550.442	608.778	58.336
Outros	766.010	634.598	1.084.217	25.914	79.299	2.658.221	2.590.038	(68.183)	10.100.681	10.128.639	27.958	5.550.297	5.629.100	78.803
Títulos Privados	2.943.972	676.478	3.001.826	2.429.116	13.139.269	22.336.689	22.190.661	(146.028)	18.852.204	18.854.410	2.206	19.091.775	19.057.648	(34.127)
Debêntures	--	376	323.752	412.704	4.766.957	5.553.440	5.503.789	(49.651)	5.575.675	5.536.135	(39.540)	5.655.995	5.651.789	(4.206)
Notas promissórias	--	34.789	--	146.064	--	180.853	180.853	--	140.500	141.319	819	107.838	108.176	338
Ações	1.363.244	--	--	--	--	1.369.053	1.363.244	(5.809)	1.459.735	1.473.798	14.063	1.908.519	1.812.411	(96.108)
Cotas de Fundos de Investimento	816.327	511.295	57.901	--	940.112	2.448.260	2.325.635	(122.625)	2.093.885	2.121.641	27.756	2.466.647	2.481.488	14.841
Cédulas de produto rural - commodities	--	--	1.562	--	--	1.623	1.562	(61)	94.421	91.489	(2.932)	94.995	93.185	(1.810)
Certificados de depósito bancário	755.795	91.444	293.232	160.249	75.632	1.346.953	1.376.352	29.399	1.385.609	1.392.554	6.945	1.025.596	1.031.877	6.281
Eurobonds	397	--	19.819	12.071	206.361	241.528	238.648	(2.880)	158.314	156.949	(1.365)	157.490	153.954	(3.536)
Letras Financeiras	--	19.664	2.303.076	1.698.006	6.937.279	10.954.880	10.958.025	3.145	279.227	279.357	130	311.778	312.081	303
Outros	8.209	18.910	2.484	22	212.928	240.099	242.553	2.454	7.664.838	7.661.168	(3.670)	7.362.917	7.412.687	49.770

Vencimento em Dias	30.09.2014								31.12.2013			30.09.2013		
	Valor de Mercado					Total			Total			Total		
	Sem vencimento	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado
2 - Títulos Disponíveis para Venda	955.770	33.023.211	4.613.681	6.192.415	55.570.697	101.678.240	100.355.774	(1.322.466)	101.905.327	101.112.326	(793.001)	100.941.434	100.515.037	(426.397)
Títulos Públicos	--	31.105.873	2.048.111	366.158	14.677.779	48.712.992	48.197.921	(515.071)	52.114.457	51.332.563	(781.894)	51.679.605	51.247.354	(432.251)
Letras Financeiras do Tesouro	--	21.693.009	155.852	66.414	289.727	22.210.484	22.205.002	(5.482)	24.751.356	24.758.350	6.994	24.331.385	24.341.340	9.955
Letras do Tesouro Nacional	--	6.198.741	1.021.727	225.744	1.967.504	9.609.828	9.413.716	(196.112)	12.468.676	12.179.278	(289.398)	12.779.506	12.429.477	(350.029)
Notas do Tesouro Nacional	--	3.213.645	--	72.374	1.330.664	5.019.457	4.616.683	(402.774)	5.440.116	4.905.198	(534.918)	5.829.339	5.455.035	(374.304)
Títulos da Dívida Agrária	--	478	6.103	1.626	7.339	15.776	15.546	(230)	19.366	19.230	(136)	22.470	22.516	46
Títulos da Dívida Externa Brasileira	--	--	792.722	--	3.118.257	3.863.606	3.910.979	47.373	3.696.909	3.838.645	141.736	3.316.246	3.651.715	335.469
Títulos de governos estrangeiros	--	--	71.707	--	7.286.211	7.364.063	7.357.918	(6.145)	5.069.424	4.958.980	(110.444)	4.761.370	4.697.946	(63.424)
Outros	--	--	--	--	678.077	629.778	678.077	48.299	668.610	672.882	4.272	639.289	649.325	10.036
Títulos Privados	955.770	1.917.338	2.565.570	5.826.257	40.892.918	52.965.248	52.157.853	(807.395)	49.790.870	49.779.763	(11.107)	49.261.829	49.267.683	5.854
Debêntures	--	681.278	1.100.467	2.618.878	34.707.374	39.271.046	39.107.997	(163.049)	36.058.042	36.378.402	320.360	35.104.488	35.438.897	334.409
Notas promissórias	--	--	408.487	964.262	--	1.376.108	1.372.749	(3.359)	1.149.427	1.151.267	1.840	1.495.846	1.497.013	1.167
Cédulas de crédito bancário	--	--	--	--	48.190	53.608	48.190	(5.418)	60.455	61.219	764	61.290	62.121	831
Cotas de Fundos de Investimento	380.745	309.265	76.976	11.980	2.552.847	3.883.799	3.331.813	(551.986)	3.288.252	3.008.105	(280.147)	3.626.655	3.439.976	(186.679)
Ações	571.978	--	--	--	--	604.960	571.978	(32.982)	648.007	613.180	(34.827)	716.738	688.324	(28.414)
Cédulas de produto rural - commodities	--	600.561	430.361	730.931	145.701	1.919.464	1.907.554	(11.910)	1.094.295	1.092.464	(1.831)	1.092.736	1.088.272	(4.464)
Certificados de depósito bancário	--	71.184	37.296	28.914	2.259	139.498	139.653	155	345.134	345.389	255	18.815	18.917	102
Certificados de Direitos Creditórios do Agronegócio	--	--	--	--	18.316	18.008	18.316	308	28.775	29.510	735	32.352	33.249	897
Letras Financeiras	--	--	253.143	1.439.109	80.041	1.788.774	1.772.293	(16.481)	3.583.928	3.594.489	10.561	3.560.529	3.541.448	(19.081)
Eurobonds	--	--	87	--	294.452	301.628	294.539	(7.089)	--	2	2	--	--	--
Certificados Recebíveis Imobiliários	--	--	70	3	583.745	591.595	583.818	(7.777)	--	--	--	--	--	--
Outros	3.047	255.050	258.683	32.180	2.459.993	3.016.760	3.008.953	(7.807)	3.534.555	3.505.736	(28.819)	3.552.380	3.459.466	(92.914)

Vencimento em Dias	30.09.2014								31.12.2013			30.09.2013		
	Valor de Mercado					Total			Total			Total		
	Sem vencimento	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado
3 - Mantidos até o Vencimento	--	431.655	683.422	1.003.014	13.616.581	14.539.457	15.734.672	1.195.215	14.785.616	15.673.931	888.315	15.424.159	15.301.443	(122.716)
Títulos Públicos	--	343.165	662.440	998.371	13.288.018	13.938.828	15.291.994	1.353.166	14.161.634	15.180.394	1.018.760	14.827.653	14.841.036	13.383
Letras Financeiras do Tesouro	--	--	--	--	--	--	--	--	167.629	167.465	(164)	4.368.495	4.368.515	20
Notas do Tesouro Nacional	--	--	104.315	128.456	10.900.560	9.775.055	11.133.331	1.358.276	11.329.750	12.351.594	1.021.844	8.873.254	8.886.636	13.382
Letras do Tesouro Nacional	--	343.165	558.125	869.915	2.387.458	4.163.773	4.158.663	(5.110)	2.594.917	2.592.565	(2.352)	1.519.499	1.520.277	778
Títulos da Dívida Externa Brasileira	--	--	--	--	--	--	--	--	69.338	68.770	(568)	64.622	63.825	(797)
Outros	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	1.783	1.783	--
Títulos Privados	--	88.490	20.982	4.643	328.563	600.629	442.678	(157.951)	623.982	493.537	(130.445)	596.506	460.407	(136.099)
Debêntures	--	--	--	--	18.276	18.788	18.276	(512)	19.063	18.444	(619)	42.860	42.514	(346)
Cotas de Fundos de Investimento	--	--	--	--	--	--	--	--	1.824	1.824	--	--	--	--
Certificados de Depósito Bancário	--	88.490	20.250	--	141.604	250.344	250.344	--	290.681	290.681	--	242.081	242.081	--
Eurobonds	--	--	--	--	6.753	6.753	6.753	--	8.182	8.182	--	--	--	--
Certificados Recebíveis Imobiliários	--	--	--	4.643	155.700	317.782	160.343	(157.439)	--	--	--	--	--	--
Outros	--	--	732	--	6.230	6.962	6.962	--	304.232	174.406	(129.826)	311.565	175.812	(135.753)
Total	4.670.219	68.330.394	14.880.154	13.312.715	108.714.423	210.897.409	209.907.905	(989.504)	202.523.280	201.306.389	(1.216.891)	195.585.637	194.207.363	(1.378.274)

Vencimento em Dias	30.09.2014								31.12.2013			30.09.2013		
	Valor de Mercado					Total			Total			Total		
	Sem vencimento	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado
Por Carteira	4.670.219	68.330.394	14.880.154	13.312.715	108.714.423	210.897.409	209.907.905	(989.504)	202.523.280	201.306.389	(1.216.891)	195.585.637	194.207.363	(1.378.274)
Carteira própria	4.665.767	56.468.122	12.905.411	12.553.750	103.405.375	190.958.930	189.998.425	(960.505)	121.596.303	121.122.080	(474.223)	144.539.799	142.889.264	(1.650.535)
Vinculados a compromissos de recompra	--	6.104.212	1.903.679	747.970	4.293.587	13.018.273	13.049.448	31.175	74.098.631	73.459.940	(638.691)	46.396.279	46.759.040	362.761
Vinculados ao Banco Central	--	--	16	--	--	29	16	(13)	28	15	(13)	57	33	(24)
Vinculados à prestação de garantias	4.452	5.758.060	71.048	10.995	1.052.785	6.920.177	6.897.340	(22.837)	6.828.318	6.760.105	(68.213)	4.649.502	4.594.429	(55.073)
Provisão para desvalorização de títulos livres	--	--	--	--	(37.324)	--	(37.324)	(37.324)	--	(35.751)	(35.751)	--	(35.403)	(35.403)

Vencimento em Anos	30.09.2014						31.12.2013		30.09.2013		
	Valor de Mercado					Total		Total		Total	
	Sem vencimento	A vencer em até um ano	A vencer entre 1 e 5 anos	A vencer entre 5 e 10 anos	A vencer após 10 anos	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de custo	Valor de mercado
Por Categoria	4.670.219	96.523.263	75.254.915	21.117.205	12.342.303	210.897.409	209.907.905	202.523.280	201.306.389	195.585.637	194.207.363
1 - Títulos para Negociação	3.714.449	50.575.865	34.374.845	3.242.024	1.910.276	94.679.712	93.817.459	85.832.337	84.520.132	79.220.044	78.390.883
2 - Títulos Disponíveis para Venda	955.770	43.829.307	35.564.375	16.613.040	3.393.282	101.678.240	100.355.774	101.905.327	101.112.326	100.941.434	100.515.037
3 - Mantidos até o Vencimento	--	2.118.091	5.315.695	1.262.141	7.038.745	14.539.457	15.734.672	14.785.616	15.673.931	15.424.159	15.301.443

	30.09.2014			31.12.2013			30.09.2013		
	Valor Contábil			Valor Contábil			Valor Contábil		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Por Carteira	135.857.908	72.854.782	208.712.690	113.257.935	87.160.139	200.418.074	68.974.695	125.355.384	194.330.079
Carteira própria	120.739.233	68.150.570	188.889.803	88.429.987	38.688.797	127.118.784	51.937.866	91.282.299	143.220.165
Vinculados a compromissos de recompra	9.025.982	3.936.684	12.962.666	20.334.621	46.240.231	66.574.852	14.820.265	31.730.526	46.550.791
Vinculados ao Banco Central	16	--	16	15	--	15	17	16	33
Vinculados à prestação de garantias	6.092.677	804.852	6.897.529	4.493.312	2.266.862	6.760.174	2.250.315	2.344.178	4.594.493
Provisão para desvalorização de títulos livres	--	(37.324)	(37.324)	--	(35.751)	(35.751)	(33.768)	(1.635)	(35.403)

	30.09.2014		31.12.2013		30.09.2013	
Por Categoria						
1 - Títulos para Negociação	93.817.459	45%	84.520.132	42%	78.390.883	40%
2 - Títulos Disponíveis para Venda	100.355.774	48%	101.112.326	51%	100.515.037	52%
3 - Mantidos até o Vencimento	14.539.457	7%	14.785.616	7%	15.424.159	8%
Valor contábil da carteira	208.712.690	100%	200.418.074	100%	194.330.079	100%
Marcação a mercado da categoria 3	1.195.215		888.315		(122.716)	
Valor de mercado da carteira	209.907.905		201.306.389		194.207.363	

b) Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

	3º Trimestre/2014	3º Trimestre/2013	01.01 a 30.09.2014	01.01 a 30.09.2013
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (Nota 7.b)	7.610.697	4.487.536	20.534.799	12.018.680
Títulos de renda fixa	3.429.965	2.566.647	8.989.963	7.076.522
Títulos de renda variável	1.308.704	558.714	1.490.301	1.920.911
Total	12.349.366	7.612.897	31.015.063	21.016.113

c) Reclassificação de Títulos e Valores Mobiliários

Não houve reclassificação de títulos e valores mobiliários no período de 01.01 a 30.09.2014. Em 31 de dezembro de 2013, o Banco Votorantim reclassificou títulos de Letras do Tesouro Nacional, com valor de mercado de R\$ 1.900.798 mil, e títulos de Notas do Tesouro Nacional, com valor de mercado de R\$ 198.958 mil, passando da categoria "Títulos disponíveis para venda" para a categoria "Mantidos até o vencimento", em decorrência da revisão da intenção da Administração sobre os respectivos títulos. A reclassificação destes títulos não gera impactos no Resultado e no Patrimônio Líquido na respectiva data-base.

d) Instrumentos Financeiros Derivativos – IFD

O Banco do Brasil se utiliza de Instrumentos Financeiros Derivativos para gerenciar, de forma consolidada, suas posições e atender às necessidades dos seus clientes, classificando as posições próprias em destinadas a hedge (de risco de mercado e de risco de fluxo de caixa) e negociação, ambas com limites e alçadas no Banco. A estratégia de hedge das posições patrimoniais está em consonância com as análises macroeconômicas e é aprovada pelo Conselho Diretor.

No mercado de opções, as posições ativas ou compradas têm o Banco como titular, enquanto que as posições passivas ou vendidas têm o Banco como lançador.

Os modelos utilizados no gerenciamento dos riscos com derivativos são revistos periodicamente e as tomadas de decisões observam a melhor relação risco/retorno, estimando possíveis perdas com base na análise de cenários macroeconômicos.

O Banco conta com ferramentas e sistemas adequados ao gerenciamento dos instrumentos financeiros derivativos. A negociação de novos derivativos, padronizados ou não, é condicionada à prévia análise de risco.

A avaliação do risco das subsidiárias é feita individualmente e o gerenciamento de forma consolidada.

O Banco utiliza metodologias estatísticas e simulação para mensurar os riscos de suas posições, inclusive em derivativos, utilizando modelos de valor em risco, de sensibilidade e análise de estresse.

Riscos

Os principais riscos, inerentes aos instrumentos financeiros derivativos, decorrentes dos negócios do Banco e de suas subsidiárias são os de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.

Risco de crédito se traduz pela exposição a perdas no caso de inadimplência de uma contraparte no cumprimento de sua parte na operação. A exposição ao risco de crédito nos contratos futuros é minimizada devido à liquidação diária em dinheiro. Os contratos de swaps, registrados na Cetip, estão sujeitos ao risco de crédito caso a contraparte não tenha capacidade ou disposição para cumprir suas obrigações contratuais, enquanto que os contratos de swaps registrados na BM&FBovespa não estão sujeitos ao mesmo risco, tendo em vista que as operações do Banco nessa bolsa possuem a mesma como garantidora.

A exposição de crédito em swap totalizou R\$ 447.881 mil em 30.09.2014 (R\$ 546.642 mil em 31.12.2013 e R\$ 558.153 mil em 30.09.2013).

Risco de mercado é a possibilidade de perdas causadas por mudanças no comportamento das taxas de juros e de câmbio nos preços de ações e de commodities.

Risco de liquidez de mercado é a possibilidade de perda decorrente da incapacidade de realizar uma transação em tempo razoável e sem perda significativa de valor, devido ao tamanho da transação em relação ao volume via de regra negociado.

Risco operacional denota a probabilidade de perdas financeiras decorrentes de falhas ou inadequação de pessoas, processos e sistemas, ou de fatores, tais como catástrofes ou atividades criminosas.

Composição da Carteira de Derivativos por Indexador

Por Indexador	30.09.2014			31.12.2013			30.09.2013		
	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado
Contratos de Futuros									
Compromissos de Compra	16.188.412	--	--	12.602.133	--	--	13.317.052	--	--
DI	5.271.750	--	--	2.713.399	--	--	3.648.161	--	--
Moedas	4.002.543	--	--	4.139.017	--	--	3.425.126	--	--
T-Note	--	--	--	--	--	--	85.953	--	--
Índice Bovespa	124.572	--	--	47.973	--	--	247.393	--	--
Cupom cambial	6.788.910	--	--	5.692.290	--	--	5.889.634	--	--
Commodities	637	--	--	9.454	--	--	20.785	--	--
Compromissos de Venda	42.438.081	--	--	44.125.001	--	--	40.581.775	--	--
DI	26.483.227	--	--	27.762.473	--	--	31.996.662	--	--
Moedas	1.242.427	--	--	1.218.356	--	--	1.131.524	--	--
T-Note	2.139.111	--	--	--	--	--	--	--	--
Índice Bovespa	102.959	--	--	--	--	--	29.870	--	--
BGI ⁽¹⁾	--	--	--	--	--	--	183	--	--
Cupom cambial	12.315.264	--	--	12.887.888	--	--	5.200.711	--	--
Libor	98.036	--	--	1.999.704	--	--	1.695.561	--	--
Commodities	57.057	--	--	21.533	--	--	45.317	--	--
SCC ⁽²⁾	--	--	--	235.047	--	--	481.947	--	--
Operações a Termo									
Posição Ativa	6.415.977	211.061	304.357	7.187.094	204.343	278.869	6.823.358	413.863	480.067
Termo de título	--	--	--	--	--	--	170.909	170.909	170.909
Termo de moeda	6.364.790	202.058	271.080	7.178.359	203.403	276.778	6.639.163	240.793	305.472
Termo de mercadoria	51.187	9.003	33.277	8.735	940	2.091	13.286	2.161	3.686
Posição Passiva	5.931.389	(304.259)	(195.783)	5.192.973	(341.149)	(167.863)	5.832.703	(581.279)	(396.091)
Termo de título	--	--	--	--	--	--	170.909	(170.909)	(170.909)
Termo de moeda	5.911.604	(303.869)	(193.190)	5.177.288	(338.443)	(163.579)	5.637.109	(404.525)	(219.090)
Termo de mercadoria	19.785	(390)	(2.593)	15.685	(2.706)	(4.284)	24.685	(5.845)	(6.092)

(1) Contratos futuros de boi gordo.

(2) Swap cambial com ajuste periódico.

Por Indexador	30.09.2014			31.12.2013			30.09.2013		
	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado
Contrato de Opções									
De Compra - Posição Comprada	4.099.723	108.843	170.446	2.108.665	43.218	53.157	2.815.834	63.913	50.476
Moeda Estrangeira	3.008.033	55.827	97.986	1.760.949	21.730	30.577	1.880.287	25.672	19.096
Índice DI	--	--	--				9.812	583	680
Opções flexíveis	730.190	44.987	63.419	261.716	20.292	21.463	491.815	28.336	28.683
Ações	181.500	4.188	4.543	86.000	1.196	1.117	255.270	1.867	411
Outros	180.000	3.841	4.498	--	--	--	178.650	7.455	1.606
De Venda - Posição Comprada	18.356.417	55.846	45.549	2.870.736	13.486	8.573	3.565.436	34.852	48.199
Moeda Estrangeira	1.509.136	9.053	5.092	586.075	2.515	451	603.150	11.572	25.852
Índice DI	15.693.000	6.865	2.498	1.964.000	247	--	2.084.688	2.452	2.078
Opções flexíveis	879.951	32.369	27.357	74.561	1.447	539	--	--	--
Ações	231.150	5.689	9.464	219.600	7.366	6.090	839.828	18.707	18.131
Outros	43.180	1.870	1.138	26.500	1.911	1.493	37.770	2.121	2.138
De Compra - Posição Vendida	6.038.655	(241.122)	(435.547)	4.340.278	(189.800)	(416.572)	6.245.472	(446.160)	(372.280)
Moeda Estrangeira	2.958.804	(53.521)	(109.708)	1.436.456	(15.916)	(33.160)	2.477.312	(25.398)	(22.650)
Pré-fixados	1.244.841	(48.311)	(160.813)	2.344.824	(102.193)	(323.495)	2.586.261	(398.169)	(340.652)
Índice DI	--	--	--	--	--	--	9.478	(502)	(530)
Opções flexíveis	1.459.462	(130.794)	(156.307)	542.298	(71.235)	(59.763)	--	--	--
Ações	244.500	(7.698)	(7.678)	16.700	(456)	(154)	990.110	(20.716)	(8.057)
Commodities	1.048	(45)	(11)	--	--	--	61	(3)	--
Outros	130.000	(753)	(1.030)	--	--	--	182.250	(1.372)	(391)
De Venda - Posição Vendida	19.576.062	(1.135.696)	(1.050.385)	5.767.504	(2.034.090)	(1.957.906)	6.265.065	(2.288.469)	(2.200.020)
Moeda Estrangeira	1.520.258	(9.943)	(3.491)	1.120.449	(7.385)	(2.110)	787.189	(9.624)	(17.365)
Pré-fixados	1.244.842	(1.098.115)	(1.022.753)	2.344.824	(2.015.367)	(1.947.447)	2.586.261	(2.214.391)	(2.145.710)
Índice DI	15.691.500	(5.425)	(1.703)	1.962.750	(102)	--	1.962.750	(102)	--
Opções flexíveis	466.384	(7.664)	(5.584)	145.556	(4.940)	(3.418)	845.212	(61.961)	(35.102)
Ações	470.675	(8.553)	(13.083)	136.001	(4.147)	(2.728)	--	--	--
Commodities	67.683	(2.621)	(1.411)	57.924	(2.149)	(2.203)	44.168	(1.967)	(1.820)
Outros	114.720	(3.375)	(2.360)	--	--	--	39.485	(424)	(23)

Por Indexador	30.09.2014			31.12.2013			30.09.2013		
	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado
Contratos de Swaps									
Posição Ativa	15.222.670	953.188	1.102.104	15.870.478	867.304	1.036.163	17.809.914	889.073	890.316
DI	3.692.716	239.684	274.419	3.099.199	70.401	115.476	4.703.613	84.753	166.940
Moeda Estrangeira	9.013.342	563.102	610.689	10.079.132	551.663	653.261	9.522.838	545.008	415.645
Pré-fixado	1.356.202	68.430	91.845	1.015.218	95.822	102.722	1.540.006	91.007	111.955
IPCA	830.350	16.961	36.078	1.303.815	68.538	60.401	1.355.619	75.737	70.324
IGPM	--	--	--	256.575	52.692	60.929	267.326	48.629	70.863
Libor	43.667	53	108	--	--	--	--	--	--
Commodities	548	35	45	477	--	16	1.402	33	48
Outros	285.845	64.923	88.920	116.062	28.188	43.358	419.110	43.906	54.541
Posição Passiva	18.022.678	(935.819)	(1.046.240)	15.273.355	(730.578)	(955.240)	12.649.246	(700.262)	(911.542)
DI	7.167.132	(316.378)	(375.173)	2.608.350	(31.912)	(62.593)	3.220.154	(29.449)	(77.410)
Moeda Estrangeira	9.302.427	(537.466)	(565.288)	8.178.170	(297.589)	(441.226)	4.333.752	(267.104)	(315.949)
Pré-fixado	838.370	(71.800)	(77.299)	1.752.844	(147.743)	(168.349)	2.462.156	(183.016)	(230.320)
TMS	--	--	--	530.736	1.540	(5.215)	530.736	3.474	(4.480)
TR	--	--	--	3.933	(1.083)	(1.215)	3.933	(1.002)	(1.194)
IGPM	7.500	(93)	(14)	166.000	(46.675)	(56.058)	176.000	(44.857)	(63.391)
IPCA	704.743	(9.882)	(28.440)	1.807.744	(195.531)	(205.856)	1.833.794	(175.292)	(216.271)
Libor	--	--	--	191.916	(8.828)	(12.277)	21.297	(76)	(1.159)
Commodities	--	--	--	--	--	--	2.827	(16)	(261)
Outros	2.506	(200)	(26)	33.662	(2.757)	(2.451)	64.597	(2.924)	(1.107)
Outros Derivativos ⁽¹⁾									
Posição Ativa									
Moeda Estrangeira	2.039.204	93.252	98.189	5.119.037	27.583	142.927	5.107.749	25.283	131.491
Posição Passiva									
Moeda Estrangeira	3.574.313	(183.367)	(185.880)	8.169.623	(88.689)	(193.925)	6.898.441	(110.693)	(692.095)

(1) Referem-se, essencialmente, a contratos a termo de moeda sem entrega física, apenas com liquidação financeira (*Non Deliverable Forward*). O NDF é operado em mercado de balcão e tem como objeto a taxa de câmbio de uma determinada moeda.

Composição da Carteira de Derivativos por vencimento (valor referencial)

Vencimento em Dias	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360	30.09.2014	31.12.2013	30.09.2013
Contratos futuros	5.179.451	15.664.819	6.471.283	31.310.940	58.626.493	56.727.134	53.898.827
Contratos a termo	4.632.998	4.914.510	1.077.055	1.722.803	12.347.366	12.380.067	12.656.061
Contratos de Opções	2.027.362	10.363.638	34.331.017	1.348.840	48.070.857	15.087.183	18.891.807
Contratos de Swaps	2.725.091	8.036.013	6.914.582	15.569.662	33.245.348	31.143.833	30.459.160
Derivativos de crédito	2.043	2.043	28.596	373.779	406.461	458.764	462.725
Outros	1.643.703	2.566.297	1.170.581	232.936	5.613.517	13.288.660	12.006.190

Composição da Carteira de Derivativos por valor referencial, local de negociação e contraparte (em 30.09.2014)

	Futuros	Termo	Opções	Swap	Derivativos de crédito	Outros
BM&F Bovespa	58.528.457	--	36.135	--	--	--
Balcão						
Instituições Financeiras	98.036	32.860	1.454.866	23.530.524	406.461	3.442.307
Cliente	--	12.314.506	46.579.856	9.714.824	--	2.171.210

Composição da Carteira de Derivativos de Crédito (*Credit Default Swap – CDS*)

	30.09.2014			31.12.2013			30.09.2013		
	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de referência	Valor de custo	Valor de Mercado
Credit Default Swap - CDS									
Posição Ativa – Risco Recebido	142.978	--	(3.306)	206.934	--	(844)	223.000	--	(1.036)
Posição Passiva – Risco Transferido	263.483	--	890	251.830	--	1.093	239.725	--	1.270
Por Indexador									
Posição Ativa – Pré-fixado	38.811	112	1.937	206.934	1.030	967	223.000	953	1.323
Posição Passiva – Pré-fixado	367.650	(2.834)	(4.352)	251.830	(338)	(2.904)	239.725	(239)	(3.629)

A carteira de derivativos de crédito é composta exclusivamente de operações de compra e venda realizadas pelo Banco Votorantim. Atualmente é composta por clientes cujo risco é classificado como grau de investimento e, como contraparte, figuram os principais líderes internacionais de mercado destas operações. Para a venda de proteção é aprovado limite de crédito, tanto para o cliente risco quanto para a contraparte, conforme as alçadas e fóruns dos comitês de crédito. Aloca-se limite de crédito para o cliente risco pelo valor de referência (notional) do derivativo, considerando os valores depositados em garantia.

Para a compra de proteção, opera-se em carteira de trading com cliente risco soberano, principalmente da República Federativa do Brasil. Nesse caso, considera-se a exposição potencial futura para alocar limite da contraparte. A carteira de derivativos de crédito não gerou impactos nos Ativos Ponderados pelo Risco referentes à exposição pelo risco de crédito (RWA_{CAPD}), para apuração do Índice de Basileia do Banco, uma vez que as informações do Banco Votorantim deixaram de ser incluídas no cálculo, conforme determinação do Bacen (Nota 29.f).

Composição da Margem Dada em Garantia de Operações com Instrumentos Financeiros Derivativos

	30.09.2014	31.12.2013	30.09.2013
Letras Financeiras do Tesouro	1.495.480	935.737	979.173
Notas do Tesouro Nacional	458.793	974.615	691.710
Letras do Tesouro Nacional	425.351	372.270	868.736
Títulos de governos estrangeiros	--	11.712	11.150
Outros	189.739	191.651	183.335
Total	2.569.363	2.485.985	2.734.104

Composição da Carteira de Derivativos Designados para Hedge

	30.09.2014	31.12.2013	30.09.2013
Hedge de risco de mercado			
Instrumentos de Hedge			
Ativo	3.892.102	4.075.360	4.430.953
Futuro	3.409.185	3.595.161	3.640.704
Swap	482.917	480.199	790.249
Passivo	15.865.231	17.665.374	20.710.735
Futuro	13.608.606	17.665.374	20.710.735
Swap	2.256.625	--	--
Itens Objeto de Hedge			
Ativo	15.024.132	16.926.492	19.515.915
Operações de crédito	11.855.497	15.822.393	17.522.014
Títulos e valores mobiliários	2.972.857	640.999	1.422.615
Operações de Arrendamento Mercantil	195.778	463.100	571.286
Passivo	3.887.367	3.719.542	4.059.741
Outros Passivos	3.887.367	3.719.542	4.059.741
Hedge de fluxo de caixa			
Instrumentos de Hedge			
Passivo	331.276	300.422	300.422
Empréstimo - Bons (principal)	331.276	300.422	300.422
Itens Objeto de Hedge			
Ativo	219.898	199.417	199.417
Investimentos externos	219.898	199.417	199.417

O Banco, para se proteger de eventuais oscilações nas taxas de juros e de câmbio dos seus instrumentos financeiros, contratou operações de derivativos para compensar os riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado. As operações de hedge foram avaliadas como efetivas, de acordo com o estabelecido na Circular Bacen n.º 3.082/2002, cuja comprovação da efetividade do hedge corresponde ao intervalo de 80% a 125%.

Ganhos e perdas no resultado dos instrumentos de *hedge* e dos objetos de *hedge*

	3º Trimestre/2014	3º Trimestre/2013	01.01 a 30.09.2014	01.01 a 30.09.2013
Perdas dos itens objeto de hedge	(200.326)	(1.742.928)	(650.743)	(2.894.079)
Ganhos dos instrumentos de hedge	204.981	1.745.645	637.334	2.918.493
Efeito líquido	4.655	2.717	(13.409)	24.414
Ganhos dos itens objeto de hedge	(92.401)	1.069.901	1.519.653	1.620.494
Perda dos instrumentos de hedge	92.823	(1.056.373)	(1.505.772)	(1.603.955)
Efeito líquido	422	13.528	13.881	16.539

Instrumentos Financeiros Derivativos Segregados em Circulante e Não Circulante

	30.09.2014		31.12.2013		30.09.2013	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Ativo						
Operações de termo	229.084	75.273	229.958	48.911	428.805	51.262
Mercado de opções	131.466	84.529	40.859	20.871	95.563	3.112
Contratos de Swaps	534.359	567.745	272.096	764.067	256.553	633.763
Derivativos de crédito	51	1.886	895	72	1.323	--
Outros Derivativos	78.501	19.688	111.691	31.236	101.048	30.443
Total	973.461	749.121	655.499	865.157	883.292	718.580
Passivo						
Operações de termo	(176.343)	(19.440)	(162.494)	(5.369)	(374.083)	(22.008)
Mercado de opções	(1.337.222)	(148.710)	(2.333.728)	(40.750)	(2.561.892)	(10.408)
Contratos de Swaps	(513.346)	(532.894)	(289.410)	(665.830)	(281.713)	(629.829)
Derivativos de crédito	(4.352)	--	(2.904)	--	(3.629)	--
Outros Derivativos	(181.181)	(4.699)	(188.855)	(5.070)	(682.174)	(9.921)
Total	(2.212.444)	(705.743)	(2.977.391)	(717.019)	(3.903.491)	(672.166)

Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos

	3º Trimestre/2014	3º Trimestre/2013	01.01 a 30.09.2014	01.01 a 30.09.2013
Swap	252.525	56.420	62.512	485.085
Termo	(7.663)	(20.147)	255.733	42.316
Opções	(67.881)	(31.371)	(170.774)	(53.286)
Futuro	513.114	(125.569)	(139.534)	360.210
Derivativos de crédito	817	1.287	(2.831)	1.939
Outros Derivativos	(69.396)	(3.914)	(108.395)	(69.085)
Total	621.516	(123.294)	(103.289)	767.179

9 – RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

a) Pagamentos e Recebimentos a Liquidar

	30.09.2014	31.12.2013	30.09.2013
Ativo			
Direitos junto a participantes de sistemas de liquidação			
Cheques e outros papéis	2.491.112	24.538	2.917.553
Documentos enviados por outros participantes ⁽¹⁾	2.076.709	--	3.811.645
Total	4.567.821	24.538	6.729.198
Ativo circulante	4.567.821	24.538	6.729.198
Passivo			
Obrigações junto a participantes de sistemas de liquidação			
Recebimentos remetidos ⁽¹⁾	2.045.411	--	3.335.549
Cheques e outros papéis	1.161.861	500	1.625.417
Demais recebimentos	13.198	--	6.960
Total	3.220.470	500	4.967.926
Passivo circulante	3.220.470	500	4.967.926

(1) Em 31.12.2013 não houve funcionamento do serviço de compensação de cheques e outros papéis.

b) Créditos vinculados

	30.09.2014	31.12.2013	30.09.2013
Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil	78.738.806	90.746.096	88.487.669
Depósitos de poupança	27.230.159	25.455.147	24.468.626
Exigibilidade adicional sobre depósitos	24.327.310	26.218.854	26.297.261
Depósitos à vista	15.401.727	16.317.471	14.567.919
Depósitos a prazo	11.764.486	13.414.844	13.832.075
Recursos de microfinanças	2.149	311.010	307.785
Recursos do crédito rural ⁽¹⁾	--	9.028.770	9.014.003
Outros	12.975	--	--
Sistema Financeiro da Habitação	2.256.359	2.138.974	2.100.344
Fundo de compensação de variações salariais	2.442.644	2.324.579	2.290.389
Provisão para perdas em créditos vinculados	(193.411)	(193.863)	(193.930)
Demais	7.126	8.258	3.885
Tesouro Nacional - Crédito Rural	131.333	57.370	59.334
Crédito rural - Proagro	255.811	167.310	164.193
Provisão para perdas em créditos vinculados	(124.478)	(109.940)	(104.859)
Total	81.126.498	92.942.440	90.647.347
Ativo circulante	81.097.073	92.938.774	90.643.941
Ativo não circulante	29.425	3.666	3.406

(1) Referem-se aos recursos recolhidos ao Bacen em virtude de não terem sido aplicados no crédito rural, conforme Resolução CMN n.º 3.745/2009. Os recursos foram objeto de suprimento especial pelo Bacen e mantidos no Banco, sendo registrados em Obrigações por Empréstimos e Repasses (Nota 18.b).

c) Resultado das aplicações compulsórias

	3º Trimestre/2014	3º Trimestre/2013	01.01 a 30.09.2014	01.01 a 30.09.2013
Créditos Vinculados ao Banco Central do Brasil	1.462.362	1.249.536	4.275.020	3.246.617
Exigibilidade adicional sobre depósitos	676.302	570.303	1.947.451	1.504.879
Depósitos de poupança	486.888	374.684	1.356.626	965.767
Exigibilidade sobre recursos a prazo	289.974	304.549	931.638	775.971
Recursos do crédito rural	9.198	--	39.305	--
Créditos Vinculados ao Sistema Financeiro da Habitação	37.189	(3.134)	106.599	53.957
Créditos Vinculados ao Tesouro Nacional - Crédito Rural	8.286	6.555	22.858	18.175
Desvalorização de Créditos Vinculados	(4.776)	(3.834)	(14.405)	(10.751)
Total	1.503.061	1.249.123	4.390.072	3.307.998

10 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

a) Carteira por Modalidade

	30.09.2014	31.12.2013	30.09.2013
Operações de crédito	622.695.971	582.855.116	547.432.519
Empréstimos e títulos descontados	237.970.936	236.308.748	228.807.599
Financiamentos	184.441.809	171.620.356	163.197.553
Financiamentos rurais e agroindustriais	164.837.085	150.139.533	134.770.587
Financiamentos imobiliários	35.109.975	24.578.662	20.576.209
Financiamentos de infraestrutura e desenvolvimento	523	613	642
Operações de crédito vinculadas a cessões ⁽¹⁾	335.643	207.204	79.928
Outros Créditos com Características de Concessão de Crédito	38.629.365	39.126.505	36.125.392
Operações com cartão de crédito	17.420.221	17.533.567	15.602.556
Adiantamentos sobre contratos de câmbio ⁽²⁾	11.893.177	11.683.692	11.965.668
Outros créditos vinculados a operações adquiridas ⁽³⁾	8.545.904	9.241.406	8.219.397
Avais e fianças honrados	459.958	442.422	137.696
Diversos	310.105	225.418	200.075
Operações de Arrendamento Mercantil	1.066.364	1.358.257	1.430.886
Total da Carteira de Crédito	662.391.700	623.339.878	584.988.797
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(25.770.074)	(23.661.823)	(22.106.085)
(Provisão para operações de crédito)	(24.673.526)	(22.651.975)	(21.408.730)
(Provisão para outros créditos)	(1.047.582)	(942.516)	(618.343)
(Provisão para arrendamento mercantil)	(48.966)	(67.332)	(79.012)
Total da Carteira de Crédito Líquido de Provisões	636.621.626	599.678.055	562.882.712

(1) Operações de crédito cedidas com retenção dos riscos e benefícios do ativo financeiro objeto da operação.

(2) Os adiantamentos sobre contratos de câmbio estão registrados como redutores de outras obrigações.

(3) Operações de crédito adquiridas com retenção dos riscos e benefícios pelo cedente do ativo financeiro objeto da operação.

b) Receitas de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil

	3º Trimestre/2014	3º Trimestre/2013	01.01 a 30.09.2014	01.01 a 30.09.2013
Receitas de Operações de Crédito	24.676.516	18.836.349	65.798.792	54.305.205
Empréstimos e títulos descontados	12.341.514	10.742.631	36.278.237	31.351.205
Financiamentos	6.076.145	3.460.235	12.411.202	9.804.028
Financiamentos rurais e agroindustriais	2.647.816	2.071.641	7.534.415	5.462.205
Recuperação de créditos baixados como prejuízo ⁽¹⁾	902.855	836.390	2.698.238	2.711.023
Equalização de taxas – Safra agrícola – Lei n.º 8.427/1992	1.406.115	1.030.295	3.889.365	2.845.808
Financiamentos de moedas estrangeiras	292.370	175.389	563.391	622.663
Financiamentos habitacionais	719.842	386.842	1.858.510	977.169
Adiantamento sobre contratos de câmbio	213.720	93.373	356.795	404.355
Avais e fianças honrados	2.959	3.071	14.732	14.763
Demais	73.180	36.482	193.907	111.986
Receitas de arrendamento mercantil (Nota 10.i)	363.808	467.851	1.043.501	1.357.416
Total	25.040.324	19.304.200	66.842.293	55.662.621

(1) Foram recuperadas, por meio de cessões de crédito sem coobrigação a entidades não integrantes do Sistema Financeiro Nacional, conforme Resolução CMN n.º 2.836/2001, operações baixadas em prejuízo no montante de R\$ 51.456 mil no terceiro trimestre de 2014 (com impacto no resultado de R\$ 29.438 mil), R\$ 78.937 mil no período de 01.01.2014 a 30.09.2014 (com impacto no resultado de R\$ 45.160 mil) e R\$ 57.036 mil no período de 01.01 a 30.09.2013 (com impacto no resultado de R\$ 32.630 mil) O valor contábil dessas operações era de R\$ 134.305 mil, R\$ 148.079 mil e R\$ 108.968 mil, respectivamente.

c) Carteira de Crédito por Setores de Atividade Econômica

	30.09.2014	%	31.12.2013	%	30.09.2013	%
Setor público	37.073.115	5,5	29.243.464	4,6	23.007.774	4,0
Governo	21.066.313	3,2	14.431.236	2,3	11.796.536	2,1
Administração direta	20.750.586	3,1	14.097.686	2,3	11.457.255	2,0
Administração indireta	315.727	0,1	333.550	--	339.281	0,1
Atividades empresariais	16.006.802	2,3	14.812.228	2,3	11.211.238	1,9
Indústria	9.434.565	1,4	9.274.111	1,5	6.457.543	1,1
Intermediários financeiros	376.246	--	307.555	--	241.374	--
Outros serviços	6.195.991	0,9	5.230.562	0,8	4.512.321	0,8
Setor privado	625.318.585	94,5	594.096.414	95,4	561.981.023	96,0
Rural	125.810.203	19,0	110.410.150	17,8	100.148.405	17,1
Indústria	184.701.754	27,9	181.171.643	29,0	170.354.477	29,1
Comércio	68.461.048	10,4	67.487.742	10,9	60.710.822	10,4
Intermediários financeiros	11.149.003	1,6	11.081.228	1,8	13.874.238	2,3
Pessoas físicas	123.752.100	18,7	122.066.115	19,6	123.605.035	21,1
Habitação	25.447.855	3,9	18.351.791	2,9	15.616.755	2,7
Outros serviços	85.996.622	13,0	83.527.745	13,4	77.671.291	13,3
Total	662.391.700	100,0	623.339.878	100,0	584.988.797	100,0

d) Carteira de Crédito por Níveis de Risco e Prazos de Vencimento

	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	30.09.2014	31.12.2013	30.09.2013
Operações em Curso Normal												
Parcelas Vencidas												
01 a 30	19.160.555	9.433.278	15.033.860	2.167.408	263.888	388.855	56.848	36.255	239.704	46.780.651	43.845.050	45.523.939
31 a 60	15.960.339	5.488.096	5.883.095	1.145.996	129.927	176.287	35.155	41.673	94.018	28.954.586	29.678.235	27.697.924
61 a 90	15.104.278	4.838.532	5.038.096	1.062.229	115.441	176.374	34.972	206.611	92.488	26.669.021	26.236.547	25.570.738
91 a 180	35.152.056	12.124.078	11.403.254	3.004.934	291.071	454.415	211.325	72.002	416.161	63.129.296	63.658.054	61.731.152
181 a 360	61.715.596	18.511.850	18.496.062	4.062.804	422.740	748.942	200.894	129.319	538.480	104.826.687	100.549.560	92.263.650
Acima de 360	229.230.109	54.467.018	62.626.729	11.887.969	1.429.478	4.500.896	950.023	630.222	3.511.311	369.233.755	338.966.139	312.008.866
Parcelas Vencidas												
Até 14 dias	242.147	146.017	297.364	96.989	30.951	41.644	22.048	8.573	27.353	913.086	688.039	928.481
Demais ⁽¹⁾	376.071	1	--	--	--	--	--	--	--	376.072	611.023	647.556
Subtotal	376.941.151	105.008.870	118.778.460	23.428.329	2.683.496	6.487.413	1.511.265	1.124.655	4.919.515	640.883.154	604.232.647	566.372.306
Operações em Curso Anormal												
Parcelas Vencidas												
01 a 30	--	--	149.518	182.834	91.725	121.738	77.968	96.957	463.374	1.184.114	948.391	930.110
31 a 60	--	--	68.941	114.760	63.308	78.261	49.199	55.528	257.696	687.693	600.494	628.385
61 a 90	--	--	56.140	86.838	52.738	65.068	44.024	52.659	232.968	590.435	537.738	539.728
91 a 180	--	--	158.612	248.683	148.275	191.460	129.914	166.865	609.245	1.653.054	1.456.589	1.524.325
181 a 360	--	--	251.142	391.119	214.147	328.543	217.975	230.865	1.057.075	2.690.866	2.387.361	2.527.761
Acima de 360	--	--	481.922	849.796	443.172	940.856	707.815	626.247	2.885.894	6.935.702	6.142.851	6.051.487
Parcelas Vencidas												
01 a 14	--	--	12.035	53.887	33.203	36.163	21.470	20.094	97.156	274.008	238.656	238.596
15 a 30	--	--	214.050	136.924	61.856	92.422	51.876	60.181	195.129	812.438	629.950	612.979
31 a 60	--	--	8.411	346.804	123.371	158.526	73.113	93.742	303.606	1.107.573	1.182.843	869.230
61 a 90	--	--	4	8.990	247.358	202.266	90.665	98.528	327.553	975.364	725.636	827.573
91 a 180	--	--	1	7.720	8.290	236.782	267.824	225.385	792.396	1.538.398	1.303.101	1.338.492
181 a 360	--	--	--	29	1.175	10.652	12.457	486.797	1.384.094	1.895.204	1.611.792	1.441.182
Acima de 360	--	--	--	--	--	5	8.975	10.611	1.144.106	1.163.697	1.341.829	1.086.643
Subtotal	--	--	1.400.776	2.428.384	1.488.618	2.462.742	1.753.275	2.224.459	9.750.292	21.508.546	19.107.231	18.616.491
Total	376.941.151	105.008.870	120.179.236	25.856.713	4.172.114	8.950.155	3.264.540	3.349.114	14.669.807	662.391.700	623.339.878	584.988.797

(1) Operações com risco de terceiros vinculadas a fundos e programas governamentais, principalmente Pronaf, Proceca, FAT, BNDES e FCO. Está incluído o valor das parcelas vencidas no total de R\$ 30.772 mil, que obedecem a regras definidas em cada programa para o ressarcimento junto aos gestores dos fundos, não implicando risco de crédito para o Banco.

e) Constituição da Provisão para Operações de Crédito por Níveis de Risco

Nível de Risco	% Provisão	30.09.2014				31.12.2013				30.09.2013			
		Valor das operações	Provisão mínima requerida	Provisão adicional ⁽¹⁾	Provisão existente	Valor das operações	Provisão mínima requerida	Provisão adicional ⁽¹⁾	Provisão existente	Valor das operações	Provisão mínima requerida	Provisão adicional ⁽¹⁾	Provisão existente
AA	0	376.941.151	--	--	--	346.640.978	--	--	--	315.152.891	--	--	--
A	0,5	105.008.870	525.044	95.671	620.715	102.077.362	510.387	241.833	752.220	98.489.728	492.449	225.610	718.059
B	1	120.179.236	1.201.792	15.980	1.217.772	118.149.962	1.181.500	7.504	1.189.004	117.835.786	1.178.358	8.185	1.186.543
C	3	25.856.713	775.701	77.889	853.590	25.537.650	766.130	67.201	833.331	24.181.148	725.434	46.115	771.549
D	10	4.172.114	417.211	66.592	483.803	4.006.319	400.632	70.757	471.389	4.342.879	434.288	123.648	557.936
E	30	8.950.155	2.685.047	698.482	3.383.529	7.541.134	2.262.340	604.573	2.866.913	7.106.913	2.132.074	448.758	2.580.832
F	50	3.264.540	1.632.270	319.311	1.951.581	2.899.353	1.449.677	327.782	1.777.459	2.523.642	1.261.821	212.663	1.474.484
G	70	3.349.114	2.344.380	244.897	2.589.277	2.873.272	2.011.290	146.369	2.157.659	2.276.242	1.593.369	143.745	1.737.114
H	100	14.669.807	14.669.807	--	14.669.807	13.613.848	13.613.848	--	13.613.848	13.079.568	13.079.568	--	13.079.568
Total		662.391.700	24.251.252	1.518.822	25.770.074	623.339.878	22.195.804	1.466.019	23.661.823	584.988.797	20.897.361	1.208.724	22.106.085

(1) Refere-se à provisão adicional ao mínimo requerido pela Resolução CMN n.º 2.682/1999, constituída a partir da experiência da Administração, mediante aplicação de teste de estresse sobre a carteira de crédito, considerando o histórico de inadimplência das operações, alinhada com a boa prática bancária.

f) Movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

Compreende as operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos com características de concessão de crédito.

	3º Trimestre/2014	3º Trimestre/2013	01.01 a 30.09.2014	01.01 a 30.09.2013
Saldo Inicial	24.796.813	21.640.997	23.661.823	21.210.060
Reforço/(reversão)	4.570.763	3.918.098	13.650.820	11.374.450
Provisão mínima requerida	4.666.351	3.884.939	13.598.017	11.321.508
Provisão adicional	(95.588)	33.159	52.803	52.942
Variação cambial – provisões no exterior	34.863	(6.302)	(56.700)	(2.736)
Baixas para prejuízo	(3.632.365)	(3.446.709)	(11.485.869)	(10.475.689)
Saldo Final	25.770.074	22.106.085	25.770.074	22.106.085

g) Movimentação da Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa

Compreende as provisões para outros créditos sem características de concessão de crédito.

	3º Trimestre/2014	3º Trimestre/2013	01.01 a 30.09.2014	01.01 a 30.09.2013
Saldo Inicial	946.979	961.261	855.361	821.736
Reforço/(reversão)	157.485	(47.001)	244.069	14.856
Variação cambial – provisões no exterior	1.030	(754)	(5.480)	(380)
Baixas para prejuízo /outros ajustes	(25.671)	(124.571)	(14.127)	(47.277)
Saldo Final	1.079.823	788.935	1.079.823	788.935

h) Carteira de Arrendamento Mercantil Financeiro por Prazo de Vencimento

	30.09.2014	31.12.2013	30.09.2013
Até 1 ano ⁽¹⁾	539.658	752.710	847.008
De 1 a 5 anos	524.582	601.762	579.766
Acima de 5 anos	2.124	3.785	4.112
Total a Valor Presente	1.066.364	1.358.257	1.430.886

(1) Inclui os valores relativos às parcelas vencidas.

i) Resultado das Operações de Arrendamento Mercantil

	3º Trimestre/2014	3º Trimestre/2013	01.01 a 30.09.2014	01.01 a 30.09.2013
Receitas de Arrendamento Mercantil	363.808	467.851	1.043.501	1.357.416
Arrendamento financeiro	363.808	467.851	1.043.501	1.357.416
Despesas de Arrendamento Mercantil	(329.511)	(418.058)	(935.552)	(1.226.427)
Arrendamento financeiro	(329.406)	(417.550)	(935.200)	(1.223.275)
Arrendamento operacional	(10)	(29)	(68)	(87)
Prejuízo na alienação de bens arrendados	(95)	(479)	(284)	(3.065)
Total	34.297	49.793	107.949	130.989

j) Concentração das Operações de Crédito

	30.09.2014	% da Carteira	31.12.2013	% da Carteira	30.09.2013	% da Carteira
Maior Devedor	20.756.881	3,1	19.646.829	3,2	16.694.241	2,9
10 Maiores devedores	68.606.188	10,4	66.914.403	10,7	60.876.231	10,4
20 Maiores devedores	98.031.721	14,8	91.941.723	14,7	84.362.768	14,4
50 Maiores devedores	135.351.400	20,4	124.444.208	20,0	115.447.813	19,7
100 Maiores devedores	160.761.109	24,3	148.324.784	23,8	136.860.966	23,4

k) Créditos Renegociados

	3º Trimestre/2014	3º Trimestre/2013	01.01 a 30.09.2014	01.01 a 30.09.2013
Créditos Renegociados no Período ⁽¹⁾	9.253.696	9.600.008	30.891.206	27.742.137
Renegociados por atraso ⁽²⁾	1.080.946	692.232	2.972.237	2.268.928
Renovados ⁽³⁾	8.172.750	8.907.776	27.918.969	25.473.209
Movimento créditos renegociados por atraso				
Saldo Inicial	8.658.508	8.226.410	8.192.010	7.265.676
Contratações ⁽²⁾	1.080.946	692.232	2.972.237	2.268.928
(Recebimento) e apropriação de juros	(413.629)	(125.201)	(894.522)	35.367
Baixas para prejuízo	(373.794)	(404.544)	(1.317.694)	(1.181.074)
Saldo Final ⁽⁴⁾	8.952.031	8.388.897	8.952.031	8.388.897
Provisão para créditos da carteira renegociada por atraso			5.362.091	5.054.450
(%) PCLD sobre a carteira renegociada por atraso			59,9%	60,3%
Inadimplência 90 dias da carteira renegociada por atraso			1.629.377	1.430.043
(%) Inadimplência sobre a carteira renegociada por atraso			18,2%	17,0%

(1) Representa o saldo renegociado no período das operações de crédito, vincendas ou em atraso, utilizando internet, terminal de autoatendimento ou rede de agências.

(2) Créditos renegociados no período para composição de dívidas em virtude de atraso no pagamento pelos clientes.

(3) Créditos renegociados de operações não vencidas para prorrogação, novação, concessão de nova operação para liquidação parcial ou integral de operação anterior ou qualquer outro tipo de acordo que implique alteração nos prazos de vencimento ou nas condições de pagamento originalmente pactuadas.

(4) Inclui o valor de R\$ 171.952 mil (R\$ 177.637 mil em 30.09.2013) referente a créditos rurais renegociados. Não está incluído o valor de R\$ 5.256.351 mil (R\$ 5.207.081 mil em 30.09.2013) dos créditos prorrogados da carteira rural com amparo em legislação específica.

l) Informações Complementares

	30.09.2014	31.12.2013	30.09.2013
Créditos contratados a liberar	148.885.475	146.983.600	143.059.848
Garantias prestadas ⁽¹⁾	13.161.857	17.373.241	17.354.697
Créditos de exportação confirmados	2.381.036	2.174.783	2.045.029
Créditos abertos para importação contratados	477.644	538.429	601.228
Recursos vinculados ⁽²⁾	1.160.701	1.060.628	1.275.539
Operações de crédito vinculadas ⁽²⁾	192.155	982.995	1.194.956

(1) O Banco mantém provisão registrada em Outras Obrigações – Diversas (Nota 20.e) no montante de R\$ 188.885 mil (R\$ 145.678 mil em 31.12.2013 e R\$ 152.405 mil em 30.09.2013), apurada conforme Resolução CMN n.º 2.682/1999.

(2) Em 30.09.2014, não há operações inadimplentes e nem questionamento judicial sobre operações ativas vinculadas ou sobre os recursos captados para aplicação nestas operações.

m) Operações de crédito por linha do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT

	TADE ⁽¹⁾	30.09.2014	31.12.2013	30.09.2013
Empréstimos e títulos descontados		3.380.254	3.402.755	3.354.915
Proger Urbano Investimento	18/2005	3.380.231	3.402.707	3.354.857
Proger Urbano Capital de Giro	15/2005	10	20	33
Proger Urbano Empreendedor Popular	01/2006	13	28	25
Financiamentos		705.092	707.323	687.804
Proger Exportação	27/2005	8.616	5.169	4.819
FAT Giro Setorial Micro e Pequenas Empresas	08/2006	--	113	617
FAT Fomentar Micro e Pequenas Empresas	11/2006	--	428	1.260
FAT Fomentar Médias e Grandes Empresas	12/2006	--	1.787	6.136
FAT Taxista	02/2009	245.368	195.550	192.785
FAT Turismo - Investimento	01/2012	144.505	97.950	64.038
FAT Turismo - Capital de Giro	02/2012	306.603	406.326	418.149
Financiamentos rurais e agroindustriais		377.644	780.592	1.012.137
Proger Rural Custeio	02/2006	1.989	2.504	2.790
Proger Rural Investimento	13/2005	27.844	46.809	54.549
Pronaf Custeio	04/2005	3.888	8.162	9.728
Pronaf Investimento	05/2005	335.075	700.728	878.037
Giro Rural - Aquisição de Títulos	03/2005	8.843	22.385	43.243
Giro Rural - Fornecedores	14/2006	5	4	23.790
Total		4.462.990	4.890.670	5.054.856

(1) TADE: Termo de Alocação de Depósito Especial.

11 – OUTROS CRÉDITOS

a) Créditos Específicos

	30.09.2014	31.12.2013	30.09.2013
Alongamento de crédito rural – Tesouro Nacional	1.508.664	1.390.451	1.356.382
Outros	700	--	309
Total	1.509.364	1.390.451	1.356.691

b) Diversos

	30.09.2014	31.12.2013	30.09.2013
Ativo fiscal diferido – Crédito tributário (Nota 25.e)	29.383.827	27.461.707	28.450.885
Devedores por depósitos em garantia – contingências (Nota 28.c)	21.540.476	18.496.440	17.279.169
Operações com cartões de crédito (Nota 10.a)	17.420.221	17.533.567	15.602.556
Devedores por depósitos em garantia – ação judicial (Nota 28.d)	15.204.014	14.606.013	14.424.658
Imposto de renda e contribuição social a compensar	10.832.646	13.225.990	13.167.654
Ativos atuariais (Nota 27.e)	10.173.480	15.544.218	6.720.102
Tesouro Nacional – equalização de taxas – safra agrícola – Lei n.º 8.427/1992	9.349.851	6.333.283	5.188.310
Créditos vinculados a operações adquiridas (Nota 10.a) ⁽¹⁾	8.545.904	9.241.406	8.219.397
Fundos de destinação do superávit - Previ (Nota 27.f)	8.210.244	7.966.278	9.260.255
Aquisição de recebíveis	3.805.768	4.200.708	4.001.205
Título e créditos a receber – empresas não financeiras	3.424.635	4.016.626	3.692.565
Devedores diversos – país	2.429.899	1.842.828	2.343.408
Adiantamento a empresas processadoras de transações com cartões	2.397.166	2.277.876	1.420.769
Títulos e créditos a receber – outros	2.310.473	2.406.375	2.324.414
Título e créditos a receber – Tesouro Nacional	1.986.841	1.373.702	1.126.183
Títulos e créditos a receber – ECT – Banco Postal ⁽²⁾	1.931.492	--	--
Prêmios sobre créditos vinculados a operações adquiridas em cessão	1.263.352	1.671.864	1.630.284
Direitos por aquisição de royalties e créditos governamentais	606.137	1.116.919	1.008.378
Devedores diversos – exterior	240.405	269.082	321.360
Adiantamentos e antecipações salariais	229.419	315.353	243.207
Devedores por depósitos em garantia – outros	173.752	164.241	177.118
Devedores por compra de valores e bens	43.521	62.009	67.871
Adiantamentos ao Fundo Garantidor de Crédito – FGC	--	--	40.668
Outros	518.080	1.087.482	303.749
Total	152.021.603	151.213.967	137.014.165
Ativo circulante	109.390.750	87.030.697	77.356.681
Ativo não circulante	42.630.853	64.183.270	59.657.484

(1) Refere-se a carteiras de crédito consignado e de financiamento de veículos concedidos a pessoas físicas, adquiridas pelo Banco com coobrigação do cedente, contabilizadas em conformidade com a Resolução CMN n.º 3.533/2008.

(2) Recebíveis oriundos da nova parceria entre o Banco do Brasil e a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT, pela utilização da rede Banco Postal (Nota 16.a).

12 – CARTEIRA DE CÂMBIO

a) Composição

	30.09.2014	31.12.2013	30.09.2013
Outros Créditos			
Câmbio comprado a liquidar	14.539.815	14.766.729	13.509.318
Cambiais e documentos a prazo em moedas estrangeiras	30.254	28.916	27.526
Direitos sobre vendas de câmbio	15.118.818	15.585.514	13.983.907
(Adiantamentos em moeda nacional/estrangeira recebidos)	(13.461.590)	(13.015.143)	(11.127.525)
Valores em moedas estrangeiras a receber	5.271	5.341	5.182
Rendas a receber de adiantamentos concedidos e de importações financiadas	138.961	153.787	158.092
Total	16.371.529	17.525.144	16.556.500
Ativo circulante	16.366.034	17.524.195	16.442.895
Ativo não circulante	5.495	949	113.605
Outras Obrigações			
Câmbio vendido a liquidar	17.973.243	18.553.333	16.325.370
(Importação Financiada)	(10.981)	(16.289)	(7.422)
Obrigações por compras de câmbio	13.565.891	14.052.666	13.041.434
(Adiantamentos sobre contratos de câmbio)	(11.486.233)	(11.153.787)	(11.445.718)
Valores em moedas estrangeiras a pagar	54.621	55.937	54.403
Rendas a apropriar de adiantamentos concedidos	3.139	2.829	2.635
Total	20.099.680	21.494.689	17.970.702
Passivo circulante	16.927.015	10.569.094	9.449.712
Passivo não circulante	3.172.665	10.925.595	8.520.990
Carteira de Câmbio Líquida	(3.728.151)	(3.969.545)	(1.414.202)
Contas de Compensação			
Créditos abertos para importação	659.479	775.933	862.782
Créditos de exportação confirmados	2.381.036	2.174.783	2.045.029

b) Resultado de Operações de Câmbio

	3º Trimestre/2014	3º Trimestre/2013	01.01 a 30.09.2014	01.01 a 30.09.2013
Rendas de câmbio	3.124.409	3.492.249	8.176.107	9.015.709
Despesas de câmbio	(3.156.724)	(3.195.212)	(7.345.787)	(8.393.091)
Resultado de operações de câmbio	(32.315)	297.037	830.320	622.618

13 – OUTROS VALORES E BENS

	30.09.2014	31.12.2013	30.09.2013
Bens não de Uso Próprio	592.392	459.678	490.793
Imóveis	227.971	117.133	118.742
Veículos e afins	170.629	162.824	167.117
Bens em regime especial	157.829	160.810	165.900
Imóveis habitacionais	5.012	6.604	7.158
Máquinas e equipamentos	4.701	5.103	7.414
Outros	26.250	7.204	24.462
Material em Estoque	93.516	93.892	88.250
Subtotal	685.908	553.570	579.043
(Provisão para desvalorização) ⁽¹⁾	(146.086)	(165.221)	(185.400)
Despesas Antecipadas	4.196.324	3.745.565	3.910.241
Despesas de seguros, resseguros, previdência e capitalização diferidas ⁽²⁾	3.240.943	2.437.940	2.398.722
Comissões pagas a lojistas - financiamento de veículos	299.627	330.719	341.983
Direitos sobre custódia de depósitos judiciais	245.420	253.253	290.357
Despesas de pessoal - programa de alimentação	105.505	136.118	100.192
Prêmios por créditos adquiridos ⁽³⁾	77.746	288.107	406.244
Prêmio pago a clientes - parcerias varejistas	39.209	50.826	52.137
Despesas tributárias	12.095	21	10.764
Promoções e relações públicas	9.319	--	6.000
Despesas com programa de relacionamento - milhas	--	89.081	134.787
Outros	166.460	159.500	169.055
Total	4.736.146	4.133.914	4.303.884
Ativo circulante	3.407.539	2.975.348	3.195.672
Ativo não circulante	1.328.607	1.158.566	1.108.212

(1) O Banco reconheceu, no 3º Trimestre/2014, reversão de provisão para desvalorização de bens não de uso no valor de R\$ 3.636 mil (reversão no valor de R\$ 5.562 mil no 3º Trimestre/2013).

(2) Referem-se principalmente a comissões pagas aos corretores e representantes pela comercialização de produtos.

(3) Os valores são amortizados de acordo com os prazos de vencimento das parcelas dos créditos adquiridos junto a outras instituições financeiras.

14 – INVESTIMENTOS

a) Movimentações nas Participações em Coligadas e Controladas

	Saldo Contábil	Movimentações - 01.01 a 30.09.2014			Saldo Contábil		Resultado de equivalência
	31.12.2013	Dividendos	Outros eventos	Resultado de equivalência	30.09.2014	30.09.2013	01.01 a 30.09.2013
No país	1.372.326	(78)	(104.000)	(21.741)	1.246.507	1.544.402	21.841
Cadam S.A.	25.929	--	--	(728)	25.201	25.357	(2.642)
Cia. Hidromineral Piratuba	2.462	--	36	16	2.514	2.345	57
Cia. Catarinense de Assessoria e Serviços - CCA ⁽¹⁾	228	--	--	--	228	228	--
Estruturadora Brasileira de Projetos - EBP	8.747	(78)	--	(488)	8.181	7.490	2.832
Itapebi ⁽²⁾	--	--	--	--	--	78.991	19.045
Outras Participações ⁽³⁾	28.952	--	17.103	(20.541)	25.514	16.258	2.549
Ágio/Deságio na aquisição de investimentos	1.306.008	--	(121.139)	--	1.184.869	1.413.733	--
No Exterior	271.847	--	300.216	(7.127)	564.936	300.067	358.729
Outras participações no exterior	--	--	--	--	--	2.024	1.323
Ágio na aquisição de investimentos no exterior	271.847	--	293.089	--	564.936	298.043	--
Ganhos/(perdas) cambiais nas agências	--	--	(186.633)	186.633	--	--	321.931
Ganhos/(perdas) cambiais nas subsidiárias e controladas	--	--	196.469	(196.469)	--	--	35.412
Aumento/diminuição do PL decorrente de outras movimentações	--	--	(2.709)	2.709	--	--	63
Total das Participações em Coligadas e Controladas	1.644.173	(78)	196.216	(28.868)	1.811.443	1.844.469	380.570
Imparidade acumulada	(6.998)	--	--	--	(6.998)	(6.998)	--

(1) Empresa em processo de liquidação extrajudicial, não avaliada pelo método de equivalência patrimonial.

(2) A participação na empresa Itapebi foi transferida para o grupo Neoenergia (Nota 2.e).

(3) Referem-se às participações das empresas coligadas não financeiras.

	Capital Social	Patrimônio Líquido Ajustado	Lucro/ (Prejuízo) líquido 01.01 a 30.09.2014	Quantidade de Ações (em milhares)		Participação do Capital Social %
				Ordinárias	Preferenciais	
No país						
Cadam S.A.	183.904	116.436	4.798	--	4.762	21,64
Cia. Hidromineral Piratuba	4.096	16.262	622	663	--	15,44
Cia. Catarinense de Assessoria e Serviços - CCA	780	474	--	260	520	48,13
Estruturadora Brasileira de Projetos - EBP	75.819	73.633	(4.426)	3.859	2.953	11,11

b) Outros Investimentos

	30.09.2014	31.12.2013	30.09.2013
Investimentos por incentivos fiscais	95.472	98.533	99.052
Títulos patrimoniais	146	146	146
Ações e cotas	73.041	62.210	63.324
Outros Investimentos ⁽¹⁾	1.449.793	1.797.319	1.470.706
Outras participações no exterior	58.421	55.837	64.802
Total	1.676.873	2.014.045	1.698.030
(Imparidade acumulada)	(83.601)	(115.032)	(114.238)

(1) Inclui o montante de R\$ 1.029.294 mil (R\$ 1.019.478 mil em 31.12.2013 e 1.026.797 mil em 30.09.2013), relativo aos investimentos da holding Neoenergia S.A.

c) Ágios na Aquisição de Investimentos

	3º Trimestre/2014	3º Trimestre/2013	01.01 a 30.09.2014	01.01 a 30.09.2013
Saldo Inicial	1.717.447	1.816.124	1.579.416	1.972.891
Adições ⁽¹⁾	51.110	58.150	410.024	58.150
Reduções ⁽²⁾	--	(56.313)	(45.683)	(56.313)
Amortizações ⁽³⁾	(59.484)	(87.029)	(175.118)	(242.388)
Variação cambial ⁽⁴⁾	42.293	(17.595)	(17.273)	(19.003)
Saldo Final	1.751.366	1.713.337	1.751.366	1.713.337

(1) Ajustes decorrentes da harmonização de práticas contábeis das investidas às práticas da investidora.

(2) Transferência do ágio da empresa Brasilprev Nosso Futuro Seguros e Previdência S.A. para o grupamento "Intangível" (Nota 16.a).

(3) Registradas em Outras Despesas Administrativas.

(4) Incidente sobre os ágios do BB Americas, do Banco Patagonia e da Merchant e-Solutions, Inc.

d) Expectativa de Amortização dos Ágios

	4º trim/2014	2015	2016	2017	2018	2019	Após 2019	Total
Banco do Brasil	23.132	90.853	92.684	92.319	32.124	32.758	30.358	394.228
Banco Votorantim S.A.	14.179	57.981	60.466	61.133	--	--	--	193.759
Banco Patagonia	7.406	30.039	28.491	25.940	26.442	26.968	22.857	168.143
BB Americas	1.547	2.833	3.727	5.246	5.682	5.790	7.501	32.326
Efeitos tributários ⁽¹⁾	(9.253)	(36.341)	(37.074)	(36.928)	(12.850)	(13.103)	(12.143)	(157.692)
Total líquido	13.879	54.512	55.610	55.391	19.274	19.655	18.215	236.536
Outras participações								
BB-BI	24.098	93.857	107.670	123.517	141.696	162.550	--	653.388
Cielo S.A.	24.098	93.857	107.670	123.517	141.696	162.550	--	653.388
Cielo S.A.	10.452	43.244	44.958	45.538	44.525	18.126	172.160	379.003
Merchant e-Solutions, Inc.	10.022	42.043	43.577	43.938	42.927	16.428	165.533	364.468
Braspag Tecnologia em Pagamento Ltda.	258	730	854	1.031	984	1.042	3.737	8.636
Multisplay Comércio e Serviços Tecnológicos S.A.	74	222	256	283	311	336	1.638	3.120
Companhia Brasileira de Gestão de Serviços (Orizon)	98	249	271	286	303	320	1.252	2.779
BB Mapfre SH1 Participações S.A.	10.068	18.781	22.254	24.050	25.314	--	--	100.467
Vida Seguradora S.A.	10.068	18.781	22.254	24.050	25.314	--	--	100.467
Elo Participações S.A.	4.263	19.439	22.876	23.591	24.330	--	--	94.499
Companhia Brasileira de Soluções e Serviços - Alelo	4.263	19.439	22.876	23.591	24.330	--	--	94.499
BB Seguros Participações S.A.	5.679	12.971	11.225	10.743	11.040	10.028	5.256	66.942
Brasilcap Capitalização S.A.	3.878	11.022	9.154	8.593	8.780	7.659	--	49.086
IRB-Brasil Resseguros S.A.	1.801	1.949	2.071	2.150	2.260	2.369	5.256	17.856
Mapfre BB SH2 Participações S.A.	3.057	18.064	19.877	21.841	--	--	--	62.839
Brasilveículos Companhia de Seguros	3.057	18.064	19.877	21.841	--	--	--	62.839
Consolidado	80.749	297.209	321.544	341.599	279.029	223.462	207.774	1.751.366
Efeitos tributários ⁽¹⁾	(30.289)	(112.133)	(121.347)	(129.094)	(105.299)	(87.695)	(72.464)	(658.321)
Total líquido	50.460	185.076	200.197	212.505	173.730	135.767	135.310	1.093.045

(1) 25% de IRPJ e 15% de CSLL para as empresas financeiras e para as empresas não financeiras de seguros, previdência e capitalização, e 25% de IRPJ e 9% da CSLL para as demais empresas não financeiras.

A expectativa de amortização dos ágios gerados nas aquisições de participações societárias respalda-se em projeções de resultado que fundamentaram os negócios, elaboradas por empresas especializadas ou por área técnica do Banco, contemplando os prazos das estimativas e taxas de desconto utilizadas na apuração do valor presente líquido dos fluxos de caixa esperados.

e) Teste de Imparidade dos Ágios

O valor recuperável dos ágios na aquisição de investimentos é determinado com base no valor em uso, calculado pela metodologia de fluxo de caixa descontado, que se fundamenta na projeção de um fluxo de caixa para a empresa investida (unidade geradora de caixa) e na determinação da taxa que irá descontar esse fluxo.

As premissas adotadas para estimar esse fluxo são baseadas em informações públicas, no orçamento e no plano de negócios das empresas avaliadas. As premissas consideram o desempenho atual e passado, bem como o crescimento esperado no respectivo mercado de atuação e em todo ambiente macroeconômico.

Os fluxos de caixa das empresas relacionadas a seguir foram projetados pelo período de dez anos, perpetuando-se a partir do décimo primeiro ano, com taxa de crescimento estabilizada. Para os períodos de fluxo de caixa excedentes aos prazos das projeções dos orçamentos ou planos de negócios, as estimativas de crescimento utilizadas estão em linha com aquelas adotadas pelas empresas. A taxa de desconto nominal foi calculada, ano a ano, com base no modelo CAPM (Capital Asset Pricing Model) ajustado ao mercado brasileiro e referenciado em Reais (R\$), com exceção do Banco Patagonia, cujo modelo foi ajustado ao mercado argentino e referenciado em Pesos Argentinos (ARS).

Empresas (Unidades Geradoras de Caixa)	Taxa de Crescimento a.a. ⁽¹⁾	Taxa de Desconto a.a. ⁽²⁾
Banco Votorantim	3,70%	11,34%
Banco Patagonia	14,50%	28,38%
BB Americas	2,00%	5,62%
Alelo	3,70%	11,54%
Vida Seguradora	3,00%	11,30%
Brasilveículos	3,20%	11,30%
Brasilcap	3,00%	11,30%
IRB-Brasil Resseguros	3,20%	10,30%

(1) Crescimento nominal na perpetuidade.

(2) Média geométrica dos dez anos de projeção, com exceção do BB Americas, que utilizou uma média geométrica dos oito anos de projeção.

De acordo com a análise de sensibilidade realizada, não há a indicação de que mudanças em premissas possam fazer o valor contábil das unidades geradoras de caixa exceder o seu respectivo valor recuperável.

O valor recuperável do ágio na aquisição da Cielo é apurado por meio do valor líquido de venda, com base na cotação das ações de emissão da companhia na BM&FBovespa.

Empresa (Unidade Geradora de Caixa)	Cotação CIEL3 ⁽¹⁾
Cielo	R\$ 40,00

(1) Preço de fechamento da ação em 30.09.2014.

Nos períodos de 01.01 a 30.09.2014 e de 01.01 a 30.09.2013, não houve perda por imparidade sobre os ágios na aquisição de investimentos.

15 – IMOBILIZADO DE USO

	31.12.2013	01.01 a 30.09.2014			30.09.2014			30.09.2013	
	Saldo contábil	Movimentações	Depreciação	(Provisão)/ Reversão p/ imparidade	Valor de custo	Depreciação acumulada	Imparidade acumulada	Saldo contábil	Saldo contábil
Edificações	3.217.429	592.113	(230.651)	--	5.914.817	(2.328.940)	(6.986)	3.578.891	2.711.205
Móveis e equipamentos de uso	1.434.355	190.687	(175.964)	103	3.638.953	(2.188.843)	(929)	1.449.181	1.400.955
Sistemas de processamento de dados	1.135.391	385.953	(317.451)	960	3.955.180	(2.750.327)	--	1.204.853	1.038.064
Instalações	236.830	21.813	(29.675)	--	986.994	(758.026)	--	228.968	218.180
Terrenos	647.449	(446.008)	--	--	201.441	--	--	201.441	671.567
Sistemas de segurança	170.409	20.284	(19.360)	--	389.440	(218.107)	--	171.333	169.053
Imobilizações em curso	308.071	(156.148)	--	--	151.923	--	--	151.923	622.040
Sistemas de comunicação	95.889	13.557	(12.100)	--	272.340	(174.994)	--	97.346	80.388
Sistemas de transporte	10.875	3.663	(1.949)	--	38.468	(25.879)	--	12.589	10.237
Móveis e equipamentos em estoque	1.793	(17)	--	--	1.776	--	--	1.776	2.603
Total	7.258.491	625.897	(787.150)	1.063	15.551.332	(8.445.116)	(7.915)	7.098.301	6.924.292

16 – INTANGÍVEL

a) Movimentação e Composição

	31.12.2013	01.01 a 30.09.2014				30.09.2014				30.09.2013
	Saldo contábil	Aquisições	Baixas	Amortização	(Provisão)/ Reversão p/ imparidade	Valor de custo	Amortização acumulada	Imparidade acumulada	Saldo contábil	Saldo contábil
Direitos de gestão de folhas de pagamento ⁽¹⁾	4.535.492	2.804.046	(9.942)	(1.435.043)	--	9.791.680	(3.847.387)	(49.740)	5.894.553	4.299.128
Ágio na aquisição de sociedades incorporadas ⁽²⁾⁽³⁾	3.424.764	45.683	--	(530.298)	--	5.015.276	(2.075.127)	--	2.940.149	3.579.226
Softwares	1.505.299	184.598	(281)	(116.397)	--	2.614.254	(1.041.035)	--	1.573.219	1.353.287
Outros ativos intangíveis ⁽⁴⁾	2.358.504	--	(1.866.724)	(486.506)	(3.442)	18.756	(8.931)	(7.993)	1.832	2.482.979
Total	11.824.059	3.034.327	(1.876.947)	(2.568.244)	(3.442)	17.439.966	(6.972.480)	(57.733)	10.409.753	11.714.620

(1) Os valores de Aquisições e Baixas incluem contratos renegociados no período, em que o valor do novo contrato é ativado e o valor do contrato anterior é baixado sem impacto no resultado.

(2) Refere-se principalmente ao ágio pela aquisição do Banco Nossa Caixa, incorporado em novembro/2009.

(3) Inclui o valor de R\$ 45.683 mil referente à transferência do ágio da empresa Brasilprev Nosso Futuro Seguros e Previdência S.A. do grupamento "Investimentos" (Nota 14.c).

(4) Em 30.06.2014 o custo do direito de utilização da rede do Banco Postal foi convertido em recebíveis no âmbito da nova parceria entre o Banco do Brasil e a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT no montante de R\$ 1.865.250 mil (Nota 11.b).

b) Estimativa de Amortização

	4º Trimestre/2014	2015	2016	2017	2018	2019	Total
Valores a amortizar	784.500	2.865.266	2.883.277	2.374.121	1.090.435	412.154	10.409.753

c) Teste de Imparidade

O teste de imparidade do ágio na aquisição do Banco Nossa Caixa, que foi incorporado pelo Banco do Brasil, considera o valor em uso do Banco do Brasil no Estado de São Paulo (unidade geradora de caixa). Os fluxos de caixa têm por base o resultado de 2013 da unidade geradora de caixa, com crescimento pela variação do Produto Interno Bruto (PIB) e do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), projetado por nove anos. Os fluxos foram descontados pelo Custo de Capital Próprio do Banco do Brasil. A taxa de desconto nominal foi calculada, ano a ano, com base no modelo *CAPM* (*Capital Asset Pricing Model*) ajustado ao mercado brasileiro e referenciado em Reais (R\$).

O teste de imparidade do ágio da Brasilprev Nosso Futuro Seguros e Previdência S.A. segue a mesma metodologia dos demais ágios por aquisição de investimentos, constantes na nota 14.e.

Empresa (Unidade Geradora de Caixa)	Taxa de Crescimento a.a.	Taxa de Desconto a.a.
Banco do Brasil - Estado de São Paulo - Ágio Banco Nossa Caixa ⁽¹⁾	8,78%	11,34%
Brasilprev Nosso Futuro Seguros e Previdência S.A. ⁽²⁾⁽³⁾	3,00%	11,30%

(1) Média geométrica dos nove anos de projeção.

(2) Crescimento nominal na perpetuidade.

(3) Média geométrica dos dez anos de projeção.

De acordo com a análise de sensibilidade realizada, não há a indicação de que mudanças em premissas possam fazer o valor contábil da unidade geradora de caixa exceder o seu respectivo valor recuperável.

Nos períodos de 01.01 a 30.09.2014 e de 01.01 a 30.09.2013, não houve perda por imparidade sobre os ágios de sociedades incorporadas.

17 – DEPÓSITOS E CAPTAÇÕES NO MERCADO

a) Depósitos

	30.09.2014	31.12.2013	30.09.2013
Depósitos à Vista	69.521.036	75.818.389	69.190.724
Pessoas físicas	30.483.133	32.614.732	29.382.381
Pessoas jurídicas	24.629.154	29.595.017	24.060.083
Vinculados	8.781.992	7.072.664	10.575.825
Governos	1.865.886	2.790.445	2.267.165
Instituições do sistema financeiro	979.967	527.120	527.528
Moedas estrangeiras	928.661	1.355.823	643.827
Empresas ligadas	847.395	732.097	770.376
Especiais do Tesouro Nacional	542.172	559.571	647.376
Domiciliados no exterior	292.887	130.537	135.290
Outros	169.789	440.383	180.873
Depósitos de Poupança	148.995.605	140.728.107	134.215.616
Pessoas físicas	138.963.241	132.510.762	125.522.291
Pessoas jurídicas	9.688.943	7.951.473	8.426.348
Empresas ligadas	330.113	250.253	246.198
Instituições do sistema financeiro	13.308	15.619	20.779
Depósitos Interfinanceiros	28.530.991	27.155.259	21.013.334
Depósitos a Prazo	221.777.370	247.311.253	246.486.308
Judiciais	110.095.304	101.768.835	97.355.039
Moeda Nacional	85.377.147	115.179.497	118.959.101
Moedas estrangeiras	20.776.182	24.243.332	24.066.278
Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT (Nota 17.e)	4.466.951	5.208.690	5.213.933
Funproger (Nota 17.f)	227.439	201.236	200.976
Outros	834.347	709.663	690.981
Total	468.825.002	491.013.008	470.905.982
Passivo circulante	386.232.793	395.192.185	378.152.743
Passivo não circulante	82.592.209	95.820.823	92.753.239

b) Segregação de Depósitos por Prazo de Exigibilidade

	Sem vencimento	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Acima de 5 anos	30.09.2014	31.12.2013	30.09.2013
Depósitos a prazo ⁽¹⁾	114.179.675	19.553.732	10.194.048	33.888.613	43.955.005	6.297	221.777.370	247.311.253	246.486.308
Depósitos de poupança	148.995.605	--	--	--	--	--	148.995.605	140.728.107	134.215.616
Depósitos à vista	69.521.036	--	--	--	--	--	69.521.036	75.818.389	69.190.724
Depósitos interfinanceiros	1.507.290	9.984.493	12.296.914	3.265.962	1.028.397	447.935	28.530.991	27.155.259	21.013.334
Total	334.203.606	29.538.225	22.490.962	37.154.575	44.983.402	454.232	468.825.002	491.013.008	470.905.982

(1) Inclui o valor de R\$ 85.587.480 mil (R\$ 113.214.820 mil em 31.12.2013 e R\$ 117.159.739 mil em 30.09.2013), relativo a depósitos a prazo com cláusula de recompra antecipada (compromisso de liquidez), considerados os prazos de vencimento originais.

c) Captações no Mercado Aberto

	30.09.2014	31.12.2013	30.09.2013
Carteira Própria	55.969.942	74.724.092	54.711.400
Títulos privados	48.391.182	41.630.853	33.800.230
Letras Financeiras do Tesouro	3.939.942	15.966.088	12.393.052
Letras do Tesouro Nacional	1.933.473	12.974.134	3.873.526
Notas do Tesouro Nacional	1.435.137	1.172.757	1.813.558
Títulos no exterior	257.940	2.973.368	2.825.483
Outros	12.268	6.892	5.551
Carteira de Terceiros	263.739.572	164.589.620	188.728.556
Notas do Tesouro Nacional	149.634.014	9.483.748	59.029.134
Letras do Tesouro Nacional	87.268.524	64.583.676	42.379.856
Letras Financeiras do Tesouro	25.775.386	88.984.254	85.856.412
Títulos no exterior	1.061.648	1.537.942	1.463.154
Carteira de Livre Movimentação	13.454	150.866	470.725
Total	319.722.968	239.464.578	243.910.681
Passivo circulante	305.689.952	228.235.770	232.005.006
Passivo não circulante	14.033.016	11.228.808	11.905.675

d) Despesas com Operações de Captação no Mercado

	3º Trimestre/2014	3º Trimestre/2013	01.01 a 30.09.2014	01.01 a 30.09.2013
Despesas de Captações com Depósitos	(8.277.199)	(6.999.008)	(23.828.405)	(19.664.169)
Depósitos a prazo	(2.985.802)	(2.894.053)	(8.781.945)	(8.283.817)
Depósitos de poupança	(2.592.193)	(2.005.945)	(7.356.512)	(5.429.647)
Depósitos judiciais	(2.520.646)	(1.944.883)	(7.083.498)	(5.549.669)
Depósitos interfinanceiros	(178.558)	(154.127)	(606.450)	(401.036)
Despesas de Captações no Mercado Aberto	(8.230.127)	(5.089.778)	(22.253.603)	(13.350.575)
Carteira de terceiros	(6.842.180)	(4.126.955)	(18.137.635)	(10.851.335)
Carteira própria	(1.377.320)	(948.496)	(4.081.719)	(2.483.978)
Carteira de livre movimentação	(10.627)	(14.327)	(34.249)	(15.262)
Despesas de Captações de Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	(4.129.232)	(2.020.394)	(10.357.645)	(5.099.940)
Letras de Crédito do Agronegócio – LCA	(2.486.226)	(1.104.806)	(6.383.437)	(2.311.722)
Letras financeiras	(836.717)	(563.923)	(2.336.811)	(1.535.793)
Emissão de títulos e valores mobiliários no exterior	(630.167)	(351.665)	(1.178.979)	(1.252.425)
Letras de Crédito Imobiliário – LCI	(176.122)	--	(458.418)	--
Despesas com Dívidas Subordinadas no Exterior	(118.744)	(110.900)	(335.066)	(327.931)
Despesas com Instrumentos Híbridos e Capital de Dívida	(467.762)	(354.247)	(1.167.660)	(1.011.671)
Outras	(205.412)	(197.187)	(602.606)	(495.370)
Total	(21.428.476)	(14.771.514)	(58.544.985)	(39.949.656)

e) Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)

Programa	Resolução/ TADE ⁽¹⁾	Devolução de Recursos			30.09.2014			31.12.2013			30.09.2013		
		Forma ⁽²⁾	Data inicial	Data final	Disponível TMS ⁽³⁾	Aplicado TJLP ⁽⁴⁾	Total	Disponível TMS ⁽³⁾	Aplicado TJLP ⁽⁴⁾	Total	Disponível TMS ⁽³⁾	Aplicado TJLP ⁽⁴⁾	Total
Proger Rural e Pronaf					113.751	388.744	502.495	224.913	719.632	944.545	295.902	898.961	1.194.863
Pronaf Custeio	04/2005	RA	11/2005	--	26	2.922	2.948	--	4.060	4.060	784	3.850	4.634
Pronaf Investimento	05/2005	RA	11/2005	--	106.419	360.878	467.297	202.257	668.763	871.020	222.237	822.062	1.044.299
Giro Rural – Aquisição de Títulos	03/2005	SD	01/2008	01/2015	1.030	4.943	5.973	2.316	11.914	14.230	39.881	21.371	61.252
Giro Rural Fornecedores	14/2006	RA	08/2006	--	--	--	--	11.813	7	11.820	20.151	10.647	30.798
Rural Custeio	02/2006	RA	11/2005	--	324	1.334	1.658	341	1.859	2.200	486	2.067	2.553
Rural Investimento	13/2005	RA	11/2005	--	5.952	18.667	24.619	8.186	33.029	41.215	12.363	38.964	51.327
Proger Urbano					2.033	3.168.884	3.170.917	148.006	3.223.491	3.371.497	65.767	3.179.291	3.245.058
Urbano Investimento	18/2005	RA	11/2005	--	2.030	3.168.877	3.170.907	147.996	3.223.478	3.371.474	65.737	3.179.269	3.245.006
Urbano Capital de Giro	15/2005	RA	11/2005	--	3	7	10	10	13	23	30	22	52
Outros					94.488	699.051	793.539	187.860	704.788	892.648	88.224	685.788	774.012
Exportação	27/2005	RA	11/2005	--	5.357	8.389	13.746	423	5.123	5.546	1.125	4.700	5.825
FAT Giro Setorial Micro e Pequenas Empresas	08/2006	RA	09/2007	--	--	--	--	474	--	474	1.834	438	2.272
FAT Fomentar Micro e Pequenas Empresas	11/2006	RA	08/2006	--	--	--	--	903	425	1.328	1.069	1.251	2.320
FAT Fomentar Médias e Grandes Empresas	12/2006	RA	07/2006	--	--	--	--	4.641	1.668	6.309	7.624	5.924	13.548
FAT Taxista	02/2009	RA	09/2009	--	22.536	244.547	267.083	72.164	195.143	267.307	25.208	192.428	217.636
FAT Turismo Investimento	01/2012	RA	08/2012	--	10.697	143.930	154.627	99.311	97.737	197.048	32.901	63.933	96.834
FAT Turismo Capital de Giro	02/2012	RA	08/2012	--	55.898	302.185	358.083	9.944	404.692	414.636	18.463	417.114	435.577
Total					210.272	4.256.679	4.466.951	560.779	4.647.911	5.208.690	449.893	4.764.040	5.213.933

(1) TADE: Termo de Alocação de Depósito Especial.

(2) RA – Retorno Automático (mensalmente, 2% sobre o saldo) e SD – Saldo Disponível.

(3) Recursos remunerados pela Taxa Média Selic (TMS).

(4) Recursos remunerados pela Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP).

O Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT é um fundo especial de natureza contábil e financeira, instituído pela Lei n.º 7.998/1990, vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego – MTE e gerido pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador – Codefat. O Codefat é um órgão colegiado, de caráter tripartite e paritário, composto por representantes dos trabalhadores, dos empregadores e do governo.

As principais ações para a promoção do emprego financiadas com recursos do FAT estão estruturadas em torno dos programas de geração de emprego e renda, cujos recursos são alocados por meio dos depósitos especiais, criados pela Lei n.º 8.352/1991, nas instituições financeiras oficiais federais, incorporando, entre outros, o próprio Programa de Geração de Emprego e Renda – Proger, nas modalidades Urbano – Investimento e Capital de Giro – e Rural, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf, além de linhas especiais tais como FAT Integrar – Rural e Urbano, FAT Giro Setorial – Micro e Pequenas Empresas, FAT Giro Setorial – Médias e Grandes Empresas, FAT Giro Setorial Veículos – Micro e Pequenas Empresas, FAT Giro Setorial Veículos – Médias e Grandes Empresas, FAT Fomentar – Micro e Pequenas Empresas, FAT Fomentar – Médias e Grandes Empresas, FAT Giro Agropecuário, FAT Inclusão Digital, FAT Taxista, FAT Turismo Investimento e FAT Turismo Capital de Giro.

Os depósitos especiais do FAT alocados junto ao Banco do Brasil, enquanto disponíveis, são remunerados pela Taxa Média Selic (TMS) *pro rata die*. À medida que são aplicados nos financiamentos passam a ser remunerados pela Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) durante o período de vigência dos financiamentos. As remunerações sobre os recursos alocados no Banco são recolhidas ao FAT mensalmente, conforme estipulado nas Resoluções Codefat n.º 439/2005 e n.º 489/2006.

f) Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda (Funproger)

O Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda (Funproger) é um fundo especial de natureza contábil, criado em 23.11.1999 pela Lei n.º 9.872/1999, alterada pela Lei n.º 10.360/2001 e pela Lei n.º 11.110/2005, regulamentado pela Resolução Codefat n.º 409/2004 e alterações posteriores, gerido pelo Banco do Brasil com a supervisão do Codefat/MTE, cujo saldo em 30.09.2014 é de R\$ 227.439 mil (R\$ 201.236 mil em 31.12.2013 e R\$ 200.976 mil em 30.09.2013).

O objetivo do Funproger é conceder aval a empreendedores que não disponham das garantias necessárias para contratação de financiamentos do Proger Urbano e do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), mediante o pagamento de uma comissão para a concessão de aval. Para formação do patrimônio do Funproger, foram aportados recursos provenientes da diferença entre a aplicação da TMS e a TJLP na remuneração dos saldos disponíveis de depósitos especiais do FAT. Outras fontes de recursos que compõem o Fundo são as receitas decorrentes de sua operacionalização e a remuneração de suas disponibilidades pelo Banco do Brasil, gestor do Fundo.

18 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

a) Obrigações por Empréstimos

	até 90 dias	de 91 a 360 dias	de 1 a 3 anos	de 3 a 5 anos	30.09.2014	31.12.2013	30.09.2013
No país							
Tomados pelas empresas não financeiras	343.481	--	--	--	343.481	295.302	287.691
Demais linhas de crédito	--	1.999	945	--	2.944	3.814	4.866
No Exterior							
Tomados junto a banqueiros no exterior	5.003.571	10.027.699	3.655.785	1.007.646	19.694.701	16.154.776	14.219.781
Vinculados a empréstimos do setor público ⁽¹⁾	156.752	147.312	--	--	304.064	428.631	553.281
Importação	67.189	2.809	87.109	--	157.107	128.561	217.410
Exportação	94.600	64.593	--	--	159.193	304.125	356.396
Total	5.665.593	10.244.412	3.743.839	1.007.646	20.661.490	17.315.209	15.639.425
Passivo circulante					15.910.005	15.480.736	14.415.872
Passivo não circulante					4.751.485	1.834.473	1.223.553

(1) Vencimento em abril de 2015, à taxa de 6,92% a.a.

b) Obrigações por Repasses

Do País – Instituições Oficiais

Programas	Taxas de Atualização	30.09.2014	31.12.2013	30.09.2013
Tesouro Nacional - Crédito Rural				
Pronaf	TMS (se disponível) Pré 0,50% a.a. a 4,00% a.a. (se aplicado)	363.988	332.048	392.756
Cacau	IGP-M +8,00% a.a. ou TJLP + 0,60% a.a. ou Pré 6,35% a.a.	86.118	85.372	84.800
Recoop	Pré 5,75% a.a. a 8,25% a.a. ou IGP-DI + 1,00% a.a. ou IGP-DI + 2,00% a.a.	39.783	54.590	56.484
Outros		66.614	64.723	115.054
BNDES		44.180.734	43.967.974	42.813.668
Banco do Brasil	Pré 0,00% a.a. a 7,30% a.a. ou TJLP + 0,00% a.a. a 5,40% a.a. ou IPCA + 7,09% a.a. a 9,91% a.a. ou Selic + 0,40% a.a. a 4,00% a.a. ou Var. Camb. + 0,50% a.a. a 6,83% a.a.	43.111.334	42.685.432	41.562.514
Banco Votorantim	Pré 0,70% a.a. a 7,00% a.a. ou TJLP + 0,50% a.a. a 4,50% a.a. ou IPCA + 7,02% a.a. a 9,91% a.a. ou Selic + 1,30% a.a. a 2,50% a.a. ou Var. Camb. + 1,30% a.a. a 3,00% a.a.	1.069.400	1.282.542	1.251.154
Caixa Econômica Federal		9.991.504	4.219.810	2.987.974
Finame				
32.064.795		28.477.344	25.538.011	
Banco do Brasil	Pré 0,00% a.a. a 8,50% a.a. ou TJLP + 0,50% a.a. a 5,50% a.a. ou Var. Camb. + 0,90% a.a. a 3,00% a.a.	31.223.924	27.528.447	24.594.366
Banco Votorantim	Pré 0,30% a.a. a 8,30% a.a. ou TJLP +0,50% a.a. a 5,50% a.a.	840.871	948.897	943.645
Outras Instituições Oficiais		1.242.702	9.903.122	10.013.966
Suprimento Especial - Poupança Rural (Nota 9.b)	TR	--	8.696.735	9.014.689
Suprimento Especial - Depósitos (Nota 9.b)		--	332.035	--
Funcafé	TMS (se disponível) Pré 5,50% a.a. ou 6,75% a.a. (se aplicado)	1.242.674	874.324	999.249
Outros		28	28	28
Total		88.036.238	87.104.983	82.002.713
Passivo circulante		31.759.953	32.268.744	30.543.873
Passivo não circulante		56.276.285	54.836.239	51.458.840

Do Exterior

	30.09.2014	31.12.2013	30.09.2013
Recursos livres - Resolução CMN n.º 3.844/2010	--	23.984	--
Fundo Especial de Apoio às pequenas e médias empresas industriais	477	477	477
Total	477	24.461	477
Passivo circulante	95	24.079	95
Passivo não circulante	382	382	382

c) Despesas de Obrigações por Empréstimos e Repasses

	3º Trimestre/2014	3º Trimestre/2013	01.01 a 30.09.2014	01.01 a 30.09.2013
Despesas de Obrigações por Empréstimos	(2.119.215)	(723.638)	(2.245.916)	(2.915.278)
Despesas de Obrigações por Repasses	(2.840.988)	(956.419)	(4.596.846)	(3.165.054)
Do exterior	(1.807.210)	(86.109)	(1.807.210)	(597.903)
BNDES	(704.783)	(663.428)	(2.003.628)	(1.949.286)
Finame	(158.891)	(159.031)	(455.527)	(499.664)
Caixa Econômica Federal	(113.392)	(12.184)	(161.959)	(24.125)
Tesouro Nacional	(19.941)	(19.531)	(59.307)	(52.959)
Outras	(36.771)	(16.136)	(109.215)	(41.117)
Despesas de Obrigações com Banqueiros no Exterior	(1.310.747)	(180.748)	(1.310.747)	(1.156.072)
Despesas de Obrigações por Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	(516.633)	(88.612)	(553.193)	(550.884)
Total	(6.787.583)	(1.949.417)	(8.706.702)	(7.787.288)

19 – RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS

Captações		Valor Emitido	Remuneração a.a.	Data Captação	Vencimento	30.09.2014	31.12.2013	30.09.2013
Banco do Brasil						142.533.525	109.989.732	97.297.833
Programa "Global Medium - Term Notes"						10.690.901	10.113.652	8.816.472
	R\$	350.000	9,75%	07/2007	07/2017	338.951	342.150	335.026
	USD	100.000	Libor 6m+2,55%	07/2009	07/2014	--	237.271	223.986
	USD	950.000	4,50%	01/2010	01/2015	2.347.804	2.268.011	2.135.811
	USD	500.000	6,00%	01/2010	01/2020	1.235.198	1.197.145	1.123.168
	EUR	750.000	4,50%	01/2011	01/2016	2.388.801	2.515.367	2.326.426
	JPY	24.700.000	1,80%	09/2012	09/2015	551.736	553.411	559.536
	EUR	700.000 300.000	3,75%	07/2013 03/2014	07/2018	3.121.149	2.280.146	2.112.519
	CHF	275.000	2,50%	12/2013	06/2019	707.262	720.151	--
"Senior Notes"						5.985.540	5.682.804	5.438.700
	USD	500.000	3,88%	11/2011	01/2017	1.229.852	1.185.458	1.117.325
	USD	1.925.000	3,88%	10/2012	10/2022	4.755.688	4.497.346	4.321.375
Notas Estruturadas	USD	114.798	0,68% a 3,55%		06/2021	153.181	302.680	325.817
Certificados de Depósitos⁽¹⁾						11.360.827	10.325.498	11.740.154
Curto Prazo			1,00% a 4,45%			7.867.411	7.071.906	8.539.716
Longo Prazo			1,71% a 4,45%		06/2017	3.493.416	3.253.592	3.200.438
Certificados de Operações Estruturadas					01/2015	2.244	--	--
Letras de Crédito Imobiliário						7.771.827	3.390.290	2.848.810
Letras de Crédito do Agronegócio						104.093.828	77.887.575	65.867.756
Curto Prazo ⁽²⁾						22.895.703	12.932.745	10.279.455
Longo Prazo ⁽³⁾					12/2019	81.198.125	64.954.830	55.588.301
Letras Financeiras						2.475.177	2.287.233	2.260.124
Curto Prazo ⁽²⁾						--	--	26.911
Longo Prazo			104,00% a 106,50% DI		01/2017	2.475.177	2.287.233	2.233.213
Banco Patagonia⁽⁴⁾						434.812	641.635	541.944
Curto Prazo	ARS					314.305	387.824	379.566
Longo Prazo	ARS				03/2016	120.507	253.811	162.378
Entidades de Propósitos Específicos - EPE no Exterior⁽⁵⁾						318.729	475.461	568.576
Securitização do fluxo futuro de ordens de pagamento do exterior								
	USD	250.000	6,55%	12/2003	12/2013	--	--	24.645
	USD	250.000	Libor 3m+0,55%	03/2008	03/2014	--	58.571	111.507
	USD	150.000	5,25%	04/2008	06/2018	221.051	253.526	254.708
	USD	200.000	Libor 3m+1,20%	09/2008	09/2015	97.678	163.364	177.716
Banco Votorantim						11.849.972	12.018.845	11.878.477
Programa "Global Medium - Term Notes"						3.034.745	3.381.188	3.550.149
Curto Prazo ⁽²⁾						378.062	750.245	1.032.150
Longo Prazo ⁽⁶⁾					09/2015	2.656.683	2.630.943	2.517.999
Credit Linked Notes						15.756	54.965	41.036
Curto Prazo ⁽²⁾						--	24.980	511
Longo Prazo ⁽⁶⁾					12/2016	15.756	29.985	40.525

	Valor Emitido	Remuneração a.a.	Data Captação	Vencimento	30.09.2014	31.12.2013	30.09.2013
Debêntures					777.170	752.209	768.060
Pós-fixado	R\$	100,00% a 111,00% DI	06/2006	07/2027	777.170	752.209	768.060
Certificados de Operações Estruturadas	R\$	11,25%	06/2014	06/2015	15.706	--	--
Letras de Crédito Imobiliário	R\$	85,00% a 100,00% DI	07/2013	07/2016	221.681	93.918	95.635
Letras de Crédito do Agronegócio					1.425.907	1.266.062	1.296.823
Pós-fixado	R\$	85,00% a 98,50% DI	12/2007	03/2020	1.424.791	1.265.250	1.296.410
Pós-fixado	R\$	3,65% + IPCA	07/2014	07/2015	94	--	--
Pré-fixado	R\$	10,20% a 11,81%	01/2014	02/2016	1.022	812	413
Letras Financeiras					6.359.007	6.470.503	6.126.774
Pré-fixado	R\$	8,27% a 14,06%	07/2011	02/2024	387.174	343.092	230.966
Pós-fixado	R\$	100,00% a 118,00% DI	06/2011	05/2021	5.758.122	5.843.861	5.612.231
Pós-fixado	R\$	3,11% a 7,42% + IPCA	10/2011	12/2020	188.706	207.080	180.290
Pós-fixado	R\$	109,30% Selic	04/2012	04/2015	18.783	75.337	102.724
Pós-fixado	R\$	3,67% a 5,90% + IGPM	06/2013	06/2016	6.222	1.133	563
Empresas não Financeiras					8.999	20.202	28.444
Cibrasec							
Certificados de Recebíveis Imobiliários ⁽⁷⁾	R\$	10,30%			1.752	2.451	2.779
Kepler Weber S.A.							
Debêntures	R\$	TJLP + 3,80%	09/2007	10/2020	7.247	10.180	10.534
Ativos S.A. Securitizadora de Créditos Financeiros							
Debêntures	R\$	CDI + 1,50%	03/2010	03/2014	--	7.571	15.131
Valor Eliminado na Consolidação ⁽⁸⁾					(74.826)	(92.783)	(85.475)
Total					155.071.211	123.053.092	110.229.799
Passivo circulante					44.919.788	25.167.346	25.041.695
Passivo não circulante					110.151.423	97.885.746	85.188.104

(1) Títulos emitidos no exterior em USD, EUR, GBP, RMB, AUD, CHF e SGD.

(2) Títulos emitidos em moeda estrangeira e nacional com prazo até 360 dias.

(3) Operações com vencimento compreendido entre 361 e 1.891 dias.

(4) Títulos emitidos com taxas de 21,00% a.a. a 28,00% a.a. e *Badlar*+297 ptos. a *Badlar*+450 ptos.

(5) A Entidade de Propósito Específico (EPE) "*Dollar Diversified Payment Rights Finance Company*" foi constituída sob as leis das Ilhas Cayman com os seguintes propósitos: (a) emissão e venda de valores mobiliários no mercado internacional; (b) uso dos recursos obtidos com a emissão de valores mobiliários para pagamento da compra, junto ao Banco, dos direitos sobre ordens de pagamento emitidas por banqueiros correspondentes localizados nos EUA e pela própria agência do BB Nova Iorque, em dólares norte-americanos, para qualquer agência do Banco no país ("Direitos sobre Remessa") e (c) realização de pagamentos de principal e juros dos valores mobiliários e demais pagamentos previstos nos contratos de emissão desses títulos. A EPE declara não ter nenhum ativo ou passivo relevante que não os direitos e deveres provenientes dos contratos de emissão dos valores mobiliários. O Banco não é acionista, não detém a propriedade e tampouco participa dos resultados da EPE. As obrigações decorrentes dos valores mobiliários emitidos são pagas pela EPE com os recursos acumulados em sua conta.

(6) Operações com vencimento superior a 360 dias, sendo os certificados emitidos em moeda estrangeira e nacional.

(7) Taxa Referencial - TR, Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M e IPCA e prazo médio de vencimento de 134 meses.

(8) Refere-se a títulos emitidos pelo Conglomerado BB, em poder de dependências/controladas no exterior.

20 – OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Fiscais e Previdenciárias

	30.09.2014	31.12.2013	30.09.2013
Obrigações legais (Nota 28.d)	12.936.755	12.602.564	14.045.653
Passivo fiscal diferido (Nota 25.d)	3.625.032	6.241.771	3.194.392
Provisão para impostos e contribuições sobre lucros	3.005.859	701.527	7.617.420
Provisão para demandas fiscais (Nota 28.a)	1.906.641	2.016.385	2.386.456
Impostos e contribuições a recolher	1.498.862	1.605.069	1.369.173
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	976.549	5.429.259	686.053
Outras	289.428	280.370	309.171
Total	24.239.126	28.876.945	29.608.318
Passivo circulante	20.156.033	22.222.882	24.871.849
Passivo não circulante	4.083.093	6.654.063	4.736.469

b) Fundos Financeiros e de Desenvolvimento

	30.09.2014	31.12.2013	30.09.2013
Marinha Mercante	5.054.315	4.351.838	3.164.031
Pasep ⁽¹⁾	2.275.104	2.063.491	1.980.342
Fundo de Desenvolvimento do Nordeste - FDNE	1.148.340	387.000	--
Fundos do Governo do Estado de São Paulo	686.761	729.816	749.168
Fundo de Desenvolvimento do Centro Oeste - FDCO	223.603	--	--
Consolidação da Agricultura Familiar – CAF	26.304	25.241	29.285
Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária – Procera	17.135	21.995	23.283
Combate à Pobreza Rural – Nossa Primeira Terra – CPR/NPT	6.380	14.883	10.037
Terras e Reforma Agrária – BB Banco da Terra	13.859	12.939	4.211
Outros	116.932	54.219	39.632
Total	9.568.733	7.661.422	5.999.989
Passivo circulante	5.889.793	5.219.026	4.025.886
Passivo não circulante	3.678.940	2.442.396	1.974.103

(1) O Banco é administrador do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep), garantindo rentabilidade mínima equivalente à Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP.

c) Dívidas Subordinadas

Captações		Valor emitido	Remuneração a.a.	Data captação	Vencimento	30.09.2014	31.12.2013	30.09.2013
Banco do Brasil								
Recursos FCO – Fundo Constitucional do Centro-Oeste						19.990.824	18.529.802	18.041.929
Recursos aplicados ⁽¹⁾						18.940.470	17.925.347	17.283.993
Recursos disponíveis ⁽²⁾						1.039.016	591.651	720.284
Encargos a capitalizar						11.338	12.804	37.652
CDBs Subordinados Emitidos no País						3.988.233	5.137.043	5.007.694
		900.000	113,80% do CDI	03/2009	09/2014	--	1.468.869	1.431.221
		1.335.000	115,00% do CDI	03/2009	03/2015	2.385.226	2.187.159	2.130.518
		1.000.000	105,00% do CDI	11/2009	11/2015	1.603.007	1.481.015	1.445.955
Dívidas Subordinadas no Exterior						7.149.434	7.644.863	7.170.493
	USD	300.000	8,50%	09/2004	09/2014	--	710.925	671.189
	USD	660.000	5,38%	10/2010	01/2021	1.627.732	1.584.030	1.480.228
	USD	1.500.000	5,88%	05/2011	01/2022	3.677.903	3.563.218	3.342.730
	USD	750.000	5,88%	06/2012	01/2023	1.843.799	1.786.690	1.676.346
Letras Financeiras Subordinadas						21.451.690	16.057.992	15.653.292
		1.000.000	108,50% do CDI	03/2010	03/2016	1.571.471	1.448.056	1.412.647
		1.006.500	111,00% do CDI	03/2011	03/2017	1.434.834	1.319.658	1.286.656
		335.100	111,00% do CDI	04/2011	04/2017	475.397	437.238	426.303
		13.500	111,00% do CDI	05/2011	05/2017	18.954	17.433	16.997
		700.000	111,00% do CDI	09/2011	10/2017	934.164	859.178	837.692
		512.500	111,50% do CDI	05/2012	05/2018	637.687	586.275	571.548
		215.000	112,00% do CDI	05/2012	05/2019	267.679	246.006	239.799
		115.000	112,50% do CDI	05/2012	06/2020	143.262	131.614	128.279
		35.500	IPCA+5,45%	05/2012	06/2020	45.881	41.892	40.863
		49.800	111,50% do CDI	06/2012	01/2018	61.478	56.523	55.103
		690.900	CDI+1,06%	06/2012	01/2018	854.628	786.372	766.601
		300	IPCA+5,32%	06/2012	01/2018	385	353	343
		873.600	IPCA+5,40%	06/2012	02/2018	1.121.622	1.027.447	999.321
		52.500	111,50% do CDI	06/2012	04/2018	65.039	59.799	58.297
		308.400	CDI+1,10%	06/2012	04/2018	383.334	352.613	343.713
		184.800	CDI+1,11%	06/2012	05/2018	229.830	211.397	206.056
		12.000	111,50% do CDI	06/2012	06/2018	14.898	13.697	13.353
		7.200	IPCA+5,30%	06/2012	06/2018	9.260	8.464	8.259
		100.000	IPCA+5,40%	06/2012	06/2018	128.907	117.746	114.866
		20.000	IPCA+5,50%	06/2012	06/2018	25.810	23.558	22.976
		500.000	IPCA+5,53%	06/2012	06/2018	644.771	590.094	573.760
		315.300	IPCA+5,56%	06/2012	06/2018	407.483	371.773	362.539
		100.000	111,50% do CDI	07/2012	02/2018	123.320	113.379	110.531
		10.200	111,50% do CDI	07/2012	04/2018	12.574	11.561	11.270
		27.000	IPCA+5,24%	07/2012	04/2018	34.422	31.476	30.718
		40.800	111,50% do CDI	07/2012	06/2018	50.330	46.275	45.113
		17.400	IPCA+5,33%	07/2012	06/2018	22.232	20.317	19.823
		22.200	111,50% do CDI	07/2012	07/2018	27.377	25.170	24.538
		1.000.000	Pré 10,51%	09/2012	07/2018	1.220.409	1.133.034	1.105.022
		5.233.500	111,00% do CDI	01/2013	01/2019	5.562.800	5.681.470	5.539.387
		266.400	111,00% do CDI	02/2013	02/2019 ⁽³⁾	--	288.124	280.919
		1.000.000	114,00% do CDI	03/2014	03/2021	1.061.652	--	--
		265.091	115,00% do CDI	04/2014	04/2021	279.233	--	--
		71.674	113,00% do CDI	05/2014	05/2021	75.226	--	--
		400.000	IPCA+8,08%	05/2014	05/2022	416.648	--	--
		52.000	112,00% do CDI	05/2014	05/2020	54.286	--	--
		3.037	114,00% do CDI	05/2014	04/2020	3.187	--	--
		78.386	114,00% do CDI	05/2014	05/2020	81.949	--	--
		64.000	114,00% do CDI	05/2014	05/2021	66.692	--	--
		703.341	115,00% do CDI	05/2014	05/2021	735.361	--	--
		30.100	112,00% do CDI	06/2014	06/2020	31.248	--	--
		50.000	114,00% do CDI	06/2014	06/2021	51.795	--	--
		119.700	115,00% do CDI	06/2014	06/2021	124.551	--	--

Captações		Valor emitido	Remuneração a.a.	Data captação	Vencimento	30.09.2014	31.12.2013	30.09.2013
		12.000	113,00% do CDI	08/2014	08/2021	12.224	--	--
		15.600	112,00% do CDI	08/2014	08/2020	15.858	--	--
		261.500	114,00% do CDI	08/2014	08/2020	265.664	--	--
		14.700	115,00% do CDI	08/2014	08/2021	14.925	--	--
		30.000	113,00% do CDI	09/2014	09/2021	30.157	--	--
		100.000	114,00% do CDI	09/2014	09/2020	100.092	--	--
		1.500.000	115,00% do CDI	09/2014	09/2021	1.500.704	--	--
Total das Dívidas Subordinadas do Banco do Brasil						52.580.181	47.369.700	45.873.408
Banco Votorantim								
CDBs Subordinados Emitidos no País						648.587	1.071.487	1.042.410
		260.000	CDI+1,67%	08/2009	08/2014	--	415.180	404.101
		7.500	IPCA+7,86%	08/2009	08/2014	--	13.376	12.912
		5.250	IPCA+7,92%	08/2009	08/2014	--	9.390	9.062
		2.500	IPCA+7,95%	08/2009	08/2014	--	4.475	4.319
		19.500	IPCA+8,00%	08/2009	08/2014	--	34.991	33.764
		250.000	CDI+1,64%	12/2009	12/2014	420.958	385.618	375.360
		135.000	CDI+1,67%	12/2009	12/2014	227.629	208.457	202.892
Nota Subordinada	USD	575.000	Pré 7,38%	01/2010	01/2020	1.520.311	1.481.180	1.385.075
Letras Financeiras Subordinadas						1.354.425	1.126.440	1.107.918
		94.950	CDI+1,30%	11/2010	11/2016	98.814	95.793	97.995
		30.000	CDI+1,60%	12/2010	12/2016	30.960	30.026	30.773
		324.900	CDI+1,94%	05/2011	05/2017	340.198	329.258	336.999
		35.550	IGPM+7,55%	05/2011	05/2017	49.798	46.246	46.388
		1.400	IPCA+7,76%	05/2011	05/2017	2.172	1.959	1.891
		4.650	IPCA+7,85%	05/2011	05/2017	7.237	6.524	6.297
		7.500	IPCA+7,95%	05/2011	05/2017	11.676	10.515	10.154
		45.000	IPCA+7,95%	07/2011	07/2016	68.862	62.032	59.876
		15.000	IGPM+7,70%	07/2011	07/2017	20.662	19.181	19.294
		6.922	IPCA+8,02%	07/2011	07/2019	10.571	9.509	9.187
		25.000	IPCA+7,90%	08/2011	08/2016	38.010	34.400	33.154
		1.250	115,00% do CDI	08/2011	08/2017	1.723	1.580	1.539
		10.050	IGPM+7,70%	08/2011	08/2017	13.847	12.864	12.948
		20.000	IPCA+7,76%	08/2011	08/2017	30.205	27.249	26.309
		11.000	IPCA+7,85%	08/2011	08/2017	16.652	15.056	14.525
		25.000	IPCA+7,93%	08/2011	08/2017	37.965	34.315	33.092
		33.000	117,00% do CDI	09/2011	09/2017	33.000	33.893	33.000
		15.000	IGPM+6,74%	09/2011	09/2017	19.813	18.523	18.699
		250.000	119,00% do CDI	10/2011	10/2017	291.884	255.850	260.839
		18.000	IGPM+6,71%	10/2011	10/2017	23.594	22.076	22.300
		1.128	IPCA+7,00%	11/2012	11/2016 ⁽³⁾	--	--	1.257
		16.920	IPCA+7,10%	11/2012	11/2016 ⁽³⁾	--	--	18.855
		5.640	IPCA+7,20%	11/2012	11/2016 ⁽³⁾	--	--	6.269
		5.640	IPCA+7,25%	11/2012	11/2020 ⁽³⁾	--	--	6.278
		1.194	IPCA+7,00%	11/2013	11/2016	1.339	1.214	--
		17.908	IPCA+7,10%	11/2013	11/2016	20.092	18.208	--
		5.976	IPCA+7,20%	11/2013	11/2016	6.682	6.046	--
		5.969	IPCA+7,25%	11/2013	11/2020	6.689	6.052	--
		27.500	IPCA+8,10%	11/2013	11/2023	31.233	28.071	--
		22.050	118,00% do CDI	03/2014	03/2020	23.529	--	--
		10.000	118,00% do CDI	03/2014	03/2021	10.663	--	--
		25.000	CDI+2,20%	03/2014	03/2021	26.781	--	--
		400	116,00% do CDI	04/2014	04/2020	424	--	--
		5.100	118,00% do CDI	04/2014	04/2021	5.385	--	--
		1.500	IPCA+8,17%	04/2014	04/2020	1.601	--	--
		3.000	118,00% do CDI	05/2014	05/2020	3.148	--	--
		2.400	118,00% do CDI	05/2014	05/2021	2.514	--	--
		14.400	119,00% do CDI	05/2014	05/2021	15.013	--	--
		3.496	IPCA+8,17%	05/2014	05/2020	3.676	--	--

Captações	Valor emitido	Remuneração a.a.	Data captação	Vencimento	30.09.2014	31.12.2013	30.09.2013
	4.800	IPCA+8,29%	05/2014	05/2021	4.990	--	--
	1.500	IPCA+8,80%	05/2014	05/2024	1.575	--	--
	2.500	IPCA+8,30%	05/2014	05/2024	2.610	--	--
	5.500	118,00% do CDI	06/2014	06/2020	5.729	--	--
	750	119,00% do CDI	06/2014	05/2021	781	--	--
	1.500	117,00% do CDI	06/2014	06/2020	1.561	--	--
	150	118,00% do CDI	06/2014	06/2021	155	--	--
	200	IPCA+8,14%	06/2014	06/2021	207	--	--
	5.500	IPCA+8,30%	06/2014	06/2024	5.712	--	--
	3.750	CDI+8,14%	06/2014	06/2021	3.906	--	--
	780	117,00% do CDI	07/2014	07/2020	796	--	--
	450	118,00% do CDI	07/2014	07/2021	461	--	--
	252	117,00% do CDI	09/2014	08/2020	254	--	--
	258	117,00% do CDI	09/2014	09/2020	259	--	--
	18.300	118,00% do CDI	09/2014	09/2021	18.466	--	--
	250	IPCA+7,32%	09/2014	08/2020	251	--	--
	150	IPCA+7,48%	09/2014	09/2020	150	--	--
	150	IPCA+7,61%	09/2014	08/2020	150	--	--
Total das Dívidas Subordinadas do Banco Votorantim					3.523.323	3.679.107	3.535.403
Valores eliminados na consolidação					(13.067)	(491)	(15.652)
Total das Dívidas Subordinadas (4)/(5)					56.090.437	51.048.316	49.393.159

- (1) Remunerados pelos encargos pactuados com os mutuários, deduzido o del credere da instituição financeira, conforme artigo 9º da Lei n.º 7.827/1989.
- (2) Remunerados com base na taxa extramercado divulgada pelo Banco Central do Brasil (Bacen), conforme artigo 9º da Lei n.º 7.827/1989.
- (3) Operações liquidadas antecipadamente
- (4) O montante de R\$ 34.936.894 mil (R\$ 32.747.645 mil em 31.12.2013 e R\$ 38.324.519 mil em 30.09.2013) compõe o nível II do Patrimônio de Referência (PR). Conforme determinação do Bacen, as dívidas subordinadas emitidas pelo Banco Votorantim não compõem o PR do Banco do Brasil (Nota 29.f).
- (5) Inclui o montante de R\$ 5.003.513 mil, referente a dívidas subordinadas registradas no grupamento Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital.

d) Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida

Captações	Valor emitido	Remuneração a.a.	Data captação	30.09.2014	31.12.2013	30.09.2013
Bônus Perpétuos						
	USD 1.500.000	8,50%	10/2009	3.803.525	3.558.392	3.459.505
	USD 1.750.000	9,25%	01 e 03/2012	4.564.603	4.277.041	4.167.530
	USD 2.000.000	6,25%	01/2013	5.017.529	4.720.277	4.621.933
	R\$ 8.100.000 ⁽¹⁾	5,50%	09/2012	89.878	8.324.729	8.213.181
	USD 2.500.000	9,00%	06/2014	6.252.805	--	--
Total Banco do Brasil				19.728.340	20.880.439	20.462.149
Valor Eliminado na Consolidação				(35.546)	(6.116)	(7.302)
Total Consolidado				19.692.794	20.874.323	20.454.847
Passivo circulante				735.939	320.248	603.353
Passivo não circulante				18.956.855	20.554.075	19.851.494

- (1) Os bônus emitidos em setembro de 2012, no valor de R\$ 8.100.000 mil, oriundos de Contrato de Mútuo com a União, até 27.08.2014, eram autorizados pelo Bacen a integrar o patrimônio de referência no Nível I (Capital Complementar) e estavam sujeitos ao limitador previsto no artigo 28 da Resolução CMN n.º 4.192/2013, portanto eram reconhecidos nesse grupamento. Em 28.08.2014, nos termos da Lei n.º 12.793/2013, foi celebrado um termo aditivo ao referido contrato com o objetivo de tornar esse instrumento elegível ao capital principal. Em 22.09.2014, o Bacen considerou o referido instrumento como elegível ao capital principal, na forma da Resolução CMN n.º 4.192/2013. Dessa forma, para fins de divulgação das demonstrações financeiras, o instrumento mencionado foi reclassificado para o patrimônio líquido (Nota 24.c), permanecendo nesse grupamento o saldo de juros apropriados até 30.09.2014.

Do total dos bônus perpétuos, o montante de R\$ 17.255.944 mil compõe o Patrimônio de Referência - PR (R\$ 18.445.734 mil em 31.12.2013 e R\$ 19.414.205 mil em 30.09.2013), sendo o montante de R\$ 14.886.180 mil, registrado no grupamento Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital (Nota 29.f).

Os bônus emitidos em outubro de 2009, no valor de USD 1.500.000 mil, têm opção de resgate por iniciativa do Banco a partir de 2020 ou em cada pagamento semestral de juros subsequente, desde que autorizado previamente pelo Banco Central do Brasil (Bacen). Caso o Banco não exerça a opção de resgate em outubro de 2020, os juros

incidentes sobre os títulos serão corrigidos nessa data para 7,782% mais o preço de negociação dos Títulos do Tesouro Norte-Americano de 10 anos. A partir dessa data, a cada 10 anos, os juros incidentes sobre os títulos serão corrigidos levando-se em consideração o preço de negociação dos Títulos do Tesouro Norte-Americano de 10 anos.

Os bônus emitidos em janeiro e março (reabertura) de 2012, nos valores de USD 1.000.000 mil e USD 750.000 mil, respectivamente, e os bônus emitidos em janeiro de 2013, no valor de USD 2.000.000 mil, tiveram, em 27 de setembro de 2013 seus termos e condições alterados com a finalidade de ajustá-los às regras da Resolução CMN n.º 4.192/2013 do Bacen, que regulamenta a implementação de Basileia III no Brasil. As alterações entraram em vigor em 1º de outubro de 2013, quando os instrumentos foram submetidos ao Bacen para a obtenção de autorização para integrarem o Capital Complementar (Nível I) do Banco. A autorização foi concedida em 30 de outubro de 2013.

Os bônus emitidos em junho de 2014, no valor de USD 2.500.000 mil, têm opção de resgate por iniciativa do Banco a partir de 18 de junho de 2024 ou em cada pagamento semestral de juros subsequente, desde que autorizado previamente pelo Banco Central do Brasil. Caso o Banco não exerça a opção de resgate em junho de 2024, os juros incidentes sobre os títulos serão corrigidos nessa data para 6,362% mais o preço de negociação dos Títulos do Tesouro Norte-Americano de 10 anos.

Caso o Banco não exerça a opção de resgate em abril de 2023 para os bônus emitidos em 2012, em abril de 2024 para os bônus emitidos em 2013, e em junho de 2024 para os bônus emitidos em 2014, a taxa de juros dos títulos será redefinida naquela data e a cada 10 anos de acordo com os Títulos do Tesouro Norte-Americano de 10 anos vigente na época mais o *spread* inicial de crédito. Os títulos apresentam as seguintes opções de resgate, sujeitas a autorização prévia do Bacen:

- o Banco poderá, a seu critério, resgatar os títulos no todo, mas não em parte, em abril de 2023 para os bônus emitidos em 2012, em abril de 2024 para os bônus emitidos em 2013, e em junho de 2024 para os bônus emitidos em 2014 ou em cada pagamento semestral de juros subsequente, pelo preço base de resgate;
- o Banco poderá, a seu critério, resgatar os títulos no todo, mas não em parte, após cinco anos da data de emissão desde que anterior a abril de 2023 para os bônus emitidos em 2012, a abril de 2024 para os bônus emitidos em 2013 e a junho de 2024 para os bônus emitidos em 2014, em função de evento tributário, pelo preço base de resgate;
- o Banco poderá, a seu critério, resgatar os títulos no todo, mas não em parte, após cinco anos da data de emissão e desde que anterior a abril de 2023 para os bônus emitidos em 2012 e em abril de 2024 para os bônus emitidos em 2013, em função de evento regulatório, pelo maior valor entre o preço base de resgate e o Make-whole amount.
- o Banco poderá, a seu critério, resgatar os títulos no todo, mas não em parte, após cinco anos da data de emissão desde que anterior a junho de 2024 para os bônus emitidos em 2014, em função de evento regulatório, pelo preço base de resgate.

Os bônus emitidos em outubro de 2009 determinam que o Banco suspenda os pagamentos semestrais de juros e/ou acessórios sobre os referidos títulos emitidos (que não serão devidos, nem acumulados) caso:

- o Banco não esteja enquadrado ou o pagamento desses encargos não permita que esteja em conformidade com os níveis de adequação de capital, limites operacionais ou seus indicadores financeiros estejam abaixo do nível mínimo exigido pela regulamentação aplicável a bancos brasileiros;
- o Bacen ou as autoridades regulatórias determinem a suspensão dos pagamentos dos referidos encargos;
- algum evento de insolvência ou falência ocorra;
- alguma inadimplência ocorra; ou
- o Banco não tenha distribuído o pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio aos portadores de ações ordinárias referentes ao período de cálculo de tais juros e/ou acessórios.

Os bônus emitidos em janeiro e março de 2012, em janeiro de 2013 e em junho de 2014 determinam que o Banco suspenda os pagamentos semestrais de juros e/ou acessórios sobre os referidos títulos emitidos (que não serão devidos, nem acumulados) caso:

- os lucros distribuíveis no período não sejam suficientes para a realização do referido pagamento (condição discricionária para o Banco);
- o Banco não esteja enquadrado ou o pagamento desses encargos não permita que esteja em conformidade com os níveis de adequação de capital, limites operacionais ou seus indicadores financeiros estejam abaixo do nível mínimo exigido pela regulamentação aplicável a bancos brasileiros;

- o Bacen ou as autoridades regulatórias determinem a suspensão dos pagamentos dos referidos encargos;
- algum evento de insolvência ou falência ocorra;
- alguma inadimplência ocorra.

De acordo com as regras de Basileia III, os bônus emitidos em janeiro e março de 2012, em janeiro de 2013 e em junho de 2014, contam com mecanismos de “absorção de perdas” (*loss absorption*). Além disso, caso o item (i) ocorra, o pagamento de dividendos pelo Banco aos seus acionistas ficará limitado ao mínimo obrigatório determinado pela legislação aplicável até que os pagamentos semestrais de juros e/ou acessórios sobre os referidos títulos tenham sido retomados integralmente. Por fim esses bônus serão extintos de forma permanente e em valor mínimo correspondente ao saldo computado no capital de Nível I do Banco caso:

- o capital principal do Banco for inferior a 5,125% do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA);
- seja tomada a decisão de fazer uma injeção de capital do setor público ou suporte equivalente ao Banco, a fim de manter o Banco em situação de viabilidade;
- o Bacen, em avaliação discricionária regulamentada pelo CMN, determinar por escrito a extinção dos bônus para viabilizar a continuidade do Banco.

e) Diversas

	30.09.2014	31.12.2013	30.09.2013
Operações com cartão de crédito/débito	16.652.142	17.409.035	14.760.674
Provisões para pagamentos a efetuar	8.333.346	6.744.857	6.938.215
Passivos atuariais (Nota 27.e)	7.820.747	8.134.976	9.400.415
Credores diversos no país	6.492.155	6.177.422	4.798.007
Provisões para demandas cíveis (Nota 28.a)	5.485.313	4.811.852	5.394.578
Provisões para demandas trabalhistas (Nota 28.a)	2.940.648	3.425.747	3.446.159
Obrigações por prestação de serviços de pagamento	1.405.065	692.256	1.049.391
Recursos vinculados a operações de crédito	1.160.701	1.060.628	1.275.539
Credores diversos no exterior	960.127	870.196	694.821
Credores por Recursos a Liberar	926.796	1.323.398	979.805
Obrigações por convênios oficiais	871.352	711.949	1.744.159
Obrigações por Cotas de Fundos de Investimento	854.292	1.006.711	1.440.387
Obrigações por prêmios concedidos a clientes por fidelidade	844.695	534.975	489.090
Obrigações por operações vinculadas a cessão	335.758	264.918	145.246
Obrigações por aquisição de bens e direitos	283.163	530.579	325.402
Provisões para perdas com o Fundo de Compensação de Variação Salarial – FCVS	242.374	230.556	226.838
Provisões para garantias prestadas	188.885	145.678	152.405
Coobrigações em Cessões de Crédito	1.180	1.411	1.168
Outras	120.359	127.453	109.057
Total	55.919.098	54.204.597	53.371.356
Passivo circulante	45.405.193	44.478.562	41.279.082
Passivo não circulante	10.513.905	9.726.035	12.092.274

21 – OPERAÇÕES DE SEGUROS, PREVIDÊNCIA E CAPITALIZAÇÃO

a) Créditos das Operações

	30.09.2014	31.12.2013	30.09.2013
Prêmios diretos de seguros a receber	3.079.846	2.232.640	2.029.621
Crédito de operações de seguros com resseguradoras	1.229.855	1.120.978	1.020.202
Crédito de operações de seguros com seguradoras	388.414	392.069	559.261
Crédito de operações com capitalização	13.729	11.252	24.499
Crédito de operações de previdência complementar	770	16	706
Total	4.712.614	3.756.955	3.634.289
Ativo circulante	4.008.030	3.739.624	3.616.959
Ativo não circulante	704.584	17.331	17.330

b) Provisões Técnicas

	30.09.2014	31.12.2013	30.09.2013
Seguros	9.830.781	8.722.993	8.214.234
Provisão de prêmios não ganhos	5.458.866	4.788.037	4.421.465
Provisão de sinistros a liquidar	3.279.759	2.856.839	2.762.178
Provisão para sinistros ocorridos mas não avisados	768.126	644.026	681.026
Provisão complementar de cobertura	260.895	226.438	216.985
Outras provisões	63.135	207.653	132.580
Previdência	77.620.071	62.689.440	58.253.760
Provisão matemática de benefícios a conceder	74.997.089	60.270.487	55.891.552
Provisão matemática de benefícios concedidos	1.169.577	1.032.773	975.879
Provisão de excedente financeiro	456.299	442.926	437.574
Provisão para sinistros ocorridos mas não avisados	14.501	14.621	15.321
Outras provisões	982.605	928.633	933.434
Capitalização	7.314.767	6.316.911	5.634.482
Provisão matemática para capitalização	6.958.480	6.005.339	5.355.350
Provisão para sorteios e resgates	351.461	256.566	224.958
Outras provisões	4.826	55.006	54.174
Total	94.765.619	77.729.344	72.102.476
Passivo circulante	23.005.544	19.733.882	18.178.537
Passivo não circulante	71.760.075	57.995.462	53.923.939

c) Provisões Técnicas por Produto

	30.09.2014	31.12.2013	30.09.2013
Seguros	9.830.781	8.722.993	8.214.234
Vida	4.069.908	3.685.813	3.118.584
Ramos elementares	3.239.607	2.744.006	2.701.538
Auto	2.076.806	1.859.889	1.896.850
Dpvat	444.460	433.285	497.262
Previdência	77.620.071	62.689.440	58.253.760
Vida gerador de benefícios livres – VGBL	54.636.775	41.363.459	37.666.875
Plano gerador de benefícios livres – PGBL	16.781.443	15.252.001	14.647.469
Planos tradicionais	6.201.853	6.073.980	5.939.416
Capitalização	7.314.767	6.316.911	5.634.482
Total	94.765.619	77.729.344	72.102.476

d) Garantia das Provisões Técnicas

	30.09.2014				31.12.2013				30.09.2013			
	Seguros	Previdência	Capitalização	Total	Seguros	Previdência	Capitalização	Total	Seguros	Previdência	Capitalização	Total
Cotas de fundos de investimento (VGBL e PGBL)	--	70.788.565	--	70.788.565	--	56.201.307	--	56.201.307	--	51.651.441	--	51.651.441
Cotas de fundos de investimento (exceto VGBL e PGBL)	4.730.146	4.860.566	3.405.212	12.995.924	4.291.376	4.678.669	2.786.984	11.757.029	4.730.937	4.812.111	2.387.134	11.930.182
Títulos públicos	2.064.432	2.391.738	2.584.354	7.040.524	1.867.399	2.338.568	2.804.407	7.010.374	1.789.671	2.263.034	2.431.331	6.484.036
Títulos privados	1.903.516	196.773	1.571.693	3.671.982	1.319.635	194.925	863.378	2.377.938	853.884	174.567	908.698	1.937.149
Direitos creditórios	2.089.448	--	--	2.089.448	1.761.615	--	60.350	1.821.965	1.566.642	--	62.104	1.628.746
Imóveis	15.814	--	--	15.814	14.916	--	--	14.916	13.571	--	--	13.571
Depósitos retidos no IRB e depósitos judiciais	312	--	--	312	8.619	--	--	8.619	6.869	--	--	6.869
Total	10.803.668	78.237.642	7.561.259	96.602.569	9.263.560	63.413.469	6.515.119	79.192.148	8.961.574	58.901.153	5.789.267	73.651.994

e) Resultado Financeiro e Operacional

	3º Trimestre/2014				3º Trimestre/2013				01.01 a 30.09.2014				01.01 a 30.09.2013			
	Seguros	Previdência	Capitalização	Total	Seguros	Previdência	Capitalização	Total	Seguros	Previdência	Capitalização	Total	Seguros	Previdência	Capitalização	Total
Resultado financeiro	111.061	462.626	183.587	757.274	77.807	434.374	109.258	621.439	382.220	1.575.012	530.141	2.487.373	213.872	610.471	253.453	1.077.796
Receitas financeiras	292.385	1.904.721	193.843	2.390.949	148.713	1.323.184	111.355	1.583.252	799.210	5.529.816	547.097	6.876.123	345.840	2.005.488	277.049	2.628.377
Despesas financeiras	(181.324)	(1.442.095)	(10.256)	(1.633.675)	(70.906)	(888.810)	(2.097)	(961.813)	(416.990)	(3.954.804)	(16.956)	(4.388.750)	(131.968)	(1.395.017)	(23.596)	(1.550.581)
Atualização e juros de provisões técnicas	(13.764)	(379.477)	(116.435)	(509.676)	(5.297)	(373.924)	(78.913)	(458.134)	(31.094)	(1.328.138)	(319.535)	(1.678.767)	(21.153)	(436.591)	(209.637)	(667.381)
Resultado das operações	967.724	41.741	75.251	1.084.716	751.968	24.950	48.195	825.113	2.808.971	166.571	212.420	3.187.962	2.089.370	74.335	188.081	2.351.786
Prêmios retidos e contribuições (Nota 21.f)	2.654.123	5.400.539	928.791	8.983.453	1.908.134	2.806.200	921.509	5.635.843	7.175.535	16.282.428	3.101.086	26.559.049	5.681.836	11.824.825	2.954.061	20.460.722
Varição das provisões técnicas	(133.001)	(5.304.900)	(774.740)	(6.212.641)	(183.298)	(2.754.414)	(788.571)	(3.726.283)	(527.578)	(16.006.257)	(2.600.876)	(19.134.711)	(780.364)	(11.681.567)	(2.499.749)	(14.961.680)
Sinistros retidos	(1.300.935)	(20.492)	--	(1.321.427)	(740.747)	(5.545)	--	(746.292)	(3.129.154)	(25.339)	--	(3.154.493)	(2.159.699)	(6.889)	--	(2.166.588)
Despesas de comercialização	(252.463)	(27.201)	(54.510)	(334.174)	(232.121)	(14.150)	(46.230)	(292.501)	(709.832)	(69.880)	(185.431)	(965.143)	(652.403)	(38.356)	(152.377)	(843.136)
Despesas com sorteios e resgates de títulos de capitalização	--	--	(24.290)	(24.290)	--	--	(38.513)	(38.513)	--	--	(102.359)	(102.359)	--	--	(113.854)	(113.854)
Despesas com benefícios e resgates de planos de previdência	--	(6.205)	--	(6.205)	--	(7.141)	--	(7.141)	--	(14.381)	--	(14.381)	--	(23.678)	--	(23.678)
Total	1.065.021	124.890	142.403	1.332.314	824.478	85.400	78.540	988.418	3.160.097	413.445	423.026	3.996.568	2.282.089	248.215	231.897	2.762.201

f) Prêmios Retidos de Seguros, Contribuições de Planos de Previdência e Títulos de Capitalização

	3º Trimestre/2014	3º Trimestre/2013	01.01 a 30.09.2014	01.01 a 30.09.2013
Seguros	2.654.123	1.908.134	7.175.535	5.681.836
Prêmios emitidos	2.816.051	2.252.816	8.043.995	6.414.118
Prêmios de cosseguros cedidos	(35.535)	(33.855)	(140.943)	(97.198)
Prêmios restituídos	(6.319)	(6.377)	(15.023)	(14.163)
Prêmios de resseguros cedidos, consórcios e fundos	(120.074)	(304.450)	(712.494)	(620.921)
Previdência	5.400.539	2.806.200	16.282.428	11.824.825
Prêmios emitidos	4.912.725	2.348.109	14.854.426	10.459.224
Contribuições de previdência complementar (inclui VGBL)	487.814	458.091	1.428.002	1.365.601
Capitalização	928.791	921.509	3.101.086	2.954.061
Comercialização de títulos de capitalização	928.791	921.509	3.101.086	2.954.061
Total	8.983.453	5.635.843	26.559.049	20.460.722

22 - OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS

a) Receitas de Prestação de Serviços

	3º Trimestre/2014	3º Trimestre/2013	01.01 a 30.09.2014	01.01 a 30.09.2013
Rendas de cartões	1.347.211	1.225.829	3.957.567	3.458.849
Administração de fundos	1.038.393	887.321	2.819.089	2.552.416
Cobrança	375.709	361.902	1.089.695	1.053.082
Seguros, previdência e capitalização	333.331	266.881	1.017.627	879.768
Arrecadações	234.739	219.263	690.885	651.996
Operações de crédito e garantias prestadas	200.677	259.577	663.733	755.724
Interbancária	188.211	183.720	552.016	537.820
Rendas do mercado de capitais	124.550	107.401	352.474	404.983
Serviços fiduciários	106.833	84.732	294.836	244.188
Tesouro Nacional e administração de fundos oficiais	95.302	77.591	260.271	211.997
Taxas de administração de consórcios	96.994	69.899	242.208	199.036
Conta corrente	81.658	75.311	232.971	247.440
De coligadas/controladas não financeiras	54.226	59.724	171.831	146.276
Prestados a ligadas	18.956	17.351	52.479	55.120
Outros serviços	348.234	281.111	989.281	841.011
Total	4.645.024	4.177.613	13.386.963	12.239.706

b) Rendas de Tarifas Bancárias

	3º Trimestre/2014	3º Trimestre/2013	01.01 a 30.09.2014	01.01 a 30.09.2013
Pacote de serviços	842.173	836.003	2.394.724	2.513.872
Operações de crédito e cadastro	376.407	341.031	1.074.026	1.029.125
Rendas de cartões	237.580	221.825	696.720	649.475
Transferência de recursos	77.766	61.475	213.418	175.443
Administração de fundos de investimento	77.353	72.432	203.611	223.172
Contas de depósito	54.050	51.314	153.132	152.591
Serviços fiduciários	12.448	12.732	34.551	37.623
Outras	40.455	44.388	115.555	102.547
Total	1.718.232	1.641.200	4.885.737	4.883.848

c) Despesas de Pessoal

	3º Trimestre/2014	3º Trimestre/2013	01.01 a 30.09.2014	01.01 a 30.09.2013
Proventos	(2.185.960)	(1.972.836)	(6.745.399)	(6.198.405)
Encargos sociais	(801.883)	(720.918)	(2.397.965)	(2.194.207)
Provisões administrativas de pessoal	(880.487)	(770.358)	(2.184.061)	(1.977.073)
Benefícios	(615.100)	(569.470)	(1.832.159)	(1.695.864)
Demandas trabalhistas	(318.358)	(323.555)	(754.587)	(1.133.739)
Previdência complementar	(102.259)	(88.528)	(294.220)	(259.043)
Honorários de diretores e conselheiros	(23.606)	(18.507)	(67.276)	(53.658)
Treinamento	(20.920)	(15.492)	(49.452)	(32.034)
Total	(4.948.573)	(4.479.664)	(14.325.119)	(13.544.023)

d) Outras Despesas Administrativas

	3º Trimestre/2014	3º Trimestre/2013	01.01 a 30.09.2014	01.01 a 30.09.2013
Amortização	(783.952)	(789.949)	(2.786.795)	(2.495.821)
Serviços de terceiros	(443.703)	(496.297)	(1.392.304)	(1.441.940)
Comunicações	(390.362)	(363.348)	(1.159.494)	(1.066.252)
Transporte	(336.042)	(295.246)	(974.082)	(827.540)
Aluguéis	(330.363)	(289.986)	(953.237)	(844.474)
Depreciação	(276.258)	(230.777)	(787.150)	(664.518)
Serviços de vigilância e segurança	(252.150)	(204.407)	(698.968)	(594.254)
Processamento de dados	(199.171)	(210.364)	(632.883)	(625.692)
Serviços do sistema financeiro	(196.021)	(189.509)	(582.513)	(698.401)
Serviços técnicos especializados	(202.355)	(192.784)	(555.776)	(552.123)
Manutenção e conservação de bens	(186.853)	(161.311)	(518.539)	(460.319)
Propaganda e publicidade	(119.908)	(126.632)	(377.778)	(321.627)
Água, energia e gás	(90.354)	(80.119)	(276.731)	(268.230)
Promoções e relações públicas	(58.540)	(69.276)	(172.339)	(163.313)
Viagem no país	(34.609)	(37.239)	(114.923)	(97.057)
Material	(38.085)	(37.034)	(104.112)	(105.615)
Outras	(200.256)	(205.577)	(558.843)	(612.717)
Total	(4.138.982)	(3.979.855)	(12.646.467)	(11.839.893)

e) Outras Receitas Operacionais

	3º Trimestre/2014	3º Trimestre/2013	01.01 a 30.09.2014	01.01 a 30.09.2013
Reajuste cambial negativo/Reclassificação de saldos passivos	53.630	19.307	1.794.305	186.354
Atualização de depósitos em garantia	489.918	349.119	1.412.022	924.533
Previ - Atualização de ativo atuarial (Nota 27.d)	228.331	112.133	1.119.731	486.178
Operações com cartões	331.615	157.933	851.236	434.751
Reversão de provisões - demandas trabalhistas, cíveis e fiscais	200.730	209.207	760.165	215.629
Atualização das destinações do superávit - Plano 1 (Nota 27.f)	165.222	140.431	663.061	660.543
Recuperação de encargos e despesas	202.578	176.188	573.710	527.687
Rendas de títulos e créditos a receber	240.794	101.177	540.192	348.000
Receitas das empresas coligadas/controladas não financeiras	138.318	119.885	386.914	398.047
Royalties e participações especiais	16.978	589	138.110	2.756
Dividendos recebidos	4.677	12.584	7.219	22.180
Outras	452.010	463.892	1.488.660	1.099.388
Total	2.524.801	1.862.445	9.735.325	5.306.046

f) Outras Despesas Operacionais

	3º Trimestre/2014	3º Trimestre/2013	01.01 a 30.09.2014	01.01 a 30.09.2013
Operações com cartões crédito/débito	(701.628)	(696.083)	(1.958.100)	(1.799.135)
Demandas cíveis e fiscais	(429.699)	(136.188)	(1.428.963)	(1.666.691)
Reajuste cambial negativo/Reclassificação de saldos ativos	(28.102)	(364)	(1.362.459)	(43.084)
Atualização das obrigações atuariais	(236.990)	(261.098)	(781.423)	(709.817)
Despesas das empresas coligadas/controladas não financeiras	(263.974)	(224.172)	(748.376)	(645.746)
Descontos concedidos em renegociação	(146.112)	(116.089)	(518.131)	(311.970)
Remuneração pelas transações do Banco Postal	(283.666)	--	(378.217)	--
Atualização de depósitos em garantia ⁽¹⁾	(203.481)	(71.358)	(333.863)	(177.208)
Parceiros comerciais ⁽²⁾	(62.455)	(70.798)	(204.765)	(234.004)
Autoatendimento	(57.190)	(81.212)	(190.479)	(192.087)
Bônus de relacionamento negocial	(47.046)	(51.614)	(155.440)	(157.350)
Falhas/fraudes e outras perdas	(50.461)	(68.883)	(141.180)	(208.106)
Prêmio de seguro de vida - crédito direto ao consumidor	(47.047)	(31.342)	(111.729)	(97.807)
Convênio INSS	(7.815)	(6.983)	(23.042)	(20.130)
Credenciamento do uso do Sisbacen	(7.536)	(6.923)	(20.636)	(18.292)
Despesas com Proagro	(6.541)	(5.095)	(19.090)	(13.671)
Atualização de JCP/Dividendos	(3.943)	(31.229)	(9.357)	(40.507)
Previ - Ajuste atuarial	(3.081)	(2.646)	(8.025)	(11.581)
Outras	(394.772)	(377.654)	(980.139)	(1.002.115)
Total	(2.981.539)	(2.239.731)	(9.373.414)	(7.349.301)

(1) Refere-se à atualização da provisão para depósito judicial referente à ação judicial (IR e CSLL) conforme nota 28. d.

(2) Referem-se principalmente às comissões sobre financiamentos originados pelos parceiros e acordos comerciais com lojistas.

23 – RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	3º Trimestre/2014	3º Trimestre/2013	01.01 a 30.09.2014	01.01 a 30.09.2013
Receitas não operacionais	75.824	87.248	276.958	10.100.967
Lucro na alienação de valores e bens	13.811	24.147	43.720	88.888
Reversão de provisão para desvalorização de outros valores e bens	17.724	13.142	35.252	33.318
Rendas de aluguéis	10.612	3.728	23.638	11.396
Ganhos de capital	3.026	1.714	13.862	10.688
Atualização de devedores por alienação de bens imóveis	1.677	2.937	5.283	6.760
Lucro na alienação de investimentos / participação societária ⁽¹⁾	1.236	1.436	3.350	9.826.229
Outras rendas não operacionais	27.738	40.144	151.853	123.688
Despesas não operacionais	(36.174)	(42.577)	(103.564)	(149.716)
Desvalorização de outros valores e bens	(14.088)	(7.579)	(27.967)	(27.782)
Perdas de capital	(8.448)	(8.317)	(24.682)	(27.230)
Prejuízos na alienação de valores e bens	(4.658)	(9.900)	(16.207)	(34.097)
Outras despesas não operacionais	(8.980)	(16.781)	(34.708)	(60.607)
Total	39.650	44.671	173.394	9.951.251

(1) Incluí, no período de 01.01 a 30.09.2013, o ganho com a alienação das ações da BB Seguridade S.A. no valor de R\$ 9.820.460 mil.

24 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Valor Patrimonial e Valor de Mercado por Ação Ordinária

	30.09.2014	31.12.2013	30.09.2013
Patrimônio Líquido do Banco do Brasil	78.845.901	69.859.729	63.802.635
Valor patrimonial por ação (R\$)	28,19	24,87	22,61
Valor de mercado por ação (R\$)	25,30	24,40	25,85
Patrimônio Líquido Consolidado ⁽¹⁾	81.246.059	72.224.795	65.924.275

(1) Conciliado com o Banco do Brasil (Nota 24.h).

O valor patrimonial por ação é calculado com base no Patrimônio Líquido do Banco do Brasil.

b) Capital Social

O Capital Social do Banco do Brasil, totalmente subscrito e integralizado, de R\$ 54.000.000 mil (R\$ 54.000.000 mil em 31.12.2013 e R\$ 48.400.000 mil em 30.09.2013) está dividido em 2.865.417.020 ações ordinárias representadas na forma escritural e sem valor nominal. A União Federal é a maior acionista, detendo o controle.

O aumento do Capital Social no período de 30.09.2013 à 30.09.2014, no valor de R\$ 5.600.000 mil, decorreu da utilização de Reserva Estatutária para Margem Operacional, aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 19.12.2013 e autorizado pelo Banco Central do Brasil em 13.02.2014.

O Banco poderá, independentemente de reforma estatutária, por deliberação e nas condições determinadas pela Assembleia Geral dos Acionistas, aumentar o Capital Social até o limite de R\$ 110.000.000 mil, mediante a emissão de ações ordinárias, concedendo-se aos acionistas preferência para a subscrição do aumento de capital, na proporção do número de ações que possuem.

c) Instrumento Elegível ao Capital Principal

Em 26.09.2012, o Banco do Brasil firmou Contrato de Mútuo com a União, na qualidade de instrumento híbrido de capital e dívida, no valor de até R\$ 8.100.000 mil, sem prazo de vencimento, com remuneração prefixada, pagamentos de juros semestrais, cujos recursos foram destinados ao financiamento agropecuário.

A referida captação, até 27.08.2014, era autorizada pelo Bacen a integrar o patrimônio de referência no Nível I (capital complementar) e estava sujeita ao limitador previsto no artigo 28 da Resolução CMN n.º 4.192, de 01.03.2013 (Nota 29.f).

Em 28.08.2014, nos termos da Lei n.º 12.793, de 02.04.2013, foi celebrado um termo aditivo ao referido contrato com o objetivo de tornar o instrumento híbrido de capital e dívida elegível ao capital principal, em conformidade com o art. 16 da Resolução CMN n.º 4.192/2013.

Após aditivação do contrato, a remuneração passou a ser integralmente variável e os juros serão devidos por períodos coincidentes com o exercício social do Banco, iniciando-se sua contagem em 1º de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano. Os juros relativos a cada exercício social serão pagos em parcela única anual, atualizada pela Selic até a data de seu efetivo pagamento, em até 30 dias corridos, contados após a realização do pagamento de dividendos relativos ao resultado apurado no balanço de encerramento do exercício social.

O pagamento da remuneração será realizado apenas com recursos provenientes de lucros e reservas de lucros passíveis de distribuição no último período de apuração.

Caso o saldo dos lucros acumulados, das reservas de lucros, inclusive a reserva legal, e das reservas de capital do Banco não sejam suficientes para a absorção de seus eventuais prejuízos apurados quando do fechamento do balanço do exercício social, o Banco do Brasil estará desobrigado da remuneração e utilizará os valores devidos a título de juros vencidos e o saldo de principal, nesta ordem, até o montante necessário para a compensação dos prejuízos, sendo considerada, para todos os fins, devidamente quitada a dívida a que se refere o contrato até o valor compensado.

Não haverá cumulatividade dos encargos não pagos. Caso não seja realizado pagamento ou crédito de dividendos (inclusive sob a forma de juros sobre capital próprio), até 31 de dezembro do exercício social seguinte, os encargos financeiros que não houverem sido pagos deixarão de ser exigíveis definitivamente.

Em nenhuma hipótese haverá remuneração preferencial do instrumento, inclusive em relação a outros elementos patrimoniais classificados no Patrimônio de Referência.

O instrumento não possui data de vencimento e poderá ser liquidado apenas em situações de diluição da instituição emissora ou de recompras autorizadas pelo Banco Central do Brasil.

No caso de dissolução do Banco, o pagamento do principal e encargos da dívida ficarão subordinados ao pagamento dos demais passivos.

Em 22.09.2014, o Banco Central, por meio do Ofício n.º 15006/2014, considerou o referido instrumento como elegível ao capital principal, na forma da Resolução CMN n.º 4.192/2013, a partir de 28.08.2014. Dessa forma, para fins de divulgação das demonstrações financeiras, o instrumento mencionado foi reclassificado para o patrimônio líquido.

d) Reservas de Reavaliação

As Reservas de Reavaliação, no valor de R\$ 2.832 mil (R\$ 4.564 mil em 31.12.2013 e R\$ 4.585 mil em 30.09.2013), referem-se às reavaliações de ativos efetuadas por empresas controladas/coligadas.

No período de 01.01 a 30.09.2014, foram realizadas reservas no montante de R\$ 1.732 mil (R\$ 60 mil no período de 01.01 a 30.09.2013) decorrentes de depreciação, transferidas para a conta Lucros ou Prejuízos Acumulados, líquido de impostos. Conforme a Resolução CMN n.º 3.565/2008, o saldo remanescente será mantido até a data de sua efetiva realização.

e) Reservas de Capital e de Lucros

	30.09.2014	31.12.2013	30.09.2013
Reservas de Capital	10.768	6.023	6.023
Reservas de Lucros ⁽¹⁾	23.141.903	19.972.166	21.978.514
Reserva legal	5.180.834	4.902.575	4.613.722
Reservas Estatutárias ⁽¹⁾	17.961.069	15.069.591	17.364.792
Margem operacional	13.912.573	10.802.484	13.266.254
Equalização de dividendos	4.048.496	4.267.107	4.098.538

(1) Nas Demonstrações Contábeis Individuais do Banco do Brasil, em 30.09.2014, os valores das Reservas de Lucros e das Reservas Estatutárias são de R\$ 23.496.772 mil e R\$ 18.315.938 mil, respectivamente, devido ao resultado não realizado de empresa controlada, no valor de R\$ 354.869 mil (Nota 24.h).

A reserva legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social. Do lucro líquido apurado no período, 5% são aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá 20% do capital social.

A Reserva Estatutária para Margem Operacional tem por finalidade garantir margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações do Banco e é constituída em até 100% do lucro líquido, após as destinações legais, inclusive dividendos, limitada a 80% do capital social.

A Reserva Estatutária para Equalização de Dividendos assegura recursos para o pagamento dos dividendos, sendo constituída pela parcela de até 50% do lucro líquido após as destinações legais, inclusive dividendos, até o limite de 20% do Capital Social.

f) Lucro por Ação

	3º Trimestre/2014	3º Trimestre/2013	01.01 a 30.09.2014	01.01 a 30.09.2013
Lucro líquido atribuível aos acionistas	2.742.817	2.685.031	8.308.007	12.718.352
Número médio ponderado de ações (básico e diluído)	2.797.457.565	2.829.916.478	2.801.441.756	2.839.827.584
Lucro por ação (básico e diluído) (R\$)	0,98	0,95	2,97	4,48

g) Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos

	Valor	Valor por ação (R\$)	Data base da posição acionária	Data de pagamento
1º Trimestre/2014				
Juros sobre o capital próprio pagos ⁽¹⁾	882.332	0,315	11.03.2014	31.03.2014
Dividendos pagos	227.611	0,081	19.05.2014	30.05.2014
2º Trimestre/2014				
Juros sobre o capital próprio pagos ⁽¹⁾	899.716	0,321	11.06.2014	30.06.2014
Dividendos pagos	216.417	0,077	19.08.2014	29.08.2014
3º Trimestre/2014				
Juros sobre o capital próprio pagos ⁽¹⁾	941.310	0,337	11.09.2014	30.09.2014
Dividendos a pagar	155.816	0,056	14.11.2014	28.11.2014
Total destinado aos acionistas	3.323.202	1,187		
Juros sobre o capital próprio ⁽¹⁾	2.723.358	0,973		
Dividendos	599.844	0,214		
Lucro líquido do período	8.308.007			

	Valor	Valor por ação (R\$)	Data base da posição acionária	Data de pagamento
1º Trimestre/2013				
Juros sobre o capital próprio pagos ⁽¹⁾	753.777	0,265	11.03.2013	28.03.2013
Dividendos pagos	279.429	0,098	21.05.2013	31.05.2013
2º Trimestre/2013				
Juros sobre o capital próprio pagos ⁽¹⁾	802.241	0,283	11.06.2013	28.06.2013
Dividendos pagos	2.177.881	0,767	22.08.2013	30.08.2013
3º Trimestre/2013				
Juros sobre o capital próprio pagos ⁽¹⁾	886.279	0,314	11.09.2013	30.09.2013
Dividendos pagos	187.733	0,067	21.11.2013	29.11.2013
Total destinado aos acionistas	5.087.340	1,794		
Juros sobre o capital próprio ⁽¹⁾	2.442.297	0,862		
Dividendos	2.645.043	0,932		
Lucro Líquido do período	12.718.352			

(1) Valores sujeitos à alíquota de 15% de Imposto de Renda Retido na Fonte.

Em conformidade com as Leis n.º 9.249/1995 e n.º 9.430/1996 e com o Estatuto do Banco, a Administração decidiu pelo pagamento aos seus acionistas de juros sobre o capital próprio, imputados ao valor dos dividendos, acrescido de dividendos adicionais, equivalentes a 40% do lucro líquido do período.

Os juros sobre o capital próprio são calculados sobre as contas do patrimônio líquido ajustado e limitados à variação, *pro rata die*, da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), condicionados à existência de lucros computados antes de sua dedução ou de lucros acumulados e reservas de lucros, em montante igual ou superior a duas vezes o seu valor.

Para atendimento à legislação do Imposto de Renda, o montante de juros sobre o capital próprio foi contabilizado na conta Despesas Financeiras e, para fins de elaboração destas demonstrações contábeis, reclassificado para a conta de Lucros ou Prejuízos Acumulados. O total dos juros sobre o capital próprio, no período de 01.01 a 30.09.2014, proporcionou redução na despesa com encargos tributários no montante de R\$ 1.089.343 mil (R\$ 976.919 mil no período de 01.01 a 30.09.2013).

h) Conciliação do Lucro Líquido e do Patrimônio Líquido

	Lucro Líquido				Patrimônio Líquido		
	3º Trim/2014	3º Trim/2013	01.01 a 30.09.2014	01.01 a 30.09.2013	30.09.2014	31.12.2013	30.09.2013
Banco do Brasil	2.742.817	2.685.031	8.308.007	12.718.352	78.845.901	69.859.729	63.802.635
Resultado não realizado ⁽¹⁾	37.579	18.688	(21.437)	14.161	(354.869)	(333.432)	(266.837)
Participação dos não controladores	--	--	--	--	2.755.027	2.698.498	2.388.477
Consolidado	2.780.396	2.703.719	8.286.570	12.732.513	81.246.059	72.224.795	65.924.275

(1) No período de 01.01 a 30.09.2014 houve eliminação de resultados não realizados decorrente de cessão de créditos do Banco do Brasil para a Ativos S.A., nos demais períodos houve realização dos resultados não realizados em períodos anteriores.

i) Ajustes de Avaliação Patrimonial

	01.01 a 30.09.2014				01.01 a 30.09.2013			
	Saldo inicial	Movimentação	Efeitos Tributários	Saldo Final	Saldo Inicial	Movimentação	Efeitos tributários	Saldo Final
Títulos Disponíveis para Venda								
Banco do Brasil	(294.593)	(578.486)	272.267	(600.812)	1.031.280	(1.125.372)	65.202	(28.890)
Subsidiárias no Exterior	24.654	1.661	1.517	27.832	95.442	(21.761)	(907)	72.774
Coligadas e controladas	(193.076)	101.669	(40.977)	(132.384)	292.204	(756.851)	306.980	(157.667)
Hedge de Fluxo de Caixa								
Coligadas e controladas	1.562	115	(46)	1.631	1.428	142	(48)	1.522
Ganhos/(Perdas) atuariais – Planos de Benefícios								
	(2.670.596)	(6.271.308)	2.701.472	(6.240.432)	(4.570.548)	(5.238.874)	2.268.453	(7.540.969)
Total	(3.132.049)	(6.746.349)	2.934.233	(6.944.165)	(3.150.194)	(7.142.716)	2.639.680	(7.653.230)

j) Participação dos não Controladores

	Patrimônio Líquido		
	30.09.2014	31.12.2013	30.09.2013
Banco Patagonia S.A.	743.024	677.455	669.912
Besc Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	27	27	27
BB Tecnologia e Serviços S.A.	52	45	40
Servinet Serviços Ltda. – Subsidiária da Cielo S.A.	--	--	986
BB Seguridade S.A.	2.011.924	2.020.971	1.717.512
Participação dos não controladores	2.755.027	2.698.498	2.388.477

k) Participações Acionárias (Quantidade de Ações)

Quantidade de ações de emissão do Banco do Brasil em que os acionistas sejam titulares, direta ou indiretamente, de mais de 5% das ações:

Acionistas	30.09.2014		31.12.2013		30.09.2013	
	Ações	% Total	Ações	% Total	Ações	% Total
União Federal	1.660.155.282	57,9	1.670.678.890	58,3	1.670.678.890	58,3
Ministério da Fazenda	1.453.487.115	50,7	1.453.487.115	50,7	1.453.487.115	50,7
Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização	110.650.000	3,8	110.650.000	3,9	110.650.000	3,9
Caixa F1 Garantia Construção Naval	88.518.167	3,1	98.145.267	3,4	98.145.267	3,4
Fundo Garantidor para Investimentos	7.500.000	0,3	7.500.000	0,3	7.500.000	0,3
FGO Fundo de Investimento em Ações	--	--	896.508	--	896.508	--
Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – Previ	298.256.114	10,4	298.792.014	10,4	297.592.014	10,4
BNDES Participações S.A. – BNDESPar ⁽¹⁾	2.187.548	0,1	5.522.648	0,2	5.522.648	0,2
Ações em Tesouraria ⁽²⁾	68.241.620	2,4	56.702.328	2,0	43.723.128	1,5
Outros acionistas	836.576.456	29,2	833.721.140	29,1	847.900.340	29,6
Total	2.865.417.020	100,0	2.865.417.020	100,0	2.865.417.020	100,0
Residentes no país	2.281.622.618	79,6	2.326.961.469	81,2	2.326.225.152	81,2
Residentes no exterior	583.794.402	20,4	538.455.551	18,8	539.191.868	18,8

(1) Ligada ao Controlador, porém não faz parte do bloco de controle.

(2) Em 30.09.2014 inclui 29.138 ações do Banco do Brasil mantidas na BB DTVM (12.680 ações em 30.09.2013).

Quantidade de ações de emissão do Banco do Brasil, de titularidade do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva e do Comitê de Auditoria:

	Ações ON ⁽¹⁾		
	30.09.2014	31.12.2013	30.09.2013
Conselho de Administração (exceto Presidente do Banco, que consta na Diretoria Executiva)	8.007	7	7
Diretoria Executiva	126.342	99.908	102.305
Conselho Fiscal	1.176	--	--
Comitê de Auditoria	75	75	75

(1) A participação acionária do Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria representa aproximadamente 0,005% do capital do Banco.

I) Movimentação de Ações em Circulação/Free Float

	3º Trimestre/2014		01.01 a 30.09.2014		01.01 a 30.09.2013	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Ações em circulação no início do período	826.969.007	28,9	833.621.216	29,1	848.930.393	29,6
Alienação de ações pela Caixa F1 Garantia Construção Naval	7.727.100		9.627.100		7.518.300	
Alienação de ações pelo BNDESPar	3.335.100		3.335.100		--	
Alienação de ações pelo FGO – Investimento em ações	--		896.508		8.570.300	
Alienação/(aquisição) de ações pela Previ	89.400		535.900		(68.700)	
Alienação de ações pelo FGEDUC – Investimento Multimercado	--		--		6.360.290	
Aquisição de ações - programas de recompra	(1.706.400)		(11.671.300)		(23.298.100)	
Aquisição de ações - pagamento baseado em ações	--		--		(224.981)	
Outras movimentações ⁽¹⁾	27.891		97.574		10.517	
Ações em circulação no fim do período ⁽²⁾	836.442.098	29,2	836.442.098	29,2	847.798.019	29,6
Total emitido	2.865.417.020	100,0	2.865.417.020	100,0	2.865.417.020	100,0

(1) Refere-se principalmente às movimentações oriundas de Órgãos Técnicos e Consultivos.

(2) Conforme a Lei n.º 6.404/1976 e regulamento do Novo Mercado da BM&FBovespa. Não considera as ações em poder do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva.

m) Ações em Tesouraria

Em 13.07.2012, o Conselho de Administração aprovou o Programa de Recompra de até 50 milhões de ações, no prazo de até 180 dias contados a partir dessa data, objetivando a aquisição de ações para manutenção em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento sem redução do capital social, visando à geração de valor aos acionistas. Esse programa vigorou até 08.01.2013, e foram adquiridas 20.200.000 ações, no montante de R\$ 461.247 mil, com custo mínimo, médio e máximo por ação de R\$ 18,28, R\$ 22,83 e R\$ 26,78, respectivamente.

Em 13.06.2013, o Conselho de Administração aprovou o Programa de Recompra de até 50 milhões de ações, nas mesmas condições do programa anterior, porém, com vigência de até 365 dias contados a partir dessa data. Esse programa vigorou até 06.06.2014, e foram adquiridas 43.126.700 ações, no montante de R\$ 1.014.504 mil, com custo mínimo, médio e máximo por ação de R\$ 18,84, R\$ 23,52 e R\$ 28,67, respectivamente. Das aquisições referentes a esse programa, 353.588 ações foram utilizadas para o programa de remuneração variável.

Em 06.06.2014, o Conselho de Administração aprovou o Programa de Recompra de até 50 milhões de ações, nas mesmas condições do programa anterior. Até 30.09.2014, foram adquiridas 4.821.900 ações, no montante de R\$ 125.667 mil, com custo mínimo, médio e máximo por ação de R\$ 24,80, R\$ 26,06 e R\$ 29,27, respectivamente.

Em 30.09.2014, o Banco possuía 68.241.620 ações em tesouraria, no valor total de R\$ 1.604.406 mil, das quais 67.770.466 ações decorrentes dos programas de recompra, 471.122 ações decorrentes do programa de remuneração variável e 32 ações remanescentes de incorporações.

n) Pagamento Baseado em AçõesPrograma 2011

Em fevereiro de 2012 foram adquiridas 130.146 ações ao custo médio por ação de R\$ 27,61, todas colocadas em tesouraria. Em 08.03.2012, foram transferidas 130.131 ações aos membros da Diretoria Executiva e bloqueadas para movimentação. A primeira e a segunda parcela anual foram desbloqueadas em 08.03.2013 e 10.03.2014, respectivamente. A terceira parcela, de 43.361 ações será desbloqueada em 09.03.2015, caso sejam atendidas todas as restrições de transferência.

Programa 2012

O programa 2012 foi elaborado sob vigência da Resolução CMN n.º 3.921 de 25.11.2010, que dispõe sobre a política de remuneração de administradores das instituições financeiras e determina que no mínimo 50% da remuneração variável seja paga em ações ou instrumentos baseados em ações, dos quais pelo menos 40% seja diferida para pagamento futuro, com prazo mínimo de três anos, estabelecido em função dos riscos e da atividade do administrador.

O Banco do Brasil e a BB DTVM adquiriram 232.093 ações para pagamento da remuneração variável, ao custo médio de R\$ 26,78 por ação. O Banco adquiriu 212.301 ações, todas colocadas em tesouraria, para eventual pagamento futuro. Destas, 53.108 ações foram transferidas em 10.03.2014, e as demais diferidas para transferência futura, caso sejam atendidas todas as restrições de transferência, conforme cronograma a seguir.

Pagamento Baseado em Ações – Cronograma estimado para transferência	Quantidade	Data prevista
Primeira parcela	53.064	11.03.2015
Segunda parcela	53.064	10.03.2016
Terceira parcela	53.065	10.03.2017
Total	159.193	

A BB DTVM adquiriu 19.792 ações do Banco do Brasil, em atendimento à política de remuneração variável definida para a Diretoria Executiva da BB DTVM, das quais 10.282 ações foram transferidas aos membros da Diretoria Executiva (3.170 ações no período de 01.01 a 30.09 de 2014). As demais, 9.510 ações, diferidas para transferência futura, em parcelas anuais, a partir de 2015, caso sejam atendidas todas as restrições de transferência.

Programa 2013

O Banco do Brasil utilizou 353.588 ações já existentes em tesouraria, com custo médio de R\$ 23,31 por ação, marcando-as como pertencentes ao programa de remuneração variável, das quais 70.812 ações foram transferidas, e as demais diferidas para transferência futura, em função dos riscos e da atividade dos administradores. O cronograma a seguir sumariza as transferências futuras para os beneficiários, caso sejam atendidas todas as restrições de transferência.

Pagamento Baseado em Ações – Cronograma estimado para transferência	Quantidade	Data prevista
Primeira parcela	70.694	11.03.2015
Segunda parcela	70.694	11.03.2016
Terceira parcela	70.694	13.03.2017
Quarta parcela	70.694	12.03.2018
Total	282.776	

A BB DTVM adquiriu 24.546 ações do Banco do Brasil, ao custo médio de R\$ 23,83, em atendimento à política de remuneração variável definida para a Diretoria Executiva da BB DTVM, das quais 4.918 ações foram transferidas, e as demais diferidas para transferência futura, em 4 parcelas anuais, a partir de 2015, caso sejam atendidas todas as restrições de transferência.

25 – TRIBUTOS

a) Demonstração da Despesa de IR e CSLL

	3º Trimestre/2014	3º Trimestre/2013	01.01 a 30.09.2014	01.01 a 30.09.2013
Valores Correntes	(1.265.736)	(1.635.175)	(4.754.840)	(8.281.726)
IR e CSLL no país	(1.149.953)	(1.515.345)	(4.387.258)	(7.990.821)
Imposto de Renda no exterior	(115.783)	(119.830)	(367.582)	(290.905)
Valores Diferidos	888.860	642.488	1.703.490	2.582.399
Passivo Fiscal Diferido	(384.044)	149.842	(908.989)	(196.134)
Operações de leasing - ajuste da carteira e depreciação incentivada	(39.955)	44.408	2.088	126.649
Marcação a mercado	(101.717)	277.726	68.678	321.168
Ganhos atuariais	(87.086)	(42.767)	(531.089)	(185.428)
Atualização de depósitos judiciais fiscais	(81.392)	(63.802)	(228.078)	(166.959)
Lucros do exterior	(38.905)	(69.202)	(192.241)	(227.927)
Operações realizadas em mercados de liquidação futura	(20.003)	(879)	35.167	(66.510)
Créditos recuperados a prazo ⁽¹⁾	(14.986)	4.358	(63.514)	2.873
Ativo fiscal diferido	1.272.904	492.646	2.612.479	2.778.533
Diferenças temporárias	1.180.504	688.436	2.592.508	2.726.088
Prejuízos fiscais/bases negativas de CSLL	(48)	40.013	(728)	(647)
Marcação a mercado	92.448	(235.803)	20.699	69.529
Operações realizadas em mercados de liquidação futura	--	--	--	(16.437)
Total	(376.876)	(992.687)	(3.051.350)	(5.699.327)

b) Conciliação dos Encargos de IR e CSLL

	3º Trimestre/2014	3º Trimestre/2013	01.01 a 30.09.2014	01.01 a 30.09.2013
Resultado Antes dos Tributos e Participações	3.926.772	4.303.774	13.550.805	20.635.851
Encargo total do IR (25%) e da CSLL (15%)	(1.570.709)	(1.721.510)	(5.420.322)	(8.254.340)
Encargos sobre JCP	376.524	354.512	1.089.343	976.919
Resultado de participação em controladas e coligadas	270.949	20.650	(11.547)	152.228
Participação de empregados no lucro	153.950	149.320	465.933	682.801
Outros valores	392.410	204.341	825.243	743.065
Imposto de Renda e Contribuição Social do período	(376.876)	(992.687)	(3.051.350)	(5.699.327)

c) Despesas tributárias

	3º Trimestre/2014	3º Trimestre/2013	01.01 a 30.09.2014	01.01 a 30.09.2013
Cofins	(822.292)	(779.339)	(2.328.983)	(2.271.122)
ISSQN	(214.834)	(203.248)	(614.579)	(598.853)
PIS/Pasep	(137.904)	(130.722)	(390.185)	(379.720)
Outras	(102.055)	(94.278)	(279.275)	(265.615)
Total	(1.277.085)	(1.207.587)	(3.613.022)	(3.515.310)

d) Passivo Fiscal Diferido

	30.09.2014	31.12.2013	30.09.2013
Decorrentes de ajustes patrimoniais positivos de planos de benefícios ⁽¹⁾	2.033.250	4.669.398	1.570.950
Decorrentes de atualização de depósitos judiciais fiscais	442.834	415.027	406.594
Decorrentes da marcação a mercado	388.425	435.566	327.904
Decorrentes de créditos recuperados a prazo ⁽²⁾	170.267	106.752	211.203
Decorrentes de lucros do exterior	192.241	--	227.927
Dependências no exterior	75.925	11.761	8.438
Decorrentes do ajuste da carteira de leasing	185.981	358.779	353.035
Decorrentes de operações em mercados de liquidação futura	31.195	70.668	74.638
Outros	104.914	173.820	13.703
Total das Obrigações Fiscais Diferidas	3.625.032	6.241.771	3.194.392
Imposto de Renda	2.022.309	3.384.314	1.787.532
Contribuição Social	1.225.363	1.968.915	874.728
Cofins	324.611	764.338	457.748
PIS/Pasep	52.749	124.204	74.384

(1) A realização do passivo fiscal diferido sobre ganhos atuariais está relacionada à realização dos valores do ativo atuarial (Nota 27).

e) Ativo Fiscal Diferido (Crédito Tributário)

	31.12.2013	01.01 a 30.09.2014		30.09.2014	30.09.2013
	Saldo	Constituição	Baixa	Saldo	Saldo
Diferenças temporárias	25.336.978	8.025.444	(6.098.092)	27.264.330	26.536.548
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	14.934.449	5.994.691	(4.194.253)	16.734.887	14.995.040
Provisões passivas	7.420.265	1.539.549	(1.260.939)	7.698.875	8.542.106
Ajustes patrimoniais negativos de planos de benefícios	450.895	--	(257.771)	193.124	978.839
Marcação a mercado	927.710	371.612	(266.444)	1.032.878	734.577
Outras provisões	1.603.659	119.592	(118.685)	1.604.566	1.285.986
CSLL escriturada a 18% (MP n.º 2.158/2001)	1.458.907	--	(204.253)	1.254.654	1.329.162
Prejuízo fiscal/Base negativa	117.603	275.525	(48)	393.080	85.630
Superveniência de depreciação	548.219	--	(76.456)	471.763	499.545
Total dos Créditos Tributários Ativados	27.461.707	8.300.969	(6.378.849)	29.383.827	28.450.885
Imposto de Renda	16.453.646	5.173.186	(3.867.990)	17.758.842	17.151.387
Contribuição Social	10.929.068	3.095.441	(2.494.278)	11.530.231	11.240.158
Cofins	67.951	27.821	(14.263)	81.509	51.045
PIS/Pasep	11.042	4.521	(2.318)	13.245	8.295

f) Ativo Fiscal Diferido (Crédito Tributário – Não Ativado)

	30.09.2014	31.12.2013	30.09.2013
Créditos tributários no exterior	722.539	536.821	503.559
Diferenças temporárias	81.120	87.485	89.905
Total dos Créditos Tributários	803.659	624.306	593.464
Imposto de Renda	502.282	390.201	368.739
Contribuição Social	301.377	234.105	224.725

Expectativa de Realização

A expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos (créditos tributários) respalda-se em estudo técnico elaborado em 30.06.2014, sendo o valor presente apurado com base na taxa média de captação do Banco Múltiplo.

	Valor Nominal	Valor Presente
Em 2014	3.852.510	3.497.771
Em 2015	5.904.724	5.178.064
Em 2016	5.775.267	4.865.872
Em 2017	5.663.594	4.589.091
Em 2018	5.476.676	4.236.823
Em 2019	917.282	638.923
Em 2020	140.954	78.402
Em 2021	134.188	74.085
Em 2022	79.767	47.800
Em 2023	313.932	106.895
Em 2024	1.593	768
Total de Créditos Tributários em 30.06.2014	28.260.487	23.314.494

No período compreendido entre 01.01 a 30.09.2014, observou-se a realização de créditos tributários no Banco Múltiplo no montante de R\$ 5.762.908 mil, correspondente a 89,24% da respectiva projeção de utilização para o período de 2014, que constava no estudo técnico elaborado em 31.12.2013.

A realização dos valores nominais de créditos tributários ativados, considerando a recomposição daqueles baixados durante o trâmite da ação judicial (Nota 28.d), baseada em estudo técnico realizado pelo Banco em 30.06.2014, está projetada para 5 anos, nas seguintes proporções:

	Prejuízo Fiscal/CSLL a Compensar ⁽¹⁾	Diferenças Intemporais ⁽²⁾
Em 2014	21%	13%
Em 2015	26%	21%
Em 2016	24%	21%
Em 2017	18%	21%
Em 2018	1%	21%
A partir de 2019	10%	3%

(1) Projeção de consumo vinculada à capacidade de gerar bases tributáveis de IRPJ e CSLL em períodos subsequentes.

(2) A capacidade de consumo decorre das movimentações das provisões (expectativa de ocorrerem reversões, baixas e utilizações).

26 – PARTES RELACIONADAS

Custos com remunerações e outros benefícios atribuídos ao Pessoal Chave da Administração do Banco do Brasil, formado pela Diretoria Executiva, Comitê de Auditoria, Conselho de Administração e Conselho Fiscal:

	3º Trimestre/2014	3º Trimestre/2013	01.01 a 30.09.2014	01.01 a 30.09.2013
Benefícios de curto prazo	6.920	6.090	25.555	30.207
Honorários	6.342	5.532	19.360	17.378
Diretoria Executiva	5.696	4.920	17.441	15.563
Comitê de Auditoria	511	495	1.504	1.437
Conselho de Administração	65	46	209	160
Conselho Fiscal	70	71	206	218
Participações no lucro	--	--	4.883	11.676
Outros	578	558	1.312	1.153
Benefícios de rescisão de trabalho	--	2.968	--	2.968
Remuneração baseada em ações ⁽¹⁾	--	--	3.369	--
Total	6.920	9.058	28.924	33.175

(1) Refere-se ao custo das ações relativas às parcelas dos programas de pagamentos baseados em ações de 2012 e 2013. No 1º semestre/2013 houve desbloqueio das ações do programa 2011, porém o custo de aquisição dessas ações foi incorrido pelo Banco no 1º semestre de 2012 (Nota 24.n).

De acordo com a política de remuneração variável do Banco do Brasil, estabelecida em conformidade com a Resolução CMN n.º 3.921/2010, parte da remuneração variável da Diretoria Executiva é paga em ações (Nota 24.n).

O Banco não oferece benefícios pós-emprego ao Pessoal Chave da Administração, com exceção daqueles que fazem parte do quadro funcional do Banco, participantes do Plano de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil (Previ).

O Banco não concede empréstimos ao Pessoal Chave da Administração, em conformidade com a proibição a toda instituição financeira estabelecida pelo Banco Central do Brasil.

Os saldos de contas referentes às transações entre as empresas consolidadas do Banco são eliminados nas Demonstrações Contábeis Consolidadas. Em relação às transações realizadas com o Tesouro Nacional e entidades controladas, de modo pleno ou compartilhado, por esse órgão, o Banco optou pela isenção parcial concedida pela Resolução CMN n.º 3.750/2009. Nesse caso, são divulgadas apenas as transações mais significativas.

O Banco realiza transações bancárias com as partes relacionadas, tais como depósitos em conta corrente (não remunerados), depósitos remunerados, captações no mercado aberto, empréstimos (exceto com o Pessoal Chave

da Administração) e aquisição de carteiras de operações de crédito. Há ainda contratos de prestação de serviços e de garantias prestadas.

Tais transações são praticadas em condições e taxas compatíveis com as praticadas com terceiros quando aplicável. Essas operações não envolvem riscos anormais de recebimento.

Os recursos aplicados em títulos públicos federais e os destinados aos fundos e programas oriundos de repasses de Instituições Oficiais estão relacionados nas Notas 8 e 18, respectivamente.

O Banco instituiu a Fundação Banco do Brasil (FBB) que tem por objetivo promover, apoiar, incentivar e patrocinar ações nos campos da educação, cultura, saúde, assistência social, recreação e desporto, ciência e tecnologia e assistência à comunidades urbano-rurais. No período de 01.01 a 30.09.2014, o Banco realizou contribuições para a FBB no valor de R\$ 34.647 mil (R\$ 48.783 mil no período de 01.01 a 30.09.2013).

As informações referentes aos repasses e demais transações com entidades patrocinadas estão divulgadas na Nota 27.

Aquisição de Carteiras de Operações de Crédito Cedidas pelo Banco Votorantim

	3º Trim/2014	3º Trim/2013	01.01 a 30.09.2014	01.01 a 30.09.2013
Cessão com retenção substancial de riscos e benefícios (com coobrigação)	4.272.188	1.532.561	8.150.021	9.281.752
Resultado não realizado líquido de efeitos tributários (saldo)	65.860	375.232	65.860	375.232

Sumário das Transações com Partes Relacionadas

	30.09.2014						Total
	Controlador ⁽¹⁾	Controladas ⁽²⁾	Controle conjunto ⁽³⁾	Coligadas ⁽⁴⁾	Pessoal chave da administração ⁽⁵⁾	Outras partes relacionadas ⁽⁶⁾	
Ativos							
Aplicações em depósitos interfinanceiros	--	50.160.236	491.858	--	--	--	50.652.094
Títulos e valores mobiliários	--	44.092.424	120.917	--	--	--	44.213.341
Operações de crédito ⁽⁷⁾	320.566	86.069	614.202	84.606	--	24.985.903	26.091.346
Valores a receber de ligadas	--	43.917	7.655	--	--	--	51.572
Outros ativos	12.845.356	43.471	18.717.540	233	--	--	31.606.600
Passivos							
Depósitos à vista	549.157	25.618	67.252	95	1.180	1.384.778	2.028.080
Depósitos em poupança	--	--	--	--	1.635	297.769	299.404
Depósitos a prazo remunerados	--	4.840.694	392.908	--	1.703	15.693.573	20.928.878
Captações mercado aberto	--	5.835.213	3.426.090	--	--	14.390	9.275.693
Obrigações por empréstimos e repasses	491.245	38.879.058	--	--	--	85.570.676	124.940.979
Outros passivos	89.878	45.193.812	385.388	11.196	--	--	45.680.274
Garantias e Outras Coobrigações ⁽⁸⁾	--	3.012.646	6.800.000	--	--	--	9.812.646
3º Trimestre/2014							
Rendas de juros e prestação de serviços	1.406.478	2.275.307	590.480	438	--	536.613	4.809.316
Despesas com captação	(18.251)	(2.436.614)	(93.639)	(10.983)	(108)	(1.050.340)	(3.609.935)
01.01 a 30.09.2014							
Rendas de juros e prestação de serviços	3.904.560	5.327.491	1.771.060	1.110	--	1.459.499	12.463.720
Despesas com captação	(56.619)	(4.716.183)	(143.313)	(22.608)	(356)	(2.830.907)	(7.769.986)

(1) Tesouro Nacional e órgãos da Administração Direta do Governo Federal.

(2) Empresas relacionadas na Nota 3 identificadas no item (1).

(3) Empresas relacionadas na Nota 3 identificadas no item (2).

(4) Empresas relacionadas na Nota 3 identificadas no item (3).

(5) Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Comitê de Auditoria e Conselho Fiscal.

(6) Inclui as transações mais significativas com empresas públicas e sociedades de economia mista controladas pelo Governo Federal, tais como: Petrobrás, CEF, BNDES, Eletrobras, Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda – Funproger, Fundo de Defesa da Economia Cafeeira - Funcafé. Além disso, entidades vinculadas aos funcionários e entidades patrocinadas: Cassi e Previ.

(7) As operações de créditos demonstradas na coluna do Controlador referem-se às operações realizadas com órgãos da administração direta, exceto com o Tesouro Nacional, uma vez que é proibido a concessão de empréstimo ao ente da Federação que controla o Banco, conforme artigo 36 da Lei Complementar n.º 101/2000.

(8) Inclui o Contrato de Abertura de Linha de Crédito Interbancário Rotativo a liberar com o Banco Votorantim.

Sumário das Transações com Partes Relacionadas

	30.09.2013						
	Controlador ⁽¹⁾	Controladas ⁽²⁾	Controle conjunto ⁽³⁾	Coligadas ⁽⁴⁾	Pessoal chave da administração ⁽⁵⁾	Outras partes relacionadas ⁽⁶⁾	Total
Ativos							
Aplicações em depósitos interfinanceiros	--	39.264.789	530.179	--	--	6.749	39.801.717
Títulos e valores mobiliários	--	20.954.929	149.955	--	--	--	21.104.884
Operações de crédito ⁽⁷⁾	580.320	10.125	406.169	107.841	--	14.622.878	15.727.333
Valores a receber de ligadas	--	46.851	14.993	--	--	--	61.844
Outros ativos	7.670.875	138.782	11.822.351	421	--	--	19.632.429
Passivos							
Depósitos à vista	659.838	32.674	35.196	3.364	1.362	782.442	1.514.876
Depósitos em poupança	--	--	--	--	1.493	219.481	220.974
Depósitos a prazo remunerados	--	5.383.377	465.268	678	2.204	13.111.980	18.963.507
Captações mercado aberto	--	5.389.094	681.274	--	--	60.441	6.130.809
Obrigações por empréstimos e repasses	535.395	29.155.659	--	--	--	79.156.668	108.847.722
Outros passivos ⁽⁸⁾	8.213.181	21.689.826	680.301	10.459	--	12.332	30.606.099
Garantias e Outras Coobrigações ⁽⁹⁾	--	1.288.920	6.800.000	--	--	--	8.088.920
3º Trimestre/2013							
Rendas de juros e prestação de serviços	1.049.496	1.340.841	369.461	2.312	--	238.057	3.000.167
Despesas com captação	(18.392)	(1.457.239)	(3.133)	(3.595)	(90)	(1.585.755)	(3.068.204)
01.01 a 30.09.2013							
Rendas de juros e prestação de serviços	2.891.294	3.305.038	953.627	3.164	--	314.042	7.467.165
Despesas com captação	(50.457)	(3.472.488)	(55.994)	(4.654)	(255)	(3.339.543)	(6.923.391)

(1) Tesouro Nacional e órgãos da Administração Direta do Governo Federal.

(2) Empresas relacionadas na Nota 3 identificadas no item (1).

(3) Empresas relacionadas na Nota 3 identificadas no item (2).

(4) Empresas relacionadas na Nota 3 identificadas no item (3).

(5) Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Comitê de Auditoria e Conselho Fiscal.

(6) Inclui as transações mais significativas com empresas públicas e sociedades de economia mista controladas pelo Governo Federal, tais como: Petrobrás, CEF, BNDES, Eletrobras, Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda – Funproger, Fundo de Defesa da Economia Cafeeira - Funcafé. Além disso, entidades vinculadas aos funcionários e entidades patrocinadas: Cassi e Previ.

(7) As operações de créditos demonstradas na coluna do Controlador referem-se às operações realizadas com órgãos da administração direta, exceto com o Tesouro Nacional, uma vez que é proibido a concessão de empréstimo ao ente da Federação que controla o Banco, conforme artigo 36 da Lei Complementar n.º 101/2000.

(8) Inclui o Contrato de Instrumento Híbrido e Capital de Dívida - Bônus Perpétuos com o Governo Federal, reclassificado em 28.08.2014 para o Patrimônio Líquido (Nota 24.c).

(9) Inclui o Contrato de Abertura de Linha de Crédito Interbancário Rotativo a liberar com o Banco Votorantim.

27 – BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

O Banco do Brasil é patrocinador das seguintes entidades de previdência privada e de saúde complementar, que asseguram a complementação de benefícios de aposentadoria e assistência médica a seus funcionários:

	Planos	Benefícios	Classificação
Previ - Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil	Previ Futuro	Aposentadoria e pensão	Contribuição definida
	Plano de Benefícios 1	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
	Plano Informal	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
Cassi - Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil	Plano de Associados	Assistência médica	Benefício definido
Economus – Instituto de Seguridade Social	Prevmais	Aposentadoria e pensão	Contribuição variável
	Regulamento Geral	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
	Regulamento Complementar 1	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
	Grupo B'	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
	Plano Unificado de Saúde – PLUS	Assistência médica	Benefício definido
	Plano Unificado de Saúde – PLUS II	Assistência médica	Benefício definido
	Plano de Assistência Médica Complementar – PAMC	Assistência médica	Benefício definido
Fusesc - Fundação Codesc de Seguridade Social	Multifuturo I	Aposentadoria e pensão	Contribuição variável
	Plano de Benefícios I	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
SIM - Caixa de Assistência dos Empregados dos Sistemas Besc e Codesc, do Badesc e da Fusesc	Plano de Saúde	Assistência médica	Contribuição definida
Prevbep – Caixa de Previdência Social	Plano BEP	Aposentadoria e pensão	Benefício definido

Número de participantes abrangidos pelos planos de benefícios patrocinados pelo Banco

	30.09.2014			31.12.2013			30.09.2013		
	N.º de participantes			N.º de participantes			N.º de participantes		
	Ativos	Assistidos	Total	Ativos	Assistidos	Total	Ativos	Assistidos	Total
Planos de Aposentadoria e Pensão	115.470	104.991	220.461	115.509	104.071	219.580	115.283	103.748	219.031
Plano de Benefícios 1 - Previ	24.388	87.949	112.337	25.849	87.167	113.016	26.396	86.784	113.180
Plano Previ Futuro	74.196	756	74.952	72.584	660	73.244	71.737	629	72.366
Plano Informal	--	3.835	3.835	--	3.917	3.917	--	4.046	4.046
Outros Planos	16.886	12.451	29.337	17.076	12.327	29.403	17.150	12.289	29.439
Planos de Assistência Médica	116.663	95.381	212.044	116.806	95.065	211.871	117.370	95.910	213.280
Cassi	103.524	87.958	191.482	103.459	87.136	190.595	103.829	86.769	190.598
Outros Planos	13.139	7.423	20.562	13.347	7.929	21.276	13.541	9.141	22.682

Contribuições do Banco para os planos de benefícios

	3º Trimestre/2014	3º Trimestre/2013	01.01 a 30.09.2014	01.01 a 30.09.2013
Planos de Aposentadoria e Pensão	281.701	268.505	922.754	844.720
Plano de Benefícios 1 - Previ ⁽¹⁾	117.452	112.831	419.095	372.506
Plano Previ Futuro	95.874	81.833	285.748	240.746
Plano Informal	38.914	40.791	128.408	133.302
Outros Planos	29.461	33.050	89.503	98.166
Planos de Assistência Médica	231.588	231.982	700.658	659.521
Cassi	199.525	205.652	613.549	613.441
Outros Planos	32.063	26.330	87.109	46.080
Total	513.289	500.487	1.623.412	1.504.241

(1) Refere-se às contribuições relativas aos participantes amparados pelo Contrato 97 e ao Plano 1, sendo que essas contribuições ocorreram respectivamente através da realização do Fundo Paridade (Nota 27.f.1) e dos Fundos de Contribuição e Utilização (Nota 27.f.2). O Contrato 97 tem por objeto disciplinar a forma do custeio necessário à constituição de parte equivalente a 53,7% do valor garantidor do pagamento do complemento de aposentadoria devido aos participantes admitidos no Banco até 14.04.1967 que tenham se aposentado ou venham a se aposentar após essa data, exceto aqueles participantes que fazem parte do Plano Informal.

As contribuições do Banco para os planos de benefício, durante o 2º semestre de 2014, estão estimadas em R\$ 717.254 mil.

Valores reconhecidos no resultado

	3º Trimestre/2014	3º Trimestre/2013	01.01 a 30.09.2014	01.01 a 30.09.2013
Planos de Aposentadoria e Pensão	60.951	(35.268)	619.077	48.075
Plano de Benefícios 1 - Previ	228.331	112.133	1.119.731	486.178
Plano Previ Futuro	(95.874)	(81.833)	(285.748)	(240.746)
Plano Informal	(36.523)	(35.851)	(114.014)	(104.267)
Outros Planos	(34.983)	(29.717)	(100.892)	(93.090)
Planos de Assistência Médica	(314.010)	(338.625)	(1.029.359)	(948.262)
Cassi	(282.453)	(310.976)	(939.837)	(867.908)
Outros Planos	(31.557)	(27.649)	(89.522)	(80.354)
Total	(253.059)	(373.893)	(410.282)	(900.187)

a) Planos de Aposentadoria e Pensão

Previ Futuro (Previ)

Plano destinado aos funcionários do Banco admitidos na empresa a partir de 24.12.1997. Os participantes ativos contribuem com 7% a 17% do salário de participação na Previ. Os percentuais de participação variam em função do tempo de empresa e do nível do salário de participação. Não há contribuição para participantes inativos. O patrocinador contribui com montantes idênticos aos dos participantes, limitado a 14% da folha de salários de participação desses participantes.

Plano de Benefícios 1 (Previ)

Participam os funcionários do Banco que nele se inscreveram até 23.12.1997. Em decorrência do estabelecimento, em dezembro de 2000, da paridade entre as contribuições do Banco e dos participantes, foi constituído o Fundo Paridade, cujos recursos vêm sendo utilizados para compensar as contribuições ao plano. Em vista de superávit acumulado, foram suspensas, retroativamente a janeiro de 2007, as contribuições dos participantes, beneficiários (aposentados e pensionistas) e do patrocinador (Banco do Brasil). Conforme Memorando de Entendimentos firmado entre o Banco do Brasil, Previ e entidades representantes dos beneficiários, o regulamento do Plano 1 foi alterado suspendendo as contribuições nos exercícios 2011, 2012 e 2013.

Plano Informal (Previ)

É de responsabilidade exclusiva do Banco do Brasil, cujas obrigações contratuais incluem: (a) pagamento de aposentadoria dos participantes fundadores e dos beneficiários dos participantes falecidos até 14.04.1967; (b) pagamento da complementação de aposentadoria aos demais participantes que se aposentaram até 14.04.1967 ou que, na mesma data, já reuniam condições de se aposentar por tempo de serviço e contavam com pelo menos 20 anos de serviço efetivo no Banco do Brasil; e (c) aumento no valor dos proventos de aposentadoria e das pensões além do previsto no plano de benefícios da Previ, decorrente de decisões judiciais e de decisões administrativas em função de reestruturação do plano de cargos e salários e de incentivos criados pelo Banco. Em 31.12.2012, o Banco do Brasil e a Previ formalizaram contrato por meio do qual o Banco do Brasil integralizou, com recursos do Fundo Paridade, 100% das reservas matemáticas relativas ao Grupo Especial, de responsabilidade exclusiva do Banco, cuja operacionalização migrou do Plano Informal para o Plano de Benefícios 1 da Previ. O Grupo Especial abrange os participantes do Plano de Benefícios 1 da Previ, integrantes do parágrafo primeiro da cláusula primeira do contrato de 24.12.1997, que obtiveram complementos adicionais de aposentadoria decorrentes de decisões administrativas e/ou decisões judiciais. (Nota 27.f)

Prevmais (Economus)

Participam desse plano os funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa (incorporado pelo Banco do Brasil em 30.11.2009) inscritos a partir de 01.08.2006 e os participantes anteriormente vinculados ao plano de benefícios do Regulamento Geral que optaram pelo saldamento. O custeio para os benefícios de renda é paritário, limitado a 8% dos salários dos participantes. O plano oferece também benefícios de risco – suplementação de auxílio doença/acidente de trabalho, invalidez e pensão por morte.

Regulamento Geral (Economus)

Plano do qual fazem parte os funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa inscritos até 31.07.2006. Plano fechado para novas adesões. Funcionários e patrocinadora contribuem paritariamente em média com 12,11% sobre o salário de participação.

Regulamento Complementar 1 (Economus)

Destinado aos funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa. Oferece os benefícios de complementação do auxílio-doença e pecúlios por morte e por invalidez. O custeio do plano é de responsabilidade da patrocinadora, dos participantes e dos assistidos.

Grupo B' (Economus)

Plano voltado aos funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa admitidos no período de 22.01.1974 a 13.05.1974 e seus assistidos. Plano fechado para novas adesões. O nível do benefício, a ser concedido quando da implementação de todas as condições previstas em regulamento, é conhecido *a priori*.

Plano Multifuturo I (Fusesc)

Participam desse plano os funcionários oriundos do Banco do Estado de Santa Catarina – Besc (incorporado pelo Banco do Brasil em 30.09.2008) inscritos a partir de 12.01.2003 e os participantes anteriormente vinculados ao Plano de Benefícios I da Fusesc que optaram por este plano. Funcionários e patrocinadora contribuem paritariamente entre 2,33% e 7% do salário de participação, conforme decisão contributiva de cada participante.

Plano de Benefícios I (Fusesc)

Voltado aos funcionários oriundos do Besc inscritos até 11.01.2003. Plano fechado para novas adesões. Funcionários e patrocinadora contribuem paritariamente em média com 9,89% sobre o salário de participação.

Plano BEP (Prevbep)

Participam os funcionários oriundos do Banco do Estado do Piauí – BEP (incorporado pelo Banco do Brasil em 30.11.2008). Funcionários e patrocinadora contribuem paritariamente em média com 3,58% sobre o salário de participação.

b) Planos de Assistência Médica**Plano de Associados (Cassi)**

O Banco é contribuinte do plano de saúde administrado pela Cassi, que tem como principal objetivo conceder auxílio para cobertura de despesas com a promoção, proteção, recuperação e reabilitação da saúde do associado e seus beneficiários inscritos. O Banco contribui mensalmente com importância equivalente a 4,5% do valor dos proventos gerais ou do valor total do benefício de aposentadoria ou pensão. A contribuição mensal dos associados e beneficiários de pensão é de 3% do valor dos proventos gerais ou do valor total do benefício de aposentadoria ou pensão, além da coparticipação em alguns procedimentos.

Plano Unificado de Saúde – PLUS (Economus)

Plano dos funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa. A participação no plano se dá por meio de contribuição de 1,5% do salário bruto, sem limites, para a cobertura do titular e seus dependentes preferenciais, descontados em folha de pagamento do titular e 10% a título de coparticipação no custeio de cada consulta e exames de baixo custo, realizados pelo titular e seus dependentes (preferenciais e não preferenciais).

Plano Unificado de Saúde – PLUS II (Economus)

Destinado aos funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa. A participação no plano se dá por meio de contribuição de 1,5% do salário bruto, sem limites, para a cobertura do titular e seus dependentes preferenciais, descontados em folha de pagamento do titular e 10% a título de coparticipação no custeio de cada consulta e exames de baixo custo, realizados pelo titular e seus dependentes preferenciais e filhos maiores. O plano não prevê a inclusão de dependentes não preferenciais.

Plano de Assistência Médica Complementar – PAMC (Economus)

Voltado para os funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa lotados no Estado de São Paulo. São titulares do plano os empregados aposentados por invalidez dos Grupos “B” e “C” e os seus dependentes, que participam do custeio na medida de sua utilização e de acordo com tabela progressiva e faixa salarial.

Plano SIM Saúde (SIM)

Participam desse plano os funcionários oriundos do Besc, além dos vinculados a outros patrocinadores (Badesc, Codesc, Bescor, Fusc e a própria SIM). A contribuição mensal dos beneficiários titulares ativos é de 3,44% do valor da remuneração bruta, incluindo o 13º salário, dos titulares inativos é de 8,86%, e dos patrocinadores 5,42%. Os beneficiários também contribuem com 0,75% por dependente. O plano também prevê coparticipação em procedimentos ambulatoriais.

c) Fatores de risco

O Banco pode ser requerido a efetuar contribuições extraordinárias para Previ, Economus, Fusc e Prevbep, o que pode afetar negativamente o resultado operacional.

Os critérios utilizados para apuração da obrigação do Banco com o conjunto de Planos das Entidades Patrocinadas (Previ, Economus, Fusc e Prevbep) incorporam estimativas e premissas de natureza atuarial e financeira de longo prazo, bem como aplicação e interpretação de normas regulamentares vigentes. Assim, as imprecisões inerentes ao processo de utilização de estimativas e premissas podem resultar em divergências entre o valor registrado e o efetivamente realizado, resultando em impactos negativos ao resultado das operações do Banco.

d) Avaliações Atuariais

As avaliações atuariais são elaboradas semestralmente e as informações constantes nos quadros a seguir referem-se àquelas efetuadas nas datas base de 30.06.2014, 31.12.2013 e 30.06.2013.

d.1) Mudanças no valor presente das obrigações atuariais de benefício definido

	Plano 1 - Previ			Plano Informal - Previ			Plano de Associados - Cassi			Outros Planos		
	1º Sem/2014	Exerc/2013	1º Sem/2013	1º Sem/2014	Exerc/2013	1º Sem/2013	1º Sem/2014	Exerc/2013	1º Sem/2013	1º Sem/2014	Exerc/2013	1º Sem/2013
Saldo Inicial	(113.522.849)	(128.413.440)	(128.413.440)	(1.004.111)	(1.091.017)	(1.091.017)	(6.333.578)	(7.717.855)	(7.717.855)	(5.971.976)	(6.949.678)	(6.949.678)
Custo de juros	(7.261.271)	(11.946.190)	(5.422.373)	(62.667)	(99.016)	(45.298)	(411.994)	(718.314)	(326.220)	(383.901)	(634.651)	(294.069)
Custo do serviço corrente	(245.908)	(565.900)	(305.978)	--	--	--	(69.065)	(136.080)	(67.654)	(20.041)	(41.725)	(19.312)
Custo do serviço passado	--	--	--	(14.824)	(43.983)	(23.118)	--	--	--	--	--	--
Benefícios pagos líquidos de contribuições de assistidos	4.197.920	9.268.627	4.586.357	89.275	192.084	92.410	237.699	536.639	244.732	205.858	426.885	200.669
Remensurações de ganhos/(perdas) atuariais	(5.373.112)	18.134.054	7.434.213	(30.558)	37.821	47.909	786.475	1.702.032	611.911	(74.060)	1.227.193	716.381
Saldo Final	(122.205.220)	(113.522.849)	(122.121.221)	(1.022.885)	(1.004.111)	(1.019.114)	(5.790.463)	(6.333.578)	(7.255.086)	(6.244.120)	(5.971.976)	(6.346.009)
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	(122.205.220)	(113.522.849)	(122.121.221)	--	--	--	--	--	--	(5.078.666)	(5.033.968)	(4.975.192)
Valor presente das obrigações atuariais a descoberto	--	--	--	(1.022.885)	(1.004.111)	(1.019.114)	(5.790.463)	(6.333.578)	(7.255.086)	(1.165.454)	(938.008)	(1.370.817)

d.2) Mudanças no valor justo dos ativos do plano

	Plano 1 - Previ			Plano Informal - Previ			Plano de Associados - Cassi			Outros Planos ⁽¹⁾		
	1º Sem/2014	Exerc/2013	1º Sem/2013	1º Sem/2014	Exerc/2013	1º Sem/2013	1º Sem/2014	Exerc/2013	1º Sem/2013	1º Sem/2014	Exerc/2013	1º Sem/2013
Saldo Inicial	144.420.740	152.029.136	152.029.136	--	--	--	--	--	--	5.033.968	4.921.429	4.921.429
Receita de juros	9.289.978	13.708.711	6.476.441	--	--	--	--	--	--	323.813	475.875	208.921
Contribuições recebidas	301.643	1.137.977	262.639	89.275	192.084	92.410	237.699	536.639	244.732	71.899	149.825	74.448
Benefícios pagos líquidos de contribuições de assistidos	(4.197.920)	(9.268.627)	(4.586.357)	(89.275)	(192.084)	(92.410)	(237.699)	(536.639)	(244.732)	(205.858)	(426.885)	(200.669)
Ganho/(perda) atuarial sobre os ativos do plano	(8.135.553)	(13.186.457)	(19.199.972)	--	--	--	--	--	--	(145.156)	(86.276)	(28.937)
Saldo Final	141.678.888	144.420.740	134.981.887	--	--	--	--	--	--	5.078.666	5.033.968	4.975.192

(1) Refere-se aos seguintes planos: Regulamento Geral (Econumus), Prevmals (Econumus), Regulamento Complementar 1 (Econumus), Multifuturo I (Fusesc), Plano I (Fusesc), Grupo B', Plus I e II e Plano BEP (Prevbep).

d.3) Valores reconhecidos no balanço patrimonial

	Plano 1 - Previ			Plano Informal - Previ			Plano de Associados - Cassi			Outros Planos		
	30.09.2014	31.12.2013	30.09.2013	30.09.2014	31.12.2013	30.09.2013	30.09.2014	31.12.2013	30.09.2013	30.09.2014	31.12.2013	30.09.2013
1) Valor justo dos ativos do plano	141.678.888	144.420.740	134.981.887	--	--	--	--	--	--	5.078.666	5.033.968	4.975.192
2) Valor presente das obrigações atuariais	(122.205.220)	(113.522.849)	(122.121.221)	(1.022.885)	(1.004.111)	(1.019.114)	(5.790.463)	(6.333.578)	(7.255.086)	(6.244.120)	(5.971.976)	(6.346.009)
3) Superávit/(déficit) (1+2)	19.473.668	30.897.891	12.860.666	(1.022.885)	(1.004.111)	(1.019.114)	(5.790.463)	(6.333.578)	(7.255.086)	(1.165.454)	(938.008)	(1.370.817)
4) Superávit/(Déficit) - parcela patrocinadora	9.736.834	15.448.946	6.430.333	(1.022.885)	(1.004.111)	(1.019.114)	(5.790.463)	(6.333.578)	(7.255.086)	(830.514)	(702.015)	(958.422)
5) Valores reconhecidos no resultado ⁽¹⁾	228.331	--	112.133	(36.523)	--	(35.851)	(195.446)	--	(230.260)	(29.089)	--	(25.579)
6) Valores recebidos dos fundos (Nota 27.f) ⁽¹⁾	117.452	--	112.818	--	--	--	--	--	--	--	--	--
7) Benefícios pagos ⁽¹⁾	--	--	--	38.824	--	40.730	112.517	--	124.936	23.695	--	23.049
8) (Passivo)/Ativo atuarial líquido registrado (4+5+6+7) ⁽²⁾	10.082.617	15.448.946	6.655.284	(1.020.584)	(1.004.111)	(1.014.235)	(5.873.392)	(6.333.578)	(7.360.410)	(835.908)	(702.015)	(960.952)

(1) Movimentações ocorridas após o relatório de avaliação atuarial de junho.

(2) Refere-se à parcela do patrocinador no superávit/(déficit). A realização do ativo atuarial registrado em Outros Créditos (Nota 11.b) ocorrerá obrigatoriamente até o final do plano. Entende-se por final do plano, a data em que será pago o último compromisso.

d.4) Perfil de vencimento das obrigações atuariais de benefício definido

	Duration ⁽¹⁾	Pagamentos de benefícios esperados ⁽²⁾				
		Até 1 ano	1 a 2 anos	2 a 5 anos	acima 5 anos	Total
Plano 1 (Previ)	9,37	4.284.567	8.757.232	35.628.789	170.091.462	218.762.050
Plano Informal (Previ)	4,85	71.108	124.408	359.133	447.533	1.002.182
Plano de Associados (Cassi)	11,74	232.115	451.468	1.794.090	14.417.167	16.894.840
Regulamento Geral (Economus)	9,63	179.915	363.977	743.379	8.450.255	9.737.526
Regulamento Complementar 1 (Economus)	13,74	630	1.374	3.314	98.267	103.585
Plus I e II (Economus)	9,87	17.496	34.484	131.935	746.243	930.158
Grupo B' (Economus)	8,00	6.588	12.551	47.979	164.337	231.455
Prevmás (Economus)	14,03	4.473	9.287	40.753	515.395	569.908
Multifuturo I (Fusesc)	11,47	2.353	4.772	19.696	149.550	176.371
Plano I (Fusesc)	11,99	13.982	29.373	133.727	1.208.541	1.385.623
Plano BEP (Prevbep)	10,50	1.218	2.515	11.503	72.399	87.635

(1) Duração média ponderada da obrigação atuarial de benefício definido.

(2) Valores considerados sem descontar a valor presente.

d.5) Detalhamento dos valores reconhecidos no resultado relativos aos planos de benefício definido

	Plano 1 - Previ			Plano Informal - Previ			Plano de Associados - Cassi			Outros Planos		
	3º Trim/2014	01.01 a 30.09.2014	01.01 a 30.09.2013	3º Trim/2014	01.01 a 30.09.2014	01.01 a 30.09.2013	3º Trim/2014	01.01 a 30.09.2014	01.01 a 30.09.2013	3º Trim/2014	01.01 a 30.09.2014	01.01 a 30.09.2013
Custo do serviço corrente	(64.208)	(187.162)	(217.969)	--	--	--	(23.819)	(92.884)	(101.868)	(4.741)	(14.781)	(12.082)
Custo dos juros	(1.787.719)	(5.418.354)	(2.534.073)	(29.319)	(91.986)	(72.158)	(171.627)	(583.621)	(522.267)	(98.747)	(168.771)	(80.757)
Rendimento esperado sobre os ativos do plano	2.080.258	6.725.247	3.238.220	--	--	--	--	--	--	74.401	99.329	--
Amortização do ganho/(perda) atuarial líquido	--	--	--	--	--	(32.109)	--	--	--	--	--	--
Custo do serviço passado não reconhecido	--	--	--	(7.204)	(22.028)	--	--	--	--	--	--	--
Despesa com funcionários da ativa	--	--	--	--	--	--	(87.007)	(263.332)	(243.773)	(37.453)	(106.725)	(97.710)
Outros ajustes/reversão	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	534	17.105
(Despesa)/Receita reconhecida na DRE	228.331	1.119.731	486.178	(36.523)	(114.014)	(104.267)	(282.453)	(939.837)	(867.908)	(66.540)	(190.414)	(173.444)

d.6) Composição dos ativos dos planos

	Plano 1 - Previ			Outros Planos		
	30.09.2014	31.12.2013	30.09.2013	30.09.2014	31.12.2013	30.09.2013
Renda Fixa	44.784.696	44.380.493	41.844.385	4.453.482	4.101.845	4.039.856
Renda Variável	82.995.493	86.219.182	80.314.223	238.528	457.923	492.544
Investimentos imobiliários	8.047.361	8.159.772	7.693.968	156.761	179.461	119.405
Empréstimos e financiamentos	4.930.425	4.823.653	4.454.402	105.298	102.190	104.479
Outros	920.913	837.640	674.909	124.597	192.549	218.908
Total	141.678.888	144.420.740	134.981.887	5.078.666	5.033.968	4.975.192
Montantes incluídos no valor justo dos ativos do plano						
Em instrumentos financeiros próprios da entidade	11.056.439	10.356.950	9.759.190	21.486	--	--
Em propriedades ou outros ativos utilizados pela entidade	161.836	162.322	134.982	8.032	4.788	4.975

d.7) Principais premissas atuariais adotadas em cada período

	Plano 1 - Previ			Plano Informal - Previ			Plano de Associados - Cassi			Outros Planos ⁽¹⁾		
	30.06.2014	31.12.2013	30.06.2013	30.06.2014	31.12.2013	30.06.2013	30.06.2014	31.12.2013	30.06.2013	30.06.2014	31.12.2013	30.06.2013
Taxa de inflação (a.a.)	5,82%	6,66%	5,60%	5,82%	6,66%	5,68%	5,82%	6,66%	5,52%	5,82%	6,66%	4,20%
Taxa real de desconto (a.a.)	6,10%	6,41%	5,29%	5,94%	6,15%	5,12%	6,14%	6,50%	5,38%	6,12%	6,45%	4,33%
Taxa nominal de retorno dos investimentos (a.a.)	12,28%	13,50%	11,19%	--	--	--	--	--	--	12,30%	13,55%	8,71%
Taxa real de crescimento salarial esperado (a.a.)	0,25%	0,25%	0,14%	--	--	--	--	--	--	0,65%	0,43%	0,15%
Tábua de sobrevivência	AT-2000			AT-2000			AT-2000			AT-2000		
Regime de capitalização	Crédito Unitário Projetado			Crédito Unitário Projetado			Crédito Unitário Projetado			Crédito Unitário Projetado		

O Banco, para definição dos valores relativos aos planos de benefício definido, utiliza métodos e premissas diferentes daqueles apresentados pelas entidades patrocinadas.

O pronunciamento técnico CPC 33 (R1) detalha a questão da contabilização bem como os efeitos ocorridos ou a ocorrer nas empresas patrocinadoras de planos de benefícios a empregados. Por sua vez, as entidades patrocinadas obedecem às normas emanadas do Ministério da Previdência Social, por intermédio do Conselho de Gestão da Previdência Complementar (CGPC) e da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc). As diferenças mais relevantes concentram-se na definição dos valores relativos ao Plano 1 – Previ.

d.8) Diferenças de premissas do Plano 1 – Previ

	Banco	Previ
Taxa real de desconto (a.a.)	6,1%	5%
Tábua de sobrevivência	AT-2000	AT-2000 (Suavizada 10%)
Avaliação de ativos - Fundos exclusivos	Valor de mercado ou fluxo de caixa descontado	Fluxo de caixa descontado
Regime de capitalização	Crédito Unitário Projetado	Método Agregado

d.9) Conciliação dos valores apurados no Plano 1 - Previ/Banco

	Ativos do Plano			Obrigações Atuariais			Efeito no Superávit		
	30.06.2014	31.12.2013	30.06.2013	30.06.2014	31.12.2013	30.06.2013	30.06.2014	31.12.2013	30.06.2013
Valor apurado - Previ	140.139.983	138.817.850	130.877.557	(118.866.137)	(114.220.748)	(109.100.842)	21.273.846	24.597.102	21.776.715
Incorporação dos valores do contrato 97	13.795.151	13.663.084	13.235.172	(13.795.151)	(13.663.084)	(13.235.172)	--	--	--
Incorporação dos valores do Grupo Especial	1.072.293	1.056.555	1.021.733	(1.072.293)	(1.056.555)	(1.021.733)	--	--	--
Ajuste no valor dos ativos do plano ⁽¹⁾	(13.328.539)	(9.116.749)	(10.152.575)	--	--	--	(13.328.539)	(9.116.749)	(10.152.575)
Ajuste nas obrigações - taxa de desconto/regime de capitalização	--	--	--	11.528.361	15.417.538	1.236.526	11.528.361	15.417.538	1.236.526
Valor apurado - Banco	141.678.888	144.420.740	134.981.887	(122.205.220)	(113.522.849)	(122.121.221)	19.473.668	30.897.891	12.860.666

(1) Refere-se principalmente aos ajustes efetuados pelo Banco na apuração do valor justo dos investimentos na Litel, Neoenergia e em títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento.

d.10) Análise de Sensibilidade

As análises de sensibilidade são baseadas na mudança em uma suposição, mantendo todas as outras constantes. Na prática, isso é pouco provável de ocorrer, e as mudanças em algumas das suposições podem ser correlacionadas.

Os métodos utilizados na elaboração da análise de sensibilidade não se alteraram em relação ao período anterior, sendo observadas as atualizações nos parâmetros de taxa de desconto.

30.06.2014			Tábua biométrica		Crescimento salarial		Taxa de juros	
			+1 idade	-1 idade	+0,25%	-0,25%	+0,25%	-0,25%
Plano 1 (Previ)	Valor presente da obrigação atuarial	122.205.220	120.116.991	124.262.352	122.345.325	122.066.470	119.900.555	124.605.919
	Superávit/(déficit) do plano	19.473.668	21.561.897	17.416.536	19.333.563	19.612.418	21.778.333	17.072.969
Plano Informal (Previ)	Valor presente da obrigação atuarial	1.022.885	987.804	1.063.230	--	--	1.010.715	1.035.381
	Superávit/(déficit) do plano	(1.022.885)	(987.804)	(1.063.230)	--	--	(1.010.715)	(1.035.381)
Plano de Associados (Cassi)	Valor presente da obrigação atuarial	5.790.463	5.659.066	5.920.015	5.791.574	5.789.382	5.665.061	5.921.068
	Superávit/(déficit) do plano	(5.790.463)	(5.659.066)	(5.920.015)	(5.791.574)	(5.789.382)	(5.665.061)	(5.921.068)
Regulamento Geral (Economus)	Valor presente da obrigação atuarial	4.896.693	4.805.091	4.985.530	--	--	4.764.925	5.018.758
	Superávit/(déficit) do plano	(880.754)	(789.146)	(969.585)	--	--	(748.980)	(1.002.814)
Regulamento Complementar 1 (Economus)	Valor presente da obrigação atuarial	32.111	33.383	30.870	--	--	31.056	33.218
	Superávit/(déficit) do plano	(3.808)	(5.081)	(2.567)	--	--	(2.753)	(4.915)
Plus I e II (Economus)	Valor presente da obrigação atuarial	330.653	319.475	341.702	--	--	324.495	337.040
	Superávit/(déficit) do plano	(330.653)	(319.475)	(341.702)	--	--	(324.495)	(337.040)
Grupo B' (Economus)	Valor presente da obrigação atuarial	130.075	127.128	132.943	--	--	127.534	132.708
	Superávit/(déficit) do plano	(130.075)	(127.128)	(132.943)	--	--	(127.534)	(132.708)
Prevmias (Economus)	Valor presente da obrigação atuarial	193.983	193.960	194.049	--	--	188.353	199.914
	Superávit/(déficit) do plano	60.369	60.392	60.303	--	--	65.999	54.438
Multifuturo I (Fusesc)	Valor presente da obrigação atuarial	76.792	76.010	77.546	--	--	74.913	78.845
	Superávit/(déficit) do plano	37.200	37.982	36.446	--	--	39.080	35.147
Plano I (Fusesc)	Valor presente da obrigação atuarial	540.256	538.465	542.090	540.262	540.250	529.991	550.106
	Superávit/(déficit) do plano	43.886	45.678	42.052	43.881	43.892	54.151	34.036
Plano BEP (Prevbep)	Valor presente da obrigação atuarial	43.557	42.912	44.183	43.790	43.315	42.634	44.520
	Superávit/(déficit) do plano	38.381	39.026	37.756	38.149	38.623	39.304	37.418

e) Resumo dos ativos/(passivos) atuariais registrados no Banco

	Ativo Atuarial			Passivo Atuarial		
	30.09.2014	31.12.2013	30.09.2013	30.09.2014	31.12.2013	30.09.2013
Plano 1 (Previ)	10.082.617	15.448.946	6.655.284	--	--	--
Plano Informal (Previ)	--	--	--	(1.020.584)	(1.004.111)	(1.014.235)
Plano de Associados (Cassi)	--	--	--	(5.873.392)	(6.333.578)	(7.360.410)
Regulamento Geral (Economus)	--	--	--	(464.461)	(353.961)	(505.866)
Regulamento Complementar 1 (Economus)	--	--	--	(1.231)	(218)	(2.101)
Plus I e II (Economus)	--	--	--	(330.148)	(327.519)	(387.005)
Grupo B' (Economus)	--	--	--	(130.931)	(115.589)	(130.798)
Prevmiais (Economus)	30.312	31.513	3.767	--	--	--
Multifuturo I (Fusesc)	18.348	22.870	22.217	--	--	--
Plano I (Fusesc)	22.596	19.436	18.692	--	--	--
Plano BEP (Prevbep)	19.607	21.453	20.142	--	--	--
Total	10.173.480	15.544.218	6.720.102	(7.820.747)	(8.134.976)	(9.400.415)

f) Destinações do Superávit - Plano 1

	3º Trimestre/2014	3º Trimestre/2013	01.01 a 30.09.2014	01.01 a 30.09.2013
Fundo Paridade				
Saldo Inicial	116.566	748.245	172.124	740.643
Atualização	2.366	11.455	11.912	54.363
Contribuições ao Plano 1 - Contrato 97	--	(13)	(60.552)	(32.507)
Contribuição amortizante antecipada - Grupo Especial ⁽¹⁾	(522)	--	(5.074)	(2.812)
Saldo Final	118.410	759.687	118.410	759.687
Fundo de Destinação				
Saldo Inicial	--	1.377.855	--	2.373.525
Atualização	--	17.907	--	124.345
Valores transferidos para o Plano 1	--	--	--	(223.687)
Transferência para o Fundo de Utilização	--	(294.618)	--	(1.173.039)
Saldo Final	--	1.101.144	--	1.101.144
Fundo de Contribuição				
Saldo Inicial	--	536.574	--	726.637
Atualização	--	7.309	--	44.427
Contribuições ao Plano 1	--	(112.818)	--	(339.999)
Saldo Final	--	431.065	--	431.065
Fundo de Utilização				
Saldo Inicial	8.045.908	6.569.981	7.794.154	5.357.912
Valores transferidos do Fundo de Destinação	--	294.618	--	1.173.039
Contribuições ao Plano 1	(116.930)	--	(353.469)	--
Atualização	162.856	103.760	651.149	437.408
Saldo Final	8.091.834	6.968.359	8.091.834	6.968.359
Total dos fundos de destinação do superávit	8.210.244	9.260.255	8.210.244	9.260.255

(1) Refere-se à integralização de 100% das reservas matemáticas garantidoras dos complementos adicionais de aposentadoria do Grupo Especial.

f.1) Fundo Paridade

O custeio do plano era mantido, até 15.12.2000, com a contribuição de 2/3 (dois terços) pelo Banco e de 1/3 (um terço) pelos participantes. A partir de 16.12.2000, visando adequar às disposições da Emenda Constitucional n.º 20, tanto o Banco quanto os participantes passaram a contribuir com 50% cada, sendo inclusive objeto de acordo posterior entre as partes envolvidas, com a devida homologação pela Secretaria de Previdência Complementar.

O custo da implementação da paridade contributiva foi coberto com a utilização do superávit existente no Plano na época. Como efeito desse acordo, coube ao Banco, ainda, reconhecer o valor histórico de R\$ 2.227.254 mil, os quais foram registrados em Fundos de Destinação Superávit - Previ. Esse ativo é corrigido mensalmente com base na meta atuarial (INPC + 5% a.a.), e vem sendo utilizado desde janeiro de 2007 para compensar eventual desequilíbrio financeiro na relação entre Reserva a Amortizar e Amortizante Antecipada decorrente do contrato estabelecido com a Previ em 1997, o qual garantiu benefícios complementares aos participantes do Plano 1 admitidos até 14.04.1967 e que não estavam aposentados até aquela data.

f.2) Fundo de Destinação e de Contribuição

Fundo de Destinação

Em 24.11.2010, o Banco assinou Memorando de Entendimentos com as entidades representativas de funcionários e aposentados, visando à destinação e utilização parcial do superávit do Plano, conforme determina a Lei Complementar n.º 109/2001 e Resolução CGPC n.º 26/2008.

Face a aprovação das medidas previstas no Memorando de Entendimentos pelo Conselho Deliberativo da Previ, o Banco registrou, em 30.11.2010, em Fundos de Destinação - Previ, o montante de R\$ 7.519.058 mil em contrapartida à baixa do valor na rubrica de Outros Créditos - Ativo Atuarial, sendo corrigido pela meta atuarial (INPC + 5% a.a.).

Fundo de Contribuição

O Fundo de Contribuição é constituído por recursos transferidos do Fundo de Destinação para fazer frente à suspensão da cobrança de contribuições pelo período de três exercícios, conforme estabelecido no Memorando de Entendimentos. Mensalmente, o valor relativo às contribuições do Banco é transferido para a titularidade da Previ. O Fundo de Contribuição é corrigido pela meta atuarial (INPC + 5% a.a.).

Reversão dos Fundos de Destinação e de Contribuição

Em dezembro de 2013, o excedente do superávit contabilizado em Reserva de Contingência ficou inferior a 25% das Reservas Matemáticas, exigindo a sua recomposição. Dessa forma, conforme previsto no artigo 18 da Resolução CGPC n.º 26/2008, a utilização da Reserva Especial do plano foi interrompida e os valores contabilizados nos Fundos de Destinação e de Contribuições dos participantes e do patrocinador foram revertidos à Reserva de Contingência.

f.3) Fundo de Utilização

O Fundo de Utilização, constituído por recursos transferidos do Fundo de Destinação, pode ser utilizado pelo Banco, como forma de reembolso ou como redução nas contribuições futuras, após cumpridas as exigências estabelecidas pela legislação aplicável. O Fundo de Utilização é corrigido pela meta atuarial (INPC + 5% a.a.).

28 – PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES, OBRIGAÇÕES LEGAIS – FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

Ativos Contingentes

Não são reconhecidos ativos contingentes nas demonstrações contábeis, conforme CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN n.º 3.823/2009.

Ações Trabalhistas

O Banco é parte passiva (réu) em processos judiciais trabalhistas movidos, na grande maioria, por ex-empregados ou sindicatos da categoria. As provisões de perdas prováveis representam vários pedidos reclamados, como: indenizações, horas extras, descaracterização de jornada de trabalho, adicional de função e representação e outros.

Ações Fiscais

O Banco, a despeito de seu perfil conservador, está sujeito – em fiscalizações realizadas pelas autoridades tributárias – a questionamentos com relação a tributos, que podem eventualmente gerar autuações, como por exemplo: composição da base de cálculo do IRPJ/CSLL (dedutibilidades); e discussão quanto à incidência de tributos, quando da ocorrência de determinados fatos econômicos. A maioria das ações oriundas das autuações versa sobre ISSQN, IRPJ, CSLL, PIS/Cofins, IOF e Contribuições Previdenciárias Patronais. Como garantia de algumas delas, quando necessário, existem penhoras em dinheiro, títulos públicos, ou imóveis, ou depósitos judiciais para suspensão da exigibilidade dos tributos em discussão.

Ações de Natureza Cível

Entre as ações judiciais de natureza cível, destacam-se as de cobrança de diferença de correção monetária de cadernetas de poupança e depósitos judiciais relativos ao período dos Planos Econômicos (Plano Bresser, Plano Verão e Planos Collor I e II).

Embora o Banco do Brasil tenha cumprido a legislação e regulamentação vigentes à época, os referidos processos vêm sendo provisionados, considerando as ações em que o Banco é citado e as correspondentes perspectivas de perdas, consideradas depois de analisada cada demanda, tendo em vista a jurisprudência atual do Superior Tribunal de Justiça - STJ.

Em relação a esses litígios, o Supremo Tribunal Federal - STF suspendeu o andamento dos processos que estavam na fase de conhecimento, até que haja pronunciamento definitivo daquela Corte quanto ao direito discutido.

a) Provisões para Demandas Trabalhistas, Fiscais e Cíveis - Prováveis

Em conformidade com o CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN n.º 3.823/2009, o Banco constitui provisão para demandas trabalhistas, cíveis e fiscais com risco de perda “provável”.

Movimentações nas provisões para demandas trabalhistas, fiscais e cíveis, classificadas como prováveis

	3º Trimestre/2014	3º Trimestre/2013	01.01 a 30.09.2014	01.01 a 30.09.2013
Demandas Trabalhistas				
Saldo Inicial	2.959.588	3.320.243	3.425.747	2.945.490
Constituição	182.714	347.919	882.016	1.047.533
Reversão da provisão	(9.841)	(129.749)	(984.910)	(222.774)
Baixa por pagamento	(279.896)	(264.141)	(656.928)	(614.118)
Atualização monetária	88.083	89.811	274.723	207.952
Valores incorporados/adicionados ⁽¹⁾	--	82.076	--	82.076
Saldo Final	2.940.648	3.446.159	2.940.648	3.446.159
Demandas Fiscais				
Saldo Inicial	2.159.844	2.251.471	2.016.385	2.020.124
Constituição	65.329	58.771	272.391	279.831
Reversão da provisão	(328.020)	(9.729)	(442.407)	(28.827)
Baixa por pagamento	(12.718)	(1.256)	(19.074)	(8.039)
Atualização monetária	22.206	26.182	79.346	59.059
Valores incorporados/adicionados ⁽²⁾	--	61.017	--	64.308
Saldo Final	1.906.641	2.386.456	1.906.641	2.386.456
Demandas Cíveis				
Saldo Inicial	5.377.416	5.518.738	4.811.852	4.208.172
Constituição	523.736	645.678	2.940.874	3.394.984
Reversão da provisão	(76.802)	(684.482)	(1.564.334)	(1.898.638)
Baixa por pagamento	(307.780)	(167.505)	(793.711)	(459.660)
Atualização monetária	(31.257)	82.149	90.632	149.720
Saldo Final	5.485.313	5.394.578	5.485.313	5.394.578
Total das Demandas Trabalhistas, Fiscais e Cíveis	10.332.602	11.227.193	10.332.602	11.227.193

(1) No período de 01.01 a 30.09.2013, R\$ 11.046 mil é proveniente do IRB e R\$ 71.030 mil de incorporações do Banco Votorantim.

(2) No período de 01.01 a 30.09.2013, R\$ 60.966 mil é proveniente do IRB e R\$ 3.342 mil de incorporações do Banco Votorantim.

b) Passivos Contingentes – Possíveis

As demandas trabalhistas, fiscais e cíveis classificadas com risco “possível” são dispensadas de constituição de provisão com base no CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN n.º 3.823/2009.

Saldos dos passivos contingentes classificados como possíveis

	30.09.2014	31.12.2013	30.09.2013
Demandas Trabalhistas	959.099	823.379	787.838
Demandas Fiscais ⁽¹⁾	11.518.805	8.860.255	8.684.680
Demandas Cíveis	4.034.833	4.445.562	4.422.109
Total	16.512.737	14.129.196	13.894.627

(1) As principais contingências têm origem em (i) autos de infração lavrados pelo INSS, visando o recolhimento de contribuições incidentes sobre abonos salariais pagos nos acordos coletivos do período de 1995 a 2006, no valor de R\$ 2.395.253 mil, verbas de transporte coletivo e utilização de veículo próprio por empregados do Banco do Brasil, no valor de R\$ 210.211 mil, e participações nos lucros e resultados de funcionários, correspondentes ao período de abril de 2001 a outubro de 2003, no valor de R\$ 65.790 mil e (ii) autos de infração lavrados pelas Fazendas Públicas dos Municípios visando a cobrança de ISSQN, no montante de R\$ 1.175.517 mil.

c) Depósitos em Garantia de Recursos**Saldos dos depósitos em garantia constituídos para as contingências**

	30.09.2014	31.12.2013	30.09.2013
Demandas Trabalhistas	3.977.041	3.324.680	3.129.392
Demandas Fiscais	7.925.486	7.570.252	7.289.120
Demandas Cíveis	9.637.949	7.601.508	6.860.657
Total	21.540.476	18.496.440	17.279.169

d) Obrigações Legais

O Banco mantém registrado em Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias o montante de R\$ 12.936.755 mil (R\$ 12.602.564 mil em 31.12.2013 e R\$ 14.045.653 mil em 30.09.2013) relativo à seguinte ação:

Ação Judicial: Imposto de Renda e Contribuição Social

Em 29.01.1998, o Banco impetrou o Mandado de Segurança nº 1999.34.00.002278-3, distribuído para a 16ª Vara Federal do Distrito Federal, pleiteando a compensação integral dos prejuízos fiscais acumulados de Imposto de Renda e das bases de cálculo negativas de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). Desde então, o Banco passou a compensar integralmente prejuízos fiscais e bases negativas com o valor devido de Imposto de Renda e de Contribuição Social, realizando depósito integral do montante devido (70% do valor compensado), o que ensejou o despacho judicial, determinando a suspensão da exigibilidade dos referidos tributos, nos termos do artigo 151, inciso II, do Código Tributário Nacional (CTN). O mérito da causa foi julgado improcedente em 1ª Instância e o Recurso de Apelação interposto pelo Banco foi desprovido pelo Tribunal Regional Federal (TRF) da 1ª Região. A decisão foi impugnada mediante Recurso Extraordinário interposto pelo Banco, em 01.10.2002. Atualmente, o referido recurso do Banco encontra-se aguardando, no TRF da 1ª Região, o julgamento pelo STF, de outro recurso extraordinário (RE n.º 591.340), que teve reconhecida a repercussão geral por aquela Corte Suprema.

A compensação dos valores decorrentes de prejuízos fiscais e de CSLL a compensar tem como efeito a baixa de créditos tributários ativados, observada a limitação de 30%.

Os tributos diferidos (IRPJ e CSLL) sobre a atualização dos depósitos judiciais vêm sendo compensados com os créditos tributários decorrentes da provisão para perda da referida atualização, em conformidade com o art. 1º, inciso II, § 2º, da Resolução CMN n.º 3.059/2002, sem efeito no resultado.

Considerada a hipótese de êxito na ação judicial, verificou-se que, em setembro de 2005 e em janeiro de 2009, o Banco teria consumido todo o estoque de Prejuízos Fiscais e CSLL a Compensar, respectivamente. Assim, desde a competência outubro de 2005 e fevereiro de 2009, os valores do IRPJ e da CSLL estão sendo recolhidos integralmente. Além disso, ocorreria a transferência dos recursos da rubrica que registra os depósitos judiciais para a de disponibilidades. Os créditos tributários relativos aos depósitos judiciais (principal) seriam baixados contra o passivo de IRPJ e CSLL existente e seria revertida, contra o resultado, a provisão para riscos fiscais relativa à atualização dos depósitos, registrada no valor de R\$ 6.364.755 mil.

Por outro lado, considerada a hipótese de perda da ação (situação em que os valores depositados judicialmente seriam convertidos em renda a favor da Fazenda Nacional), são reclassificadas, para a rubrica representativa de ativo "IRPJ a compensar" e "CSLL a compensar", as parcelas de créditos tributários de IRPJ sobre prejuízos fiscais e CSLL a compensar, respectivamente, que poderiam ser utilizadas desde a competência outubro de 2005 e fevereiro de 2009, observada a limitação de 30%. Esses tributos a compensar, que decorreriam das retificações das Declarações de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica, correspondem a R\$ 5.391.895 mil, em 30.09.2014, e sua atualização pela Taxa Selic a R\$ 1.957.192 mil. Tal valor ajusta a provisão para riscos fiscais relativa à atualização dos depósitos judiciais, de forma que alcançaria o montante necessário para anular integralmente o risco inerente à hipótese de perda.

Valores relacionados à referida ação

	30.09.2014	31.12.2013	30.09.2013
Depósitos Judiciais	15.204.014	14.606.013	14.424.658
Montante realizado (70%)	7.817.011	7.817.011	7.817.011
Atualização monetária	7.387.003	6.789.002	6.607.647
Obrigações Legais - Provisão para Processo Judicial	12.936.428	12.602.564	12.529.646
Prejuízos fiscais de IRPJ	3.002.033	3.002.033	3.002.033
Bases negativas de CSLL / CSLL a compensar	3.569.640	3.569.640	3.569.640
Provisão para atualização do depósito judicial	6.364.755	6.030.891	5.957.973

O Banco Votorantim possui obrigações legais relativas à PIS/Pasep e Cofins no montante de R\$ 327 mil em 30.09.2014 (R\$ 840.162 mil em 30.09.2013).

29 – GERENCIAMENTO DE RISCOS E DE CAPITAL**a) Processo de Gestão de Riscos**

O Banco do Brasil considera o gerenciamento de riscos e de capital como um dos vetores principais para o processo de tomada de decisão.

No Banco, a gestão colegiada dos riscos é realizada de forma totalmente segregada das unidades de negócios. As políticas de gestão de riscos são aprovadas pelo Conselho de Administração. O Comitê de Risco Global (CRG), fórum composto pelo Presidente e Vice-Presidentes, é responsável pela implantação e acompanhamento dessas políticas. Já as diretrizes emanadas do CRG são conduzidas em subcomitês específicos (crédito, mercado e liquidez, e operacional), que são fóruns constituídos por Diretores.

Para conhecer mais sobre o processo de gestão de riscos no Banco do Brasil, acesse o website bb.com.br/ri.

b) Risco de Crédito

Risco de Crédito está associado à possibilidade de perda resultante da incerteza quanto ao recebimento de valores pactuados com tomadores de empréstimos, contrapartes de contratos ou emissores de títulos.

Para se alinhar às melhores práticas de gestão do risco de crédito e aumentar a eficiência na gestão de seu capital econômico, o Banco utiliza métricas de risco e de retorno como instrumentos de disseminação da cultura na Instituição, presentes em todo o seu processo de crédito.

c) Risco de Liquidez

O risco de liquidez assume duas formas: risco de liquidez de mercado e risco de liquidez de fluxo de caixa (funding). O primeiro corresponde à possibilidade de perda decorrente da incapacidade de realizar uma transação em tempo razoável e sem perda significativa de valor. O segundo está associado à possibilidade de falta de recursos para honrar os compromissos assumidos em função do descasamento entre os ativos e passivos.

d) Risco Operacional

Risco operacional reflete a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Esse conceito inclui o risco legal.

e) Risco de Mercado

Risco de Mercado reflete a possibilidade de perdas que podem ser ocasionadas por mudanças no comportamento das taxas de juros, do câmbio, dos preços das ações e dos preços de *commodities*.

Instrumentos Financeiros - Valor Justo

Instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais, comparadas ao valor justo:

	30.09.2014		31.12.2013		30.09.2013		Ganho/(Perda) não Realizado sem Efeitos Fiscais						
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	No Resultado			No Patrimônio Líquido			
							30.09.2014	31.12.2013	30.09.2013	30.09.2014	31.12.2013	30.09.2013	
Ativos													
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	317.820.441	317.780.104	231.131.786	231.075.033	233.320.363	233.235.856	(40.337)	(56.753)	(84.507)	(40.337)	(56.753)	(84.507)	
Títulos e valores mobiliários	208.712.690	209.907.905	200.418.074	201.306.389	194.330.079	194.207.363	(127.251)	95.314	(549.113)	1.195.215	888.315	(122.716)	
Ajuste a mercado de títulos disponíveis para venda (Nota 8.a)	--	--	--	--	--	--	(1.322.466)	(793.001)	(426.397)	--	--	--	
Ajuste a mercado de títulos mantidos até o vencimento (Nota 8.a)	--	--	--	--	--	--	1.195.215	888.315	(122.716)	1.195.215	888.315	(122.716)	
Instrumentos financeiros derivativos	1.722.582	1.722.582	1.520.656	1.520.656	1.601.872	1.601.872	--	--	--	--	--	--	
Operações de crédito	598.022.445	594.866.578	560.203.141	558.842.258	526.023.789	525.386.977	(3.155.867)	(1.360.883)	(636.812)	(3.155.867)	(1.360.883)	(636.812)	
Passivos													
Depósitos interfinanceiros	28.530.991	28.978.962	27.155.259	27.232.091	21.013.334	21.101.948	(447.971)	(76.832)	(88.614)	(447.971)	(76.832)	(88.614)	
Depósitos a prazo	221.777.370	222.020.460	247.311.253	247.321.974	246.486.308	246.594.896	(243.090)	(10.721)	(108.588)	(243.090)	(10.721)	(108.588)	
Obrigações por operações compromissadas	319.722.968	318.732.844	239.464.578	238.883.272	243.910.681	243.455.138	990.124	581.306	455.543	990.124	581.306	455.543	
Obrigações por Empréstimos e Repasses	108.698.205	108.834.851	104.444.653	104.454.456	97.642.615	97.862.862	(136.646)	(9.803)	(220.247)	(136.646)	(9.803)	(220.247)	
Instrumentos financeiros derivativos	2.918.187	2.918.187	3.694.410	3.694.410	4.575.657	4.575.657	--	--	--	--	--	--	
Outras Obrigações	289.143.434	287.648.911	264.725.731	263.724.477	257.967.574	257.123.073	1.494.523	1.001.254	844.501	1.494.523	1.001.254	844.501	
Ganho/(Perda) não Realizado(a) sem Efeitos Fiscais							(1.666.515)	162.882	(387.837)	(344.049)	955.883	38.560	

Determinação do Valor Justo dos Instrumentos Financeiros

Aplicações Interfinanceiras de Liquidez: O valor justo foi obtido pelo desconto dos fluxos de caixa futuros, adotando as taxas de juros praticadas pelo mercado em operações semelhantes na data do balanço.

Títulos e Valores Mobiliários: Contabilizados pelo valor de mercado, em conformidade com o estabelecido pela Circular Bacen n.º 3.068/2001, excetuando-se desse critério os títulos mantidos até o vencimento. A apuração do valor justo dos títulos, inclusive dos títulos mantidos até o vencimento, deu-se com base nas taxas coletadas junto ao mercado.

Operações de Crédito: As operações remuneradas a taxas pré-fixadas de juros foram estimadas mediante o desconto dos fluxos futuros de caixa, adotando-se, para tanto, as taxas de juros utilizadas pelo Banco para contratação de operações semelhantes na data de balanço. Para as operações deste grupo, remuneradas a taxas pós-fixadas, foi considerado como valor justo o próprio valor contábil devido à equivalência entre os mesmos.

Depósitos Interfinanceiros: O valor justo foi calculado mediante o desconto da diferença entre os fluxos futuros de caixa e as taxas atualmente praticadas no mercado para operações pré-fixadas. No caso de operações pós-fixadas, cujos vencimentos não ultrapassavam 30 dias, o valor contábil foi considerado equivalente ao valor justo.

Depósitos a Prazo: Na apuração do valor justo foram utilizados os mesmos critérios adotados para os depósitos interfinanceiros.

Obrigações por Operações Compromissadas: Para as operações com taxas pré-fixadas, o valor justo foi apurado calculando o desconto dos fluxos de caixa estimados, adotando taxas de desconto equivalentes às taxas praticadas em contratações de operações similares na data do balanço. Para as operações pós-fixadas, os valores contábeis foram considerados equivalentes ao valor justo.

Obrigações por Empréstimos e Repasses: Tais operações são exclusivas do Banco, sem similares no mercado. Face às suas características específicas, taxas exclusivas para cada recurso ingressado e inexistência de mercado ativo e instrumento similar, o valor justo dessas operações foi considerado equivalente ao valor contábil.

Outras Obrigações: O valor justo foi apurado por meio do cálculo do fluxo de caixa descontado, considerando as taxas de juros oferecidas no mercado para obrigações cujos vencimentos, riscos e prazos são similares.

Derivativos: Os derivativos são contabilizados pelo valor de mercado, conforme a Circular Bacen n.º 3.082/2002. A apuração do valor de mercado dos derivativos foi estimada de acordo com modelo de precificação interno, observadas as taxas divulgadas para operações com prazo e indexadores similares no último dia de negociação do exercício.

Demais Instrumentos Financeiros: Constantes ou não do balanço patrimonial, o valor justo foi equivalente ao valor contábil.

Níveis de Informação Referentes a Ativos e Passivos Mensurados a Valor Justo no Balanço

Conforme os níveis de informação na mensuração ao valor justo, as técnicas de avaliação utilizadas pelo Banco são as seguintes:

Nível 1 – são usados preços cotados em mercados ativos para instrumentos financeiros idênticos. Um instrumento financeiro é considerado como cotado em um mercado ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis, e se esses preços representarem transações de mercado reais e que ocorrem regularmente numa base em que não exista relacionamento entre as partes.

Nível 2 – são usadas outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços são cotados em mercados não ativos ou para ativos e passivos similares, ou são usadas outras informações que estão disponíveis ou que podem ser corroboradas pelas informações observadas no mercado para suportar a avaliação dos ativos e passivos.

Nível 3 – são usadas informações na definição do valor justo que não estão disponíveis no mercado. Se o mercado para um instrumento financeiro não estiver ativo, o Banco estabelece o valor justo usando uma técnica de valorização que considera dados internos, mas que seja consistente com as metodologias econômicas aceitas para a precificação de instrumentos financeiros.

Ativos e Passivos Financeiros Mensurados a Valor Justo no Balanço

	Saldo em 30.09.2014	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos	195.895.815	119.799.551	75.550.671	545.593
Títulos e valores mobiliários disponíveis para negociação, a valor de mercado	93.817.459	70.585.137	23.232.322	--
Instrumentos financeiros derivativos	1.722.582	--	1.722.582	--
Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda, a valor de mercado	100.355.774	49.214.414	50.595.767	545.593
Passivos	6.805.554	--	6.805.554	--
Captação com <i>hedge</i>	3.887.367	--	3.887.367	--
Instrumentos financeiros derivativos	2.918.187	--	2.918.187	--

	Saldo em 31.12.2013	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos	187.153.114	108.646.325	77.926.704	580.085
Títulos e valores mobiliários disponíveis para negociação, a valor de mercado	84.520.132	56.882.741	27.637.391	--
Instrumentos financeiros derivativos	1.520.656	--	1.520.656	--
Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda, a valor de mercado	101.112.326	51.763.584	48.768.657	580.085
Passivos	7.413.952	--	7.413.952	--
Captação com <i>hedge</i>	3.719.542	--	3.719.542	--
Instrumentos financeiros derivativos	3.694.410	--	3.694.410	--

	Saldo em 30.09.2013	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos	180.507.792	107.091.527	72.760.497	655.768
Títulos e valores mobiliários disponíveis para negociação, a valor de mercado	78.390.883	55.415.283	22.975.600	--
Instrumentos financeiros derivativos	1.601.872	--	1.601.550	322
Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda, a valor de mercado	100.515.037	51.676.244	48.183.347	655.446
Passivos	8.635.398	--	8.635.398	--
Captação com <i>hedge</i>	4.059.741	--	4.059.741	--
Instrumentos financeiros derivativos	4.575.657	--	4.575.657	--

Movimentação dos ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo no balanço, classificados como nível 3

	3º Trimestre/2014				
	Saldo Inicial	Aquisições	Baixas	Resultado	Saldo Final
Ativos					
Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda, a valor de mercado	550.754	545.593	(550.754)	--	545.593

	3º Trimestre/2013				
	Saldo Inicial	Aquisições	Baixas	Resultado	Saldo Final
Ativos					
Instrumentos financeiros derivativos	670	--	(630)	282	322
Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda, a valor de mercado	721.788	--	(74.743)	8.401	655.446

Análise de Sensibilidade (Instrução CVM n.º 475/2008)

Alinhado às melhores práticas de mercado, o Banco do Brasil gerencia seus riscos de forma dinâmica, buscando identificar, avaliar, monitorar e controlar as exposições aos riscos de mercado de suas posições próprias. Para isso, o Banco considera os limites de riscos estabelecidos pelos Comitês Estratégicos e possíveis cenários para atuar de forma tempestiva na reversão de eventuais resultados adversos.

O Banco do Brasil, em conformidade com a Resolução CMN n.º 3.464/2007 e com a Circular Bacen n.º 3.354/2007, visando maior eficiência na gestão de suas operações expostas ao risco de mercado, segrega as suas operações, inclusive instrumentos financeiros derivativos, da seguinte forma:

1) Carteira de Negociação (Trading Book): formada por todas as operações de posições próprias realizadas com intenção de negociação ou destinadas a *hedge* da carteira de negociação, para as quais haja a intenção de serem negociadas antes de seu prazo contratual, observadas as condições normais de mercado, e que não contenham cláusula de inegociabilidade.

2) Carteira de Não Negociação (Banking Book): formada por operações não classificadas na Carteira de Negociação, tendo como característica principal a intenção de manter tais operações até o seu vencimento.

A análise de sensibilidade para todas as operações ativas e passivas do Balanço Patrimonial, em atendimento à Instrução CVM n.º 475/2008, não reflete adequadamente a gestão dos riscos de mercado adotada pela Instituição, bem como não representa as práticas contábeis adotadas pelo Banco.

Para determinar a sensibilidade do capital das posições do Banco do Brasil, exceto as posições do Banco Votorantim, aos movimentos das variáveis de mercado, foram realizadas simulações com três possíveis cenários, sendo dois deles com resultado adverso para o Banco. Os cenários utilizados estão apresentados como segue:

Cenário I: Situação provável, a qual reflete a percepção da alta administração do Banco em relação ao cenário com maior probabilidade de ocorrência, para um horizonte de três meses, considerando fatores macroeconômicos e informações de mercado (BM&FBovespa, Anbima, etc.). Premissas utilizadas: taxa de câmbio reais/dólar de R\$ 2,40 e manutenção da taxa Selic em 11,00% ao ano, com base nas condições de mercado observadas em 30.09.2014.

Cenário II: Situação eventual. Premissas utilizadas: choque de 25% nas variáveis de risco, com base nas condições de mercado observadas em 30.09.2014, sendo consideradas as piores perdas resultantes por fator de risco e, consequentemente, não considerando a racionalidade entre as variáveis macroeconômicas.

Cenário III: Situação eventual. Premissas utilizadas: choque de 50% nas variáveis de risco, com base nas condições de mercado observadas em 30.09.2014, sendo consideradas as piores perdas resultantes por fator de risco e, consequentemente, não considerando a racionalidade entre as variáveis macroeconômicas.

No quadro abaixo, encontram-se sintetizados os resultados para a Carteira de Negociação (*Trading*), exceto as posições do Banco Votorantim, composta por títulos públicos e privados, instrumentos financeiros derivativos e recursos captados por meio de operações compromissadas:

Fator de Risco	Conceito	Cenário I					
		30.09.2014		31.12.2013		30.09.2013	
		Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado
Taxa pré-fixada	Risco de variação das taxas pré-fixadas de juros	Manutenção	--	Aumento	(1.648)	Aumento	(2.685)
Cupons de TMS e CDI	Risco de variação de cupons de taxas de juros	Redução	3	Redução	14	Redução	(26)
Cupom de IPCA	Risco de variação de cupons de índices de preços	Manutenção	--	Aumento	(439)	Aumento	(699)
Cupom de Dólar Americano	Risco de variação de cupons de moedas estrangeiras	--	--	--	--	Aumento	(20)
Taxas de câmbio	Risco de variação das taxas de câmbio	Redução	(6.478)	Aumento	1.417	Aumento	4.904

Fator de Risco	Conceito	Cenário II					
		30.09.2014		31.12.2013		30.09.2013	
		Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado
Taxa pré-fixada	Risco de variação das taxas pré-fixadas de juros	Redução	(3.664)	Aumento	(9.821)	Aumento	(11.052)
Cupons de TMS e CDI	Risco de variação de cupons de taxas de juros	Aumento	(4)	Aumento	(10)	Redução	(6)
Cupom de IPCA	Risco de variação de cupons de índices de preços	Aumento	(1.036)	Aumento	(1.275)	Aumento	(1.211)
Cupom de Dólar Americano	Risco de variação de cupons de moedas estrangeiras	--	--	--	--	Aumento	(14)
Taxas de câmbio	Risco de variação das taxas de câmbio	Redução	(77.830)	Redução	(47.685)	Redução	(54.676)

Fator de Risco	Conceito	Cenário III					
		30.09.2014		31.12.2013		30.09.2013	
		Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado
Taxa pré-fixada	Risco de variação das taxas pré-fixadas de juros	Redução	(9.863)	Aumento	(19.070)	Aumento	(21.182)
Cupons de TMS e CDI	Risco de variação de cupons de taxas de juros	Aumento	(8)	Aumento	(20)	Redução	(12)
Cupom de IPCA	Risco de variação de cupons de índices de preços	Aumento	(2.017)	Aumento	(2.471)	Aumento	(2.353)
Cupom de Dólar Americano	Risco de variação de cupons de moedas estrangeiras	--	--	--	--	Aumento	(29)
Taxas de câmbio	Risco de variação das taxas de câmbio	Redução	(155.660)	Redução	(95.369)	Redução	(109.353)

Para as operações classificadas na Carteira de Não Negociação, a valorização ou a desvalorização em decorrência de mudanças nas taxas de juros praticadas no mercado, não representam impacto financeiro e contábil significativo sobre o resultado do período. Isso porque esta carteira é composta, majoritariamente, por operações de crédito (crédito diretos ao consumidor, agronegócios, capital de giro, etc.), captações de varejo (depósitos à vista, a prazo e de poupança) e títulos e valores mobiliários, cujo registro contábil é realizado, principalmente, pelas taxas pactuadas na contratação das operações. Adicionalmente, destaca-se o fato dessa carteira apresentar como principal característica a intenção de manter as respectivas operações até o vencimento, com exceção dos títulos "disponíveis para venda", não sofrendo, portanto, os efeitos das oscilações em taxa de juros, ou pelo fato dessas operações estarem atreladas naturalmente a outros instrumentos (*hedge* natural), minimizando dessa forma os impactos em um cenário de estresse.

No quadro abaixo, encontram-se sintetizados os resultados para a Carteira de Negociação (*Trading*) e Não Negociação (*Banking*), das entidades financeiras e não financeiras ligadas ao Banco, exceto as posições do Banco Votorantim:

Fator de Risco	Conceito	Cenário I					
		30.09.2014		31.12.2013		30.09.2013	
		Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado
Taxa pré-fixada	Risco de variação das taxas pré-fixadas de juros	Manutenção	--	Aumento	(1.804.295)	Aumento	(2.967.408)
Cupom de TR	Risco de variação de cupons de taxas de juros	Redução	(286.059)	Aumento	1.389.424	Aumento	2.375.514
Cupom de TBF		Redução	(8.252)	Redução	(3.530)	Redução	(995)
Cupom de TJLP		Manutenção	--	Aumento	(955)	Aumento	708.323
Cupom de TMS e CDI		Redução	(10.019)	Redução	(69.107)	Redução	38.859
Cupom de IGP-M	Risco de variação de cupons de índices de preços	Manutenção	--	Aumento	(62.716)	Aumento	(72.664)
Cupom de IGP-DI		Manutenção	--	Aumento	(125)	Aumento	(194)
Cupom de INPC		Manutenção	--	Aumento	(60.044)	Aumento	(90.952)
Cupom de IPCA		Manutenção	--	Aumento	(307.121)	Aumento	(487.856)
Cupom de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupons de moedas estrangeiras	Aumento	466.175	Aumento	528.880	Aumento	502.500
Taxa de câmbio	Risco de variação das taxas de câmbio	Redução	(47.818)	Aumento	9.830	Aumento	24.268

Fator de Risco	Conceito	Cenário II					
		30.09.2014		31.12.2013		30.09.2013	
		Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado
Taxa pré-fixada	Risco de variação das taxas pré-fixadas de juros	Aumento	(13.262.585)	Aumento	(10.705.250)	Aumento	(10.956.053)
Cupom de TR	Risco de variação de cupons de taxas de juros	Redução	(8.486.941)	Redução	(7.581.031)	Redução	(6.923.844)
Cupom de TBF		Redução	(3.666)	Redução	(1.099)	Redução	(961)
Cupom de TJLP		Aumento	(33.300)	Aumento	(11.881)	Redução	(1.165.991)
Cupom de TMS e CDI		Redução	(35.408)	Redução	(53.034)	Redução	(11.866)
Cupom de IGP-M	Risco de variação de cupons de índices de preços	Aumento	(49.017)	Aumento	(187.327)	Aumento	(118.912)
Cupom de IGP-DI		Aumento	(239)	Aumento	(245)	Aumento	(135)
Cupom de INPC		Aumento	(141.834)	Aumento	(165.878)	Aumento	(142.540)
Cupom de IPCA		Aumento	(740.788)	Aumento	(906.550)	Aumento	(885.494)
Cupom de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupons de moedas estrangeiras	Redução	(520.546)	Redução	(651.673)	Redução	(589.974)
Taxa de câmbio	Risco de variação das taxas de câmbio	Redução	(574.524)	Redução	(330.849)	Redução	(270.588)

Fator de Risco	Conceito	Cenário III					
		30.09.2014		31.12.2013		30.09.2013	
		Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado
Taxa pré-fixada	Risco de variação das taxas pré-fixadas de juros	Aumento	(24.880.803)	Aumento	(20.156.817)	Aumento	(20.726.502)
Cupom de TR	Risco de variação de cupons de taxas de juros	Redução	(17.565.355)	Redução	(15.642.186)	Redução	(14.254.166)
Cupom de TBF		Redução	(7.363)	Redução	(2.202)	Redução	(1.925)
Cupom de TJLP		Aumento	(66.202)	Aumento	(24.484)	Redução	(2.396.813)
Cupom de TMS e CDI		Redução	(70.828)	Redução	(106.112)	Redução	(23.722)
Cupom de IGP-M	Risco de variação de cupons de índices de preços	Aumento	(105.240)	Aumento	(357.047)	Aumento	(235.180)
Cupom de IGP-DI		Aumento	(478)	Aumento	(489)	Aumento	(269)
Cupom de INPC		Aumento	(278.647)	Aumento	(325.466)	Aumento	(280.586)
Cupom de IPCA		Aumento	(1.393.497)	Aumento	(1.628.208)	Aumento	(1.595.741)
Cupom de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupons de moedas estrangeiras	Redução	(1.069.328)	Redução	(1.333.978)	Redução	(1.205.995)
Taxa de câmbio	Risco de variação das taxas de câmbio	Redução	(1.149.048)	Redução	(661.698)	Redução	(541.176)

Os cenários utilizados para elaboração do quadro de análise de sensibilidade devem, necessariamente, utilizar situações de deterioração de, pelo menos, 25% e 50% por variável de risco, vista isoladamente, conforme determina a Instrução CVM n.º 475/2008. Logo, a análise conjunta dos resultados fica prejudicada. Por exemplo, choques simultâneos de aumento na taxa prefixada de juros e redução no cupom de TR não são consistentes do ponto de vista macroeconômico.

Especificamente com relação às operações de derivativos existentes na Carteira de Não Negociação, as mesmas não representam risco de mercado relevante para o Banco do Brasil, haja vista que essas posições são originadas, principalmente, para atender às seguintes situações:

- Troca de indexador de remuneração de captações e aplicações de recursos realizadas para atender às necessidades dos clientes;
- *Hedge* de risco de mercado, cujo objeto e sua efetividade estão descritos na Nota 8.d. Também nessa operação, a variação na taxa de juros e na taxa de câmbio não produz efeito no resultado do Banco.

Em 30.09.2014, o Banco do Brasil não possuía qualquer operação classificada como derivativo exótico, conforme descrito na Instrução CVM n.º 475/2008, anexo II.

Participação no Banco Votorantim

Foram realizadas simulações, com três possíveis cenários, sendo dois deles com consequente resultado adverso:

Cenário I: Situação provável, a qual reflete a percepção da alta administração do Banco Votorantim em relação ao cenário com maior probabilidade de ocorrência. Premissas utilizadas: choque de 1,0% na taxa de câmbio reais/dólar, observada em 30.09.2014, e choque paralelo de 0,10% na curva pré-fixada de juros.

Cenário II: Premissas utilizadas: choque paralelo de 25% nas variáveis de risco, com base nas condições de mercado observadas em 30.09.2014, sendo consideradas as piores perdas resultantes por fator de risco e, consequentemente, não considerando a racionalidade entre as variáveis macroeconômicas.

Cenário III: Premissas utilizadas: choque paralelo de 50% nas variáveis de risco, com base nas condições de mercado observadas em 30.09.2014, sendo consideradas as piores perdas resultantes por fator de risco e, consequentemente, não considerando a racionalidade entre as variáveis macroeconômicas.

Nos quadros a seguir, encontram-se os resultados das posições da Carteira de Negociação do Banco Votorantim, relativas à participação do Banco do Brasil:

Fator de Risco	Conceito	Cenário I					
		30.09.2014		31.12.2013		30.09.2013	
		Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado
Taxa pré-fixada	Risco de variação das taxas pré-fixadas de juros	Aumento	(419)	Aumento	(521)	Aumento	(406)
Cupons de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupom cambial	Aumento	(1.013)	Aumento	(922)	Aumento	(1.257)
Variação cambial	Risco de variação das taxas de câmbio	Aumento	(1.947)	Aumento	(1.746)	Aumento	(3.375)
Índices de preços	Risco de variação de cupons de índices de preços	Aumento	(330)	Aumento	21	Aumento	248
Outros	Risco de variação dos demais cupons	Aumento	3	Aumento	(25)	Aumento	(70)

Fator de Risco	Conceito	Cenário II					
		30.09.2014		31.12.2013		30.09.2013	
		Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado
Taxa pré-fixada	Risco de variação das taxas pré-fixadas de juros	Aumento	(6.559)	Aumento	(13.119)	Aumento	(9.472)
Cupons de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupom cambial	Aumento	(2.770)	Aumento	(3.066)	Aumento	(3.229)
Variação cambial	Risco de variação das taxas de câmbio	Aumento	(107.159)	Aumento	(67.859)	Aumento	(95.876)
Índices de preços	Risco de variação de cupons de índices de preços	Aumento	(3.086)	Redução	(237)	Redução	(2.093)
Outros	Risco de variação dos demais cupons	Redução	(29.161)	Aumento	(4.712)	Redução	(10.114)

Fator de Risco	Conceito	Cenário III					
		30.09.2014		31.12.2013		30.09.2013	
		Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado
Taxa pré-fixada	Risco de variação das taxas pré-fixadas de juros	Aumento	(11.291)	Aumento	(25.049)	Aumento	(17.615)
Cupons de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupom cambial	Aumento	(5.275)	Aumento	(5.934)	Aumento	(6.216)
Variação cambial	Risco de variação das taxas de câmbio	Aumento	(216.525)	Aumento	(137.777)	Aumento	(174.278)
Índices de preços	Risco de variação de cupons de índices de preços	Aumento	(6.014)	Redução	(488)	Redução	(4.233)
Outros	Risco de variação dos demais cupons	Redução	(120.545)	Aumento	--	Redução	(27.486)

Nos quadros a seguir, encontram-se os resultados das posições das Carteiras de Negociação e de Não Negociação do Banco Votorantim, relativas à participação do Banco do Brasil:

Fator de Risco	Conceito	Cenário I					
		30.09.2014		31.12.2013		30.09.2013	
		Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado
Taxa pré-fixada	Risco de variação das taxas pré-fixadas de juros	Aumento	(9.466)	Aumento	(14.223)	Aumento	(14.060)
Cupons de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupom cambial	Aumento	(3.287)	Aumento	(2.764)	Aumento	(1.571)
Variação cambial	Risco de variação das taxas de câmbio	Aumento	320	Aumento	(3.761)	Aumento	817
TJLP	Risco de variação de cupom de TJLP	Aumento	699	Aumento	332	Aumento	681
TR/TBF	Risco de variação de cupom de TR e TBF	Aumento	80	Aumento	132	Aumento	152
Índices de preços	Risco de variação de cupons de índices de preços	Aumento	(308)	Aumento	(169)	Aumento	91
Outros	Risco de variação dos demais cupons	Aumento	3	--	--	--	--

Fator de Risco	Conceito	Cenário II					
		30.09.2014		31.12.2013		30.09.2013	
		Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado
Taxa pré-fixada	Risco de variação das taxas pré-fixadas de juros	Aumento	(269.868)	Aumento	(361.639)	Aumento	(342.015)
Cupons de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupom cambial	Aumento	(7.749)	Aumento	(7.833)	Aumento	(4.754)
Variação cambial	Risco de variação das taxas de câmbio	Aumento	(60.443)	Aumento	(101.702)	Redução	(48.879)
TJLP	Risco de variação de cupom de TJLP	Redução	(9.629)	Redução	(3.494)	Redução	(6.455)
TR/TBF	Risco de variação de cupom de TR e TBF	Redução	(186)	Redução	(186)	Redução	(134)
Índices de preços	Risco de variação de cupons de índices de preços	Aumento	(2.749)	Aumento	(1.406)	Redução	(636)
Outros	Risco de variação dos demais cupons	Redução	(29.161)	--	--	--	--

Fator de Risco	Conceito	Cenário III					
		30.09.2014		31.12.2013		30.09.2013	
		Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado
Taxa pré-fixada	Risco de variação das taxas pré-fixadas de juros	Aumento	(533.444)	Aumento	(696.413)	Aumento	(661.406)
Cupons de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupom cambial	Aumento	(15.112)	Aumento	(15.389)	Aumento	(9.192)
Variação cambial	Risco de variação das taxas de câmbio	Aumento	(138.185)	Aumento	(185.898)	Redução	(189.840)
TJLP	Risco de variação de cupom de TJLP	Redução	(19.985)	Redução	(6.979)	Redução	(13.212)
TR/TBF	Risco de variação de cupom de TR e TBF	Redução	(369)	Redução	(372)	Redução	(269)
Índices de preços	Risco de variação de cupons de índices de preços	Aumento	(5.353)	Aumento	(2.788)	Redução	(1.297)
Outros	Risco de variação dos demais cupons	Redução	(120.545)	--	--	--	--

f) Gerenciamento de Capital

Em 30.06.2011, em linha com o Pilar II de Basileia, o Banco Central do Brasil (Bacen) divulgou a Resolução CMN n.º 3.988, que estabeleceu a necessidade de implementação de estrutura de gerenciamento de capital para as instituições financeiras. Em cumprimento à Resolução, o Banco do Brasil definiu como parte dessa estrutura a Unidade Contadoria e as Diretorias de Gestão de Riscos, de Controladoria e de Finanças. Também, em consonância com a Resolução, o Conselho de Administração indicou o Diretor de Controladoria como responsável pela Gestão de Capital junto ao Bacen.

O Banco do Brasil possui mecanismos que possibilitam a identificação e avaliação dos riscos relevantes incorridos, inclusive aqueles não cobertos pelo Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR) relacionado aos riscos do Pilar I. As políticas e estratégias, bem como o plano de capital, possibilitam a manutenção do capital em níveis compatíveis com os riscos incorridos pela instituição. Os testes de estresse são realizados periodicamente e seus impactos são avaliados sob a ótica de capital. Os relatórios gerenciais de adequação de capital são reportados para as áreas e para os comitês estratégicos intervenientes, constituindo-se em subsídio para o processo de tomada de decisão pela Alta Administração do Banco.

A Resolução CMN n.º 3.988/2011 ainda instituiu a necessidade de Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (ICAAP), implementado no Banco do Brasil em 30.06.2013. No Banco, a responsabilidade pela coordenação do ICAAP foi atribuída à Diretoria de Gestão de Riscos. Por sua vez, a Diretoria de Controles Internos, área independente e segregada da estrutura de gerenciamento de capital, é a responsável institucional pela validação do ICAAP. Por fim, a Auditoria Interna detém a responsabilidade institucional por avaliar anualmente o processo de gerenciamento de capital.

Para conhecer mais sobre a gestão do capital no Banco do Brasil, acesse o website bb.com.br/ri.

Índice de Basileia

O Índice de Basileia foi apurado segundo os critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN n.º 4.192/2013 e n.º 4.193/2013, que tratam do cálculo do Patrimônio de Referência (PR) e do Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR) em relação aos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA), respectivamente, considerando o Banco Votorantim pelo Método de Equivalência Patrimonial (MEP), conforme determinação do Bacen.

A partir de outubro de 2013 passou a vigorar o conjunto normativo que implementou no Brasil as recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia relativas à estrutura de capital de instituições financeiras, conhecidas por Basileia III. As novas normas adotadas tratam dos seguintes assuntos:

I – nova metodologia de apuração do capital regulamentar, que continua a ser dividido nos Níveis I e II, sendo o Nível I composto pelo Capital Principal (deduzido de Ajustes Prudenciais) e Capital Complementar;

II – nova metodologia de apuração da exigência de manutenção de capital, adotando requerimentos mínimos de PR, de Nível I e de Capital Principal, e introdução do Adicional de Capital Principal.

A partir de janeiro de 2014, os seguintes itens referentes aos ajustes prudenciais passaram a ser deduzidos do Patrimônio de Referência:

- ágios pagos na aquisição de investimentos com fundamento em expectativa de rentabilidade futura;
- ativos intangíveis constituídos a partir de outubro de 2013;
- ativos atuariais relacionados a fundos de pensão de benefício definido líquidos de passivos fiscais diferidos a eles associados;
- participação de não controladores;
- investimentos, diretos ou indiretos, superiores a 10% do capital social de entidades assemelhadas a instituições financeiras, não consolidadas, e de sociedades seguradoras, resseguradoras, sociedades de capitalização e entidades abertas de previdência complementar (investimentos superiores);
- créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam de geração de lucros ou receitas tributárias futuras para sua realização;
- créditos tributários de prejuízo fiscal de superveniência de depreciação;

- créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido.

De acordo com a Resolução CMN n.º 4.192/2013, as deduções referentes aos ajustes prudenciais serão efetuadas de forma gradativa, em 20% ao ano, de 2014 a 2018, com exceção dos ativos diferidos e instrumentos de captação emitidos por instituições financeiras, os quais já estão sendo deduzidos na sua integralidade, desde outubro de 2013.

Em 28.08.2014, o Instrumento Híbrido de Capital e Dívida, no valor de R\$ 8.100.000 mil, que compunha o Capital Complementar do Banco, foi autorizado pelo Banco Central do Brasil a integrar o Capital Principal, na condição de Elemento Patrimonial.

O escopo de consolidação utilizado como base para a verificação dos limites operacionais também foi alterado, passando a considerar apenas o Conglomerado Financeiro, de 01.10.2013 até 31.12.2014, e o Conglomerado Prudencial, definido na Resolução CMN n.º 4.280/2013, a partir de 01.01.2015.

Todas as citações ao Patrimônio de Referência (PR) e ao Patrimônio de Referência Exigido (PRE), em datas anteriores a 01.10.2013, referem-se à metodologia de Basileia II e foram apurados segundo os critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN n.º 3.444/2007 e n.º 3.490/2007, respectivamente.

	30.09.2014	31.12.2013	30.09.2013	
	Financeiro	Financeiro	Financeiro	Econômico-Financeiro
PR - Patrimônio de Referência	123.713.046	118.234.351	118.377.268	119.491.282
Nível I	88.810.290	85.500.897	75.972.957	77.680.840
Capital Principal (CP) ⁽¹⁾	71.554.346	67.055.163	64.577.013	66.028.714
Patrimônio Líquido	71.488.952	70.537.211	64.472.574	65.924.275
Instrumento Elegível a Capital Principal (Nota 24.c)	8.100.000	--	--	--
Ajustes prudenciais ⁽¹⁾	(8.034.606)	(3.482.048)	--	--
Reservas de Reavaliação ⁽²⁾	--	--	(4.585)	(4.585)
Ativo permanente diferido ⁽²⁾	--	--	(93.074)	(93.074)
Ajustes ao valor de mercado ⁽²⁾	--	--	202.098	202.098
Capital Complementar ⁽¹⁾	17.255.944	18.445.734	11.395.944	11.652.126
IHCD autorizados em conformidade com a Resolução CMN n.º 4.192/2013	14.886.180	8.489.750	--	--
IHCD autorizados segundo normas anteriores à Resolução CMN n.º 4.192/2013 ^{(3) (4)}	2.369.764	9.955.984	11.395.944	11.652.126
Nível II	34.902.756	32.733.454	45.807.226	45.889.085
Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital	34.936.894	32.747.645	38.324.519	38.324.519
Dívidas Subordinadas autorizadas em conformidade com a Resolução CMN n.º 4.192/2013 - Letras Financeiras	2.307.987	--	--	--
Dívidas Subordinadas autorizadas segundo normas anteriores à Resolução CMN n.º 4.192/2013	32.628.907	32.747.645	38.324.519	38.324.519
Recursos captados do FCO ⁽⁵⁾	19.990.824	18.529.802	18.041.929	18.041.929
Recursos captados no exterior ⁽⁶⁾	4.800.822	5.400.925	6.420.672	6.420.672
Recursos captados com CDB ⁽⁶⁾	1.292.346	1.453.889	1.004.486	1.004.486
Recursos captados com Letras Financeiras ⁽⁶⁾	6.544.915	7.363.029	12.857.432	12.857.432
Excesso de Instrumentos de Dívidas Subordinadas ^{(2) (7)}	--	--	(338.041)	--
Dedução do Nível II ⁽¹⁾	(34.138)	(14.191)	--	--
Instrumentos de captação emitidos por instituição financeira	(34.138)	(14.191)	--	--
Ajustes ao valor de mercado ⁽²⁾	--	--	(202.098)	(202.098)
Instrumentos híbridos de capital e dívida ^{(2) (3)}	--	--	8.018.261	7.762.079
Reservas de Reavaliação ⁽²⁾	--	--	4.585	4.585
Deduções do PR ⁽²⁾	--	--	(3.402.915)	(4.078.643)
Instrumentos financeiros excluídos do PR	--	--	(3.402.915)	(4.078.643)
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA) ⁽⁸⁾	771.393.820	813.623.083	773.355.436	787.517.947
Risco de Crédito (RWA _{CPAD})	720.363.896	761.431.384	725.288.153	737.024.665
Risco de Mercado (RWA _{MPAD})	11.317.920	15.239.976	11.115.560	11.115.560
Risco Operacional (RWA _{OPAD}) ⁽⁹⁾	39.712.004	36.951.723	36.951.723	39.377.722
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR) ⁽¹⁰⁾	84.853.320	89.498.539	85.069.098	86.626.974
Margem sobre o Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PR-PRMR)	38.859.726	28.735.812	33.308.170	32.864.308
Índice de Capital Nível I (Nível I / RWA)	11,51%	10,51%	9,82%	9,86%
Índice de Capital Principal (CP / RWA) ⁽¹⁾	9,28%	8,24%	8,35%	8,38%
Índice de Basileia: (PR / RWA)	16,04%	14,53%	15,31%	15,17%

(1) Metodologia utilizada a partir de 01.10.2013, conforme Resolução CMN n.º 4.192/2013.

(2) Metodologia utilizada até 30.09.2013, conforme Resolução CMN n.º 3.444/2007.

(3) Conforme Resolução CMN n.º 3.444/2007, os Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida – IHCD autorizados pelo Bacen a compor o Nível I do PR eram limitados a 15% do total do Nível I, incluído o próprio valor do IHCD. Os IHCD que ultrapassavam esse limite eram adicionados ao Nível II do PR.

(4) Os Instrumentos autorizados pelo Bacen a compor o PR conforme Resolução CMN n.º 3.444/2007 e que não se enquadram nos requisitos exigidos pela Resolução CMN n.º 4.192/2013 sofrerão decaimento de 10% ao ano, de 2013 a 2022. Esse decaimento é aplicado sobre os valores que compunham o PR em 31.12.2012.

(5) De acordo com a Resolução CMN n.º 4.192/2013, os saldos do FCO são elegíveis a compor o PR.

(6) Para 30.09.2014, considerou-se o saldo dos instrumentos de Dívida Subordinada que compunha o PR em 31.12.2012, aplicando-se sobre ele o faseamento de 20%, conforme determina a Resolução CMN n.º 4.192/2013.

(7) Os Instrumentos de Dívidas Subordinadas autorizados a compor o Nível II do PR, eram limitados a 50% do PR Nível I, conforme Resolução CMN n.º 3.444/2007. O valor que excedia a esse limite era excluído do Nível II do PR.

(8) Conforme Resolução CMN n.º 4.193/2013, para períodos anteriores a 01.10.2013, os valores foram obtidos a partir do Patrimônio de Referência Exigido, segundo os critérios da Resolução CMN n.º 3.490/2007, o qual foi convertido em RWA.

(9) Conforme alteração promovida pela Circular Bacen n. 3.640/2013, com redação dada pela Circular Bacen n. 3.675/2013, que substituiu a Circular Bacen n. 3.383/2008, a partir de 01.10.2013 o valor do capital para o risco operacional (RWA_{OPAD}) não contempla o adicional de capital para o consolidado econômico-financeiro (Aconf).

(10) Em conformidade com a Resolução CMN n.º 4.193/2013, corresponde à aplicação do fator "F" ao montante de RWA, sendo "F" igual a: 11%, de 01.10.2013 a 31.12.2015; 9,875%, de 01.01.2016 a 31.12.2016; 9,25%, de 01.01.2017 a 31.12.2017; 8,625%, de 01.01.2018 a 31.12.2018 e 8% a partir de 01.01.2019. Para períodos anteriores a 01.10.2013, os valores referem-se ao Patrimônio de Referência Exigido e foram apurados segundo os critérios estabelecidos pela Resolução CMN n.º 3.490/2007.

Ajustes Prudenciais deduzidos do Capital Principal (metodologia utilizada a partir de outubro de 2013):

	30.09.2014	31.12.2013
	Financeiro	Financeiro
Instrumentos de captação emitidos por instituições financeiras ^{(1) (2)}	(3.775.618)	(3.433.968)
Ativos atuariais relacionados a fundos de pensão de benefício definido líquidos de passivos fiscais diferidos a eles associados ^{(3) (4)}	(1.628.046)	--
Ativos intangíveis constituídos a partir de outubro de 2013 ⁽³⁾	(758.059)	--
Ágios pagos na aquisição de investimentos com fundamento em expectativa de rentabilidade futura ^{(3) (5)}	(757.830)	--
Investimentos superiores e créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam da geração de lucros (excesso dos 15%) ⁽³⁾	(640.823)	--
Créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido ⁽³⁾	(250.932)	--
Participação de não controladores ⁽³⁾	(148.610)	--
Créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal de superveniência de depreciação ⁽³⁾	(39.392)	--
Ativos diferidos ⁽²⁾	(35.296)	(48.080)
Total	(8.034.606)	(3.482.048)

(1) Refere-se à participação no Banco Votorantim.

(2) Ajustes Prudenciais não sujeitos ao faseamento, sendo computados integralmente, conforme determina a Resolução CMN n.º 4.192/2013.

(3) Ajustes Prudenciais sujeitos ao faseamento, conforme art. 11 da Resolução CMN n.º 4.192/2013.

(4) Vide notas explicativas 27.e – Benefícios a Empregados e 25.d - Tributos.

(5) O valor base para o cálculo dos ágios baseados em expectativa de rentabilidade futura é composto por: R\$ 896.430 mil no investimento e R\$ 2.892.719 mil no intangível (notas 14 - Investimentos e 16 - Intangível). No intangível, refere-se ao ágio pago pela aquisição do Banco Nossa Caixa, incorporado em novembro/2009.

g) Índice de Imobilização

O Índice de Imobilização em relação ao PR em 30.09.2014 é de 21,97%, exigido para o Consolidado Financeiro (23,47% em 31.12.2013), conforme Resolução CMN n.º 4.192/2013 e foi apurado em conformidade com a Resolução CMN n.º 2.669/1999.

Em 30.09.2013 o Índice de Imobilização atingiu 21,75% para o Consolidado Financeiro e 18,81% para o Consolidado Econômico-Financeiro, em conformidade com a Resolução CMN n.º 2.669/1999. A diferença entre o Índice de Imobilização do Consolidado Financeiro e do Econômico-Financeiro decorre da inclusão de empresas controladas/coligadas não financeiras que dispõem de elevada liquidez e baixo nível de imobilização, com consequente redução do Índice de Imobilização do Consolidado Econômico-Financeiro.

30 – DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

	3º Trimestre/2014	3º Trimestre/2013	01.01 a 30.09.2014	01.01 a 30.09.2013
Lucro Líquido Apresentado na Demonstração do Resultado	2.780.396	2.703.719	8.286.570	12.732.513
Outros Resultados Abrangentes				
Ajustes de Avaliação Patrimonial de TVM e IFD (Nota 24.i)	(362.342)	138.627	(6.746.349)	(7.142.716)
Banco do Brasil	(322.469)	268.133	(6.849.794)	(6.364.246)
Subsidiárias no exterior	(3.637)	(39.839)	1.661	(21.761)
Coligadas e controladas	(36.236)	(89.667)	101.784	(756.709)
IR e CSLL Relacionados aos (Ganhos)/Perdas não Realizados (Nota 24.i)	85.365	(78.575)	2.934.233	2.639.680
Outros Resultados Abrangentes líquidos de IR e CSLL	(276.977)	60.052	(3.812.116)	(4.503.036)
Lucro Abrangente	2.503.419	2.763.771	4.474.454	8.229.477
Lucro Abrangente das Participações dos não Controladores	377.841	229.063	1.025.787	485.956

31 – OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Distribuição de Dividendos e Juros sobre Capital Próprio

O Conselho de Administração, em reunião realizada em 12.02.2014, aprovou a fixação, para o exercício de 2014, do índice de distribuição do resultado (payout) equivalente ao percentual mínimo de 40% do lucro líquido, cumprindo-se a política de pagamento de dividendos e/ou juros sobre capital próprio em periodicidade trimestral, conforme artigo n.º 45 do Estatuto Social do Banco.

b) Banco Postal

Desde 01.01.2012, o Banco tem acesso à rede de distribuição dos Correios, com cerca de 6,3 mil pontos presentes em 95% dos municípios brasileiros. Por meio desse investimento, o Banco do Brasil antecipou a execução de plano estratégico de estender seus pontos de atendimento para todos os municípios brasileiros.

Em 22.11.2013, o Banco assinou Memorando de Entendimentos não vinculante com a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), com a finalidade de avaliar a viabilidade de estabelecer parceria estratégica relativa ao Banco Postal.

Em 27.02.2014, dando continuidade aos estudos relativos ao Banco Postal, o Banco firmou com a ECT “Acordo de Condições Gerais de Associação” (Acordo). Em 05.03.2014, o acordo foi submetido ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE).

Em 06.05.2014, o CADE publicou, no Diário Oficial da União, a Ata da 42ª Sessão Ordinária de Julgamento, com a decisão final que aprovou a operação, sem restrições.

O acordo permitirá ampliar o portfólio de produtos e serviços ofertados na rede de atendimento dos Correios.

A parceria poderá se concretizar mediante a constituição de sociedade de participações e de instituição financeira, cujo principal objetivo será incrementar o modelo hoje estabelecido entre as empresas para aproximá-los dos modelos internacionais de bancos postais.

A constituição dessa sociedade está condicionada à aprovação pelos respectivos órgãos reguladores, supervisores e fiscalizadores, conforme a legislação aplicável.

c) Administração de Fundos de Investimentos

Posição dos fundos de investimentos administrados pela BB Gestão de Recursos - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

	Número de Fundos/Carteiras (em Unidades)			Saldo		
	30.09.2014	31.12.2013	30.09.2013	30.09.2014	31.12.2013	30.09.2013
Patrimônio Administrado	609	565	557	555.754.978	493.746.010	483.290.117
Fundos de investimentos	601	557	549	543.877.326	475.026.980	464.953.095
Carteiras administradas	8	8	8	11.877.652	18.719.030	18.337.022

d) Informações de Filiais, Subsidiárias e Controladas no Exterior

	30.09.2014	31.12.2013	30.09.2013
Ativo			
Grupo BB	50.072.196	42.311.768	40.425.549
Terceiros	102.160.363	104.993.920	97.198.705
Total do Ativo	152.232.559	147.305.688	137.624.254
Passivo			
Grupo BB	12.866.890	17.073.866	17.003.243
Terceiros	130.107.080	122.013.798	112.834.282
Patrimônio Líquido	9.258.589	8.218.024	7.786.729
Atribuível à controladora	8.515.565	7.540.569	7.116.817
Participação dos não Controladores	743.024	677.455	669.912
TOTAL DO PASSIVO	152.232.559	147.305.688	137.624.254

	3º Trimestre/2014	3º Trimestre/2013	01.01 a 30.09.2014	01.01 a 30.09.2013
Lucro	352.237	374.075	1.120.491	957.720
Atribuível à controladora	251.277	317.865	878.681	813.964
Participações dos não controladores	100.960	56.210	241.810	143.756

e) Recursos de Consórcios

	30.09.2014	31.12.2013	30.09.2013
Previsão mensal de recursos a receber de consorciados	190.385	160.351	160.065
Obrigações do grupo por contribuições	8.426.500	7.357.910	7.619.898
Consoiciados - bens a contemplar	7.631.739	6.718.088	7.000.425
(Em unidades)			
Quantidade de grupos administrados	539	513	503
Quantidade de consorciados ativos	557.262	437.591	434.042
Quantidade de bens a entregar a consorciados contemplados	48.044	36.788	32.541

	3º Trimestre/2014	3º Trimestre/2013	01.01 a 30.09.2014	01.01 a 30.09.2013
Quantidade de bens (em unidades) entregues no período	21.617	19.327	58.508	53.177

f) Cessão de Empregados a Órgãos Externos

As cessões para o Governo Federal são regidas pela Lei n.º 10.470/2002 e pelo Decreto n.º 4.050/2001.

	3º Trimestre/2014		01.01 a 30.09.2014		01.01 a 30.09.2013	
	Quantidade de Empregados Cedidos ⁽¹⁾	Custo no Período	Quantidade de Empregados Cedidos ⁽¹⁾	Custo no Período	Quantidade de Empregados Cedidos ⁽¹⁾	Custo no Período
Com ônus para o Banco						
Governo Federal	--	--	--	--	--	91
Entidades sindicais	218	8.231	218	24.448	226	22.329
Outros órgãos/entidades	2	183	2	542	2	499
Entidades controladas e coligadas	2	287	2	843	2	774
Sem ônus para o Banco						
Governos Federal, Estadual e Municipal	295	--	295	--	287	--
Órgãos externos (Cassi, Previ, Economus, Fusesc e PrevBep)	600	--	600	--	585	--
Entidades dos funcionários	86	--	86	--	83	--
Entidades controladas e coligadas	487	--	487	--	381	--
Total	1.690	8.701	1.690	25.833	1.566	23.693

(1) Posição no último dia do período.

g) Remuneração de Empregados e Dirigentes

Remuneração mensal paga aos funcionários e à Administração do Banco do Brasil (Em reais):

	30.09.2014	31.12.2013	30.09.2013
Menor Salário	2.227,26	2.043,36	2.043,36
Maior Salário	37.265,70	34.346,27	34.346,27
Salário Médio	6.336,50	5.794,56	5.767,94
Dirigentes			
Presidente	62.388,59	58.773,99	58.773,99
Vice-presidente	55.842,38	52.607,05	52.607,05
Diretor	47.327,56	44.585,55	44.585,55
Conselheiros			
Conselho Fiscal	5.395,63	5.083,02	5.083,02
Conselho de Administração	5.395,63	5.083,02	5.083,02
Comitê de Auditoria - Titular	42.594,80	40.127,00	40.127,00

h) Política de Seguros de Valores e Bens

Não obstante o reduzido grau de risco a que estão sujeitos seus ativos, o Banco do Brasil contrata, para seus valores e bens, seguros considerados adequados para cobertura de eventuais sinistros.

Seguros vigentes em 30.09.2014

Riscos Cobertos	Valores Cobertos	Valor do Prêmio
Seguro imobiliário para as imobilizações próprias relevantes	1.153.809	6.798
Seguro de vida e acidentes pessoais coletivo para a Diretoria Executiva ⁽¹⁾	885	121
Demais	19.015	502

(1) Refere-se a cobertura individual dos membros da Diretoria Executiva.

i) Fundo Nacional de Aviação Civil (FNAC)

Por meio da Lei n.º 12.833, de 20.06.2013, o governo federal estabeleceu que os recursos do FNAC destinados à modernização, construção, ampliação ou reforma de aeródromos públicos poderão ser geridos e administrados pelo Banco do Brasil, diretamente ou por suas subsidiárias, conforme definido em ato da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República.

O Decreto n.º 8.024, de 04.06.2013, que regulamenta o funcionamento do FNAC, prevê que os recursos do fundo serão transferidos ao Banco do Brasil conforme programação de aplicação de recursos aprovada pela Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República, e do que for estabelecido no contrato. Segundo o decreto, a remuneração a ser recebida pelo Banco, decorrente da prestação dos serviços, será fixada por ato conjunto dos Ministros de Estado da Fazenda e da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República.

Na função de gestor dos recursos do FNAC, o Banco do Brasil realizará procedimento licitatório, podendo, em nome próprio ou de terceiros, adquirir bens e contratar obras e serviços de engenharia e quaisquer outros serviços técnicos especializados.

Em 03.04.2014, foi publicado no Diário Oficial da União o primeiro edital para contratação de empresa de engenharia para a execução das obras de implantação do Terminal de Passageiros e Central de Utilidades no aeroporto de Barreiras (BA).

j) Lei n.º 12.973 (Conversão da MP n.º 627/2013)

A Lei n.º 12.973, de 13.05.2014, objeto de conversão da Medida Provisória n.º 627/2013, altera a legislação tributária federal sobre IRPJ, CSLL, PIS/Pasep e Cofins, em especial com o objetivo de:

- (I) revogar o Regime Tributário de Transição (RTT);
- (II) alterar as normas relativas à tributação dos lucros do exterior; e
- (III) disciplinar os aspectos tributários em relação aos critérios e procedimentos contábeis determinados pelas leis n.º 11.638/2007 e n.º 11.941/2009, as quais trataram do alinhamento das normas contábeis brasileiras às normas internacionais.

Para a realização de uma análise mais conclusiva o Banco aguardará a regulamentação integral pela Receita Federal do Brasil, na forma prevista pela Lei n.º 12.973/2014. Entretanto, de acordo com estudos preliminares e à luz do texto vigente da mencionada Lei e instruções normativas relacionadas, não se esperam impactos significativos nas demonstrações contábeis do Banco do Brasil.

k) Comercialização de produtos de capitalização

No intuito de possibilitar o início da comercialização de produtos de capitalização nas agências do Banco do Brasil S.A. (BB) oriundas do Banco Nossa Caixa (BNC), a BB Corretora de Seguros e Administradora de Bens S.A. (BB Corretora), o BB, a Icatu Capitalização S.A. (Icatu Cap) e a Brasilcap Capitalização S.A. (Brasilcap) firmaram Instrumento Particular de Cessão de Direitos e Obrigações e Outras Avenças (Contrato de Cessão), que formaliza:

- (I) a cessão pela Icatu Cap à Brasilcap dos direitos e obrigações que lhe são atribuídos na qualidade de parceira no Acordo Operacional para Comercialização de Títulos de Capitalização, celebrado em 13.12.2007 entre Icatu Cap e o BNC;
- (II) a cessão pelo BB à BB Corretora dos direitos inerentes à atividade de comercialização de títulos de capitalização nas agências do BB oriundas do BNC, o que possibilitará à BB Corretora, a partir da celebração do ajuste, iniciar a comercialização de produtos de capitalização da Brasilcap nas referidas agências; e
- (III) a obrigação da Brasilcap de pagar à Icatu Cap o montante de R\$ 61.663.685,84 (sessenta e um milhões, seiscentos e sessenta e três mil, seiscentos e oitenta e cinco reais e oitenta e quatro centavos) (Preço da Cessão), a ser atualizado pela variação do CDI de 13.02.2014 até sua efetiva liquidação, que se dará em quatro parcelas anuais a serem pagas conforme a geração de Resultado Líquido pelas agências oriundas do BNC.

A BB Seguros Participações S.A. (“BB Seguros”), subsidiária integral da BB Seguridade, após período de negociação com a Cia. de Seguros Aliança da Bahia (“Aliança da Bahia”) para aquisição de sua participação acionária na Brasilcap Capitalização S.A. (“Brasilcap”), decidiu:

- (I) manter inalterada sua participação de 66,66% no capital social total da coligada Brasilcap, encerrando, assim, as negociações que, sobre esse tema, eram mantidas com a Aliança da Bahia; e
- (II) não prosseguir com a formação de nova aliança estratégica com o Grupo Icatu, nas condições descritas no Fato Relevante, de 06.01.2010, para o desenvolvimento e comercialização, no mercado brasileiro, de negócios de capitalização. Neste contexto, mantêm-se inalterados a estrutura societária da Brasilcap e o modelo de atuação da BB Seguros no segmento de capitalização.

I) Tecnologia Bancária S.A. - Tecban

Em 17.07.2014, o Banco assinou um novo Acordo de Acionistas para a empresa Tecnologia Bancária S.A. (Tecban), em conjunto com os grupos Bradesco, Caixa, Citibank, HSBC, Itaú Unibanco e Santander (“Partes”).

Esse novo Acordo de Acionistas prevê que, em até 4 (quatro) anos contados de sua entrada em vigor, uma parcela dos TAA das Partes, situados fora do ambiente de agências bancárias ou em locais cujo acesso não seja restrito, exclusivo ou controlado, deverão ser substituídos pelos TAA da Rede Banco24Horas, que são, e continuarão sendo, geridos pela Tecban.

Com isso, em linha com a tendência mundial de melhores práticas da indústria financeira, as Partes, que constituem os principais bancos de varejo do País, consolidarão suas redes de TAA de acesso público nos terminais da Rede Banco24Horas, gerando aumento de eficiência, maior qualidade e capilaridade de atendimento a seus clientes.

A efetivação do negócio está condicionada à aprovação pelos respectivos órgãos reguladores, supervisores e fiscalizadores, conforme a legislação aplicável.

Banco do Brasil S.A.

**Relatório sobre a revisão de
Informações intermediárias
30 de setembro de 2014**



KPMG Auditores Independentes
SBS - Qd. 02 - Bl. Q - Lote 03 - Salas 708 a 711
Edifício João Carlos Saad
70070-120 - Brasília, DF - Brasil
Caixa Postal 8587
70312-970 - Brasília, DF - Brasil

Central Tel 55 (61) 2104-2400
Fax 55 (61) 2104-2406
Internet www.kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações intermediárias

Ao
Conselho de Administração, aos Acionistas e aos Administradores do
Banco do Brasil S.A.
Brasília – DF

Introdução

Revisamos o balanço patrimonial do Banco do Brasil S.A. (“Banco”) consolidado, em 30 de setembro de 2014, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o trimestre e período de nove meses findos naquela data, incluindo o resumo das principais práticas contábeis significativas e demais notas explicativas.

A administração do Banco do Brasil é responsável pela elaboração e apresentação das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de demonstrações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas, acima referidas, não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Outros assuntos

Informações intermediárias do valor adicionado

Revisamos também, as informações contábeis intermediárias, consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao trimestre e período de nove meses findos em 30 de setembro de 2014, elaborados sob a responsabilidade da administração do Banco do Brasil, cuja apresentação é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.



Essas informações contábeis intermediárias foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias consolidadas tomadas em conjunto.

Brasília, 4 de novembro de 2014

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-DF

Carlos Massao Takauthi
Contador CRC 1SP206103/O-4

MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO EM 30.09.2014**PRESIDENTE**

Aldemir Bendine

VICE-PRESIDENTES

Alexandre Corrêa Abreu
Antonio Mauricio Maurano
Antônio Valmir Campelo Bezerra
Geraldo Afonso Dezena da Silva
Ivan de Souza Monteiro
Osmar Fernandes Dias
Paulo Roberto Lopes Ricci
Robson Rocha
Walter Malieni Junior

DIRETORES

Adilson do Nascimento Anisio
Admilson Monteiro Garcia
Adriano Meira Ricci
Antonio Pedro da Silva Machado
Carlos Alberto Araujo Netto
Carlos Eduardo Leal Neri
Carlos Roberto Cafareli
Clenio Severio Teribele
Edmar José Casalatina
Edson Rogério da Costa
Gueitiro Matsuo Genso
Hamilton Rodrigues da Silva
Hayton Jurema da Rocha
Ives César Fülber
Janio Carlos Endo Macedo
José Carlos Reis da Silva
José Mauricio Pereira Coelho
Luís Aniceto Silva Cavicchioli
Luiz Henrique Guimarães de Freitas
Marcelo Augusto Dutra Labuto
Marco Antonio Ascoli Mastroeni
Marcos Ricardo Lot
Nilson Martiniano Moreira
Raul Francisco Moreira
Sandro José Franco
Sandro Kohler Marcondes
Sergio Peres

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Adriana Queiroz de Carvalho
Aldemir Bendine
Bernardo Gouthier Macedo
Elvio Lima Gaspar
Henrique Jäger
Rafael Vieira de Matos
Sérgio Eduardo Arbulu Mendonça

CONSELHO FISCAL

Aldo César Martins Braido
Augusto Carneiro de Oliveira Filho
Marcos Machado Guimarães
Paulo José dos Reis Souza

COMITÊ DE AUDITORIA

Antonio Carlos Correia
Egídio Otmar Ames
Elvio Lima Gaspar
Henrique Jäger

CONTADORIA

Eduardo Cesar Pasa
Contador Geral
Contador CRC-DF 017601/O-5
CPF 541.035.920-87

Daniel André Stieler
Contador CRC-DF 013931/O-2
CPF 391.145.110-53

